

versão impressa **ISSN 1517-4999**  
versão online **ISSN 2446-8681**

REVISTA  
**GeoPantanal**

REVISTA DO CURSO DE GEOGRAFIA E DO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS  
CAMPUS DO PANTANAL/UFMS

**v.18 n. 35 • 2023**

Dossiê:  
VIII SEF



ISSN 1517-4999 (Versão impressa)  
ISSN 2446-8681 (Versão eletrônica)



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE MATO GROSSO DO SUL**

---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CURSO DE GEOGRAFIA / MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS  
CÂMPUS DO PANTANAL**

Reitor

*Marcelo Augusto Santos Turine*

Vice-Reitora

*Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo*

Diretor do Câmpus do Pantanal

*Aguinaldo Silva*

Coordenador do Curso de Mestrado em Estudos Fronteiriços

*Edgar Aparecido da Costa*

Coordenador do Curso de Geografia

*Élvis Christian Madureira Ramos*

**CÂMARA EDITORIAL**

*Aguinaldo Silva*

*Beatriz Lima de Paula Silva*

*Hudson de Azevedo Macedo*

*Marco Aurélio Machado de Oliveira*

**EDITOR RESPONSÁVEL**

*Edgar Aparecido da Costa*

**EDITOR CONVIDADO**

*Hudson de Azevedo Macedo*

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Coordenadoria de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

GeoPantanal: revista do Curso de Geografia e do Mestrado  
em Estudos Fronteiriços / Universidade Federal de  
Mato Grosso do Sul. - n. 1, (1997) - . Corumbá/MS: A  
Universidade, 1997-.  
v. : il. ; 25 cm

Semestral

ISSN 1517-4999 (Versão impressa)

ISSN 2446-8681 (Versão eletrônica)

---

1. Geografia – Periódicos. I. Universidade Federal de  
Mato Grosso do Sul.



Dossiê:  
VIII Seminário Internacional de Estudos Fronteriços

**GeoPantanal** é uma Revista para divulgação da produção acadêmica e científica de Geografia e áreas afins do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pantanal ligado ao Curso de Geografia e ao Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal.

### **PUBLICAÇÃO SEMESTRAL**

#### **EDITOR CHEFE**

Dr. Edgar Aparecido da Costa

#### **EDITOR ADJUNTO**

Dr. Élvis Christian Madureira Ramos

### **CÂMARA DE REDAÇÃO**

Dr. Aguinaldo Silva

Dr. Hudson de Azevedo Macedo

Dr<sup>a</sup>. Beatriz Lima de Paula Silva

Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira

### **CONSELHO EDITORIAL**

Dr<sup>a</sup>. Adriana Dorfman - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Campus Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Dr. Alberto Hernández Hernández – Colegio Frontera Norte (COLEF), Tijuana, México.

Dr. Alejandro Gabriel Benedetti - Universidad de Buenos Aires (UBA), Buenos Aires, Argentina.

Dr<sup>a</sup>. Aline Lima Rodrigues - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Campus Litoral Norte, Rio Grande do Sul, Brasil.

Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Presidente Prudente/SP, Brasil.

Dr. Carlos Piñones Rivera - Universidad de Tarapacá, Arica, Chile.

Dr<sup>a</sup>. Cleonice Alexandre Le Bourlegat - Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Mato Grosso do Sul, Brasil.

Dr. Edvaldo Cesar Moretti, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Mato Grosso do Sul, Brasil.

Dr. Gonzalo Álvarez Fuentes - Universidad Arturo Prat, Santiago, Chile.

Dr. Gutemberg Vilhena Silva – Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Brasil.

Dr. Haroldo Dilla Alfonso - Universidad Arturo Prat, Santiago, Chile.

Dr<sup>a</sup>. Lorrane Gomes da Silva - Universidade Federal de Goiás (UFG), Câmpus Cora Coralina, Goiás, Brasil.

Dr. João Edmilson Fabrini - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Mal. Cândido Rondon, Paraná; Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Mato Grosso do Sul, Brasil.

Dr. Marcos Aurélio Saquet - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Francisco Beltrão, Paraná, Brasil.

Dr<sup>a</sup>. Maria Aparecida Santos e Campos - Universidad Internacional Iberoamericana (UNINI), Porto Rico, Estados Unidos; Cidade do México, México.

Dr<sup>a</sup>. Maristela Ferrari - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Mal. Cândido Rondon, Paraná, Brasil.

Dr. Michael Matthew McGlue - University of Kentucky (UK), Lexington, Estados Unidos.

Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Mato Grosso do Sul, Brasil.

Dr<sup>a</sup>. Rebeca Steiman – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil.

Dr<sup>a</sup>. Sandra Mara da Silva Neves - Universidade Estadual do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus de Cáceres, Mato Grosso, Brasil.

Dr. Sergio Ricardo Oliveira Martins – Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Bahia, Brasil.

#### **Catalogação na Fonte –**

Revista GeoPantanal / Câmpus do Pantanal

Curso de Geografia / Mestrado em Estudos Fronteiriços – Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e

Sustentabilidade do Pantanal, UFMS. v.18 - n. 35, (2023) - . – Corumbá/MS:

Geografia / Mestrado em Estudos Fronteiriços – CPAN/UFMS/Ed. UFMS, 2024.

1. Geografia – Periódicos. I. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

(Câmpus do Pantanal), 2. Geografia

ISSN 1517-4999 (Versão impressa)

CDU:

ISSN 2446-8681 (Versão eletrônica)

<https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo>

#### **Os textos publicados nesta Revista são de inteira responsabilidade de seus autores**

Endereço: UFMS – Câmpus do Pantanal – Av. Rio Branco, 1270, Bairro Universitário, 79304-020, Corumbá/MS. Aos cuidados de Edgar Aparecido da Costa, editor da REVISTA GEOPANTANAL.

E-mail: [revistageopantanal@gmail.com](mailto:revistageopantanal@gmail.com)

**Solicita-se permuta/Exchange desired**

Corumbá, MS

Fevereiro de 2024

---

## SUMÁRIO

<b>Editorial</b>	8
<b>Dossiê: VIII Seminário Internacional de Estudos Fronteiriços</b>	
<b>Fronteras de Carne y Hueso: buscando el lugar donde crecer</b>	
<i>Héctor Acebo Bello</i>	
<i>Jorge Carlos Ruiz De la Quintana</i>	11
<b>Conexões América do Sul-Oriente Médio:</b>	
<b>a comunidade árabe e sua influência na tríplice fronteira</b>	
<i>Guilherme Ribeiro Guerra</i>	
<i>Camilo Pereira Carneiro Filho</i>	27
<b>Turismo Indígena de Fronteira – um olhar sobre o Chaco Paraguai</b>	
<i>Dionatan Miranda da Silva</i>	
<i>Edvaldo Cesar Moretti</i>	45
<b>O Retorno de Brasileiros do Paraguai: redes na dinâmica da fronteira</b>	
<i>Vanucia Gnoatto</i>	57
<b>Cooperação Jurídica Internacional Cível Via Contato Direto entre</b>	
<b>Autoridades Judiciárias Estrangeiras em Região de Fronteira</b>	
<i>Jessé Cruciol Junior</i>	76
<b>Terras Indígenas e Unidades de Conservação: interfaces e sinergias na</b>	
<b>faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul/ Brasil e Paraguai</b>	
<i>Patricia Silva Ferreira</i>	
<i>Charlei Aparecido da Silva</i>	95

<b>Dentre Fronteiras, Mobilidade e Estado: onde estão os povos indígenas?</b> <i>Marco Antônio Rodrigues</i> <i>Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues</i> <i>Ana Lúcia Franco</i> <i>Antonio Hilário Aguilera Urquiza</i>	119
<b>Práticas Interculturais em uma Escola de Fronteira: um estudo de caso</b> <i>Mariana Vaca Conde</i> <i>Tarissa Marques Rodrigues dos Santos</i>	134
<b>Representações Linguísticas e Culturais nos Anúncios Publicitários na Área Urbana em Arroyo Concepción – Fronteira Bolívia Brasil</b> <i>Sander Kaio Brandão de Souza</i> <i>Suzana Vinicia Mancilla Barreda</i>	151
<b>O Refúgio de Crianças Separadas e Desacompanhadas para o Brasil e os Instrumentos de Proteção aos Direitos Humanos</b> <i>Theodora Cação Zanchett</i> <i>Josuel Belo dos Santos</i> <i>César Augusto Silva da Silva</i>	170
<b>Diretrizes do Licenciamento Ambiental no Arranjo Transfronteiriço Corumbá e Ladário (Brasil); Puerto Quijarro (Bolívia)</b> <i>Cristina de Arruda Ferreira Fleming</i> <i>Luciana Escalante Pereira</i>	188
<b>Perfil dos Participantes do Circuito de Corrida de Rua em Corumbá-MS, na Fronteira Brasil-Bolívia</b> <i>Gustavo Oliveira de Souza</i> <i>Carlo Henrique Golin</i> <i>Silvia Beatriz Serra Baruki</i>	206
<b>Cultura Surda na Fronteira: diálogo com a Onomástica</b> <i>Ednéia Bento de Souza Fernandes</i> <i>Caroline Reis dos Santos</i> <i>Suziane Viriato de Araújo</i> <i>Daiany Furtado de Lima</i>	224
<b>Formação de Professores na Fronteira: as novas práticas construídas por participantes do Projeto Ruedas de Conversaciones</b> <i>Maricarla Brito Moreno</i> <i>Zuila Guimarães Cova dos Santos</i>	238

<b>Currículo Escolar: os desafios do ensino regular e a preservação cultural de povos tradicionais</b> <i>Cleidiane Laborda da Silva</i> <i>Joana Nascimento da Silva Melo</i> <i>Joana de Souza Costa Aricapu</i>	255
<b>Pohã Ñana e Yuyos: a fronteira para além dos antolhos do capital</b> <i>Kamila Madureira da Silva</i> <i>Alexandre Bergamin Vieira</i> <i>Valdelice Pereira da Silva</i>	266
<b>Pressupostos Marxistas para um Olhar na Fronteira Brasil- Bolívia: as relações de trabalho da mulher boliviana</b> <i>Tarissa Marques Rodrigues dos Santos</i> <i>Josiane Peres Gonçalves</i>	283
<b>Artigos de Fluxo Contínuo</b>	
<b>Parques Urbanos na Promoção da Qualidade de Vida: a percepção dos frequentadores do Parque dos Namorados em Francisco Sá, Minas Gerais, Brasil</b> <i>Vanessa Tamiris Rodrigues Rocha</i> <i>Maria Inês Fernandes dos Santos</i> <i>Carlos Alexandre de Bortolo</i> <i>Rahyan de Carvalho Alves</i>	299
<b>Aproximação ao Índice de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul</b> <i>Orlando Jose Bastidas Betancourt</i> <i>Etenaldo Felipe Santiago</i> <i>Luciana Ferreira da Silva</i>	322
<b>A Evolução de Sistemas Integrados de Produção no Brasil e os Desafios da Gestão para a Sustentabilidade Econômica</b> <i>Lara de Carvalho Teixeira</i> <i>Francine Neves Calil</i> <i>Mallu de Mendonça Barros</i>	343

---

## EDITORIAL

A Revista GeoPantanal apresenta, neste número, o dossiê VIII Seminário Internacional de Estudos Fronteiriços (VIII SEF). O evento aconteceu entre 25 e 29 de setembro de 2023, no Câmpus do Pantanal (CPAN) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), na fronteira Brasil-Bolívia. Foram recebidos 96 artigos completos, com 84 aceitos. Destes, 62 apresentaram seus resultados nos Grupos de Trabalho e 17 foram selecionados para a publicação neste dossiê.

O dossiê é parte de uma parceria nacional e internacional entre o Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços com pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal da Grande Dourados, Universidad Arturo Prat (Chile), e Asociación Latinoamericana y Caribeña de Estudios Fronterizos. Além deste dossiê, dois outros compuseram a formatação do VIII SEF: da Revista ParaOnde!? e da Revista Si Somos Americanos. Outros quatro trabalhos foram selecionados para compor o primeiro número da Revista de Investigaciones sobre Fronteras.

Os artigos trazidos neste número abordam diversas temáticas, como a economia, educação, literatura, turismo, cooperação interna-

cional, povos indígenas, direitos humanos, licenciamento ambiental, atividades físicas, cultura e relações de trabalho. Em comum, os textos tratam das fronteiras como cenários analíticos.

São trazidas reflexões sobre diferentes espaços fronteiriços e sobre as passagens de fronteira com suas implicâncias que envolvem a construção de uma nova vida no país escolhido. Elementos de xenofobia comparece no texto que aborda a presença de jovens brasileiros, peruanos, paraguaios argentinos e chilenos na Bolívia e de bolivianos nesses países. A influência árabe é estudada na tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai.

A fronteira brasileira com o Paraguai é vista em cinco artigos com abordagem que envolvem turismo, questões relacionadas a povos indígenas, migração de retorno de brasileiros e mobilidades. A fronteira do Brasil com a Bolívia, na zona fronteiriça onde se localiza a cidade de Corumbá, em Mato Grosso do Sul, é analisada em cinco trabalhos que versam sobre as escolas de fronteira, a representações linguísticas, corrida de rua, licenciamento ambiental e relações de trabalho da mulher boliviana.

A fronteira brasileira, em Rondônia, com a Bolívia é vista em dois trabalhos que abordam práticas pedagógicas e um olhar sobre o currículo escolar em atenção à cultura dos povos tradicionais. Dois trabalhos apresentam reflexões mais gerais da fronteira com abordagens referentes aos direitos humanos e a cooperação internacional e um artigo se destaca pela descrição empírica de estudos localizados sobre a cultura surda na fronteira.

A variedade de temas abordados e de fronteiras estudadas são, por si só, ingredientes que tornam este volume atraente para leitura. A Revista respeita a diversidade de olhares lançados para os estudos nas áreas de fronteira e convida seus leitores a mergulharem suas reflexões para amplificar as análises e os diálogos interdisciplinares nos/dos espaços e territórios fronteiriços.

A fotografia da capa é de autoria do Editor e foi tomada em 25 de setembro de 2023 durante a primeira atividade do VIII SEF, destinada aos pesquisadores visitantes. A foto ilustra um lote da Reforma Agrária localizado no assentamento Paiozinho, em Corumbá/MS, bem próximo à linha internacional do limite do Brasil com a Bolívia. Em primeiro plano, as interações da agricultora e da gerente da Agraer Corumbá

com os pesquisadores e com os campesinos bolivianos. Ao fundo, um experimento de horta agroecológica induzida pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Pantanal (NEAP), oriundo das parcerias da UFMS, Embrapa Pantanal, Agraer e IFMS.

A Revista GeoPantanal agradece ao Dr. Eder Damião Goes Kukiel pela condução da avaliação e pela seleção dos artigos, mediante os pareceres recebidos. Foram meses de diálogos para organização dos dossiês e dos Anais do Evento. Egresso do mestrado em Estudos Fronteiriços concluiu o doutorado em Geografia na UFGD, parceira na organização do evento.

Este número apresenta, ainda, três artigos de fluxo contínuo. Um dos trabalhos expõe a importância dos parques urbanos para a qualidade de vida a partir de um estudo em uma cidade de Minas Gerais. Outro artigo busca discutir os Índice de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios de Mato Grosso do Sul. Fechamos com um texto que analisa os desafios da gestão para a sustentabilidade econômica a partir dos sistemas integrados de produção no Brasil.

Desejamos a todos uma boa leitura.

*Edgar Aparecido da Costa*

# FRONTERAS DE CARNE Y HUESO: BUSCANDO EL LUGAR DONDE CRECER

Fronteiras de Carne e Osso: procurando o lugar onde crescer

Frontiers of Flesh and Blood: looking for the place to grow

DOI 10.55028/geop.v18i35

Héctor Acebo Bello\*  
Jorge Carlos Ruiz De la Quintana\*\*

**Resumen:** Este estudio utilizó entrevistas semiestructuradas para explorar las experiencias de jóvenes provenientes de Brasil, Perú, Paraguay, Argentina y Chile que migraron a Bolivia, así como de jóvenes bolivianos que se trasladaron a los mencionados países. Los resultados muestran que, en un contexto de sincretismo, los migrantes incorporan elementos de la cultura local (modismos, formas de protesta social, etcétera) sin renegar de su propia matriz cultural. Ese hibridismo contribuye a la diversidad y al tejido social en países fronterizos. En su reverso, los resultados también reflejan episodios de xenofobia que afectan a la integración y al bienestar emocional de los extranjeros.

**Palabras clave:** Migración, Multiculturalismo, Xenofobia, Diversidad, Fronteras.

**Resumo:** Este estudo utilizou entrevistas semiestruturadas para explorar as experiências de jovens do Brasil, Peru, Paraguai, Argentina e Chile que migraram para a Bolívia, bem como de jovens bolivianos que se mudaram para os países mencionados. Os resultados mostram

## Introducción

La migración juvenil desde regiones fronterizas hacia Bolivia es un fenómeno complejo y en constante evolución que suscita interrogantes fundamentales sobre las motivaciones, las interacciones culturales y los desafíos que enfrentan los jóvenes migrantes en su búsqueda de nuevas oportunidades en este país andino. Desde puntos de partida como Puno (Perú), Antofagasta (Chile) y estados de Brasil, estos jóvenes cruzan fronteras geográficas y culturales en busca de horizontes académicos, profesionales y personales que les permitan desarrollarse en un ambiente multicultural.

\* Doctor en Periodismo (Universidad Complutense de Madrid). Magíster en Investigación en Periodismo: Discurso y Comunicación (Universidad Complutense de Madrid). Licenciado en Periodismo (Universidad Complutense de Madrid). Coordinador de investigaciones sociales de la Universidad Privada del Valle (Bolivia). E-mail: hacebob@univalle.edu.

\*\* Magíster en Teología (Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, Colombia). Licenciado en Teología (Pontificia Universidad Javeriana). Licenciado en Antropología (Universidad Católica Boliviana San Pablo). Licenciado en Filosofía y Letras (Universidad Católica Boliviana San Pablo). Director nacional de investigación de la Universidad Privada del Valle (Bolivia). E-mail: jruizd@univalle.edu.

que, num contexto de sincretismo, os migrantes incorporam elementos da cultura local (expressões idiomáticas, formas de protesto social, etc.) sem negar a sua própria matriz cultural. Este hibridismo contribui para a diversidade e o tecido social nos países fronteiriços. Por outro lado, os resultados reflectem também episódios de xenofobia que afectam a integração e o bem-estar emocional dos estrangeiros.

**Palavras-chave:** Migração, Multiculturalismo, Xenofobia, Diversidade, Fronteiras.

**Abstract:** This study used semi-structured interviews to explore the experiences of young people from Brazil, Peru, Paraguay, Argentina and Chile who migrated to Bolivia, as well as young Bolivians who moved to the aforementioned countries. The results show that, in a context of syncretism, migrants incorporate elements of local culture (idioms, forms of social protest, etc.) without denying their own cultural matrix. This hybridity contributes to diversity and the social fabric in border countries. On the other hand, the results also reflect episodes of xenophobia that affect the integration and emotional well-being of foreigners.

**Keywords:** Migration, Multiculturalism, Xenophobia, Diversity, Borders.

Por otro lado, la migración juvenil hacia Bolivia desde regiones fronterizas también ha llevado a un fenómeno paralelo: la salida de jóvenes bolivianos que buscan mejores oportunidades económicas en Chile, Paraguay, Perú, Brasil o Argentina. Esta situación se comprende al considerar que, si bien la educación y el costo de vida en Bolivia son asequibles, los niveles salariales fuera del país ofrecen perspectivas económicas más favorables.

La migración juvenil en Bolivia desde regiones fronterizas (y viceversa) se ha convertido en un tema de creciente interés tanto a nivel académico como social, dado su impacto en la configuración de identidades, la diversidad cultural y la coexistencia de múltiples perspectivas discursivas. Para abordar esta compleja temática, el presente marco teórico se estructura en tres abordajes principales: 1) identidad y diversidad cultural, 2) adaptación transcultural y 3) xenofobia. Cada uno de estos enfoques permitirá una comprensión profunda de los aspectos más relevantes de la migración juvenil.

### *Identidad colectiva y diversidad cultural*

Según Arteaga Aguirre (2000, p. 54), la identidad colectiva es “la autopercepción de un nosotros relativamente homogéneo en contraposición con los ‘otros’, con base en atributos o rasgos distintivos, subjetivamente seleccionados y

valorizados, que a la vez funcionan como símbolos que delimitan el espacio de la ‘mismidad identitaria’.

Una frontera, desde un punto de vista sociopolítico, es una institución que sirve de punto de equilibrio entre el Estado, la nación y el territorio (Ranfla González, 1984, p. 50). Las fronteras, al diferenciar a las personas por razón de su lugar de nacimiento, “delimitan *quién* pertenece a la comunidad política y *quién no*” (Velasco; Fernández-Jardón, 2021). Además, dichas fronteras actúan como mecanismo de selección —e incluso de discriminación— de la mano de obra extranjera (Velasco; Fernández-Jardón, 2021).

La cultura es

... el medio en el cual los individuos se forman y del cual extraen las claves y contenidos explicativos así como el instrumental descodificador, interpretativo y valorativo que les permite interactuar con el resto de las personas que integran o comparten tal cultura. (Piquerias Infante, 1996, p. 108)

La migración juvenil desde regiones fronterizas hacia Bolivia (y viceversa) es un proceso que trasciende lo meramente geográfico, ya que implica el encuentro y la interacción de diferentes identidades culturales (Giménez; Gendreau, 2004, p. 173).

En este contexto, es esencial analizar cómo los jóvenes migrantes de regiones fronterizas definen y redefinen su identidad cultural en el proceso de adaptación en el país de llegada. Asimismo, se debe indagar en cómo las identidades individuales y colectivas se entrelazan para enriquecer la esencia de cada territorio, promoviendo un diálogo intercultural que fortalezca la diversidad cultural.

### *Adaptación transcultural*

Entendemos por adaptación transcultural el

... proceso de cambio a lo largo del tiempo que se produce en individuos que han completado su proceso de socialización primaria en una cultura y luego tienen un contacto de primera mano continuo y prolongado con una cultura nueva y desconocida. (Kim, 1988, p. 37-38)

La noción de *adaptación*, en el contexto de migración y fronteras, implica la capacidad de los individuos y grupos para ajustarse a nuevos entornos culturales, sociales y geográficos. Desde una perspectiva antropológica y sociológica, dicha adaptación se manifiesta como un proceso complejo de interacción entre migrantes y las comunidades receptoras, en el que se reconfiguran identidades, prácticas y valores.

Es relevante examinar cómo la adaptación transcultural impacta en la construcción de identidades culturales de los jóvenes migrantes, así como en su sentido de pertenencia y convivencia con la diversidad cultural de la sociedad receptora. La promoción del apoyo social y la solidaridad por parte del país de llegada juega un papel crucial para superar los desafíos de la adaptación transcultural y favorecer una convivencia armoniosa y respetuosa. Como explica Mazurek (2009, p. 12), la migración implica un movimiento que “supone la consideración espacial de salida (espacio vivido) y espacios de llegada (espacio idealizado donde se quiere vivir) y un proceso de traslado, más socio-psicológico que físico”.

### *Xenofobia*

El fenómeno de la migración juvenil desde regiones fronterizas hacia Bolivia (y viceversa) también lleva a considerar la presencia de la xenofobia —el odio al extranjero— en el proceso de acogida e integración. Algunos migrantes enfrentan actitudes de rechazo, prejuicios y estereotipos por parte de sectores de la sociedad receptora, lo que puede afectar su bienestar emocional y su adaptación en el nuevo entorno. De acuerdo con Savater,

Los xenófobos siempre dicen que ellos no tienen nada contra los «otros» pero «deben reconocer» que padecen tales o cuales defectos, «objetivamente» considerados. Se inventan así las habituales calumnias (o los elogios de supuestas virtudes generalizadas) sobre los grupos humanos: los judíos son «usureros» pero «muy astutos», los negros y los andaluces son «perezosos», los norteamericanos son «infantiles», los árabes «traicioneros», etc... En el fondo, estas vaguedades no hacen más que convertir rasgos de carácter o vicios que se dan en los individuos de cualquier grupo humano en definitorios de un colectivo en particular, como si cada uno de nosotros no tuviese personalidad propia, sino que la recibiésemos impuesta de la colectividad a la que pertenecemos (Savater, 2004, p. 122-3).

Es fundamental analizar cómo la xenofobia afecta a la construcción de identidades culturales de los jóvenes migrantes (Coronel Berrios, 2013), así como su percepción del “otro” y su sentido de pertenencia en la sociedad receptora. La coexistencia de diferentes identidades culturales ofrece una oportunidad única para reflexionar sobre la preservación y enriquecimiento de las identidades individuales y colectivas en un contexto de convivencia diversa y bilingüe.

La pregunta de investigación a la que se trata de dar respuesta con el presente trabajo es la siguiente: *¿De qué forma la migración juvenil de Bolivia hacia países fronterizos (y viceversa) repercute en la configuración de identidades, tomando en cuenta la diversidad cultural y la convivencia de perspectivas discursivas?*

## Metodología

Para abordar el estudio sobre la migración juvenil en Bolivia desde regiones fronterizas, se implementó una metodología basada en *entrevistas semiestructuradas*. El enfoque *cuantitativo* permitió una comprensión profunda de las experiencias, percepciones y reflexiones de los participantes, enriqueciendo el análisis de los aspectos multifacéticos de la migración.

A continuación, se describe lo relativo a la participación, al procedimiento, al instrumento de la entrevista, al análisis de datos, así como a las limitaciones.

*Participantes.* La muestra del estudio incluyó a jóvenes migrantes procedentes de Perú, del norte de Chile, de Argentina y de estados de Brasil, los cuales se establecieron en Bolivia en busca de oportunidades académicas, profesionales y personales. Además, también se entrevistaron a jóvenes bolivianos que emigraron en busca de mejores oportunidades económicas en el extranjero (Paraguay, Chile, Argentina). Se seleccionó una muestra diversa para capturar una variedad de perspectivas y experiencias migratorias. Para los fines del artículo, se establece que el término *joven* se aplica a aquellos con edades comprendidas entre 18 y 40 años, abordando así específicamente las experiencias y desafíos de este segmento que busca desarrollo educativo en su travesía migratoria.

*Procedimiento.* Se realizaron entrevistas semiestructuradas a un total de diez participantes, de los cuales la mayoría eran jóvenes migrantes viviendo y estudiando en Bolivia, mientras que un menor número eran jóvenes bolivianos trabajando en el extranjero. Las entrevistas se llevaron a cabo de manera individual y en profundidad, con una duración promedio de 45 minutos a una hora. Se utilizó un enfoque flexible, permitiendo a los participantes expresar sus experiencias de manera libre y abierta, sin restringirse a un formato rígido.

*Instrumento de entrevista.* El cuestionario de entrevista semiestructurada constó de una lista de preguntas que abarcaban los siguientes ejes temáticos:

- *Identidad colectiva y diversidad cultural:* a) motivos de la migración, b) descripción de su identidad cultural antes de migrar y cómo ha evolucionado desde entonces, c) interpretación del concepto *frontera*.
- *Adaptación transcultural:* a) aspectos culturales del país de llegada que han impactado más y posibles choques culturales, b) oportunidades para compartir su propia cultura con la comunidad receptora, c) reflexión sobre el enriquecimiento mutuo y diálogo intercultural con la comunidad receptora.
- *Xenofobia:* a) reflexión sobre las experiencias de la xenofobia, b) reflexión crítica sobre las causas de ese tipo de discriminación.

*Análisis de datos.* Las entrevistas se grabaron y transcribieron para asegurar la precisión en la interpretación de las respuestas de los participantes. Se utilizó un enfoque de análisis temático para identificar patrones, temas emergentes y conexiones entre las experiencias de los jóvenes migrantes. El análisis cualitativo permitió una interpretación rica y contextualizada de los datos, resaltando la complejidad de la migración juvenil en Bolivia.

*Limitaciones.* Es importante tener en cuenta que este estudio se basa en una muestra pequeña y específica de jóvenes migrantes y jóvenes bolivianos que emigraron. La generalización de los resultados debe ser realizada con cautela. Además, la percepción y experiencia de la migración pueden variar entre diferentes individuos y contextos, lo que puede afectar la representatividad de los hallazgos.

## Resultados y discusión

### *Motivos de la migración*

Los jóvenes entrevistados (bolivianos, chilenos, peruanos y argentinos) emigraron por estudios, motivos económicos y/o temas familiares.

Con respecto al factor formativo, son representativos los casos de la peruana Ivonne Pinto, de la argentina Melody Gutiérrez, de la chilena Bryhit Ricci o del boliviano Jaime Vélez Ocampo), que se fueron a otros países a empezar o continuar sus pregrados.

Tocante al componente económico, destaca el caso de la boliviana Paola Antezana, quien reside en el país de su esposo, el chileno Francisco Orellana. Antezana justifica su decisión de este modo:

En Chile hay condiciones de trabajo dignas. Los sueldos están acordes con tu formación. Además, allí respetan tus horarios de trabajo. Y si algún día trabajas más horas de las establecidas, te las pagan. En Bolivia, es inhumana la forma en que trabajas; son muchas horas a cambio de un sueldo miserable (Entrevista semiestructurada a Paola Antezana, 2023).

Sin duda, la migración juvenil hacia Bolivia desde regiones fronterizas también ha llevado a un fenómeno paralelo: el desplazamiento de jóvenes bolivianos al extranjero, en busca de mejores oportunidades económicas. Estos bolivianos han dejado su país natal para establecerse en otras naciones, enfrentando retos similares a los de los migrantes que llegan a Bolivia. Asimismo, han experimentado la coexistencia de identidades diversas y pueden haber enfrentado episodios de discriminación y xenofobia en su proceso de adaptación en el extranjero. Esta

situación se comprende al considerar que, si bien la educación y el costo de vida en Bolivia son asequibles, los niveles salariales fuera del país ofrecen perspectivas económicas más favorables. Este contexto motiva a los bolivianos a emigrar hacia naciones extranjeras en busca de mejores horizontes laborales, generando así un ciclo migratorio en el cual la migración inicial hacia Bolivia actúa como factor impulsor para la posterior emigración de ciudadanos bolivianos en búsqueda de progreso económico y profesional en otros destinos.

Otro factor recurrente para emigrar es el familiar, visible también en el caso de Antezana y Orellana, que tienen un hijo en común; o en la boliviana Anahí Benítez, que llegó con su familia a Paraguay. A todos los entrevistados les une el hecho de salir de su país para buscar una vida mejor. Un lugar donde crecer.

Estas vivencias destacan, en puridad, la intersección de múltiples factores en las decisiones migratorias de los jóvenes. Además, se enfatiza que Bolivia, en contraste con sus vecinos, posee una tradición receptora limitada, lo que hace que la reciente afluencia (los últimos 30 años) de jóvenes extranjeros a universidades bolivianas reconfigure las percepciones y comprensiones tradicionales del *otro*. Esta nueva dinámica de migración está remodelando el paisaje social y cultural del país, planteando un área de estudio profundo para explorar las implicaciones de esta transformación en las interacciones entre las comunidades locales y los recién llegados extranjeros.

### *Identidad y diversidad cultural*

La mayor parte de entrevistados ven el concepto de *frontera* como algo eminentemente político, no cultural. Así, Paola Antezana, nativa de Cochabamba (Bolivia) y residente en Santiago de Chile, explicó que las fronteras son conceptos “administrativos y simbólicos”, en tanto que permiten a los países definir hasta dónde llegan sus territorios, pero no sus culturas. En esa misma línea, Francisco Orellana, chileno que vivió en Bolivia, subrayó que es inevitable que, pese a los límites administrativos, los territorios comparten aspectos culturales.

También concuerda con esa idea Damely D Almeida, brasileña residente en Bolivia, quien, además, subraya que las fronteras imponen límites y que estos son negativos para el crecimiento personal.

En esa misma concepción administrativa de la frontera, María José Tapia, chilena residente en Bolivia, critica el costo económico que supone pasar de un país a otro:

En Bolivia cobran en la frontera por salir. Incluso dos o tres veces, cuando no se tenía el papeleo, fui testigo de que los policías pedían un cobro para su persona (*ayudita*) a cambio de hacer pasar a la gente (Entrevista semiestructurada a María José Tapia, 2023).

La peruana Lucero Quispe, que reside en Bolivia, concuerda con María José Tapia al señalar:

La *frontera* es un modo de controlar quien ingresa al país y tener registradas las entradas y salidas. De alguna u otra manera, la política está metida en cuanto a los cobros que realizan a los residentes legales (impuestos que varían cada año entre 260 bs. a 280 bs.) (Entrevista semiestructurada a Lucero Quispe, 2023).

Otros entrevistados consideran que la *frontera* es un concepto administrativo y a la vez identitario. En ese sentido, Anahí Benítez, boliviana residente en Paraguay, explicó:

La *frontera* es un concepto administrativo, para poder delimitar soberanía dentro de cada territorio, de acuerdo a cómo tenemos estructurado nuestro sistema político-social mundial; pero también pienso que llega a ser identitario, porque cada país tiene su propia cultura e idiosincrasia que lo diferencia del resto (Entrevista semiestructurada a Anahí Benítez, 2023).

Bryhit Ricci, peruana residente en Bolivia, también considera que el concepto de *frontera* es político, porque tiene que ver con normas y reglas, y a la vez identitario, ya que responde a marcas culturales e incluso a transfusiones de culturas.

Es menester señalar, por su carácter divergente, la respuesta de Ivonne Pinto, comunicadora peruana que residió en Bolivia, en 2018, y que ve la frontera como algo identitario, “puesto que implica diversos aspectos que conforman la identidad que engloba costumbres, idiomas y otras de una determinada población y/o conjunto de personas”.

### *Adaptación transcultural*

Como ya se ha dicho, la adaptación transcultural implica la capacidad de un extranjero para ajustarse a nuevos contextos. En ese sentido, un aspecto capital entre los inmigrantes es la evolución de la propia identidad como resultado de la inmersión en otra cultura. Por ejemplo, la peruana Bryshit Ricci, después de ocho años viviendo en Cochabamba (Bolivia), a más de 1.850 kilómetros de distancia de su Lima natal, considera que el sentido de pertenencia a su país se mantiene, pero que se ha ido abriendo a nuevas costumbres.

En esa misma línea, la peruana Lucero Quispe, explicó:

Siempre fui abierta a experimentar nuevas culturas, pero algo que se quedó marcado en mí desde que vivo en Bolivia fue que no solo basta con conocer la cultura, sino que debes aceptarla y aprender a convivir con ella (Entrevista semiestructurada a Lucero Quispe, 2023).

La brasileña Damely D Almeida cree que su perspectiva se abrió desde que vive en Bolivia: “En Cochabamba la gente se manifiesta o bloquea las carreteras como medidas de protesta. Siguiendo ese ejemplo, aprendí a luchar contra las injusticias”. En líneas generales, la brasileña D Almeida está muy agradecida a los bolivianos, a quienes considera generosos y afables.

El boliviano Jaime Vélez Ocampo se fue de intercambio universitario a la Argentina en primer semestre de 2023. Este estudiante de Comunicación y Medios Digitales considera que el multiculturalismo le ha hecho crecer como persona:

Yo en especial ya tuve la experiencia de criarme en otro país (Perú) que no es el mío; y además de eso, siempre fui curioso de saber sobre otros países y en especial diría que Argentina es uno de ellos por la cercanía que tenemos nosotros a ellos. Creo que mi identidad cultural creció bastante al conocer la cultura argentina y la de otros países, como Colombia y México, que también tenían estudiantes de intercambio que llegaron conmigo (Entrevista semiestructurada a Vélez Ocampo, 2023).

La apropiación lingüística también es determinante en el proceso de transformación de la identidad. Así, Melody Gutiérrez, argentina residente en Bolivia, confesó: “Mi vocabulario ha cambiado, hablo mucho más lento y pausado para que se me pueda entender y he aprendido a hablar quechua. A pesar del cambio total, las costumbres relacionadas con la familia se mantuvieron”.

Hablando de las costumbres y rasgos culturales, la propia Gutiérrez ensalza el sincretismo:

Muchas veces las personas de dos países se limitan a hacer las cosas características de cada país. Sin embargo, el no desarrollar o al menos intentar que cada país tenga un pedazo de la cultura que uno mismo trae de otra parte es triste; existen costumbres que se pueden complementar muy bien de un país y del otro. Como el mate y los pasteles con azúcar (Entrevista semiestructurada a Melody Gutiérrez, 2023).

Las expresiones artísticas expandieron la identidad cultural de muchos de los entrevistados. Así, por ejemplo, Lucero Quispe destaca de Bolivia, el país que la ha acogido, “la gran organización en las danzas en épocas de carnavales, porque a cada plazuela que vas siempre encontrarás grupos que ya están ensayando. Ni qué decir de sus vestuarios, que son bien perfeccionistas”.

También la peruana Bryhit Ricci reivindica el cuidado de Bolivia hacia su música tradicional: “Esas son las esencias. Es importante conocer tu cultura. En

Lima, desgraciadamente, se perdió el folclor propio. Me inspiran los instrumentos de viento bolivianos; me transmiten melancolía, añoranza”.

Igualmente, Melody Gutiérrez siente que las artes bolivianas le han marcado de forma decisiva:

Han influido en el color. La cultura boliviana se encuentra rodeada de color dentro de sus danzas, sus comidas, sus eventos, sus tejidos, etc. El color añade alegría y emoción a todo lo realizado en Bolivia. Es algo muy característico (Entrevista semiestructurada a Melody Gutiérrez, 2023).

La experiencia de la emigración también tiende a reforzar la sociabilidad, en el afán del extranjero de integrarse en una cultura ajena. En ese sentido, el chileno Francisco Orellana reconoce que, al emigrar a Bolivia, cambió su personalidad: “Yo era más introvertido cuando llegué a Bolivia, y allí me hice más sociable”.

Como pude verse, estas experiencias de la migración se traducen en el “híbridismo cultural” (Burke, 2010, p. 73-88). Así, de acuerdo con Castells, se produce “la interacción entre muchas identidades que no desaparecen, para fundirse en una macrocultura global” (Sin Filtro Bolivia, 2017). Lo perjudicial, según el sociólogo español, sería que una cultura se impusiese sobre la otra, porque ese camino conduce a la uniformidad y a la pérdida de las esencias de los pueblos.

La llegada a un nuevo territorio altera la psicología de las personas, produciendo sensaciones como el miedo, la soledad y la nostalgia, las cuales interfieren en la manera de desenvolverse del extranjero con su lugar de destino (Coronel Berrios, 2013). Ciertamente, en algunos casos, la emigración, al acentuar la nostalgia, afirma más la identidad de origen. Como escribió el poeta gallego Valente (1989, p. 90), “Alongarme somente foi o xeito / de ficar para sempre”. O sea: “Alejarme tan sólo fue el modo / de quedar para siempre”. Es representativo el testimonio de la boliviana Anahí Benítez, cuyo padre nació en Paraguay:

Pienso que siempre he tenido una división cultural en el sentido en que mi papá me ha criado bajo ciertas tradiciones y culturas de Paraguay; y, obviamente, siendo boliviana, tengo arraigada muy dentro la cultura de mi país. Estando fuera de Bolivia, me he dado cuenta de que ha existido en mí una apropiación cultural boliviana mucho más fuerte; pienso que impacta el hecho de encontrarse uno frente a un ambiente diferente y poder demostrar que es lo que le hace a uno diferente y, obviamente, no perder las raíces, que es algo que nunca se debe olvidar (Entrevista semiestructurada a Anahí Benítez, 2023).

También la boliviana Paola Antezana considera que el haber emigrado a Santiago de Chile ha reafirmado su identidad de origen, toda vez que ha aprendido a valorar más la tranquilidad, las zonas verdes o la comida más saludable (“menos procesada”) que considera inherentes a Bolivia.

Con frecuencia, el extranjero debe atravesar diversos obstáculos de orden cultural o administrativo. Por ejemplo, Daniely D Almeida, si bien destaca la bonhomía de los bolivianos y sus esfuerzos por integrarla en el nuevo país, es muy crítica con la “excesiva burocracia” nacional. D Almeida indica que, a diferencia de lo que sucede en su país (Brasil), la homologación y la revalidación de los títulos universitarios en Bolivia es un proceso moroso y muy costoso. Después de varios meses intentando revalidar sus títulos, esta brasileña afirma que el proceso parece estancado y que no recibe “información precisa” por parte de las instancias involucradas. “Ninguno de mis amigos brasileños ha logrado completar ese proceso en Bolivia, y es algo que necesitamos para establecernos aquí. En Brasil todos estos trámites son más fluidos”, confesó.

Otro de los principales choques que sienten los extranjeros en Bolivia es el de la mencionada *cultura del bloqueo*, cuando civiles y sectores sociales cercan carreteras y calles como medida de presión (Editorial Correo del Sur, 2023). Lucero Quispe es crítica con ese accionar que perjudica a la población:

Siempre acuden a protestas. Este año, de febrero a junio, estoy segura de que vi más de 20 manifestaciones en la ciudad de Cochabamba que de alguna otra forma nos perjudican. ¿No hay manera de ponerse de acuerdo para hablar entre encargados y tomar una decisión de manera tranquila? Sin necesidad de bloquear las calles y hacer sonar los petardos (Entrevista semiestructurada a Lucero Quispe, 2023).

Los cambios en la alimentación y en los hábitos de vida tienen generalmente un impacto en el bienestar físico y emocional de los extranjeros. Así, la propia Lucero Quispe reconoce que le costó adaptarse a la comida boliviana y que sintió soledad en su primera etapa como inmigrante:

Al inicio, la gastronomía de Cochabamba no me gustó mucho, pero luego le agarré el gusto. Yo sí me enfermé con la comida boliviana, porque tengo un estómago sensible; me afectaron mucho los condimentos; cada vez que vengo de Perú a Bolivia, la primera semana siempre estoy con medicamentos. Mis hábitos de vida cambiaron, porque soy muy cerrada en mi círculo de amigos. Cuando estaba en Perú, como mínimo dos veces a la semana estaba en la piscina, y tres veces a la semana jugaba fútbol (era muy deportista). Aquí me dediqué a los videojuegos, porque no tengo muchos amigos y cada uno tiene diferentes actividades. En lo emocional caí en la depresión; extrañaba mucho mi vida allá, a mis padres, porque mi cuarto siempre estaba vacío y silencioso; no tenía a nadie que contar hasta que conseguí una perrita. Fueron duros mis inicios, porque yo nunca viajé sola. Mucho menos sabía que era estar sola, pero en el camino uno aprende a levantarse (Entrevista semiestructurada a Lucero Quispe, 2023).

También la argentina Melody Gutiérrez tuvo que lidiar, en Bolivia, con problemas de salud derivados del cambio de alimentación: “Después de un mes viviendo en Cochabamba, tuve que internarme unos días y estar bajo tratamiento

un mes, debido a que había desarrollado un problema en el estómago derivado de la alimentación que había cambiado mucho de golpe”.

Entre las entrevistadas de otras nacionalidades que residen en Bolivia, uno de los principales choques culturales ha sido convivir con un machismo robustecido: “Aquí se percibe esa discriminación cuando tomas el trufi [movilidad], cuando haces un trámite... Constantemente escuchas comentarios que expresan que la mujer es el sexo débil”.

La brasileña Damely D Almeida también ha sido discriminada por su condición de mujer e incluso de extranjera: “Recibí varias propuestas sexuales, a través de Facebook, e incluso en la FEICOBOL [Feria Internacional de Cochabamba]. Aquí algunos hombres se piensan que todas las brasileñas somos prostitutas”.

Para los bolivianos que se radicaron en otras tierras, uno de los principales choques culturales es también el gastronómico. De acuerdo con Anahí Benítez,

En Concepción [Paraguay] es muy difícil encontrar variedad de frutas y verduras a precios accesibles. Lo poco que uno encuentra es con precios altos (a comparación de Bolivia) y sin una calidad óptima. Eso sí me ha chocado muchísimo, ya que podría decirse que es una bendición con la que contamos como país y creo que aún no nos hemos dado cuenta. La alimentación es de gran calidad en Bolivia; esto debería priorizarse no solo en un ámbito económico, sino también como sociedad consumidora (Entrevista semiestructurada a Anahí Benítez, 2023).

En esa misma línea, desde Chile, Paola Antezana reivindica la calidad de las frutas y verduras de su país, Bolivia: “En Santiago, sorprende a la gente que una niña [su hija] coma fruta y verdura habitualmente. Y aquí esos productos son más desabridos”. Su marido, el chileno Francisco Orellana, también extraña la comida boliviana: “Es más sana, está mejor condimentada que la de Chile, tiene un mejor sabor. Aquí se come más comida chatarra; está más procesada”.

En el aspecto gastronómico, para el boliviano Jaime Vélez Ocampo, el cambio más notorio, cuando emigró a la Argentina, fue adaptarse a no comer con tanto picante.

En líneas generales, los inmigrantes entrevistados no consideraron el factor lingüístico un escollo importante, porque en la mayoría de países el español es el idioma más hablado. No obstante, la brasileña Damely D Almeida tuvo que perfeccionar la mencionada lengua al llegar a Bolivia. Y la boliviana Anahí Benítez, al emigrar de Cochabamba a Concepción (Paraguay), tomó clases de guaraní: “Creo que el choque más significativo que tuve fue tener que aprender a hablar guaraní; aunque las personas hablen castellano, si uno desea estudiar o de cierta forma trabajar, debe saber la lengua autóctona”.

En puridad, estos testimonios demuestran la validez de la tesis de Giménez y Gendreau:

... existe una clara continuidad entre cultura e identidad, en la medida de que esta última resulta precisamente de la internalización peculiar y distintiva de la cultura por los actores sociales como matriz de unidad (*cid intrá*) y de diferenciación (*cid extra*) (Giménez; Gendreau, 2004, p. 173).

### *Xenofobia*

La xenofobia es un mal que se reproduce en pleno s. XXI. Muchos de los entrevistados en algún momento se sintieron discriminados debido a prejuicios y estigmas de algunas personas nativas del país al que ellos habían emigrado. La consecuencia de esas actitudes xenófobas minó la moral de los afectados, provocándoles frustración, incomprendición, desamparo o desarraigamiento. Lucero Quispe es una de las afectadas:

Pienso que la xenofobia viene de actitudes de personas que dejaron huellas malas en el país; por ejemplo, a mí me discriminaban por ser peruana siempre soltaban comentarios como: "No me vayas a robar, cuidado se pierdan nuestras cosas: hay una peruana". Eran comentarios agresivos-pasivos, porque los tapaban diciendo que son comentarios por las malas experiencias que tuvimos con los peruanos. Sinceramente se siente incómodo, porque yo nunca robé nada, pero en cualquier parte me metían ese tipo de comentario; por culpa de unos cuantos todos pagamos el plato roto (Entrevista semiestructurada a Lucero Quispe, 2023).

También la peruana Bryhit Ricci ha tenido que escuchar, en Bolivia, comentarios ofensivos de ese tipo.

A veces, los poderes fácticos potencian la xenofobia, toda vez que, como demostró Arendt (2008), los prejuicios permiten simplificar la realidad y excluir a quienes no se adaptan a unos cánones hegemónicos: así actuó la propaganda nazi contra los judíos.

El chileno Francisco Orellana, cuando residió en Bolivia, fue discriminado debido a una cuestión de orden político: el conflicto marítimo entre Chile y Bolivia: "Escuchaba chistes irónicos, de mal gusto. Es complicado sobrelyear el problema". En esa misma línea, la chilena María José Tapia, que vive en Bolivia, destaca que en Bolivia no existe mucha xenofobia, pero que una parte de los bolivianos "ataca a los chilenos" debido al mencionado capítulo de la historia contemporánea, mediante el cual Bolivia reclama a Chile una salida soberana al mar.

La boliviana Paola Antezana fue puesta en tela de juicio, en su propio país, por estar casada con un chileno, Francisco Orellana. Según la entrevistada,

La xenofobia es el miedo a lo diferente pobre. A los gringos y a los europeos no se los discrimina, porque cuando están de turismo, aportan desarrollo económico a ese país. La discriminación surge cuando consideras que alguien de otro país es menos que tú (Entrevista semiestructurada a Paola Antezana, 2003).

Cuando vivió en Bolivia, a la peruana Ivonne Pinto no la discriminaron por su condición de extranjera, pero es consciente de este problema social de largo alcance, al que atribuye el supremacismo de los agresores: "Considero que la xenofobia se debe a la poca tolerancia y respeto hacia las diferencias, al pensamiento de que una cultura o país es mejor que otro".

La boliviana Anahí Benítez, que emigró a Paraguay, tampoco sufrió la discriminación xenófoba, pero incide en el peso que tienen los clichés a la hora de desprestigiar a los extranjeros, concretamente a los bolivianos:

El boliviano, en otros países de Latinoamérica, es conocido desde la concepción indígena-campesina con que se muestra al exterior. No es un tema que me haya avergonzado o me haya hecho sentir mal porque es mi gente, pero sí he notado que existe cierto menoscenso y admiración por parte de las personas de nuestro nivel de formación tanto educacional como personas (Entrevista semiestructurada a Anahí Benítez, 2023).

La argentina Melody Gutiérrez tampoco sufrió experiencias discriminatorias en el país de acogida (Bolivia), pero arroja luz sobre estos comportamientos, al considerar que algunos agresores utilizan la xenofobia como coraza, para ocultar sus defectos:

Creo que la xenofobia es causada a partir del miedo al reemplazo de las personas. He conocido personas xenófobas que mostraban sus inseguridades porque otra persona destacaba en aspectos que ellos no manejaban o practicaban (Entrevista semiestructurada a Melody Gutiérrez, 2023).

Estos testimonios reflejan la tesis del filósofo español Fernando Savater, para quien los sustratos de la xenofobia son el fundamentalismo y la inseguridad:

En la mayoría de los casos, la gente no es racista (en el sentido seudocientífico de este término) sino *xenófoba*: detesta a los extranjeros, a los diferentes, a los que hablan otra lengua o se comportan de manera distinta. Los detestan porque se sienten *incómodos* ante ellos: como no están muy seguros de su propia cordura, los fanáticos quieren que todos a su alrededor piensen y vivan como ellos, para sentirse acogedoramente *confirmados*... Además, el rechazo de los extraños (racial o culturalmente) es una buena coartada para justificar los abusos que cometemos contra ellos y la marginación que sufren (Savater, 2004, p. 122).

Como recuerda el propio Savater (2004, p. 124), todos los países han surgido de mezclas entre diversos grupos, y en las épocas de mayor mestizaje cultural o étnico —la Jonia del s. VI a. C. o la Viena de 1900— se produjeron algunos de los

mayores florecimientos creadores de la civilización. Por el contrario, las naciones *puras* han generado monotonía, cuando no crímenes.

En definitiva, como explica Todorov, a los extranjeros les alientan las mismas ambiciones y padecen las mismas carencias que los nativos de ese país. La diferencia es que, de una forma más pronunciada, los inmigrantes “son presa del desamparo y nos lanzan llamadas de auxilio” (Todorov, 2008). Esto, de acuerdo con el filósofo y lingüista ruso, “nos atañe a todos, porque el extranjero no sólo es el otro, nosotros mismos lo fuimos o lo seremos, ayer o mañana, al albur de un destino incierto: cada uno de nosotros es un extranjero en potencia” (Todorov, 2008). Es ahí cuando el apoyo social y la solidaridad surgen como factores clave para integrar a los extranjeros y para el enriquecimiento entre las dos culturas, la de llegada y la de destino.

## Conclusiones

Los jóvenes entrevistados (bolivianos, chilenos, peruanos y argentinos) emigraron a países limítrofes por motivos académicos, económicos y familiares. En Bolivia, la reciente afluencia —últimos 30 años— de jóvenes extranjeros a universidades bolivianas reconfigura las percepciones y comprensiones ortodoxas del *otro*. En ese sentido, la adaptación transcultural implica una marcada confrontación de creencias y prácticas culturales previas con las de la sociedad receptora. Algunos jóvenes migrantes entrevistados, “presas del desamparo”, experimentaron un choque cultural, al enfrentar episodios de xenofobia que afectaron a su integración y a su bienestar emocional en el nuevo entorno - y que en el caso de los chilenos discriminados tienen que ver con factores políticos.

Sin embargo, también son visibles, entre los testimonios, las experiencias de aceptación y acogida por parte de la comunidad boliviana, lo que genera espacios de enriquecimiento mutuo y diálogo intercultural. Asimismo, los bolivianos que migraron a países limítrofes fueron generalmente integrados en la sociedad receptora.

Cabe resaltar que la mayor parte de migrantes entrevistados, en busca de un lugar donde crecer, ven el concepto de *frontera* como algo netamente político, no cultural. Esto equivale a decir que las fronteras son de carne y hueso; los límites los ponen los seres humanos desde sus puestos de poder o al resguardarse bajo una coraza de prejuicios que genera simplificaciones. Indudablemente, las culturas son un patrimonio de la humanidad, no de las administraciones, de los medios de comunicación o de la Iglesia.

## Agradecimientos

Queremos expresar nuestro más sincero agradecimiento a los migrantes entrevistados: Ivonne Pinto, Jaime Vélez Ocampo, Anahí Benítez, Paola Antezana, Francisco Orellana, Melody Gutiérrez, Lucero Quispe, Damely D Almeida, María José Tapia y Bryhit Ricci. Sin sus valiosos testimonios, este artículo no hubiera sido posible.

## Referencias

- ARENDT, H. *¿Qué es la política?* Barcelona: Paidós Ibérica, 2018.
- ARTEAGA AGUIRRE, C. **Modernización agraria y construcción de identidades.** México: Plaza y Valdés, Centro de Estudios para el Desarrollo de la Mujer, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2000.
- ARUJ, R. S. Causas, consecuencias, efectos e impacto de las migraciones en Latinoamérica. *Papeles de Población*, v. 14, n. 55, 2008.
- BURKE, P. **Hibridismo cultural.** Madrid: Ediciones Akal, 2010.
- CORONEL BERRIOS, F. H. Efectos de la migración en el proceso de aprendizaje-enseñanza y su tratamiento desde la escuela. *Revista Íntegra Educativa*, v. 6, n. 1, 2013.
- EDITORIAL CORREO DEL SUR. "La cultura del bloqueo". *Correo del Sur*, 30 jul. 2023. En: [https://correodelsur.com/opinion/20230730\\_la-cultura-del-bloqueo.html](https://correodelsur.com/opinion/20230730_la-cultura-del-bloqueo.html)
- GIMENEZ, G.; GENDREAU, M. Impacto de la migración y de los media en las culturas regionales tradicionales. En: CASTILLO, M. Á.; LATTE, A.; SANTIBÁÑEZ, J. (coord.) **Migración y Fronteras.** México: El Colegio de la Frontera, 2004.
- KIM, Y. Contexts of Cross-Cultural Adaptation. En: GILES, H.; KRAMARAE, C. (eds.). **Communication and cross-cultural adaptation: an integrative theory** Clevedon: Multilingual Matters LTD. Bristol: Multilingual Matters Limited, 1988. p. 3-31.
- PELLEGRINO, A. **La migración internacional en América Latina y el Caribe:** tendencias y perfiles de los migrantes. Santiago de Chile: Banco Interamericano de Desarrollo (BID), 2003.
- MAZUREK, H. **Migraciones y dinámicas territoriales.** La Paz: CIDES/UMSA, 2009.
- PIQUERAS INFANTE, A. **La identidad valenciana.** La difícil construcción de una identidad colectiva. Madrid: Escuela Libre, Editorial, Institució Valenciana D'estudios I Investigació, 1996.
- RANFLA GONZÁLEZ, A. Frontera política y espacio fronterizo. *Estudios Fronterizos*, año II, v. I, n. 4-5, p. 47-68, 1984.
- SAVATER, F. **Política para Amador.** Barcelona: Editorial Ariel, 2004.
- SIN FILTRO BOLIVIA. Manuel Castells en Bolivia. 2017. En: <https://www.youtube.com/watch?v=52ExQYdQNiw>.
- TODOROV, T. Todos somos extranjeros. *El País*, 24 oct. 2008. Recuperado de: [https://elpais.com/diario/2008/10/25/cultura/1224885602\\_850215.html](https://elpais.com/diario/2008/10/25/cultura/1224885602_850215.html).
- VALENTE, J. A. **Cántigas de alén.** Ed. bilingüe. Trad. de César Antonio Molina. Barcelona: Àmbit Serveis Editorials, 1989.
- VELASCO, J. C. y FERNÁNDEZ-JARDÓN, F. *¿Qué es una frontera?* *The Conversation*, 24 mar. 2021. Recuperado de: <https://theconversation.com/que-es-una-frontera-157647>.

# CONEXÕES AMÉRICA DO SUL-ORIENTE MÉDIO: A COMUNIDADE ÁRABE E SUA INFLUÊNCIA NA TRÍPLICE FRONTEIRA

## South America-Middle East Connections: the arab community and its influence on the tri-border area

DOI 10.55028/geop.v18i35

Guilherme Ribeiro Guerra\*  
Camilo Pereira Carneiro Filho\*\*

**Resumo:** A comunidade árabe da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai, cujo papel é marcante na cultura e economia locais, é vinculada pela mídia internacional, sem nenhuma evidência, ao terrorismo islâmico. Haja vista sua importância nas relações do Brasil com o Oriente Médio, este artigo objetiva analisar os fluxos comerciais e migratórios a ela relacionados. Inicialmente, o trabalho aborda a formação histórica da Tríplice Fronteira, na sequência é enfocado o papel da comunidade árabe na região. Por fim, são analisadas as conexões Oriente Médio-América do Sul. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada em análise bibliográfica, sob a ótica da Geografia Política.

**Palavras-chave:** Oriente Médio, Tríplice Fronteira, Comunidade Árabe.

**Abstract:** The Arab community of the Brazil-Argentina-Paraguay Tri-Border Area, whose role is notable in the local culture and economy, is linked by the international media, without any evidence, to Islamic terrorism. Given its importance in Brazil's relations with the Middle East, this article aims to analyze the trade and migratory flows related to this community. Initially, the text addresses the historical formation of the Tri-Border Area, followed by a focus on the role of the Arab community in the region. Finally, the Middle East-South America connections are analyzed. In terms

### Introdução

Uma característica peculiar da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai, a região fronteiriça mais importante da América do Sul em termos de economia, população e produção de energia, é a sua diversidade étnica. Nesse sentido, Foz do Iguaçu concentra a segunda maior comunidade de língua árabe do Brasil (em 2013, eram 22 mil imigrantes e descendentes). A região também concentra grande número de muçulmanos, sendo que entre 12 e 18 mil vivem em Foz do Iguaçu e 9 mil em Ciudad del Este (Carneiro, 2016), não havendo expressivo número de árabes na cidade fronteiriça argentina de Puerto Iguazú (Souza, 2017).

No contexto histórico, um grande contingente de imigrantes árabes (principalmente libaneses) se estabeleceu em Foz do Iguaçu na década de 1960,

\* Graduando em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: guilherme.guerra@discente.ufg.br.

\*\* Professor da Universidade Federal de Goiás, no curso de Geografia, Graduado em Geografia e Meio Ambiente pela PUC-Rio, Mestre em Geografia pela UFRJ e Doutor em Geografia pela UFRGS. E-mail: camilo.pereira@ufg.br.

of methodology, it is a qualitative research, based on bibliographical analysis, from the perspective of Political Geography.

**Keywords:** Middle East, Tri-Border Area, Arab Community.



pois a cidade oferecia oportunidades comerciais. Outro importante fator de atração para a região foi a construção da hidrelétrica de Itaipu Binacional (1975-1982), que trouxe um número significativo de pessoas para trabalhar na usina, fomentando o comércio local (Carletti; Kotz, 2012).

Segundo Said (2007), um aspecto do mundo eletrônico pós-moderno é que houve um reforço dos estereótipos pelos quais o Oriente é visto. Televisão, filmes e todos os recursos de mídia forçaram a informação a se encaixar em moldes cada vez mais padronizados. No que diz respeito ao Oriente, a padronização e os estereótipos culturais intensificam o domínio da demonologia imaginativa e erudita do “misterioso Oriente” do século XIX.

Apesar do estereótipo pejorativo amplamente divulgado na mídia internacional, a população de origem árabe que vive na Tríplice Fronteira desempenha um papel fundamental no intercâmbio cultural e econômico entre a América do Sul e o Oriente Médio. Além disso, essa comunidade possui um papel de destaque no comércio transfronteiriço entre Brasil, Argentina e Paraguai e nas demais fronteiras do Mercosul. Do mesmo modo, a importância do comércio com os países árabes para a América do Sul pode ser vista no intercâmbio do Brasil com o Oriente Médio. Nos últimos anos, o Brasil intensificou as relações comerciais e de cooperação com os países árabes.

Assim, este artigo aborda inicialmente os árabes no processo histórico de formação da Tríplice Fronteira. Na sequência, o trabalho destaca a presença da comunidade árabe na fronteira Brasil-Paraguai. Por fim, o texto analisa as conexões comerciais entre o Brasil e o Oriente Médio. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa, básica, de cunho exploratório pautada em análise bibliográfica e documental, sob a ótica da Geografia Política.

## Os árabes no processo histórico de formação da Tríplice Fronteira

A Tríplice Fronteira pode ser classificada como o coração da Bacia do Prata. O processo histórico de formação da fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai remonta ao período dos impérios coloniais de Portugal e Espanha na América do Sul. Após a chegada dos europeus no século XVI, a Bacia do Prata sofreu os impactos da implantação das Missões Jesuíticas no século XVII.

As fronteiras entre os territórios da América portuguesa e da América espanhola foram consolidadas após várias guerras. Dessa forma, as fronteiras entre o Brasil e os países vizinhos são um legado de disputas entre potências europeias comumente resolvidas por tratados bilaterais.

No tocante ao histórico dos tratados, Vargas (2017) recorda que o primeiro tratado estabelecido entre Portugal e Espanha, dividindo os domínios coloniais foi a *Bula Inter Coetera* (1493). Um ano depois, os dois países assinaram o Tratado de Tordesilhas (1494). Séculos mais tarde este tratado seria substituído por outros: Utrecht (1713), Madrid (1750), El Pardo (1761), Primeiro Tratado de San Ildefonso (1777) e Badajoz (1801). Posteriormente, com os Estados já independentes, a fronteira do Brasil com Argentina e Paraguai foi estabelecida na segunda metade do século XIX. Brasil e Argentina resolveram suas disputas fronteiriças por meio de um processo de arbitragem em 1895. Tratados complementares foram estabelecidos em 1898, 1910 e 1927. Por sua vez, Brasil e Paraguai estabeleceram a fronteira após o Tratado de Loizaga-Cotegipe, assinado em 1872.

A região que hoje corresponde à Tríplice Fronteira permaneceu habitada exclusivamente por indígenas até 1880. Essa situação mudou em 1881, uma década após o fim da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), quando colonos do lado brasileiro começaram a cultivar erva-mate.

Em relação ao histórico das cidades localizadas na região, em 14 de março de 1914, o município de Vila Iguaçu foi fundado pelas autoridades brasileiras. Posteriormente, em 1918 a cidade passou a se chamar Foz do Iguaçu. Por sua vez, o lado argentino também começou a se desenvolver na década de 1880, mas a cidade de Puerto Iguazú foi fundada apenas em 1902. O povoamento do lado

paraguaio começou tarde, na segunda metade do século XX, em 1957 quando foi criada a cidade de Puerto Flor de Lis, que posteriormente teve seu nome alterado para Puerto Presidente Stroessner, para finalmente receber a atual denominação de Ciudad del Este em 1989 (Carneiro, 2016).

Segundo Oliveira (2008), a histórica rivalidade entre Brasil e Argentina, herdada dos impérios coloniais, surgiu ao longo do século XX em algumas localidades fronteiriças como a Tríplice Fronteira, onde foram instalados projetos de infraestrutura – como a Itaipu Binacional e a Ponte da Amizade, em meio a disputas geopolíticas. Localizada na Tríplice Fronteira (Mapa 1), Itaipu Binacional, maior hidrelétrica da América do Sul, fornece 8,7% da energia consumida no Brasil e 86,4% da energia consumida no Paraguai (Itaipu Binacional, 2022).

Carneiro (2014) destaca que além do potencial energético e de estar situada sobre o Aquífero Guarani, a Tríplice Fronteira é um importante ponto de passagem para os produtos comercializados entre os países do Mercosul. A região é atravessada diariamente por uma série de fluxos (de capitais, mercadorias, pessoas, serviços) e também por diferentes tipos de tráfico (armas, drogas e seres vivos).

**Mapa 1** - Localização da Tríplice Fronteira



Autor: Guilherme Guerra (2023).

No que diz respeito aos aspectos demográficos da Tríplice Fronteira, a região passou a receber um grande número de imigrantes após a assinatura do Tratado de Itaipu (1973) e a construção da barragem da usina (1975-1982). As oportunidades de negócios atraíram pessoas de diversos países, em especial cidadãos árabes de países como Líbano, Síria e Palestina (Pinto, 2011).

Na Tríplice Fronteira, há um estereótipo no imaginário coletivo de que o árabe é um comerciante nato, sendo que, no decorrer do tempo, ele passa de camelô a empresário (Montenegro, 2011).

A população de origem árabe construiu uma territorialidade facilmente perceptível na paisagem da Tríplice Fronteira. Devido à melhor infraestrutura de serviços urbanos, sociais, educacionais e de saúde, a maior parte dessa comunidade vive em Foz do Iguaçu. No entanto, em geral, tem seus negócios no lado paraguaio da fronteira, devido ao status de zona franca comercial de Ciudad del Este (Cury, 2011).

Para Rabossi (2007), a presença de imigrantes principalmente árabes na Tríplice Fronteira só é compreensível à luz da dinâmica comercial da região. A chegada dos primeiros imigrantes árabes está relacionada ao comércio, alguns desses comerciantes se estabeleceram em Foz do Iguaçu onde era grande a perspectiva de comércio com o Paraguai, por ser um mercado “virgem” para os produtos brasileiros.

Os imigrantes viviam principalmente no Líbano, sendo que alguns já haviam passado pelo interior do Paraná e São Paulo e até se fixar em outras cidades antes de se mudar para Foz do Iguaçu.

Muitos dos que se dedicaram ao comércio em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este não traziam experiência comercial de seus locais de origem. O comércio era uma atividade que possibilitava um maior retorno financeiro, além contemplar outras possibilidades. A concretização dessas possibilidades estava vinculada ao tipo de inserção no comércio, geralmente por meio de uma atividade denominada ‘mascate’, (vendedores de porta em porta, que percorriam bairros e cidades).

O momento da chegada de muitos desses migrantes (décadas de 1950 e 1960) é fundamental para entender o sucesso comercial que alcançaram, pois coincidiu com a expansão da produção brasileira de artigos industrializados, principalmente no setor têxtil. Os mascates se tornaram peças-chave no escoamento dessa produção para o interior do Brasil e, posteriormente, com sua instalação em cidades fronteiriças, para países vizinhos.

Com a fundação de Puerto Presidente Stroessner (1957), e a inauguração da Ponte da Amizade (1965), a margem paraguaia do rio Paraná ganhou nova vida. Os primeiros negócios abertos nas proximidades da ponte foram paraguaios, mas

logo depois outros comerciantes começaram a se instalar. Desde o final da década de 1960, alguns comerciantes de origem árabe já estabelecidos em Foz do Iguaçu abriram suas lojas e importadores na cidade paraguaia.

Com o início da guerra no Líbano (1975), a presença de comerciantes árabes na fronteira foi aumentada. Alguns trabalhavam em Foz do Iguaçu, outros em Puerto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este), e outros atuavam em ambos os lados. Este espaço de relacionamentos e oportunidades tornou-se um local atraente para muitos libaneses, palestinos e outros povos do Oriente Médio que emigraram devido aos conflitos na região.

A expansão comercial na década de 1980 – por meio da consolidação de Foz do Iguaçu como polo exportador de produtos brasileiros e Ciudad del Este como entreposto de produtos importados de diversas partes do mundo – passou a ser a marca de inserção desses novos imigrantes.

Estudo do Banco Central do Paraguai, de 1998, sobre a origem dos lojistas em Ciudad del Este apontou: paraguaia: 28%; asiática: 27%; árabe: 24%; brasileira: 11%; outras não especificadas: 10%. Naquele ano, havia aproximadamente 7.000 estabelecimentos, sendo que 1.680 estavam em mãos de comerciantes árabes.

A influência dos comerciantes árabes em Ciudad del Este pode ser observada também na construção de estruturas como a mesquita do Profeta Maomé, inaugurada em meados da década de 1990, cujas obras foram organizadas por um comerciante local. Já em 2015, foi inaugurada a *Mezquita del Este* (Figura 1).

**Figura 1 - Mezquita del Este**



Fonte: Paraguai (2015).

Iniciativa dos membros do Centro Árabe Islâmico do Paraguai, a *Mezquita del Este* custou 1 milhão de dólares, foi concluída após 4 anos de obras e contou com fundos fornecidos pelos mais de 7 mil árabes muçulmanos que vivem em Ciudad del Este, além dos aproximadamente 20 mil árabes residentes em outras partes da Tríplice Fronteira (Paraguai, 2015). Sua inauguração teve a presença do então presidente do Paraguai, Horacio Cartes, o que demonstra o peso da comunidade árabe na economia e na política do país.

## A comunidade árabe na fronteira Brasil-Paraguai

As origens históricas da imigração árabe no Brasil remontam à década de 1880. Muito em função da visita, em 1876, do imperador Dom Pedro II ao Império Turco Otomano e do estabelecimento de laços mais fortes com aquele país. A imigração árabe se intensificou ao longo do século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, motivada por guerras e perseguições religiosas. Comunidades cristãs na Síria, Líbano e Egito sofreram perseguições de muçulmanos em diferentes regiões (Carletti; Kotz, 2012).

No início do século XX, o papel dos árabes na economia brasileira, independentemente da região em que estivessem estabelecidos, se dava por meio do comércio popular. Trabalhavam como vendedores de porta em porta e em casas de comércio, principalmente vendendo roupas e tecidos (Carletti; Kotz, 2012).

A partir de meados do século XX, a migração de árabes de países como Líbano, Palestina e Síria para o Brasil foi muito influenciada pelos conflitos no Oriente Médio. Nesse sentido, a tabela 1 apresenta os principais conflitos envolvendo os três países.

Parte significativa dos imigrantes árabes e seus descendentes, principalmente do Líbano e da Síria, professam a religião islâmica em suas diversas vertentes. Demant (2004) afirma que a comunidade muçulmana brasileira é bastante invisível, mas chegaria a 1 milhão de fiéis. Cerca de metade reside em São Paulo e o restante se concentra em estados como Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul.

O Brasil abriga a maior comunidade de descendentes de libaneses do mundo, e hoje há mais libaneses no Brasil do que no Líbano. A comunidade libanesa no Brasil é majoritariamente cristã, mas também há muitos muçulmanos, sunitas e, em menor escala, alauítas e xiitas.

**Tabela 1 - Conflitos no Líbano na Palestina e na Síria (séculos XX e XXI)**

País	Guerras nos séculos XX e XXI				
	Líbano	Conflito Israel-Líbano (1968-2006)	Guerra Civil Libanesa (1975-1990)	Guerra do Líbano de 1982 (1982-1985)	Guerra do Líbano de 2006
Síria		Conflito israelo-palestino (1948-Presente)	Guerra dos Seis Dias (1967)	Guerra do Yom Kippur (1973)	Primeira Intifada (1987-1993) Segunda Intifada (2000-2005)
Palestina	-		Guerra dos Seis Dias (1967)	Guerra do Yom Kippur (1973)	Guerra Civil Libanesa (1975-1990) Guerra Civil Síria (2011-Presente)

Fonte: Organizado pelos autores (2023).

Uma onda mais recente de imigração árabe para o Brasil está relacionada à guerra civil libanesa e está concentrada em Foz do Iguaçu (Demant, 2004).

### As causas geopolíticas da emigração árabe

Em relação aos aspectos religiosos, os sunitas, xiitas e um pequeno número de drusos compõem a comunidade muçulmana na fronteira Brasil-Paraguai. A institucionalização da representação religiosa dos dois primeiros grupos ocorreu a partir da década de 1980, institucionalizando também as diferenças entre os dois lados do Islã. Primeiramente, os sunitas fundaram sua mesquita e uma escola árabe em Foz do Iguaçu, com apenas uma sala de oração em Ciudad del Este funcionando em um apartamento no centro daquela cidade. Já os xiitas fundaram uma escola em Foz do Iguaçu e o Hussayniah Imam Al-Khomeini. Do lado paraguaio, fundaram a mesquita do Profeta Mohamed. O pequeno grupo de drusos criou o Lar Druso em Foz do Iguaçu (Montenegro, 2011).

A situação geopolítica no Oriente Médio, com os interesses petrolíferos do Ocidente e a presença de Israel causam instabilidade na região e impulsionam a emigração de árabes, nesse sentido, o drama dos palestinos é um dos principais fatores por trás da emigração para outras regiões, como a Tríplice Fronteira.

Em 1947, a ONU, sem consultar previamente os árabes palestinos, decidiu dividir a Palestina em dois estados: um judeu e outro árabe. Em 1948, os judeus proclamaram o Estado de Israel, fazendo com que os países árabes vizinhos iniciassem uma guerra. A guerra durou até 1949 e Israel venceu com apoio britânico, 75% do território palestino foi tomado por Israel e desde então a ocupação militar israelense da Faixa de Gaza e da Cisjordânia resultou na expulsão de palestinos e no confisco de suas terras. A política israelense de construção de colônias incentivou a transferência de judeus de várias partes do mundo (Rússia, Etiópia e países

europeus) para terras palestinas. Israel converteu árabes palestinos em mão de obra barata. No campo dos direitos humanos, as violações têm sido recorrentes (milhares de prisões, demolições de casas, repressão à atividade cultural palestina, revogação de mandatos de prefeitos, deportações, repressão militar, controle econômico e confisco de água e terra) todos esses fatores levaram a uma diáspora de palestinos para países vizinhos, mas também para regiões mais distantes, como a Tríplice Fronteira. Os palestinos eram considerados apátridas, tendo que portar documentos que os identificavam como árabes, sem maiores direitos civis ou políticos (Silva, 2004).

Este contexto impulsiona a emigração e explica o fato de várias cidades fronteiriças do Mato Grosso do Sul e do Paraná abrigarem comunidades árabes, formadas por imigrantes de origem principalmente síria, palestina e libanesa. Nesse sentido, a presença de imigrantes muçulmanos do Oriente Médio e seus descendentes em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este constitui um elemento central em diferentes construções discursivas da Tríplice Fronteira. Em termos demográficos, em 2011 havia entre 12.000 e 18.000 muçulmanos, em sua maioria sunitas e xiitas, com um pequeno contingente de drusos, em Foz do Iguaçu. Em Ciudad del Este, em 2011, havia cerca de 9.000 muçulmanos, a maioria xiita. A maioria dos muçulmanos dedica-se ao comércio em Foz do Iguaçu ou em Ciudad del Este, havendo membros da segunda ou terceira geração nascidos no Brasil que passaram a exercer profissões liberais (Pinto, 2011).

Nos últimos anos a comunidade árabe estabelecida na fronteira Brasil Paraguai tem sofrido acusações infundadas de associação ao crime organizado e ao terrorismo internacional, sendo que episódios isolados envolvendo membros desta comunidade são deturpatos e alardeados pela grande mídia, que busca audiência. Episódios como o assassinato de Jorge Rafaat, ocorrido na fronteira Brasil-Paraguai têm sido usados pela mídia com esta finalidade.

Nas cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, Jorge Rafaat, comerciante e empresário, filho de pai brasileiro de origem libanesa e mãe paraguaia, dominou o tráfico de drogas na fronteira e entre 2000 e 2016 foi conhecido como o (Rei do a fronteira). Antes de Rafaat, um personagem importante na região foi outro empresário brasileiro de origem libanesa: Fahd Jamil Georges, natural de Campo Grande, que também construiu seu império na fronteira (Manso; Dias, 2018).

Por sua vez, na esteira dos ataques da Al-Qaeda, no início do século XXI, alguns membros dessas comunidades foram acusados de atividades terroristas fundamentalistas. Por mais de duas décadas, a mídia internacional, as agências de segurança da informação e os governos de países como Estados Unidos e Argentina têm apontado a comunidade muçulmana da Tríplice Fronteira como um

problema de segurança. Apesar da falta de evidências concretas, agentes do Estado e a mídia afirmam que a Tríplice Fronteira é usada por organizações terroristas islâmicas. Tais narrativas são constantemente reproduzidas na mídia do Brasil, Argentina e Paraguai, construindo um estereótipo pejorativo e sensacionalista que vincula terrorismo, árabes e islamismo (Pinto, 2011).

É importante esclarecer que o terrorismo internacional, desde o início do século XXI, está associado ao islamismo (terrorismo islâmico) porque os líderes de grupos como Al-Qaeda, ISIS e Boko Haram assumem a busca no Islã de justificativas e argumentos por meio do uso de termos como Jihad como sinônimo de “guerra santa” em nome de Deus (Diallo, 2021).

Embora o governo brasileiro rejeite as acusações sobre a existência de células terroristas na Tríplice Fronteira, o governo assume que há um problema de segurança pública na região, representado, sobretudo, pela prática de crimes de contrabando, tráfico de drogas e armas e lavagem de dinheiro e não se opõe às medidas de segurança que permeiam a militarização da região sob o aval desse discurso (Souza, 2017).

No entanto, o Islã é uma religião de paz, que garante às pessoas uma vida de segurança, à luz de um sistema de salvaguarda dos direitos de todos (Al-Sheha, 1999). No que diz respeito à religião, em Foz do Iguaçu existe uma mesquita sunita chamada Omar Ibn Al-Khattab (Figura 2), a mais antiga da cidade, inaugurada em 1983, a mesquita, que é uma das maiores da América Latina, recebe mensalmente de quatro a cinco mil visitantes nacionais e estrangeiros, sendo um dos principais atrativos turísticos da Tríplice Fronteira. Foz do Iguaçu também possui uma mesquita xiita que funciona na Sociedade Beneficente Islâmica, ambas localizadas no bairro Jardim Central (Carneiro, 2016).

**Figura 2 - Mesquita Omar Ibn Al-Khattab**



Fonte: Camilo Pereira Carneiro (2022).

Em 2016, a mesquita sunita Alkhaulafa Al-Rashdeen foi inaugurada em Ciudad del Este, foi o terceiro templo construído pela comunidade muçulmana na Tríplice Fronteira (GZH, 2016).

### Coneções comerciais Brasil-Oriente Médio

As conexões da América do Sul com o Oriente Médio podem ser medidas por meio do comércio de seu principal país, o Brasil, com os países daquela região. Neste artigo, em função da dificuldade de obtenção de dados de outros países sul-americanos, optou-se por utilizar os dados fornecidos por órgãos oficiais brasileiros.

Em 2021, o comércio do Brasil com países do Oriente Médio chegou a US\$24 bilhões (Investsp, 2022a). Os principais produtos brasileiros exportados para o Oriente Médio são: carne de frango (21%), minério de ferro (13%), milho (12%), açúcar (11%), bovinos de corte (8,7%) e soja (6,6%). Por outro lado, o Brasil importa do Oriente Médio os seguintes produtos: petróleo (48%), fertilizantes (27%) e inseticidas (5,4%) (Fazcomex, 2022).

A importância da comunidade árabe no Brasil, pode ser aferida pela atuação de instituições como a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB), criada em

1952. Fundada por empresários brasileiros de origem árabe, a CCAB é um instrumento de promoção do comércio exterior no mundo árabe, que movimenta US\$20 bilhões por ano, sendo US\$12 bilhões em exportações e US\$8 bilhões em importações para o Brasil. A entidade representa 22 países árabes. Atualmente, os três principais parceiros do país na região são Arábia Saudita, Egito e Emirados Árabes Unidos (Paraná, 2021). Segundo os objetivos oficiais da entidade, a CCAB atua com o propósito de conectar brasileiros e árabes para promover o desenvolvimento econômico, social e cultural (CCAB, 2023).

A brasileira BRF (Sadia, Perdigão e Hilal) fornece produtos para 15 países do Oriente Médio, sendo que 78% da produção de aves da BRF é Halal. A marca Sadia é líder de mercado na categoria de aves no Oriente Médio e é reconhecida como a preferida na região. A BRF já possui uma fábrica em Dammam, na Arábia Saudita (BRF, 2021). Na tabela 2 está apresentada de forma detalhada os valores comercializados pelo Brasil com os países do Oriente Médio, além da sua balança comercial.

**Tabela 2** - Balança comercial Brasil Oriente Médio em 2022

Países	Exportação 2022 (US\$)	Importação 2022 (US\$)	Balança Comercial (US\$)
Arábia Saudita	2.914.703.978,00	5.306.342.358,00	-2.391.638.380,00
Barein	1.415.140.540,00	242.659.048,00	1.172.481.492,00
Catar	411.241.720,00	1.208.595.393,00	-797.353.673,00
Coveite (Kuwait)	300.939.623,00	331.431.518,00	-30.491.895,00
Egito	2.842.512.911,00	640.115.488,00	2.202.397.423,00
Emirados Árabes Unidos	3.253.697.551,00	2.514.142.085,00	739.555.466,00
Iêmen	327.830.114,00	924,00	327.829.190,00
Irã	4.285.851.065,00	139.172.710,00	4.146.678.355,00
Iraque	613.363.073,00	602.371,00	612.760.702,00
Israel	1.883.514.470,00	2.118.584.273,00	-235.069.803,00
Jordânia	399.921.468,00	181.416.872,00	218.504.596,00
Líbano	252.618.047,00	29.901.855,00	222.716.192,00
Omã	1.040.690.852,00	1.160.105.747,00	-119.414.895,00
Palestina	30.097.472,00	286.644,00	29.810.828,00
Síria	17.171.270,00	3.112.873,00	14.058.397,00

Fonte: Comex Stat (2023).

Em relação às exportações de bovinos, a partir de 2016, a Turquia tornou-se o maior comprador de gado vivo do Brasil, adquirindo mais de 60% do gado exportado e permanecendo como o maior importador do setor desde então (Globo Rural, 2016). Em 2017, o comércio entre o Brasil e a Turquia atingiu um volume de

US\$2,289 bilhões, com as vendas brasileiras crescendo pelo quarto ano consecutivo, atingindo US\$1,820 bilhão, o que representou um aumento de 25,8% em relação a 2016. Compras feitas pelo país euro-asiático aumentaram 18%, totalizando US\$468 milhões, o que resultou em saldo comercial positivo para o Brasil de US\$1,351 bilhão (INVESTSP, 2018).

Por sua vez, *commodities* como petróleo e derivados figuram entre os principais produtos do Oriente Médio importados pelo Brasil. Derivados de petróleo e combustíveis lideram as exportações dos Emirados Árabes Unidos para o Brasil, correspondendo a 73% da pauta. Em seguida, destacam-se produtos químicos e petroquímicos – utilizados na indústria farmacêutica e de embalagens – e peças e turbinas para aviões. Por outro lado, os principais produtos exportados pelo Brasil para os Emirados Árabes Unidos são a carne de frango, responsável por 25% do total, seguida pela carne bovina (13%), derivados da cana-de-açúcar (9,9%) e ouro (8,7%) (INVESTSP, 2020). Em 2021, as exportações brasileiras para os países árabes somaram US\$14,42 bilhões, o que representa um aumento de 26% na receita gerada. Os Emirados Árabes Unidos se tornaram o principal comprador árabe do Brasil, registrando um aumento de 13,21% na receita em relação ao mesmo período de 2020 (Comex, 2022).

Em 2022, as importações provenientes da Arábia Saudita para o Brasil atingiram um recorde histórico, totalizando US\$5,3 bilhões. Dos produtos importados, 60% do valor foi composto por óleos brutos de petróleo e minerais betuminosos, 16% a fertilizantes e fertilizantes químicos e 14% a óleos combustíveis de petróleo e minerais betuminosos. Os produtos intermediários da indústria compõem o restante dos percentuais (Alvim, 2023).

Cabe recordar que no passado, o comércio com o Oriente Médio chegou a ser estratégico para o Brasil. Durante as décadas de 1970 e 1980, o Brasil, enfrentando uma constante escassez de moeda forte, usou frango, automóveis e armamentos para pagar o petróleo iraquiano. A Volkswagen do Brasil, por exemplo, vendeu 175 mil veículos Passat quatro portas para o Iraque, fazendo a maior venda de um único modelo de carro já registrada no Brasil. O Brasil vendeu ao Iraque de Saddam Hussein pelo menos 776 blindados tipo Cascavel, 380 veículos anfíbios modelo Urutu, ambos fabricados pela brasileira ENGES, além de cem lançadores de foguetes Astros II, da AVIBRAS. Em apenas sete anos, o Iraque adquiriu do Brasil mais de um bilhão de dólares em armas, aeronaves leves e blindados (Defesanet, 2014).

Após longo período de baixo intercâmbio comercial, no primeiro semestre de 2019, as exportações do Brasil para o Iraque apresentaram crescimento de 25% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando US\$258,5 milhões. A

lista de produtos exportados é liderada por cana-de-açúcar, frango, gado vivo e tubos utilizados na indústria de petróleo e gás. Além disso, a pauta de exportação inclui máquinas para construção civil, artigos ortopédicos e odontológicos, além de móveis em geral (Logística Brasil, 2019).

Por sua vez, em 2017, o país vizinho do Iraque, o Irã, ficou em terceiro lugar entre os maiores compradores de carne bovina brasileira, com compras no valor de US\$560 milhões. Em geral, os países muçulmanos compram gado vivo para abate halal, que segue os preceitos de suas tradições religiosas (Gomes, 2018). O comércio bilateral entre o Brasil e o Irã é significativo, ultrapassando os 6 bilhões de dólares anuais. Os produtos importados incluem alimentos como soja, açúcar, milho, outros grãos e algodão (Diplomacia Business, 2022).

No que tange ao Líbano, em 2015, a pauta das exportações brasileiras para aquele país foi composta principalmente por produtos de baixo valor agregado. O grupo de produtos mais exportado foi o das carnes, incluindo bovinos, cortes e miudezas de aves, e suínos, que respondeu por 1/3 do total. Em seguida, vieram o café em bruto, com 19,9%, animais vivos como bovinos e búfalos, com 15,0%, açúcar semimanufaturado e refinado, com 12,6%, e aeronaves turbojato com peso menor ou igual a 15.000 Kg, que apareceram apenas na agenda 2015 (CCLB, 2015).

As relações comerciais entre Brasil e Líbano sofreram forte queda devido à instabilidade causada pela pandemia e pela explosão no porto de Beirute em agosto de 2020. Segundo dados da CCBL (Câmara de Comércio Brasil-Líbano), as importações do país do Oriente Médio do Brasil totalizou US\$3 milhões em 2020, o que representa uma redução de 69,1% em relação ao ano anterior. Enquanto isso, o superávit brasileiro foi de US\$154 milhões. Apesar da proximidade histórica entre os países, há mais libaneses e seus descendentes no Brasil do que no próprio Líbano, o fluxo comercial entre eles foi seriamente afetado pelos acontecimentos recentes. Desde o século XX, cerca de 12 milhões de libaneses deixaram o Oriente Médio, sendo que aproximadamente 8,5 milhões migraram para a América Latina, principalmente para o Brasil (Possa, 2021).

Por último, mas não menos importante, é preciso mencionar um dos principais parceiros comerciais do Brasil no Oriente Médio: o Egito. O país possui territórios em dois continentes, sendo uma ponte entre a Ásia e a África através da Península do Sinai. O Egito é um dos países que integra a missão oficial brasileira em nove nações do mundo árabe: Marrocos, Egito, Catar, Omã, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Bahrein, Iraque e Arábia Saudita (INVESTSP, 2022a).

Entre os países árabes, o Egito é o principal parceiro comercial do Brasil no continente africano, isso fica evidente quando no período dos nove primeiros meses

de 2021, as exportações do Brasil para o Egito ultrapassaram ligeiramente o total acumulado durante todo o ano de 2020, atingindo o valor de US\$2,047 bilhões, em comparação com US\$2,014 bilhões no ano anterior. Enquanto as importações aumentaram significativamente em 40,3%, totalizando US\$548 milhões. Com isso, o comércio bilateral com os egípcios gerou superávit de US\$1,499 bilhão para o Brasil, ante superávit de US\$1,472 bilhão registrado em 2021 (INVESTSP, 2022b).

## Considerações finais

A forma como a mídia tenta associar a Tríplice Fronteira ao terrorismo islâmico é apenas uma falácia, por isso é importante separar a comunidade árabe dessa pequena parcela que não representa o grupo, uma vez que essas pessoas que ali vivem, o fizeram justamente para tentar uma vida melhor.

A Tríplice Fronteira é um reduto de populações imigrantes, incluindo a população árabe, um dos maiores grupos étnicos da região. Essa comunidade assume papel importante no desenvolvimento econômico e cultural da região, realizando também a manutenção de sua identidade cultural e religiosa a partir de seus próprios esforços. Essa dinâmica criada pela presença da comunidade trouxe uma diversificação na cultura e paisagem das cidades fronteiriças, a ponto de se tornar um motivo de atração turística na região, atraindo um grande contingente de pessoas.

As conexões comerciais existentes entre Brasil e Oriente Médio, revelam um forte alinhamento com a região, além disso, mostra o interesse de ambos os lados em estreitar cada vez mais os laços econômicos como parceiros cada vez mais consolidados.

Dessa forma, este artigo trouxe uma análise geográfica das conexões entre a América do Sul e o Oriente Médio, com foco na Tríplice Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. Inicialmente, o texto apresentou o processo histórico de formação da região de fronteira entre os três países. Em seguida, foram discutidos os aspectos culturais, sociais e econômicos da comunidade árabe da Tríplice Fronteira. Por fim, a última sessão do trabalho trouxe dados sobre as relações comerciais entre os países do Oriente Médio e o Brasil, com vistas a demonstrar a importância da comunidade muçulmana na economia brasileira.

## Referências

- AL-SHEHA, Abdul-Rahman. *La llave para comprender el Islam*. Al Kheraiji: Riad, 1999. 98 p.
- ALVIM, Mariana. BBCNEWS. **Em 2022, Brasil importou US\$5,3 bilhões da Arábia Saudita, um recorde na relação bilateral**. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv2n2pnryypo>. Acesso em: 12 abr. 2023.

BRF. **Oriente Médio.** 2021. Disponível em: <https://www.brf-global.com/sobre/onde-estamos/oriente-medio/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

CARLETTI, Anna; KOTZ, Ricardo Lopes. Identidade e Integração na Fronteira: um estudo sobre a comunidade árabe-palestina nos municípios de Santana do Livramento e Rivera. In: BENTO, Fábio Régio (org.). **Fronteiras e Movimento.** Jundiaí: Paco Editorial, 2012. p. 79-90.

CARNEIRO, Camilo Pereira. A Geopolítica do Prata e a construção da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. **Anais do I CONGEO.** Rio de Janeiro-RJ: PUC-Rio, 2014.

CARNEIRO, Camilo Pereira. **Fronteiras irmãs:** transfronteirizações na Bacia do Prata. Porto Alegre: Ideograf, 2016. 273 p.

CCAB (São Paulo). **Quem somos.** 2023. Disponível em: <https://www.ccab.org.br/pt/quemsomos>. Acesso em: 26 jun. 2023.

CCLB. Câmara de Comércio Líbano-brasileira do Rio de Janeiro. **Dados estatísticos do comércio Brasil – Líbano.** 2015. Disponível em: <https://cclb.com.br/dados-estatisticos-do-comercio-brasil-libano/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

COMEX (Brasil). **Oriente Médio proporciona ao Brasil o maior saldo comercial dentre os parceiros comerciais do país.** 2019. Disponível em: <https://www.comexdobrasil.com/oriente-medio-proporciona-ao-brasil-o-maior-saldo-comercial-dentre-os-parceiros-comerciais-do-pais>. Acesso em: 12 abr. 2023.

CURY, Mauro José Ferreira. Territorialidades transfronteiriças: as interconexões socioambientais, econômicas, políticas e culturais na tríplice fronteira de Foz do Iguaçu(BR), Ciudad del Este(PY) e Puerto Iguazú(AR). In: FRAGA, Nilson (org.). **Territórios e fronteiras.** (Re)arranjos e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2011. 295-322 p.

DEFESANET (Brasil). **Brasil e Iraque negociam dívida.** 2014. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/armas/noticia/14138/brasil-e-iraque-negociam-dívida/#:~:text=Em%20apenas%20sete%20anos%20o,L%C3%ADbia%2C%20Catar%20e%20Ar%C3%A1bia%20Saudita>. Acesso em: 12 abr. 2023.

DEMANT, Peter. **O mundo Muçulmano.** São Paulo: Contexto, 2004. 428 p.

DIALLO, Mamadou Alpha. Agenda política internacional e vinculação ao terrorismo no pós-Guerra Fria. In: SILVA, Micael Alvino da; CASTRO, Isabelle Christine Somma de (org.). **Além dos Limites:** a tríplice fronteira nas relações internacionais contemporâneas. São Paulo: Alameda, 2021. p. 119-142.

DIPLOMACIA BUSINESS (Brasil). **Cooperativas brasileiras podem aumentar relações comerciais com Irã.** 2022. Disponível em: <https://www.diplomaciabusiness.com/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

EQUIPE COMEX DO BRASIL. Comex do Brasil. **Comércio entre Brasil e países árabes totalizou US\$24,25 bilhões em 2021, maior valor desde 2014.** 2022. Disponível em: <https://www.comexdobrasil.com/comercio-entre-brasil-e-paises-arabes-totalizou-us-2425-bilhoes-em-2021-maior-valor-desde-2014>. Acesso em: 12 abr. 2023.

FAZCOMEX (São Leopoldo). **Oriente Médio:** exportações e importações, exportações e importações. 2022. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/comex/oriente-medio-exportacoes-e-importacoes/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

FERNANDO CASTILHO. Uol. **Quarto produtor mundial, Brasil poderá exportar seu algodão para o Egito.** 2023. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/jc-negocios/2023/01/15165235-quarto-produtor-mundial-brasil-podera-exportar-seu-algodao-para-o-egito.html>. Acesso em: 12 abr. 2023.

GZH (Brasil). **Muçulmanos de Ciudad del Este inauguram mesquita, dispostos a sacudir estigmas.** 2016. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/01/muculmanos-de->

ciudad-del-este-inauguram-mesquita-dispostos-a-sacudir-estigmas-4962549.html. Acesso em: 23 maio 2023.

GLOBO RURAL. Globo. **Brasil conclui protocolo com Turquia para exportação de bovinos vivos.** 2016. Disponível em: <https://globorural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2016/08/globo-rural-brasil-conclui-protocolo-com-turquia-para-exportacao-de-bovinos-vivos.html>. Acesso em: 30 set. 2016.

GOMES, José Roberto. Reuters. **Irã aprova compra de gado vivo do Brasil, que pode chegar a 100 mil ao ano.** 2018. Disponível em: <https://exame.com/economia/ira-aprova-compra-de-gado-vivo-do-brasil-que-pode-chegar-a-100-mil-ao-ano/>. Acesso em: 14 abr. 2023.

INVESTSP (São Paulo). **Comércio do Brasil com a Turquia bate recorde e alcança US\$2,2 bi.** 2018. Disponível em: <https://www.investe.sp.gov.br/noticia/comercio-do-brasil-com-a-turquia-bate-recorde-e-alanca-us-2-2-bi/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

INVESTSP (São Paulo). **São Paulo: terra de negócios com os Emirados Árabes.** 2020. Disponível em: <https://www.investe.sp.gov.br/noticia/sao-paulo-terra-de-negocios-com-os-emirados-arabes/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

INVESTSP (São Paulo). **Brasil projeta ampliar comércio e cooperação com países árabes e o Egito é ponto focal da estratégia.** 2022a. Disponível em: <https://www.investe.sp.gov.br/noticia/brasil-projeta-ampliar-comercio-e-cooperacao-com-paises-arabes-e-o-egito-e-ponto-focal-da-estrategia/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

INVESTSP (São Paulo). **Egito se firma como maior mercado para o Brasil na África e estudo revela oportunidades de aumento do comércio bilateral.** 2022b. Disponível em: <https://www.investe.sp.gov.br/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

ITAIPU BINACIONAL (Brasil). **GERAÇÃO.** 2022. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/energia/geracao>. Acesso em: 26 jun. 2023.

LOGÍSTICA BRASIL. Câmara de Comércio e Indústria Brasil Iraque. **Exportações do Brasil ao Iraque crescem 25% no primeiro semestre.** 2019. Disponível em: <http://www.brasiliraq.com.br/exportacoes-do-brasil-ao-iraque-crescem-25-no-primeiro-semestre/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A Guerra:** a ascensão do pcc e o mundo do crime no brasil. São Paulo: Todavia, 2018. 342 p.

MONTENEGRO, Silvia. Projetos missionários e representações sobre a diversidade cultural: o evangelho transcultural para árabes na tríplice fronteira. In: MACAGNO, Lorenzo; MONTENEGRO, Silvia; BÉLIVEALI, Verónica Giménez. **A Tríplice Fronteira:** espaços nacionais e dinâmicas locais. Curitiba: Ufpr, 2011. p. 147-182.

OLIVEIRA, M. G. **A Fronteira Brasil-Paraguai:** principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade. Brasília, 2008. 110 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental e Territorial). Instituto de Ciências Humanas – Departamento de Geografia, UnB, Brasília, 2008.

PARANÁ. INVEST PARANÁ. **Paraná visita Câmara de Comércio Árabe-Brasileira para fortalecer comércio e intercâmbio.** 2021. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Parana-visita-Camara-de-Comercio-Arabe-Brasileira-para-fortalecer-comercio-e-intercambio#edit-termo>. Acesso em: 26 jun. 2023.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. As Comunidades Muçulmanas na Tríplice Fronteira: significados locais e fluxos transnacionais na construção de identidades étnico-religiosas. In: MACAGNO, Lorenzo; MONTENEGRO, Silvia; BÉLIVEALI, Verónica Giménez (org.). **A Tríplice Fronteira:** espaços nacionais e dinâmicas locais. Curitiba: Editora Ufpr, 2011. p. 183-202.

PARAGUAI. AGENCIA DE INFORMACIÓN PARAGUAYA. **. Comunidad árabe islámica inauguró mezquita en Ciudad del Este.** 2015. Disponível em: <https://www.ip.gov.py/ip/comunidad-arabe-islamica-inauguro-mezquita-en-ciudad-del-este/>. Acesso em: 28 jul. 2023.

POSSA, Julia. Poder360. **Comércio entre Brasil e Líbano despensa com pandemia e explosão em porto**. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/comercio-entre-brasil-e-libano-despensa-com-pandemia-e-explosao-em-porto/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

RABOSSI, Fernando. **Mundos em Movimento**: ensaios sobre migrações. Santa Maria: UFSM, 2007. 312 p.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Schwarcz, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da *et al* (org.). **Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX**: as grandes transformações do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

SOUZA, Rafaela Cristina Silva de. **As comunidades árabes muçulmanas de Foz do Iguaçu no contexto de securitização da Tríplice Fronteira**. 2017. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latinoamericanos (Ppg Iela), Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (Ilaach), Foz do Iguaçu, 2017.

TEIXEIRA, Isadora. Metrópoles. **Como o Brasil conquistou árabes pela barriga e quer fechar negócios de US\$4,5 bi**. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/columnas/grande-angular/como-o-brasil-conquistou-arabes-pela-barriga-e-quer-fechar-negocios-de-us-45-bi>. Acesso em: 12 abr. 2023.

VARGAS, Fábio Aristimunho. **Formação das Fronteiras Latino-Americanas**. Brasília: Funag, 2017. 640 p.

WALTENBERG, Guilherme. Poder360. **Brasil amplia exportações para árabes e israelenses**. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/brasil-amplia-exportacoes-para-arabes-e-israelenses/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

# TURISMO INDÍGENA DE FRONTEIRA – UM OLHAR SOBRE O CHACO PARAGUAIO

Indigenous Border Tourism - a look into the paraguayan Chaco

Turismo Indígena de Frontera - una mirada sobre el Chaco paraguayo

DOI 10.55028/geop.v18i35

Dionatan Miranda da Silva\*  
Edvaldo Cesar Moretti\*\*

**Resumo:** O turismo indígena ocorre com busca dos não indígenas pela cultura indígena, uma maneira de gerar renda para as comunidades receptoras. Foram realizadas atividades de campo, observação e entrevistas com as etnias Ayoreo e Chamacoco Yshir Ybitoso no Chaco paraguaio. A centralidade da observação foi a relação das comunidades indígenas com o turismo. O objetivo deste texto é apresentar reflexões a partir desta experiência. O Chaco paraguaio tem uma rica cultura indígena, existe um trabalho realizado pela própria comunidade que ainda não ganhou os holofotes do governo, dos turistas, e das comunidades adjacentes, portanto há muito trabalho a ser realizado.

**Palavras-chave:** Turismo Indígena; Ayoreo; Chamacoco Yshir Ybitoso; Paraguai

**Abstract:** Indigenous tourism occurs as non-indigenous individuals seek to engage with indigenous culture, providing a means of income for the host communities. Field activities, observations, and interviews were conducted with the Ayoreo and Chamacoco Yshir Ybitoso ethnic groups in the Paraguayan Chaco. The focal point of the observation was the relationship between indigenous communities and tourism. The aim of this text is to present reflections stemming from

## Introdução

De acordo com o Ministério do Turismo (2023) o turismo acontece a partir do deslocamento de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, desde que este seja voluntário e temporário, por qualquer motivo, desde que não exerça atividade remunerada no local visitado.

No entanto, a atividade turística é complexa, é um fenômeno social, multi-facetado e dinâmico, que não podem ser desvinculados das dimensões sociais, ambientais, políticas, econômicas e culturais que influenciam e são influenciados pelos visitantes e a comunidade local onde o fenômeno ocorre (Lima; Irving; Oliveira, 2022).

O turismo pode ser compreendido por vários tipos, como o turismo rural,

\* Turismólogo, doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: dionatanms@hotmail.com.

\*\* Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor titular da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: edvaldomoretti@ufgd.edu.br.

this experience. The Paraguayan Chaco boasts a rich indigenous culture, with community-driven initiatives that have yet to garner attention from the government, tourists, and neighboring communities. Consequently, there is much work to be done.

**Keywords:** Indigenous Tourism; Ayoreo; Chamacoco Yshir Ybitoso; Paraguay

**Resumen:** El turismo indígena tiene lugar con la búsqueda de no indígenas por la cultura indígena, siendo una manera de generar ingresos para las comunidades receptoras. Se llevaron a cabo actividades de campo, observación y entrevistas con las etnias Ayoreo y Chamacoco Yshir Ybitoso en el Chaco paraguayo. La centralidad de la observación fue la relación de las comunidades indígenas con el turismo. El objetivo de este texto es presentar reflexiones a partir de esta experiencia. El Chaco paraguayo cuenta con una rica cultura indígena, con un trabajo realizado por la propia comunidad que aún no ha captado la atención del gobierno, de los turistas y de las comunidades circundantes, por lo tanto, hay mucho trabajo por realizar.

**Palabras clave:** Turismo Indígena; Ayoreo; Chamacoco Yshir Ybitoso; Paraguay

ecoturismo, turismo de experiência, turismo de aventura, entre outros, que estão ligados ao objetivo do turista e do local a ser visitado.

A atividade turística em sua face moderna apresenta profundos impactos nos lugares receptores que promovem reflexões sobre a atividade e formas de sua inserção na produção da geografia do mundo atual.

Estes impactos podem ser positivos ou negativos, a depender do olhar de quem o pesquisa, contudo, o turismo pode gerar a mercantilização da cultura e do lugar/território, degradação ambiental, entre outros, e por outro lado, possibilita a valorização da cultura indígena, fortalecimento da resistência, gera renda etc.

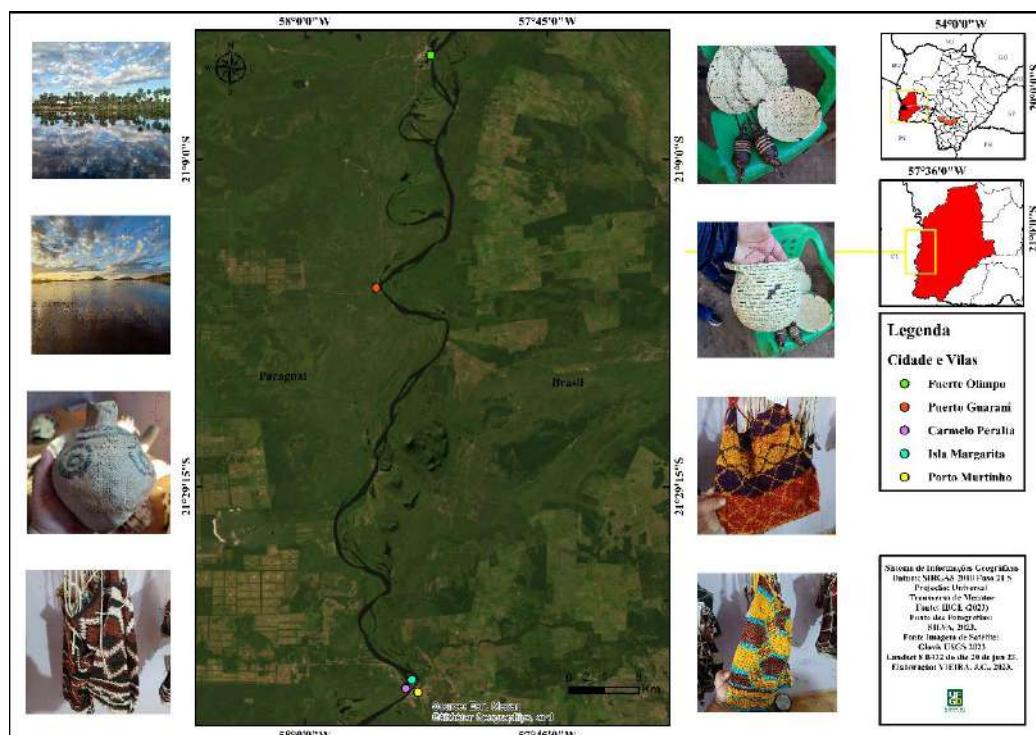
Na fronteira entre o Brasil e Paraguai existem diversas comunidades indígenas, o que corrobora com o conceito de zonas tampão que de acordo com (Ferraro Jr., 2019, p. 179)

são marcadas por interdições ou restrições ao trânsito e ao estabelecimento de núcleos populacionais nas áreas adjacentes ao limite – em grande medida tais limitações são promovidas pelo Estado nacional por meio da demarcação de terras indígenas ou da criação de unidades de conservação ambiental. Por trás desse bloqueio espaço-institucional pode haver diferentes motivações de cunho geopolítico, como a restrição de acesso a recursos naturais, a mitigação de potenciais tensões militares e a diminuição dos custos de vigilância.

O estado do Mato Grosso do Sul faz fronteira com a Bolívia e com o Paraguai, e em seu território possui comunidades indígenas, com diferentes culturas, relações com a natureza e relações sociais. Portanto, a produção do lugar é permeada por uma complexidade de fenômenos e processos mediados pela situação de fronteira.

Na busca de aprofundar o tema que desenvolvo como tese de Doutorado realizei atividades de campo no Paraguai, na fronteira com o Brasil (conforme a figura 1), visitei a comunidade indígena *Nueva Esperanza* com o povo *Ayoreo*, no município de Carmelo Peralta, e no distrito de *Fuerte Olimpo* a comunidade *Chamacoco Yshir Ybytoso*. A centralidade da observação foi a relação das comunidades indígenas com o turismo, nesse sentido, o objetivo deste texto é apresentar reflexões a partir desta experiência.

**Figura 1 - Mapa de localização**



Organizado por: Silva, 2023.

## Turismo indígena?

Existem alguns conceitos relacionados à atividade turística em Terra Indígena ou aquelas realizadas por povos indígenas, os mais encontrados são: Ecoturismo Indígena, Etnoturismo, Turismo Étnico e Turismo Indígena.

O Ecoturismo Indígena foi definido por Faria (2007) como o ecoturismo realizado dentro do Território Indígena e seus limites, de acordo com as bases do ecoturismo, onde se respeitam os valores sociais, ambientais e culturais dos povos envolvidos, vistos que estes que são os responsáveis pelo planejamento e gestão da atividade, e que a comunidade seja a principal beneficiada.

O Etnoturismo por sua vez é um termo mais abrangente, pois ele pode ser utilizado para diversas culturas, e de acordo com Faria (2007) é uma vertente do Turismo Cultural e que utiliza a identidade e a cultura de um determinado grupo étnico como atrativo. Para González (2008), o Etnoturismo é baseado nas atividades e benefícios que os turistas usufruem, independente da maneira como são construídas estas atividades.

O Turismo Étnico também é visto como um tipo de Turismo Cultural, e de acordo com Brasil (2010, p. 20) é o turismo que “envolve a vivência de experiências autênticas e o contato direto com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos.” Essa definição demonstra que este conceito abrange outras etnias também, por este motivo tem sido visto os autores utilizarem a terminologia “turismo étnico indígena” em trabalhos mais recentes.

Para González (2008) o turismo indígena é o meio pelo qual as comunidades indígenas compartilham sua cultura, seus usos e costumes, e isso permite que haja uma revalorização e preservação de seus elementos culturais, bem como o reconhecimento da sua identidade na interação com o meio ambiente de maneira sustentável, ao mesmo passo que possibilita o desenvolvimento da comunidade de maneira integral sustentável, responsável e solidário.

Para Faria (2007) o Turismo Indígena pode ser realizado dentro ou fora dos limites do Território Indígena, desde que seja baseada na identidade cultural dos povos indígenas e que a atividade seja gerida pela própria comunidade.

González (2008) corrobora com a ênfase na construção participativa da comunidade para oferecer os serviços de alimentação, hospedagem, guias especializados e práticas cosmológicas que façam parte da identidade cultural da comunidade indígena receptora.

Contudo, entendemos que o conceito que melhor enfatiza a atividade turística planejada, gerida e administrada por povos indígenas de uma maneira mais completa e adequada a manutenção da cultura, revalorização e resistência dos povos indígenas é o Turismo Indígena, para tanto, trataremos a atividade neste trabalho dentro desta definição.

## Turismo indígena na fronteira - Chaco paraguaio

O Chaco é um bioma caracterizado por vegetação de savana, floresta e áreas alagadas, pantanosas, na América do Sul, sendo encontrado na Argentina, Bolívia, Paraguai e Brasil, nesse último caso denominado Pantanal.

Porto Murtinho é município de Mato Grosso do Sul, fica a 443 Km de Campo Grande capital do Estado, o principal tipo de turismo realizado é o “turismo de pesca”, muito forte na região.

Ele faz fronteira com Carmelo Peralta no Paraguai, tendo o rio Paraguai como limite político-administrativo, onde já podemos encontrar uma comunidade indígena, os *Ayoreo*, que pela proximidade com a cidade brasileira, muitos indígenas trabalham como catadores de isca, alguns mais qualificados atuam como guias de pesca, e os indígenas mais jovens estão buscando se qualificar fazerem esta função.

Na comunidade, existe um pequeno museu (figura 2), denominado “Museo Verde” cujo mural foi idealizado e confeccionado pelas crianças, com temas da natureza e cultura, que fortalece a identidade, o patrimônio e a cultura do povo *Ayoreo*.

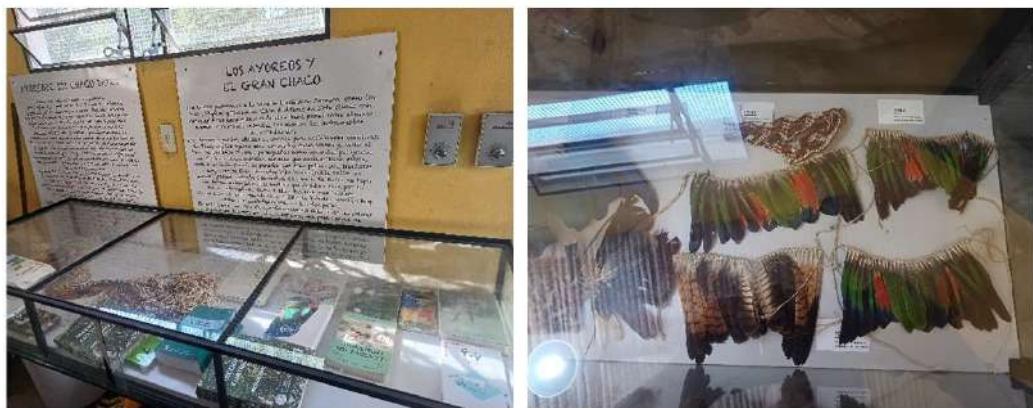
**Figura 2 - Museu Verde**



Fonte: Silva, 2023.

Neste museu podem ser encontrados artesanatos da etnia *Ayoreo*, bem como livros pedagógicos, outros que retratam a cultura, a identidade e aspectos cosmológicos ancestrais da comunidade *Ayoreo*, conforme pode ser visto na figura 3.

**Figura 3 - Livros e artesanato indígena Ayoreo**



Fonte: Silva, 2023.

Outro aspecto cultural-identitário (em “modernização”) das comunidades indígenas do *chaco* paraguaio é o tipo de construção das casas, mas que não é muito levado em consideração na apresentação da cultura *Ayoreo*, e que para se notar precisa estar com olhar atento ao ambiente como um todo.

As residências (figura 3) são construídas com uma palmeira típica do *chaco* (Paraguai, Bolívia, Argentina) e do pantanal (Brasil), a palmeira Carandá (*Copernicia alba*).

**Figura 4 - Casas construídas com Carandá**



Fonte: Silva, 2023.

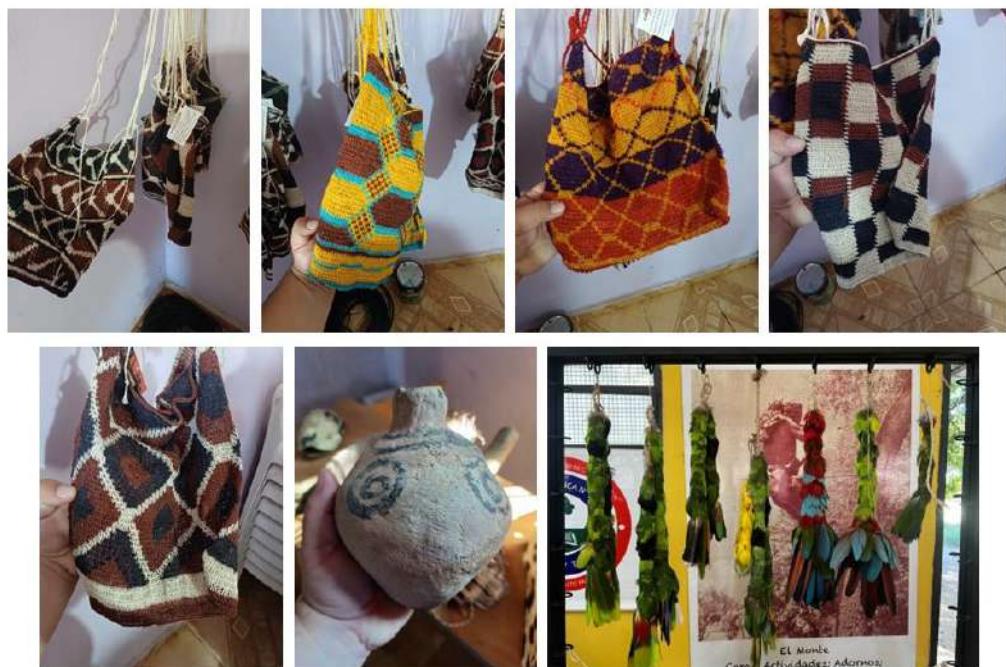
O Carandá é uma palmeira importante para as comunidades chaquenhas, pois além da construção das casas com o caule, as folhas da palmeira são utilizadas para fazer a cobertura das casas e para o artesanato também. Abaixo, na figura 5 vemos um bosque de Carandá, mais conhecido como “Carandazal”.

**Figura 5 - Carandazal**



Fonte: Silva, 2023.

Na comunidade *Nueva Esperanza* em Carmelo Peralta encontramos os artesãos organizados através da *Asociación de Artesanas Ayoredie de Nueva Esperanza e Jogasui* com a sede *La casa del arte y artesanía Ayoreo*, com diversos produtos, conforme a pode ser visto na figura 6.

**Figura 6 - Artesanato Ayoreo**

Fonte: Silva, 2023.

Na comunidade *Nueva Esperanza*, o senhor *Guebei*, uma liderança local, que participou até de filmes concorrentes a prêmios na Europa, faz uma recepção na casa de artesanato e conta a história da etnia *Ayoreo*, explica como era a distribuição da população; comenta sobre os costumes tradicionais, que ainda é pouco praticado; sobre o artesanato confeccionado com a fibra do Caraguatá, bem como demonstra a planta, explica que o mesmo é feito pelas mulheres, que agora também estão confeccionando colares, pulseiras, etc.

O senhor *Guebei* também fala um pouco sobre as dificuldades para manutenção da cultura, que faltam incentivos financeiros e projetos governamentais, e, não perdendo a esperança, fala também das ideias para o futuro da comunidade (aponte a câmera do celular para o *QR-Code* na figura 7 e veja o vídeo).

Por ser uma comunidade mais próxima de Porto Murtinho, a visitação ocorre com mais frequência, pois basta atravessar o rio e conhecer, e isso também é um fator positivo para vender o artesanato em solo brasileiro; e quando se fala em fronteira, para eles, ela é símbolo de geração de renda, pois seu público está próximo e a moeda não é problema, pois na margem do rio já se pode fazer o câmbio entre real e guarani.

**Figura 7** - Fala da liderança *Ayoreo*



Organização: Silva, 2023.

Subindo o rio Paraguai, em *Fuerte Olimpo*, encontra-se a comunidade indígena da etnia *Chamacoco Yshir Ybitoso*, onde há um local de venda de artesanatos, no entanto ele se encontrava fechado, pois a pessoa responsável tinha ido vender artesanatos fora, conforme relatado pela indígena, dona *Simeona*.

A senhora *Simeona* trabalha com artesanato há 25 anos na região, e relata que existe muita dificuldade para a comercialização *in loco* devido à distância da fronteira com a cidade de Porto Murtinho, e a grande maioria de turistas que ali chegam são pescadores, e não se interessam muito pelo artesanato.

Para que as vendas sejam maiores, as artesãs (em sua grande maioria mulheres) tem uma estratégia, em que as famílias se juntam, alugam o transporte, e vão para Porto Murtinho para o vender. A senhora *Simeona* também mostra a matéria-prima utilizada para confeccionar o artesanato e explica as outras utilidades para ela.

O artesanato indígena *Chamacoco Yshir Ybitoso* é confeccionado em palha da palmeira Carandá, citada anteriormente, e a coloração marrom é dada por outra árvore, que possibilita os detalhes das peças, como pode ser visto na figura 8.

**Figura 8 - Artesanato Chamacoco Yshir Ybitoso**

Fonte: Silva, 2023.

Através das observações realizadas em campo, é notável a riqueza cultural existente na fronteira, no *Chaco* paraguaio. O turismo indígena realizado apresenta um potencial muito grande a ser desenvolvido, as comunidades visitadas já demonstram seu trabalho com a venda de artesanatos e com a explicação da produção.

O turismo de pesca também é feito por indígenas, jovens e homens, para ajudar na renda das famílias, eles vendem os peixes na cidade de *Fuerte Olimpo*; alguns trabalham catando isca e outros estão se qualificando para serem guias de pesca.

A parte cultural, principalmente de confecção de artesanato, em ambas as etnias é feito pelas mulheres, que são as mesmas que divulgam e vendem seus trabalhos aos visitantes que chegam às comunidades ou na cidade de *Porto Murtinho*.

Existe a procura pelo conhecimento do outro, do diferente, da cultura dos povos originários, ou seja, existe demanda, e o *Chaco* paraguaio tem uma rica cultura indígena, que ainda não ganhou os holofotes do governo, do turista, e das comunidades adjacentes.

## Considerações

O trabalho de campo bem como a observação são de suma importância para se conhecer a realidade *in loco*, e dessa forma compreender a dinâmica da atividade turística que se concretiza no território.

A fronteira Mato Grosso do Sul-Alto Paraguai apresenta um grande potencial para a produção do turismo de fronteira, com relevância histórica, paisagens valorizadas do Chaco/Pantanal, sem contar com a cultura indígena presente, portanto potencialidade até mesmo para o turismo indígena de fronteira.

Já existe um trabalho realizado pelas comunidades indígenas visitadas. No entanto, existem alguns pontos que devem ser levados em consideração, como por exemplo, somente a venda de artesanato é comercializada, visto que a cultura indígena é muito maior que somente sua arte.

Uma questão muito latente é com relação a gestão dos resíduos sólidos, principalmente na comunidade em Carmelo Peralta, foi visto muito lixo na chegada e no caminho percorrido até o local de visitação e compra de artesanato.

A distância foi um fator bastante levado em consideração, pois a demanda para o artesanato indígena ocorre principalmente em Porto Murtinho, isso é um fator maior para os *Chamacoco* que vivem em *Fuerte Olimpo*, pois a distância é maior até a cidade.

Outra questão apresentada, é o pouco apoio governamental para o desenvolvimento do turismo nas comunidades visitadas, sendo que os projetos que possibilitaram a construção das sedes, a compra de uma moto (comunidade *Nueva Esperanza*), a confecção de etiquetas etc., foi feita com apoio de órgãos não governamentais.

Um ponto bastante positivo para se desenvolver o turismo indígena de fronteira é a existência de locais já previamente organizados, primeiramente para o comércio de artesanato, mas que com uma programação prévia, com aumento de demanda, entre outros, pode se tornar um gerador de divisas para a comunidade e auxiliar na manutenção da cultura *Ayoreo* e *Chamacoco Yshir Ybitoso*.

Além do que já foi citado, outra possibilidade que está para acontecer é a construção da ponte que liga o Brasil e Paraguai que faz parte de um projeto maior que é a Rota Bioceânica, um corredor rodoviário com extensão de 2.396 quilômetros que ligará os dois maiores oceanos do planeta, do Atlântico ao Pacífico, promovendo integração da América do Sul com quatro países: Brasil, Paraguai, Argentina e Chile; e promete proporcionar uma integração cultural entre os países latino-americanos, cujas comunidades indígenas da fronteira poderão se beneficiar com o aumento do fluxo de pessoas.

Contudo, existe um trabalho, mas o potencial ainda é muito maior do que se faz hoje, nesse ínterim, acreditamos que pesquisas devem ser realizadas com as comunidades indígenas da fronteira, um trabalho de qualificação com a comunidade, principalmente para prepará-la para esta possibilidade de futuro com a concretização da Rota Bioceânica.

Deixamos então algumas provocações/questionamentos para os próximos trabalhos como: a Rota Bioceânica passando pela região, irá aumentar a demanda de visitantes nas comunidades indígenas da fronteira? Caso aumente a demanda, os indígenas estarão preparados para supri-la? Como facilitar a comercialização do artesanato indígena na fronteira?

## Referências

- BRASIL. **Cadernos de Segmentação**: Turismo Cultural – Orientações Básicas. 3. ed. Brasília: MinTur, 2010.
- FARIA, I. F. de. **Ecoturismo indígena** - território, sustentabilidade, multiculturalismo: princípios para a autonomia. 2007. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- FERRARO JR, V. G. Desenvolvimento e integração das fronteiras brasileiras: análise comparada dos Arcos Norte, Central e Sul. In: LUDWIG, F. J.; BARROS, L. S. (Orgs.). **(Re)Definições das Fronteiras**: os desafios para o Século XXI. Foz do Iguaçu: Editora IDESF, 2019. v. 3. p. 177-210.
- GONZÁLEZ, M. M. ¿Etnoturismo o turismo indígena? **Teoría y praxis**, n. 5, p. 123-136, 2008.
- IRVING, M.; CALABRE, L.; BARTHOLO, R.; LIMA, M. G.; MORAES, E. A.; EGREJAS, M. (Orgs.). **Turismo, natureza e cultura**: diálogos interdisciplinares e políticas públicas. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Dados e Fatos - Turismo**. 2023. Disponível em: <<http://www.dadosfatos.turismo.gov.br/gloss%C3%A1rio-do-turismo/67-outros/gloss%C3%A1rio-do-turismo/901-t.html#:~:text=1.,os%20agentes%20econ%C3%B4micos%20do%20turismo>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

# O RETORNO DE BRASILEIROS DO PARAGUAI: REDES NA DINÂMICA DA FRONTEIRA

The Return of Brazilians from Paraguay: networks in the dynamics of the border

El Retorno de los Brasileños del Paraguay: redes en la dinámica de la frontera

DOI 10.55028/geop.v18i35

Vanucia Gnoatto\*

**Resumo:** O artigo analisou a presença de redes na migração de ida e, principalmente, de retorno de brasileiros na fronteira, buscando compreender a importância das redes na dinâmica da fronteira nesses deslocamentos. Trata-se de um estudo de história oral, baseado em entrevistas semiestruturadas realizadas na região fronteiriça de Brasil e Paraguai. Como resultado, identificamos, nos casos analisados, que as redes influenciaram de distintas formas a emigração voltada à atividade agrícola. Já no retorno, observou-se a atuação das redes com maior ênfase na busca por recursos sociais na região de fronteira, mostrando o protagonismo dos retornados nesse espaço estratégico para o estabelecimento.

**Palavras-chave:** Retorno, Redes, Fronteira.

**Abstract:** The article analyzed the presence of networks in the outward and, mainly, return migration of Brazilians at the border, seeking to understand the importance of networks in the dynamics of the border in these movements. This is an oral history study, based on semi-structured interviews carried out in the border region of Brazil and Paraguay. As a result, we identified, in the cases

## Introdução

O presente trabalho analisa a noção de redes nos processos migratórios de ida de brasileiros ao Paraguai e, mais especificamente, de retorno na fronteira entre Brasil e Paraguai, em um período que abrange meados da década de 1970 até 2021, quando nossos entrevistados emigraram para o Paraguai e a grande parte destes retornaram ao Brasil para municípios fronteiriços. Nessas migrações de retorno, buscaremos identificar qual é o papel das fronteiras na reconfiguração dessas redes.

O grupo de entrevistados/as<sup>1</sup> é distinto em classe social, gênero, raça/etnia e região. Esses migrantes têm como lugares de origem os estados de Minas

\* Licenciada em História e Mestra em História Regional pela Universidade de Passo Fundo. Doutoranda em História Regional pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Bolsista Prosuc - Capes. vanuciagnoatto@gmail.com.

<sup>1</sup> Mesmo tendo o consentimento de nossos entrevistados, optamos pela utilização de nomes fictícios para a assegurar uma discrição de nossas fontes.

analyzed, that networks influenced emigration focused on agricultural activity in different ways. Upon return, networks were seen to be acting with greater emphasis on the search for social resources in the border region, showing the protagonism of returnees in this strategic space for establishment.

**Keywords:** Return, Networks, Border.

**Resumen:** El artículo analizó la presencia de redes en la migración de ida y, principalmente, de retorno de brasileños en la frontera, buscando comprender la importancia de las redes en la dinámica de la frontera en estos movimientos. Se trata de un estudio de historia oral, basado en entrevistas semiestructuradas realizadas en la región fronteriza de Brasil y Paraguay. Como resultado, identificamos, en los casos analizados, que las redes influyeron de diferentes maneras en la emigración centrada en la actividad agrícola. Al retorno, se observó que las redes actuaron con mayor énfasis en la búsqueda de recursos sociales en la región fronteriza, mostrando el protagonismo de los retornados en este espacio estratégico de establecimiento.

**Palabras-clave:** Devolver, Redes, Frontera.

Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. No Paraguai, viveram ou vive em distritos fronteiriços do Departamento de Alto Paraná. No lugar de retorno, esses imigrantes vivem nos municípios fronteiriços de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu na região Oeste do Paraná.

Trata-se de um estudo de história oral, realizado com imigrantes que vive ou que retornaram do Paraguai, estabelecidos em região de fronteira, que compreende os distritos fronteiriços paraguaios e municípios brasileiros fronteiriços do estado do Paraná. As entrevistas foram realizadas de forma presencial, mediante pesquisas que fazem parte de projetos maiores<sup>2</sup>, na fronteira entre os dois países, no período entre julho de 2018 a janeiro de 2023. Em formato semiestruturado, estas foram realizadas com o auxílio de uma rede de contatos que intermediou o acesso aos entrevistados.

Quanto à entrevista em si, para Silva (2010, p. 27) ela atinge “o percurso geográfico das pessoas” e, principalmente, as motivações para as migrações. Isso possibilita um maior conhecimento dos lugares geográficos onde os entrevistados viveram, tornando possível também perceber a presença das “redes de parentesco”, muitas vezes “decisivas para a sobrevivência familiar ou a

<sup>2</sup> Tanto para a dissertação de Mestrado, intitulada “Migrações, trajetórias, “retornos: imigrantes brasileiros no Paraguai (1970-2020)” como para a elaboração da tese de Doutorado em História, ainda em andamento.

mobilidade social". Por meio do *récit de vie*, é possível compreender porque as pessoas partiram, porque elas voltaram, ou porque elas permaneceram no lugar de origem" (Silva, 2010, p. 27).

Dessa forma, organizamos o nosso trabalho em três partes. Na primeira seção, buscaremos fazer uma breve conceituação dos termos "redes", "fronteira" e "migração de retorno", que nortearam a análise sobre as vivências relatadas. Na segunda seção, analisaremos a emigração ao Paraguai, articulada por redes dentro do contexto de avanço da fronteira agrícola. Na terceira seção, nos centraremos na análise sobre o retorno para a região fronteiriça, articulado por redes, buscando perceber a importância da fronteira como meio de acesso aos recursos sociais para esses retornados.

## Redes, migração de retorno e fronteiras

As redes ao longo da história estão constantemente presentes nos processos migratórios. Nos casos apresentados pelos relatos que analisaremos, veremos a existência de redes familiares, redes sociais (amigos e vizinhos) e redes ligadas à informação ou propaganda sobre oferta de terras. Num primeiro momento, observa-se as redes transnacionais que oportunizam trabalho e acesso à aquisição de terras na fronteira oriental paraguaia. Já em um segundo momento, na migração de retorno, vemos as redes transfronteiriças, oportunizando um retorno e estabelecimento na fronteira do lado brasileiro, espaço atrativo pela proximidade e estratégico pelos recursos sociais existentes desse lado da fronteira.

As redes podem ser definidas como "vínculos construídos nas interações; pressupõem enlace entre presença e ausência, proximidade e distância; envolvem compartilhamento de afeto, apoio e conhecimento tácito" (Freire-Medeiros; Lages, 2020, p. 134). Para Tedesco (2022), geralmente as redes mostram "interesses, estratégias, otimização de fatores". Dessa forma, "demonstram que imigrantes são também sujeitos e atores de um amplo processo relacional e intencional que os mobiliza nos espaços e que demonstra o dinamismo da migração e dos imigrantes na sua dimensão internacional" (Tedesco, 2022, p. 288).

Segundo a geógrafa Santos (2021, p.69), "a rede é sobretudo uma relação social, que prescinde do território como lugar do seu acontecimento e movimento". Atualmente, as migrações, segundo Saquet e Mondardo (2008), tendo por base Haesbaert (2006), criam uma "experiência integrada" do espaço, dinâmica que acontece quando os imigrantes estão articulados em redes, através de diversas relações que abarcam o local e o global por muitas vezes. Nos territórios de origem e de destino, existem múltiplas relações e vínculos criados pelos migrantes quan-

do realizam suas trajetórias e quando se reterritorializam. Assim, na migração, a construção dos territórios “passa por uma dinâmica em redes que conectam diferentes nós interligados através do vínculo e dos contatos estabelecidos” (Saquet; Mondardo, 2008, p. 120).

As redes possuem essa dinâmica de interligar espaços envolvidos na migração dos sujeitos, envolvendo dois ou mais lugares. Nessa visão transnacional, como Sayad (1998) observa a migração afeta tanto espaços de origem como destino, mostra a dualidade do sujeito que ao mesmo tempo é emigrante, quando sai de sua pátria, e é imigrante, quando chega a novas terras. Dessa forma, a migração é entendida como um “fato social completo”, pois o indivíduo é denominado imigrante pela sociedade a partir do momento em que ele chega a um novo território (Sayad, 1998, p. 16). Além disso, a dinâmica migratória é atravessada pelo retorno.

O retorno, para Sayad (2000), é o elemento constitutivo do migrante, ou seja, a ideia ou o desejo do retorno faz parte do imigrante. Algo que pode ser efetivado, algo que pode ser desfeito pelo sujeito que se sente pertencente ao lugar de destino ou algo que pode justificar a permanência no país, aqui, no caso, fronteiriço. Nas migrações, os retornos, para Fazito (2010), desempenham duas características. A primeira é a de fundamentar “simbolicamente todo e qualquer projeto migratório”; já a segunda é de desempenhar “uma função estrutural na topologia (estruturas invariantes universais) de um sistema de migração que, muitas vezes, o particulariza num dado contexto (a circularidade da rede social da migração)” (Fazito, 2010, p. 89).

A emigração e o retorno que aqui analisamos acontece para uma região de fronteira, tanto brasileira como paraguaia, e por isso possui especificidades distintas de outros locais. O termo fronteira em si possui uma polissemia de sentidos (Albuquerque, 2009), sendo, ao mesmo tempo, um espaço fluido e de controle, plural pelos sujeitos que a atravessam e nas formas de mobilidades. Pode ser entendida em três dimensões: geográfica, política e simbólica (Baller, 2014).

Quanto às fronteiras políticas, para Albuquerque (2009), estas possuem diferentes significados elaborados pelas pessoas que vivem e experiência as travessias e controles dos Estados. O autor acrescenta que, na visão dos fronteiriços:

[...] outras fronteiras sociais são construídas através do comércio fronteiriço, das redes de amizades, familiares, de namoros e casamentos que atravessam os limites políticos. Essas fronteiras não são estáticas, mas estão em constante movimento de redefinição e negociação. Os deslocamentos dos “brasiguaios” produzem uma pluralidade de fronteiras (políticas, jurídicas, econômicas, culturais e simbólicas) entre classes, etnias, gênero, nações e civilizações. As fronteiras nacionais e sociais podem ser vistas como marcos de diferenças culturais entre as populações que se encontram em situações fronteiriças,

mas também como espaços privilegiados de contato e de trocas materiais e simbólicas (Albuquerque, 2009, p. 159).

A fronteira pode ser compreendida para esses imigrantes ou filhos de imigrantes que realizam idas e vindas entre os dois países ou retornam, estabelecendo-se nos municípios fronteiriços, por exemplo, em Foz do Iguaçu, como um recurso social, onde a fronteira é vista como um recurso para conseguir “direitos e benefícios” (Albuquerque, 2012, p.190). Existem diversas situações fronteiriças particulares que se constroem no dia a dia, em que a fronteira se torna um recurso social (Albuquerque, 2014).

Nos retornos que veremos a seguir, é na fronteira que os imigrantes conseguem acesso gratuito à tratamento médico, escola mais próxima para os filhos, trabalho, aposentadoria e cuidado a familiares já de idade que permanecem no Paraguai. Soma-se o fato de que a proximidade assegura vínculos familiares e econômicos no antigo país de destino. Se na emigração ao país vizinho, a fronteira possuía um caráter mais ligado à questão econômica, como a busca pela terra e trabalho, no retorno às motivações que levam à migração para a fronteira são múltiplas, ligadas principalmente a questões sociais.

Albuquerque (2012) ainda percebe a fronteira:

[...] como recurso e um campo de disputas, desigualdades, diferenças e de oscilações de direções. A imagem de um pêndulo que oscila de um lado para o outro as vezes permite entender as variações de preços e os movimentos dos compradores ora para um lado, ora para o outro lado da fronteira, dependendo as vezes das políticas econômicas e monetárias dos governos centrais. Entretanto, quando pensamos nas desigualdades de recursos e serviços sociais entre territórios nacionais, o ponteiro geralmente aponta em uma só direção ou se movimenta muito lentamente, ou seja, em processos de desenvolvimento social de longo prazo (Albuquerque, 2012, p. 202).

A fronteira entre os dois países é “manejada” (Flores, 2012) pela população que ali reside, buscando dentro de suas condições se beneficiar desse entre-lugar de soberanias distintas e assimétricas. Essa dinâmica acontece, muitas vezes, devido às redes. Conforme Haesbaert (2013, p. 1), as inumeráveis redes criadas entre os diversos grupos de migrantes, mostram “ao mesmo tempo a debilidade dos limites internacionais (mesmo antes da criação do Mercosul) e a potencialidade de conflitos em áreas de profunda diferenciação cultural e econômica”.

A fronteira é um recurso social para imigrantes que moram no Paraguai, paraguaios e para quem retorna. Em um primeiro momento, a fronteira agrícola será responsável pela emigração ao Paraguai. Já em um segundo momento, terá o papel de inverter o fluxo migratório, atraindo brasileiros retornados. Tanto de

um lado como de outro na fronteira, a presença de redes tem um papel importante no estabelecimento na região fronteiriça.

## As redes na emigração ao Paraguai

A emigração de brasileiros ao país vizinho que aqui analisamos, se deu na segunda metade do século XX, período em que se intensificam as estratégias geopolíticas de proximidade entre o Brasil e Paraguai, através de acordos e obras, como a ponte da Amizade e a Usina Hidrelétrica de Itaipu. Porém, essa presença expressiva de brasileiros não teve a influência somente de políticas dos dois países, mas o que houve foi “uma junção de um processo espontâneo de deslocamento populacional, devido à concentração da propriedade nos estados do Sul do Brasil, com os interesses geopolíticos dos governos brasileiro e paraguaio em controlar e desenvolver a região leste daquele país” (Albuquerque, 2009, p.141; Baller, 2014).

O processo de modernização agrícola nos estados das regiões Sul e Sudeste brasileiros, de caráter conservador (Graziano, 2002), com a introdução da mecanização e de todo o pacote tecnológico, levou a um aumento da produção do campo e à expulsão de pequenos proprietários de terras e filhos de pequenos proprietários, que diante do fracionamento das terras pertencentes aos pais, não encontravam mais possibilidades de permanência no campo, realizando assim, um êxodo rural ou uma migração para outra fronteira agrícola, como a do Paraguai (Sales, 1996; Silva, 2007).

Realidade também sentida por trabalhadores no campo, como os bóias-frias, itinerantes em várias fronteiras agrícolas no interior do Brasil (Sales, 1996), que com a mecanização foram perdendo postos de trabalho, tendo que cruzar a fronteira em busca de trabalho em terras de outros proprietários. Entre estes, houve aqueles que conseguiram pela primeira vez comprar terras.

Nesse movimento de saída do Brasil e conquista da propriedade da terra, as redes possuem um papel importante. Porém, nas trajetórias migratórias ou itinerários dos migrantes, ainda no interior do país, as redes também se fazem presentes.

No caso de José, a presença de uma rede social foi fundamental para sua migração. Com 17 anos, este deixa o interior de Minas Gerais em um contexto em que não havia oportunidades de trabalho remunerado nas terras onde realizava atividades por dia, como na capina. Através de um amigo, este emigra para Londrina, no estado do Paraná, onde havia grande oferta de trabalho no campo. José fixa-se em uma nova fronteira agrícola, que fazia parte da política governamental Marcha para o Oeste, numa região caracterizada pela presença de uma frente de expansão do café.

Vinha muita gente de Minas [Gerais] colher café e em Minas [Gerais] não tinha opção pra serviço. Era muito pouco serviço. Foi aonde eu vim pro Paraná pra colher café e pra ver se a gente arranjava uns trocos [...]. O próprio companheiro meu falou que aqui tinha mais opção de trabalho. Então, a gente veio pra Londrina pra trabalhar. Ele já tinha trabalhado aqui e tinha ido em Minas [Gerais] e ele passou a notícia pra mim. Eu achei melhor vir pra ver se a gente conseguia arranjar um jeito melhor de defender o pão de cada dia (José, Foz do Iguaçu, jan. 2019).

Constata-se, nesse caso, a influência da rede na emigração de José para Londrina, lugar que segundo o seu companheiro retornado do Paraná, teria maior oferta de trabalho. Assim sendo, identifica-se que as redes colocam à disposição diversos “tipos de recursos, sendo que os principais estão no campo das informações prévias necessárias” (Tedesco, 2022, p. 292), o que se torna importante para José conseguir trabalho em uma nova fronteira agrícola.

Em Londrina, José seguiu junto com seu companheiro na atividade agrícola, trabalhando por dia nas terras de outras pessoas, em lavoura de milho, café, rami, onde recebia diariamente, em média, de sete a 10 cruzeiros. Porém, como aponta em seu relato, foi somente trabalhando na lavoura de mamona que este conseguiu guardar um dinheiro para adquirir terras junto com o seu amigo, em Los Cedrales, no Paraguai, no ano de 1972.

Os dois tomaram conhecimento de terras para venda por meio de propagandas na rádio da firma responsável em Londrina, mas a informação apresentada pela empresa acabou os iludindo, pois esta vendia terras no Paraguai como se essas fossem de Foz do Iguaçu.

Tinha propaganda dessas terras à 14 km de Foz do Iguaçu, mas que não era nada à 14km de Foz do Iguaçu. Diz que era Foz do Iguaçu, mas quando eu fui ver, era no Paraguai. As terras muito boas. Então, a gente se animou a entrar lá, tudo meio difícil. Fomos na firma, a gente fez um contrato lá, pagamos as passagens e viemos ver as terras. E aí conforme a gente foi gostando dos terrenos, começamos a negociar. Aí pagamos 10.000 cruzeiros de entrada e ficamos devendo mais que a metade. Aí fomos trabalhando, nada tinha valor no começo e depois as coisas foram melhorando até a gente conseguir pagar (José, Foz do Iguaçu, jan. 2019).

Os dois foram averiguar a informação fornecida por essa rede de propaganda, criada entre meio de comunicação e firma proprietária das terras, que divulgava a oferta de terras no Paraguai. Observa-se, também, como esse cruze fronteiriço naquele período era facilitado, dando a impressão de que se tratava de um território que fazia parte do Brasil.

Após certificar-se da qualidade das terras, adquiriram, na época, 10 alqueires de terras, na colônia de Los Cedrales, atualmente distrito, no Departamento de Alto Paraná. Nestas terras, trabalhavam juntos, dividindo os gastos e retornos do que

produziam na atividade agrícola. Essa relação de trabalho em conjunto demonstra uma estratégia para enfrentamento das diversas dificuldades encontradas e pelo pouco recurso financeiro que possuíam quando da ida ao país vizinho.

No caso de Vera, natural de Tenente Portela, Rio Grande do Sul, a questão familiar motivou e articulou a emigração ao Paraguai. Em um contexto familiar complicado, com o pai alcoólatra, a entrevistada recorda que aceitou na hora a proposta feita por um dos dois irmãos que viviam no Paraguai, onde adquiriram terras. Em San Alberto, Vera se dedicaria ao trabalho de cuidado para com sobrinho recém-nascido.

Quando a minha cunhada teve o filho dela, ela me chamou pra eu ajudar a cuidar do filho dela, aonde eu fui conhecer o Paraguai e fiquei residindo no Paraguai. Fui morar junto com os meus irmãos. Daí, um bom tempo trabalhei como empregada doméstica. Trabalhei em várias famílias (Vera, Santa Terezinha de Itaipu, mai. 2022).

Vera, em um primeiro momento, se estabelece em San Alberto, na residência de um dos irmãos, onde, além de trabalhar para a cunhada, trabalhou em outras casas de família. Alguns anos depois, essa retorna ao Brasil e passa a residir em Itapiranga, SC, onde seus pais passaram a morar. A entrevistada ali seguiu trabalhando em casa de família por dois anos até receber uma outra proposta de um irmão para retornar ao Paraguai.

Tinha uma professora que me conhecia, que me chamou para eu trabalhar com ela. Trabalhando com ela, fiquei muito tempo com ela. Criei três filhos dela, que os filhos dela nem chamavam ela de mãe, chamavam eu. Daí, com o tempo, o meu irmão do Paraguai voltou pra visitar os meus pais e me chamou: Vamos de volta para o Paraguai? Daí eu cheguei junto à professora [e falei: ]. Eu tô indo embora. [Professora:] Não, eu não acredito. Eu vou te dar os estudos, o que você precisar, você fica comigo? [Vera:] Não, eu vou pro Paraguai. Aonde que eu retornoi para o Paraguai. E daí fixei residência no Paraguai. E fiquei lá com os meus dois irmãos (Vera, Santa Terezinha de Itaipu, mai. 2022).

Nesse caso percebe-se como a rede familiar com o retorno do irmão articula uma volta ao Paraguai e assegura residência no lugar de destino à entrevistada. Os retornados para Fazito, “desempenham funções singulares e essenciais a todo o processo social da migração. Seja quanto aos aspectos simbólicos e de legitimização social dos deslocamentos, seja quanto aos aspectos operativos dos fluxos” (Fazito, 2010, p.98).

Já na situação de Isaura a emigração dos vizinhos amigos de seu pai em Guaraní das Missões, no Rio Grande do Sul, ao Paraguai e o êxito destes compartilhado quando de seus retornos ao pequeno município acabou motivando a emigração de sua família também quando esta tinha 15 anos.

O meu pai lá também trabalhava com a agricultura, então a safra que ele colhia esse ano era pra pagar a dívida de dois anos atras. E daí, sabe, assim, tinha os amigos dele que vieram aqui pro Paraguai morar, como o seu [...]. Aí convidaram ele pra vir conhecer terras novas, porque o meu pai já tinha ido pro Mato Grosso pra olhar terras lá, tanto que até ele adquiriu lá um pedaço. E daí, quando esse pessoal o convidou para vir pra o Paraguai, o meu pai veio, viu que as terras eram boas, produtivas, aí ele diz: Não, vamos ver se vamos pra lá. Aqui [Paraguai], pra tu comprar um pedaço de terra aquela época o banco te financiava, o juro era bem pequenininho, tinha uma facilidade enorme, pra tu abrir pra lavoura também o banco te financiava a destoca toda. Então, aquela época, era época assim, de bastante facilidade e ajudas (Isaura, Raul Peña, jul. 2018).

Nesse caso, a rede social formada pelos vizinhos foi fundamental para a aquisição de terras e para acessar uma oportunidade em uma nova fronteira agrícola mais favorável às suas condições, se comparada à região Centro-Oeste onde seu pai havia adquirido terras. As referências no lugar de destino acabam aumentando a credibilidade da informação.

Nota-se, nesse caso, aquilo que aparece em outras entrevistas, o fato de o local de destino “ter bastante conhecidos”, a ideia de “um trás o outro”, “outros fizeram a cabeça para ir ao Paraguai, onde diziam ter terras boas para a atividade agrícola mecanizada”. Assim, “a imigração torna-se um fenômeno social que se autoalimenta e, uma vez desencadeada, acresce a probabilidade de desenvolver ulteriores fluxos, sendo algo *contagioso*” (Tedesco, 2022, p. 308-309).

Essas informações ou propagandas circulavam no Brasil por meio de amigos, vizinhos, conhecidos familiares e imprensa, como rádio, acabavam criando uma imagem do Paraguai como um possível “*El Dorado*”. Essa imagem estava ligada à intenção da política ditatorial do período que possibilitou literalmente a abertura das fronteiras para a presença exógena em departamentos fronteiriços com o Brasil, visando uma modernização agrícola aos moldes do que acontecia no sul do Brasil, em especial, no estado do Paraná.

Em sua fala, Isaura destaca as facilidades que os agricultores brasileiros encontravam no Paraguai, com financiamentos para compra de terras e destoca com juros baixos, o que demonstra bem essa ação do governo, em que também militares estavam ligados à compra de terras e articulavam esquemas com brasileiros para levar possíveis compradores brasileiros a cruzar a fronteira.

Nos três relatos desta seção, observa-se o papel do retorno no fomento de novos emigrantes para novas fronteiras agrícolas, tanto no norte do Paraná como no Paraguai. Além disso, observa-se a ação das redes fornecendo informação sobre oportunidades de terras e trabalhos inexistentes para os não migrantes no lugar de origem, incentivando assim a migração e o estabelecimento no Paraguai.

Mesmo na situação de retornados, segundo Tedesco (2022), as redes podem continuar, pois “o êxito do retornado induz novas emigrações de outros do mesmo local de origem, o contrário também pode ser verdadeiro, ou seja, os que retornaram, recebendo notícias positivas de quem foi, podem decidir pela volta”. Logo “são dinâmicas de um mesmo processo [...] que obedecem a lógicas que são viabilizadas pelos próprios atores sociais e por situações externas a eles” (Tedesco, 2022, p. 307), dinâmica que também se observará no retorno para os municípios fronteiriços.

Ao estudar essa migração ao Paraguai, Silva (2007, p. 14) pode perceber na colonização e reemigração:

[...] que os fluxos migratórios para novas fronteiras, como no caso do oriente paraguaio, mais do que os problemas de sucessão familiar ou de pressão demográfica, foram motivados pelo caráter acentuadamente seletivo imposto pela moderna agricultura e que nessa nova fronteira acabou recriando, num intervalo ainda mais curto, o mesmo ciclo, intensificado pelo processo de diferenciação socioeconômica que precocemente se insitaurou na nova comunidade.

Ou seja, o caráter seletivo da agricultura moderna apontado pelo autor está por trás do processo de emigração ao Paraguai e do retorno ao Brasil. Assim, a fronteira agrícola que motivava a emigração de brasileiros, a maioria com menos condições financeiras, ao Paraguai irá levar a frente de expansão agrícola presente no estado do Paraná a cruzar fronteiras (Baller, 2014). Porém, como consequência, a modernização e o agronegócio no Paraguai também seletivo e desigual, de forma mais rápida que no Brasil, acabaram motivando o retorno para a fronteira de muitos brasileiros pobres, que, por sua vez, encontrarão na fronteira recursos sociais que pouco ou nada tinham no antigo país de destino.

Nos relatos vistos nesta seção, os imigrantes movem-se para fronteiras agrícolas atrativas devido às oportunidades de acesso a trabalho e a terras, graças à presença de redes, que ao realizar o retorno ao lugar de origem acabam articulando a emigração de outros sujeitos. Já no retorno, vemos que a fronteira terá o papel de inverter o fluxo migratório. Na próxima seção, analisaremos essa presença de redes no retorno para a fronteira, no estado do Paraná, espaço viável para esses imigrantes acessarem recursos sociais.

### As redes na migração de retorno para a fronteira brasileira

Na migração de retorno para os municípios fronteiriços brasileiros, identifica-se também a atuação das redes. Porém, no contexto em que estudamos, a fronteira vem a ser compreendida como um “recurso social” (Albuquerque, 2014)

para o estabelecimento e acesso a serviços públicos. Com o retorno do Paraguai, estes brasileiros buscam, muitas vezes, acessar recursos ligados à área da saúde, aposentadoria/benefício previdenciário e educação. A fronteira é um lugar estratégico para esses imigrantes, que sem muitos recursos financeiros quando da migração de retorno, se articulam em redes. Dessa forma, assim conseguem acessar as oportunidades e se reinserir.

O retorno para Vera, na fronteira, trouxe a oportunidade de refazer a sua vida. No Paraguai, esta constituiu família, possuía terras, mas viviam em uma relação conjugal muito difícil. Com o contato de uma sobrinha, conseguiu trabalho em Santa Terezinha de Itaipu, Paraná, em um Parque Aquático, rompendo de forma definitiva a relação com o esposo, deixando terras, bens e filhos no Paraguai e retornando no final de 2021.

O meu retorno pro Brasil, nossa! Chego a gaguejar. O meu retorno foi de repente [...] surgiu quando eu me separei [...], vinha se arrastando há vários anos, até que um dia tomei a coragem e meti a cara e o peito nos problemas e resolvi abandonar o casamento. Fui parar em Santa Terezinha [de Itaipu]. Eu já não aguentava ficar lá [Paraguai] nesse relacionamento, daí perto, tudo perto, vivendo perto [pausa]. Daí ela [sobrinha] disse pra mim: Tia, você não quer ir com a minha mãe? Eu pensei, pensei. Daí um dia, eu falei pra ela: Me leva pra lá! [Sobrinha]: Te levo! [Vera]: Mas me deixa conversar com a Dona [...] eu. [Sobrinha]: Não precisa conversar com a mãe. Simplesmente tu vais lá com a mãe, que tu vais se sentir melhor, tu vais lá trabalhar com a mãe e as coisas vão mudar na tua vida. Aonde eu tomei a decisão. Abandonei tudo lá e vim (Vera, Santa Terezinha de Itaipu, mai. 2022).

Vemos aqui como a presença de uma rede familiar foi fundamental para o rompimento definitivo de um relacionamento que trouxe muito sofrimento para Vera. A oferta de trabalho permitiu, através do retorno, com que esta acolhida pela rede pudesse refazer a sua vida após a separação. Conforme Santos (2021, p. 73), “a rede forma um espaço social onde é tecida uma variabilidade de ações intersubjetivas, como relações de poder, conflito, consenso, força, dissenso e sentimentos de solidariedade e compaixão”. Essa solidariedade para com a situação difícil vivida por Vera foi importante para o retorno. Este acontece para o lado brasileiro da fronteira, onde também com pouco custo e tempo pode-se cruzar e ir para o antigo país de destino e retomar ao que é seu por direito.

Essa proximidade com a fronteira também motiva o retorno de Ana e sua família em 2002. Aqui também a rede familiar favoreceu o estabelecimento em São Miguel do Iguaçu, onde a sogra residia, visando a diminuição dos custos com o deslocamento para o tratamento médico, já que esta antes morava no Paraguai e se tratava no município fronteiriço brasileiro.

Voltamos pra cá porque nós viemos passear e vimos que era um lugar agradável pra sobreviver. A gente chegou aqui, daí a gente pagou aluguel por oito meses. Nós viemos em duas famílias lá do Paraguai, nós e a minha comadre. Daí a gente construiu essa casa aqui (Ana, São Miguel do Iguaçu, mai. 2022).

Observa-se nesse caso que a presença de familiares levou a escolha pelo local. Além disso, existe uma entre ajuda e solidariedade no retorno já que estes retornaram junto com mais outra família e passam a viver por alguns meses compartilhando a mesma casa. Aqui as redes sociais, “envolvem vínculos interpessoais e inter-regionais entre imigrantes e não imigrantes, porém se manifestam em várias dimensões (afetivas, amizade, familiares, territoriais, interconhecimento, dentre outras)” (Tedesco, 2022, p. 289).

Após o retorno estes passam a trabalhar na reciclagem, onde seu marido também exerceu a função de presidente da associação de papeleiros de São Miguel do Iguaçu. Na mesma atividade, havia vários imigrantes retornados do Paraguai que, junto com outros não retornados, formaram uma rede associativa de trabalho. Para Saquet e Mondardo (2008, p. 125), na migração, as redes “são tecidas através do cotidiano, das relações entre amigos, parentes e não migrantes, na igreja, no trabalho, na rua na festa, enfim, na miríade de relações sociais que vão reterritorializando o migrante no território de destino”, nesse caso, em território de retorno.

As relações sociais também possuem influência no retorno de Nelsi. Após várias migrações e idas e voltas entre Brasil e Paraguai, através de um conhecido do esposo que já residia em São Miguel do Iguaçu, esta e seu esposo saíram de San Cristóbal, Departamento de Alto Paraná, e se estabeleceram em São Miguel do Iguaçu, no ano de 2002. Este conhecido teria dito ao esposo: “Olha, lá é uma cidadezinha pequena, mas é um lugarzinho muito bom de viver, tranquilo, tem serviço, dá pra pessoa viver tranquila” (Nelsi, São Miguel do Iguaçu, mai. 2022). Com base nessa informação, o esposo de Nelsi foi visitar a cidade e acabou gostando do lugar, optando por retornar com a esposa. Através desse conhecido do esposo, o casal foi conhecendo outras pessoas e se integrando no novo lugar, o que demonstra que “os contatos são fundamentais para viabilizar os deslocamentos, principalmente entre os que já emigraram e os que pretendem” (Tedesco, 2022, p. 290).

A motivação para o retorno estava na busca por trabalho. O esposo de Nelsi trabalhava por dia no campo, enquanto esta trabalhava como diarista em casas de famílias do pequeno distrito. Como a entrevistada afirma: “Foi entrando muito maquinário. Por dia, foi acabando o serviço, né? Como foi entrando veneno e coisarada, foi quase acabando o negócio de carpir, roçar e coisarada” (Nelsi, São Miguel do Iguaçu, mai. 2022), o que tornou a situação insustentável pelo fato também destes terem que pagar aluguel na vila onde residiam.

Observa-se, nesse relato de Nelsi, as consequências do avanço da modernização agrícola e posterior ingresso do agronegócio nesses distritos fronteiriços com o Brasil. Com a mecanização das atividades agrícolas e introdução de outras tecnologias, houve um aumento dos custos para o plantio. Esse processo levou, por sua vez, a uma diminuição das atividades manuais remuneradas do campo e ao “desaraigo” (Baller, 2014) ou saída do campo de pequenos agricultores, tanto imigrantes brasileiros como paraguaios. Muitos desses buscaram, no retorno para a fronteira, o recurso social ligado à oferta de trabalho, caso da entrevistada e esposo.

Na cidade, que segundo a Nelsi, possui muitas pessoas que saíram do Paraguai, tanto retornados como paraguaios, algo comprovado por nós em pesquisas de campo. Para conseguir trabalho como diarista nos primeiros tempos esta se utilizava uma carta de referência fornecida pelas ex-patrões do Paraguai. Como afirma Nelsi:

Tinha bastante serviço [...]. Tinha boa referência [...]. Eu levava referências de lá [Paraguai] das patrões que eu trabalhei de lá. E já pequei serviço aqui e continuei trabalhando [...]. Depois do primeiro [emprego], já vem o outro que foi indicando. “Óh, fulana trabalha bem”. Mas assim, foi bem tranquilo, já pequei serviço aqui (Nelsi, São Miguel do Iguaçu, mai. 2022).

É interessante perceber a estratégia utilizada por Nelsi para conseguir trabalho, já que não era natural da cidade, por isso, totalmente estranha, o que dificultava a contratação dos seus serviços. A utilização de carta de referência das ex-empregadoras do Paraguai também denota a existência de um vínculo com o antigo espaço que permite a inserção no campo laboral no novo espaço. Porém, em seu relato, não tivemos acesso às condições de trabalho de Nelsi, somente temos acesso à forma que utilizou para consegui-los.

Quase toda a família paterna de Nelsi acabou retornando do Paraguai e se fixando próximo a ela, com exceção de um irmão que mora no Paraguai. No caso de seu irmão e cunhada, a presença da família em São Miguel do Iguaçu tornou a experiência do retorno algo natural. Dilson e Maria retornaram em 2009, motivados pelos estudos do filho, pois a escola em San Cristóbal era muito distante da fazenda onde trabalhavam e moravam, uma distância de 23 km. Além disso, as estradas na época estavam sem o empedrado, fator que dificultava e impedia a locomoção. Assim, residir na fronteira seria o recurso para diminuir os custos e a distância para o filho seguir os estudos.

Como as filhas e demais familiares já viviam na cidade, o processo de reinserção foi mais rápido. Maria: “A gente alugou uma quitinete perto dos avós. Dilson: A gente sempre vinha pra cá [...]. Chegamos aqui, praticamente tudo pronto. Em-

prego já tinha ali na empresa que estou até hoje. Foi só tocar o barco pra frente" (Dilson e Maria, São Miguel do Iguaçu, jan. 2023). Diante disso, percebe-se que fazer parte de uma rede "implica oportunizar recursos e informações, o que permite ao migrante amenizar as dificuldades de sua travessia, desde sua partida até a hospedagem no local de destino e a garantia do emprego" (Santos, 2021, p. 57).

Ao se referir ao "lugar de retorno" (Romeu, 2015), a fala: "A gente sempre vinha pra cá" mostra o trânsito que o casal realizava entre os dois países antes do retorno, entre idas e vindas, para auxiliar as filhas que estudavam em São Miguel do Iguaçu, algo que, por outro lado, tornou a migração de retorno para esse espaço possível.

No relato de Alcides, quanto à migração de retorno da família, ampliada com os casamentos e filhos, vemos que estes se estabelecem quase todos em Foz do Iguaçu, no bairro Morumbi, formando uma espécie de clã, como constatamos no domingo em que realizamos a entrevista, onde a família estava quase toda reunida na casa que era dos pais já falecidos, residência do entrevistado. Numa espécie de "um vai trazendo o outro", Alcides que vivia solteiro junto com seus pais foi o último a retornar junto com estes em busca de tratamento médico para o pai no ano de 1997, passando a viver em um terreno cedido pelo irmão retornado.

Alcides: Ele [irmão] combinou com o pai e a mãe e os irmãos, que ele era proprietário desse terreno aqui. Ele dava um terreno pra construirmos essa casinha aqui. Aí eu o ajudei como pedreiro, junto com o M....[irmão]. Ajudei ele a construir essa casa antes de virmos pra cá. João: O meu irmão fez essa casa aqui e tal, eu ajudei também, comprei os materiais para eles ficarem mais perto do recurso, porque quem já é de idade, assim e tal, já não é igual à pessoa mais nova (Alcides e João, Foz do Iguaçu, jan. 2018).

É interessante perceber a articulação da família para o retorno dos pais já idosos para Foz do Iguaçu, através da construção da casa para a qual Alcides realizava na fronteira um cruze constante até finalizar a obra. Aqui, as redes se apresentam como "estruturas socioespaciais e de pertencimento que imigrantes criam e carregam no ato de migrar e que possuem funções múltiplas e, em geral, pragmáticas no cotidiano deles, no sentido de lhes dar garantias, auxílios e dinamismos" (Tedesco, 2022, p. 289), levando a fixação na fronteira onde poderiam encontrar mais recursos sociais na velhice.

O motivo, conforme aponta João, irmão de Alcides, também entrevistado, era deixar seus pais mais próximos do "recurso", ou seja, do atendimento médico pelo SUS. João afirma que também incentivava seu pai, atualmente falecido, a retornar para que este conseguisse encaminhar sua aposentadoria. Nesse relato, vemos como a fronteira apresenta-se como um recurso social (Albuquerque, 2014),

pois traria para o pai do entrevistado o acesso gratuito aos serviços de saúde e a aposentadoria.

O entrevistado acrescenta que muitos acabam retornando para o Brasil pela questão de educação, saúde e em busca da aposentadoria. O fato de morar próximo da fronteira passa a ser um trunfo para esses imigrantes pobres. A gratuidade do SUS é um fator importante nesses retornos. Porém, no caso do pai dos entrevistados, devido à gravidade do problema de saúde de seu pai, este acabou vendendo a chácara da família para poder custear os tratamentos.

O retorno para os municípios fronteiriços também tem por finalidade o cuidado para com quem ficou no país de destino, como no caso de José. A motivação para o retorno estava ligada à questão dos estudos dos filhos uma vez que as escolas ficavam muito longe da casa da família, em Los Cedrales. Porém, o lugar de destino no retorno está diretamente relacionado a uma rede familiar de cuidados com a sogra, além de atender as terras do qual este ainda é proprietário em Los Cedrales.

Quando saí de lá, a minha vontade era de ir pra Londrina, gostei muito daquela região. Passei uma temporada da minha vida lá, mas como a minha sogra não andava bem de saúde, fiquei mais perto aqui [...]. Ela morava em Los Cedrales, ficava mais perto. Agora Londrina ficava mais distante [...]. O plano era ir a Londrina quando saí do Paraguai, mas por causa do pedacinho de terra que tem lá e também [...] a sogra não andava bem de saúde [...]. Então, a gente ficou aqui mais perto por causa disso (José, Foz do Iguaçu, jan. 2019).

Aqui, desejos pessoais são deixados de lado para atender uma necessidade familiar. Existe um cálculo ou avaliação antes do ato migratório. A decisão pelo retorno não é algo individual. A fronteira se apresenta como um recurso social para o estabelecimento, pois tornaria mais rápido e menos custoso o cruze até Los Cedrales, onde a sogra residente necessitava de cuidados. Atualmente, José tem uma parte da família e as terras no Paraguai, o que o leva a se deslocar constantemente para o Paraguai.

Os laços com o Paraguai são ainda mantidos entre ausências e presenças entre os dois países, através dessas redes transfronteiriças. Aqui, percebe-se que “Viver na fronteira é geralmente também viver da fronteira” (Albuquerque, 2012, p. 202). É no lado fronteiriço brasileiro que estes retornados buscaram refazer as suas vidas. Com o auxílio de diversos tipos de redes transfronteiriças, encontram oportunidades de acesso a recursos sociais não disponíveis no Paraguai. Porém, o outro lado da fronteira, para parte destes retornados, não é ignorado, pois é daqui que provém o seu sustento e onde possuem responsabilidade e vínculos afetivos.

Em forma de síntese, elaboramos um quadro que mostra os diversos tipos de redes presentes ao longo do trabalho.

**Quadro 1 – Tipos de redes nos casos de emigrações e retornos analisados**

Entrevistada/os	Tipos de redes	Descrição das redes
José	Social	Constituída por companheiro/amigo que retorna para Minas Gerais e divulga a oferta de trabalho por dia em lavouras do Paraná.
	Propaganda	Constituída por meio de rádio e firma de Londrina, a fim de divulgar a oferta de terras e agendar visitas de possíveis compradores ao Paraguai.
	Trabalho associativo	Através de amigos que trabalham juntos na mesma propriedade.
Vera	Familiar transnacional	Na oferta de trabalho e moradia no Paraguai em duas migrações.
Isaura	Social transnacional	Quando os vizinhos do seu pai retornam para Guarani das Missões e informaram este da oferta de terras e acabaram levando o mesmo para o Paraguai, a fim de conhecer e adquirir terras.
Vera	Familiar transfronteiriça	Articulação entre filha que vivia em San Alberto e mãe que vivia em Santa Terezinha de Itaipu, que ofertou trabalho para a entrevistada.
Ana	Familiar transfronteiriça	Criada visando o tratamento da entrevistada que permanecia na casa da sogra em São Miguel do Iguaçu. Retorno para o município em que vivia a sogra, ponto de referência para o casal.
	Social transfronteiriça	Retorno junto com os compadres e divisão do aluguel com estes por oito meses.
	Associativa	Criada entre migrantes retornados ou não no trabalho da reciclagem.
Nelsi	Social transfronteiriça	Informa os pontos positivos de morar em São Miguel do Iguaçu. Carta de referência fornecida pelas antigas empregadoras do Paraguai, que ajudou a entrevistada conseguir emprego no município.
	Sociabilidade	Através do conhecido do esposo, que passa a apresentar ao casal mais pessoas, levando à integração destes no lugar de retorno.
Dilson e Maria	Familiar transfronteiriça	A presença de irmãos, pais e filhas facilita o retorno e estabelecimento do casal em São Miguel do Iguaçu.
Alcides e João	Familiar transfronteiriça	No retorno dos pais para Foz do Iguaçu, onde os filhos constroem uma casa para que esses tenham acesso a recursos.
José	Familiar transfronteiriça de cuidado	Possibilitou o auxílio para com a sogra que estava doente e vivia em Los Cedrales, PY.
	Econômica e familiar transfronteiriça	Presença de familiares e terras no Paraguai atualmente.

Fonte: Entrevistas realizadas entre julho de 2018 a janeiro de 2023, na modalidade presencial.

Os dados apresentados no quadro acima nos dão uma ideia do quanto os processos migratórios, mesmo os de curta distância que acontecem na fronteira,

são permeados pela presença de redes. Entre estas redes percebe-se que as redes familiares são as que mais predominam, articulando a emigração e o estabelecimento destes sujeitos no espaço fronteiriço.

## Considerações finais

Conclui-se, com base nos relatos dos entrevistados, que em um primeiro momento, o retorno articulado a redes familiares e sociais tem um papel importante na emigração ao Paraguai, pois acaba incentivando o deslocamento de outros conterrâneos familiares ou não que buscam adquirir terras e trabalho na nova fronteira agrícola criada no país vizinho, o que demonstra que a emigração para aquele país não é somente consequência das ações políticas dos dois países.

A fronteira tem o papel importante dentro dos processos migratórios desses sujeitos. Se na emigração, a oferta de terras nessa nova fronteira agrícola era algo atrativo para esses imigrantes, no retorno à fronteira, inverte o fluxo migratório, fazendo com que os migrantes que foram para o Paraguai retornem, pois para esses sujeitos, os recursos sociais existentes nessa fronteira, como saúde, educação e aposentadoria, entre outros, passam a ser mais atrativos do lado brasileiro. A fronteira é o recurso social para esses imigrantes sem muitos recursos econômicos refazerem suas vidas após o retorno. A fronteira tem a capacidade de mobilizar o retorno, mas isso só é possível nos casos apresentados graças às redes, fundamentais nesse processo.

Nas entrevistas, identificamos a presença de redes sociais e na grande maioria familiares, ligadas à relação de trabalho, tanto na emigração como no retorno; redes na informação sobre a oferta de terras; redes de entreajuda, que dividem os custos com aluguéis; redes associativas na atividade agrícola no Paraguai e no trabalho da reciclagem no retorno; redes familiares de cuidado na fronteira, que favorecem a assistência no Brasil e no Paraguai. Ou seja, as relações que estes sujeitos constroem, possibilitam as migrações e mobilidades na fronteira, espaço estratégico para estabelecimento e, ao mesmo tempo, mostram a agência e protagonismo destes imigrantes nos processos migratórios de ida e, mais especificamente, de retorno do Paraguai.

## Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), conforme Portaria no. 206 de 04 de setembro de 2018. Este trabalho é parte do desenvolvimento de nossa pesquisa de doutorado que tem financiamento da (CAPES). Agradeço também

ao Prof. Dr. Marcos Mondardo (UFGD) pela orientação fundamental para o presente artigo.

## Referências

- ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai.** 2005. 265f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 31, p. 137-166, jan./jun. 2009.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Limites e paradoxos da cidadania no território fronteiriço: O atendimento dos brasiguaios no sistema público de saúde em Foz do Iguaçu (Brasil). **Geopolítica(s)**, v. 3, n. 2, p.185-205, 2012.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Migrações em territórios fronteiriços: a experiência cotidiana entre legislações nacionais, fronteiriças e regionais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu, MG: ANPOCS, 2014.
- BALLER, Leandro. **Fronteira e fronteiriços:** a construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014). 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.
- FAZITO, Dimitri. Análise de redes sociais e migração: dois aspectos fundamentais do “retorno”. **RBCS**, v. 25, n. 72, p. 89-176, 2010.
- FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. **Crimes de fronteira:** a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca; LAGES, Mauricio Piatti. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 123, p.121-142, dez. 2020.
- GNOATTO, Vanucia. **Migrações, Trajetórias, Retornos:** imigrantes brasileiros no Paraguai (1970-2018). 2020. 195p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2020.
- GRAZIANO, José da Silva. **O novo rural brasileiro.** 2. ed. Campinas: IE/Unicamp, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. **Regiões transfronteiriças e redes “brasileiras” no Mercosul** (2013). Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/04.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2023.
- ROMEU DE SOUZA, Thiago. **Lugar de Origem, Lugar de Retorno:** a construção dos territórios dos migrantes na Paraíba e São Paulo. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- SALES, Teresa. Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 1, n. 13, p. 87-98, mar. 1996.
- SANTOS, Gislene Aparecida dos. Redes e território: reflexões sobre a migração. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Orgs.). **Redes, sociedades e territórios**. 3. ed. rev. e ampl. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021. p. 53-80.
- SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista NERA**, v. 11, n.13, p. 118-127, jul./dez. 2008.
- SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: EDUSP, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno, elemento constitutivo do migrante. **TRAVESSIA - Revista do Migrante**, p. 7-10, jan. 2000.

SILVA, Henrique Manoel. **Fronteiriços**: as condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio. A região de Katueté, no Departamento de Canindeyú 1970-2000. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Mulheres trabalhadoras rurais: trajetórias e memórias. **RURIS**, São Carlos, v. 4, n 2, p. 13-43, set. 2010.

TEDESCO, João Carlos. **Imigração no Sul do Brasil**: Transnacionalismos, sociabilidades. Passo Fundo: Acervus Editora, 2022.

# COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL CÍVEL VIA CONTATO DIRETO ENTRE AUTORIDADES JUDICIÁRIAS ESTRANGEIRAS EM REGIÃO DE FRONTEIRA

International Judicial Cooperation in the Civil Area Through Direct Contact Between Foreign Judicial Authorities in a Border Region

Cooperación Jurídica Civil Internacional Mediante Contacto Directo Entre Autoridades Judiciales Extranjeras En Región Fronteriza

DOI 10.55028/geop.v18i35

Jessé Cruciol Junior\*

**Resumo:** A cooperação jurídica internacional avulta de importância em tempos de aumento da desconfiança entre os países e de posturas isolacionistas. O Brasil ratificou e internalizou ao menos três tratados internacionais que preveem a possibilidade de cooperação judicial via contato direto entre as autoridades judiciais estrangeiras em zonas fronteiriças. Tal forma célere e menos burocratizada de cooperação é compatível com as demais normas do ordenamento jurídico nacional, notadamente a Constituição Federal, sendo já o momento de superar antigos paradigmas, inclusive jurisprudenciais, que se opõem a meios descentralizados de cooperação internacional.

**Palavras-chave:** Cooperação jurídica internacional; Zonas Fronteiriças; Contato direto.

**Abstract:** International judicial cooperation is of great importance in times of increasing distrust between countries and isolationist attitudes. Brazil has ratified and internalized at least three treaties that provide for the possibility of judicial cooperation through direct contact between foreign judicial authorities in border areas. Such a expeditious and less bureaucratic form of cooperation is compatible with the other norms

## Introdução

A cooperação jurídica entre estados para fins de prática de atos processuais ou pré-processuais em território estrangeiro, apesar de não ser questão nova, surge cada vez mais relevante no cenário judicial atual. Tendo as relações econômicas, políticas, sociais e o fluxo de pessoas e informações tomado corpo com os fenômenos da mundialização e globalização a necessidade de se praticar atos processuais em mais de um país avulta em importância.

Não se pode conceber o reconhecimento de um “princípio de justiça” em atividade jurisdicional caso essa seja limitada pelo simples fato de ser necessária a prática de ato processual em país diverso. Essa negativa em

\* Mestre em Direitos Humanos no Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Pós-graduado em nível de especialização em Direito Tributário. Juiz de Direito no Estado de Mato Grosso do Sul. Foi Procurador da Fazenda Nacional. E-mail: [jesse\\_crucioljr@hotmail.com](mailto:jesse_crucioljr@hotmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1772-9095>.

of the national legal system, notably the Federal Constitution, and it is now time to overcome old paradigms, including jurisprudence, which are opposed to decentralized means of international cooperation.

**Keywords:** International judicial cooperation, Border areas, Direct contact.

**Resumen:** La cooperación jurídica internacional es de gran importancia en tiempos de creciente desconfianza entre países y actitudes aislacionistas. Brasil ha ratificado e interiorizado al menos tres tratados internacionales que prevén la posibilidad de cooperación judicial a través del contacto directo entre autoridades judiciales extranjeras en áreas fronterizas. Esa forma de cooperación rápida y menos burocrática es compatible con las demás normas del ordenamiento jurídico nacional, en particular la Constitución Federal, y es hora de superar viejos paradigmas, incluso la jurisprudencia, que se oponen a las formas descentralizadas de cooperación internacional.

**Palabras clave:** Cooperación jurídica internacional, Zonas fronterizas, Contacto directo.

viabilizar atos processuais em caráter transnacional com base, por exemplo, em um rígido conceito de soberania dos países, seria a negativa não só de uma justiça universal (Capucio, 2016, p. 284) mas também da própria ideia de justiça interna em cada país, limitando criticamente os órgãos nacionais em casos tais.

No atual momento histórico, com o fortalecimento de posições nacionais (quiçá nacionalistas) e isolacionistas, aumentando a desconfiança mútua no âmbito político internacional, em contraste com o consistente fluxo global de pessoas e, especialmente, bens e informações, o tema da cooperação judicial internacional deve receber ainda mais atenção ao se prestar a fortalecer laços de confiança entre os países e concertar atos cooperativos ao menos – inicialmente – na área jurídica.

Sendo assim, o presente trabalho visa analisar instrumentos de cooperação jurídica internacional ratificados pelo Brasil, e aqui plenamente vigentes, que fortalecem a cooperação e a agilizam, especificamente ao prever a comunicação direta entre juízes estrangeiros em zonas fronteiriças, dispensando, entre outras, a formalidade da centralização obrigatória do contato, via autoridade central, ou a intermediação diplomática. Após, se analisará o status jurídico interno de tais previsões e sua compatibilidade com a legislação infra-constitucional brasileira e com a Constituição Federal (norma fundamental do sistema).

Com isso, espera-se trazer ao claro essa forma célere e direta de cooperação jurídica internacional possível no Brasil e plasmar sua licitude (compatibilidade com as demais normas do sistema, notadamente a Constituição Federal). Para tanto, o método utilizado será o dedutivo e a pesquisa bibliográfica e documental.

## Cooperação jurídica internacional e a via do contato direto entre autoridades judiciárias estrangeiras

A existência de Estados entendidos como soberanos, inclusive na órbita do Direito Internacional, impõe que seu poder seja exercido apenas internamente, não tendo jurisdição sobre território alheio (igualmente soberano). É o que se conhece por “territorialidade da jurisdição” (Portela, 2022, p. 875).

Não obstante, dado o natural fluxo de pessoas e bens entre diferentes países – o que tem se acentuado devido ao movimento de globalização – muitas vezes um processo em trâmite em um país acaba por demandar atos a serem praticados no território de outro ou outros, como citações, intimações ou oitiva de pessoas, constrição sobre bens, quebra de sigilo de dados para fins de instrução etc. Uma vez que o Estado em questão “não pode tomar tais providências fora do respectivo território sem interferir indevidamente em assuntos internos de outro Estado, será preciso pedir o apoio das autoridades estrangeiras para a prática desses atos” (Portela, 2022, p. 875).

O conjunto de regras internacionais e nacionais que trata e define esses atos de colaboração entre Estados, ou mesmo entre Estados e organizações internacionais, e que tem por objetivo facilitar e concretizar o acesso à justiça, é chamado de cooperação jurídica internacional (Ramos, 2021, p. 491).

A relevância do tema da cooperação jurídica internacional, diga-se, advém “da cada vez mais crescente internacionalização da vida privada, a demandar o cumprimento efetivo das decisões estrangeiras no Brasil e das brasileiras no exterior” (Mazzuoli, 2023, p. 222). Diga-se de passagem, no entanto, que Jacob Dolinger e Carmen Tiburcio afirmam que o tema não é novo, o reconduzindo aos idealizadores da Constituição norte-americana de 1787 (Dolinger; Tiburcio, 2020, p. 609).

Hodiernamente o tema cooperação jurídica internacional, tanto quanto seu fortalecimento, ao menos em nível teórico, passa quase que inexoravelmente pela teoria do “Estado Constitucional Cooperativo”, desenvolvida por Peter Häberle no final da década de 1970.

Por meio dela o autor defendia, já aquela época, uma evolução no conceito de Estado Constitucional e da forma de se pensar a soberania. A estrutura “aberta”

do Estado Constitucional, tanto para dentro (interna) quanto para fora, seria decisiva para essa caracterização, e seria garantida estruturalmente “pela democracia pluralista, por direitos fundamentais, por elementos da divisão dos poderes que devem ser ampliados no âmbito da sociedade, e por um Poder Judiciário independente” (Häberle, 2007, p. 02).

Outrossim, a cooperação seria parte da identidade mesma do Estado Constitucional que ele, “no interesse da ‘transparência constitucional’, não apenas deveria *praticar* como, também, documentar em seus textos jurídicos, em especial nos documentos constitucionais” (Häberle, 2007, p. 03).

Para melhor compreensão da estrutura e fins do Estado Constitucional Cooperativo, o autor lembra que ele encontra sua identidade justamente no Direito internacional “no entrelaçamento das relações internacionais e supranacionais, na percepção da cooperação e responsabilidade internacional, assim como no campo da solidariedade”, com isso o Estado Constitucional Cooperativo corresponderia “à necessidade internacional de políticas de paz” (Häberle, 2007, p. 04).

É importante advertir, de todo modo, que a abertura estrutural para a Cooperação não importa na entrega da soberania ou no reconhecimento da junção jurídica ou política dos Estados, que conservam sua individualidade e autonomia no processo. Nas palavras de Häberle:

O Estado Constitucional cooperativo vive da cooperação com outros Estados, comunidades de Estados e organizações internacionais. Ele conserva e afirma isso a despeito de sua identidade, mesmo frente a essas confirmações. Ele toma para si as estruturas constitucionais do direito internacional comunitário sem perder ou deixar esvair, completamente, seus próprios contornos (Häberle, 2007, p. 9).

Para Häberle ainda (2007, p. 10) o Estado Constitucional Cooperativo “trabalha no desenvolvimento de um ‘Direito Internacional cooperativo’: a caminho de um ‘Direito Comum de Cooperação’.

Diante dessa noção, voltando a atenção para o caso brasileiro, André de Carvalho Ramos defende que a Constituição Federal brasileira adota o modelo de Estado Constitucional Cooperativo, citando como fundamento que “já no art. 4º, IX, determina que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo ‘princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade’” e que o parágrafo único do mesmo artigo prevê o “Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (2021, p. 500).

Segue daí, conforme afirma Maria Rosa Loula (2010, p. 124), que a nova forma de entender o Direito Internacional baseada “na cooperação entre os Estados,

e não na mera coexistência, influenciou inclusive o modo de se compreender a cooperação jurídica internacional". Com isso novas formas de comunicação foram concertadas para práticas de atos processuais em solo estrangeiro.

Por oportuno, Marinoni, Arenhardt e Mitidiero integram o grupo dos que defendem que a cooperação jurídica internacional deva ser facilitada, simplificada e agilizada, considerando as exigências do mundo contemporâneo, globalizado, ágil e conectado. Para esses autores, então, seria "*de lege ferenda* desejável se priorize mecanismos que permitam a comunicação mais ágil e menos burocratizada no ambiente internacional, sobretudo diante do mundo globalizado em que vivemos" (Marinoni; Arenhardt; Mitidiero, 2022, p. 55).

Dito isso, já se pode afirmar que a via tradicional de cooperação jurídica internacional é a diplomática, considerando o papel de "ponto de contato" exercido naturalmente entre órgãos diplomáticos e consulares. Não obstante, formas diversas vieram a se desenvolver sendo, hoje, a da autoridade central bastante difundida. Por meio de autoridades centrais devidamente acordadas em tratados, os países sabem de antemão para onde enviar os documentos de cooperação (ativa) e de quem recebê-los (passiva). Outrossim, a autoridade central por sua especialização e experiência tem importante papel facilitador, evitando envio de documentos fora do padrão ou por via ou destino equivocados.

Para além disso, ainda que não muito comum ou difundida, há também a via do contato direto que, segundo Ramos (2021, p. 511), "consiste na comunicação direta entre os próprios órgãos da atividade-fim que necessitam de auxílio, sem intermediários (diplomatas ou da autoridade central)".

Ao dispensar intermediários essa via de comunicação se mostra muito mais simples e célere, não obstante, para que isso ocorra adequada e ordenadamente é preciso que haja certas regras comuns que possibilitem sua utilização de forma eficaz e que não ofenda valores jurídico básicos dos países envolvidos.

Essa via direta entre as autoridades estrangeiras envolvidas é inspirada na prática interna dos países e "tem como pressuposto um ambiente de confiança entre os Estados, que não se importam com a criação de amplas redes de comunicação entre suas próprias autoridades" (Ramos, 2021, p. 512).

É certo que na configuração atual do direito internacional e de acordo com a corrente noção de soberania nacional em geral essa forma só se dá mediante previsão autorizativa em tratados, de modo que haja prévia aquiescência do poder central (considerado o representante do país na comunidade de nações) para que seus órgãos contactem diretamente órgãos externos e cooperem mutuamente.

Ainda que se trate de via incomum, havendo previsão em tratado e estando este vigente nas ordens internacional e interna, não há óbice ao seu uso, salvo se houver restrição constitucional em determinada ordem jurídica, o que, no entanto, tornaria o tratado inconstitucional (questão mais ampla que a impossibilidade de utilização da via em si).

No Brasil, como veremos, mesmo que não receba muito atenção, há tratados vigentes prevendo a possibilidade de comunicação direta entre juízos nacionais e estrangeiros em determinadas [e restritas] hipóteses, tratados esses que passamos a analisar doravante.

Antes disso, porém, é preciso fazer um corte metodológico e estabelecer que o objeto desse artigo se circunscreve – dentro daqueles usuais em cooperação jurídica internacional cível – aos atos de *Assistência Jurídica Cível*, mais precisamente os *atos ordinatórios* (a par dos instrutórios e os “atos-informação”, objetos também possíveis nessa modalidade de cooperação), conforme classificação feita na análise estruturalista proposta por André de Carvalho Ramos (2021, p. 533).

### Tratados vigentes no Brasil que autorizam a cooperação jurídica internacional via contato direto

Em 20/03/2019, através do Decreto nº 9.734, o Brasil internalizou a *Convenção da Haia Relativa à Citação, Intimação e Notificação no Estrangeiro de Documentos Judiciais e Extrajudiciais em Matéria Civil e Comercial* de 15 de novembro 1965. Essa compreensiva Convenção tem o escopo de criar meios adequados para que os documentos judiciais e extrajudiciais que devam ser objetos de citação, intimação ou notificação no estrangeiro sejam levados ao conhecimento do destinatário em tempo hábil e de melhorar a organização do auxílio jurídico mútuo com a finalidade de simplificar e agilizar o procedimento, segundo seus próprios termos.

Nesse intuito de otimizar a cooperação jurídica internacional para pedidos de prática de atos ordinatórios em Assistência Jurídica Cível (Ramos, 2021, p. 533) a Convenção previu a possibilidade de utilização de canais e procedimentos mais expeditos comparados aos tradicionais, dispensando, nesses casos, juízo de deliberação ou intermediação de autoridades centrais ou diplomáticas, conforme o regime vigente em cada nação (artigos 8º e 10).

Entre esses meios a Convenção previu o cumprimento desses atos diretamente por representantes diplomáticos ou consulares do país requerente, “sem qualquer tipo de coação”, no território do requerido; a remessa postal; a remessa direta entre juízos para ser cumprida pelos agentes da nação requerida; e a pro-

moção direta no juízo requerido por pessoa interessada no processo respectivo [no juízo requerente].

Ocorre que a Convenção também previu a possibilidade de reserva a tais meios menos formais de cooperação e o Brasil, ao ratificar a Convenção, fez reserva a tais possibilidades, afastando-as, em princípio, de seu arcabouço jurídico. Pelo que consta dos registros oficiais disponíveis no site da Câmara dos Deputados, tal reserva fora sugerida ainda pelo Poder Executivo na Exposição de Motivos enviada pelo Ministério das Relações Exteriores através de mensagem à então Presidente da República em 2015.

O texto da Exposição de Motivos, no entanto, não expõe concretamente os fundamentos jurídicos ou fáticos de tal reserva nesse ponto, limitando-se a anunciar que seria conveniente apresentar as reservas e declarações que sugeriu.

Com isso, pode-se imaginar que o Brasil, tendo se mostrado refratário oficialmente a tais meios, não contaria com normas que autorizassem instrumentos semelhantes, menos formais de cooperação jurídica internacional, mas esse não é o caso.

Com efeito, vigem no Brasil pelos menos três instrumentos normativos regionais (tratado/convenção) que preveem expressamente meios mais desburocratizados e céleres de cooperação jurídica internacional, notadamente via contato direto entre autoridades judiciais estrangeiras em determinadas hipóteses. Vale adiantar que, sem prejuízo, há também disposições de direito interno que autorizam caminhar nesse sentido, as quais serão analisadas no capítulo seguinte.

Tais tratados são a *Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias* de 1975 e a *Convenção Interamericana sobre Tráfico de Menores* de 1994, ambas firmadas no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), e o *Protocolo de Medidas Cautelares* firmado no âmbito do MERCOSUL em Ouro Preto em 1994. Passamos a análise de cada um deles.

### *Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias*

A *Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias* foi assinada no Panamá, em 30 de janeiro de 1975, tendo sido ratificada pelo Brasil e promulgada, finalizando assim o processo de internalização, por meio do Decreto 1.899 de 09 de maio de 1996. Pelo texto do Decreto 1.899 não consta que o Brasil tenha apresentado reservas à qualquer disposição da Convenção.

Essa convenção se aplica a cartas rogatórias expedidas em processos relativos a matéria civil ou comercial pelas autoridades judiciais de um dos Estados

Partes, desde que tenham por objeto a (a)realização de atos processuais de mera tramitação, tais como notificações, citações ou emprazamentos no exterior e (b) o recebimento e obtenção de provas e informações no exterior, salvo reserva expressa a tal respeito (artigo 2). Há vedação expressa à aplicabilidade da Convenção a atos processuais outros que não os mencionados no Artigos anterior, em especial àqueles que impliquem execução coativa (artigo 3).

O texto da Convenção prevê que as cartas rogatórias poderão ser transmitidas às autoridades requeridas: (a)pelas próprias partes interessadas; (b)por via judicial; (c)por intermédio dos funcionários consulares ou agentes diplomáticos; (d) ou pela autoridade central do Estado requerente ou requerido, conforme o caso.

Nota-se então que já há aí previsão assertiva de envio de cartas rogatórias às autoridades estrangeiras “via judicial”, independentemente (paralelamente, portanto) das vias diplomática, consular e da autoridade central.

Não obstante isso, a conjugação dos artigos 6 e 7 resulta também na autorização específica do contato direto entre autoridades judiciárias dos Estados Partes quando estejam em zona fronteiriça para fins de envio e recebimento de cartas rogatórias.

Isso porque os requisitos genéricos para que as cartas rogatórias sejam aceitas são sua legalização e tradução para o idioma oficial do Estado requerido (de destino) – inclusive dos documentos anexos, na forma do artigo 5.

Ocorre que o artigo 6 (reforçando o que havia sido dito no artigo 5, a) dispõe que quando as cartas rogatórias forem transmitidas por via consular ou diplomática, ou por intermédio da autoridade central, será desnecessário o requisito da legalização. Segue-se então o artigo 7 o qual estabelece que “as autoridades judiciárias das zonas fronteiriças dos Estados Partes poderão dar cumprimento, de forma direta, sem necessidade de legalização, às cartas rogatórias previstas nesta Convenção”.

É de se questionar qual seria o sentido do artigo 7 dispensar a legalização da rogatória se o envio se desse via consular, diplomática ou por autoridade central se isso já é hipótese da dispensa do artigo 6 (essa dispensa é o próprio objeto do artigo 6). Essa interpretação tornaria o dispositivo baldo.

Seguindo lição clássica de Carlos Maximiliano (1995, p. 103) uma norma não deve ser interpretada de modo a chegar a resultado esdrúxulo, *v.g.* “Deve o Direito ser interpretado inteligentemente, não de modo a que a ordem legal envolva um absurdo, prescreva inconveniências, vá ter a conclusões inconsistentes ou impossíveis”. Logo, a única forma de dar sentido ao artigo 7 é compreender

que as autoridades judiciárias das zonas fronteiriças dos Estados Partes poderão enviar-se cartas rogatórias diretamente, sem intermédio de autoridade central ou via diplomática/consular (pois a dispensa de legalização nessas hipóteses já fora estabelecida no artigo anterior) e que, nesse caso, também se dispensa a legalização.

Assim também se estaria dando sentido concreto ao trecho “poderão dar cumprimento, de forma direta”, isto é, por meio de contato direto entre as autoridades estrangeiras, sem intermediários. Caso contrário, esse trecho “forma direta” seria apenas reiteração da dispensa da legalização, expressamente lavrada logo após e já constante do artigo 6, como visto. Portanto, tampouco faria sentido entender esse “de forma direta” como simples dispensa de legalização ou complemento semântico a isso.

Recorrendo à *Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados* de 1969, tem-se que um “tratado deve ser interpretado de boa-fé segundo o sentido comum atribuível aos termos do tratado em seu contexto e à luz de seu objetivo e finalidade” (artigo 31,1). Destarte, tanto a palavra “forma direta” quanto a previsão de dispensa de legalização para contato entre autoridades judiciárias de zona fronteiriça não pode ser interpretada como simples norma de dispensa de legalização, já que isso já está previsto no artigo 6 autonomamente.

Em razão disso, sustenta-se que há autorização expressa, de direito posto (*de lege lata*), de envio de cartas rogatórias diretamente entre autoridades estrangeiras no âmbito dos Estados Partes da *Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias*/1975 quando tais autoridades estiverem no que se considera zona fronteiriça, bastando, assim, atender ao requisito da tradução para o idioma da nação de destino.

É certo que a convenção não define o que se entende por “zonas fronteiriças” e esse detalhamento refoge à delimitação estreita desse artigo, porém, a par das discussões que a exata definição do conceito pode levantar, sem muitas dúvidas pode-se de considerar que cidades que estejam localizadas na fronteira jurídico-política entre Estados Partes sejam assim consideradas, com muito mais razão quando se tratar de cidades-gêmeas devidamente reconhecidas.

### *Convenção Interamericana sobre Tráfico de Menores*

A *Convenção Interamericana sobre Tráfico de Menores*, assinada na Cidade do México em 18 de março de 1994, foi ratificada pelo Brasil em 8 de julho de 1997 e promulgada por intermédio do Decreto 2.740 de 20 de agosto de 1998.

Tal convenção tem entre seus pressupostos declarados a importância de assegurar proteção integral e efetiva ao menor, mediante a implementação de

mecanismos adequados que garantam o respeito aos seus direitos. Além disso anuncia em seu preâmbulo reafirmar a importância da cooperação internacional no sentido de proteger eficazmente os interesses superiores do menor. Para tanto, entre outras medidas, cria mecanismos de cooperação jurídica internacional que implementem tais objetivos.

Usando termos bem próximos ao da *Convenção sobre Cartas Rogatórias*, mas ainda mais contundentes, a presente estabelece que os “pedidos de cooperação formulados diretamente entre tribunais das áreas fronteiriças dos Estados Partes também dispensarão legalização”. A redação aqui, mais concisa, deixa livre de equívocos que os pedidos de cooperação podem ser remetidos diretamente entre autoridades judiciais (tribunais) de áreas fronteiriças, hipótese que também dispensa legalização do expediente (tal qual se utilizada a via diplomática/consular ou da autoridade central).

Aliás, tal convenção vai ainda mais fundo na cooperação via contato direto autorizando que “as autoridades competentes das zonas fronteiriças dos Estados Partes poderão acordar, diretamente e a qualquer momento, com relação a procedimentos de localização e restituição mais expeditos que os previstos nesta Convenção e sem prejuízo desta” (artigo 27).

Portanto, no que se refere ao tráfico internacional de menores, e entre países em que vigente essa Convenção (entre os quais se inclui o Brasil), também se assenta a possibilidade inequívoca de cooperação jurídica internacional pela via do contato direto (dispensando via diplomática/consular ou da autoridade central) entre autoridades judiciais de zonas fronteiriças.

### *Protocolo de Medidas Cautelares - MERCOSUL*

O *Protocolo de Medidas Cautelares* foi concluído em Ouro Preto em 16 de dezembro de 1994, em continuidade ao desenvolvimento do Tratado de Assunção que originou o MERCOSUL. Ratificado pelo Brasil em 18 de março de 1997 foi promulgado através do Decreto 2.626 de 15 de junho de 1998.

Tem por objeto possibilitar (artigo 1) o cumprimento de medidas cautelares destinadas a impedir a irreparabilidade de um dano em relação às pessoas, bens e obrigações de dar, de fazer ou de não fazer.

Em seu artigo 19 o Protocolo prevê que os Juízes ou Tribunais das zonas fronteiriças dos Estados Partes poderão transmitir-se de forma direta os “exhortos” ou cartas rogatórias previstos nesse protocolo, sem necessidade de legalização. Percebe-se tratar-se de redação muito próxima a dos tratados acima citados.

Aqui, a redação também é bastante clara e ao utilizar o verbo reflexivo “transmitir-se” (ou seja, transmitirem-se mutuamente) não deixa dúvida razoável de que os juízes de zonas fronteiriças podem enviar cartas rogatórias diretamente ao juízo da zona fronteiriça do país vizinho, independentemente de passar pelas vias diplomática ou de autoridade central. Isso, claro, desde que se trate de rogar cumprimento de medida cautelar expedida em processo judicial e sendo ambos países (requerente e requerido) membros do MERCOSUL (ao abrigo do Protocolo).

A título de conclusão desse capítulo, demonstrou-se que seja em matéria de medidas cautelares entre membros do MERCOSUL ou de cartas rogatórias gerais ou em situação de tráfico de menores dentro do alcance dos tratados citados, esses dois últimos firmados no âmbito da Organização dos Estados Americanos, há previsão expressa de que autoridades judiciais de zonas fronteiriças enviem cartas rogatórias diretamente entre si (de unidade judicial incluída em zonas fronteiriças para homóloga estrangeira também localizada nessa zona fronteiriça) sem necessidade de utilização obrigatória da autoridade central constituída para os fins desses tratados ou mesmo da clássica via diplomática/consular.

Essa autorização de via direta, mais célere, pressupondo colaboração direta entre autoridades estrangeiras, pode se dizer ser pensada muito provavelmente considerando o contexto cultural compartilhado em tais zonas de contato permanente e dinâmico entre nações.

### **Compatibilidade da cooperação internacional via contato direito com o ordenamento infraconstitucional brasileiro**

Em nível legal interno não se pode dizer haja maior dificuldade a impedir a cooperação jurídica internacional via contato direito no Brasil. Antes de mais nada é preciso dizer que não há vedação expressa a essa utilização.

A propósito, o Código de Processo Civil trata da cooperação jurídica internacional entre os artigos 26 e 41. Adicione-se a isso as disposições sobre homologação de sentença estrangeira e concessão de *exequatur* às cartas rogatórias constante dos artigos 960 e 965.

Importante nesse sentido, como bem lembram Tesheimer e Ferraro (2019, p. 31) foi o veto ao artigo 35 do atual Código de Processo Civil – que topologicamente se encontrava na Seção III (Da Carta Rogatória), dentro do Capítulo dedicado à cooperação internacional do Código – o que teria visado exatamente deixar claro que a carta rogatória não é o único meio de cooperação jurídica internacional

para fins de citação, intimação, notificação, colheita de provas etc., em território estrangeiro.

A redação do artigo vetado era a que segue:

Dar-se-á por meio de carta rogatória o pedido de cooperação entre órgão jurisdicional brasileiro e órgão jurisdicional estrangeiro para prática de ato de citação, intimação, notificação judicial, colheita de provas, obtenção de informações e de cumprimento de decisão interlocutória, sempre que o ato estrangeiro constituir decisão a ser executada no Brasil.

Destarte, sob técnica de interpretação histórica (Farias; Rosenvald, 2018, p. 134; Diniz, 2019, p. 460) da normativa que forma o sistema legal de cooperação jurídica internacional, consubstanciada na análise do processo legislativo do Código de Processo Civil/2015, se percebe a abertura para formas não diretamente tipificadas de cooperação internacional em matéria cível.

Ademais, é certo que o art. 26 do Código de ritos, que trata dos princípios gerais que regem a cooperação jurídica internacional, traz em seu inciso IV a previsão de existência de autoridade central para recepção e transmissão dos pedidos de cooperação. Do mesmo modo o art. 37 dispõe que o pedido de cooperação ativa, ou seja, aquele enviado por autoridades brasileiras, será encaminhado à autoridade central para posterior envio ao Estado requerido para lhe dar andamento.

Não obstante, trata-se de normas gerais, de cunho genérico e, de fato, aplicável à maioria dos casos de cooperação, dado que o contato direto é autorizado pontualmente, conforme acima exposto.

A especificidade dos tratados que dispensam autoridade central em certos casos colocam as regras respectivas – autorizativas de contato direto entre juízes das nações contratantes – na posição de norma especial (*lex specialis*) frente às regras de cunho geral da legislação ordinária interna, o que lhe confere aplicabilidade sobre essas últimas (*lex specialis derogat generalis*). Isso já tendo por pressuposto ser pacificado que tratados vigente no Brasil tem a mesma hierarquia das leis (STF, RE 80.004), autorizando a utilização dos critérios de resolução de antinomias normativas, salvo, é certo os tratados que versem sobre direitos humanos, os quais já ostentam hierarquia supralegal, logo abaixo da Constituição Federal (STF, RE 466.343).

Mesmo considerando que o Código de Processo Civil é norma posterior aos tratados citados, deve prevalecer a norma especial/específica anterior de mesma hierarquia, segundo o metacritério *lex posterior generalis non derogat priori speciali*, ainda que se deva reconhecer que não há norma expressa a regular esse tipo de conflito, o que não o torna absoluto, afirma Maria Helena Diniz (2019, p. 509).

Não fosse isso, a aplicabilidade dos tratados sobre cooperação jurídica internacional sobre as disposições gerais do Código de Processo Civil, ao fim e ao cabo, é plasmada por esse próprio diploma. Isso porque o artigo 13 do Código de Processo Civil ressalva expressamente a aplicabilidade de *tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte* à sua própria aplicação, o que é verdadeiro reconhecimento da “prevalência dos tratados em matéria processual sobre a legislação interna” (Portela, 2022, p. 922), tal qual já fazia, por exemplo – e de maneira ainda mais contundente – o Código Tributário Nacional (art. 98).

No mais, é possível dizer que, de todo modo, a utilização de vias diversas de envio de cartas rogatórias ou de cumprimento de decisões estrangeiras em território brasileiro, dispensando *exequatur* ou homologação pelo STJ, não é estranha à legislação. Ao contrário, há previsões expressas nesse sentido.

Para além da dispensa expressa de homologação de sentença que decretar o divórcio no estrangeiro (art. 961, §5º, do CPC), o que importa no reconhecimento de extraterritorialidade da decisão proferida no estrangeiro, há também ressalvas à regra geral no *caput* do art. 961 e no art. 962, §4º, do CPC.

O *caput* do artigo 961 ao estabelecer que decisão estrangeira somente terá eficácia no Brasil após a homologação de sentença estrangeira ou a concessão do *exequatur* às cartas rogatórias, ressalva expressamente disposição em sentido contrário em tratado, isto é, havendo tratado em vigor no Brasil que reconheça eficácia de decisão estrangeira não se oporá a necessidade de homologação ou *exequatur*.

Por oportuno, tal eficácia pode se dar em forma de extraterritorialidade da decisão, que valerá por si, atuando com força tal qual fosse proferida por juiz nacional, ou por meio de cooperação que dispense o *exequatur*, o que já se dá, por exemplo, no auxílio direto, porém, nesse último, há necessidade de prolação de decisão nacional, o que não ocorre no cumprimento de rogatória via contato direito.

A própria existência do auxílio direto, hoje plenamente prevista em lei e aceita pela jurisprudência nacional (STF, Pet. 5946, rel. para acórdão Min. Edson Fachin, Dje 08.11.2016), enquanto meio de cooperação judicial que dispensa a homologação ou *exequatur*, já indica que a juízo de deliberação não é essencial aos atos de cooperação, mas apenas meio geral de sua realização nos casos em que não haja norma interna ou prevista em tratado ou convenção em sentido contrário.

Por seu turno, o art. 962, §4º, do CPC também traz norma interessante ao afirmar que nas hipóteses em que se dispensa a homologação de sentença estrangeira para sua eficácia em território nacional também fica dispensada a homologação para eficácia de decisão concessiva de medida de urgência respectiva. Assim, se para o mais (sentença) se dispensa homologação a lei também a dispensou para o menos

(medida de urgência), condicionando apenas ao juízo de validade pelo juízo competente para o seu cumprimento (geralmente um Juízo Federal de primeiro grau).

Estamos autorizados, assim, a concluir, que a legislação interna brasileira não só não tem norma proibitiva como não apresenta óbices razoáveis à realização de atos em cooperação jurídica internacional por vias não tipificadas na Constituição, como o contato direito entre autoridades nacional e estrangeira na seara cível, desde que haja previsão em tratado nesse sentido. Ao contrário, a própria legislação interna ostenta uma série de regimes especiais de cooperação para lidar com decisões judiciais estrangeiras, inclusive prevendo dispensa de homologação ou *exequatur*. Além disso, o Código de Processo Civil ressalva expressamente a aplicabilidade de disposições de tratados sobre as suas próprias

Verdade seja dita, ainda que houvesse norma interna (em nível legal) vedando a via do contato direto é de se lembrar, como dito, que os tratados internalizados pelo Brasil tem o mesmo status hierárquico das leis, aplicando-se, em caso de conflito, os critérios de resolução de antinomias reconhecidos na dogmática jurídica brasileira, no caso, a prevalência da *lex specialis*.

Desse modo, sendo os tratados citados normas específicas, pois inclusive tratam de situação peculiar de jurisdição em zona de fronteira, prevaleceriam tais disposições sobre eventual virtual (pois, inexistente) vedação genérica.

### A constitucionalidade da cooperação internacional via contato direto entre as autoridades estrangeiras

A dispensa de *exequatur* em cartas rogatórias enviadas diretamente entre juízos estrangeiros localizados em zonas fronteiriças ao abrigo dos tratados citados pode levantar questionamentos sobre sua constitucionalidade, notadamente frente à competência centralizada para esse exame utilizada pelo Brasil desde 1934 (Dolinger; Tiburcio, 2020, p. 612).

Maria Loula (2010 p. 201), por exemplo, chegou a afirmar que a “doutrina tem compreendido essa forma opcional de cumprimento das rogatórias como inconstitucional”. Jacob Dolinger e Carmen Tiburcio (2020, p. 612) também citam ser “alvo de debate” a aplicação de dois dos dispositivos objeto desse artigo (art. 7º da *Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias* e art. 19 do *Protocolo de Pedidas Cautelares* do Mercosul).

Tesheimer e Ferraro (2019, p. 32), por sua vez, defendem [referindo-se à cooperação passiva] que nenhum juiz estrangeiro pode citar alguém no Brasil sem prévia autorização do Superior Tribunal de Justiça (STJ), nem mesmo por via

postal (carta). Citam ainda que a jurisprudência do STJ seria pacífica no sentido da necessidade de rogatória para citar pessoa que se encontre no Brasil (2019, p. 33).

Por fim, há precedente já antigo do Supremo Tribunal Federal (STF) estabelecendo ser imprescindível a concessão de *exequatur* à todas as cartas rogatórias passivas (STF, Rcl 717/RS, Rel. Min. Celso de Mello, j. 30.12.1997).

Ocorre que tal julgado se deu antes da Emenda Constitucional nº 45/2004 (alteração que não é de simples estilo, mas substancial, como se verá) e ainda partiu de pressupostos problemáticos como, por exemplo, basear o envio e recepção diretos da rogatória (que teriam embasado o juízo de primeira instância a receber a rogatória diretamente) no *Protocolo de Las Leñas* sobre cooperação judicial no Mercosul, o qual, no entanto não trata de envio via contato direto (ao contrário dos tratados citados acima). Portanto, essa premissa falsa já fez com que o caso partisse de erro de subsunção, baixando a qualidade da análise jurídica específica sobre essa via e sua consequente compatibilidade com o ordenamento nacional.

Aliás, tal julgamento se deu antes da entrada em vigor no Brasil do *Protocolo de Medidas Cautelares* do Mercosul supra analisado, o que veio a alterar o parâmetro jurídico aplicável ao caso e, portanto, configura mais um motivo para a superação do julgado.

Prosseguindo. A primeira questão que se levanta, então, como possível óbice constitucional à via do contato direto é se a competência do Superior Tribunal de Justiça (antes do Supremo Tribunal Federal) para concessão de *exequatur* é regra de competência ou regra de direito substancial, proibindo outras vias para as cartas rogatórias.

A decisão dada na Reclamação 717/RS acima citada parte do pressuposto de que a competência do Supremo para concessão de *exequatur* (hoje do Superior Tribunal de Justiça) seria regra substancial, de modo que normas infraconstitucionais não poderiam afastar sua necessidade.

Pois bem. Para Loula (2010, p. 149) a competência para homologar sentenças estrangeiras é uma norma “apenas de competência interna”, ou seja, atributiva de competência para fazê-lo quando necessário, pois de tal norma “não se deve extrair a inelutável consequência de que todas as sentenças estrangeiras necessitam de homologação pelo STJ, hoje”.

De mesma posição é André de Carvalho Ramos (2021, p. 532), segundo o qual a menção à homologação de sentenças estrangeiras no rol de competências do Superior Tribunal de Justiça deve “ser entendida como norma de distribuição de competências, caso seja necessária homologação”.

André Ramos (2021, p. 523), defende que a alteração de redação promovida pela Emenda Constitucional 45/2004 ao passar ao Superior Tribunal de Justiça a competência para homologação de decisões estrangeiras, qual seja, de “homologação *das* sentenças estrangeiras” para “homologação *de* sentenças estrangeiras”, parece servir de justificativa da adoção “do modelo de aplicabilidade imediata”, de modo que à luz desse dispositivo constitucional “nem todas as sentenças estrangeiras precisam agora ser homologadas”.

Jacob Dolinger e Carmen Tiburcio lecionam em idêntico sentido (2020, p. 623).

Aliás, o próprio artigo 961 do atual CPC – de cuja constitucionalidade não há notícia de questionamento – é regra que contraria a tese da inconstitucionalidade, já que ressalva a eficácia de decisão estrangeira e cumprimento de rogatória sem *exequatur* caso haja previsão em lei ou tratado, isto é, desconsidera aquela como uma norma constitucional que imporia tais juízo delibatórios.

André de Carvalho Ramos (2021, p. 532) afirma, em reforço, que a Constituição brasileira estimula a cooperação jurídica internacional, considerando o teor do seu art. 4º, IX, e a defesa do acesso à jurisdição.

Diante de tal quadro, interpretações demasiado restritivas dos atos de cooperação internacional não encontrariam guarida. Ao contrário, esse princípio constitucional impõe o aprofundamento dos atos de cooperação jurídica internacional, o que impõe, entre outros, a tentativa continua e progressiva de aproximação dos países e de formalização tratados para simplificar, desburocratizar e tornar mais célere e efetivos os atos cooperativos.

No mais, também é preciso dizer que havendo tratados vigentes prevendo tais meios de cooperação – ratificados pelo Brasil sem reserva a eles – não pode o país invocar seu direito interno para justificar o descumprimento do tratado, tal qual dispõe o art. 27 do *Tratado de Viena sobre Direito dos Tratados*/1969 (v.g.: “Uma parte não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado [...]”).

Tendo o Brasil ratificado o *Tratado de Viena sobre Direito dos Tratados* e estando ele vigente no país (internalizado pelo Decreto 7.030/2009) não se poderia invocar norma interna (constitucional ou infraconstitucional) para desautorizar a cooperação internacional em tais termos devidamente convencionados.

Por fim, é possível se vislumbrar questionamento sobre se tal maneira descentralizada de cooperação jurídica internacional não feriria de alguma forma a soberania nacional, dada a dispensa de participação de órgão central (da União federativa) no processo.

Trata-se de tema que merece sede própria pela complexidade e abrangência, porém acredita-se ser possível dizer desde logo que não parece haver ofensa à soberania nacional já que essa forma de cooperação decorre justamente do exercício pleno da soberania da União ao assinar, ratificar e internalizar tratado nesse sentido.

Tendo o país se comprometido regularmente perante outros países signatários (tratados bilaterais ou multilaterais) a utilizar esse meio de comunicação entre as cortes, após todo o processo que envolve a vigência de um tratado, não há motivo para se dizer que internamente ele estaria tendo sua soberania desrespeitada no justo cumprir daquilo que se comprometeu por seu órgão central (ou seja, através do Poder Executivo no papel de Chefe de Estado, com a participação mandatária do Congresso Nacional).

Com isso, conclui-se não haver óbice constitucional à realização de atos de cooperação jurídica internacional via contato direto entre as autoridades estrangeiras envolvidas (requerente – que a solicita – e requerida – onde se cumprirá a medida), bastando que haja tratado prevendo e regrando essa forma devidamente vigente em âmbito internacional e interno, sendo já maduro o momento de se superar definitivamente o entendimento restritivo então reinante no Supremo Tribunal Federal a exemplo do exarado na citada Reclamação 717/RS.

## Considerações finais

No decorrer do trabalho foi possível verificar que apesar das reservas estabelecidas pelo Brasil quando da ratificação da Convenção de *Haia Relativa à Citação, Intimação e Notificação no Estrangeiro de Documentos Judiciais e Extrajudiciais em Matéria Civil e Comercial* de 1965 por meio das quais se opôs a formas diversas de citação, intimação e notificação em atos de cooperação internacional, notadamente – para os objetivos desse trabalho – a da remessa direta entre juízos, há outros instrumentos multilaterais vigentes no Brasil nesse sentido.

Com efeito, a *Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias* de 1975, a *Convenção Interamericana sobre Tráfico de Menores* de 1994, ambas no âmbito da Organização dos Estados Americanos, e o *Protocolo de Medidas Cautelares do Mercosul* também de 1994, tem previsão expressa e objetiva nesse sentido, autorizando que autoridades judiciais em zonas fronteiriças enviem cartas rogatórias diretamente entre si, sem necessidade inclusive de legalização.

Ademais, não há norma jurídica infraconstitucional que impeça ou neutralize tal possibilidade, inclusive devido ao status legal que ostentam tais tratados, aplicáveis em prejuízo de legislação infraconstitucional que rege atos de cooperação de modo geral devido à sua especialidade (*lex specialis derogat generalis*), mesmo quando lhe forem anteriores (*lex posterior generalis non derogat priori speciali*).

De todo modo, a legislação infraconstitucional brasileira é aberta a formas não tradicionais de cooperação jurídica internacional, notadamente devido às disposições do Novo Código de Processo Civil/2015 que para além de prever formas mais modernas de cooperação como o auxílio direto e dispensar *exequatur* ou homologação de sentença em determinados casos, ressalva expressamente a aplicação de tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil faça parte sobre suas próprias disposições.

No âmbito constitucional a regra de competência do Superior Tribunal de Justiça para homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias deve ser vista apenas como atributiva de competência daquela corte quando esses atos se mostrarem necessários, ou seja, apenas meio geral (não específico) de realização de cooperação jurídica internacional nos casos em que não haja norma interna ou, especialmente, prevista em tratado os dispensando, já que nesses casos o próprio país já se comprometeu perante outras nações a cooperar de forma mais célere e desburocratizada.

A Constituição Federal tem como um princípio de regência das relações internacionais a cooperação entre os povos, sendo ainda a realização justiça um de seus objetivos (art. 3º, I, da CF), o que se coaduna com o aprofundamento dos atos de cooperação jurídica internacional, diminuindo barreiras formais quando necessária a prática de atos processuais em solo estrangeiro.

Destarte, a realização de cooperação jurídica internacional mediante comunicação direta entre autoridades estrangeiras fronteiriças na forma de tratados vigentes não encontra proibição ou incompatibilidades materiais ou processuais no ordenamento interno brasileiro e, além disso, fomenta o princípio constitucional expresso da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a realização da justiça, ao afastar barreiras formais nacionais e agilizar (facilitando também) a prática de atos processuais em território estrangeiro quando isso se mostrar necessário para o deslinde dos feitos cíveis.

## Referências

- BRASIL. **Código de Processo Civil (2015)**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm#art960](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm#art960). Acesso: 19 jun. 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso: 19 jun. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 1.899, de 9 de maio de 1996**. Promulga a Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias, concluída em 30 de janeiro de 1975. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1996/d1899.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1899.htm). Acesso em: 22 jun. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 2.626, de 15 de junho de 1998**. Promulga o Protocolo de Medidas Cautelares, concluído em 16 de dezembro de 1994. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2626.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2626.htm). Acesso em: 22 jun. 2023.

**BRASIL. Decreto nº 2.740, de 20 de agosto de 1998.** Promulga a Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores, concluído em 18 de março de 1994. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2740.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2740.htm). Acesso em: 22 jun. 2023.

**BRASIL. Decreto nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009.** Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm). Acesso em: 22 jun. 2023.

CAPUCIO, Camilla. Dimensões da cooperação jurídica internacional: do direito à cooperação ao dever de cooperar. *In: Revista da Faculdade de Direito – UFPR*, Curitiba, vol. 61, n. 3, set./dez., 2016, p. 277-297.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito.** 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmen. **Direito internacional privado.** 15. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil:** parte geral e LINDB. 16. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Juspodvm, 2018.

HÄBERLE, Peter. **Estado constitucional cooperativo.** Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

LOULA, Maria Rosa Guimarães. **Auxílio direto:** novo instrumento de cooperação jurídica internacional civil. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Curso de processo civil:** tutela dos direitos mediante procedimento comum. V. 2. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Thomson Reuters, 2022.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito.** 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direito internacional privado.** 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito internacional público e privado:** incluindo noções de direitos humanos e de direito comunitário. 14. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Juspodvm, 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direito internacional privado.** 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

TESHEINER, José Maria; FERRARO, Felipe Waquil. **Cooperação judicial internacional:** homologação de sentença estrangeira, carta rogatória e auxílio direto. *In: ZANETI JR, Hermes; RODRIGUES, Marco Antonio (coord.). Cooperação internacional. Coleção grandes temas do novo CPC, V. 13.* Salvador: Juspodvm, 2019.

# TERRAS INDÍGENAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: INTERFACES E SINERGIAS NA FAIXA DE FRONTEIRA DE MATO GROSSO DO SUL/ BRASIL E PARAGUAI

Indigenous Lands and Conservation Units: interfaces and synergies in the border strip of Mato Grosso do Sul/ Brazil and Paraguay

Tierras Indígenas y Unidades de Conservación: interfaces y synergias en la zona fronteriza de Mato Grosso do Sul/Brasil y Paraguay

DOI 10.55028/geop.v18i35

Patricia Silva Ferreira\*  
Charlei Aparecido da Silva\*\*

**Resumo:** As áreas protegidas desempenham um papel essencial na preservação dos ecossistemas, contribuindo para a regulação da vazão hídrica, conservação do solo, recarga do lençol freático e proteção da biodiversidade. Além das Unidades de Conservação (UCs), o reconhecimento das Terras Indígenas (TIs) como áreas relevantes para a proteção ambiental tem respaldo na literatura científica. A identificação de áreas legalmente protegidas que oferecem maior proteção à vegetação é crucial para desenvolvimento de políticas públicas que integrem as populações tradicionais e as UCs. A implementação de corredores ecológicos surge como uma estratégia eficaz para conectar áreas protegidas, possibilitando o fluxo de espécies e a restauração de ecossistemas.

**Palavras-chave:** áreas protegidas, conservação ambiental, políticas públicas.

**Abstract:** Protected areas are essential for preserving ecosystems, providing regulation

## Introdução

As Unidades de Conservação (UCs), áreas protegidas legalmente instituídas pelo poder público, com objetivos e limites definidos e sob regimes especiais de administração, para proteção de áreas de importância biológica, ecológica, ambiental e cultural ou de beleza cênica (Brasil, 2000), constituíram a base inicial nas condução das políticas conservacionistas no Brasil, uma vez que objetivavam garantir sua sobrevivência mediante a manutenção do acesso à terra, como no caso dos seringueiros, quilombolas, indígenas e ribeirinhos (Becker, 2004).

\* Doutora em Geografia, Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: patty\_s.f@hotmail.com.

\*\* Doutor em Geografia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: charleisilva@ufgd.edu.br.

of water flow, soil conservation, groundwater recharge, and biodiversity protection. In addition to Conservation Units (CUs), the recognition of Indigenous Lands (ILs) as relevant areas for environmental protection is also supported by scientific literature. Identifying legally protected areas that offer greater vegetation protection is crucial for developing public policies that integrate traditional populations and conservation units. The implementation of ecological corridors emerges as an effective strategy to connect protected areas and enable the flow of species and ecosystem recovery.

**Keywords:** Protected areas, environmental conservation, public policy.

**Resumen:** Las áreas protegidas son esenciales para la preservación de los ecosistemas, al subsidiar la regulación del flujo de agua, la conservación del suelo, la recarga del acuífero y la protección de la biodiversidad. Además de las Unidades de Conservación (UCs), el reconocimiento de las Tierras Indígenas (TIs) como áreas relevantes para la protección ambiental también cuenta con respaldo en la literatura científica. Identificar áreas legalmente protegidas que ofrecen una mayor protección a la vegetación es crucial para desarrollar políticas públicas que integren a las poblaciones tradicionales y las unidades de conservación. La implementación de corredores ecológicos se presenta como una estrategia eficaz para conectar áreas protegidas y permitir el flujo de especies y la recuperación de los ecosistemas.

**Palabras clave:** áreas protegidas, conservación del medio ambiente, políticas públicas.

A função ambiental atribuída às áreas protegidas são de suma importância para manutenção do ecossistema (Lovejoy, 2006), pois estão relacionados à regularização da vazão, retenção de sedimentos, conservação do solo (Metzger, 2001; Borges *et al.*, 2011), recarga do lençol freático (Tundisi; Tundisi, 2010), biodiversidade (Laurance; Bierregaard, 1998), ecoturismo, etc. O seu reconhecimento só culminou a partir da política de demarcação dessas áreas, sendo mais efetivo com a criação da FUNAI e a decorrente instituição do Estatuto do Índio, em 1973, ainda que desde o início do século XX, era uma ideia latente com o Serviço de Proteção aos Índios – SPI. Dessa forma, as políticas públicas que visam garantir e assegurar os direitos indígenas são deveras recentes.

O reconhecimento das TIs como territórios representativos na proteção e conservação ambiental também vem sendo demonstrado por um conjunto amplo e crescente na literatura científica, vide Posey (1985), FUNAI *et al.* (2015), Watts (2016), Bonanomi *et al.* (2019) e também no mais recente Relatório do IPCC (IPCC, 2019). A crescente importância das TI na conservação da biodiversidade, resultou até mesmo na formulação de um marco legal para promover a gestão ambiental dos territórios indígenas, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) (Brasil, 2012).

De fato, entende-se que a criação de áreas legalmente protegidas, como as

UCs, as TIs, as Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) estão orientadas a garantir a preservação da biodiversidade local, como um conjunto de instrumentos que visam aplacar o desmatamento e a pressão das atividades agrícola e pecuária, sobre as áreas de florestas e vegetação nativa.

Portanto, apesar das significativas mudanças para preservação e conservação dos biomas e ecossistemas, a proteção ambiental ainda não desempenha um papel de prioridade na sociedade. Como ressalta o documento elaborado pelo Programa Água Brasil (Brasil, 2014) ao expor que no contexto das políticas ambientais brasileiras o que se observa é um conjunto de medidas isoladas de preservação ambiental, que na maior parte dos casos são tomadas sob pressão de grupos de interesse ou das circunstâncias, demonstrando que conjuntos coerentes de medidas são a exceção, não a regra.

Nesse âmbito, o objetivo deste trabalho é analisar a consolidação das estratégias e dos instrumentos legais de conservação e preservação no Brasil e no Paraguai, consagradas, essencialmente, pelas áreas protegidas. Para tanto, foram estabelecidos os principais debates e contrapontos em uma narrativa sequencial de uma série de fatos e circunstâncias que culminaram no estabelecimento das políticas públicas ambientais ligadas as áreas especialmente protegidas.

## As Áreas Protegidas como principais instrumentos para preservação ambiental na fronteira

No Paraguai a aprovação da Lei Nº 352 “de Áreas Silvestres Protegidas”, em 1994 que regulamentou o Plano Estratégico do Sistema Nacional de Áreas Silvestres Protegidas (SINASIP), elaborado em 1993, permitiu que as Áreas Silvestres Protegidas (ASP) se mantivessem dentro de uma unidade conceitual de sistema e a incorporação de várias áreas importantes para a conservação. A consolidação dessa lei fortaleceu o panorama ambiental e repercutiu na aprovação de uma série de normas legais para a proteção e conservação das áreas silvestres protegidas. Áreas Silvestres Protegidas são toda porção do território nacional compreendido dentro dos limites bem definidos, de características naturais ou seminaturais, que é submetida a gestão de seus recursos a fim de alcançar objetivos que garantam a conservação, defesa e melhoria do ambiente e dos recursos naturais envolvidos (tradução nossa) (Paraguai, 1994, Art. 4).

Em um primeiro momento o SINASIP esteve vinculado ao *Ministerio de Agricultura e Ganaderia* (MAG) – e somente a partir dos anos 2000 com a criação do *Sistema Nacional Ambiental* (SISNAM) integrado pela *Secretaría del Ambiente* (SEAM) e pelo *Conselho Nacional del Ambiente* (CONAM) que as bases para a elaboração de

uma política ambiental foram consolidadas, pode-se citar esse segundo período como divisor de águas implementação das normativas ambientais no país (SEAM, 2007).

Sem dúvida, uma das grandes conquistas para direcionar os esforços e insu-  
mos na elaboração das políticas protecionistas foi a criação da SEAM, do SISNAM  
e do CONAM, instituídos pela Lei Nº 1.561/00, a partir do qual ainda é criada e  
reconhecida a Política Ambiental Nacional e o Plano Ambiental Nacional (PAN).  
Em resumo, pode-se destacar que a partir dos anos 2000 foram geradas sinergias  
relacionadas a importância da proteção de áreas silvestres, às populações locais  
e tradicionais indígenas e o desenvolvimento sustentável.

Outro aspecto importante é que o Paraguai é signatário de diversos tratados  
e convênios internacionais para proteção e conservação dos recursos naturais e  
culturais, o que contribui, significativamente para a gestão das áreas protegidas,  
que atualmente, conta com grande apoio e financiamento de organizações inter-  
nacionais. Segundo o Informe Nacional sobre as Áreas Protegidas no Paraguai  
(SEAM, 2007) as dificuldades em relação a regularização fundiária nas áreas pro-  
tegidas de domínio público, a falta de planos de manejo e de recursos humanos  
são problemas ainda muito presentes, enfrentados desde o início pelo SINASIP.

Dessa forma, o papel das iniciativas privadas de conservação é de suma im-  
portância para apoiar as áreas protegidas públicas, cuja criação já era prevista na  
Lei Nº 352/94 que inclui o Subsistema de Áreas Silvestres Protegidas sob domínio  
privado. As maiores porções do território de área protegida advêm desse modelo,  
como a Reserva Natural del Bosque Mbaracayú, sua criação, em 1991, é conside-  
rada um marco importante na história da conservação dos recursos naturais no  
Paraguai, resultado de um convênio internacional entre o governo paraguaio,  
o Sistema das Nações Unidas, The Nature Conservancy e a Fundação Moisés  
Bertoni (um importante programa de conservação privada no Paraguai) com a  
finalidade de estabelecer e preservar a Reserva perpetuamente (SEAM, 2007).  
Posteriormente, no ano 2000, a UNESCO reconheceu a Reserva Mbaracayú e sua  
zona de influência, como Reserva da Biosfera, ampliando assim o compromisso  
de um manejo sustentável em cerca de 280 mil hectares. Através destes convênios  
estratégicos com ONGs e a cooperação internacional, as instâncias de diálogo e  
redes se fortaleceram e possibilitaram suprir algumas debilidades do setor público.

Em algumas áreas silvestres protegidas há a presença de povos tradicionais  
e comunidades indígenas, formalmente reconhecidas pelo Estado, uma vez que  
já habitavam a área ou os arredores antes da demarcação da ASP, semelhante ao  
que ocorre nas Reservas Extrativistas (RESEX) do Brasil. Nessa modalidade é rea-  
lizado o manejo comunitário das ASP, contudo essa situação deve ser considerada

a partir do projeto e no planejamento já que é necessário conceder o direito de uso dos recursos naturais, todavia a gestão fica a cargo do Estado (SEAM, 2007).

Fica claro que o mecanismo de cogestão tem como objetivo integrar esforços públicos e privados no fortalecimento do SINASIP, e suprir as lacunas existentes, o que tem se mostrado eficiente na captação de recursos financeiros e contratação de pessoal. Todavia o documento da SEAM (2007) chama a atenção para a necessidade de haver uma coordenação mais alinhada entre a autoridade de execução, as iniciativas ambientais descentralizadas e as propostas do setor privado, a fim de evitar conflitos que ameacem os objetivos de conservação e preservação dos recursos naturais e, sobretudo, os direitos das comunidades locais.

A Resolução N° 200/01 (Paraguai, 2001) é a responsável por atribuir e regulamentar as categorias das Áreas Silvestres Protegidas no qual, recentemente sofreu uma modificação pela Resolução N° 562 de 2017 (Paraguai, 2017), em que foram incorporadas a essa lista 3 categorias de manejo especial: Corredores Biológicos ou de Biodiversidade, Territórios Indígenas de Conservação e Reservas Ícticas (Quadro 1).

**Quadro 1 - Áreas Silvestres Protegidas agrupadas segundo categorias**

Categoria		Nome	Descrição	Domínio/ Administração
I	Proteção restrita	Reserva Científica	Áreas naturais com ecossistemas que contêm características geomorfológicas relevantes ou representativas, bem como espécies da fauna e da flora, e que sob proteção abrangente e rigorosa, destinam-se à pesquisa científica e ao monitoramento ambiental	Público
II		Parque Nacional	Áreas naturais com ecossistemas que contêm características geomorfológicas em destaque, assim como espécies representativas de uma região natural e que sob proteção se destinam à pesquisa científica, educação ambiental e turismo de natureza.	
III		Monumento Natural	Áreas que contêm características físicas naturais ou culturais únicas e de excepcional valor cultural e que, sob proteção são destinadas à pesquisa científica e a recreação, quando as condições permitirem.	
IV		Refúgio de Vida Silvestre	Áreas preferencialmente naturais destinadas à conservação de espécies e ecossistemas através do manejo ativo	Público direto e indireto
V		Paisagem Protegida	Áreas naturais destinadas à proteção de paisagens terrestres e aquáticos e a recreação	
VI		Reserva de Recursos Gerenciados	Áreas que permitem a manutenção da diversidade biológica com o uso sustentável de ecossistemas e seus componentes	
		Reserva da Biosfera	Áreas que permitam o uso flexível que e a coexistência harmoniosa de diferentes tipos de uso e conservação, incluindo outras categorias de manejo.	Público

continua >

&gt; continuação

Categoria	Nome	Descrição	Domínio/Administração
Especial Uso especial	Reserva Ecológica	Áreas naturais que atendem às características de uma Reserva Científica ou Parque Nacional, mas por várias razões, como: tamanho, posse da terra, forma e grau de alteração não se qualificam para serem incluídas nas categorias mencionadas	Público direto e indireto
	Reserva Natural	Áreas naturais situadas em propriedades privadas que contêm amostras de ecossistemas considerados importantes para a conservação da biodiversidade e, ao mesmo tempo, são utilizadas para a realização de atividades produtivas de maneira sustentável	Privado
	Corredores Biológicos ou de Biodiversidade*	Porções do território nacional que contenham ecossistemas naturais, seminaturais ou modificados, com o objetivo de restaurar e/ou manter o fluxo e a conectividade de elementos dos sistemas a fim de assegurar os processos ecológicos e os serviços ambientais que promovem	Sujeito a regulamentação
	Territórios Indígenas de Conservação*	Ecossistemas naturais e/ou modificados que além de conter valores de biodiversidade, benefícios ecológicos e valores culturais voluntariamente conservados pelos povos indígenas e comunidades locais, sejam eles sedentárias ou móveis, e por meio de leis consuetudinárias ou outros meios eficazes de proteção	
	Reservas Ícticas*	Áreas destinadas a proteger paisagens e biodiversidade aquática e ictiofauna de maneira que as gerações presentes e futuras tenham a oportunidade de proteger e valorar os serviços ecosistêmicos das Reservas Ícticas, assegurando os processos ecológicos e biológicos	

Fonte: Resolução N° 200/01 (Paraguai, 2001); \*Incluídas como categorias de manejo pela Resolução N° 562/17 (Paraguai, 2017) (tradução nossa). Organização: Os autores (2022).

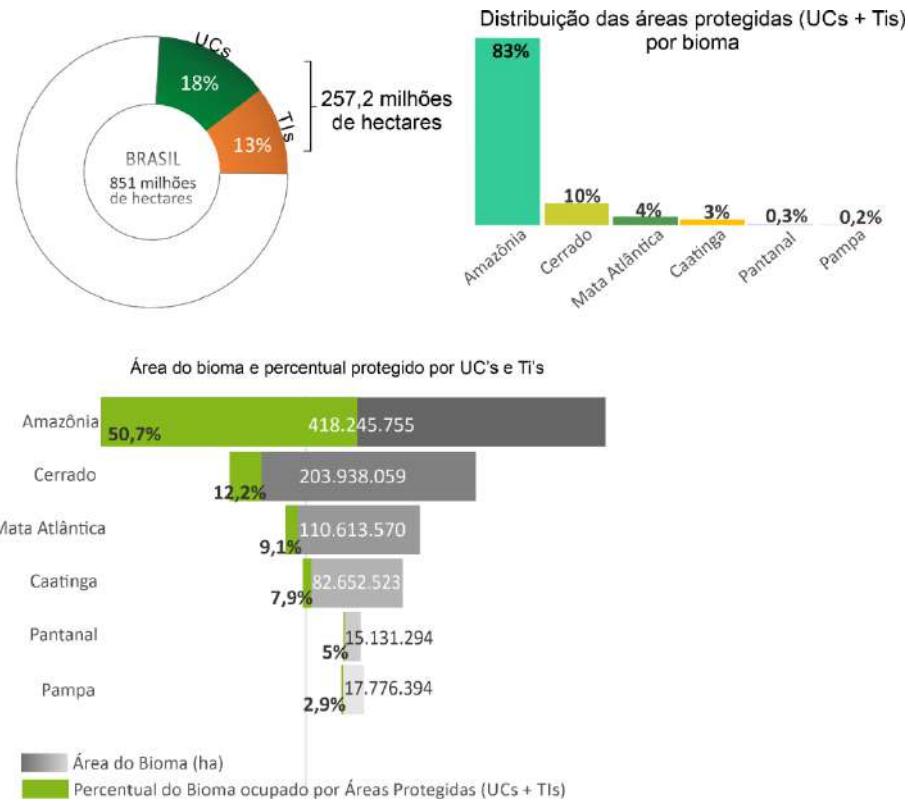
A inclusão dessas três novas categorias representa um importante avanço das políticas públicas ambientais no Paraguai. A modificação e ampliação da Resolução N° 200 de 2001, segundo a SEAM, visa contribuir para o enriquecimento e aumento dos mecanismos de conservação, bem como do patrimônio ambiental existente e converge no cumprimento dos compromissos internacionais aprovados e ratificados pelo Estado, como a Convenção sobre Diversidade Biológica.

Dessa forma, a SEAM abre espaço para incluir os territórios indígenas no manejo de áreas protegidas do SINASIP, promovendo o interesse das comunidades indígenas na conservação e preservação da biodiversidade, fortalecendo as ações de desenvolvimento sustentável e demonstrando a importância das populações locais em potencializar os serviços ambientais das ASPs.

No Brasil, um impasse em relação as áreas protegidas é a grande disparidade na distribuição das UC's e TI's nos biomas. Enquanto a Amazônia abrange 83%

da área total das áreas protegidas no país, os demais biomas possuem apenas 17% desse total (Figura 1).

**Figura 1** - Panorama da distribuição das áreas protegidas – UC's e TI's por bioma



Fonte: GITE/ Embrapa (2017). Organização: Os autores (2022)

Nesse sentido, o cenário denota a importância da manutenção das áreas protegidas a fim de assegurar as funções e serviços ecossistêmicos a elas associados. Um estudo publicado na revista *Nature*, em 1997, listou quais são os serviços e funções ecossistêmicas prestados pelos recursos naturais (capital natural) na manutenção das atividades humanas, concluindo que o valor global estimado para esses serviços era de cerca de US\$ 33 trilhões por ano (cotado para 1995) (Costanza *et al.*, 1997), um valor substancialmente maior do que o Produto Mundial Bruto (PMB) da época. Outro estudo mais recente, para a Amazônia conclui que o valor dos serviços ecossistêmicos podem chegar a US\$ 737 por hectare/ano (Strand *et al.*, 2018).

Atualmente as Áreas Silvestres Protegidas (ASP) no Paraguai abrangem uma área de mais 6 milhões de hectares, sob diferentes esferas de governança – os subsistemas público, privado e autárquico, que juntos compreendem 2.793.000

hectares do território nacional, somadas aos 3.407.00 hectares de três grandes áreas que são reconhecidas pela UNESCO como Reserva da Biosfera, cujo total representa 15,2% do país (DASP, 2018) (Tabela 1).

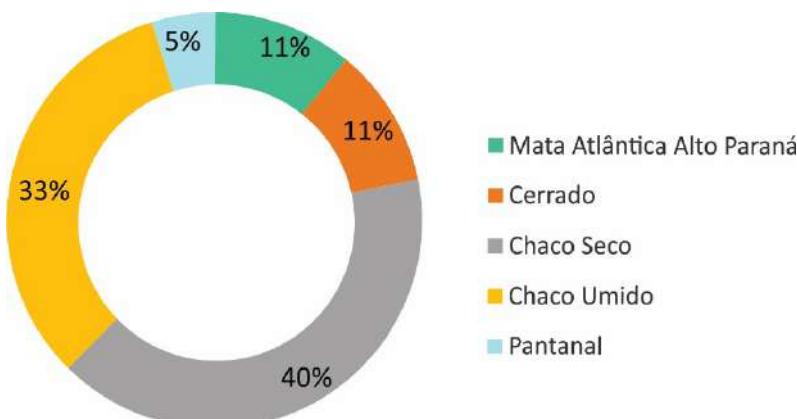
**Tabela 1** - Superfície de áreas protegidas no território paraguaio

Categorias SINASIP	Número	Área (ha)	Part. Relativa/Grupo (%)
Monumento Natural	5	130.340	2,15
Parque Nacional	17	2.079.181	34,27
Refúgio de Vida Silvestre	1	30.000	0,49
Reserva Ecológica	3	3.385	0,06
Reserva Biológica	2	31.275	0,52
Paisagem Protegida	1	44	0,001
Reserva de Recursos Gerenciados	1	24.000	0,40
Refúgio Biológico	4	14.271	0,24
Reserva Natural Privadas	13	236.246	3,89
Reservas da Biosfera	3	3.517.465	58
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>6.066.207</b>	

Fonte: SINASIP (2007). Organização: Os autores (2022).

Faz-se necessário destacar que algumas informações importantes relativas às ASP's de todo território nacional se encontram desatualizadas em órgãos oficiais, até mesmo em publicações científicas. Contudo, apesar das informações disponíveis não contarem com uma atualização recente, o levantamento desses dados é de suma importância no contexto da pesquisa para avaliar a efetividade das ações de políticas de conservação e preservação dos recursos naturais.

No estudo realizado pela Associação *Guyra Paraguay* verificou-se a representatividade do SINASIP e os “vazios” de atuação do sistema, demonstrando que o Paraguai possui 101 ecossistemas, dos quais 55 se encontram em algum nível de proteção, todavia, 14 ecossistemas possuem proteção insipiente, com menos de 5% de sua área total inseridas no SINASIP; 8 possuem níveis de proteção entre 5 e 10% e; 24 têm 10% de sua área protegida pelo sistema (GAP, 2006) (Figura 2).

**Figura 2** - Número de ecossistemas identificados para cada bioma do Paraguai

Fonte: SINASIP (2007). Organização: Os autores (2022).

O SINASIP reconhece as lacunas existentes e assinala que a criação e gestão de áreas protegidas esbarram em barreiras de várias direções, por um lado aqueles que percebem as áreas protegidas como inimigas do desenvolvimento e do outro lado aqueles que as veem como ameaça contra os direitos das populações rurais mais pobres, o qual dependem da extração dos recursos naturais para viver (SINASIP, 2007).

Portanto, os esforços nacionais, públicos e privados para garantir a representatividade do Sistema no país têm sido divididos por ecorregiões para que sejam complementares (Tabela 2).

**Tabela 2** - Áreas Silvestres Protegidas pertencentes a cada bioma no Paraguai

Ecorregiões		Área Silvestre Protegida		
Nível I	Nível II	Área (ha)	Área (ha)	Part. Relativa/ Ecorregião
Mata Atlântica do Alto Paraná	Alto Paraná	3.351.000	129.500	3,8
	Amambay	920.700	20.850	2,2
	Selva Central	3.840.000	380.200	9,9
Chaco Úmido	Aquidabán	1.070.000	330.200	30,8
	Chaco Úmido	5.192.760	311.500	6
	Litoral Central	2.631.000	38.850	1,4
	Ñeembucu	3.570.000	186.750	5,2
Chaco Seco	Chaco Seco	12.721.160	2.648.000	20,8
	Médanos	757.680	603.350	79,6
Cerrado		1.227.920	1.227.920	100
Pantanal		4.202.310	302.500	7,2

Fonte: MADES – DGPCB (2019). Organização: Os autores (2022).

Nesse contexto destacam-se o apoio de agências de cooperação internacional que apostam no fortalecimento das ASP's privadas. Assim como projetos gerenciados pela Associação *Guyra Paraguay*, um deles, em parceria com a *BirdLife International* consiste na identificação de sítios importantes para a conservação de aves, conhecidas como IBA (*Important Bird Area*).

Deveras, isso não implica em considerar a efetiva proteção dessas áreas, devido à falta de implementação do SINASIP e as sérias dificuldades enfrentadas por muitas áreas protegidas. Mas, de fato várias experiências positivas resultaram do trabalho recente de conservação nas IBAs, como a conscientização, o monitoramento remoto rural, através da utilização de SIG, conjuntamente com o desenvolvimento das políticas nacionais de desenvolvimento sustentável (Cartes, 2008).

## Resultados e discussão

### *Análise do panorama das áreas protegidas na faixa de fronteira*

Ao considerar a mesma faixa de 150 km a partir da linha internacional no território paraguaio, identifica-se 20 ASP's que somam mais de 2 milhões de hectares, o que corresponde a 35% das ASP's no Paraguai (Tabela 3).

**Tabela 3** - Superfície ocupada e número de áreas protegidas na faixa de fronteira do Paraguai

Categoria	Número	Área (ha)
Parque Nacional	5	245.400
Reserva Ecológica	1	3.323
Paisagem Protegida	1	44
Reserva das Entidades Binacionais	4	30.501
Reserva Natural	6	138.288
Reserva da Biosfera*	3	2.104.197
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>2.521.753</b>

\*Só a área que corresponde a faixa de fronteira de 150 km.

Fonte: SINASIP (2007). Organização: Os autores (2022).

No Quadro 2 estão listadas as áreas protegidas do Paraguai segundo o SINASIP, apresentadas segundo a categoria o qual pertencem, sua área de abrangência e se estão inseridas na faixa de fronteira.

Em relação as comunidades indígenas, os dados do *III Censo Nacional de Población y Vivenda para Pueblos Indígenas* (2012) indica que a população é de 117.150 pessoas, representando 2% do total de habitantes no país. São 19 povos perten-

centes a 5 grupos linguísticos e distribuídos em 13 dos 17 departamentos: *Central, Guairá, Caaguazú, Caazapá, Itapúa, Alto Paraná, Canindeyú, San Pedro, Amambay, Boquerón, Presidente Hayes, Alto Paraguai* e *Asunción* (Paraguai/DGEEC, 2014).

De acordo com o informe do Relatório Especial sobre Povos Indígenas da ONU (2015) a taxa de pobreza da população indígena no país é de 75% e 60% de pobreza extrema. Portanto, as comunidades indígenas são altamente dependentes dos recursos naturais, 81% das atividades econômicas desses povos estão concentradas no setor primário (agricultura, caça e pesca).

Muitas das populações tradicionais enfrentam dificuldades para sua sobrevivência por conta da degradação de seus territórios e, no caso das terras indígenas, que guardam expressivas áreas conservadas, sofrem constantemente pressões do entorno. A manutenção dos serviços ambientais, já prestados pela natureza, depende diretamente da conservação e/ou preservação ambiental, relacionadas com boas práticas que reduzam os impactos inerentes das ações humanas somadas ao desperdício ou à degradação de recursos naturais.

**Quadro 2 - Áreas protegidas no Paraguai segundo a classificação do SINASIP**

Categoria	Nome área protegida	Área (ha)	Faixa de fronteira
Monumento Científico	Moises Bertoni	233	Não
Monumento Natural	Laguna Meández	214	Não
	Cerro Chovoreca	98.858	Não
	Cerro Koi	23	Não
	Cerro Chorori	6	Não
	Laguna Sisi	767	Não
	Macizo Acahay	2.557	Não
	Cerro Cabrera - Timane	121.698	Não
	Santa Helena	35	Não
	Caverna Kamba Hopo	17	Não
	Tres Cerros Santa Caverna	140	Não
	Cerro Morado Caverna Ycua Pai	77	Não
	Isla Susu	4.380	Não

continua >

&gt; continuação

Categoria	Nome área protegida	Área (ha)	Faixa de fronteira
Parque Nacional	Lago Ypoa	119.648	Não
	Cerro Cora	5.735	Sim
	Tinque	175.353	Não
	Teniente Agripino Enciso	39.669	Não
	Caazapa	13.326	Não
	Ybyci	5.122	Não
	Serrania San Luis	10.750	Sim
	Paso Bravo	94.134	Sim
	Bella Vista	7.437	Sim
	Ñacunday	2.329	Não
	San Rafael	66.873	Não
	Saltos del Guairá	620	Não
Refúgio de Vida Silvestre	Defensores del Chaco	724.235	Não
	Medanos del Chaco	608.235	Não
	Rio Negro	127.344	Sim
Reserva Científica	Yabebyry	31.540	Não
Reserva Ecológica	Ybera	1.756	Não
Reserva da Biosfera	Capibary	3.323	Sim
	Banco San Miguel y Bahia de Asunción	744	Não
	Cerrado del Rio Apa	238.920	Sim
Paisagem Protegida	Gran Chaco	4.601.452	Sim
	Mbaracayú	292.823	Sim
	Cerro dos de Oro	44	Sim
Reserva das Entidades Binacionais	Ycua Bolaños	9	Não
	Salto del Monday	395	Não
	Reserva Natural Pikyry	1.712	Não
	Reserva Biológica Itabo	13.906	Sim
	Refúgio Biológico Tati Yupi	1.708	Sim
	Refúgio Biológico Mbacarayú	1.491	Sim
	Reserva Biológica Limo'y	13.396	Sim
	Reserva Natural Carapý	3.683	Sim
	Reserva Biológica Isla Ycyreta	8.584	Não
	Refúgio de Vida Silvestre Yvytu Rokai	3.944	Não
	Reserva Natural Arroyo Aguapey	9.485	Não

continua &gt;

&gt; continuação

Categoría	Nome área protegida	Área (ha)	Faixa de fronteira
Outras Categorias	Jukyty Guasú	4	Não
	Reserva Nacional Kuri'y	2.012	Não
	Reserva Natural Municipal Huasipango	78	Não
	Zona Nacional de Reserva Cerro Lambare	27	Não
	Reserva para Parque Nacional Carrizales del Paraná	9.134	Não
	Reserva para Parque Nacional Isla Carrizl	4.390	Não
Reserva de Recursos Gerenciados	Humedales del Bajo Chaco	8.327	Não
	Aya Guazu	290	Não
	Edelira	1.087	Não
	Lago Ypacarai	33.798	Não
	Ybytyruzu	26.861	Não
Reserva Natural	Vila Josefina	182	Não
	Canâda del Carmen	3.984	Não
	Arcadia	4.761	Não
	Punie Oasoi	3.663	Não
	Yaguarate Porã	27.797	Não
	<b>Bosque Mbaracayú</b>	<b>65.436</b>	Sim
	Bosque Yvyraty	265	Não
	Arroyo Blanco	5.965	Sim
	Morumbi	30.866	Sim
	Estancia Salazar	12.285	Não
	Kaí Rague	1.778	Sim
	Palmar Quemado	9.720	Não
	Toro Mocho	17.778	Não
	<b>Cerrados del Tagatiya</b>	<b>5.309</b>	Sim
	Tagatiya mi	28.914	Sim
	Estrella	1.017	Não
	Guaycan I II III	1.455	Não
	Piroy	13	Não
	Laguna Blanca	814	Não
	Tabucai	563	Não
	Yguasú	1.465	Não
	Tapiracuai	3.109	Não
	Natural Ypeti	13.552	Não
	Tapyta	4.798	Não

continua &gt;

&gt; continuação

Categoria	Nome área protegida	Área (ha)	Faixa de fronteira
Reserva Natural	Itakyty	189	Não
	Maharishi	77	Não
	Guyrati	3.806	Não
	Riacho Florida II	1.079	Não
	Arrecife	7.815	Não
	Bosque Arary	52	Não
	Cuenca del Arroyo Tacury Chopy Sayju	792	Não
	Ñu Guazu	49.831	Não
	Lote I	4.967	Não
	La Morena	1.279	Não
Ramsar Site	El Ceibo	5.821	Não
	Estero Milagro	26.644	Não
	Laguna Teniente Rojas Silva	12.684	Não
	Laguna Chaco Lodge	1.569	Não

Fonte: SINASIP (2007); UNEP-WCMC (2019). Organização: Os autores (2022).

Mato Grosso do Sul é um estado de “múltiplos *ethos* culturais” (Vieira, 2010, p.12), marcado por ser uma região de fronteiras. Na atualidade, é o segundo maior Estado brasileiro em população indígena, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), do total de 2,4 milhões da população de Mato Grosso do Sul, 61.737 pessoas são indígenas, presentes em 29 municípios.

No território sul-mato-grossense apenas cerca de 300 mil hectares estão sob o resguardo de UC's de proteção integral, o que corresponde a 0,86% do território, distribuídos em 25 unidades, no qual 92.886 ha pertencem a esfera federal, 187.876 ha a esfera estadual e 30.561 ha a esfera municipal. Já as UC's de uso sustentável abrangem 15,3% do território estadual, sendo que 4.874 milhões de hectares pertencem a categoria menos restritiva de APA, no qual 85% estão sob a gestão municipal (Tabela 4 e Figura 3).

**Tabela 4** - Superfície ocupada e número de unidades de conservação no Mato Grosso do Sul

Proteção Integral	Categorias de Unidades de Conservação	Número	Área (ha)	Part. Relativa/ Grupo (%)	Part. Relativa/ Estado (%)
	Parques Nacionais	3	92.886	30,3	0,26
	Parques e Monumentos Naturais Estaduais	7	187.876	59,7	0,51
	Parques e Monumentos Naturais Municipais	15	30.561	9,9	0,09
	Total PI	25	306.324	100	<b>0,86</b>

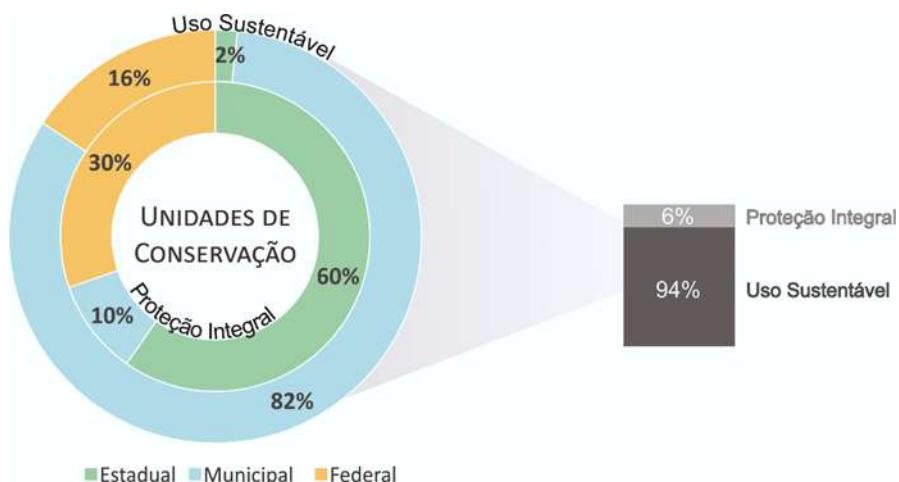
continua &gt;

&gt; continuação

Uso Sustentável	Categorias de Unidades de Conservação	Número	Área (ha)	Part. Relativa/ Grupo (%)	Part. Relativa/ Estado (%)
	RPPN Federal	12	81.234	56,8	0,23
	RPPN Estadual	38	61.610	43,1	0,17
	APA Federal	1	713.370	14,4	2
	APA's Estaduais	2	25.548	0,53	0,07
	APA's Municipais	37	4.135.639	84,8	11,5
	Total US	90	5.017.402	100	<b>15,3</b>
	<b>TOTAL UC's</b>	<b>115</b>	<b>5.354.285</b>	-	<b>16,1</b>

Fonte: IMASUL (2019). Organização: Os autores (2022).

**Figura 3** - Percentual da superfície ocupada por grupos de UC's e por esfera governamental de gestão no Mato Grosso do Sul



Fonte: IMASUL (2019). Organização: Os autores (2022).

As UCs da faixa de fronteira no território sul-mato-grossense abrangem 2,3 milhões de hectares, o que corresponde a 44% do total, sendo que aquelas pertencentes ao grupo de Proteção Integral somam 180 mil hectares e no grupo de Uso Sustentável são 2,1 milhões de hectares, representando 59% e 43%, das UC's fronteiriças, respectivamente (Tabela 5).

No Quadro 3 é possível verificar a lista das UCs do estado de Mato Grosso do Sul distribuídas segundo a categoria o qual pertencem, sua área de abrangência e se estão inseridas na faixa de fronteira.

**Tabela 5** - Superfície ocupada e número de unidades de conservação na faixa de fronteira do Mato Grosso do Sul

Categorias de Unidades de Conservação		Número	Área (ha)	Part. Relativa/ Grupo (%)	Part. Relativa das UC's do Estado (%)
Proteção integral	Parques	10	179.912	7,6	60,4
	Monumentos Naturais	2	291	0,01	1,6
Uso Sustentável	RPPN's	15	14.464	0,6	23,5
	APAs	20	2.181.187	91,8	44,7
<b>Total</b>		<b>47</b>	<b>2.375.854</b>	<b>100</b>	<b>47,4</b>

Fonte: IMASUL (2019). Organização: Os autores (2022)

**Quadro 3** - Áreas protegidas no Mato Grosso do Sul segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)

Unidades Federais	UC	Área (ha)	Faixa de fronteira
Parque Nacional (PARNA)	Parque Nacional das Emas	3.824	Não
	Parque Nacional da Serra da Bodoquena	76.480	Sim
	Parque Nacional de Ilha Grande	12.581	Sim
Área de Proteção Ambiental (APA)	APA Ilhas e Várzeas do Rio Paraná	584.998	Sim
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	Fazendinha	9.619	Sim
	Morro da Peroba	607	Sim
	Paculândia	8.232	Sim
	Penha	13.100	Sim
	Acurizal	13.200	Sim
	Buraco das Araras	29	Sim
	Dona Aracy/Caiman	5.672	Sim
	Olhos Verdes (Faz. Margarida)	2.020	Sim
	Arara Azul	2.000	Sim
	Reserva Natural Eng. Eliezer Batista	12.747	Sim

Unidades Estaduais	UC	Área (ha)	Faixa de fronteira
Parque Estadual	Prosa	135	Não
	Das Matas do Segredo	188	Não
	Das Nascentes do Rio Taquari	30.618	Não
	Das Várzeas do Rio Ivinhema	73.345	Sim
	Pantanal do Rio Negro	78.302	Sim
Área de Proteção Ambiental Estadual (APA)	Estrada Parque Piraputanga	10.108	Sim
	Rio Cênico Rotas Monçoeiras	15.440	Não

continua &gt;

&gt; continuação

Unidades Estaduais	UC	Área (ha)	Faixa de fronteira
Monumento Natural Estadual (MONA)	Gruta do Lago Azul	274	Sim
	Rio Formoso	18	Sim
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	Fazenda Poleiro Grande	16.530	Sim
	UFMS	62	Não
	RPPN Gavião Penacho	77	Não
	RPPN Xodó Vô Ruy	487	Sim
	Vale do Bugio	97	Não
	Cabeceira do Prata	307	Sim
	Reserva Sabiá	73	Não
	Cabeceira da Lagoa	435	Não
	Cachoeira do São Bento	3.068	Não
	Cara da Onça	11	Sim
	Cisalpina	3.858	Não
	Duas Pedras	154	Não
	Estância Ambiental Quinta do Sol	9	Não
	Estância Mimosa	274	Sim
	Fazenda da Lagoa	150	Não
	Fazenda Santo Antônio	3.907	Sim
	Fundão	252	
	Neivo Pires I	2.699	Sim
	Neivo Pires II	393	Sim
	Pata da Onça	8.141	Sim
	Pioneira do Rio Piquiri	198	Sim
	Rancho do Tucano	30	Sim
	Reserva do Saci	178	Sim
	Santa Angélica	2.108	Não
	Fazenda São Pedro	3.717	Sim
	Trilhas do Sol	78	Não
	Fazenda Rio Negro	7.647	Sim
	Vale do Anhanduí	988	Não
	Fazenda São Geraldo	642	Sim
	Fazenda Santa Cecília - II	8.729	Sim
	Fazenda Nhumirim	862	Sim
	Vale do Sol II	504	Não

continua &gt;

&gt; continuação

<b>Unidades Estaduais</b>	<b>UC</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Faixa de fronteira</b>
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	RPPN Laranjal (Cabeceira do Mimosa)	475	Não
	RPPN São Pedro da Barra	88	Sim
	RPPN Rumo ao Oeste	990	Sim
	RPPN Ponte de Pedra	266	Não
<b>Unidades Municipais</b>	<b>UC</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Faixa de fronteira</b>
Área de Proteção Ambiental Municipal (APA)	APA da Bacia Rio Iguatemi	140.978	Sim
	APA Rio Amambai	56.884	Sim
	APA Jupiá	186	Não
	APA da Sub-bacia do Rio Pardo	101.562	Não
	APA da Sub-bacia do Rio Cachoeirão	57.090	Não
	APA dos Mananciais Superficiais das Nascentes do Apa	150.281	Sim
	APA do Ceroula	66.954	Não
	APA dos Mananciais do Córrego Lageado	3.550	Não
	APA Nascente do Rio Amambai	10.070	Sim
	APA dos Mananciais do Córrego Guariroba	35.533	Não
	APA da Bacia do Rio Sucuriú	303.929	Não
	APA da Sub-bacia do Rio Ivinhema	25.649	
	APA das Nascentes do Rio Sucuriú	410.283	Não
	APA Córrego do Sítio	3.105	Não
	APA das Nascentes do Rio APA	19.617	Sim
	APA da Sub-bacia do Rio Apa	197.202	Sim
	APA das Bacias do Rio Aporé e Rio Sucuriú	298.703	Não
	APA do Rio Perdido	36.145	Sim
	APA da Sub-bacia do Rio Aporé	138.151	Não
Área de Proteção Ambiental Municipal (APA)	APA das Microbacias dos Rios Dourados e Brilhante	46.458	Sim
	APA do Rio Aquidauana	45.055	Não
	APA do Rio Sucuriú-Paraíso	308.958	Não
	APA da Microbacia do rio Dourados	30.277	Sim
	APA do Rio Anhanduí	68.376	Não
	APA Sete Quedas do Rio Verde	19.019	Não
	APA do Córrego Ceroula e Piraputanga	44.012	Não

continua &gt;

&gt; continuação

Unidades Municipais	UC	Área (ha)	Faixa de fronteira
Parque Natural Municipal (PNM)	PNM de Sete Quedas	19	Sim
	PNM Lagoa Comprida	74	Sim
	PNM do Pombo	3.334	Não
	PNM Templo dos Pilares	100	Não
	PNM de Anastácio	3	Sim
	PNM Piraputangas	1.298	Sim
	PNM da Lage	6	Não
	PNM Salto do Sucuriú	39	Não
	PNM das Capivaras	64	Não
	PNM do Córrego Cumandaí	8	Sim
	PNM Cachoeira do Apa	58	Sim
	PNM de Naviraí	16.240	Sim
Monumento Natural Municipal	PNM do Paragem	16	Sim
	MN Serra do Figueirão	5.047	Não
	MN Serra do Pantanal	5.071	Não
	MN Serra do Bom Jardim	4.736	Não
Estação Ecológica	MN Serra do Bom Sucesso	2.665	Não
	Veredas de Taquarussu	3.065	Sim

Fonte: IMASUL (2019). Organização: Os autores (2022).

No que concerne às terras indígenas no Mato Grosso do Sul, atualmente há 47 TI's que ocupam 2,51% do território, o que equivale a 895.229 hectares, 34 TI's estão localizadas em na faixa de fronteira (Quadro 4) e correspondem a 88% da área total de TI's (Tabela 6 e Figura 4).

**Tabela 6** - Percentual da área ocupada por categorias de terras indígenas

Situação da TI	Número	Área (ha)	Part. Relativa/Grupo (%)
Regularizada	29	601.943	67,2
Homologada	5	28.164	3,1
Declarada	9	135.999	15,2
Delimitada	4	129.123	14,5
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>895.229</b>	<b>100</b>

Fonte: FUNAI (2016). Organização: Os autores (2022)

**Figura 4** - Situação das terras indígenas no âmbito dos processos regulatórios da FUNAI



Fonte: FUNAI (2016). Organização: Os autores (2022).

Em todo caso, o processo de demarcação de terras indígenas e a sobrevivência desses povos nas áreas altamente especializadas é um vetor de constantes conflitos fundiários, sobretudo nessa faixa de fronteira que é marcada por processos de colonização, ocupação e expropriação de indígenas. Sublinha-se que 15 das 47 terras indígenas tradicionalmente ocupadas já regularizadas, homologadas ou declaradas nesse território não se encontram na posse plena das comunidades indígenas (Figura 5).

**Quadro 4** - Superfície das terras indígenas no Mato Grosso do Sul classificadas segundo situação na FUNAI

Terra indígena	Município	Área (ha)	Situação	Faixa de Fronteira
Amambáí	Amambai	2.429	Regularizada	Sim
Aldeia Limão Verde	Amambai	689	Regularizada	Sim
Arroio-Korá	Paranhos	7.175	Homologada	Sim
Buriti	Dois Irmãos do Buriti/ Sidrolândia	17.200	Declarada	Não
Buriti	Dois Irmãos do Buriti/ Sidrolândia	2.090	Regularizada	Não
Buritizinho	Sidrolândia	9,7	Regularizada	Não
Caarapó	Caarapó	3.594	Regularizada	Sim
Cachoeirinha	Miranda	2.658	Regularizada	Não
Cachoeirinha	Miranda	36.288	Declarada	Não
Cerrito	Eldorado	1.950	Regularizada	Sim
Dourados	Dourados / Itaporã	3.474	Regularizada	Sim
Dourados-Amabaipeguá I	Naviraí/ Amambai/ Dourados	55.600	Delimitada	Sim

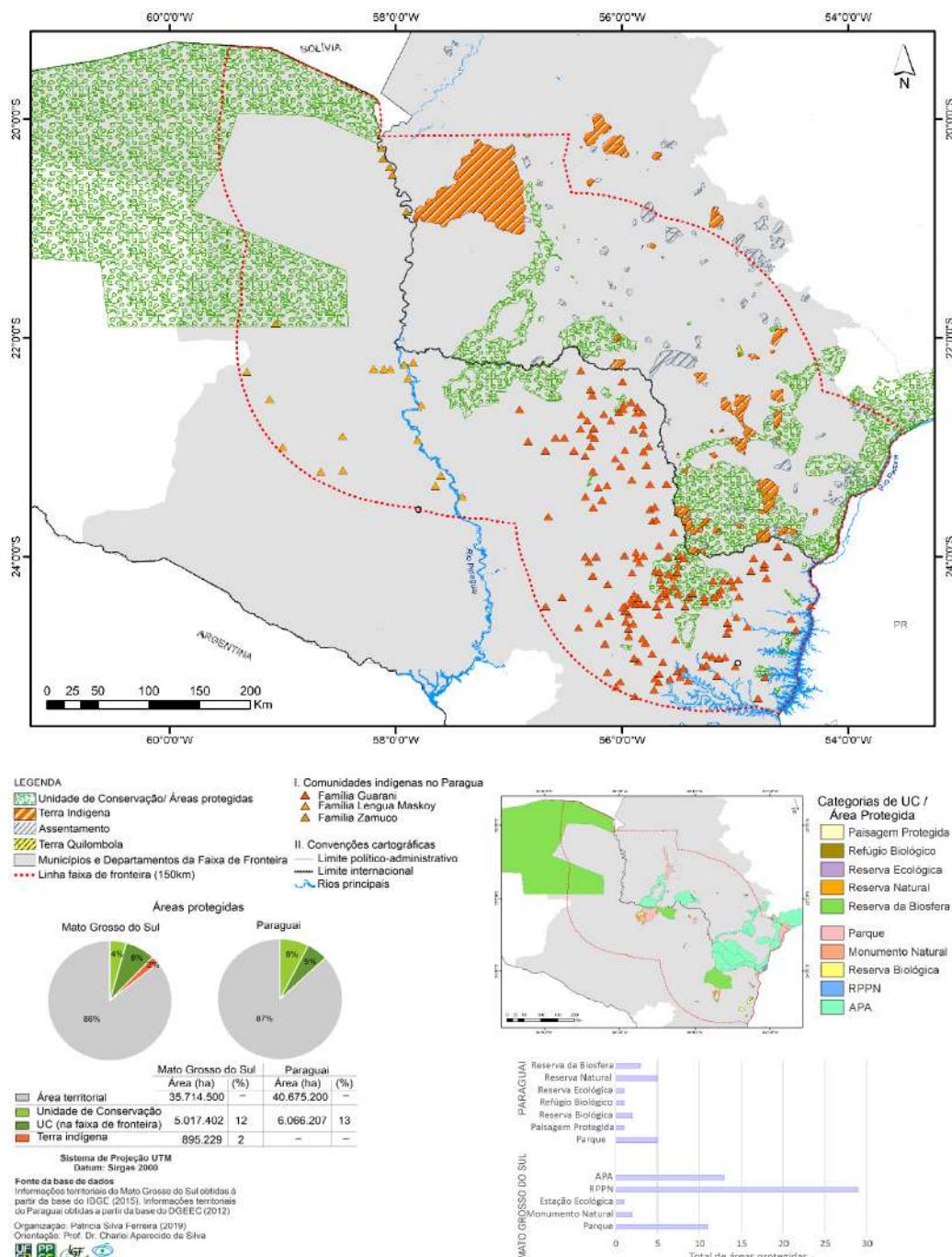
continua >

&gt; continuação

Terra indígena	Município	Área (ha)	Situação	Faixa de Fronteira
Guaimbé	Laguna Caarapã	716	Regularizada	Sim
Guasuti	Aral Moreira	958	Regularizada	Sim
Guató	Corumbá	10.984	Regularizada	Sim
Guyraroká	Caarapó	11.440	Declarada	Sim
Iguatemipeguá I	Iguatemi	41.571	Delimitada	Sim
Ivy-Katu				
Jaguapiré	Tacuru	2.342	Regularizada	Sim
Jaguari	Amambai	404	Regularizada	Sim
Jarará	Juti	479	Homologada	Sim
Jatayvari	Ponta Porã	8.800	Declarada	Sim
Kadiwéu	Porto Murtinho / Corumbá	538.535	Regularizada	Sim
Lalima	Miranda	3.000	Regularizada	Não
Limão Verde	Aquidauana	5.377	Regularizada	Não
Ñande Ru Marangatu	Antônio João	9.317	Homologada	Sim
Nioaque	Nioaque	3.029	Regularizada	Sim
Nossa Senhora de Fátima	Miranda	89	Regularizada	Não
Ofayé-Xavante	Brasilândia	1.937	Declarada	Não
Ofayé-Xavante	Brasilândia	484	Regularizada	Não
Panambi – Lagoa Rica	Itaporã/ Douradina	12.196	Delimitada	Sim
Panambizinho	Dourados	1.272	Regularizada	Sim
Pilad Rebuá	Miranda	208	Regularizada	Não
Pirajuí	Paranhos	2.118	Regularizada	Sim
Pirakuá	Bela Vista / Ponta Porã	2.384	Regularizada	Sim
Porto Lindo	Japorã	1.648	Regularizada	Sim
Potreto Guaçu	Paranhos	4.025	Declarada	Sim
Rancho Jacaré	Laguna Caarapã	777	Regularizada	Sim
Sassoró	Tacuru	1.922	Regularizada	Sim
Sete Cerros	Paranhos	8.584	Homologada	Sim
Sombrerito	Sete Quedas	12.637	Declarada	Sim
Sucuriy	Maracajú	537	Regularizada	Sim
Takuaraty/Yvykuarusu	Paranhos	2.609	Homologada	Sim
Taquaperi	Coronel Sapucaia	1.804	Regularizada	Sim
Taquara	Juti	9.772	Declarada	Sim
Taunay/Ipegue	Aquidauana	33.900	Declarada	Não
Taunay/Ipegue	Aquidauana	6.461	Regularizada	Não
Ypoi/Triunfo	Paranhos	19.756	Delimitada	Sim

Fonte: FUNAI (2015). Organização: Os autores (2022).

**Figura 5 - Áreas protegidas na faixa de fronteira Brasil/ Mato Grosso do Sul e Paraguai**



Nessa perspectiva, ao identificar quais as UCs, TIs e ASPs que garantem maior nível de proteção da vegetação natural, pretende-se oportunizar a cria-

ção de políticas públicas que integrem as populações tradicionais – haja vista o potencial de conservação por seu modo de vida culturalmente diferenciado – as unidades de conservação possibilitando as áreas protegidas alcançar os objetivos a que se propõe. Quando considerado esse potencial dos dois lados da fronteira, as possibilidades de conservação são ampliadas a partir da integração de políticas transfronteiriças.

## Considerações finais

As questões ambientais transcendem as fronteiras políticas e fogem do escopo de cada soberania nacional, reforçando a dimensão compartilhada dos problemas e responsabilidades socioambientais. Portanto é primordial buscar a integração das áreas legalmente protegidas como elementos integradores da paisagem e que podem funcionar como corredores e/ou trampolins ecológicos.

O pagamento por serviços ambientais e/ou o ICMS ecológico podem contribuir na condução dessas medidas, desde que, implementados de forma efetiva e com critérios mais rígidos. De toda forma, como recomenda Forman (1983) a implementação de corredores ecológicos é vista como a estratégia mais assertiva para manter a conectividade e conservação das áreas protegidas.

## Referências

- BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BONANOMI, J.; TORTATO, F. R.; GOMES, R. DE S. R.; PENHA, J. M.; BUENO, A. S.; PERES, C. A. Protecting forests at the expense of native grasslands: Land-use policy encourages open-habitat loss in the Brazilian cerrado biome. **Perspectives in Ecology and Conservation**, v. 17, n. 1, p. 26-31, jan. 2019.
- BORGES, L. A. C.; REZENDE, J. L. P.; PEREIRA, J. A. A.; COELHO JÚNIOR, L. M.; BARROS, D. A. Áreas de preservação permanente na legislação ambiental brasileira. **Ciência Rural**, v. 41, p. 1202-1210, 2011.
- BRASIL. Lei N° 9.985 de 18 de julho de 2000. **Regulamenta o art. 225, § 10, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Brasília, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm).
- BRASIL. Decreto N° 7.747, de 5 de junho de 2012. **Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm).
- BRASIL. **Programa Água Brasil**. Políticas públicas para o setor financeiro que promovam a conservação do capital natural no setor agropecuário: Brasil, da Rio92 à Rio+20 com uma visão prospectiva da Rio+50. Banco do Brasil; Agência Nacional de Águas; WWF, 2014.
- CARTES, J. L. (Org.). **Áreas importantes para la conservación de las aves en Paraguay**. Asunción: Guyra Paraguay, 2008.

COSTANZA, R.; D'ARGE, R.; DE GROOT, R.; *et al.* The value of the world's ecosystem services and natural capital. **Nature**, v. 387, n. 6630, p. 253-260, maio 1997.

FORMAN, R. T. T. Corridors in a landscape: their ecological structure and function. **Ekología (CSSR)**, v. 2, n. 4, p.375-387, 1983.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI. Diretoria de Proteção Territorial. Coordenação Geral de Monitoramento Territorial; Giz (Orgs.). **Serviços ambientais: o papel das terras indígenas: Programa de Capacitação em Proteção Territorial**. Brasília: FUNAI/ GIZ, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE - IUCN. **Guidelines protected Area Management Categories**. Gland: UICN, 1994.

IMASUL. **Unidades de Conservação**, 2019. Disponível em: <https://www.imasul.ms.gov.br/gestao-de-unidades-de-conservacao/unidades-de-conservacao-estaduais/parque-estadual-das-varzeas-do-rio-ivinhema/>.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE – IPCC. **Climate Change and Land**: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems In press, 2019.

LAURANCE, W. F.; BIERREGAARD, R. O. J. Tropical Forest Remnants: Ecology, Management and Conservation of Fragmented Communities. **Environmental Conservation**, v. 25, n. 2, p. 175-185, 1998.

LOVEJOY, T. E. Protected areas: a prism for a changing world. **Trends in Ecology and Evolution**, v. 2, n. 3, p. 329-333, 2006.

METZGER, J. P. Effects of deforestation pattern and private nature reserves on the forest conservation in settlement areas of the Brazilian Amazon. **Biota Neotropica**, v. 1, n. 1/2, p. 1-14, 2001.

PARAGUAY. Ley n. 352, 21 de junio de 1994. **De áreas silvestres protegidas**. Asunción: Nacional del Paraguay, 1994.

PARAGUAY. Resolución N° 200 de 24 de agosto de 2001. **Pro la cual se asignan y regulamentan las categorías de manejo; la zonificación y los usos y actividades**. Asunción, 2001.

PARAGUAY. **Anuario Estadístico del Paraguay**. Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos (DGEEC), 2014.

PARAGUAY. Resolución N° 562 de 23 de outubro de 2017. **Por la cual se modifica y amplia la Resolución N° 200/01 de fecha 24 de agosto de 2001** "Por la cual se asignan y regulamentan las categorías de manejo; la zonificación y los usos y actividades. Asunción, 2017.

SEAM; USAID; DESDLCHACO; UE. **Plan de Ordenamiento Ambiental del Territorio: Departamentos de Boquerón y Alto Paraguay**. Asunción: I Gráfica S.A, 2007.

STRAND, J.; SOARES-FILHO, B.; COSTA, M. H.; *et al.* Spatially explicit valuation of the Brazilian Amazon Forest's Ecosystem Services. **Nature Sustainability**, v. 1, n. 11, p. 657-664, nov. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41893-018-0175-0>.

TUNDISI, J. G.; TUNDISI, T. M. Impactos potenciais das alterações do Código Florestal nos recursos hídricos. **Biota Neotropica**, v. 10, n. 4, p. 67-76, 2010.

VIEIRA, C. M. N. A sociodiversidade indígena no Brasil. *In: URQUIZA, A. H. A.; VIEIRA, C. M. N.; SOUZA, I.; VARGAS, V. L. F. Conhecendo os povos indígenas no Brasil contemporâneo*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2010.

# DENTRE FRONTEIRAS, MOBILIDADE E ESTADO: ONDE ESTÃO OS POVOS INDÍGENAS?

Between Borders, Mobility and the State: where are the indigenous peoples?

Entre las Fronteras, la Movilidad y el Estado: ¿dónde están los pueblos indígenas?

DOI 10.55028/geop.v18i35

Marco Antônio Rodrigues\*  
Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues\*\*  
Ana Lúcia Franco\*\*\*  
Antonio Hilário Aguilera Urquiza\*\*\*\*

**Resumo:** O presente artigo buscará analisar o contexto dos povos indígenas na região fronteiriça do Mato Grosso do Sul. Acerca dos seus aspectos culturais, há duas questões de maior destaque e que se chocam com a visão estatal, sendo a primeira delas a mobilidade e, em segundo, a territorialidade, provocando embates entre proprietários e indígenas. Diante desse problema, a Constituição de 1988 é eficaz? A pesquisa conclui que a ambivalência entre normas

## Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar alguns aspectos culturais dos povos indígenas no que concerne a mobilidade e territorialidade, articulando esses conceitos com a visão estatal e a lei positivada.

\* Advogado. Mestre em Direito pela UFMS (2019). Especialista em Teoria e Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2015). Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2017). Licenciado em Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Foi voluntário PIBIC CNPq 2014/15 e 2015/16. Integrante do Grupo de Pesquisa Científica do CNPq intitulado Antropologia, Direitos Humanos e Povos Tradicionais. Pesquisador da FUNDECT (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Tecnologia no Estado de Mato Grosso do Sul). marcorod.adv@gmail.com.

\*\* Mestra em Antropologia Social - PPGAS pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Bolsista CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Especialista em Antropologia História dos Povos Indígenas pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2017). Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2016). Foi Bolsista PIBIC CNPq.2014/15. andreacavararo@gmail.com.

\*\*\* Licenciada em História pela Universidade Católica Dom Bosco. Mestranda na Pós-graduação em Estudos Culturais na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- campus de Aquidauana. anaarte.franco@gmail.com.

\*\*\*\* Professor Emérito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, orientador da pesquisa. Pos-sui Doutorado em Antropologia pela Universidade de Salamanca/Espanha; atualmente é docente do curso de Ciências Sociais, da Pós-Graduação em Direitos Humanos da UFMS e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFMS). Bolsista CNPq (PQ2). hilarioaguilera@gmail.com

acaba por vulnerar direitos constitucionalmente garantidos aos povos indígenas. Através do método da pesquisa antropológica, bem como da investigação exploratória, o artigo buscará chegar ao resultado esperado.

**Palavras-chave:** Constituição de 1988, Cultura, Mobilidade, Povos Indígenas.

**Abstract:** This article seeks to analyze the context of indigenous peoples in the border region of Mato Grosso do Sul. Regarding their cultural aspects, there are two major issues that clash with the state's vision: firstly, mobility and, secondly, territoriality, causing clashes between landowners and indigenous people. Faced with this problem, is the 1988 Constitution effective? The research concludes that the ambivalence between norms ends up violating the constitutionally guaranteed rights of indigenous peoples. Through the method of anthropological research, as well as exploratory research, the article will seek to achieve the expected result.

**Keywords:** 1988 Constitution, Culture, Mobility, Indigenous Peoples.

**Resumen:** Este artículo analizará el contexto de los pueblos indígenas en la región fronteriza de Mato Grosso do Sul. En lo que respecta a sus aspectos culturales, hay dos grandes cuestiones que chocan con la visión del Estado: en primer lugar, la movilidad y, en segundo lugar, la territorialidad, lo que provoca enfrentamientos entre terratenientes e indígenas. Frente a este problema, ¿es eficaz la Constitución de 1988? La investigación concluye que la ambivalencia entre las normas acaba poniendo en peligro los derechos constitucionalmente garantizados de los pueblos indígenas. A través del método de la investigación antropológica, así como de la investigación exploratoria, el artículo buscará alcanzar el resultado esperado.

**Palabras clave:** Constitución de 1988, Cultura, Movilidad, Pueblos Indígenas.

Um dos grandes entraves à efetivação dos direitos conferidos aos povos indígenas, dispostos na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), verifica-se por meio da ambivalência de várias disposições normativas que se encontram no ordenamento jurídico, que também abordam questões como mobilidade e territorialidade, porém entendidos em sentido diverso dos indígenas.

Uma das consequências de toda essa situação é a tese do Marco Temporal, que tem servido de base a diversas ações ajuizadas por proprietários e grandes latifundiários, bem como, cabe lembrar, a Mensagem de Veto nº 163/2017 (Brasil, 2017a), que vetou o direito à livre mobilidade desses povos ao longo da região fronteiriça onde residem.

Por outro lado, cabe indagar sobre o significado dos conceitos de territorialidade e mobilidade, tão caros aos povos indígenas, particularmente os Guarani, e que formam o cerne de diversas discussões no meio jurídico e acadêmico.

Além disso, o estudo irá analisar de que forma as ambiguidades contidas no ordenamento jurídico acabam por estabelecer *regiões cinzentas*, onde se travam os diversos conflitos jurídicos, e que, por fim, contribuem para verdadeiros estados de desvalor constitucional.

Se a Constituição de 1988 reconfigurou, em larga medida, a noção de indivíduo, ao recuperar, para o direito, os espaços de pertencimento (Duprat,



2020, p. 172), as disposições da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ONU, 2008), embora assegurados, não alcançaram o necessário grau de eficácia em vista das limitações impostas pelo próprio texto legal.

De acordo com Colman & Azevedo (2018, p. 08), a situação dos indígenas se agravou com a implantação de grandes propriedades voltadas para empreendimentos agropecuários e, a partir da década de 1940, consequentemente ocorrendo os desmatamentos e empecilhos ao seu livre deslocamento e mobilidade entre seus territórios.

Muitas lideranças foram cooptadas e iludidas e forneceram madeiras para as serrarias e madeireiras. Essas ações estiveram no auge da atividade econômica nesse período. Os relatos indígenas indicam que caminhões e caminhões saíam das terras indígenas carregados de madeira. Essa atividade econômica influenciou, diretamente, a situação de *esparramo* (Brand, 1993) e posterior confinamento dos Kaiowá e Guarani, sendo que um dos grandes motivos para que isso ocorresse foi a criação das reservas no atual estado de Mato Grosso do Sul.

Segundo Levi Marques Pereira (201, p. 10), o *tekoha* se compõe de coletivos formados por redes de parentelas, cimentadas por casamentos e alianças políticas de seus membros, valendo destacar que o conceito de território é significativo para os povos originários, sendo um dos princípios nucleares de toda a sua cultura e modo de vida.

Cardoso de Oliveira (2006) retoma e amplia o tema da antropologia enquanto modalidade de conhecimento. *O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir de escrever* de Roberto Cardoso de Oliveira constitui-se em uma reflexão sobre o trabalho do cientista social, mais especificamente do antropólogo.

Através da pesquisa do tipo exploratória (Severino, 2007, p. 123), em que se buscará compreender o problema pesquisado através de uma perspectiva multidisciplinar que permita associar sem identificar ou reduzir, dentro de um princípio dialógico entre direito e antropologia.

Dessa forma, o presente artigo irá abordar na primeira seção os conceitos de território e mobilidade dentro de uma ótica antropológica, traçando um paralelo com a visão estatal.

Na segunda seção, o trabalho irá estudar, em uma perspectiva jurídico-antropológica, considerando a propriedade e a natureza dos conflitos ocorridos, algumas contradições na lei, e a importância do direito consuetudinário enquanto norma nem sempre reconhecida pelo ordenamento jurídico.

Por fim, a pesquisa permitirá analisar se as contradições na lei, aliadas à falta de conhecimento acerca das características culturais dos povos indígenas têm sido um dos principais obstáculos a efetividade do artigo 231 da Constituição Federal de 1988.

### Territorialidade e mobilidade: alguns dos aspectos da cultura indígena

O povo Guarani tradicionalmente possui uma concepção de territorialidade ampla, englobando as regiões do Paraguai, Argentina, Brasil e Bolívia. Este território é denominado por esta população como *Ñande Retã* - “Nosso Território” - espaço no qual os Guarani vivem e estabelecem as suas comunidades.

A população Guarani é uma das mais numerosas no Brasil, e o povo Kaiowá - Paĩ Tavyterã são representantes do subgrupo Kaiowá e que pertencem ao tronco Tupi, da família linguística Tupi-guarani, que no Brasil engloba os Kaiowá, os Ñandeva e os Mby'a (Pereira, 1999, p 14). São na maioria bilíngues, ou seja, além do Guarani, falam o português (Brasil) ou castellano/espanhol (Paraguai), todavia os mais idosos falam somente a língua materna. O Guarani é a língua utilizada cotidianamente entre eles, em conversas, reuniões e ensinamentos dos “mais velhos” para as crianças e jovens.

De acordo com Souza e Ferreira (2016, p. 95) os Kaiowá - Paĩ Tavyterã se fixaram ao sul e centro de Mato Grosso do Sul, distribuídos em uma área que percorre os rios Apa, Dourados e Ivinhema, fazendo divisa com o Paraguai e indo até o norte do Estado do MS na divisa com o território dos Terena<sup>1</sup>.

A vida cotidiana dos Kaiowá - Paĩ Tavyterã, é caracterizada pela liberdade por ser uma população indígena sem fronteiras, aliás, sem as mesmas fronteiras impostas pelos Estados nacionais, que se resume à liberdade de ir e vir dentro do seu território, seja para visitar seus parentes, na busca de novos territórios, ou até mesmo, poderem gozar do sagrado direito de trabalhar, e de ter garantia de acesso à educação e saúde.

O conceito de território para os indígenas não significa a simples ocupação da terra conforme entendido pelo Estado. A terra indígena possui conotação política, abrigando várias comunidades, possuindo fronteiras fixas também demarcadas por critérios diferentes dos utilizados pela lei positivada (Colman *et al.*, 2020, p. 129). As fronteiras do mapa político não existem no território indígena, mas sobre ele, com cercas, arame farpado e violência.

<sup>1</sup> O povo Terena faz parte das oito etnias oficialmente reconhecidas no estado de Mato Grosso do Sul (nota dos autores).

Além disso, a questão da territorialidade abrange diferentes temporalidades, bem como representa a conexão como identidade originária dos povos indígenas, além de fundamentar uma estratégia nos processos organizacionais e discursivos desses povos.

De acordo com Leach (1960), a ideia de fronteira é interpretada como um espaço em movimento, isto é, como um espaço vivo e vivido, levando a uma perspectiva teórica que nos permite ir além das visões das fronteiras baseadas apenas no dogma da soberania dos estados nacionais, que trabalham necessariamente com os fundamentos de limites estáticos e definitivos do Estado, mas como espaços que ainda estão sendo estruturados e vivenciados como “zona de interesses mútuos”.

O Estado, a partir de sua gênese, percebe, juntamente com os particulares, o território como moeda de troca, atribuindo-lhe valor monetário, que será utilizado em meras negociações, pouco importando a sua destinação e se o território poderá sofrer degradação, ao passo que os indígenas valorizam e atribuem ao território um valor transcendental, além de primar pela sua preservação em prol de gerações futuras.

A terra indígena tem conotação política, abrigando várias comunidades e possui fronteiras fixas também demarcadas de acordo com regras próprias. Trata-se de um território que é englobante e cujos ocupantes pertencem a uma identidade étnica juridicamente reconhecida e comum. Pressupõe-se que os ocupantes desse território englobante se percebam enquanto parte de uma coletividade, partilhando interesses comuns, devendo buscar a sustentabilidade ambiental de suas terras e a sustentabilidade social e cultural do seu modo de vida (Alencar, 2004, p. 69).

Os conceitos de posse e propriedade indígena não significam a simples ocupação da terra, bem como o indígena não pode ser visto como proprietário de terra, possuidor de títulos e escritura de registro do imóvel em cartório.

Dentro do processo de construção dos Estados Nacionais, em regra, houve a privação da liberdade dos povos indígenas em praticar seus deslocamentos espaciais, valendo recordar Colman (2015 *apud* Vainer; Melo, 2012), quando afirma que migrar está intrinsecamente ligado ao movimento espacial de uma população e, conforme essa autora, esses deslocamentos espaciais ocorrem em virtude de catástrofes naturais, guerras, perseguições e outros fatores decorrentes da ação humana.

De acordo com Carvalho (2013, p. 101), os Guarani e outros grupos indígenas caracterizam-se por manter a constante mobilidade espacial e, dada a sua magnitude populacional, isto fica mais evidente entre eles. Essa prática se dá, além da razão do sistema de uso da terra, por meio de visitações entre parentes e por outros aspectos socioculturais.

As aldeias Guarani mantêm entre si estreitas relações políticas, econômicas, matrimoniais e religiosas. São constantes as visitas entre seus moradores. Elas podem durar alguns poucos dias, semanas, meses ou até anos; a partir de uma visita à parentela mais próxima, determinada família pode resolver instalar residência naquela aldeia visitada. Quando se visita qualquer aldeia Guarani, não há uma delas onde não se encontre parentes de indivíduos de outras aldeias, próximas ou distantes.

O povo Guarani, que vivia há centenas de anos em toda a região (bacia do Rio da Prata e do Rio Paraguai, que compreendem Brasil, Paraguai, Bolívia e Argentina), simplesmente foi desconsiderado em suas especificidades e direitos de autonomia sobre seu território e, aos poucos, foram sendo “empurrados” e separados pelo processo de colonização, além de serem destituídos da quase totalidade dos seus territórios tradicionais, ao passo que o não reconhecimento desse aspecto cultural por meio da Mensagem de Veto nº 163/2017 (Brasil, 2017b) houve por criar um embaraço jurídico no tocante à regulamentação da prática milenar da livre mobilidade dos povos tradicionais.

Nesse panorama, os conflitos e disputas pela posse da terra têm levado as populações indígenas a significativas perdas de sua territorialidade, haja vista os deslocamentos forçados a que inevitavelmente são submetidos.

Todavia, um território está associado a uma dimensão material, sendo representativo de um local geograficamente delimitado e circunscrito, podendo ser mensurado por um valor econômico e estar associado ao componente estatal de soberania. Porém um território também possuirá dimensão social e cultural, não sendo possível analisar um território somente em uma de suas dimensões, ignorando-se as outras (Cavalcante, 2016, p. 28).

Cavararo Rodrigues (2019, p. 38) afirma que, segundo as narrativas dos indígenas mais idosos, o processo de esbulho por terceiros ocorreu não só com os indígenas, mas também com pequenos produtores não indígenas, onde a comunidade convivia de forma pacífica na região também conhecida como Cerro Marangatu<sup>2</sup>.

No entendimento de Cavararo Rodrigues:

Período este em que nossos interlocutores afirmam como início do processo de usurpação de seus territórios tradicionais. Segundo narrativa dos mais idosos, os capangas, como costumam chamar os funcionários das fazendas, chegavam ameaçando, e caso não saíssem, queimavam as casas, destruíam as roças, e geralmente tudo isso se concretizava em menos de 24 horas, levando diversas famílias a saírem de seus *tekoha* apenas com a roupa do corpo. Esse período é sempre lembrado com muita tristeza, pois retrata

<sup>2</sup> Região localizada no município de Antonio João/MS, atualmente denominada TI Nãnderu Marangatu.

uma época de violência física e psicológica em que os povos indígenas não tinham a quem recorrer para requerer os seus direitos (Cavararo Rodrigues, 2019, p. 39).

Diante dos argumentos de que o renitente esbulho não pode ser confundido com ocupação passada ou com desocupação forçada<sup>3</sup> levam à conclusão de que, para configuração de esbulho, deve haver uma situação de efetivo conflito possessório que, mesmo iniciado no passado, ainda persista até o marco demarcatório temporal atual (vale dizer, na data da promulgação da Constituição de 1988), conflito que se materializa por circunstâncias de fato ou, pelo menos, por uma controvérsia possessória eventualmente judicializada.

Conforme Eremites de Oliveira e Pereira (2009), o Estado brasileiro, ao titular as terras originárias em favor de terceiros, ignorou a organização social dos Guarani e Kaiowá da região, por desconhecer a organização social e cultural dos indígenas, uma vez que suas casas são organizadas espacialmente com certa distância uma das outras, o que levou os interessados a deduzir que os territórios titulados não eram ocupados.

Se a estratégia de ocupação dos indígenas não foi compreendida pelo Estado brasileiro, que idealizava a aldeia como um conjunto de casas e edificações “amon-toadas”, tal qual se verifica na cidade, foi visível que todo o processo de titulação de terras nessas regiões foi conduzido à revelia dos indígenas, bem como foi desacompanhado de qualquer assessoria técnica adequada ou laudo antropológico.

No caso dos Guarani e Kaiowá fronteiriços, que sofreram um processo de fragmentação de parentelas, conhecido como “sarambi”, dispersão ou esparramo, significando espalhar, de modo que a família que vivia junta fica toda esparramada (Crespe, 2015, p. 181), a mobilidade involuntária foi cada vez mais frequente na vida dos povos indígenas após serem expulsos dos seus territórios, muitas vezes espalhados violentamente.

Na concepção dos povos indígenas o território é contínuo, ou seja, sem barreiras físicas, construído a partir de regras de parentesco e de alianças políticas que permitem à família extensa a livre escolha (Mura, 2006, p. 131).

Partindo dessa visão, pode-se afirmar que, na ótica dos povos indígenas, não existem as fronteiras nacionais, ou seja, é inconcebível que um território tradicional seja dividido, principalmente porque é um povo que tem em sua tradição cultural a prática do Oguata<sup>4</sup> e, com a imposição das fronteiras pelos Estados nacionais, a sua liberdade de ir e vir dentro do seu “tekoha guasu” foi restringida, embora

<sup>3</sup> Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo 803.462/STF, 2014, p. 10-11.

<sup>4</sup> Caminhada ou mobilidade dos indígenas ao longo do que consideram grande território, denominado “tekoha guasu”.

já existisse há centenas de anos, antes mesmo da criação da instituição Estado (Cavararo Rodrigues, 2019, p. 47).

Diante da oposição verificada entre as diferentes visões acerca do significado de território e sua importância para os indígenas, aliada à mobilidade como prática milenar e concebida em época muito anterior aos Estados nacionais, faz-se necessário verificar a eficácia do ordenamento jurídico em face dos direitos garantidos aos povos indígenas.

### Conflitos territoriais, propriedade e garantia constitucional

A contar da época da Lei Imperial de Terras<sup>5</sup>, os povos originários ocupantes de diversas áreas consideradas como terras devolutas começaram a sofrer um sistemático processo de expulsão de suas terras, com grande impacto em seu modo de viver e em sua organização social e cultural.

A região fronteiriça sempre foi sinônimo de abandono e dificuldades por parte do Estado brasileiro, que buscou empreender na região a fim de suprir os supostos vazios demográficos e efetivar a presença estatal nessas áreas, impulsionando com mais intensidade as políticas de migração e ocupação desta região.

Dessa forma, o poder central, ora localizado no Rio de Janeiro, não possuía formas de marcar sua presença em áreas tão extensas e distantes. Assim, houve o arrendamento/cedência de grande parte desses territórios, como o que ocorreu com a Cia Matte Laranjeira após a Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai).

Importante destacar que, nessa época, meados do século XIX, não havia qualquer diploma normativo que regulamentasse a aquisição de terras no país. Assim, a partir da Lei de Terras (1850), continuaria em vigor um modelo que duraria todo o período da República Velha, com pouquíssimas alterações, até meados de 1930.

Verifica-se que as ocupações ora existentes estavam assentadas em grandes áreas, tendo em vista as características da economia do Estado, que se resumia na agricultura, pecuária extensiva e na exploração extrativa vegetal, que vieram a influenciar a formulação de leis que regulavam a posse de terras voltadas primeiramente ao benefício dos grandes proprietários.

<sup>5</sup> Em decorrência da Lei Imperial de Terras de 1850 (Brasil, 1850), e após a proclamação da República (1889), foi editada a primeira lei de terras do Estado de Mato Grosso (Lei nº 20/1892) e o seu regulamento (Decreto nº 38/1893), que garantiu e regularizou as posses de terras, além de assegurar o direito de preferência para compra de terras consideradas devolutas, que ora se encontravam sob o domínio de particulares (posseiros e colonos), cujo título de posse e propriedade possuiam origem duvidosa e legalidade questionáveis.

Contudo, a tese do Indigenato prevê que, à medida que as comunidades indígenas não adquiriram os territórios ocupados, são assegurados a essas populações mais do que isso, ou seja, um título congênito e primário, não havendo a simples posse, mas o título imediato de domínio. Nos dizeres de Mendes Junior (1912, p. 65), não há posse a legitimar, mas um domínio a ser reconhecido e preliminarmente reservado, não cabendo quaisquer ameaças e violações a esses direitos.

O direito positivo e a mentalidade jurídica nacional seguiram um modelo pautado na exclusão das massas e, dessa forma, o direito consuetudinário, baseado nas práticas e costumes milenares dos povos originários, foi desconsiderado, o que corrobora o entendimento de Aguilera Urquiza e Prado (2016, p. 155), que levou a muitas informações desencontradas, superficiais e, às vezes, preconceituosas acerca dos povos indígenas, decorrentes da relação assimétrica entre esses povos e o Estado.

Se o Estado atribui ao conceito de território valor monetário, e o percebe unilateralmente em sua dimensão meramente material e de exploração para auferir riquezas, é evidente que haverá conflitos caso o Estado invada a esfera dos ocupantes desses locais, levando a perdas socioculturais, dada as diversas dimensões abrangidas, e nem sempre reconhecidas pelo ente estatal<sup>6</sup>.

Ao se abordar o conceito de território como propriedade, o Estado entende que sua proteção está garantida por um rol de normas que lhe conferem segurança, constatando-se uma amplitude de disposições legais que amparam aqueles que possuem os respectivos títulos, de acordo com a Constituição Federal e o Código Civil<sup>7</sup> (Brasil, 2002).

Cabe, neste ponto, analisar o significado de esbulho. Diniz (2002, p. 576) explica que esbulho é o ato pelo qual o possuidor se vê despojado da posse injustamente, por violência, por clandestinidade e por precariedade.

Para Venosa (2003, p. 146), o esbulho existe quando o possuidor fica injustamente privado da posse. Não é necessário que o desapossamento decorra de violência. Nesse caso, o possuidor está totalmente despojado do poder de exercício de fato sobre a coisa.

<sup>6</sup> Acerca do conceito de domínio, as populações indígenas passaram a ter outra dimensão desse conceito ao se depararem com a sociedade nacional em vista da assimetria de poder que subverteu toda uma relação de posse herdada imemorialmente pela falta de um título que comprovasse essa condição excepcionalíssima.

<sup>7</sup> O direito de propriedade é um direito real complexo, constante no art. 1.228 do Código Civil, mediante faculdades reais de usar, gozar/fruir, dispor e reivindicar da coisa, conforme a sua função social. A Constituição Federal aborda o direito de propriedade em seu artigo 5º, inciso XXII, de forma que representa um direito e uma garantia fundamental. Já no art. 5º, inciso XXIII, a Constituição de 1988 dispõe que a propriedade visa a atender sua função social.

A reintegração de posse é uma ação jurisdicional de rito especial que tutela a posse de um determinado possuidor que veio a sofrer esbulho. De acordo com Câmara (2007, p. 298) a ação de reintegração de posse é a via adequada para a obtenção da tutela da posse quanto esta sofreu um esbulho. Isto é, quando o possuidor tem sua posse ofendida por alguém que cometeu esbulho, pode recorrer a essa ação específica para reaver a pacificação de sua posse.

Diante do impasse criado pela tese do Marco Temporal, que destacou em seus fundamentos os conceitos de esbulho, ocupação passada e desocupação forçada, constata-se que essa decisão judicial vulnerou os povos indígenas, no sentido de que a previsão contida no artigo 231 da Constituição Federal de 1988 considera a tese do Indigenato como base para assegurar o direito dos povos indígenas aos territórios que ocupam, e a demarcação nada mais é do que um procedimento declaratório, que deverá estar alinhado aos ditames constitucionais.

Os territórios indígenas, no tratamento que foi conferido pelo atual texto constitucional, são concebidos como espaços indispensáveis ao exercício de direitos identitários desses grupos étnicos. A diferença substancial entre a propriedade privada – espaço excludente e marcado pela nota da individualidade – e o território indígena, espaço de acolhimento, é de vital importância, porém a prática judiciária tende a equiparar ambos os institutos, dando-lhes tratamento processual idêntico.

Conforme Deborah Duprat (2020, p. 172), a situação mais recorrente é o manejo de ações possessórias em face de territórios indígenas. Citem-se, como exemplos, as inúmeras liminares concedidas a favor de particulares em território tradicional dos Pataxó, na Bahia, na área indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, e em diversas áreas indígenas no Mato Grosso do Sul.

Se a propriedade, como instituto que atravessou milênios, possui sua segurança e proteção garantidas constitucionalmente, e essa mesma constituição garante às populações indígenas seus direitos originários, os mecanismos utilizados para que esses povos possam garantir minimamente seus direitos merecem ser analisados em vista de uma situação quiçá insuportável.

Diante de sua situação jurídica, os povos indígenas se encontram visivelmente tolhidos por não possuírem mecanismos que lhes garanta maior eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais a seu favor, relegando-os a um estado de crescente vulnerabilidade.

Nesse panorama, tem-se um ambiente de grave crise, insegurança social e jurídica sofridas pelos povos indígenas, que se consubstancia na falta de operatividade normativa capaz de frear o ímpeto de agentes estatais e demais sujeitos descomprometidos com o bem comum e os reais interesses dessas populações.

As condicionantes da tese do Marco Temporal foram extremamente prejudiciais aos direitos territoriais dos povos indígenas, posicionando os interesses da União em detrimento dos direitos indígenas, trazendo ineficácia ao direito de a comunidade ser consultada previamente, indo na contramão do que prevê o artigo 231, parágrafo 2º da Constituição Federal e fragilizando o artigo 14 da Convenção n. 169 da OIT (ONU, 2015).

O artigo 231 da Constituição Federal prevê que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União Federal demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (Brasil, 1988).

Interpretando-se essa disposição constitucional, à medida em que os territórios indígenas são pertencentes à União Federal, conforme dispõe o inciso XI do artigo 20<sup>8</sup>, os ocupantes desses territórios ficam sujeitos às intempéries e vontades do poder estatal, e impedidos de contar com um aparelhamento jurídico que garanta maior eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais a seu favor, relegando-os a um estado crescente de vulnerabilidade.

Se a estrutura do Estado confere validade e eficácia somente a leis positivadas, eis um primeiro óbice para que não se reconheçam os direitos dos indígenas, já que são fundamentados no costume e em regras consagradas no direito consuetudinário.

Para que o direito consuetudinário seja eficaz, uma das alternativas é se conferir legalidade ao fato social e defendê-lo como integrante do ordenamento jurídico estatal, porém as ambiguidades e distorções na interpretação da lei, juntamente com os *vazios* normativos são responsáveis pela criação de um ambiente propício a abusos e violações a direitos fundamentais (Kelsen, 2011, p. 135)<sup>9</sup>.

Um dos obstáculos basilares para o reconhecimento de uma Constituição como centro de valores de um ordenamento transmuda-se na concepção de que as normas postas nos textos constitucionais, referentes à esfera jurídico-privada, eram meramente programáticas, desvestidas de eficácia imediata, necessitando sempre da atividade do legislador infraconstitucional para produzirem seus efeitos.

É necessário que seja estimulado um intenso debate em diversos setores da sociedade quanto ao trato deste tema tão sensível e que atinge os indígenas e suas

<sup>8</sup> Conforme o inciso XI do artigo 20 da Constituição Federal de 1988, as terras indígenas são classificadas como bens da União.

<sup>9</sup> Hans Kelsen afirma que é possível admitir o costume como fato produtor de normas jurídicas, mesmo que não tenha sido institucionalizado como tal no ordenamento jurídico, bastando, para tanto, se em certo ordenamento as normas costumeiras são admitidas.

famílias, no tocante à elaboração de leis e procedimentos capazes de normatizar essas questões, para que se evitem conflitos e violência decorrente de ações judiciais<sup>10</sup>.

No âmbito dos objetivos da Agenda 2030 da ONU, bem como a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ONU, 2008), os direitos dos povos indígenas, embora assegurados, não alcançam o necessário grau de eficácia em vista das limitações impostas pelo próprio texto legal.<sup>11</sup>

Assim, os problemas relativos à posse da terra e dos territórios ocupados pelos indígenas conduzem a diversas opiniões, muitas vezes contraditórias sobre a questão, com soluções que permanecem indeterminadas, ao passo que, historicamente, constata-se que os indígenas passaram pelas fases de submissão à escravidão, servidão e, por fim, administração, que perdura até os dias atuais.

## Considerações finais

O Estado de Mato Grosso do Sul possui a segunda maior população indígena do país, estimada em 73.295 mil indivíduos conforme dados do IBGE, na qual se destacam os Kaiowá e Guarani, os Terena, os Kadiwéu, os Guató, os Ofaié, os Atikum e os Kiniquináu, sendo os Guarani e Kaiowá, bem como os Terena, os maiores contingentes populacionais.

Historicamente, essas sociedades sempre foram concebidas como passageiras, o que os levou a mudanças em seus territórios tradicionais levando-os a viver, atualmente, em pequenas extensões de terra consideradas como reservas indígenas pelo governo.

A questão dos territórios indígenas no Mato Grosso do Sul é complexa, não podendo ser dissociada do longo e sistemático processo histórico de degradação cultural e social, onde a criação dos Estados Nacionais, e o seu desenvolvimento, resultaram no desprezo às práticas consuetudinárias desses povos, e sua resistência histórica, entendida como sinal de atraso, sempre representou obstáculo a projetos de infraestrutura e exploração desordenada de recursos naturais.

<sup>10</sup> Normalmente, a reintegração de posse determinada pelo Poder Judiciário tem ocasionado episódios de violência e força desproporcional contra os indígenas, considerados invasores dos territórios ocupados.

<sup>11</sup> Piovesan (2008) ressalta que a tutela dos direitos humanos não pode estar completamente restrita ao ente estatal, sendo um assunto de tutela internacional, e de caráter amplo. Assim, é necessária uma reflexão quanto aos limites da soberania de um Estado quando se aborda uma questão sob a ótica dos direitos humanos, pois não se pode restringir a aplicação desses direitos, dada a sua integralidade e o seu aspecto múltiplo.

Dessa forma, a ocupação territorial desmedida traduziu-se, inevitavelmente, em prejuízos à tradição cultural de inúmeros povos indígenas, em paralelo à eliminação da riqueza ambiental. Em outras palavras, a apropriação dos territórios indígenas e a correspondente exploração das riquezas naturais caracteriza-se pelo crescente comprometimento da diversidade ambiental e homogeneização cultural, com graves consequências para as futuras gerações.

O progresso de uma nação se faz por meio dos grandes projetos de infraestrutura, sendo de vital importância, porém, a observância de direitos e deveres para com os cidadãos de boa-fé. Os danos causados aos povos indígenas são de difícil reparação devido à ineficiente proteção legal.

São visíveis as dificuldades de uma solução judicial acerca dos conflitos entre povos indígenas e produtores rurais, pois se atribui validade ao título de domínio conferido pelo poder público, que colide com o reconhecimento da tradicionalidade da ocupação indígena e a posse imemorial.

Diante disso, é fundamental que o processo de emissão dos títulos de propriedade aos particulares observe se ocupação desses territórios foi em decorrência da expulsão e violência ao longo do tempo, sendo necessária uma melhor aparelhagem normativa capaz de conferir aos povos indígenas um mínimo de segurança sobre os locais onde habitam, garantindo seus direitos humanos primordiais ao lado do direito à vida, dignidade e preservação dos seus costumes.

## Referências

- AGUILERA URQUIZA, Antonio Hilario; PRADO, José Henrique. Diversidade Cultural, Relações Interétnicas e os Povos Indígenas. In: AGUILERA URQUIZA, Antonio Hilario. **Antropologia e História dos Povos Indígenas no Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2016. 299 p.
- ALENCAR, Edna Ferreira. **Estudo Estratégico. Situação Sócio-Econômica**: diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas. Municípios de São Paulo de Olivença, Tabatinga, Amaturá e Benjamin Constant. Segundo Relatório de Campo. Santarém, 2004.
- BRAND, Antonio Jacó. **O confinamento e o seu impacto sobre os Pai-Kaiowá**. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.
- BRASIL. Lei nº 601. **Lei Imperial de Terras**. Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, 18 de setembro de 1850.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.
- BRASIL. Lei 10.406. **Código Civil Brasileiro**. Brasília, DF, 10 de janeiro de 2002.
- BRASIL. Lei nº 13.445. **Promulga a Nova Lei de Migração**. Brasília, DF, 24 de maio de 2017a.
- BRASIL. **Mensagem de Veto nº 163**, de 24 de maio de 2017b.
- CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. 13 v.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Caminhos da Identidade**: Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. Brasília: Editora UNESP, 2006.

CARVALHO, Maria Lucia Brant de. **Das terras dos índios a índios sem terras**: o Estado e os Guarani do Oco'y: Violência, silêncio e luta. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo/SP, 2013.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, Território e Territorialidade**: A Luta pela Terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

CAVARARO RODRIGUES, Andréa Lúcia. **Kaiowá-Paí Tavyterã**: onde estamos e aonde vamos? Um estudo antropológico do Oguata na fronteira Brasil/Paraguai. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2019.

COLMAN, Rosa Sebastiana. **Guarani Retã e Mobilidade Espacial Guarani**: belas caminhadas e processos de expulsão no território Guarani. 2015. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2015.

COLMAN, Rosa Sebastiana; AZEVEDO, Marta Maria Amaral. **Ojeguata Porã**: Mobilidade espacial entre os Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul, região fronteiriça entre Brasil e Paraguai. Disponível em <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2253/2208>. Acesso em: 10 jun. 2018.

COLMAN, Rosa Sebastiana; CAVARARO RODRIGUES, Andréa Lúcia; MARCO RODRIGUES, Antônio. Povos Originários e Tratados de Direitos Humanos: Efetividade e Possibilidades à Luz da Constituição de 1988. **Revista Vertentes do Direito** (UFT), Palmas, v. 07, n. 02, p. 125-150, 2020.

CRESPE, Aline Castilho Lutti. **Mobilidade e temporalidade Kaiowá**: do tekoha à reserva, do tekoharã ao tekoha. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2015.

DINIZ, Maria Helena. **Código civil anotado**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DUPRAT, Deborah. Demarcação de Terras Indígenas. O Papel do Judiciário. **Revista Povos Indígenas no Brasil**, 2001/2005. Instituto Socioambiental. Disponível em: [http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/CCR6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs/artigos/docs\\_artigos/De Marcacao\\_de\\_Terras\\_Indigenas.pdf](http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/CCR6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs/artigos/docs_artigos/De Marcacao_de_Terras_Indigenas.pdf). Acesso em: 10 nov. 2020.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi. **Ñande Ru Marangatu**. Laudo antropológico e histórico sobre uma terra kaiowá na fronteira do Brasil com o Paraguai, município de Antônio João, Mato Grosso do Sul. Dourados: Editora UFGD, 2009.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 7. ed. rev. São Paulo: Editora RT, 2011.

LEACH, Edmund R. "The Frontiers of 'Burma'". Comparative Studies in Society and History, 1960.

MARCO RODRIGUES, Antônio. **A Dinâmica Migratória dos Povos Tradicionais Fronteiriços no Estado do Mato Grosso do Sul e os Reflexos da Mensagem de Veto nº 163/2017**. 2019. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2019.

MATO GROSSO, Governo de. Lei nº 20. **Lei de Terras**. Cuiabá, MT, 09 de novembro de 1892.

MATO GROSSO, Governo de. Decreto nº 38. **Regulamenta a Lei de Terras**. Cuiabá, MT, 15 de fevereiro de 1893.

MENDES JUNIOR, João. **Os Indígenas do Brasil, Seus Direitos Individuais e Políticos**. Ed. Fac-Similar. São Paulo: Typ. Hennies Irmãos, 1912. Disponível em: <https://cpisp.org.br/publicacao/os-indigenas-do-brasil-seus-direitos-individuais-e-politicos/>. Acesso em 15/03/2020.

MURA, Fabio. **À procura do "bom viver"**: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa. Tese – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional – UFRJ/PPGAS. Rio de Janeiro, 2006.

ONU. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: ONU, 2008.

ONU. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/node/292>. Acesso em: 23 abr. 2015.

ONU. **Agenda 2030. Objetivos do desenvolvimento sustentável**. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 06 set. 2022.

PEREIRA, Levi Marques. **Parentesco e organização social Kaiowá**. 1999. Dissertação (Mestrado em antropologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

PEREIRA, Levi Marques. **Os Kaiowá em Mato Grosso do Sul**: módulos organizacionais e humanização do espaço habitado. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2016. 127p.

PIOVESAN, Flávia. **Código de Direito Internacional dos Direitos Humanos Anotado**. São Paulo: DPJ, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Ilda de; FERREIRA, Rogério Vicente. Breve Reflexão sobre a diversidade Linguística e os povos indígenas em MS. In: AGUILERA URQUIZA, Antonio H. (org.). **Antropologia e História dos Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2016.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: direitos reais. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

# PRÁTICAS INTERCULTURAIS EM UMA ESCOLA DE FRONTEIRA: UM ESTUDO DE CASO

## Prácticas Interculturales en una Escuela de Frontera: un estudio de caso

DOI 10.55028/geop.v18i35

Mariana Vaca Conde\*  
Tarissa Marques Rodrigues dos Santos\*\*

**Resumo:** O presente artigo abordou o tema das práticas interculturais em uma escola situada na fronteira. O estudo de caso proposto buscou analisar as práticas interculturais implementadas na escola de fronteira, investigando as estratégias utilizadas para promover a interação e o diálogo entre as diferentes culturas presentes. Os instrumentos metodológicos para a coleta de dados foram as entrevistas informais, observações e análise de documentos. Percebeu-se que as práticas interculturais implementadas nessa escola envolveram projetos colaborativos, atividades culturais e uso de recursos multilíngues.

**Palavras-chave:** Fronteira, Interculturalidade, Escola de fronteira, Educação

**Resumen:** Este artículo abordó el tema de las prácticas interculturales en una escuela ubicada en la frontera. El estudio de caso propuesto buscó analizar las prácticas interculturales implementadas en la escuela fronteriza, investigando las estrategias utilizadas para promover la interacción y el diálogo entre las diferentes culturas presentes. Los instrumentos metodológicos para la recolección de datos fueron entrevistas informales, observaciones y análisis de documentos. Se observó que las prácticas interculturales implementadas en esta escuela involucraron proyectos colaborativos, actividades culturales y el uso de recursos multilingües.

## Introdução

Quando se contempla uma fronteira, transcende-se as delimitações político territoriais que separam os países, pois, ao mesmo tempo em que criam divisões, elas também aproximam pessoas e culturas distintas. São espaços singulares, permeados por interações sociais, linguísticas, culturais e políticas que possuem características que permitem construir uma singularidade e ao mesmo tempo traços que equivalem a outras experiências. De acordo com a pesquisadora Pesavento (2006), a fronteira deve ser compreendida como um espaço em que convivem diferentes nacionalidades, cada indivíduo trazendo sua própria história, cultura e senso de pertencimento nacional, o que molda uma identidade fronteiriça, ou seja, uma construção simbólica de pertencer a esse lugar. Ainda no pensamento da

\* Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens - PPGEL na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Mestra em Estudos Fronteiriços (MEF) pela mesma instituição. E-mail: mariana.conde.777@hotmail.com.

\*\* Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação PPGEDU/FAED na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestra em Estudos Fronteiriços pela mesma instituição. E-mail: tarissamarques@gmail.com.

**Palabras clave:** Frontera, Escuela de Frontera, Educación



Interculturalidad

autora, é um limite sem limites, que se estende para além do seu ponto demarcatório, possibilitando o surgimento de novos significados e códigos.

As escolas situadas nas regiões fronteiriças enfrentam desafios ao lidar com a diversidade de alunos que frequentam essas instituições, de diferentes nacionalidades, que trazem consigo línguas, culturas e identidades. A respeito da fronteira Bolívia-Brasil, temos no lado boliviano, o Distrito de *Arroyo Concepción* e os municípios de *Puerto Quijarro* e *Puerto Suárez*, no extremo oriente do Departamento de Santa Cruz, na província *Germán Busch*, região oriental da Bolívia. No lado brasileiro, os municípios de Corumbá e Ladário, situados ao extremo oeste do estado de Mato Grosso do Sul.

Este trabalho, fruto da disciplina *Documentação e Cidadania na Fronteira*, cursada no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços, teve como objetivo verificar as práticas interculturais implementadas em uma escola, observar as estratégias adotadas para promover a interação e o diálogo entre as diferentes culturas presentes no ambiente escolar, e compreender os impactos dessas práticas na experiência educacional dos alunos. A escola em questão nesta pesquisa é a “Eutrópia Gomes Pedroso”, localizada no município brasileiro de Corumbá, com algumas singularidades, pois é uma escola que está bem próxima da linha de fronteira, rural, de educação integral e tem

uma clientela constituída de alunos do assentamento e alunos pendulares que residem na Bolívia.

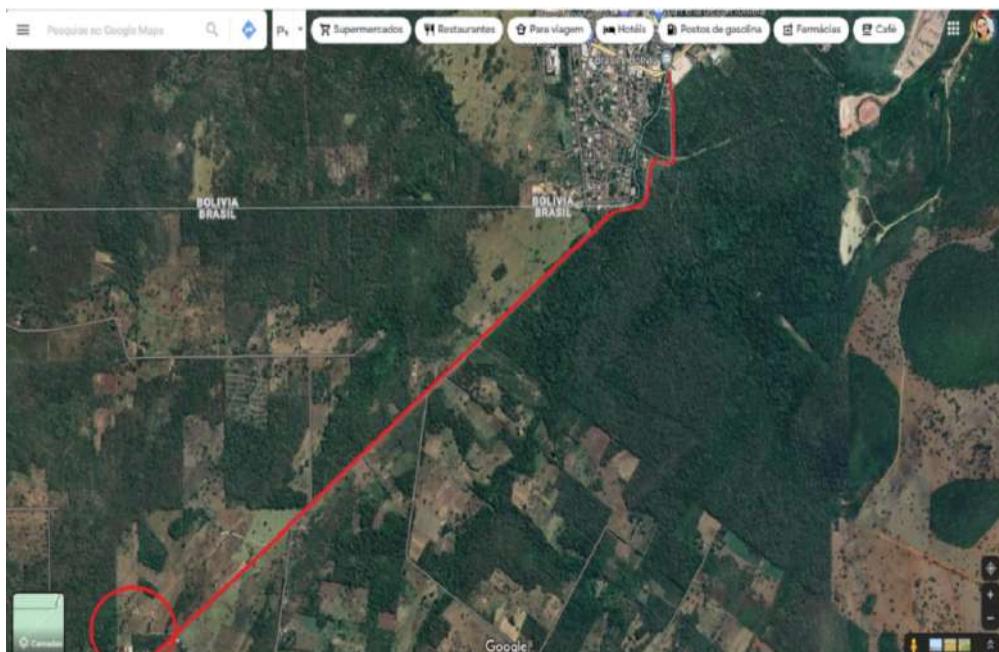
A respeito da metodologia, quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, em relação aos procedimentos técnicos, é um estudo de caso. Conforme enfatizado por Robert Yin (2001), a utilização dos estudos de caso surge como resultado do anseio por compreender fenômenos sociais de natureza complexa, permitindo assim a preservação das características significativas e abrangentes de eventos reais. Os instrumentos metodológicos utilizados para a coleta de dados foram a análise do Projeto Político Pedagógico da escola (PPP), entrevistas informais semiestruturadas feitas à gestão escolar e professores, bem como a observação *in loco*, buscando uma compreensão aprofundada das práticas interculturais e seu contexto.

Esta pesquisa decorre da apropriação de discussões feitas no campo de estudos da interculturalidade, tais como: Candau (2002), Walsh (2009), referenciais abordando a temática de fronteira e identidade: Sturza (2006), Moraes (2012), Bumlai (2014), Conde (2020), Mancilla Barreda (2017) e Santos (2021). Dessa forma, encontra-se estruturada em três partes, a saber: primeiramente, buscamos contextualizar a escola. Em seguida, apresentamos algumas práticas interculturais desenvolvidas pela mesma e, por fim, tecemos as nossas considerações.

## Contexto da escola pesquisada

O presente estudo de caso teve como foco a escola de Educação Integral “Eutrópia Gomes Pedroso”, localizada na cidade de Corumbá, no Assentamento Tamarineiro I, na região do Jacadigo, zona rural, a aproximadamente 5 km da linha de fronteira com a Bolívia e 15 km do perímetro urbano de Corumbá. Emancipada pelo Decreto nº 204/97, de 25 de agosto de 1997, da Prefeitura Municipal de Corumbá, passando a ser denominada Escola Municipal Rural De Educação Integral “Eutrópia Gomes Pedroso”, a partir do Decreto nº 1.649, de 11 de março de 2016. O nome foi atribuído em honra à memória da professora Eutrópia Gomes Pedroso, cujo falecimento ocorreu em outubro de 1967, aos 101 anos de idade. Ela dedicou toda sua vida à nobre missão da educação, abdicando de constituir família e optando por não se casar.

Na figura 1 pode ser observada a localização geográfica da escola, indicando com o traçado vermelho, o percurso até o estabelecimento educacional.

**Figura 1** - Localização da escola “Eutrópia Gomes Pedroso”

**Fonte:** Google Maps, 2023.

De acordo com o PPP (2018, p.10), a escola atende alunos do Tamarineiro I e II, norte e sul e região de fronteira com crianças da educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais de 1º ao 5º) e finais (6º ao 9º). Conforme dados da secretaria escolar, em 2022, a escola contava com um total de 165 alunos, dos quais 25 alunos eram da Educação Infantil (Pré I e II), 73 alunos do Ensino Fundamental I (1º ao 5º) e 67 alunos do Ensino Fundamental II (6º ao 9º). A escola possuía um total de 163 alunos matriculados, sendo que 91 deles eram de origem boliviana<sup>1</sup>, correspondendo a uma significativa parcela de 56% do corpo discente total, é relevante destacar que não havia alunos matriculados de nacionalidades estrangeiras, sendo todos eles brasileiros.

De acordo com a classificação de tipologia das Escolas Municipais estabelecidos em Decreto nº 2.708, de 11 de janeiro de 2022, através de critérios que envolvem variáveis como número de alunos matriculados, localização, modalidade de ensino ofertada e número de extensões, a escola é caracterizada como tipologia “C”, sendo considerada uma escola de porte pequeno.

<sup>1</sup> Termo usado nesta pesquisa para designar os alunos nascidos no Brasil que residem na Bolívia e tem pais bolivianos ou somente o pai ou a mãe.

**Figura 2** - Fachada da escola “Eutrópia Gomes Pedroso”

**Fonte:** Autoras, 2022.

No que diz respeito ao transporte, a administração municipal assegura o deslocamento dos alunos por meio de ônibus escolares, seguindo rotas estabelecidas pelo Núcleo de Transporte Escolar. Os professores, por sua vez, têm uma carga horária de 40 horas semanais, sendo 28 horas dedicadas ao ensino em sala de aula e 12 horas destinadas a atividades diversas, incluindo o planejamento de aulas para garantir a qualidade do ensino.

A escola oferece aulas de espanhol e inglês como Línguas Estrangeiras Modernas, sendo o espanhol disponibilizado desde a Educação Infantil até o 5º ano, e o inglês do 6º ao 9º ano. No que concerne à matriz curricular, são abordadas disciplinas da Base Nacional Comum, como Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Língua Estrangeira Moderna e Educação Física. Adicionalmente, a Base Diversificada contempla disciplinas como Educação em Direitos Humanos, Iniciação e Treinamento Esportivo, bem como Atividades Eletivas. Esse formato permite aos professores uma margem de liberdade para desenvolver projetos interdisciplinares e interculturais, enriquecendo a experiência educacional.

### Práticas interculturais desenvolvidas

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade escolar vigente (2018, p. 12), destaca-se a preocupação em salientar que é preciso respeitar os alunos, com suas características próprias de desenvolvimento, com suas limitações

e capacidades em uma escola colaborativa, seja nos gestos, nas brincadeiras e na aceitação ao outro. A escola se configura como um ambiente de interação social, no qual o convívio com indivíduos de diferentes origens socioculturais proporciona uma valiosa oportunidade de adquirir conhecimentos e desenvolver uma compreensão abrangente acerca dos diversos grupos presentes na instituição e na sociedade em geral.

Nessa perspectiva, a autora Nunes (2011) em seu livro sobre a Interculturalidade e o papel da escola na atualidade, afirma que para ter uma perspectiva intercultural, é preciso compreender que a escola é um espaço caracterizado pela presença da diferença. Nesse sentido, a escola precisa refletir sobre como lidar com as diferenças existentes e com as relações de identificação e diferenciação que ocorrem não apenas em seu interior, mas que se estendem externamente, refletindo diretamente nas práticas sociais desenvolvidas pelos sujeitos em suas relações cotidianas.

Para Xavier Albó (2005), a interculturalidade é compreendida como uma relação de alteridade entre pessoas que são diferentes por sua cultura, gênero, religião etc. Essas relações são positivas se uns e outros aceitam seu modo diferente de ser. Por isso, torna-se necessário que as escolas de fronteira estejam voltadas à convivência harmoniosa entre os grupos culturais presentes neste espaço.

Com base nos dados fornecidos pela escola, a Extensão Barão do Rio Branco localizada ao lado da unidade da Receita Federal que se encontra no limite entre Brasil-Bolívia, à época, contava com aproximadamente 150 alunos matriculados, todos brasileiros e residentes na Bolívia. Quando a Extensão foi demolida, a Receita Federal começou a ampliar seu espaço e os alunos foram realocados para escola Eutrópia Gomes Pedroso que à época já funcionava e atendia somente os alunos do assentamento, passando a atender outra clientela a partir de então. Moraes (2012) em sua pesquisa de mestrado, explica que quando a Extensão Barão do Rio Branco foi transferida para o assentamento e juntou-se a realidade rural com a realidade de fronteira, a escola passou a lidar com dificuldades específicas do aluno rural e do aluno que mora na Bolívia, sendo dois grupos marginalizados social e economicamente. De acordo com o autor, uma das professoras fez a seguinte declaração a respeito da união das escolas:

S16 – Professora do Ensino Fundamental, anos iniciais, graduada na UFMS de Corumbá, com especialização em educação infantil, efetiva, há 12 (doze) anos trabalhando na Escola: No início, havia a separação alunos da Bolívia e do Assentamento. Lembro quando fomos realizar uma festa junina no Barão, teve brigas dos alunos do assentamento com os alunos do Barão. Atualmente estamos em paz. Depois que juntou as escolas, trabalhamos vários projetos e deu certo (Moraes, 2012, p. 55).

A escola sempre se preocupou em receber bem os alunos de origem boliviana até por uma questão de adaptação para que eles se sintam mais acolhidos e desde então, foram acontecendo mudanças para que houvesse essa integração. De acordo com Candau (2002, p. 135), uma educação intercultural precisa promover diálogo entre as culturas, mesmo havendo tensões e conflitos. É necessário enfatizar a importância da abordagem da educação intercultural, baseada em uma concepção dinâmica e histórica das culturas. Essas culturas devem ser compreendidas como um processo contínuo de construção, desconstrução e reconstrução, influenciado pelas complexas interações sociais que ocorrem nas diversas sociedades.

Um outro dado importante colocado pela equipe gestora, foi a questão de a facilidade dos alunos de origem boliviana aprenderem matemática, já que possui uma linguagem universal e sempre participam das Olimpíadas de Matemática, recebendo inclusive menções honrosas e, também todos os anos participam da Feira de Ciências do Pantanal (FECIPAN). A presença constante nesse evento não apenas evidencia a importância atribuída à exploração científica, mas também contribui para a diversidade e riqueza do conhecimento apresentado na Feira, destacando-se nos primeiros lugares, como pode ser observado na figura 3.

**Figura 3 - Manchete do site da Prefeitura de Corumbá**

[Início](#) » [2018](#) » [outubro](#) » [Projetos de alunos da escola Eutrópia foram premiados na FECIPAN 2018](#)

### **Projetos de alunos da escola Eutrópia foram premiados na FECIPAN 2018**

Sem categoria / 17 de outubro de 2018

Três projetos da Escola Municipal Rural Eutrópia Gomes Pedroso, que fica no assentamento Tamarineiro, foram premiados na 6ª edição da Feira de Ciência e Tecnologia do Pantanal em Corumbá (FECIPAN 2018) realizada pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), no Campus Corumbá nos dias 03 e 04 de outubro. Desde 2013 a FECIPAN seleciona trabalhos de Iniciação Científica dos estudantes das escolas públicas e privadas do município de Corumbá para apresentação a comunidade.

**Fonte:** <https://ww2.corumba.ms.gov.br/2018>.

Conforme relatos de professores, há alunos que iniciaram sua trajetória educacional desde a Educação Infantil e, atualmente, estão dedicando-se a uma variedade de cursos e carreiras. Entre algumas, destacam-se administração, medicina, técnico em informática e até mesmo Graduação em Educação do Campo. Essa diversidade de caminhos acadêmicos e profissionais é um reflexo do comprometimento da escola em oferecer um ensino abrangente e de qualidade.

Através das conversas informais com a equipe gestora e professores, destaca-se o comprometimento da escola em promover atividades interculturais, evidenciando a valorização da diversidade. Um exemplo é a celebração da “Festa da Integração” no dia 25 de agosto, que marca o aniversário da instituição.

Durante esse evento, a riqueza cultural é manifesta na culinária, com a apresentação de pratos típicos tanto da Bolívia quanto do Brasil. Essa iniciativa não apenas proporciona uma experiência gastronômica, mas também serve como um símbolo tangível da união entre as duas culturas representadas na comunidade escolar. Destaca-se, também, a inclusão de apresentações culturais, as quais oferecem uma oportunidade única para os alunos compartilharem expressões artísticas e tradicionais de suas respectivas culturas.

**Figura 4** - Grupo de dança da Bolívia, apresentação cultural na escola na Festa da Integração



**Fonte:** Moraes (2012)

**Figura 5** - Apresentação de dança da Unidade Educativa “La Frontera”



**Fonte:** Bumlai (2014).

Os alunos são frequentemente convidados a participar dos eventos festivos do município de *Puerto Quijarro*, bem como em celebrações realizadas nas escolas bolivianas vizinhas, por meio de apresentações com a fanfarra e danças culturais, como pode ser observado na figura 6.

**Figura 6** - Apresentação de dança das alunas da Escola “Eutrópia”. Quadra da Unidade Educativa “La Frontera”



Fonte: Bumlai (2014).

Essa prática representa oportunidades para os alunos compartilharem sua cultura, talento e habilidades artísticas. Nesse sentido, a pesquisadora Santos (2021) afirma que é preciso [...] “pensar na educação e na diversidade cultural que esse espaço fronteiriço carrega, significa contribuir para tornarmos visíveis as diferenças socioculturais presentes e compreendermos o que se caracteriza como diversidade cultural” (Santos, 2021, p. 59).

Ainda a autora acrescenta que:

As escolas de fronteira trazem muitas incumbências sociais, desde a preocupação com a identidade cultural (costumes, tradições, línguas) como em proporcionar a integração dos alunos entre si. As relações de vizinhanças entre brasileiros e bolivianos são históricas e não muito amigável e as escolas de fronteiras estão no meio dessa convivência e possuem o desafio de conter a discriminação e preconceitos ao redor do “dogma da soberania”, como por exemplo a linguagem como fator de dominação, o país economicamente mais privilegiado tem sua língua também como dominante, isso acontece em várias outras fronteiras, a sujeição do país menos favorecido economicamente (Santos, 2021, p. 37).

Em relação aos projetos pedagógicos, a escola tem se destacado na promoção da interculturalidade através de diversas iniciativas significativas. Dentre

os projetos desenvolvidos, destacam-se trocas de correspondências com escolas bolivianas, exploração da literatura infantil, contação de histórias, conscientização sobre abuso sexual infantil, valorização do patrimônio da fronteira entre Brasil e Bolívia, combate ao bullying, entre tantos outros, que abrangem disciplinas tanto da Base Comum como da Diversificada.

Em conversa com alguns professores, nos projetos desenvolvidos, procura-se trabalhar as duas línguas, incentivando-os a conhecer mais da cultura e tradições da Bolívia, conversando com eles que sempre devem valorizar e respeitar a cultura do outro, conforme afirma Bezerra e Backers (2020), a educação intercultural enfatiza a relação entre os sujeitos – diferentes – e a possibilidade de termos compreensões diferentes sobre as coisas, sobre a vida, sobre os valores, sobre a educação. Ainda de acordo com os autores, a educação intercultural defende a produção plural de sentidos, pois os significados podem ser reelaborados nos processos de interação cultural, em um contexto relacional, que possibilita o reconhecimento da diversidade de conhecimentos e diálogos interculturais, como afirma Mancilla Barreda (2017) quando diz:

Do contato emergem os “diálogos interculturais”, espaços de comunicação transcedentes à palavra e dos quais despontam: atitudes positivas, quando se estabelecem ações colaborativas com o acréscimo de experiências favoráveis aos grupos que interagem (Mancilla Barreda, 2017, p. 72).

É importante destacar que promover a interculturalidade exige também mudanças na organização do currículo e do planejamento escolar, o qual a Walsh (2009) destaca sobre a aprendizagem significativa e social no processo de diálogos na construção da sociedade:

A interculturalidade crítica como ferramenta pedagógica que questiona continuamente a racialização, subalternização, inferiorização e seus padrões de poder viabiliza maneiras diferentes de se viver e saber, e busca o desenvolvimento e a criação de compreensões e condições que não só articulam e fazem dialogar as diferenças num marco de legitimidade, dignidade, igualdade, equidade e respeito, mas que - ao mesmo tempo - alentam a criação de modos “outros” de pensar, ser, estar, aprender, ensinar, sonhar e viver que cruzam fronteiras (Walsh, 2009, p. 25).

Nesse sentido, a interculturalidade busca criar um ambiente pedagógico que não apenas reconheça, mas também promova formas alternativas de existência e conhecimento. Falar da interculturalidade, da troca de culturas, da convivência de culturas significa falar da identidade, diferença e respeito ao “outro”, que pertence a outra cultura, outra forma de ver o mundo. Caracterizada como um fenômeno heterogêneo, plural, complexo, dinâmico que envolve a criação e recriação (Conde, 2020).

Na disciplina de Língua Espanhola são desenvolvidos projetos que valorizam a cultura dos países hispanófonos, com ênfase especial na Bolívia. Esses projetos objetivam proporcionar aos estudantes uma compreensão mais profunda da diversidade cultural, histórica e linguística dos países onde o espanhol é falado.

**Figura 7** - Atividades desenvolvidas na disciplina de língua espanhola



**Fonte:** Conde (2022).

Nas atividades externas, no ano de 2022, a escola concorreu ao Prêmio Ibero-americano de Educação Intercultural Bilíngue “Cruzando Fronteiras”, através de um relato de experiência que destacava os projetos inovadores desenvolvidos na instituição. Sob o título “Atendendo o campo e a fronteira: uma relação de harmonia”, o relato enfatizou o compromisso da escola em promover uma educação inclusiva e intercultural, que abraça a diversidade cultural e fortalece os laços entre diferentes realidades.

No âmbito das práticas interculturais de valorização, a escola assume uma postura proativa ao construir, em seu discurso e atitudes, uma abordagem que reconhece as diferenças como oportunidades de enriquecimento no processo de ensino-aprendizagem. Esse compromisso se reflete nas ações desenvolvidas em

parceria com o Programa Parceria Votorantim pela Educação (PVE). Uma atividade marcante nesse processo foi que a escola tinha o desafio de expressar sua identidade por meio de uma foto e uma frase representativa.

**Figura 8** - Card de identificação da escola para a formação do PVE



Fonte: PVE (2022).

A Figura 8, mostra o comprometimento em transcender limites geográficos e culturais, enfatizando que a educação é enriquecida quando se abraça a diversidade. A postura adotada não apenas promove o diálogo entre diferentes culturas, mas também fortalece a unidade na comunidade escolar. A imagem e a frase selecionadas representam essa abordagem e ilustram o compromisso da escola em construir uma educação oficial inclusiva e fronteiriça.

Em conversa com os coordenadores, relataram que o PEIF (Programa de escolas interculturais de fronteira)<sup>2</sup> foi um grande propulsor para dar continuidade a essas práticas, como observado através dos projetos que a escola vem desenvolvendo. Percebe-se essa integração durante o PEIF, também na fala da pesquisadora Bumlai (2014) em sua dissertação de mestrado que teve como objeto de pesquisa a escola citada nesse texto:

Através de projetos interculturais, com um olhar aberto e amplo direcionado a cultura dos dois países, a Escola “Eutrópia” deu um salto grande rumo à integração da nossa fronteira e diminuição de grandes dificuldades enfrentadas pelos alunos, observou-se

<sup>2</sup> O Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF), desenvolvido em cidades brasileiras de faixa de fronteira e pactuado com cidades de países vizinhos, tem como objetivo principal a integração regional dos respectivos habitantes, por meio de uma educação intercultural que desenvolvia atividades relacionadas à cultura, história e tradições comuns ao contexto, além de desenvolver discussões sobre diversidade étnica, memória, identidade e pertencimento (Arf, 2016, p.180).

o quanto esse encontro de povos é transformador e fator de construção de novas identidades que se produzem por meio dessa integração nas Escolas de Fronteira (Bumlai, 2014, p. 52).

De acordo com a equipe gestora, o PEIF que possibilitou essa interculturalidade, pois trouxe ações necessárias para a construção e o fortalecimento de políticas educacionais próprias à faixa de fronteira, desenvolvendo propostas de integração entre os processos educativos da escola, com o intuito de construção de um PPP que traga como ponto de partida a interculturalidade.

Conforme relatado por Bumlai (2014), nos encontros semanais com a participação dos educadores de ambos os países, iniciou-se o entrosamento intercultural, por meio da sensibilização dos participantes quanto à importância da utilização de processos interculturais na educação de fronteira. As sequências do programa foram organizadas para que culminasse nos *cruzes*<sup>3</sup>, experiência efetiva realizada nas escolas dos dois países. Nesses encontros, os participantes tiveram oportunidades de descobrirem a origem comum da língua portuguesa e espanhola, as variedades de comidas típicas dos dois países, as danças regionais, as brincadeiras em comum, ou seja, aproximaram-se pelo contato cultural, por meio da cultura do “outro”.

**Figura 9** - Integração dos alunos por meio de brincadeiras e jogos, na quadra da UE “La Frontera



**Fonte:** Bumlai (2014).

<sup>3</sup> É o termo citado no documento que institui o Programa de Escolas Interculturais de Fronteira, como referência ao intercâmbio que acontece entre professores e todo grupo escolar pertencente ao programa, expandindo com isso o ambiente cultural.

Quando apresentamos a escola como um espaço de alteridades concordamos com o pensamento de Santos (2021) que explicita que nesta fronteira que é vivida como um território de muitas identidades, esse encontro de culturas faz parte de todo sistema educativo. Ainda de acordo com a autora, esta região fronteiriça tem a oportunidade de aproveitar a diversidade cultural em benefício da ampliação de horizontes e do cultivo de valores que combatem a intolerância e o preconceito em relação às diferenças e semelhanças em um contexto de afastamento. Ainda para a autora, eles estarão naturalmente expostos a questões culturais de uma ou outra forma, podendo atuar de acordo com seus propósitos particulares.

Consequentemente, em uma escola de fronteira a construção de uma identidade fronteiriça é fundamental para valorizar a diversidade cultural e promover uma educação inclusiva e enriquecedora, pois apresentam um contexto único, onde diferentes culturas, línguas e tradições se entrelaçam.

Nesse cenário, a integração desafia a superar as barreiras físicas e culturais, estabelecendo pontes entre as comunidades e construindo uma identidade coletiva que abrace as particularidades de cada grupo étnico e nacionalidade presente. Conde (2020, p.61), explicita que a construção da identidade fronteiriça surge ao compreender, abraçar e aceitar a contínua interação entre os habitantes da região de fronteira, aliada ao sentimento ou percepção de pertencimento a uma identidade nacional. Nesse contexto, podem-se observar tanto traços de preconceito ou aceitação, como também momentos de estranheza ou aproximação, que contribuem para estabelecer as distintas características nacionais.

Diante dos desafios e oportunidades que se apresentam, fica evidente que a integração no percurso escolar das escolas de fronteiras desempenha um papel crucial na promoção de uma educação verdadeiramente enriquecedora e inclusiva. Ao valorizar a diversidade cultural e linguística que permeia essas regiões fronteiriças, é possível construir uma educação que não apenas respeite as particularidades de cada grupo étnico e nacionalidade presente, mas também estabeleça laços sólidos de identidade e cooperação regional e, a escola neste estudo tem essa característica de catalisar o entendimento mútuo entre diferentes culturas. Mesmo depois de ter sido encerrado em 2015, a escola continuou com as ações interculturais seja nos projetos, nas aulas, no cotidiano escolar.

## Considerações finais

Através desta pesquisa foi possível adentrar ao cotidiano de uma escola rural e integral que se destaca por promover efetivamente a interculturalidade por meio de diversas ações educativas. Desde projetos inspiradores até atividades durante

as aulas, passando pelo intercâmbio entre outras escolas rurais e participação em jogos e festivais estudantis, a escola valoriza a cultura do outro de maneira concreta e abrangente.

Ao adotar a interculturalidade como princípio norteador, a escola rompe barreiras e preconceitos, ao mesmo tempo que reconhece e valoriza as identidades culturais presentes, criando um ambiente inclusivo e acolhedor para os alunos. A interculturalidade torna-se assim uma poderosa ferramenta para a construção de uma comunidade educacional diversa e enriquecedora, onde o respeito à pluralidade é celebrado e cultivado diariamente.

Percebemos que as práticas interculturais implementadas na escola envolvem-ram projetos colaborativos, atividades culturais e uso de recursos multilíngues. Essas estratégias incentivaram a interação entre os alunos permitindo que compartilhassem experiências e conhecimentos, aprendendo uns com os outros e enriquecendo suas perspectivas. No entanto, ainda são escassos os estudos que abordam a temática, o que evidencia a importância de desenvolver pesquisas sobre o tema.

## Referências

- ARF, Lucilene Machado Garcia. O letramento como prática de apropriação estética e cultural da literatura em escolas de fronteiras. *Revista de Letras Norte@mentos*, Dossiê: Letramento Literário, v. 9, n. 18, 9, p. 176-189, 2016.
- BEZERRA, Luiz Manoel; BACKERS, José Lícino. A presença de alunos bolivianos em uma escola do Brasil sob a perspectiva da interculturalidade. *Revista Educar Mais*, v. 4, n. 1, p. 96-108, 2020.
- BUMLAI, Danielle Urt Mansur. *Ações interculturais nas Escolas de Fronteiras: integração e preservação da identidade*. 2015, 120f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, Corumbá, 2014. Disponível em: <https://ppgefpan.ufms.br/repositorio-de-dissertacoes-2014/>. Acesso em: 6 jul. 2023.
- CANDAU, Vera Maria. Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação. *Educação & Sociedade*, v. 23, n. 79, p. 125-161, ago. 2002.
- CONDE, Mariana Vaca. *Estudo das línguas no contexto de fronteira Bolívia-Brasil: reflexão das políticas linguísticas*. 2020, 118f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, Corumbá, 2020. Disponível em: <https://ppgefpan.ufms.br/repositorio-de-dissertacoes-2020/>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- MANCILLA BARREDA, Suzana Vinicia. *Interculturalidades no contexto Puerto Quijarro (Bolívia) - Corumbá (Brasil)*. Português língua de fronteiras: ensino, aprendizagem e formação de professores. 2017, 301f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48138/tde-28062017-152350/pt-br.php>. Acesso em: 22 jun. 2023.
- MORAES, Lourival Monteiro. *Bilinguismo e jogo de identidades na região de fronteira: a escola Eutrópia Gomes Pedroso de Corumbá*. 70 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços)

– Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, Corumbá, 2012. Disponível em: <https://ppgefcpa.ufms.br/repositorio-de-dissertacoes-2014/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

NUNES, Flaviana Gasparotti. Interculturalidade e o papel da escola na atualidade: reflexões a partir do filme Entre os muros da escola. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 113-129, set./dez. 2011.

PESAVENTO, Sandra J. Fronteiras culturais em um mundo planetário – paradoxos da(s) identidade(s) sul – latino – americana(s). **Revista Del CESLA**, n. 8, p. 9-19, 2006.

PPP – Projeto Político Pedagógico. **Escola Municipal de Educação Integral “Eutrópia Gomes Pedroso”**, 2018.

SANTOS, Fabiana da Conceição. **Do lado de cá da fronteira**: um estudo sobre as línguas e processos de identificação de sujeitos fronteiriços. 2018, 123f. Dissertação. (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/6227/1/Fabiana%20da%20Conceicao%20dos%20Santos%20-%20Dissertacao.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023.

SANTOS, Tarissa Marques Rodrigues. **Olhares cruzados sobre a fronteira Brasil-Bolívia por meio da literatura infantil**. 2021. 178f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, Corumbá, 2021. Disponível em: <https://ppgefcpa.ufms.br/repositorio-de-dissertacoes-2021/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

STURZA, Eliana Rosa. **Línguas de fronteira e políticas de língua**: uma história das ideias linguísticas. 2006.159 f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/375748>. Acesso em: 05 jun. 2023.

XAVIER ALBÓ, SJ. **Cultura, interculturalidade, inculturação**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial**: apuestas (des)de el insurgir, re-existir y re-VIVIR. In: Coleção Digital. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2009. Disponível em: <https://redinterculturalidad.files>. Acesso em: 08 ago. 2023.

# REPRESENTAÇÕES LINGÜÍSTICAS E CULTURAIS NOS ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS NA ÁREA URBANA EM ARROYO CONCEPCIÓN – FRONTEIRA BOLÍVIA BRASIL

Linguistic and Cultural Representations In Advertising Advertisements In The Urban Area In Arroyo Concepción – Bolivia Brazil Border

Representaciones Lingüísticas y Culturales en Anuncios Publicitarios en el Área Urbana en Arroyo Concepción – Frontera Bolivia Brasil

DOI 10.55028/geop.v18i35

Sander Kaio Brandão de Souza\*  
Suzana Vinicia Mancilla Barreda\*\*

**Resumo:** Este estudo trata das representações linguísticas e culturais expressas nos cartazes públicos em Arroyo Concepción, distrito boliviano próximo a Corumbá (MS). Objetiva analisar a presença do castelhano boliviano, das suas línguas originárias, bem como do português - incluindo as misturas entre essas línguas. Para tanto, procedeu-se à coleta, classificação e análise interpretativista dos registros fotográficos obtidos na área urbana do referido distrito. O resultado apresenta uma paisagem linguística plural e miscigenada com representações que revelam a complexidade linguística e cultural na referida fronteira. Trata-se de uma pesquisa inaugural nesta fronteira Bolívia-Brasil, podendo ser ampliado em pesquisas futuras.

**Palavras-chave:** Fronteira Bolívia-Brasil, multilinguismo, anúncios publicitários públicos.

**Abstract:** This study deals with linguistic and cultural representations expressed in public

## Introdução

A múltipla composição linguística e cultural existente na fronteira está presente, não apenas nas línguas faladas, mas também nas representações escritas. A língua e a cultura são referências fundamentais para o desenvolvimento do presente estudo que visa destacar os registros nos anúncios publicitários expostos em áreas públicas no comércio em Arroyo Concepción, distrito de Puerto Quijarro (BO).

Isso posto, o objetivo geral deste trabalho é analisar de que maneira as representações linguísticas e culturais

\* Licenciado em Letras português-espanhol. Professor de língua portuguesa SED/MS. E-mail: sander123kaio@gmail.com.

\*\* Licenciada em Letras português- espanhol. Doutora em Educação. Professora Associada do curso de Letras/UFMS. E-mail: suzana.mancilla@ufms.br.

posters in Arroyo Concepción, a Bolivian district near Corumbá (MS). It aims to analyze the presence of Bolivian Castilian, its original languages, as well as Portuguese - including mixtures between these languages. To this end, the photographic records obtained in the urban area of the aforementioned district were collected, classified and interpreted. The result presents a plural and mixed linguistic landscape with representations that reveal the linguistic and cultural complexity of the aforementioned border. This is an inaugural research on this Bolivia-Brazil border, and can be expanded in future research.

**Keywords:** Bolivia-Brazil border, multilingualism, public advertisements.

**Resumen:** Este estudio aborda las representaciones lingüísticas y culturales expresadas en carteles públicos en Arroyo Concepción, un distrito boliviano cercano a Corumbá (MS). Su objetivo es analizar la presencia del castellano boliviano, sus lenguas originarias, así como del portugués, incluyendo mezclas entre estas lenguas. Para ello se recogieron, clasificaron e interpretaron los registros fotográficos obtenidos en el casco urbano del citado distrito. El resultado presenta un paisaje lingüístico plural y mestizo con representaciones que revelan la complejidad lingüística y cultural de la citada frontera. Esta es una investigación inaugural sobre esta frontera entre Bolivia y Brasil, y puede ampliarse en investigaciones futuras.

**Palabras clave:** Frontera Bolivia-Brasil, multilingüismo, anuncios publicitarios públicos.

estão materializadas nos anúncios publicitários na área comercial de Arroyo Concepción. Entre os objetivos específicos mencionamos: verificar a diversidade linguística do castelhano boliviano<sup>1</sup>; detectar a presença das línguas originárias, muitas que compõem o castelhano; evidenciar os registros escritos em português e identificar manifestações escritas da mistura do português e do castelhano.

Este estudo se justifica dada a inexistência de pesquisa similar que nos aproxime às formas escritas em espaços públicos em Arroyo Concepción por meio da publicidade como um referente cultural, representação de identidades e manifestação cultural.

O local para a obtenção dos materiais para análise está localizado especialmente na *Av. Luís Salazar de la Vega* e nas ruas que contornam o *Centro Comercial 12 de Octubre* em Arroyo Concepción, conhecido popularmente como “feirinha”. As fotografias compõem acervo particular, registradas entre os meses de setembro a novembro de 2019, apresentadas como monografia em nível TCC. A escolha da região deve-se à grande movimentação de brasileiros, bolivianos e pessoas de outras nacionalidades que transitam por essas ruas.

<sup>1</sup> Optamos pelo nominativo castelhano e não espanhol como um posicionamento de política linguística, apoiados na Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia e na Academia Boliviana de la Lengua que a nomeiam desse modo.

## Características do lugar: noções dos aspectos público e privado

O município boliviano de Puerto Quijarro foi fundado no dia 18 de julho de 1940 pelo Sr. Antonio Quijarro e criado pela lei nº 1.263 no dia 30 de setembro de 1991, como Segunda Sessão Municipal da Província Germán Busch do Departamento de Santa Cruz, durante a presidência de Lic. Jaime Paz Zamora.

Segundo dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística – INE, com base no Censo Demográfico e Habitacional de 2012, a cidade conta com uma população total de 16.659 habitantes. O território é dividido em dois distritos: Puerto Quijarro e Arroyo Concepción, sendo o primeiro a sede do município. Faz fronteira com o Brasil, aproximadamente 7km de distância de Corumbá, a cidade brasileira mais próxima.

Por outro lado, conhecida como a capital do Pantanal, Corumbá está localizada no estado de Mato Grosso do Sul, região centro-oeste do Brasil. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada ultrapassa 110.000 habitantes, sendo o quarto município mais populoso do estado.

Corumbá é uma das cidades mais antigas, fundada em 1778, conhecida por sua diversidade cultural, com influências marcantes de indígenas, bolivianos, paraguaios, argentinos, uruguaios, árabes, italianos, portuguesa e outros, que se expressam na culinária, na música, na religião, nas tradições, entre outras manifestações culturais. É considerada uma cidade turística de grande importância devido aos diversos eventos, destacando-se o Carnaval, o Banho de São João e o Festival América do Sul.

O Distrito de Arroyo Concepción é a área urbana mais próxima ao ponto de passagem da linha internacional que demarca a divisão entre Bolívia e Brasil. Constatata-se um fluxo cotidiano regional bastante diversificado que atende uma ampla gama de motivos, entre os quais: trabalho nos diferentes segmentos comerciais, prestação de serviços em geral, estudos, atendimento médico, lazer, entre outros (Costa, 2013; Fernandes, 2014; Espírito Santo; Costa; Benedetti, 2017).

Conforme o Plan Territorial de Desarrollo Integral (PTDI) de 2016, as principais características socioculturais da população do Município de Puerto Quijarro são constituídas a partir de um fluxo migratório de 12,61%, de acordo com a Taxa de Migração do censo de 2001, de famílias provenientes de comunidades indígenas regionais, bem como as comunidades rurais de *San Pedrito y Carmen de la Frontera*. Vieram também famílias de outras zonas fronteiriças especialmente do Brasil, associações comunitárias, comunidades rurais e de regiões urbanas, camponesas e criadores de gado. Somado a isso, os fluxos provenientes de outros departamentos da Bolívia compõem o quadro social local, apresentando uma diversidade sociocultural fundida e integrada principalmente no trabalho.

As áreas residenciais destinadas especificamente ao uso da moradia admitem atividades complementares que, devido a sua localização geográfica, geram operações comerciais nas principais vias. As atividades de serviço e comércio em geral são, sem dúvidas, a principal prática de natureza produtiva e predominante na área urbana de Puerto Quijarro. Essas atividades estão concentradas na *Av. Luís Salazar de la Vega* e nela está exposta uma multiplicidade de ofertas de serviços de transporte em geral, mecânicos, lava-jatos, borracharias, postos de gasolinás, cambistas, restaurantes, pensões e outros que facilitam a atenção à população e turistas que visitam o lugar. Segundo o PTDI (2016), o comércio e o transporte são as atividades mais importantes no município.

Na cidade, o espaço público é constantemente criado e recriado. Segundo Delgado e Malet (2007), “*cada día se contempla crecer el papel de la noción de espacio público en la administración de las ciudades*” e isto se dá devido às novas ideias para esse termo. Exemplificando: o comércio boliviano, cenário desta pesquisa, é em si privado, porém é destinado ao público. São comerciantes que alugam ou que dispõem um espaço para a venda de seus produtos ou serviços designados aos consumidores.

Para Delgado e Malet (2007), o conceito de espaço público está relacionado ao reconhecimento da pluralidade de usos, significados e funções de um espaço de e para encontros e cruzamentos. É nele que se desenvolvem atividades coletivas em que acontecem trocas pelo convívio entre os diversos grupos que compõem a sociedade.

A existência do espaço público está diretamente relacionada com a formação de uma cultura agregadora e compartilhada entre os cidadãos, isso porque, ao transitar no espaço público, percebemos e adquirimos conhecimentos a partir de canais de comunicação, como cartazes, fachadas e letreiros, presentes nas ruas. Portanto, é intrinsecamente o lugar mais democrático da cidade ao facilitar o intercâmbio heterogêneo em tempo, espaço, idades, gêneros, nacionalidades e identidades.

Nas palavras das arquitetas Nobrega e Duarte, o objetivo da publicidade nesse contexto consiste em “[...] discutir em que medida a publicidade pode de fato romper com a identidade cultural de áreas urbanas, ou mesmo como esta pode gerar novas identidades, a partir da efêmera dinâmica contemporânea dos veículos de comunicação” (Nobrega; Duarte, 2009, p. 223).

Como mencionado anteriormente, o comércio é uma das principais atividades do município de Puerto Quijarro e em especial de Arroyo Concepción. Por esse motivo, há um trânsito humano intenso de bolivianos, brasileiros e turistas de diversas partes do mundo, consequentemente têm um amplo trânsito de falantes

e línguas e linguagens distintas. Sendo esse o lugar desta pesquisa, encontramos materiais relacionados à publicidade no comércio boliviano, inclusive quando se trata do setor residencial, um campo mais restrito, mas ainda assim com cartazes públicos com diferentes mensagens.

Visto que este trabalho analisa formas escritas em cartazes e anúncios expostos no comércio de Arroyo Concepción, serão apresentadas as línguas em circulação nesse contexto.

### **Línguas em trânsito na fronteira: o castelhano boliviano**

A composição linguística no município fronteiriço de Puerto Quijarro é tão variável, quanto os falantes das diversas línguas presentes na comunicação cotidiana. Conforme descrito anteriormente, à população local, oriunda de lugares próximos, somou-se a população proveniente da região Andina e dos vales bolivianos.

Também é necessário considerar que a presença do português não se dá apenas pela proximidade como línguas em contato fronteiriço com o castelhano boliviano, mas como uma língua que compõe a variedade oriental boliviana (Ramírez Luengo, 2012).

Esse cenário linguístico está expresso no último *Plan Territorial de Desarrollo Integral*, PTDI (2016), como segue:

*Los idiomas más hablados en el municipio son el castellano, portugués y en menor proporción el idioma originario ayoreo y bésiro, por la migración de la población del interior del país a las zonas fronterizas, una fracción de la población es de habla quechua y aymara* (Puerto Quijarro, 2016, p. 25, destaque nossos).

Em conformidade com esse documento, as línguas mais faladas em Puerto Quijarro são o castelhano e o português. Estabelecendo um comparativo com o Plan de Desarrollo Municipal (PDM) de 2001, em que se lê: “*La población del Municipio habla los siguientes idiomas: Castellano, Quechua, Chiquitano y Extranjero (Portugués)* (Puerto Quijarro, 2001, p. 27).

Observamos nesses documentos que o português esteve presente, no primeiro considerado um idioma estrangeiro, mas, 15 anos depois, passa a ser reconhecido como uma língua que compõe o repertório linguístico local depois do castelhano.

Entre as línguas originárias, mesmo que procedentes de outros contextos geográficos, o *quéchua* e o *aimará* têm destaque na comunicação entre amigos, conhecidos e familiares. Com relação às outras duas línguas mencionadas no PDTI, o *ayoreo* e o *bésiro*, esta última compõe a grade curricular da educação básica no município, após a implantação da Lei Avelino Siñani e Elizardo Pérez, conhecida

como a Lei 070 da Educação do Estado Plurinacional Boliviano (Bolívia, 2010), embora não seja considerada uma língua de comunicação local, seu papel no resgate cultural regional atende a política de revitalização das línguas originárias na Bolívia.

Com relação ao castelhano boliviano, citamos Carlos Coello Vila (1996) e José Guillermo Mendoza Quiroga (2015), que abordam a situação territorial boliviana dividida nas seguintes macrorregiões: andina, sub andina (vales), e planícies, às quais definiriam as variedades do castelhano boliviano em: *castelhano colla, chapaco e camba*. Conforme Mancilla Barreda, “[...] o castelhano falado em Puerto Quijarro apresenta pelo menos duas variedades predominantes: o castelhano camba, falado pela população de origem local, e o castelhano colla, procedente da grande afluência de migrantes nacionais” (Mancilla Barreda, 2017, p. 156). Dessa forma, estamos frente à diversidade *camba-colla* do castelhano dos quais os falantes convivem em interação e miscigenação permanente.

Essa complexa composição marca o cenário sociolinguístico na fronteira,

[...] as línguas que compõem o repertório linguístico dos habitantes expressam seu conjunto de valores, sentidos, crenças, símbolos que identificam culturalmente esses diversos grupos populacionais que interagem no espaço compartilhado nas práticas fronteiriças (Mancilla Barreda, 2017, p. 146).

Arroyo Concepción, expressa no seu cotidiano uma dinâmica efervescente seja nas relações comerciais, no trânsito ou na rotina das pessoas que circulam por essas ruas em que o comércio tem um papel relevante. Após a breve abordagem sobre as variedades do castelhano boliviano e as línguas nativas no contexto fronteiriço, no próximo item abordamos sobre a publicidade expressa nos anúncios publicitários na área urbana do referido distrito.

## Publicidade, representação e identidade nos anúncios

A publicidade está presente nos países, nas cidades, nas ruas, nas casas, nos *shoppings*, na televisão, no jornal, na revista, no celular, na *Internet*, enfim, faz parte do cotidiano de diversas formas. O termo **publicidade** significa a difusão de um texto que, feita por um veículo de comunicação, como: jornal, revista, televisão ou rádio, busca influenciar alguém a comprar um produto<sup>2</sup>. Esta é uma definição restrita do que seria publicidade, afinal o significado vai além da oferta de um produto. Há também uma função nas relações sociais e culturais. De acordo com Piedras (2004, p. 6),

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.dicio.com.br/publicidade/>. Acesso em: 11 nov. 2022.

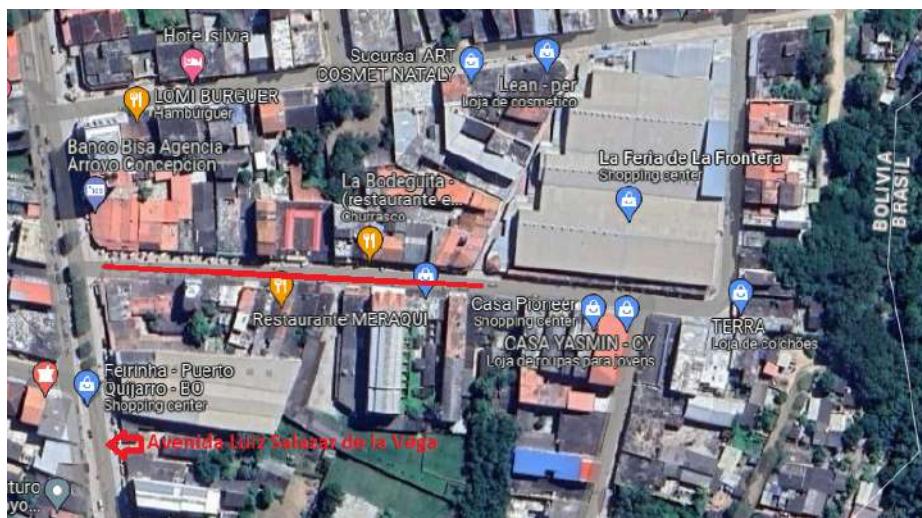
Além de divulgar o produto/serviço anunciado, projetar e suprir necessidades de seu público, a publicidade também veicula elementos que lhe oferecem um sentimento de pertença, através da identificação em termos classe, etnia, geração, gênero, entre outras representações sociais, utilizadas para aproximar o significado da mensagem do universo cotidiano do receptor.

A publicidade interfere em diversos âmbitos da cultura, incluindo as representações e as identidades. De acordo Semin (2001), as representações sociais são entidades quase tangíveis, pois circundam, entrecruzam-se e cristalizam-se sem cessar por meio de uma fala, um encontro, um gesto, em nosso universo cotidiano. Assim, a maioria das relações sociais estabelecidas, objetos produzidos ou consumidos e comunicações trocadas, estão impregnadas delas (Semin, 2001, p. 207 apud Piedras, 2004, p. 7), podendo ser impressas em diversos meios de comunicação.

Existem diversos gêneros textuais cujo objetivo é a transmissão de mensagens, sendo o anúncio publicitário mais acessível. Esse gênero promove um produto ou uma ideia pelos meios de comunicação de massa, como por exemplo, jornais, revistas, televisão, rádio, internet e também encontrados facilmente em outdoors, panfletos, faixas, cartazes, letreiros, fachadas nos espaços públicos.

Para este trabalho, serão analisados os anúncios publicitários e cartazes publicados nos espaços públicos na área central urbana de Arroyo Concepción, em especial na rua que une a Avenida Luis Salazar de la Vega ao Centro Comercial 12 de octubre, identificado como “La Feria de la frontera” no Mapa 1.

**Mapa 1 – Localização da Av. Luis Salazar de la Vega e as ruas que contornam o Centro Comercial 12 de Octubre**



Fonte: Adaptação do Google Maps (2023).<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Disponível em: <https://encurtador.com.br/cdqAO>. Acesso em: 20 jun. 2023.

A escolha desse trecho deve-se à grande movimentação formada tanto por bolivianos, brasileiros e turistas de outros países que transitam por essas ruas. Considerando que os cartazes e outros registros publicados nas ruas, estes expressam a comunicação com compradores locais e/ou estrangeiros, com os habitantes locais e com outros comerciantes concorrente, ofertando diferentes itens e serviços para públicos diversos.

A coleta de dados foi iniciada percorrendo o lugar da pesquisa, registrando, por meio de fotografias, imagens aleatórias de anúncios publicitários expostos. As imagens são tratadas como fontes primárias, isto é, materiais que não foram utilizados para estudos semelhantes. Fontes registradas e coletadas, procurando manter o ambiente em que estas estavam expostas.

As ruas, para além das pistas em que transitam os carros, neste trabalho serão abordadas a partir da experiência dos pedestres, visto que estes são alcançados pelos cartazes, placas, quadros e toda comunicação escrita encontrada nas ruas das cidades,

Assim, embora o movimento humano seja a função talvez primordial que muitos esperam de uma rua, ao considerar esse ambiente na escala do pedestre, um leque de infinitas outras possibilidades de uso se abre. A rua então se torna o lugar do encontro casual entre desconhecidos, da diversidade de pessoas e atividades, da troca de experiências, da criação de comunidades, da domesticação e vivência do urbano, enfim, de toda uma intrincada dança urbana da qual já falava Jane Jacobs (1961). Um espaço livre público como locus que ensaia o convívio entre desiguais e sustenta a sociabilidade que tanto se espera encontrar nas cidades (Heleodoro, 2015, p. 28).

Vista a partir das experiências dos pedestres, as ruas, além de exibir cartazes, quadros, placas, imagens e diversos tipos de comunicação, procura no seu leitor a cumplicidade da leitura, da compreensão da mensagem e do efeito de filiação ao que se pretende transmitir.

Para a leitura e análise das figuras, aquelas selecionadas foram agrupadas em seis conjuntos determinados pelo significado similar ou próximo que forma um campo de representações linguísticas e culturais. Destacamos que esta é uma amostra do que encontramos na região pesquisada.

### *Símbolos nacionais dos países vizinhos*

A região de fronteira induz a pensar nos símbolos que representam os países que estão em contato. A fronteira é o lugar em que as identidades nacionais estão ora associadas ora em confronto e não passam despercebidas suas representações, seja pelos símbolos nacionais ou pelas cores que as representam entre outras representações presentes no cotidiano. Conforme Berg (2008):

Os símbolos nacionais portam-se como claras declarações de identidade. Em essência, eles servem como totens modernos (no sentido Durkheimiano) – signos que carregam uma afinidade especial para as nações que representam, distinguindo-as umas das outras e reafirmando suas fronteiras de identidade (Cerulo, 1993 *apud* Berg, 2008, p. 89).

Dessa forma, visualizá-los expostos no comércio atrai a atenção dos freqüentadores da rua. Na Figura 1 são expostas as bandeiras do Brasil e da Bolívia, em condição semelhante de tamanho, ambas no mesmo nível e, entre ambos símbolos o nome do comércio convencional de roupas. Essa isonomia entre nações vizinhas em uma região de fronteira pode representar respeito entre ambos países.

**Figura 1 – Símbolos dos países Bolívia e Brasil unidos**



Fonte: Acervo pessoal (2019).

Observa-se ainda, em um segundo plano, uma série de representações de equipes de futebol, entretanto neste trabalho não foi feita uma leitura dessas representações.

### *Representação das nacionalidades*

Em uma primeira apreensão observa-se a presença do castelhano e da língua inglesa compondo a mensagem da Figura 2 cuja área comercial é de venda de roupas. Na mensagem central encontra-se uma categorização peculiar para os produtos provenientes de outros países como *ropas brasileñas y [sic] importadas*.

Subentende-se que a categoria *ropas brasileñas*, embora provenientes de um país estrangeiro, ocupa uma hierarquia diferenciada das *ropas importadas*. Esta categorização que desvincula o que é brasileiro dos outros produtos importados, pode estar vinculado a um “sentimento” que Moraes (2016) denomina “estrutura

de sentimento" e Williams (2003) detalha na leitura cultural como uma estrutura que atua nos espaços mais delicados e menos tangíveis da atividade social das pessoas.

**Figura 2 – As roupas brasileiras pertencentes a região**



**Fonte:** Acervo pessoal (2019).

Na faixa analisada, materializa-se esse sentido próprio que têm os produtos brasileiros, tratados como pertencentes ao local e não como produtos provenientes do exterior. Já as demais roupas, são vistas como estrangeiras, isto é, procedentes de outras nações.

### *Representação de culturas e línguas originárias*

Neste estudo, o conceito de cidade, segundo Delgado (2007), foi abordado como um lugar de encontros e relações. Por essa razão, a rua é o espaço mais democrático da cidade porque facilita o intercâmbio dos elementos culturais, especialmente as nacionalidades e identidades. Sendo percebido a partir de cartazes, letreiros e faixas presentes no espaço público.

A presença de representações culturais e linguísticas originárias representam alguns povos que habitam essa região. Na Av. Luís Salazar de la Vega encontra-se uma faixa que expõe o movimento indigenista com imagem que retrata a mulher campesina da região ocidental boliviana.

Na Figura 3, a faixa da *Organización de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias "Bartolina Sisa"* del Municipio de Puerto Quijaro, representa uma organização boliviana fundada em 1980 que convoca a participação das mulheres nas decisões políticas, econômicas e sociais<sup>4</sup>.

**Figura 3** – A presença da representação das comunidades indígenas das mulheres



**Fonte:** Acervo pessoal (2019).

Os serviços de alimentação acompanham a dinâmica comercial. Por exemplo, a Figura 4 apresenta uma placa com uma lista de opções de comidas de um restaurante com pratos servidos na culinária boliviana. Dentre elas, está o *Silpancho*<sup>5</sup>. Um prato típico muito popular composto por carne magra, acompanhado de arroz, batatas cozidas, vinagrete e ovos fritos. O nominativo *Silpancho* provém da língua quéchua, originária da região dos vales centrais da Bolívia. Os estudos de Mancilla Barreda (2017) demonstraram que se trata de uma língua presente e de ampla circulação em Arroyo Concepción, assim como ocorre nas feiras livres de Corumbá.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.fao.org/family-farming/detail/es/c/320302/>. Acesso: 25 jun. 2022.

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.cochabambabolivia.net/silpancho>. Acesso: 18 jun. 2022.

**Figura 4** – A presença do quéchua no cartaz gastronômico

Fonte: Acervo pessoal (2019).

A Figura 5 apresenta outra palavra da língua quéchua em um estabelecimento de comércio variado. No cartaz central domina a informação de uma empresa de telefonia celular *Tigo* com a divulgação de serviços e promoções. Neste cartaz em especial aparece a palavra *Yapa*<sup>6</sup>, também de origem quéchua, que significa “adicionar outro objeto da mesma matéria ou que sirva para o mesmo uso”<sup>7</sup>.

Dificilmente os comerciantes cedem desconto no valor da mercadoria. Por esse costume, os consumidores utilizam a palavra *Yapa* para pedir algo a mais como se fosse um brinde. Costuma-se pedir no diminutivo: *Dame una yapita*, expressão de amplo uso no comércio de frutas e verduras, aqui transportado à telefonia.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://etimologias.dechile.net/?yapa>. Acesso em: 20 jun. 2023.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://dle.rae.es/?w=yapar>. Acesso em: 20 jun. 2023.

**Figura 5 – Cartaz com uso do quéchua em um estabelecimento comercial**



**Fonte:** Acervo pessoal (2019).

## Polissemia regional

Considerando a confluência linguística na fronteira, conforme descrito anteriormente, possibilita uma diversidade de heterossemânticos entre o português e o castelhano. Estas são palavras de grafia semelhante, mas que possuem significados totalmente diferentes e inclusive opostos.

A Figura 6 apresenta um cartaz redigido em castelhano. Na lista dos produtos, aparece a palavra *bolo* que, para um boliviano, tem um sentido, mas para um falante de português, um outro completamente diferente.

Trata-se de um termo que compõe a lista dos heterossemânticos, mas com um significado regional. A palavra *bolo* para os brasileiros significa o alimento à base de massa de farinha, assado no forno, geralmente doce. Para os habitantes desta região boliviana, a palavra *bolo*<sup>8</sup> se refere a uma espécie de líquido doce preparado dentro de saquinhos e congelado, popularmente conhecido em Corumbá como geladinha.

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://lema.rae.es/damer/>> Acesso em: 20 nov. 2019.

Geralmente os cartazes não apresentam uma uniformidade de campo semântico, mas neste existe, e todos os itens se referem a um tipo de refresco. O cartaz redigido em castelhano pode conduzir à compreensão de que a palavra *bolo* não se refere ao mesmo significado que em português.

**Figura 6** – Heterossemântico regional: bolo



**Fonte:** Acervo pessoal (2019).

### Representação da língua portuguesa em Arroyo Concepción

A Figura 7 apresenta um comércio que contém os dois símbolos nacionais dos países, as duas bandeiras representam o comércio fronteiriço e por esse motivo poderia compor o grupo 3.1, entretanto, diferencia-se desse, pois a mensagem escrita na fachada está em língua portuguesa. Tal fato poderia provocar um estranhamento entre os consumidores locais, mas, ao mesmo tempo, pode incentivar um sentimento de identificação entre os consumidores brasileiros que visitam a loja, localizada na região da pesquisa.

**Figura 7 –** Comércio com informações em português



**Fonte:** Acervo pessoal (2019).

### Situações linguísticas de fronteira

A mescla do português e castelhano ocorre quando duas línguas entram em contato e os falantes as misturam no discurso, isso ocorre também na grafia de alguns cartazes. Como observado nos exemplos a seguir.

A Figura 8 mostra a figura central com o nominativo do comércio *Frial Andrezinho*. O nome Andrezinho está no diminutivo em português, constatado na utilização do encontro consonantal “nh”, combinação inexistente no castelhano. No castelhano, geralmente para o diminutivo é utilizado o sufixo –cito. No cartaz localizado acima do principal, há uma troca do “Z” pelo “C” no nome do comércio. Nota-se que houve a tentativa de passar o nome para o castelhano, visto que nessa língua utiliza-se “Ci” e não “Zi”.

*Frial* é o local comercial de venda de alimentos resfriados, como queijo, salsicha, mortadela, presunto e também carnes em geral. Os cortes de carne no cartaz principal estão escritos em português e castelhano.

**Figura 8** – Representação da mistura entre o castelhano e o português



**Fonte:** Acervo pessoal (2019).

Outra representação de mistura de línguas está na Figura 9. O cartaz expõe a mescla das duas línguas majoritárias da seguinte maneira: *Se necesita vendedora* está escrito em castelhano e à continuação da informação “com experiência” está em português. Nota-se pela presença do acento circunflexo (^) na palavra *experiência*, acento inexistente no castelhano, além da preposição “com”.

**Figura 9** – Representação da mistura entre o castelhano e o português



**Fonte:** Acervo pessoal (2019).

Na Figura 10, percebe-se que o comerciante se preocupou em utilizar uma palavra da língua portuguesa, possivelmente devido a afluência de brasileiros no comércio local. A letra ç (cedilha) inexistente no castelhano contemporâneo, somente no português. Observa-se o esforço em utilizar a “ç” na elaboração do cartaz. É curioso observar a escolha do termo escritos em português e aquele escrito em castelhano. Na forma, *promoción* está próxima à versão em português “promoção”, já o termo “calça”, não tem proximidade com sua versão em castelhano *pantalón*. Tal escolha parece privilegiar a compreensão do consumidor brasileiro, fato que é reforçado pelo preço exposto na moeda brasileira, reais.

**Figura 10 – A mescla entre o português e o castelhano**



**Fonte:** Acervo pessoal (2019).

## Considerações finais

O espaço público não é somente um trânsito de pessoas, mas também rico em conhecimento, informações, diversidade, identidades e representações. Nas casas de uma determinada rua, por exemplo, estão elementos que, inicialmente, não são percebidos, mas que posteriormente podem revelar conhecimentos subentendidos como a arquitetura da cidade e a história do local. Dessa maneira, os anúncios publicitários presentes neste ambiente carregam informações cruciais

para a compreensão de uma sociedade, desde uma fachada de loja até uma lista de produtos disponíveis em um comércio.

O objetivo deste trabalho foi analisar as representações culturais e linguísticas presentes na região urbana de Arroyo Concepción (BO) por meio das representações publicitárias presentes nos cartazes dos espaços públicos. A região comercial expõe um considerável número de anúncios que foram selecionados, analisados e apresentados como produto da pesquisa.

As imagens constaram sucessivamente que as a língua portuguesa e o castelhano estão presentes umas vezes individualizadas, outras misturadas aleatoriamente. Também é possível encontrar representações escritas das línguas originárias que compõem o castelhano boliviano

A maneira expressa revela uma particularidade em cada cartaz. Uma lista de produtos de um restaurante carrega informações de outra cultura, uma placa dentro de uma loja na “feirinha” utilizando a letra ç, inexistente no idioma do vendedor, revela o interesse e a busca pelo outro, além de demonstrar a presença do público que consome as mercadorias.

Ao que tudo indica este é um estudo pioneiro em abordar o tema das representações linguísticas e culturais neste contexto. O campo de pesquisa é vasto e merece ser aproveitado para estudos futuros na Linguística aplicada, em especial no tema das paisagens linguísticas pode nos permitir explorar e conhecer o trânsito de cultura, línguas, identidades e representações expressas na região da fronteira Arroyo Concepción (BO) e Corumbá (BR).

## Referências

- BERG, Tiago José. Território, Cultura e Natureza em Símbolos Nacionais: a representação espacial em Bandeiras. *Ateliê Geográfico* (UFG), v. 02, p. 88-102, 2008.
- COELLO VILA, Carlos. Bolivia. In: ALVAR, Manuel (Org.). *Manual de dialectología hispánica: el español de América*. Barcelona: Ariel, 1996. p. 169-183.
- DELGADO, Manuel; MALET, Daniel. *El espacio público como ideología*. Artigo. Jornadas Marx Siglo XXI, Universidade de La Rioja. Longronho, dez. 2007.
- HELEODORO, Talita Inês. A rua como espaço livre público. In: COLÓQUIO QUAPÀ, 10., 2015, Brasília. X Colóquio QUAPÀ: produção e apropriação dos espaços livres e da forma urbana. *Anais* [...]. Brasília: FAUUnB, 2015.
- MANCILLA BARREDA, Suzana Vinicia. *Interculturalidades no contexto Puerto Quijarro (Bolívia)-Corumbá (Brasil). Português língua de fronteiras: ensino, aprendizagem e formação de professores*. 2017. 301 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- MENDOZA QUIROGA, José Guillermo. *Antecedentes lingüísticos para una fisonomía del castellano en Bolivia*. 2015 Disponível em: <https://www.academiadelalengua-bo.org/spip.php?article123>. Acesso em: 05 nov. 2022.

NÓBREGA, Carneiro da Cunha Maria de Lourdes; DUARTE, Clarissa Publicidade e identidade na arquitetura do espaço público urbano. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 1, n. 2, p. 223-234, jul./dez. 2009.

PUERTO QUIJARRO. **Plan de Desarrollo Municipal (PDM)**. Santa Cruz: Gobierno Municipal de Puerto Quijarro, 2007.

PUERTO QUIJARRO. **Plan Territorial de Desarrollo Integral (PDTI)**. Santa Cruz: Gobierno Municipal de Puerto Quijarro, 2016.

PIEDRAS, E. R. Publicidade, representação e identidade: a cultura brasileira na estratégia das Havaianas. **Ecos Revista**, Pelotas, v. 8, n. 1, p. 3, 2004.

RAMÍREZ-LUENGO, José Luiz. El léxico del oriente boliviano en el siglo XVIII: una aproximación. **Lexis**, [S. I.], v. 36, n. 1, p. 107-128, jul. 2012. Disponível em: <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/lexis/article/view/2767>. Acesso em: 16 jun. 2023.

WILLIAMS, R. **La larga revolución**. Buenos Aires: Nueva Visión. 2003 [1961].

# O REFÚGIO DE CRIANÇAS SEPARADAS E DESACOMPANHADAS PARA O BRASIL E OS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

## El Refugio de Niños Separados y No Acompañados a Brasil y Los Instrumentos de Protección de Los Derechos Humanos

DOI 10.55028/geop.v18i35

Theodora Cação Zanchett\*  
Josuel Belo dos Santos\*\*  
César Augusto Silva da Silva\*\*\*

**Resumo:** Este artigo analisa o refúgio de crianças desacompanhadas e separadas para o Brasil e os instrumentos para garantia de sua proteção integral. Justifica-se pelo aumento nos casos de refúgio infantil, sobretudo desacompanhado e separado, e pelo contexto de hipervulnerabilidade desses sujeitos. Utilizou-se o método analítico, com coleta de dados através de revisão bibliográfica e abordagem diagnóstica. Afere-se que a Resolução Normativa Conjunta nº 01 de 2017 prevê procedimentos de recepção e identificação; todavia, o processo necessita de aprimoramento, especialmente para adequação de condições estruturais e previsão de ações voltadas à proteção integral após o ingresso no território brasileiro.

**Palavras-chave:** refúgio, crianças desacompanhadas, proteção integral.

## Introdução

Nos últimos anos, o volume dos fluxos migratórios internacionais, sobretudo decorrente de refúgio e deslocamento forçado, teve um aumento considerável. Em 2022, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados (ACNUR, 2023), havia no mundo aproximadamente 108,4 milhões de deslocados forçados, sendo 35,3 milhões de refugiados, dos quais aproximadamente 41% possui menos de 18 anos.

\* Graduada em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Mestranda em Fronteiras e Direitos Humanos da Faculdade de Direito e Relações Internacionais- (FADIR) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pesquisadora vinculado à Cátedra Sérgio Vieira de Mello/ACNUR-UFGD. E-mail: theodoracacaoz@gmail.com.

\*\* Graduado em Direito pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Mestrando em Fronteiras e Direitos Humanos da Faculdade de Direito e Relações Internacionais- (FADIR) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pesquisador vinculado à Cátedra Sérgio Vieira de Mello/ACNUR e ao Observatório de Ciências criminais e Direitos Humanos-UFGD. E-mail: josuelbelo@hotmail.com.

\*\*\* Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente do Programa de Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pesquisador vinculado à Cátedra Sérgio Vieira de Mello/ACNUR-UFMS. E-mail: cesar.a.silva@ufms.br.

**Resumen:** Este artículo analiza el refugio de niños no acompañados y separados a Brasil y los instrumentos para garantizar su protección integral. Se justifica por el aumento de los casos de refugio de niños, especialmente no acompañados y separados, y por el contexto de hipervulnerabilidad de estas personas. Se utilizó el método analítico, con datos recogidos a través de una revisión bibliográfica y un enfoque de diagnóstico. Se constató que la Resolución Normativa Conjunta n.º 01 de 2017 prevé procedimientos de acogida e identificación; sin embargo, el proceso necesita mejoras, especialmente en lo que se refiere a la adecuación de las condiciones estructurales y a la previsión de acciones dirigidas a la protección integral tras la entrada en territorio brasileño.

**Palabras clave:** refugio, niños no acompañados, protección integral.

A refúgio infantil, apesar de pouco mencionado pelos instrumentos internacionais de proteção, é uma realidade global. Conforme relatório do Fundo das Nações Unidas para Refugiados (UNICEF, 2023b), em 2020, 01 em cada 3 crianças, entre os migrantes internacionais era refugiada, sendo que até o final de 2022, havia cerca de 43,3 milhões de crianças refugiadas no mundo. Tais sujeitos deslocam-se para protegerem-se de graves violações a direitos humanos, sendo que, grande parte deles chegam aos países de destino desacompanhados de um adulto, ou, quando acompanhados, separados de seus pais ou responsável legal.

A proteção integral da criança, consagrada pela Declaração dos Direitos da Criança, de 1989, funda-se no reconhecimento dos menores de 18 anos como seres em desenvolvimento, os quais necessitam de proteção especial do Estado, da família e da sociedade. Nesse contexto, os Estados signatários possuem o dever de zelar pela garantia da proteção integral às crianças em condição de refúgio, com a prestação de assistência humanitária adequada ao gozo de todos seus direitos.

O presente artigo, tem por finalidade analisar o processo de acolhimento das crianças e adolescentes desacompanhadas e separadas no Brasil, verificando-se os instrumentos normativos de proteção existentes, bem como a atuação estatal na garantia da proteção integral de tais sujeitos. Destarte, tra-

ta-se de pesquisa de caráter exploratório, porquanto, volta-se à compreensão do objeto para “chegar a problemas específicos e estabelecer hipóteses, com vistas a estudos posteriores” (Marques *et al.*, 2014, p. 53).

O método utilizado foi o analítico, com abordagem diagnóstica, a fim de analisar o objeto de pesquisa minuciosamente, sistematizando suas características (Marques *et al.*, 2014), para compreender as insuficiências do processo de acolhimento dos menores refugiados que ingressam ao país desacompanhados ou separados. A coleta de dados se deu por meio de revisão bibliográfica e, por via complementar de análise documental, em especial a Resolução Normativa conjunta nº 01 de 2017, editada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e pela Defensoria Pública da União (DPU).

Como problema de pesquisa, questiona-se se o Brasil possui mecanismos eficazes à garantia da proteção integral das crianças e adolescentes refugiadas que ingressam ao território nacional desacompanhadas ou separadas. Para tanto, a pesquisa foi estruturada em três partes, sendo que na primeira são trazidos conceitos relacionados aos direitos humanos e proteção integral da criança; na segunda, aborda-se acerca do fenômeno do refúgio e instrumentos de proteção aos indivíduos nessa situação; e, por fim, faz-se uma análise acerca do refúgio de crianças e adolescentes desacompanhados e separados e os mecanismos de acolhimento existentes no Brasil.

### **Direitos humanos e a proteção integral da criança**

O século XX, em especial o período pós-guerra, teve grande influência na consolidação do regime internacional dos direitos humanos. Em 1945, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Carta das Nações Unidas, a qual incluiu a promoção dos direitos humanos aos objetivos centrais da organização; em 1948, é aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), por meio da qual foram fixados uma série de garantias individuais, criando-se obrigações aos Estados, tanto de caráter positivo, como a garantia de acesso a saúde, quanto de cunho negativo, como a proibição da tortura (Muños, 2017).

A universalidade, consagrada na DUDH, remete ao fato de que os direitos humanos são de titularidade de todos os indivíduos, sem qualquer distinção, por sua própria condição de humano, sendo assegurada, inclusive, proteção especial a infância. Todavia, considerando as demandas peculiares a esse grupo e, diante da necessidade de que a criança esteja “plenamente preparada para uma vida independente na sociedade” (ONU, 1989), a Assembleia Geral da ONU adotou, em

1989, a Convenção sobre os Direitos da Criança, marco normativo internacional para a proteção desses sujeitos.

O reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos, no entanto, foi objeto de documentos internacionais desde 1924, com a Declaração dos Direitos da Criança de Genebra e, posteriormente, com a Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959, a qual serviu de base para a Convenção de 1989, primeira a trazer a doutrina da proteção integral, na qual as crianças passam, efetivamente a ser titulares de direitos fundamentais, como todos os seres humanos (Amin, 2010a).

A proteção integral funda-se em três concepções basilares: o reconhecimento das crianças como titulares de proteção especial, decorrente de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; o direito à convivência familiar; e a obrigação assumida pelas nações subscritoras de assegurar os direitos proclamados pela Convenção, com absoluta prioridade (Amin, 2010a). Dessa maneira, o documento assinado em 1989, não só incluiu crianças como sujeitos de direitos, como atribuiu-lhes proteção especial de tratamento prioritário, em razão de sua condição vulnerável decorrente da menoridade.

A Convenção, nas palavras de Piovesan e Pirotta (2016, p. 54) “acolhe a concepção do desenvolvimento integral da criança, reconhecendo-a como verdadeiro sujeito de direito, a exigir proteção especial e absoluta prioridade”, demandando especial custódia tanto pelo Estado, quanto pela família e sociedade. Essa percepção surgiu em substituição à denominada doutrina da situação irregular, de caráter restritivo, destinada tão somente aos menores privados das mínimas condições de subsistência, em razão de ações ou omissões de seus pais ou responsáveis, aplicando-se apenas a um limitado público (Amin, 2010a).

Nos termos da Convenção de 1989, consideram-se crianças os indivíduos menores de 18 anos de idade, “salvo quando, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes” (ONU, 1989). No Brasil, por outro lado, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, considera como criança a pessoa com até 12 anos e adolescente aqueles entre 12 e 18 anos de idade, sendo que conforme base de dados do UNICEF (2023a), atualmente há no país cerca 52,5 milhões de crianças e adolescentes, os quais representam aproximadamente 25% da população nacional.

No plano nacional, a proteção integral está estampada no Art. 227 da Constituição Federal (CF), o qual estabelece como dever da família, do Estado e da Sociedade, a defesa dos direitos das crianças e adolescente com absoluta prioridade. Como aponta Ramidoff (2007), trata-se de uma teoria de conhecimento humanitário, objetivada no texto constitucional, a qual destina-se à proteção dos

direitos da criança e do adolescente, com vistas à garantia de mínimas condições de existência digna daqueles que se encontram em peculiar situação de pessoa em desenvolvimento.

Embora o texto constitucional disponha o cerne da proteção integral, como direitos de aplicação imediata, dado seu caráter fundamental, é por meio do ECA que a doutrina ganha forma. A norma infraconstitucional dispõe, já em seu primeiro artigo, a proteção integral como sua razão de existir, eis que, todas as regras dispostas na lei destinam-se à construção sistêmica de aplicação da doutrina.

Amin (2010b), apresenta os três princípios norteadoras do ECA, quais sejam, o da prioridade absoluta; do melhor interesse do menor; e o da municipalização. A prioridade absoluta, estampada no Art. 4º da lei em reprodução, quase que absoluta, ao Art. 127 da CF, assegura às crianças e adolescentes prevalência em todas as esferas de interesse, de modo a preservar-lhes o desenvolvimento saudável e a dignidade humana. O melhor interesse, por sua vez, destina-se em especial ao poder público, pois estabelece primordial observância as necessidades das crianças e adolescentes como preceito para a aplicação da lei, solução de controvérsias, bem como para a elaboração de normas e regras, sendo, nas palavras de Amin (2010b, p. 28), “o norte que orienta todos aqueles que se defrontam com as exigências naturais da infância e juventude”.

A CF estabeleceu a descentralização política das ações assistenciais, de modo a fixar a competência concorrente aos entes da federação. À União, cabe a elaboração de normas gerais e coordenação dos programas assistenciais, sendo a execução dos programas de política assistencial de atribuição dos estados e municípios. Desse modo, o princípio da municipalização refere-se a relevância do poder público local execução de políticas sociais e na criação de meios de proteção à infância e para garantir a eficácia dos direitos das crianças e adolescentes (Amin, 2010b).

Essa articulação das instâncias públicas governamentais constitui, nos termos da Resolução nº 113/2006 do CONANDA, o Sistema de Garantias dos direitos da criança e do adolescente, ao qual incumbe a defesa e controle da efetivação dos direitos das crianças e adolescentes em sua integralidade, em reconhecimento a sua condição de sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. Trata-se, portanto, de um meio de efetivação da proteção integral, através do cumprimento dos instrumentos normativos próprios, da implementação de políticas públicas, bem como pela facilitação do acesso aos mecanismos de garantia de direitos, definidos em lei (Brasil, 2006).

A proteção integral, nesse contexto, é reflexo do processo histórico de reconhecimento dos direitos humanos, sobretudo da defesa da dignidade humana,

como fundamento central de todo o ordenamento jurídico internacional. Assim, os direitos oriundos da convenção de 1989 surgem de maneira suplementar ao sistema de proteção aos direitos humanos especialmente em razão da condição de vulnerabilidade que atinge crianças e adolescentes, os quais encontram-se em pleno processo de desenvolvimento físico e mental.

## Os instrumentos de proteção aos refugiados

A princípio, a denominação 'refugiado' foi utilizada para se referir a um grupo de franceses, alcunhados de huguenotes, que fugiram para a Inglaterra, em decorrência do fim da tolerância religiosa para com o protestantismo, ocasionada pela revolução do Édito de Nantes, em 1685. Todavia, foi no século XX que a questão do refúgio ganhou visibilidade perante a comunidade internacional, sobretudo, pelo deslocamento forçado de pessoas em razão de conflitos e perseguições, tais como os judeus, na Alemanha Nazista, os bielo-russos da União Soviética, os chineses, após a revolução socialista liderada por Mao Tsé Tung (1949), dentre outros (Silva; Rodrigues, 2012).

Os reflexos migratórios da II Grande Guerra, aliados aos intensos movimentos de pessoas originados por outros conflitos e violações fizeram do período pós-guerra marco histórico para a política internacional para refugiados, que culminou na criação do ACNUR, em 1949, e na Convenção da Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, em 1951 (ACNUR, 2000). A Convenção de 1951, também conhecida como Convenção de Genebra, é o primeiro instrumento normativo de alcance internacional a apresentar uma definição para o termo refugiado, explicitando os direitos e deveres dos indivíduos nessa condição. A concepção trazida, baseia-se no receio à perseguição, que, à época, era o principal motivo dos fluxos migratórios internacionais; englobou-se, portanto, na condição de refugiado todos aqueles, cujo deslocamento ocorra por temor à perseguição "por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas" (ONU, 1951, p. 2).

O refúgio origina-se, dessa maneira, de um contexto de violação aos direitos humanos, no qual determinados grupos de indivíduos, para preservarem-se, "fogem" de seu país ou região em busca das mínimas condições de uma vida digna. Tais sujeitos estão protegidos pelo princípio do *non refoulement*, ou da não expulsão, segundo o qual os Estados signatários da Convenção de 1951, dentre os quais inclui-se o Brasil, não podem obrigar ao refugiado que retorne a seu país de origem, salvo em comprovada situação de ameaça à segurança nacional.

O sistema internacional de proteção aos refugiados, além dos instrumentos do regime dos direitos humanos, que engloba, dentre outros, a DUDH, Declaração

de Viena, de 1993, e a própria ONU, é formado, basilarmente, pela Convenção de Genebra e seu Protocolo adicional de 1967, bem como pelo ACNUR, principal órgão da ONU voltado a prestar assistência àqueles que necessitem buscar e receber refúgio em outro país, assim como, caso deseje, para regressar a seu país de origem.

No Brasil, a proteção jurídica dos refugiados, se dá tanto através da Convenção de Genebra, ratificada pelo país por meio do Decreto nº 50.215 de 1961, quanto pelos instrumentos normativos nacionais, em especial a Lei nº 9.474 de 1997, que define os mecanismos de implementação do Estatuto dos Refugiados, bem como pela Lei nº 13.445 de 2017, denominada Lei de Migração, a qual traz as diretrizes da política migratória brasileira.

O refúgio, por si só, enseja em um contexto vulnerabilidade extrema, tanto em razão dos motivos pelos quais o indivíduo deslocou-se de seu país de origem, quanto pelas circunstâncias em que se deu a locomoção e chegada a seu destino. Quando se trata do deslocamento de crianças, contudo, o cenário adquire complexidade ainda maior, porquanto, além da situação de refúgio os sujeitos encontram-se em pleno desenvolvimento, fato que demanda proteção especial.

Para Kohlbacher e Six-Hohenbalken (2021), a vulnerabilidade decorre de dois aspectos: o situacional, relacionado a um contexto específico, e o inerente, que decorre de condições inerentes da natureza do indivíduo; nesse contexto, pode-se dizer que refúgio infanto-juvenil ocasiona situação de dupla vulnerabilidade, tanto pela condição de sujeito em desenvolvimento (vulnerabilidade inerente), quanto pela circunstância do refúgio (vulnerabilidade situacional).

Até o final de 2022, cerca de 108 milhões de indivíduos no mundo encontravam-se deslocados forçadamente, dos quais aproximadamente 35 milhões detêm o status de refugiado, sendo que 40% das pessoas deslocadas a força possuem menos de 18 anos (ACNUR, 2023). Conforme o UNICEF (2023b), até o final de 2022, aproximadamente 43,3 milhões de crianças deslocaram-se forçadamente no mundo, havendo cerca de 17,5 milhões de refugiados e requerentes de asilo com menos de 2018 anos, os quais representam mais de 41% dos refugiados reconhecidos; além disso, o ACNUR estima que, entre 2018 e 2022, 1,9 milhão de crianças tenham nascido já na condição de refugiado, todavia, o próprio órgão afirma que tal quantificação não é precisa, eis que os dados do ACNUR e dos governos são incompletos.

Embora representem quase metade da população refugiada no mundo, ainda são escassas as normativas internacionais voltadas especificamente aos refugiados com menos de 18 anos, sendo-lhes aplicadas as disposições da Convenção de 1951, em observância à diretrizes estampadas na Convenção dos Direitos da Criança,

cujo Art. 22 estabelece o dever dos Estados de proteção e assistência humanitária às crianças refugiadas, inclusive para aquelas desacompanhadas:

[...] 2. Para tanto, os Estados Partes devem cooperar, da maneira como julgarem apropriada, com todos os esforços das Nações Unidas e demais organizações intergovernamentais competentes, ou organizações não governamentais que cooperam com as Nações Unidas, para proteger e ajudar a criança refugiada; e para localizar seus pais ou outros membros de sua família, buscando informações necessárias para que seja reintegrada à sua família. Caso não seja possível localizar nenhum dos pais ou dos membros da família, deverá ser concedida à criança a mesma proteção outorgada a qualquer outra criança que esteja permanente ou temporariamente privada de seu ambiente familiar, seja qual for o motivo, conforme estabelecido na presente Convenção (ONU, 1989).

A Convenção, embora de maneira tímida e, de certo modo, genérica, assegura às crianças refugiadas ou solicitantes de refúgio, a segurança e assistência humanitária apropriadas à garantia dos Direitos Humanos e proteção integral, atribuindo aos Estados receptores o dever de propiciar a este grupo a fruição de todos os Direitos proclamados no documento, bem como nos demais instrumentos internacionais dos direitos humanos.

No plano nacional, o aparato legislativo existente não traz mecanismos de proteção às crianças e adolescentes em situação de refúgio, havendo apenas a menção à proteção integral e o melhor interesse da criança e do adolescente migrante, na Lei nº 13.445 de 2017, sem, contudo, definir mecanismos para sua efetivação, de modo que lhes são aplicadas as normas da Convenção de 1989 e do ECA. De maneira geral, como aponta Santos (2018, p. 14), crianças refugiadas e solicitantes, ainda vivem em situação de “invisibilidade jurídico-política”, tanto no plano nacional, quanto internacional, porquanto os instrumentos normativos de proteção, em sua maioria, voltam-se aos adultos, de modo a preterir as demandas específicas do público infantil.

A ausência de dados sólidos sobre deslocamento forçado e refúgio infantil é uma das principais barreiras para a efetivação de políticas de acolhimento e proteção, porquanto a escassez de informações confiáveis acaba por invisibilizar as necessidades e vulnerabilidades desses sujeitos face aos formuladores de políticas públicas, em especial o poder político. Reconhecendo a urgência de aprimoramento dos dados e estatísticas de crianças deslocadas, foi criada, em março de 2020, a International Data Alliance for Children on the Move (IDAC), uma aliança intersetorial, coordenada pela UNICEF, Organização Internacional para as Migrações (OIM), ACNUR e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na qual governos, organizações, especialistas, acadêmicos e sociedade civil, uniram-se em prol do fortalecimento de dados acerca das crianças em movimento (IDAC, 2023).

A solidificação de dados e estatísticas acerca das crianças em movimento, é um passo crucial para o desenvolvimento de políticas de proteção e acolhimento; todavia, o IDAC ainda enfrenta inúmeros desafios políticos, técnicos e estruturais, especialmente relacionados aos atores envolvidos nos dados nacionais e a falta de padronização na coleta, nos locais onde é feita, o que dificulta seu trabalho. Destarte, à medida que a organização avançar nos trabalhos, novas campos de pesquisa e ação serão abertos, propiciando melhores caminhos para a proteção desses sujeitos.

### A proteção integral da criança refugiada desacompanhada no Brasil

O refúgio infantil tornou-se uma realidade global e tem sido crescente nos últimos anos. Em 2020, conforme UNICEF (2023b) 01 em cada 3 crianças, entre os migrantes internacionais era refugiada; além disso, entre 2010 e 2022, o número de refugiados com menos de 18 anos mais do que dobrou, saindo de 20,6 milhões para 43,3 milhões (UNICEF, 2023b). Tais sujeitos, que já se encontram em situação de dupla vulnerabilidade, deslocam-se, em grande parte dos casos, desacompanhados de um adulto responsável, tendo agravado o contexto hipervulnerável.

O número de crianças que se movimentam por conta própria também tem sido crescente; conforme o UNICEF (2017), 92% das crianças que chegaram por mar à Itália em 2016 estavam desacompanhadas, enquanto que 100 mil foram apreendidas na fronteira entre o México e os Estados Unidos, entre 2015 e 2016. Recentemente, a invasão russa à Ucrânia também foi causa do deslocamento forçado; o UNICEF (2022b) aponta que 2 milhões de crianças saíram do país para proteger-se, parte delas desacompanhada de um adulto responsável.

Além da vulnerabilidade inerente e a decorrente da situação ensejadora do refúgio, as crianças que se deslocam desacompanhadas enfrentam, ainda, graves riscos nas viagens, tais como a exposição a exploração sexual, trabalho infantil e tráfico internacional de pessoas, além de restrições impostas por alguns Estados à migração, podendo ser alocadas em abrigos superlotados, ficando expostas a todo tipo de abuso e exacerbadas privações, que lhes causam problemas físicos e psicológicos, prejudicando seu desenvolvimento saudável (UNICEF, 2017). As consequências do deslocamento desacompanhado marcam tais indivíduos, por vezes, para o resto de suas vidas, não sendo afastadas com o ingresso e acolhimento no país de destino, porquanto vivenciam em sua infância e adolescência, fase na qual encontram-se em pleno desenvolvimento, um processo de perdas e incerteza, das quais, muitas vezes, sequer são capazes de compreender tamanha complexidade (Ruas; Marques; Chagas, 2022).

O Comitê sobre os Direitos das Crianças (CRC), criado em virtude do Art. 43 da Convenção de 1989, editou, em junho de 2005, o Comentário Geral nº 6, o qual dispõe sobre o tratamento de crianças desacompanhadas ou separadas fora de seu país de origem. O objetivo do documento, como aponta Arce e Amaral (2021) é trazer à evidência a hipervulnerabilidade de crianças desacompanhadas e separadas, fixando-se, com base nas disposições da Convenção de 1989, parâmetros de proteção a esse grupo.

As crianças desacompanhadas são definidas pelo CRC, em seu Comentário Geral nº 6, como aquelas que foram separadas de seus pais e familiares e não se encontram sob os cuidados de nenhum adulto; enquanto que as crianças separadas estão acompanhadas por um adulto que não seja seus pais ou outro prestador de cuidados legais. O documento não só estabelece obrigações positivas de proteção e assistência às crianças separadas ou desacompanhadas e meios para evitar a separação, com vistas a assegurar-lhes todos os direitos garantidos pela Convenção de 1989; como fixa imposições de caráter negativo, para que os Estados se abstêm de medidas que violem tais direitos (CRC, 2005).

Os princípios norteadores da atuação estatal no acolhimento de crianças desacompanhadas e separadas, conforme o CRC (2005), são a não discriminação; o interesse superior da criança na busca de soluções a curto e longo prazo; o direito à vida, sobrevivência e desenvolvimento; a liberdade de expressão da criança; o respeito à não expulsão; e a confidencialidade. O procedimento previsto no Comentário inicia-se com a identificação da criança não acompanhada ou separada; após deve ser realizado registro das informações pessoais, bem como as relacionadas ao deslocamento e família, procedendo-se à emissão dos documentos pessoais e rastreios dos membros do núcleo familiar; posteriormente, prevê que o Estado receptor nomeie um tutor ou conselheiro, cujas atribuições somente cessarão com a maioridade da criança ou sua saída permanente do território. Ainda, devem ser dispensados cuidados e arranjos de alojamento, bem como acesso pleno à educação e proteção contra violações e privações (CRC, 2005).

Em 2022, cerca de 51,7 mil crianças desacompanhadas ou separadas apresentaram novos pedidos de asilo registrados pelo ACNUR (2023), apresentando um aumento de quase 90% em relação a 2021. No Brasil, conforme o UNICEF (2021), somente no ano de 2020, 1.577 crianças, desacompanhadas, separadas ou sem documentos cruzaram a fronteira da Venezuela e foram identificadas e apoiadas pelo órgão, sendo que, apenas nos três primeiros meses de 2021, o número alcançou a marca de 1.071 crianças.

O primeiro mecanismo específico de proteção integral às crianças refugiadas desacompanhadas ou separadas no Brasil, foi a Resolução conjunta nº 1 de 09 de

agosto de 2017, editada pelo CONANDA, CONARE, CNIg e pela DPU. Por meio da Resolução, foram estabelecidos procedimentos de identificação preliminar, atenção e proteção para criança e adolescente desacompanhados ou separados, em ponto de fronteira, considerando como desacompanhada a criança ou adolescente que ingressa em território nacional sem a companhia de nenhum adulto; sendo separados os acompanhados de pessoa adulta que não seja seu responsável legal, detentor do poder familiar (Brasil, 2017).

Para Ruas, Marques e Chagas (2022), o documento surge como um marco para os direitos da crianças e adolescentes refugiados, em especial porque, até sua edição, tais indivíduos não eram tratados como sujeitos singulares de no processo de recepção, ficando a margem de suas famílias e não como centro de interesses, acabando por ser “esquecidos” pelo poder público. A Resolução, no entanto, ainda não é adequada completamente; a primeira lacuna observada no instrumento normativo é a especificação, em seu Art. 1º, de que os procedimentos nela elencados serão aplicados tão somente à crianças e adolescentes que se encontram em ponto de fronteira. Isso porque, como aportam Arce e Amaral (2021, p. 126) “não se pode admitir que fiquem sem atendimento os indivíduos que, por qualquer motivo, passarem desse ponto, ingressando, assim, no Brasil, sem ter tido acesso aos procedimentos cabíveis para fins de regularização migratória”.

O Art. 9º da Resolução (Brasil, 2017), atribui à autoridade da fronteira o registro da ocorrência, a identificação bibliográfica preliminar e biométrica, proceder o registro de entrada no controle migratório e notificar ao Conselho Tutelar, ao Juízo e Promotoria da Infância e da Juventude, bem como à DPU, a qual foi atribuída a incumbência de proceder a entrevista inicial com a criança ou adolescente, indicando, por meio de formulário para análise de proteção, a medida adequada ao caso. A DPU, nesse contexto, desempenha dupla atribuição, porquanto, além de atuar como na garantia de assistência judiciária gratuita, nos processos administrativos e judiciais, atua na função de representante legal, na curadoria específica da criança ou do adolescente nos processos de regularização migratória. Todavia, as deficiências estruturais e orçamentárias do órgão, acabam por ser obstáculo para sua atuação, sobretudo, por não possuir unidades suficientes para o atendimento do público alvo do instrumento normativo (Arce; Amaral, 2021).

Outro ponto controvertido, é a ausência de previsão para o acompanhamento das crianças e adolescentes após seu ingresso no território nacional e reconhecimento do status de refugiado. Os procedimentos previstos na resolução limitam-se a indicações da DPU após a entrevista para com os sujeitos; contudo, não indica meios de assistência integrada a serem aplicados após a recepção inicial, tais como o acolhimento institucional, integração social dos menores, garantia de acesso aos

direitos individuais e sociais, bem como proteção contra violações, exploração e xenofobia (Lima; Santarém, 2020).

Embora não mencione sua atuação, a Resolução, em seu art. 8º, prevê a notificação do juízo e promotoria da infância e juventude e do Conselho Tutelar, o qual, nesse contexto, adquire papel fundamental no acolhimento de tais sujeitos, especialmente por ser o órgão responsável pelo atendimento de crianças e adolescentes cujos direitos forem ameaçados ou violados, em decorrência de ação ou omissão dos pais, do Estado, da sociedade, ou ainda em decorrência de suas próprias condutas, conforme previsão do art. 136, I, do ECA. Dessa maneira, a atuação da DPU, como bem mencionado em sua Nota técnica nº 3 - DPGU/SGAI DPGU/CTE PACARAIMA DPGU, volta-se a regularização migratória e à inclusão da criança ou adolescente no Sistema de Garantia de Direitos, de modo que, após os procedimentos iniciais, elencados pela Resolução conjunta nº 1/2017, tais sujeitos serão submetidos aos instrumentos gerais de proteção da criança e do adolescente.

A lacuna procedural observada na Resolução Conjunta nº 1/2017, pode ser suprida, dessa maneira, pelas disposições do Comentário Geral nº 6 do CRC, bem como pelos instrumentos normativos nacionais, em especial o ECA. Nessa conjuntura, o Conselho Tutelar é o órgão municipal, criado pelo ECA, detentor de poderes e atribuições legais para cumprimento e proteção dos direitos da criança e do adolescente, sendo o responsável pela defesa dos interesses dos refugiados desacompanhados e separados após a realização dos procedimentos iniciais pela DPU.

Dentre as medidas de proteção atribuídas ao Conselho Tutelar, incluem-se o encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; a orientação, apoio e acompanhamento temporários; inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; a requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; o acolhimento institucional e a inclusão em programa de acolhimento familiar.

Assim, a primeira providência do órgão consiste na tentativa de localização dos pais ou responsáveis legais pela criança ou adolescente, a fim de promover a reunião familiar; verificada a impossibilidade, ainda que temporária, de reintegração, o órgão pode, então, determinar o acolhimento institucional da criança ou adolescente, tratando-os, de maneira semelhante aos nacionais privados do convívio familiar (Pontes; Frias, 2018).

As ferramentas jurídicas de proteção existentes, exercem papel importante na construção de meios para garantia das condições dignas de vida às crianças e

adolescentes desacompanhados; todavia, como aponta Herrera Flores (2009, p. 18), “o direito não vai surgir, nem funcionar, por si só”, pois consiste em um meio, entre tantos outros, de assegurar o resultado de lutas e interesses sociais, de modo que incumbe ao poder público, e a sociedade, a adoção de outras medidas para dar efetividade aos direitos reconhecidos pela norma jurídica, isto é, por todos os instrumentos normativos atinentes ao indivíduos em questão.

O ACNUR, como forma de resposta às dificuldades enfrentadas pelos refugiados, propõe três soluções duráveis em seu Estatuto: o reassentamento e a repatriação voluntária e a integração local. As duas primeiras, nos casos de crianças e adolescentes desacompanhados ou separados, só seriam adequadas se destinadas à reunião familiar desses indivíduos, porquanto sua alocação a outro país sem previsão de convivência com pais ou responsáveis, os exporia a desnecessários riscos e vulnerabilidade. Desse modo, a integração local parece mostrar-se a solução durável mais adequada ao caso de refúgio infantil desacompanhado ou separado, destinando-se a inseri-los/ adaptá-los à comunidade receptora.

Vê-se que, embora devidamente inseridos no Sistema de Garantias, crianças e adolescentes refugiados desacompanhados, ainda enfrentam muitas barreiras na efetiva integração local, especialmente ante a ausência de políticas específicas a esse público. O acolhimento, após os procedimentos iniciais de regularização migratória, realizados pela DPU, segue as regras gerais de tratamento de crianças e adolescentes nacionais privados da convivência familiar; sem, no entanto, haver previsão específica de ações voltadas à integração local.

Santos (2015), salienta que as políticas públicas de integração local de refugiados no Brasil, no entanto, são voltadas preponderantemente ao público adulto, especialmente por políticas de moradia, inserção universitária e no mercado de trabalho. À exemplo disso, tem-se a isenção do pagamento de taxas no processo de revalidação de diploma obtido no exterior que a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) concede a refugiados, solicitantes de refúgio e portadores de visto humanitário (UFMS, 2022); bem como estratégias de interiorização na modalidade de vaga sinalizada de emprego utilizadas pela operação acolhida, para inserir os adultos venezuelanos no mercado de trabalho.

Não há que se olvidar, todavia, que existem ações pontuais destinadas ao público infantil; a apuração realizada pelo ACNUR (2022) no Relatório Cidades Solidárias, mapeou três ações destinadas à inserção e permanência escolar dos estudantes refugiados e migrantes, como a adotada pelo município de Boa Vista, no estado de Roraima, no qual as crianças venezuelanas passam por avaliação a fim de que sejam inseridos na série equivalente. A atuação da sociedade civil organizada também é considerável, no município de Dourados, estado de Mato

Grosso do Sul, por exemplo, a associação de Venezuelanos, em parceria com a Cátedra Sérgio Vieira de Melo, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), desenvolvem um projeto de extensão para reforço escolar de crianças venezuelanas, no período contra turno.

As políticas e práticas para integração local de crianças e adolescentes refugiados têm sido, portanto, voltadas ao direito à educação, mormente por ações de inclusão e fortalecimento escolar. Entretanto, em sua maioria, dependem da efetiva atuação dos pais ou responsáveis, não contemplando expressamente aqueles que ingressaram desacompanhados no território nacional, em especial aqueles encaimados ao acolhimento institucional. Os mecanismos de proteção a crianças e adolescentes refugiados que ingressam ao território nacional desacompanhados ou separados, nesse contexto, ainda não lhes garantem a proteção integral, por quanto, embora estejam amparados juridicamente, o processo de acolhimento ainda encontra limitações legislativas e estruturais, de modo a não satisfazer todas as necessidades do público infantil adolescente, o qual, por sua condição de sujeito em desenvolvimento necessita de atenção especial.

## Considerações finais

Crianças e adolescentes refugiados encontram-se em situação de dupla vulnerabilidade: a primeira em decorrência de sua menoridade (vulnerabilidade inerente) e a outra, em razão da situação de refúgio (vulnerabilidade situacional); esse contexto é agravado quando esses indivíduos ingressam no país destino separados ou desacompanhados, não podendo contar com a assistência de pessoa adulta de seu núcleo familiar.

A Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, principal instrumento normativo do regime internacional de proteção aos refugiados, não faz menção direta ao refúgio de crianças desacompanhadas ou separadas. Todavia, a Comissão sobre os Direitos da Criança, reconhecendo a situação hipervulnerável de tais sujeitos, bem como em razão do aumento dos casos de crianças desacompanhadas ou separadas, fora de seu país de origem, editou o Comentário Geral nº 6, em junho de 2005, cujos objetivos voltam-se à garantia dos direitos proclamados pela Convenção de 1989, às crianças desacompanhadas ou separadas.

No Brasil os instrumentos normativos de proteção existentes, bem como a atuação estatal na garantia da proteção integral de tais sujeitos não possuem legislação específica à proteção de refugiados infanto-juvenis. Entretanto, diante da necessidade de mitigar a hipervulnerabilidade ocasionada pelo refúgio desacompanhado, foi editada a Resolução Conjunta nº 01 de 2017 do CONANDA,

CONARE, CNIg e DPU, por meio da qual foram estabelecidos os procedimentos a serem adotados para acolhimentos dos menores que ingressam no país sem a companhia de um responsável legal.

A Resolução define os procedimentos para a identificação e recepção dos menores desacompanhados no Brasil; contudo, não lhes assegura o devido acolhimento, isto é, os meios para dar efetividade aos direitos reconhecidos pelos instrumentos normativos de proteção à criança e ao adolescente, de modo a proporcionar-lhes as condições para viver com dignidade, sendo verdadeiramente integrados socialmente. Nesse contexto, a ação da DPU para regularização migratória, volta-se à inserção desses indivíduos no Sistema de Garantias, a fim de lhes assegurar o mesmo tratamento dado aos nacionais privados do convívio familiar.

O acolhimento, nessa análise, deve ser realizado pelo Conselho Tutelar, o qual realiza tentativas de localização da família da criança ou adolescente, a fim de garantir-lhe a reintegração ao convívio, ou ainda, na impossibilidade dessa hipótese, procede com o encaminhamento ao acolhimento institucional. O processo, no entanto, ainda apresenta problemas, sobretudo em razão das deficiências estruturais do Estado, tal como a falta de unidades da DPU para atendimento a todos os que necessitam, aliada a inexistência de previsão legal e ações específicas à sua integração local.

Vê-se que a proteção integral, no que tange aos interesses das crianças e adolescentes desacompanhados ou separados que ingressam ao território nacional, não é garantida por completo. Isso porque, embora resguardada pelos instrumentos normativos de proteção à criança e ao adolescente, não são suficientemente adequados à integração local de tais sujeitos, dada sua condição de hipervulneráveis, os quais necessitam de atenção especial. Destarte, a proteção integral da criança refugiada desacompanhada, no Brasil, configura-se como abstração jurídica proclamada pelo texto constitucional, cuja aplicação ainda encontra obstáculos de ordem prática, estrutural e legislativa.

## Agradecimentos

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos (PPGFDH) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e à Cátedra Sérgio Vieira de Mello-UFGD, pelo suporte na realização da pesquisa; e à Association for Borderlands Studies (ABS) pelo auxílio financeiro ofertado para apresentação do presente artigo no VIII Seminário de Estudos Fronteiriços.

## Referências

- ACNUR. **A situação dos refugiados no mundo**: cinquenta anos de ação humanitária. Lisboa, 2000. Disponível em: <http://www.cidadevirtual.pt/acnur/sowr2000/index.html>. Acesso em 08. jan. 2022.
- ACNUR. **Global trends forced displacement in 2022**. Statistics and Demographics SectionGlobal Data Service UNHCRUN City, Marmorvej 512100 Copenhagen, Denmark. 2023. Disponível em: <https://www.unhcr.org/global-trends-report-2022>. Acesso em: 27. jun. 2023.
- ACNUR. **I Relatório cidades solidárias Brasil**: proteção e integração de pessoas refugiadas no plano local. Brasília, DF: Agência da ONU para Refugiados - ACNUR, 2022.
- AMIN, Andréa Rodrigues. Doutrina da proteção integral. In: MACIEL, Kátia. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**: aspectos teóricos e práticos. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010a.
- AMIN, Andréa Rodrigues. Princípios Orientadores do Direito da Criança e do Adolescente. In: MACIEL, Kátia. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**: aspectos teóricos e práticos. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010b.
- ARCE, Andressa Santana; AMARAL, Ana Paula Martins. Crianças e adolescentes separados ou desacompanhados: uma análise sobre a Resolução Conjunta n. 1/2017 à luz do direito internacional. **Revista Thesis Juris**, v. 10, n. 1, p. 115-132, 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, Senado, 1988.
- BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos das Criança, Comitê Nacional para Refugiados, Conselho Nacional de Imigração e Defensoria Pública da União. Resolução n. 1 de 9 de agosto de 2017. **Estabelece procedimentos de identificação preliminar, atenção e proteção para criança e adolescente desacompanhados ou separados, e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da União, 2017. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TzC2Mb/content/id/19245715/do1-2017-08-18-resolucao-conjunta-n-1-de-9-de-agosto-de-2017-19245542](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TzC2Mb/content/id/19245715/do1-2017-08-18-resolucao-conjunta-n-1-de-9-de-agosto-de-2017-19245542). Acesso em: 25 jun. 2022.
- BRASIL. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. **Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança**. Brasília, DF: Presidência da República, 1990a.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 1990b.
- BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. **Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 1997.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da criança e do adolescente. Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006. **Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente**. 2006.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos Direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 7ª tiragem. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- COMMITTEE ON THE RIGHTS OF THE CHILD (CRC). **General Comment n. 6**. [Geneva]: CRC, 2005. Disponível em: <https://www2.ohchr.org/english/bodies/crc/docs/GC6.pdf> . Acesso em 28. Jun. 2022.
- DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. **Nota técnica nº 3 - DPGU/SGAI DPGU/CTE Pacaraima DPGU, em 31 de janeiro de 2022**. Nota técnica sobre a Resolução Conjunta CONANDA/CONARE/CNIG/DPU nº 01, de 09 de agosto de 2017. Brasília, DF. 2022.

INTERNATIONAL DATA ALLIANCE FOR CHILDREN ON THE MOVE (IDAC). **Improving data, upholding rights:** A partnership to protect migrant and displaced children. Annual report of the International Data Alliance for Children on the Move. January, 2023.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos.** Tradução Carlos Roberto Diogo Garcia. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos:** uma história. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LIMA, Carolina Alves de Souza; SANTARÉM, Vivian Netto Machado. Hipervulnerabilidade de Crianças Venezuelanas Refugiadas Desacompanhadas ou Separadas. **Libertas: Revista de Pesquisa em Direito**, v. 6, n. 1, 2020.

MARQUES, Heitor Romero *et al.* **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico.** 4. ed. Campo Grande: UCDB, 2014.

MUÑOS, Alejandro Anaya. Regimes internacionais de direitos humanos: uma matriz para a sua análise e classificação. **Revista SUR**, v.14, n.25, p. 171-188, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos da Criança.** Editada pela assembleia geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> . Acesso em 22. Jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Editada pela assembleia geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, por meio de resolução nº 217 AIII. Estabelece os direitos básicos dos seres humanos. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> . Acesso em: 22. Jun. 2022.

PIOVESAN, Flávia. PIROTTA, Wilson Ricardo Buquetti. Os Direitos Humanos das crianças e dos adolescentes no direito internacional e no direito interno. In: PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos.** 6ª Edição. Editora: Saraiva, 2016.

PONTES, Fernando de Oliveira; FRIAS, Juliana Correia. A guarda das crianças solicitantes de refúgio desacompanhadas ou separadas no Brasil. **Revista de Direito da Unigranrio**, v. 8, n. 2, 2018.

RAMIDOFF, Mário Luiz. **Direito da Criança e do Adolescente: Por Uma Propedéutica Jurídico-Protetiva Transdisciplinar.** 2007. 432p. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Curitiba, PR, 2007.

RUAS, Ana Carolina Teixeira Oliveira; MARQUES, Pedro Henrique Ruas Abreu Areal; CHAGAS, Ana Luiza Bezerra. “Sozinhos no mundo”: uma análise da dupla vulnerabilidade de crianças e adolescentes separados ou desacompanhados em situação de refúgio no Brasil. **Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo entre as ciências**, v. 11, n. 01, p. 183-198, 2022.

SANTOS, Isabelle Dias Carneiro. As políticas públicas de proteção e inclusão das crianças refugiadas no Brasil. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, p. 88-107, 2015.

SANTOS, Isabelle Dias Carneiro. **A proteção das crianças e adolescentes refugiados no Brasil:** a necessidade de políticas públicas de integração. 2018. 279 p. Tese (Doutorado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

SILVA, Cesar Augusto S. da; RODRIGUES, Viviane Mozine. Refugiados: os Regimes Internacionais de Direitos Humanos e a Situação Brasileira. In: SILVA, Cesar Augusto S. da (Org). **Direitos Humanos e Refugiados.** 1. ed. Dourados: Editora UFGD, 2012. p. 123-143.

SIX-HOHENBALKEN, Maria; KOHLBACHER, Josef. “Vulnerability in Contexts of Flight” - A critical analysis of multiple aspects of vulnerability among refugees. In: SCHIOCCHE, Leonardo; NÖLLE-KARIMI, Christine (Eds.) **Forced Migration Studies: Current Interventions (2020-2022).** Vienna: ROR-n and the ÖAW, 2021.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). **A child is a child:** Protecting children on the move from violence, abuse and exploitation. Maio. 2017. Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/child-child-protecting-children-move-violence-abuse-exploitation/>. Acesso em: 01. jul. 2022.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). Dados do UNICEF: monitoramento da situação de crianças e mulheres. Armazém de dados: **Indicadores intersetoriais**. 2023a. Disponível em: [https://data.unicef.org/resources/data\\_explorer/unicef\\_f/?ag=UNICEF&df=GLOBAL\\_DATAFLOW&ver=1.0&dq=BRA.DM\\_POP\\_U18..&startPeriod=2012&endPeriod=2022](https://data.unicef.org/resources/data_explorer/unicef_f/?ag=UNICEF&df=GLOBAL_DATAFLOW&ver=1.0&dq=BRA.DM_POP_U18..&startPeriod=2012&endPeriod=2022). Acesso em: 25. jun. 2023.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). Dados do UNICEF: monitoramento da situação de crianças e mulheres. **Deslocamento infantil. Junho 2023b.** Disponível em <https://data.unicef.org/topic/child-migration-and-displacement/displacement/>. Acesso em: 24. Jun. 2023.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). Dados do UNICEF: monitoramento da situação de crianças e mulheres. **International Data Alliance for Children on the Move (IDAC).** Maio. 2022a. Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/international-data-alliance-for-children-on-the-move/>. Acesso em: 24. Jun. 2023.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). Dois milhões de crianças e adolescentes refugiados fugiram da guerra na Ucrânia em busca de segurança além das fronteiras. **Unicef Brasil.** Março. 2022b. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-refugiados-fugiram-da-guerra-na-ucrania>. Acesso em: 30 jun.2023.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). UNICEF acolhe crianças e adolescentes desacompanhadas na fronteira entre Brasil e Venezuela. **Nações Unidas Brasil**, 01 jun. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/129414-unicef-acolhe-criancas-e-adolescentes-desacompanhadas-na-fronteira-entre-venezuela-e-brasil#:~:text=Aumento%20preocupante%20%2D%20Durante%20o%20ano,a%20tutela%20de%20um%20adulto>. Acesso em: 28 jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. Resolução COUN/UFMS nº 240, de 28 de dezembro de 2022. Campo Grande: UFMS, 2022.

# DIRETRIZES DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO ARRANJO TRANSFRONTEIRIÇO CORUMBÁ E LADÁRIO (BRASIL); PUERTO QUIJARRO (BOLÍVIA)

## Guidelines for Environmental Licensing in the Cross-Border Arrangement Corumbá and Ladário (Brazil); Puerto Quijarro (Bolivia)

DOI 10.55028/geop.v18i35

Cristina de Arruda Ferreira Fleming\*  
Luciana Escalante Pereira\*\*

**Resumo:** A área de estudo do trabalho é o arranjo transfronteiriço formado pelas cidades de Corumbá e Ladário, no Brasil, e Puerto Quijarro, na Bolívia com objetivo de apresentar as legislações ambientais e os procedimentos administrativos do licenciamento ambiental, relacionados à operação de atividades potencialmente poluidoras. Ambos os países possuem hierarquia entre as autoridades ambientais quanto a competência do licenciamento pelas características da atividade. Porém, no Brasil há um movimento para a descentralização do processo de licenciamento ambiental, fortalecendo o poder local. Verifica-se que Corumbá possui maior controle sobre atividades de impacto local por possuir legislação municipal própria de licenciamento ambiental.

**Palavras-chave:** Normas ambientais, Fronteira, Impacto ambiental.

**Abstract:** The study area of the work is the cross-border arrangement formed by the cities of Corumbá and Ladário, in Brazil, and Puerto Quijarro, in Bolivia with the objective of presenting environmental legislation and administrative procedures for environmental licensing, related to the operation of potentially polluting activities. Both countries have a hierarchy among environmental authorities regarding licensing competence based on the characteristics of the

### Introdução

O arranjo transfronteiriço formado pelas cidades de Corumbá e Ladário, no Brasil, e Puerto Quijarro, na Bolívia, comporta a operação de muitas atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais com alto potencial poluidor. Conforme classificação disposta na Política Nacional de Meio Ambiente, atividades com alto potencial poluidor são aquelas relacionadas com a extração mineral; com a indústria metalúrgica; com os modais de transporte de escoamento de materiais e produtos perigosos; com o comércio de combustíveis, derivados de petróleo e produtos químicos e produtos perigosos; com os portos e aeroportos e terminais de minério (Brasil, 1981).

É de conhecimento que as atividades econômicas podem gerar impactos

\* Engenheira Ambiental, Mestranda no programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços do CPAN-UFMS, UFMS, cristina.afleming@gmail.com.

\*\* Docente no programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços do CPAN-UFMS. Doutora em Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos pela UFMS. E-mail: escalante.pereira@ufms.br.

activity. However, in Brazil there is a movement towards decentralization of the environmental licensing process, strengthening local power. It appears that Corumbá has greater control over activities with local impact as it has its own municipal environmental licensing legislation.

**Keywords:** Environmental standards, Border, Environmental impact.

ambientais, relacionados aos aspectos de cada uma, com efeitos negativos nos recursos naturais. A maior parte dos setores de atividades econômicas está sujeita ao licenciamento ambiental (Farias, 2014). O licenciamento ambiental é um dos mais importantes instrumentos de controle ambiental que pode contribuir para a proteção e conservação do meio ambiente e, ainda, para a garantia da qualidade de vida dos cidadãos.

Diante disso, o estudo dos procedimentos administrativos de licenciamento ambiental para as atividades de alto potencial poluidor aplicados no arranjo transfronteiriço Brasil-Bolívia, pode, além de compilar a base legal e os requisitos ambientais exigidos no processo, possibilitar a elaboração de políticas públicas ambientais integradas de controle para o desenvolvimento sustentável da região. Pode-se dizer que somados todos os licenciamentos ambientais os resultados benéficos em prol do ecossistema regional podem ser multiplicados (D'Estefano; Struchel; Barbosa, 2019).

Assim, o objetivo dessa pesquisa foi o de apresentar as legislações ambientais vigentes e os procedimentos administrativos públicos, no âmbito do licenciamento ambiental, relacionados à operação de atividades potencialmente poluidoras na área de estudo.

## Metodologia

A área de estudo do trabalho é o arranjo transfronteiriço formado pelas cidades de Corumbá e Ladário, no Brasil, e Puerto Quijarro, na Bolívia. Corumbá e Ladário formam uma grande mancha de ocupação contínua, visto que Ladário se encontra conurbado a Corumbá. Assim como, o município de Puerto Quijarro também se localiza conurbado a essa mancha. Verificam-se serviços e atividades ao longo da rodovia, caracterizando, portanto, o arranjo transfronteiriço que agrupa povoados e potencialidades, com riquezas ambientais, culturais e minerais (Pêgo *et al.*, 2018).

O procedimento técnico adotado foi a pesquisa bibliográfica e documental, visto que buscou-se identificar e levantar todo o procedimento de licenciamento ambiental público e a legislação ambiental pertinente junto aos órgãos competentes, além da revisão de conceitos relacionados à matéria objeto do estudo. De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida baseado em material já existente, sendo a maior parte dos trabalhos exploratórios podendo ser estipulados como pesquisas bibliográficas. A pesquisa documental é aquela que a fonte de coleta está restrita a documentos, escritos ou não, compondo as fontes primárias (Lakatos; Marconi, 2003). A fonte dos documentos foram os arquivos públicos nacionais, estaduais e municipais.

Quanto ao recorte temporal tratou-se de um estudo transversal, uma vez que foi realizado o levantamento da legislação ambiental e dos procedimentos atuais do licenciamento ambiental público vigentes no momento da pesquisa.

## Aspectos Gerais do Licenciamento Ambiental no Brasil

O marco legal nacional que estabeleceu instrumentos que visam a prevenção e o controle ambiental foi a publicação da Lei Federal nº 6.938/1981, que trata da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e institui o licenciamento e a avaliação de impacto ambiental (art. 9º, incisos III e IV). De acordo com a lei, ficou instituído que o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) é o órgão consultivo e deliberativo, possuindo algumas competências quanto ao licenciamento ambiental, destacando-se as questões normativas.

Assim, após cinco anos da Lei Federal, foi promulgada a Resolução Conama nº 001, de 23 de janeiro de 1986, estabelecendo as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental, vinculando, assim, o emprego da AIA no licenciamento ambiental (Carmo; Silva, 2013).

Em relação a aplicabilidade da AIA, a Resolução Conama nº 001/1986 prevê as atividades passíveis da elaboração dos estudos de impacto ambiental a serem submetidos para aprovação em licenciamento ambiental, sendo atualmente listadas 18 atividades. Com o aprimoramento das legislações foi redigida a Resolução Conama nº 237/1997, um documento direcionador que define o processo de licenciamento ambiental em nível nacional (D'Estefano; Struchel; Barbosa, 2019). Conforme o artigo 1º, inciso I, da resolução supracitada:

**I - Licenciamento Ambiental:** procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso (CONAMA, 1997).

Tal resolução também determinou a composição do Licenciamento Ambiental brasileiro, sendo três licenças (modelo trifásico) a depender da fase da atividade/empreendimento, e o respectivo prazo de validade de cada uma, sendo: Licença Prévia (LP) – máximo de cinco anos; Licença de Instalação (LI) – máximo de seis anos; Licença de Operação (LO) – mínimo de quatro anos e máximo de 10 anos (Brasil, 1997).

Na esfera da União, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama é que possui atribuições de executar as ações relativas ao licenciamento ambiental federal (BRASIL, 2016). Os estudos ambientais compreendidos no licenciamento ambiental, a depender da fase e do potencial poluidor da atividade, pelo Ibama são: Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (Rima); Relatório Ambiental Simplificado (RAS); Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais (RDPA); Relatório de Controle Ambiental (RCA); Projeto Básico Ambiental (PBA); Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (Prad); Plano de Controle Ambiental (PCA); Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (Pacuera) e Relatório de Desempenho Ambiental do Empreendimento.

Verifica-se, que a PNMA, em suas alterações de 27 de dezembro de 2000, institui o potencial de poluição em pequeno, médio e alto das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais a nível federal. É de conhecimento que as atividades que não ameaçam o direito fundamental ao meio ambiente equilibrado não têm motivo para se sujeitarem ao licenciamento ambiental.

Com o advento da Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, a qual determina a competência de cada ente federado junto ao licenciamento

ambiental, homologando os termos do artigo 23 da Constituição Federal, foram ratificadas e reguladas em forma constitucional, as normas já previstas na Resolução Conama nº 237/1997 quanto às atribuições dos entes federados.

Devido às lacunas no rol de empreendimentos, obras e atividades isentas de licenciamento ambiental pelos órgãos superiores, mas que causavam impactos ambientais locais, alguns municípios iniciaram, por conta própria, o processo de licenciamento ambiental das atividades que pelas particularidades territoriais e econômicas havia a necessidade de regularização (D'Estefano; Struchel; Barbosa, 2019). Além disso, a falta de celeridade nos processos de licenciamento ambientais causada pela deficiência de conhecimento das peculiaridades das questões municipais também contribuiu para a municipalização do licenciamento ambiental (D'Estefano; Struchel; Barbosa, 2019).

Para tanto, alguns estados firmavam convênios e termos de cooperação com os municípios interessados mesmo antes da Lei Complementar nº 140/2011. Foi a lei que consolidou o movimento de municipalização do licenciamento ambiental, sendo facultado ao município a definição de regras específicas quanto ao rito que será seguido como: forma de protocolização do requerimento, check list de documentação necessária, prazo de análise e taxas a serem cobradas (D'Estefano; Struchel; Barbosa, 2019). Assim, cabe também aos órgãos municipais a definição das atividades de impacto local isentas ou não de licenciamento.

Apesar da descentralização ou municipalização do licenciamento ambiental ser uma tendência, há a necessidade de investimentos na estruturação da gestão ambiental local com o intuito do controle ambiental, realizado por meio do licenciamento e da fiscalização, de maneira a atender todas as demandas inerentes (Struchel, 2016).

## Licenciamento Ambiental em Mato Grosso do Sul - Brasil

A primeira normativa do estado de Mato Grosso do Sul quanto ao licenciamento ambiental estadual foi a Lei nº 2.257, de 09 de julho de 2001, dispondo quanto as diretrizes do licenciamento e prazos para a emissão de Licenças e Autorizações Ambientais. A Resolução conjunta Sema-Imap nº 04, de 13 de maio de 2004, regulamentou o licenciamento ambiental com a publicação do Manual. Após isso, houve as alterações pela Resolução Semade nº 09, de 13 de maio de 2015, vigente atualmente.

No estado, o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – Imasul foi criado pela Lei nº 3.345, de 22 de dezembro de 2006, e atualmente regido pelo Decreto nº 16.228/2023, sendo previsto que dentre as competências das unida-

des de gestão e de execução operacional consta a função de dirigir e orientar o gerenciamento do licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades efetivas ou potencialmente poluidoras industriais e não industriais (Mato Grosso do Sul, 2023).

A Resolução nº 09/2015 dispõe que o licenciamento ambiental será efetivado mediante Autorizações Ambientais e Licenças Ambientais possuindo as seguintes definições: Autorização Ambiental (AA), Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI), Licença de Operação (LO) e Licença de Instalação e Operação (LIO).

A resolução estadual define, em seu artigo 5º, que as atividades devem ser enquadradas nas seguintes categorias: Categoria I - pequeno impacto ambiental, Categoria II - médio impacto ambiental, Categoria III - grande impacto ambiental, Categoria IV - significativo impacto ambiental. O artigo 6º, por sua vez, trata dos estudos ambientais elementares para conforme cada categoria, sendo: Comunicado de Atividade (CA) - Categoria I quando menos impactante; Proposta Técnica Ambiental (PTA) - Categoria I; Relatório Ambiental Simplificado (RAS) - Categoria II; Estudo Ambiental Preliminar (EAP) e Relatório de Controle Ambiental (RCA) - Categoria III; Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), acompanhado de Estudo de Análise de Risco - Categoria IV. As atividades delegadas ao estado foram definidas a partir do critério da competência licenciatória residual, ou seja, as que não são atribuição da União e nem dos municípios (IMASUL, 2014).

Diferentemente do licenciamento federal, a resolução estadual prevê um total de 489 (quatrocentos e oitenta e nove) tipos de enquadramentos de atividades conforme o porte, a capacidade, o volume, a área útil ou a área construída.

O estado de Mato Grosso do Sul publicou o Decreto nº 10.600, de 19 de dezembro de 2001, baseado nos artigos 4º e 5º da Resolução Conama 237/97, que firma os requisitos básicos legais que os municípios interessados em estabelecer o Termo de Cooperação Técnica - TCT de concessão do licenciamento ambiental devem atender. Entre os quais, destacam-se: Política Municipal de Meio Ambiente instituída por lei; órgão colegiado de instância deliberativa, com participação da sociedade civil em pleno funcionamento; órgão técnico-administrativo da estrutura do Poder Executivo Municipal com quadro de profissionais legalmente habilitados e com atribuições específicas ou compartilhadas na área do licenciamento ambiental; instrumento legal que institui sistema de fiscalização ambiental estabelecido que preveja multas pelo descumprimento de obrigações de natureza ambiental.

Assim, caso a atividade que o empreendedor deseja realizar não esteja elencada na legislação estadual e o município onde se localiza a atividade estiver de-

vidamente habilitado a realizar o licenciamento, o empreendedor deve realizar o procedimento no município. No estado de Mato Grosso do Sul, dos 79 (setenta e nove) municípios existentes, apenas 18 (dezoito) estão aptos a licenciar atividades de impacto local (IMASUL).

## Licenciamento Ambiental em Corumbá – Brasil

O município de Corumbá licencia atividades de impacto local desde o ano de 2001, com a promulgação da Lei Municipal nº 1665/2001, que instituiu o Sistema Municipal de Licenciamento e Controle Ambiental - SILAM. Atualmente, o licenciamento ambiental é executado pela Fundação de Meio Ambiente do Pantanal, constituída como pessoa jurídica de direito público, vinculada à Secretaria Municipal de Governo, e que compete a proposição de normas sobre controle, fiscalização e licenciamento de atividades que têm impacto sobre o meio ambiente e seu disciplinamento, no que tange à proteção, conservação, preservação e recuperação e melhoria do meio ambiente (Município de Corumbá).

A lei municipal supracitada é regulamentada pelo Decreto Municipal nº 150/2001. Além de toda a definição quanto aos instrumentos da referida Lei, estão fixados, no Anexo I do decreto, os empreendimentos e atividades sujeitos ao licenciamento ambiental municipal e a classificação do potencial poluidor. Verifica-se que a listagem de atividades é similar ao do Anexo 1 prevista na Resolução Conama nº 237/1997 com o acréscimo de outras tipologias, sem que houvesse atualização, até o momento, compatibilizando com as tipologias de atividades do estado.

As modalidades de licenças emitidas nos municípios são: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). O artigo 12 ainda traz em sua redação a modalidade da Licença Ambiental Simplificada (LAS) sendo adotada quanto a dispensa do Plano de Controle Ambiental – PCA possa ser tecnicamente fundamentada e atendendo aos critérios firmados no referido artigo. Os prazos de validade estabelecidos para cada modalidade de licença também seguem o determinado na Resolução Conama nº 237/1997, exceto a modalidade de LAS em que a validade máxima é de cinco anos.

Conforme o decreto, os estudos que podem ser solicitados no licenciamento ambiental são: Estudo de Impacto Ambiental - EIA, Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, Estudo Ambiental Preliminar - EAP, Relatório Ambiental Simplificado - RAS, Plano de Controle Ambiental - PCA, Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD, Projeto de Monitoramento Ambiental - PMA e Estudo de Risco - ER. A definição da modalidade do estudo a ser exigido ocorre mediante consulta ao órgão ambiental informando as principais características do empreendimento

da atividade, bem como a localização pretendida. Porém, tem-se no artigo 7º que o requisito básico necessário à análise para a emissão de Licença de Instalação é a entrega do Plano de Controle Ambiental - PCA.

Quanto ao potencial poluidor o decreto classifica em alto (a), médio (m) e pequeno (p) potencial poluidor. Contudo, foi verificado que outro diploma legal municipal também consta o nível de risco e o potencial poluidor degradador das atividades sendo a Lei Municipal Complementar nº 100/2006, Anexo XIV, que dispõe sobre o sistema tributário municipal e as normas gerais de direito tributário aplicáveis ao município.

A lei e o decreto quanto ao licenciamento ambiental municipal datam do ano de 2001, porém o primeiro Termo de Cooperação Técnica com o Imasul foi o nº 005 de 16 de outubro de 2003, com vigência de 2 (dois) anos. Com as renovações dos termos, atualmente, tem-se o Termo de Cooperação Técnica nº 005/2020, com vigência de 4 (quatro) anos, delegando competências quanto ao controle de atividades poluidoras. As atividades objeto do licenciamento ambiental do município de Corumbá, portanto, são as formalizadas no Anexo Único do TCT e estão descritas, conforme a tipologia e categoria, de acordo com a Resolução Semade nº 9/2015.

As demais atividades licenciadas pelo município, porém não listadas no TCT são aquelas isentas de licenciamento ambiental pelo Estado, pelo entendimento do impacto ser local, ficando a critério do município e de acordo com sua normativa legal considerar essas atividades como passíveis de licenciamento ambiental ou não. Portanto, observa-se que apesar das atividades listadas no Anexo I do decreto municipal, Corumbá apenas licencia aquelas delegadas e as consideradas isentas pelo Imasul.

## Licenciamento Ambiental em Ladário – Brasil

O município de Ladário possui instituída a Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – FMAD, criada pela Lei nº 898, de 12 de dezembro de 2012 e regida pelo Decreto nº 2.267, de 07 de maio de 2013. Entre as competências da FMAD constam a proposição e a elaboração de normas sobre controle, fiscalização e licenciamento de atividades que têm impacto sobre o meio ambiente, assim como, o controle, a fiscalização e o monitoramento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras.

Apesar disso, o município de Ladário não possui Termo de Cooperação Técnica celebrado com o Imasul, não estando habilitado para realizar o licenciamento ambiental, e nem possui instrumentos legais específicos para a fiscalização e controle ambiental. Portanto, a legislação direcionadora para os empreendimentos

e atividades efetiva e/ou potencialmente poluidora desenvolvidas no município é a Resolução Semade n° 09/2015, devendo o processo ser realizado pelo órgão ambiental estadual, o qual atua em caráter supletivo.

## Aspectos Gerais do Licenciamento Ambiental na Bolívia

A principal Lei que regula a ação do homem com relação a natureza a fim de promover o desenvolvimento sustentável e a proteção e conservação do meio ambiente e recursos naturais é a Lei n° 1.333, de 27 de abril de 1992 (Bolívia, 1992). Um dos instrumentos básicos, previstos na Lei, do planejamento ambiental são os Estudos de Avaliação de Impacto Ambiental e os meios de avaliação, controle e monitoramento da qualidade ambiental (Bolívia, 1992).

Ainda, de acordo com a referida Lei, entende-se por Avaliação de Impactos Ambientais (Evaluación de Impacto Ambiental – EIA) o conjunto dos procedimentos administrativos, estudos e sistemas técnicos que permitem estimar os efeitos que a execução de uma determinada obra, atividade ou projeto pode causar sobre o meio ambiente (Bolívia, 1992). Assim, todas as atividades públicas ou privadas devem obrigatoriamente ter a identificação de categoria da Avaliação de Impacto Ambiental, devendo ser realizada de acordo com os seguintes níveis 1, 2, 3 e 4 (Bolívia, 1992).

Conforme o Decreto Supremo n° 3856/2019, a identificação do nível de Categorização da Avaliação de Impacto Ambiental será de acordo com o seguinte:

Art. 17 –

**Nível de Categoria 1:** Estudo de Avaliação de Impacto Ambiental Analítico Integral. Nível que pelo grau de efeitos no ecossistema, deverá incluir nos seus estudos a análise detalhada e a avaliação de todos os fatores do sistema ambiental: físico, biológico, socioeconômico, cultural, jurídico-institucional, para cada uma das suas respectivas componentes ambientais, sendo concedida uma Declaração de Impacto Ambiental - DIA, prévia apresentação e aprovação do Estudo de Avaliação de Impacto ambiental - EEIA. Conforme o Anexo "B" e "E", adjuntos ao presente Decreto Supremo.

**Nível de Categoria 2:** Estudo de Avaliação de Impacto Ambiental Analítico Específico. Nível que pelo grau de incidência dos efeitos em alguns atributos do ecossistema considera nos seus estudos a análise detalhada e a avaliação de um ou mais dos fatores do sistema ambiental: físico, biológico, socioeconômico, cultural, jurídico-institucional; assim como a análise geral do resto dos fatores do sistema, sendo concedida uma Declaração de Impacto Ambiental - DIA, prévia apresentação e aprovação do Estudo de Avaliação de Impacto ambiental - EEIA. Conforme o Anexo "B" e "E", adjuntos ao presente Decreto Supremo.

**Nível de Categoria 3:** Programa de Prevenção e Mitigação – Plano de Execução e Monitoramento Ambiental. Nível que pelas características já estudadas e conhecidas de Ati-

vidades, Obras e Projetos, permita definir ações precisas para evitar ou mitigar efeitos adversos. Será emitido um Certificado de Dispensa, prévia apresentação e aprovação do Programa de Prevenção e Mitigação – Plano de Execução e Monitoramento Ambiental – PPM-PASA. Conforme o Anexo “C-1”, adjunto ao presente Decreto Supremo.

**Nível de Categoria 4:** Não requerem de Estudo de Avaliação de Impacto Ambiental e nem de Programa de Prevenção e Mitigação – Plano de Execução e Monitoramento Ambiental. Conforme o Anexo “A”. As Atividades, Obras e Projetos, identificados neste nível que se encontrem dentro de uma Área Protegida, devem comunicar o início das atividades a Autoridade Ambiental Competente respectiva, anexando o Certificado de Compatibilidade de Uso emitido pelo SERNAP (Bolívia, 2019, tradução nossa).

Para efeitos legais e administrativos possuem caráter de licença ambiental a Declaração de Impacto Ambiental (DIA), o Certificado de Dispensa de Estudo de Avaliação de Impacto Ambiental (CD) e a Declaração de Adequação Ambiental (DAA) (Bolívia, 1995). As licenças possuem prazo de 10 (dez) anos.

A Declaração de Adequação Ambiental (Declaratoria de Adecuación Ambiental (DAA) é o documento emitido pela Autoridade Ambiental Competente que aprova o prosseguimento de um projeto ou obra que esteja em fase de operação ou descomissionamento. O documento é específico para adequação das atividades que já estavam em funcionamento quando da promulgação dos regulamentos ambientais (Bolívia, 1995).

O Regulamento de Prevenção e Controle Ambiental (RPCA) regulamenta a Lei de Meio Ambiente, especificamente, ao que se refere a Avaliação do Impacto Ambiental e Controle da Qualidade Ambiental (Bolívia, 1995). As competências e atribuições quanto a análise se dão da forma descrita no regulamento.

A listagem das atividades passíveis de licenciamento ambiental com a devida categorização encontra-se disposta nos seguintes dispositivos: a) Resolução Administrativa nº 024/2018, que contém a listagem das atividades Categoria 4; b) Resolução Administrativa nº 023/2018 que contém a listagem das atividades Categoria 1, 2 e 3. O Decreto Supremo nº 3856/2019 compila todas as Categorias em seu Anexo e modifica o instrumento Ficha Ambiental para Formulário de Nível de Categorização (FNCA). As atividades estão separadas por setores sendo: Agropecuário; Hidrocarbonetos; Energia; Comunicação; Saúde; Saneamento Básico; Planejamento Urbano e Habitação; Recursos Hídricos; Ordem e Segurança Pública; Meio Ambiente; Turismo; Segurança Social; Cultura; Educação; Esportes; Multisetorial; Transporte. Além das listagens supracitadas, há o Decreto Supremo nº 26736, de 30 de julho de 2002, Regulamento Ambiental para o Setor de Manufatura Industrial (RASIM) que estabelece também a categorização das indústrias por risco de contaminação de 1 a 4.

Os estudos ambientais previstos são: Programa de Prevenção e Mitigação (PPM); Plano de Aplicação e Monitoramento Ambiental (PASA); Estudo de Avaliação de Impacto Ambiental Analítico Integral (EEIA-AI); Estudo de Avaliação de Impacto Ambiental Analítico Específico (EEIA-AE); Plano de Adequação Ambiental (PAA). Outros estudos complementares também estão previstos como: Plano de Manejo de Resíduos; Análise de Risco; Plano de Contingência; Plano de Encerramento e Abandono. Para o setor da Indústria, é estabelecido o Plano de Manejo Ambiental.

Conforme o Decreto Supremo nº 3549/2018, as Declarações de Impacto Ambiental (DIA) emitidas pela Autoridade Ambiental Competente Departamental (AACD) deverão ser encaminhadas para a Autoridade Ambiental Competente Nacional (AACN) para conhecimento e homologação, o qual consiste no ato administrativo de confirmação ou reconhecimento das licenças ambientais emitidas pela AACD.

O Ministério do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente possui a competência dos processos de prevenção e controle ambiental sobre todos os projetos, obras ou atividades que tenham impactos internacionais transfronteiriços e, também, daqueles que estão geograficamente localizados em mais de um departamento; que a área de impacto possa afetar mais de um departamento e/ ou que estejam ou afetem áreas protegidas que compõem o Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) e suas zonas de influência.

Aos Governadores dos Departamentos compete todos os processos de projetos, obras ou atividades que estejam localizados em mais de um município do departamento; que a zona dos possíveis impactos abranja mais de um município do departamento; que estejam em áreas de reserva florestal e/ou aqueles que não sejam nem de competência da Autoridade Nacional e nem da Municipal (Bolívia, 1995).

Cabe aos governos municipais, a análise do formulário da Ficha Ambiental, do Estudo de Avaliação de Impacto Ambiental e Manifesto Ambiental e submeter os respectivos pareces às instâncias ambientais de acordo com os procedimentos e prazos estabelecidos (Bolívia, 1995).

Quanto a delegação das competências ambientais, a norma complementar estabelecida no Decreto Supremo nº 28592/2006 prevê que a Autoridade Ambiental Competente Nacional (AACN) ou Departamental (AACD) assinará as Licenças Ambientais, Certificados, Autorizações podendo delegá-las às Instâncias Ambientais de sua dependência por Resolução. Enquanto os governos municipais não possuam instância ambiental competente, com a devida capacidade técnica e

operacional, a Autoridade Departamental deverá exercer as funções previstas no Regulamento de Gestão Ambiental Geral e de Prevenção e Controle Ambiental.

### **Licenciamento Ambiental no Departamento Santa Cruz - Bolívia**

A Lei Departamental nº 51/2012, do Governo Autônomo Departamental de Santa Cruz, definiu as funções da Secretaria Departamental de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (Secretaría Departamental de Desarrollo Sostenible y Medio Ambiente). Em relação as atividades, obras e projetos, havia a menção apenas do controle ambiental daquelas que afetassem o meio ambiente, os recursos naturais e o patrimônio natural em geral. A partir da nova organização estrutural de 2015 (Lei Departamental 101/2015), passou a vigorar a redação incluindo o exercício das funções delegadas a AACD como instância administrativa responsável por realizar os processos de Avaliação de Impacto e Controle da Qualidade Ambiental para as AOPs no âmbito de sua jurisdição e competência, além de implementar um sistema departamental específico para tal assunto. A primeira Direção de Qualidade Ambiental (Dirección de Calidad Ambiental) foi criada com a Lei Departamental nº 150/2017, sendo modificada com as posteriores alterações.

Atualmente, está em vigor o Manual de Procedimento para a Concessão de Licenças Ambientais, promulgada pela Resolução Departamental nº 708, de 31 de outubro de 2018, que consiste em um instrumento normativo com a finalidade de orientar quanto ao licenciamento ambiental das AOPs Categorias 1, 2, 3, e 4, esclarecendo as etapas do procedimento, a responsabilidade de cada unidade administrativa, o tempo de cada etapa, fluxogramas, entre outros.

A normativa geral utilizada pelo Governo Autônomo Departamental segue o regulado pelo governo central da Bolívia. A listagem de atividades e a categorização presentes no referido Manual de Procedimento é similar àquela estabelecida pelo nível central, assim como os estudos solicitados, as licenças previstas e os prazos. As Declaratórias de Impacto Ambiental (DIA) emitidas para as categorias 1 e 2 são submetidas a homologação do Ministério de Meio Ambiente e Água.

### **Licenciamento Ambiental em Puerto Quijarro – Bolívia**

No Governo Autônomo Municipal de Puerto Quijarro, a Autoridade Ambiental Competente é a Prefeitura, por intermédio da Direção de Meio Ambiente. A Direção de Meio Ambiente se embasa nas leis e normativas nacionais e departamentais e somente licencia as AOPs que possuam Categoría 3 e 4, conforme as Resoluções Administrativas nº 023/2018 e 024/2018 (Dados informados pela autoridade ambiental competente de Puerto Quijarro).

## Licenciamento ambiental comparado

A revisão das diretrizes e da legislação ambiental vigente permite realizar a análise do licenciamento ambiental na área transfronteiriça Corumbá, Ladário, Puerto Quijarro e Puerto Suárez nos âmbitos institucionais, regulatórios e procedimentais, a partir da síntese dos dados do Quadro 1:

**Quadro 1 - Aspectos Gerais do Licenciamento Ambiental Brasil - Bolívia**

Âmbito Institucional, Regulatório e Procedimental	Brasil		Bolívia	
	União	Mato Grosso do Sul	Nível Central	Departamento Santa Cruz
<b>Principal Legislação de Licenciamento</b>	Lei nº 6938/1981; Resolução Conama 237/1997	Lei nº 2.257/ 2001; Resolução Semade nº 09/2015	Lei nº 1333/1992, Decreto Supremo nº 24176/ 1995 e alterações	Lei nº 1333/1992, Decreto Supremo nº 24176/ 1995 e alterações
<b>Legislação para especificação de tipologias e atividades licenciadas</b>	Decreto nº 8437/2015	Resolução Semade nº 09/2015	Resoluções Administrativas nº 023/2018 e 024/2018 e RASIM.	Resoluções Administrativas nº 023/2018 e 024/2018 e RASIM.
<b>Principal Instituição Licenciadora</b>	Ministério do Meio Ambiente - Ibama	Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação - Imasul	Ministerio de Medio Ambiente y Agua – Dirección General de Medio Ambiente y Cambios Climáticos	Secretaría Departamental de Desarrollo Sostenible y Medio Ambiente - Servicio Departamental de Calidad Ambiental
<b>Modalidade de Licenças Ambientais emitidas</b>	LP, LI, LO	AA, LP, LI, LO, LIO	DIA, DAA, CD-3	DIA, DAA, CD-3, Certificado Ambiental Categoría 4
<b>Prazo para as licenças</b>	A depender da fase da licença	A depender da fase da licença	10 anos	10 anos
<b>Principais Estudos Ambientais exigidos</b>	EIA/RIMA, RAS, RDPA, RCA, PBA, Prad, PCA	CA, PTA, RAS, EAP, RCA, EIA/RIMA	PPM, PASA, EEIA-AI, EEIA-AE, PAA	PPM, PASA, EEIA-AI, EEIA-AE, PAA
Âmbito Institucional, Regulatório e Procedimental	Brasil		Bolívia	
	Municípios		Municípios	
	Corumbá	Ladário	Puerto Quijarro	
<b>Principal Legislação de Licenciamento</b>	Lei nº 1665/2001, Decreto nº 150/2001	Lei nº 2.257/ 2001; Resolução Semade nº 09/2015	Lei nº 1333/1992, Decreto Supremo nº 24176/ 1995 e alterações	

continua >

&gt; continuação

<b>Legislação para especificação de tipologias e atividades licenciadas</b>	Decreto nº 150/2001 e TCT nº 05/2020	Resolução Semade nº 09/2015	Resoluções Administrativas nº 023/2018 e 024/2018 e RASIM
<b>Principal Instituição Licenciadora</b>	Prefeitura Municipal de Corumbá -FMAP	Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação - Imasul	Alcaldía - Dirección de Medio Ambiente
<b>Modalidade de Licenças Ambientais emitidas</b>	LP, LI, LO, LAS	AA, LP, LI, LO, LIO	-
<b>Prazo para as licenças</b>	A depender da fase da licença	A depender da fase da licença	10 anos
<b>Principais Estudos Ambientais exigidos</b>	EIA/RIMA, EAP, RAS, PCA, PRAD, PMA, ER	CA, PTA, RAS, EAP, RCA, EIA/RIMA	PPM, PASA

Fonte: Elaboração da própria autora.

É previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988 que compete à União e aos Estados, de forma concorrente, legislar sobre as questões ambientais, cabendo à União o estabelecimento de normas gerais e aos Estados a suplementar quando necessário. Na inexistência da legislação federal sobre uma norma geral, o Estado poderá exercer a competência legislativa de forma plena. Por outro lado, compete ao Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, possuindo competência residual.

Portanto, o entendimento é de que os municípios também podem suplementar a legislação federal e estadual, desde que façam, respeitando a disciplina estabelecida pelos entes (Brasil, 1988). Por isso, tem-se legislações próprias para o Estado e para o município de Corumbá quanto ao licenciamento ambiental.

Situação não vista no país boliviano, onde a competência de legislar, na temática ambiental, é do governo central da Bolívia, podendo ser delegadas as funções de regulamentação e execução. As leis ambientais têm origem assim, no governo central da Bolívia, de acordo com a Constituição de 2009 e a Lei de Autonomias e Descentralização de 2010 (Almeida, 2021).

Assim como no Brasil, a competência do licenciamento ambiental na Bolívia também possui uma hierarquia entre as autoridades ambientais competentes pelas características da atividade como a abrangência do impacto ambiental, se local ou regional, magnitude e aquelas que sejam de competência originária da União ou do Governo Central. Porém, a diferença é que no Brasil há um movimento para a descentralização do processo de licenciamento ambiental, fortalecendo o poder

local, enquanto, na Bolívia, as licenças ambientais das atividades, classificadas como mais significantes, emitidas pelos Departamentos ainda são homologadas pelo Governo Central na figura do MMAyA, não havendo também, a tendência da municipalização do licenciamento ambiental.

Corroborando com a afirmativa acima, tem-se a Instrução Normativa do Ibama nº 8, de 20 de fevereiro de 2019, que estabelece os procedimentos administrativos, no âmbito do Ibama, para a delegação de licenciamento ambiental de competência federal para os órgãos ambientais estaduais ou municipais, incluindo as competências originárias federais, porém avaliadas como passíveis de delegação por oportunidade ou conveniência.

A existência de vários entes federados com competências e atribuições compartilhadas, por outro lado, faz com que não exista uma uniformidade entre prazos, normas, procedimentos, modalidades de licenças e até mesmo entre questões de fiscalizações e sanções administrativas, causando dificuldades de cooperação entre eles. Resultando, assim, em demandas judiciais para a tratativa da competência formal de cada ente sobre o tema e a insegurança jurídica para empreendedores (Mosimann, 2018). Cenário tratado, inclusive, na Instrução Normativa do Ibama:

§ 2º Em casos de controvérsia judicial ou extrajudicial quanto à competência para o licenciamento, cujo deslinde puder causar mora administrativa, poderá o Ibama realizar a delegação cautelar do licenciamento ambiental ao OEMA ou ao OMMA, ainda que não se entenda, a priori, competente, nos termos do artigo 7º da Lei Complementar nº 140/2011.

§ 3º A delegação cautelar subsistirá até o deslinde final da controvérsia, convertendo-se em definitiva, caso definida a competência do Ibama, ou perderá seu objeto, caso entendido que a OEMA ou o OMMA detém a competência para o licenciamento (Brasil, 2019).

O processo de licenciamento ambiental na Bolívia é uno, ou seja, uma única licença que aprova a instalação e a operação, constando as condicionantes ambientais para as fases de instalação, de operação e de encerramento. No Brasil, o sistema de licenciamento é, comumente, trifásico com licença prévia, de instalação e operação.

Tal situação reflete diretamente na celeridade e no prazo para a emissão da licença ambiental e operação de um empreendimento. Na Bolívia, é estipulado o prazo de, aproximadamente, 4 meses, para que todos os procedimentos de análise pelos organismos setoriais envolvidos e as solicitações de complementações de estudo ocorra, até mesmo quando necessários estudos de Avaliação de Impacto Ambiental Analítico Integral ou Específico.

O prazo fixado no Brasil varia de 30 dias a 6 meses, a depender da complexidade do estudo apresentado e fase do licenciamento, levando em consideração que os prazos são paralisados em caso de solicitação de complementação ao requerente. Nota-se a variação entre os prazos administrativos praticados pelos entes federativos Ibama, Imasul e Município de Corumbá (FMAP), o qual pratica o maior prazo entre eles para as fases de instalação e de operação, sendo de 3 meses para cada uma delas.

Observados os prazos de vigência das licenças ambientais, máximo de 5 anos para LP e 6 anos para a LI, pode ser analisado que no Brasil, desde o início do planejamento de um empreendimento, com a fase da Licença Prévia, até a sua operação, com a fase da Licença de Operação, poderá ter um lapso temporal de até 11 anos, não considerando os prazos de análise dos órgãos responsáveis (Pirajá Júnior, 2010).

Além das divergências dos procedimentos, outro ponto é a incompatibilidade a quanto a isenção do licenciamento ambiental de algumas atividades desenvolvidas no arranjo transfronteiriço. Como exemplo, tem-se que na Bolívia as construções de estações de tratamento de água residuais e de água potável para até 50 mil habitantes são isentas, portanto tanto em Puerto Quijarro, cuja população é de 16.659<sup>1</sup> mil habitantes, as atividades não são passíveis de ato licenciatório. Enquanto no município de Corumbá, a FMAP é a responsável pelo licenciamento e, em Ladário, o Imasul é o órgão licenciador.

Sob outro enfoque, a descentralização e, por seguinte, a municipalização do licenciamento ambiental permite com que haja um controle e fiscalização maior das atividades potencialmente poluidoras, inclusive, daqueles cujos impactos são caracterizados como local, quando a área de abrangência se manifesta somente na área diretamente afetada pelo empreendimento ou na área de influência direta (Sánchez, 2013).

## Considerações finais

Tomando como ponto de referência a fronteira Brasil-Bolívia, e a mancha de ocupação contínua das cidades, em um raio de aproximadamente 11,50 quilômetros, foi possível verificar a existência de ao menos: 4 leis diferentes que regem o licenciamento ambiental; 4 decretos ou resoluções diferentes que classificam as atividades conforme o grau de impacto e a tipologia; 4 procedimentos diferentes para a obtenção da licença ambiental; 7 órgãos ambientais que devem zelar pela proteção do meio ambiente; diversos tipos de estudos ambientais pertinentes aos processos de licenciamento; 9 modalidades de licenças ambientais aplicáveis.

<sup>1</sup> Dados do INE - Instituto Nacional de Estadística (2012).

Dentre os municípios envolvidos, Corumbá é o que possui maior protagonismo na gestão ambiental e controle das atividades de impacto local por possuir a delegação do licenciamento ambiental para certas atividades. Com isso, as atividades consideradas de menor abrangência, mas com potencial para causar poluição local, como os geradores de resíduos perigosos, são licenciadas e controladas pelo órgão ambiental municipal, o que não ocorre com os demais municípios da fronteira.

## Referências

- ALMEIDA, F. L. R. Análise da legislação ambiental aplicável ao Pantanal pelo Brasil e Bolívia.** 56p. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, Corumbá, 2021. Disponível em: <https://ppgefpan.ufms.br/repositorio-de-dissertacoes-2021/>. Acesso em: 16 set. 2022.
- BOLÍVIA. Lei nº 1.333, de 27 de abril de 1992.** Lei de Meio Ambiente. La Paz, BO: Palácio do Governo [1992]. Disponível em: [http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/contenidos/spa\\_inicios](http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/contenidos/spa_inicios). Acesso em: 15 jan. 2021.
- BOLÍVIA. Decreto Supremo nº 24176, de 8 de dezembro de 1995.** Regulamenta a Lei de Meio Ambiente – Regulamento de Prevenção e Controle Ambiental. La Paz, BO: Palácio do Governo [1995]. Disponível em: [http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/contenidos/spa\\_inicios](http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/contenidos/spa_inicios). Acesso em: 15 jan. 2021.
- BOLÍVIA. Decreto Supremo nº 3549, de 02 de maio de 2018.** Modifica o Regulamento de Prevenção e Controle Ambiental – RPCA, aprovado pelo Decreto Supremo nº 28592. La Paz, BO: Palácio do Governo [2018]. Disponível em: [http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/contenidos/spa\\_inicios](http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/contenidos/spa_inicios). Acesso em: 15 jan. 2021.
- BOLÍVIA. Decreto Supremo nº 3856, de 03 de abril de 2019.** Modifica o Regulamento de Prevenção e Controle Ambiental – RPCA, aprovado pelo Decreto Supremo nº 24176. La Paz, BO: Casa Grande do Povo [2019]. Disponível em: [http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/contenidos/spa\\_inicios](http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/contenidos/spa_inicios). Acesso em: 15 jan. 2021.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 2 fev. 2023.
- BRASIL. Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1981]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm). Acesso em: 15 jan. 2021.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997.** Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=237>. Acesso em: 04 fev 2021.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Procedimentos de Licenciamento Ambiental do Brasil.** Brasília, 2016. Disponível em: <http://pnla.mma.gov.br/images/2018/08/VERS%C3%83O-FINAL-E-BOOK-Procedimentos-do-Lincenciamento-Ambiental-WEB.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2021.
- BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais. Instrução Normativa nº 8 de 20 de fevereiro de 2019. Estabelece os procedimentos administrativos no âmbito do Ibama para a delegação de licenciamento ambiental de competência federal para Órgão Estadual de**

**Meio Ambiente - OEMA ou Órgão Municipal de Meio Ambiente - OMMA.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-n-8-de-20-de-fevereiro-de-2019-191451016>.

CARMO, A. B.; SILVA, A. S. Licenciamento ambiental federal no Brasil: perspectiva histórica, poder e tomada de decisão em um campo de tensão. **Confins**, n. 19, nov. 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/8555>. Acesso em: 11 jul. 2023.

D'ESTEFANO, G. F.; STRUCHEL, A. C. DE O.; BARBOSA, R. V. Municipalização do Licenciamento Ambiental. In: MENEZES, R.; STRUCHEL, A. C. DE O. **Gestão ambiental para cidades sustentáveis**. São Paulo: Oficina de Textos, 2019.

FARIAS, T. Licenciamento ambiental e controle das atividades efetivas ou potencialmente poluidoras. In: CUNHA, Belinda Pereira da; AUGUSTIN, Sérgio (orgs.). **Sustentabilidade ambiental: estudos jurídicos e sociais**. Dados Eletrônicos. Caxias do Sul, RS: Educ's, 2014. Disponível em: [https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/Sustentabilidade\\_ambiental\\_ebook.pdf](https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/Sustentabilidade_ambiental_ebook.pdf). Acesso em: 11 set. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL. **Gestão ambiental em Mato Grosso do Sul: conceitos e práticas**. Elaine Crisóstomo Dias Ribeiro e Elaine Maria Garcia (orgs.). Dourados: UEMS, 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação. Decreto nº 16.228, de 7 de julho de 2023. Estabelece a Estrutura Básica e a Competência do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL), e dá outras providências. Campo Grande, 2023. Disponível em: <https://www.imasul.ms.gov.br/legislacao-ambiental/decretos/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

PÊGO, B. *et al.* Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública. **Ipea**, Rio de Janeiro, v. 1, 2018.

PIRAJÁ JÚNIOR, C. M. **Licenciamento Ambiental – Estudo comparado entre os procedimentos adotados na Espanha e no Brasil**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica e Direito Ambiental e Sustentabilidade) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2010.

SANCHÉZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

STRUCHEL, A. C. DE O. **Licenciamento Ambiental Municipal**. 1. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2016.

# PERFIL DOS PARTICIPANTES DO CIRCUITO DE CORRIDA DE RUA EM CORUMBÁ-MS, NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Profile of Street Circuit Runners in Corumbá-MS, on the Brazil-Bolivia border

Perfil de los Participantes en el Circuito de Corrida Callejera en Corumbá-MS, en la frontera Brasil-Bolivia

DOI 10.55028/geop.v18i35

Gustavo Oliveira de Souza\*  
Carlo Henrique Golin\*\*  
Silvia Beatriz Serra Baruki\*\*\*

**Resumo:** O objetivo foi verificar o perfil dos participantes do Circuito de Corrida de Rua, em Corumbá-MS, nos aspectos socioeconômicos e demográficos, de saúde, motivação e treinamento. Avaliaram-se 85 participantes, na maioria adultos, casados, renda familiar classe C, escolaridade de nível superior, professores e/ou servidores públicos, com excesso de peso corporal, moderado consumo de álcool e poucas doenças/lesões. Treinam em grupos de corrida, em média, 19 km/126 minutos/semana. Ressalta-se a presença de bolivianos no estudo, sugerindo potencial da fronteira Brasil-Bolívia na integração/interação esportiva com população vizinha. Resultados indicaram a corrida de rua como motivação para qualidade de vida, saúde e socialização.

**Palavras-chave:** Esporte, Motivação, Estado nutricional, Saúde, Qualidade de vida.

**Abstract:** The objective was to assess the profile of Street Running Circuit participants in Corumbá-

## Introdução

A corrida de rua é uma prova de atletismo que vem se popularizando no mundo todo, fato que pode ser justificado por diversos aspectos. Entre eles, podemos destacar os movimentos básicos e naturais do ser humano característicos desse esporte, bem como uma menor demanda de investimento financeiro para a sua prática (De Freitas; Sedorko, 2021). Seu desenvolvimento teve início gradual na Grã-Bretanha e firmou-se no século XVII com a separação de atletas amadores e profissionais, sendo que os primeiros vinham de classes trabalhadoras; e por volta

\* Licenciatura em Educação Física - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Câmpus do Pantanal. E-mail: gutoarautos123@hotmail.com.

\*\* Doutor em Educação Física. Docente do Curso de Educação Física – Licenciatura - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Câmpus do Pantanal. E-mail: carlo.golin@ufms.br.

\*\*\* Doutora em Ciências do Movimento Humano. Docente do Curso de Educação Física – Licenciatura - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Câmpus do Pantanal. E-mail: silvia.baruki@ufms.br.

MS, in terms of socioeconomics, demographics, nutritional status, health, motivation, and training. A total of 85 participants were evaluated. They are mostly adults, married, with family income class C, have higher education, are teachers and public servants, have excessive body weight, moderate alcohol consumption and few diseases/injuries. They train in groups, and run, on average, 19 km/126 minutes/week. The study identified Bolivian runners, which suggests the potential sports integration/interaction between border countries. The results indicated street running as a motivation for quality of life, health, and socialization.

**Keywords:** Sport, Motivation, Nutritional status, Health, Quality of life.

**Resumen:** El objetivo fue verificar el perfil de participantes del Circuito de Corrida Callejera, en Corumbá-MS, en aspectos socioeconómicos y demográficos, salud, motivación y entrenamiento. Evaluándose 85 participantes, la mayoría adultos, casados, con ingresos tipo C, graduación a nivel universitario, profesores y/o funcionarios públicos, con sobrepeso, uso moderado de alcohol y pocas enfermedades. Entrenan grupos de corrida de 19 km/126 minutos/semana aproximadamente. Destacamos la presencia de bolivianos, sugiriendo potencial de frontera Brasil-Bolivia en la integración deportiva con los vecinos fronterizos. Resultados indicaron la Corrida Callejera una motivación para la calidad de vida, salud y socialización.

**Palabras clave:** Deporte, Motivación, Situación de nutrición, Salud, Calidad de vida.

do século XVIII, a corrida começou a crescer bastante. Entretanto, desenvolveu-se significativamente no século XX, no mundo todo, em número de participantes e de eventos, a partir da metade da década de 1970 (Dallari, 2009). Nesse período, a popularização aumentou baseada na teoria do médico americano Kenneth Cooper, criador do “Teste de Cooper”, o que possibilitou a inclusão de participantes amadores nas provas, juntamente com os atletas de elite, divididos em pelotões, contribuindo para o aumento dos corredores amadores e também para motivação e divertimento associado à prática da atividade física e à socialização (Salgado; Chacon-Mikahil, 2006).

No Brasil, embora existisse algumas provas de corrida de rua no início do século XX, em 1925 evidencia-se um momento histórico para o atletismo com a realização, na cidade de São Paulo, da primeira edição da Corrida de São Silvestre, fundada por Casper Líbero, jornalista de A Gazeta (Dallari, 2009). Atualmente, ainda é um dos maiores eventos do mundo, com participação de corredores de alto rendimento, bem como corredores amadores e corredores com roupas temáticas que traz dinamismo e brilho ao evento para o mundo todo. Diante disso, os eventos de corrida começaram a ter mais flexibilidade nos percursos: 5km, 10km, 15km, 21km, 42km e 100km (World Athletics, 2022), promovendo participação de corredores amadores e experientes. No ano de 2022, a Confederação Brasileira de Atle-

tismo (CBAT) contabilizou 502 percursos oficiais de corrida de rua, em diferentes cidades e estados. A cada ano, mais provas são oficializadas pela CBAT (CBAT, 2022).

Segundo Dallari (2009), a corrida de rua é um fenômeno sociocultural contemporâneo que pode ser caracterizado por um estilo de vida agregado a diversos motivos e aspectos da sociedade atual, que contribuem para o desenvolvimento dessa prática esportiva. Estudo recente realizado por De Freitas e Sedorko (2021) avaliou os fatores motivacionais para a iniciação da corrida de rua em praticantes amadores. Os resultados mostraram que 55% iniciaram a corrida por problemas de saúde, 50% pela melhora da qualidade de vida, 30% pelas amizades e 10% pelo trabalho, dados que refletem na procura dessa prática contemporânea. Além desses fatores, ressalta-se a importância, no contexto da promoção da saúde, da prática desportiva e, essencialmente, pela associação da atividade física na diminuição das taxas de morbimortalidade (Lee *et al.*, 2014; Pedisic *et al.*, 2020).

Por isso, a corrida de rua, como uma possível prática de atividade física, pode ajudar a reduzir os sintomas de depressão, ansiedade, melhora a concentração, a aprendizagem e o bem-estar geral (Camargo; Añes, 2020), bem como ajuda no controle da pressão arterial elevada (Barroso *et al.*, 2021). Inclusive, pode trazer também benefícios ao sistema cardiovascular e osteomioarticular, melhorando a aptidão física e a saúde do praticante (Garber *et al.*, 2011), promovendo adaptações positivas na cognição, autoestima, qualidade do sono, no sistema imunológico e no controle de fatores de risco como aterosclerose (Rowe; Safdar; Arany, 2014).

O sedentarismo e/ou a falta de atividade física é fator de risco para as doenças crônicas, entre elas as doenças cardiovasculares, que é uma das principais causas de mortalidade no mundo todo (WHO, 2023a); e poderia ser evitada com a adoção de hábitos saudáveis, entre eles, a atividade física regular (WHO, 2023b) – como a corrida de rua. Assim, essas intervenções sociais que envolvam as comunidades e os profissionais da área de saúde são relevantes para conscientizar a população da importância do exercício físico para a promoção da saúde e para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

No Brasil, entre 2004 e 2015, o número de provas de corrida de rua realizadas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro tiveram um aumento de 93,1%. Esse crescimento em números de provas e participantes também inclui as cidades inteiros do Brasil (Thuany *et al.*, 2021). Além do número crescente de competições, destaca-se sua diversidade: eventos de diversos formatos e distâncias, competitivos, participativos, benéficos e/ou para fins de comunicação/promocionais, com apoio governamental e patrocínio das emissoras (Salgado *et al.*, 2016).

No estado de Mato Grosso do Sul (MS) as provas de corrida são normatizadas pela Federação Atletismo do Matogrosso do Sul (FAMS) que consiste em orientar e promover o esporte no Estado (FAMS, 2022). Em Corumbá-MS, a promoção de corrida de rua pode ser uma ação positiva para a população local e região, com a realização do Circuito de Corrida de Rua – Corumbá, evento organizado pela Fundação de Esporte de Corumbá (FUNEC), já que nas suas edições vem reunindo participantes de diversas regiões, nas modalidades: caminhada, corrida de 3km, 5km e 10km. Ressalta-se que, o território da referida cidade fica no extremo Oeste brasileiro, região que faz fronteira expressiva com a Bolívia, em especial com as cidades de Puerto Quijarro e Puerto Suarez. Nessa localidade fronteiriça (Brasil-Bolívia), é muito comum o fluxo de pessoas oriundas de diferentes culturas, bem como recebe muitos turistas (nacional e internacional) devido a sua biodiversidade (pantanal) e a história local (Costa, 2012; Golin, 2017).

Além desses aspectos, o Circuito de Corrida de Rua - Corumbá amplia a possibilidade de compor as atividades de lazer da comunidade local (nacional) e, de certa forma, da comunidade internacional, devido à proximidade com a Bolívia, fato que é verificado em outras regiões de fronteira do Brasil. Por exemplo, na região da Tríplice Fronteira (Brasil - Argentina – Paraguai) existem eventos desportivos já consagrados como práticas corporais transnacionais: a “Corrida dos garçons”, na qual os paraguaios foram campeões; e a “Meia Maratona Internacional de Três Fronteiras”, atraindo a população de diferentes nacionalidades, bem como a competitividade entre os seus participantes (Loro, 2017). Especificamente, a Meia Maratona Internacional das Três Fronteiras é uma prova de corrida de rua, realizada no mês de outubro, com percurso de 21km, passando pelos três países, nas cidades Ciudad del Este (Paraguai), Puerto Iguazu (Argentina) e Foz do Iguaçu (Brasil), permitindo ao atleta vislumbrar as paisagens da região turística de fronteira, nas modalidades individual ou revezamento de duplas. Na 5<sup>a</sup> edição, em 2022, o evento contou com a participação de 550 corredores de várias cidades do Brasil e dos países vizinhos (Diário do Turismo, 2023). Algo que acontece também na região de Corumbá-MS, seja nos grandes eventos esportivos (Pantanal Extremo) ou no próprio evento em estudo (Circuito de Corrida de Rua).

Nesse contexto, evidencia-se o potencial da região fronteiriça Brasil-Bolívia na realização de eventos esportivos que, além dos fatores associados à promoção de saúde, movimentação da economia local, podem também ser instrumentos relevantes no processo de interação e integração com a população vizinha, os bolivianos, e até numa viabilidade de percurso diferenciado envolvendo os dois países limítrofes, como citado anteriormente.

Em termos históricos, a Prefeitura Municipal de Corumbá, em diferentes gestões, por meio da FUNEC, desenvolve o Circuito de Corrida de Rua desde 2007, ação que acaba estabelecendo certa tradição na cidade, como promotora de corridas de rua que compreende uma das suas funções. A FUNEC, instituída pela Lei Municipal 1.097/90 e alterada pela Lei Municipal 1.528/97, regida pelo estatuto estabelecido no Decreto nº 1.128, de 6 de fevereiro de 2013, e vinculada à Secretaria Municipal de Governo, tem por finalidade planejar, coordenar e executar a política municipal voltada ao desenvolvimento do esporte e do lazer do Município, consoante com a legislação e às normas gerais do desporto (PMC, 2023).

Normalmente, o referido evento acontece entre os meses de maio a novembro e tem como finalidade o fomento à prática de exercícios físicos que é um recurso importante para a prevenção das doenças crônicas e promoção da saúde. Por isso é relevante conhecer o perfil dos participantes da região que frequentam o Circuito de Corrida de Rua de Corumbá-MS, sobretudo a fim de proporcionar dados e conhecimento científico para a promoção de intervenções para a população. Sendo assim, o objetivo do estudo foi avaliar o perfil dos corredores do Circuito de Corrida de Rua promovido pela FUNEC nos seguintes aspectos: socioeconômico e demográfico; estado nutricional; presença de doença e cuidados com a saúde; motivação, orientação e características do treinamento físico dos participantes do Circuito de Corrida de Rua – FUNEC; e discutir o papel desse evento desportivo na promoção de saúde da população.

## Materiais e métodos

Foi desenvolvida uma pesquisa do tipo transversal com abordagem quali-quantitativa. A amostra foi composta por corredores de rua que participaram da 2<sup>a</sup> etapa do Circuito Corrida de Rua realizada pela FUNEC, no ano de 2022. Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: ter idade maior ou igual a 18 anos, responder e concordar com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e participação somente na modalidade de corrida. Para este processo de composição da amostra utilizou-se a planilha disponibilizada pela FUNEC com os dados e informações dos inscritos no evento, totalizando 428. A seguir, foi realizada uma filtragem dessa planilha, conforme os critérios de inclusão. Além disso, foram revisados todos os e-mails e desconsiderados os que estavam duplicados na planilha. Portanto, a amostra inicial totalizou 366 pessoas dentro dos critérios adotados, sendo que a amostra final foi de 85 participantes que retornaram o questionário.

O procedimento para a coleta de dados foi realizado por meio de questionário online (*Google Forms*) nomeado como “PESQUISA SOBRE O PERFIL DE

CORREDORES DE RUA – CIRCUITO FUNEC – CORUMBÁ” elaborado pelos pesquisadores, baseado e adaptado em questionários aplicados para pesquisas similares (Balbinotti, 2015; IBGE, 2009; Lima; Do Amaral Durigan, 2018; Nogueira *et al.*, 2022; Thuany, 2020; FGV, 2018). O presente instrumento de avaliação foi composto em duas partes: a primeira parte apresentou o TCLE; a segunda parte correspondeu ao questionário com 39 perguntas abordando os seguintes itens: aspectos demográficos e socioeconômicos, segundo classificação do IBGE (2009); medidas antropométricas de massa corporal (kg) e estatura (metros) para determinar o Índice de Massa Corporal (IMC) e o estado nutricional, classificado em eutrofia, sobrepeso e obesidade (ABESO, 2016); características do treinamento físico (frequência, volume, alimentação, aquecimento, alongamento, período de treino); pressão arterial sistólica (PAS) e diastólica (PAD), segundo classificação de Barroso *et al.* (2021); além de perguntas sobre o estilo de vida e o que a corrida de rua significa para os participantes.

O questionário foi enviado por e-mail com data da 1º remessa de respostas até o dia 10/08/2022, visto que poderíamos obter mais respostas, foi prorrogada a data limite de respostas para até o dia 29/08/2022. Após o retorno do questionário com as respostas, iniciou-se a fase de análise dos resultados. Os dados obtidos no estudo foram tabulados em planilhas de Excel e submetidos a análises de estatística descritiva para determinar os valores de média, desvio padrão e distribuição por frequência absoluta e relativa.

## Resultados

Da amostra final (85 participantes), ao avaliar a idade, a média foi igual a 37,44  $\pm$  9,24, sendo 48,2% (41) homens e 51,8% (44) mulheres. Em relação à profissão, a maioria dos participantes são professores 13,95% (12), servidores públicos 5,81% (5) e os demais em diferentes profissões, como: militar, engenheiro, médico, publicitário, turismólogo e outras.

Em relação ao perfil socioeconômico e demográfico observou-se maior participação das mulheres em comparação aos homens, no evento. A maioria dos participantes tem escolaridade de nível superior com ou sem especialização e pertencem à classe econômica C. No estado civil e na declaração de raça/cor indicam um maior número de pessoas casadas e solteiras e/ou branca e parda (Tabela 1).

**Tabela 1** - Características demográficas e socioeconômicas dos participantes, valores em Frequência Absoluta (n), Frequência Relativa (%), Média (M) e Desvio Padrão (DP)

Variável	n/%	M ± DP
Idade (anos)	----	37,44 ± 9,24
<b>Estado civil</b>		
Solteiro	31/36,5	
Casado	51/60	
Viúvo	0/0	
Não especificar	3/3,5	
<b>Escolaridade</b>		
Ensino fundamental I	0/0	
Ensino fundamental II	0/0	
Ensino médio	17/20	
Ensino superior	23/27,1	
Especialização	42/49,4	
Não estudou	2/2,4	
Não sei	1/1,2	
<b>Autodeclaração de raça/cor</b>		
Branca	35/41,2	
Preta	8/9,4	
Amarela	2/2,4	
Parda	39/45,9	
Indígena	0/0	
Sem declaração	1/1,2	
<b>Classe Econômica</b>		
Classe A (11.262,00 ou mais)	16/18,8	
Classe B (8.641,00 a 11.261,00)	12/14,1	
Classe C (2.005,00 a 8.460,00)	45/52,9	
Classe D (R\$1.255,00 a R\$ 2.004,00)	6/7,1	
Classe E (R\$0,00 a R\$ 1.254,00)	6/7,1	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto à naturalidade, a maioria (61,2% - 52) dos participantes assinalaram que são da cidade de Corumbá-MS e 38,8% (33) de outras localidades, expressando uma grande diversidade de regiões identificadas. Inclusive, com a participação de atletas oriundos de outro país (Bolívia).

Em relação ao estado nutricional, à presença de doenças e aos hábitos de vida, os resultados são apresentados na Tabela 2. Verificou-se média de IMC igual a 25,89 kg/m<sup>2</sup> e 56,47% com excesso de peso corporal; 74,1% são normotensos; 92,9% dos participantes não possuem nenhuma doença; e 35,3% já tiveram alguma lesão

causada pela corrida. Observou-se elevado consumo de bebidas alcoólicas (58,8%) entre os participantes e apenas 5,59% têm o hábito de fumar.

**Tabela 2** - Resultados de medidas antropométricas, presença de doença e hábitos de vida dos participantes, valores em Frequência Absoluta (n), Frequência Relativa (%), Média (M) e Desvio Padrão (DP)

Variável	n/%	M ± DP
<b>Medidas antropométricas</b>		
Estatura (m)		1,70 ± 0,08
Massa corporal (kg)		75,17 ± 14,18
Índice de massa corporal (IMC) (kg/m <sup>2</sup> )		25,89 ± 3,88
<b>Estado Nutricional</b>		
Eutrofia	37/43,53	
Sobrepeso	36/42,36	
Obesidade	12/14,11	
<b>Presença de doenças</b>		
Asma	1/1,2	
Câncer	1/1,2	
Diabetes	0/0	
Doenças cardíacas	0/0	
Doença vascular cerebral	0/0	
Doença pulmonar obstrutiva	0/0	
Hipertensão arterial	2/2,4	
Obesidade	4/4,7	
Não possuo nenhuma doença	79/92,9	
<b>Você já teve alguma lesão devido a corrida?</b>		
Sim	30/35,3	
Não	55/64,7	
<b>Estilo de vida</b>		
<b>Você tem o hábito de aferir a pressão arterial?</b>		
Sim	39/45,9	
Não	46/54,1	
<b>Qual a média da pressão arterial?</b>		
<120/80	40/74,1	
120 a 129/80 a 84	10/18,5	
130 a 139/85 a 89	4/7,4	
140 a 159/90 a 99	0/0	
160 a 179/100 a 109	0/0	
>180 por > 110	0/0	
<b>Consumo de bebida alcoólica</b>		
Sim	50/58,8	
Não	35/41,2	
<b>Consumo de tabaco</b>		
Sim	5/5,9	
Não	80/94,1	

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Quanto às características do treinamento, além da prática da corrida, os participantes intercalam suas atividades físicas com outras modalidades: musculação, ciclismo, treinamento funcional, lutas, esportes coletivos e individuais. Treinam em média, três a quatro vezes por semana, completando 19 km e 126 minutos por semana, com predominância no período noturno. A maior motivação para a corrida foi a busca pela melhora da qualidade de vida; e a maioria não procura orientação médica para iniciar a corrida (Tabela 3).

**Tabela 3** - Resultados de motivação, orientação e características de treino dos participantes, valores em Frequência Absoluta (n), Frequência Relativa (%), Média (M) e Desvio Padrão (DP)

Variável	n/%	M ± DP
<b>Quantas vezes você corre por semana?</b>		
1 – 2 vezes	28/32,9	
3 – 4 vezes	45/52,9	
5 – 6 vezes	12/14,1	
Todos os dias	0/0	
<b>Quanto tempo de corrida por semana? (min)</b>		126,58 ± 89,86
<b>Quanto quilômetros de corrida por semana? (km)</b>		19,02 ± 18,75
<b>Tempo de prática da corrida</b>		
Menos de 1 ano	12/14,1	
1 – 2 anos	17/20	
3 – 4 anos	21/24,7	
5 – 6 anos	19/22,4	
7 – 9 anos	5/5,9	
Maior ou igual a 10 anos	11/12,9	
<b>Você faz alongamento?</b>		
Antes da corrida	26/36,4	
Depois da corrida	18/21,2	
Antes e depois da corrida	33/38,8	
Não faço alongamento	8/9,4	
<b>Você faz aquecimento?</b>		
Sempre	37/43,5	
Às vezes	43/50,6	
Nunca	5/5,9	
<b>Você hidrata antes ou durante a corrida?</b>		
Sim	76/89,4	
Não	9/10,6	
<b>Qual o período de treinamento da corrida?</b>		
Manhã	34/40	
Tarde	3/15,3	
Noite	57/67,1	

continua >

&gt; continuação

Variável	n/%	M ± DP
<b>Orientação médica para iniciar a corrida</b>		
Sim	29/34,1	
Não	56/65,9	
<b>Orientação de profissional de Educação Física</b>		
Sim	39/45,9	
Não	46/54,1	
<b>Motivação para iniciar a prática da corrida</b>		
Problemas de saúde	9/10,6	
Melhorar a qualidade de vida	60/70,6	
Competitividade	12/14,1	
Socialização	14/16,5	
Controle do stress	25/29,4	
Estética	17/20	
Prazer	42/49,4	
Outros	12/14,1	
<b>Participações em provas em Corumbá-MS</b>		
1-2 vezes	18/21,2	
3-5 vezes	17/20	
6-8 vezes	8/9,4	
9-12 vezes	8/9,4	
Maior 12 vezes	34/40	
<b>Participa de grupo de corrida?</b>		
Sim	46/54,1	
Não	39/45,9	
<b>Uso de suplementos alimentares</b>		
Sim	28/32,9	
Não	57/67,1	
<b>Hábito de alimentar antes do treino</b>		
Sim	47/55,3	
Não	38/44,7	

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Ao final do questionário, foi feita uma pergunta aberta sobre a importância da corrida de rua para os participantes, a saber: “Cite três palavras que expressam o que a corrida de rua representa para você?” A palavra “saúde” expressou maior destaque entre eles, com 43 citações, seguida de “prazer”, com 22; “bem estar” com 13; “superação” com 11; “satisfação” com 10; “liberdade” com oito; “qualidade de vida” com sete; e “estética” e “felicidade” com seis citações.

## Discussão

No perfil socioeconômico e demográfico, constatou-se uma pequena diferença entre os sexos, sendo que a participação das mulheres (51,8%) foi superior. Dados que concordam, com estudos recentes sobre essa prevalência do público feminino

em corridas. Segundo Dallari (2009) a participação de mulheres é um fenômeno contemporâneo. Dados da Federação Paulista de Atletismo (FPA, 2022) aponta um aumento de 24% no público masculino e um grande aumento de 117% no público feminino, entre os anos de 2010 a 2019, na região de São Paulo. Esta proporção expressa um equilíbrio, quanto ao sexo, que tinha como predominância o público masculino (Rojo; Rocha, 2018) e que pode ser explicada, talvez, pelo público feminino ter mais interesse nos benefícios que a corrida proporciona à saúde e à qualidade de vida, e outros fatores como a estética (Thuany *et al.*, 2021).

Os participantes possuem média de idade igual a 37 anos, 60% têm cônjuge, escolaridade de nível superior (27,1%) e especialização (49,4%) e renda padrão na Classe C (52,4%). Estudos semelhantes relatam que a média de idade é de 38 anos, 44% com ensino superior, 63,1% é casado (De Oliveira *et al.*, 2020) e com rendimento familiar de mais de R\$ 5.000,00 (55,7%) (Da Silva Batista; De Albuquerque; Barros Filho, 2021) que está enquadrado dentro da classe C. Essa correlação pode sugerir uma maior procura da população adulta e casada para esses eventos, que exigem custo financeiro, e podem ser informações relevantes e atrativas, aos organizadores, no contexto da sua viabilidade econômica e comercial. A economia movimentada nas corridas se tornou um setor de mercado esportista, e podem ser comercializadas como um produto para os seus participantes (Rojo *et al.*, 2017).

Em relação à naturalidade, houve grande porcentagem de participantes da cidade na qual foi realizado o evento (Corumbá-MS). Entretanto, não tivemos informações quanto a sua moradia, o que foi uma limitação do estudo. Os dados não expressam se eles moram na cidade ou se vieram apenas para o evento, podendo ser um dado a ser pesquisado em trabalhos futuros. Por outro lado, observou-se a existência, mesmo que somente quanto à naturalidade, de grande diversidade regional, o que totalizou 25 cidades brasileiras, divididas em nove Estados, Distrito Federal e, ainda, a presença de bolivianos da cidade de Santa Cruz de La Sierra. Essa participação internacional pode ser compreendida pela localização da cidade do evento, sobretudo quando considerado o fluxo local de migrantes devido à fronteira Brasil-Bolívia. Segundo Golin (2017), existe uma importante interação na região, sendo uma “porta” de entrada e saída migratória, o que pode justificar também a participação desses competidores internacionais nas provas em Corumbá-MS (Brasil).

Portanto, ao considerar o aspecto da saída, no sentido do migrante esportivo, é importante ressaltar a participação de brasileiros em eventos desportivos realizados na cidade de Santa Cruz de La Sierra (Bolívia). Entre eles, o Campeonato Sul-Americano de Meia Maratona, realizado em julho de 2023, no qual o brasileiro Johnatas de Oliveira Cruz foi campeão na categoria masculina e na feminina o

Brasil conquistou o 5º lugar com a atleta Valdilene dos Santos Silva (Surtoolímpico, 2023). E a Maratona de Santa Cruz de La Sierra 2023 (6ª edição), evento desportivo nacional, certificado pela Federação Internacional de Atletismo (IAAF), nas modalidades 42km, 21km, 10km e 5km. Esse evento vem oportunizando uma grande participação de pessoas, sobretudo devido à diversidade das provas propostas, geralmente reunindo mais de cinco mil participantes (Maratón de Santa Cruz de La Sierra, 2023). Diante disso, destacamos que é relativamente normal as pessoas se deslocarem para participarem de eventos esportivos (nacional e internacional), por isso acabam treinando por vários meses para correr as provas (Dallari, 2009).

No estado nutricional, identificou-se 43,53% da população com eutrofia, 42,36% com sobrepeso e 14,11% com obesidade, sendo 56,47% com excesso de peso corporal. Esses dados são semelhantes ao estudo de Ferreira, Bento e Silva (2015), em relação à maior prevalência de corredores eutróficos (76,8%), 19,45% com sobrepeso e 6,9% com obesidade. Ressalta-se, no presente estudo, elevada frequência de corredores com excesso de peso corporal (sobrepeso e obesidade - 56,47%). Entretanto, os dados podem estar relacionados ao estilo de vida, como alimentação inadequada ou à prática de exercícios físicos, além da corrida, entre eles os exercícios físicos para hipertrofia muscular que podem elevar a massa corporal. O IMC apesar de ser um bom indicador antropométrico, tem limitações na avaliação de gordura corporal, pois ele não distingue massa de gordura e massa magra, superestimando o IMC em pessoas musculosas (ABESO, 2016), o que pode justificar o valor observado entre os participantes desse evento de corrida. Destaca-se o baixo predomínio de corredores com obesidade, sugerindo, talvez, uma relação com a prática da corrida que é uma atividade física que pode favorecer um grande dispêndio de energia, o que contribui para a perda de massa corporal.

Com relação à pressão arterial, 54,1% dos participantes não têm o hábito de aferir a pressão arterial, mas 74,1% responderam ter pressão arterial igual a 120/80, considerado normotensão. Esse resultado pode estar vinculado aos benefícios da atividade física, essencialmente aeróbia, que contribui para a melhora e/ou controle da pressão arterial elevada (Barroso *et al.*, 2020); e pode reduzir significativamente a pressão arterial com o aumento moderado na atividade física (Monteiro; Sobral Filho, 2004). Acrescenta-se a esses resultados que 92,9% não possui nenhuma doença ou problemas de saúde. Talvez os benefícios da corrida contribuem para a normalização da pressão arterial e para a diminuição de doenças, que pode estar relacionada com a baixa procura de orientação e/ou consulta médica.

Sobre as ações preventivas, percebe-se que os participantes não procuraram orientação médica (65,9%) e um profissional de Educação Física (54,1%) para a

prescrição dos treinos. Souza, Moreira e Campos (2015) relatam a importância de uma orientação correta para a prescrição e realização das atividades, respeitando os limites e condições físicas de cada indivíduo. Essa baixa procura pode ter relação com a escolaridade, ou possuem algum conhecimento sobre os tipos de treinos. Entretanto, apesar da baixa procura pelo profissional de Educação Física, observou-se moderada prevalência de lesões pertinentes à corrida (35,3%), que pode estar relacionada às características de treinamento: alongamento antes e depois do treino (38,8%), fazer aquecimento antes (50%) e/ou exercícios de fortalecimento. Dados similares ao estudo Lima e Do Amaral Durigan (2018) em que os participantes relataram fazer alongamento (62%) e aquecimento (60%) antes do treino, e não apresentaram lesões.

No treinamento físico, 52,9% treinam de três a quatro vezes, durante 126 minutos e 19 km de distância semanais, o que corresponde a uma média de 4,75 km e de 31,5 a 42 minutos diários. Estudo recente mostra frequência semanal, em média, três dias por semana, e tempo de atividade em torno de 57 minutos diários (Da Silva Batista; De Albuquerque; Barros Filho, 2021) e de 15 a 30 km semanais (Lima; Do Amaral Durigan, 2018). Os dados do presente estudo expressam uma população ativa, pois atendem às recomendações de atividade física semanais: 150 minutos de atividades moderadas ou 75 minutos atividades vigorosas, contribuindo para a promoção de saúde nessa amostra. Recomenda-se que todos os adultos devem praticar atividade física regular, pelo menos 150 a 300 minutos de atividade física aeróbia de moderada intensidade; ou pelo menos 75 a 150 minutos de atividade física aeróbia de vigorosa intensidade; ou uma combinação entre essas duas atividades físicas, ao longo da semana, para obtenção de benefícios à saúde (Camargo; Añes, 2020). Isso também indica, de certa forma, como um evento pode influenciar nos hábitos de vida dos participantes, algo que antecede qualquer evento, e favorecer menor incidência de sedentarismo.

Outro estudo realizado com 55.137 adultos praticantes de corrida de rua evidenciou que 30% a 45% dos corredores casuais ganharam uma expectativa de vida de três anos comparada ao grupo de não corredores. E, mesmo com uma frequência baixa de treino, < 51 min semanal, verificou-se redução no risco de mortalidade em comparação com o grupo de não corredores. Nos praticantes mais persistentes na frequência, volume e intensidade de treino, os benefícios foram mais significativos com menor risco de mortalidade (Lee *et al.*, 2014). Estes dados, sobretudo quanto ao volume de treinamento e expectativa de vida, são compatíveis com os resultados observados no trabalho realizado com a amostra do Circuito de Corrida de Rua – FUNEC. Nesse contexto, destaca-se a relação da corrida com a promoção da saúde e qualidade de vida.

Quanto à motivação para iniciar a corrida o presente estudo identificou: melhora na qualidade de vida (60%), controle de estresse (25%) e prazer (20%), resultados diferentes dos encontrados por Da Silva Batista, De Albuquerque e Barros Filho (2021) na avaliação da motivação nos itens: divertimento, aparência, social e satisfação com a vida. Batista *et al.* (2022) evidenciaram emagrecimento como um dos principais fatores para iniciar a corrida. Assim, podemos constatar que existem diversos fatores que colaboram para a iniciação da corrida; e ressaltar a participação em grupos de corrida que têm um papel fundamental no quesito motivacional. Os grupos favorecem esse sentimento, alavancando resultados e melhorando a sociabilidade. No presente estudo observou-se que 54,1% dos corredores participam de um grupo de corrida; e apesar da corrida de rua ser uma prática individual, essa integração social é relevante para a sua popularização (Salgado; Chacon-Mikahil, 2006).

Em relação à importância da corrida na vida dos participantes a principal palavra foi “Saúde”. Contudo, observou-se uma grande diversidade de palavras que expressam o sentimento individual e coletivo que a prática da corrida pode proporcionar. São elas: “prazer”, “bem estar”, “superação”, “satisfação”, “liberdade”, “qualidade de vida”, “estética”, “felicidade”, “amor”, “lazer”, “amizade”, “paz”, “vida” e outras. Estudos similares descrevem sentimentos equivalentes em que as maiores motivações dos corredores são: saúde, qualidade de vida, condicionamento físico, prazer, sociabilidade e controle do estresse, essa importância encontrada pode ser referente ao que a corrida proporciona a cada indivíduo (Ramos; Souza, 2017; Gonçalves, 2011), apesar de diferentes regiões e/ou populações envolvidas. Ou seja, essa “semelhança” pode expressar também a característica desse esporte, a corrida de rua, transpondo fronteiras nacionais e culturais devido a sua facilidade e linguagem “universal”, não necessitando de grande aparato esportivo para a sua execução. Fatos que contribuem para que a corrida tenha grande expansão no mundo como um fenômeno esportivo popular, impactando na mobilização econômica num determinado local, por exemplo (Santos, 2016).

Santos (2016) também comenta que a estruturação dos eventos para as corridas de rua no Brasil é baseada em ações bem sucedidas nos Estados Unidos da América, principalmente em função de parcerias e intercâmbios esportivos. Relacionando com o presente estudo, nota-se que a questão fronteiriça local tem grande potencial, sobretudo devido a certa facilidade no deslocamento e fluxo migratório, pela movimentação de turistas e/ou migrantes, seja de forma rotineira ou passageira.

Outro aspecto, elencado em recente estudo de revisão sistemática sobre a migração no esporte, foi a constatação de um grande número de pesquisas abor-

dando análises socioculturais, tais como: a busca por melhores condições econômicas e ascensão social; nacionalização, identidade nacional e mídia; e carência de pesquisas relacionando desempenho esportivo e migração no esporte. Nesse processo de movimentação migratória no esporte, diversos fatores estão envolvidos na motivação do atleta em buscar novas oportunidades de trabalho, e não apenas a “migração pela migração” (Nascimento *et al.*, 2020), dados que ampliam o campo de estudos e conhecimento nessa temática.

Diante desse contexto, novas pesquisas precisam ser realizadas sobre a temática de migração (nacional e internacional) e o esporte (corrida), essencialmente na relação desse fluxo migratório com o desempenho do atleta. Assim, também é interessante o fomento de eventos similares na região, inclusive com o intuito de até atrair pessoas de diferentes locais, como foi observado na amostra.

## Considerações finais

O estudo verificou que a média de idade dos participantes é de 37 anos, sendo a maioria solteiros e casados, com o nível de escolaridade superior e especialização e com sobre peso e baixa prevalência de obesidade. Ressalta-se ainda, a diversidade de pessoas de outras cidades participando do evento. Embora poucos procuram orientação médica e/ou orientação de um profissional de Educação Física, a maioria não apresenta doenças físicas. No treinamento da corrida, mais da metade tem frequência de treino de três a quatro vezes durante 126 minutos e 19 km de distância semanais, no período noturno. Um pouco mais da metade dos corredores participam de grupos de corrida e a maior motivação para iniciar a corrida foi a melhora da qualidade de vida e a busca pela saúde.

Estudar o perfil de corredores de rua ajuda a trazer dados elementares e conhecimentos sobre as pessoas que participam desses eventos, com os quais podem ajudar no aperfeiçoamento a cada prova, diminuindo o risco de erros, contribuindo para um evento melhor e mais seguro. Apesar de poucas pesquisas sobre corrida na região, constatamos que os corredores estão em busca de uma qualidade de vida estável e funcional, que pode ser proporcionada pelas relações humanas e pelas práticas corporais.

Por fim, os dados coletados apontam que os atletas não são profissionais e praticam a corrida esporadicamente. Desta forma, o presente trabalho contribuiu de forma propositiva ao descrever o perfil dos corredores e proporcionar uma visão geral sobre os participantes, o que possibilitará a construção de novas pesquisas sobre o tema na região fronteiriça de Corumbá-MS, sendo um espaço rico para estudos que envolvem o esporte de massa, por exemplo.

## Agradecimentos

Agradecemos à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), ao Câmpus do Pantanal (CPAN); à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE/UFMS); à Fundação de Esporte de Corumbá – FUNEC e funcionários; aos corredores que participaram da pesquisa; à Prof.ª Dr.ª Regina Baruki-Fonseca, pela tradução do abstract; e à Prof.ª Bertha Salek Sokolovsky, pela tradução do resumen.

## Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA (ABESO). **Diretrizes brasileiras de obesidade 2016**. 4. ed. São Paulo: ABESO, 2016.
- BALBINOTTI, Marcos Alencar Abaide *et al.* Perfis motivacionais de corredores de rua com diferentes tempos de prática. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 37, p. 65-73, 2015.
- BARROSO, Weimar Kunz Sebba *et al.* Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial–2020. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 116, p. 516-658, 2021.
- BATISTA, Maria Geovania Cardoso *et al.* Fatores motivacionais para a prática de corrida de rua. **Renef**, v. 13, n. 19, p. 49-60, 2022.
- CAMARGO, Edina Maria de; AÑEZ, Ciro Romelio Rodriguez. **Diretrizes da OMS para atividade física e comportamento sedentário**: num piscar de olhos. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2020.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO (CBAT). **Percursos oficiais**. Disponível em: <<https://www.cbat.org.br/corridas/percurso.aspx>>. Acesso em 15 de junho de 2022.
- COSTA, Edgar Aparecido da. Os bolivianos em Corumbá-MS: construção cultural multitemporal e multidimensional na fronteira. **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 4, p. 17-33, 2012.
- DA SILVA BATISTA, Evenon Henrique; DE ALBUQUERQUE, Diogo Barbosa; BARROS FILHO, Marcos Antonio. Corrida de rua: motivos para prática e satisfação com a vida de corredores amadores. **Revista Eletrônica da Estação Recife**, v. 7, n. 3, 2021.
- DALLARI, Martha Maria. **Corrida de rua**: um fenômeno sociocultural contemporâneo. São Paulo: USP, 2009. 130p. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.
- DE FREITAS, Marcos Bueno; SEDORKO, Clóvis Marcelo. Os benefícios da corrida de rua para a qualidade de vida de seus praticantes. **Biomotriz**, v. 15, n. 1, p. 306-316, 2021.
- DE OLIVEIRA, Vinícius Finimundi *et al.* Perfil sociodemográfico e de treinamento de corredores de rua da Serra Gaúcha. **RBPTEX-Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, v. 13, n. 88, p. 1426-1433, 2020.
- DIÁRIO DO TURISMO. **Foz do Iguaçu**: Meia Maratona Internacional das 3 Fronteiras agitou local. Disponível em: <https://diariodoturismo.com.br/foz-do-iguacu-meia-maratona-internacional-das-3-fronteiras-agitou-local/>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- FEDERAÇÃO DE ATLETISMO DE MATO GROSSO DO SUL (FAMS). Disponível em: <http://www.atletismoms.org.br/fams>. Acesso em: 03 nov. 2022.
- FEDERAÇÃO PAULISTA DE ATLETISMO (FPA). **Estatísticas**. Disponível em: <https://atletismopaulista.com.br/relatorio-corrida-de-rua/download-versao-essencial/>. Acesso em: 25 out. 2022.

FERREIRA, Vanessa Roriz; BENTO, Ana Paula Nunes; SILVA, Mara Reis. Consumo alimentar, perfil antropométrico e conhecimentos em nutrição de corredores de rua. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 21, p. 457-461, 2015.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Qual a renda mensal das Classes**, 2018. Disponível em: <https://cps.fgv.br/qual-faixa-de-renda-familiar-das-classes>. Acesso em: 10 nov. 2022.

GARBER, C. E.; BLISSMER, B.; DESCHENES, M. R.; FRANKLIN, B. A. *et al.* American College of Sports Medicine position stand. Quantity and quality of exercise for developing and maintaining cardiorespiratory, musculoskeletal, and neuromotor fitness in apparently healthy adults: guidance for prescribing exercise. **Medicine and science in sports and exercise**, v. 43, n. 7, p. 1334-1359, 2011.

GOLIN, Carlo Henrique. **Educação física escolar na fronteira Brasil-Bolívia: desafios e dilemas interculturais**. 2017. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2017.

GONÇALVES, Gabriel Henrique Treter. **Corrida de rua: um estudo sobre os motivos de adesão e permanência de corredores amadores de Porto Alegre**. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores Sociodemográfico e de Saúde no Brasil**, 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv42597.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

LEE, Duck-Chul *et al.* Leisure-time running reduces all-cause and cardiovascular mortality risk. **Journal of the American College of Cardiology**, v. 64, n. 5, p. 472-481, 2014.

LIMA, Fabiana Seixas Costa; DO AMARAL DURIGAN, Adriana Nominato. Perfil e características de treinamento dos praticantes de corrida de rua no município de São José do Rio Preto-SP. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício (RBPFE)**, v. 12, n. 77, p. 675-685, 2018.

LORO, Alexandre Paulo. **Práticas corporais, lazer desviante e territorialidade**. 2017. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

MARATÓN DE SANTA CRUZ DE LA SIERRA. **Maratón Santa Cruz de La Sierra**. Disponível em: <https://maratonsantacruzdelasierra.com.bo/noticias/las-calles-y-avenidas-de-santa-cruz-se-matizaron-de-verde-con-su-maraton/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MONTEIRO, Maria de Fátima; SOBRAL FILHO, Dário C. Exercício físico e o controle da pressão arterial. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 10, p. 513-516, 2004.

NASCIMENTO, Diego Ramos do *et al.* Migração no esporte: uma revisão sistemática. **Motrivivência**, v. 32, n. 62, 2020.

NOGUEIRA, Rodrigo Hisgail de Almeida *et al.* Características de frequentadores do Parque Minhocão-SP. **Journal of Physical Education**, v. 33, 2022.

PEDISIC, Zeljko *et al.* Is running associated with a lower risk of all-cause, cardiovascular and cancer mortality, and is the more the better? A systematic review and meta-analysis. **British journal of sports medicine**, v. 54, n. 15, p. 898-905, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ (PMC). **Fundação de Esportes de Corumbá**. Disponível em <https://corumba.ms.gov.br/secretarias/funda%C3%A7%C3%A3o-de-esportes-de-corumb%C3%A1>. Acesso em: 22 jul. 2023.

RAMOS, Laiz Leal; SOUSA, Adriana Patrícia Oliveira Rosa. **Análise dos perfis motivacionais de corredores de rua do Distrito Federal para iniciação da prática da corrida**. 2017.

ROJO, Jeferson Roberto *et al.* Corrida de rua: reflexões sobre o “universo” da modalidade. **Corpoconsciência**, p. 82-96, 2017.

ROJO, Jeferson Roberto; ROCHA, Francielli Ferreira da. Análise do perfil dos corredores e eventos de corridas de rua da cidade de Curitiba-PR. **Educación Física y Ciencia**, v. 20, n. 4, p. 15-16, 2018.

ROWE, Glenn C.; SAFDAR, Adeel; ARANY, Zolt. Running forward: new frontiers in endurance exercise biology. *Circulation*, v. 129, n. 7, p. 798-810, 2014.

SALGADO, José Victor Vieira *et al.* **Análise do perfil de corredores de rua.** Campinas. Originalmente apresentado como tese de pós-graduação. Universidade Estadual de Campinas, 2016.

SALGADO, José Vítor Vieira; CHACON-MIKAHIL, Mara Patrícia Traina. Corrida de rua: análise do crescimento do número de provas e de praticantes. *Revista Conexões*, Campinas, v. 4, n. 1, p. 100-109, 2006.

SANTOS, Rosicler Pereira dos. **Corpo e cultura midiática na cidade de São Paulo:** eventos de corrida de rua. Dissertação de Mestrado em Comunicação – Universidade Paulista – UNIP, São Paulo, São Paulo, Brasil, 2016.

SOUZA, Guilherme Lissa; MOREIRA, Natalia Boneti; CAMPOS, Wagner. Ocorrência e características de lesões entre praticantes de musculação. *Saúde e pesquisa*, v. 8, n. 3, p. 469-477, 2015.

SURTOOLÍMPICO. **Johnatas Cruz vence o Sul-americano de Meia Maratona.** 2023. Disponível em: <https://www.surtoolimpico.com.br/2023/07/johnatas-de-oliveira-cruz-vence-o-sul.html>. Acesso em: 21 jul. 2023.

THUANY, Mabliny *et al.* Crescimento do número de corridas de rua e perfil dos participantes no Brasil. **Atividade física, esporte e saúde:** temas emergentes, v. 1, 2021.

THUANY, Mabliny; GOMES, Thayse Natacha; ALMEIDA, Marcos Bezerra. Validação de um instrumento para caracterização e verificação de fatores associados ao desempenho de corredores de rua. *Scientia Plena*, v. 16, n. 3, 2020.

WORLD ATLETICS. **Modalidade Esportivas.** Disponível em: <https://www.worldathletics.org/our-sport>. Acesso em: 25 maio 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Health Topics. Cardiovascular diseases.** 2023a. Disponível em: [https://www.who.int/health-topics/cardiovascular-diseases#tab=tab\\_1](https://www.who.int/health-topics/cardiovascular-diseases#tab=tab_1). Acesso em: 12 jun. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Health Topics. Physical activity.** 2023b. Disponível em: [https://www.who.int/health-topics/physical-activity#tab=tab\\_1](https://www.who.int/health-topics/physical-activity#tab=tab_1). Acesso em: 22 jul. 2023.

# CULTURA SURDA NA FRONTEIRA: DIÁLOGO COM A ONOMÁSTICA

## Cultura Sorda en la Frontera: diálogo con la onomástica

DOI 10.55028/geop.v18i35

Ednéia Bento de Souza Fernandes\*  
Caroline Reis dos Santos\*\*  
Suziane Viriato de Araújo\*\*\*  
Daiany Furtado de Lima\*\*\*

**Resumo:** A cultura surda fronteiriça Guajará-Mirim é pelos artefatos culturais como a percepção visual e expressão corporal na representação do modo de ver/viver os espaços físicos da cidade. Os surdos nomeiam o mundo visualmente, designando significado a partir da onomástica, uma área da Linguística que estuda os nomes próprios. O objetivo desta pesquisa foi registrar os sinais/nome. Os sinais-nome criados na Universidade Federal de Rondônia, campus de Guajará-Mirim apresentaram empréstimos linguísticos da língua portuguesa, fazendo referência aos aspectos físicos, comportamentais e sociais das pessoas nomeadas.

**Palavras-chave:** Cultura Surda na fronteira, Nomeação em Línguas de Sinais, Antropónimia.

**Resumem:** La cultura sorda fronteriza Guajará-Mirim se fundamenta en artefactos culturales como la percepción visual y la expresión corporal en la representación de la forma de ver/vivir los espacios físicos de la ciudad. Las personas sordas nombran el mundo de forma visual, asignando significado a través de la onomástica, área de la Lingüística que estudia los nombres propios. El objetivo de esta investigación fue registrar los signos/nombre. Los signos nominativos creados

## Introdução

O ato de nomear entre as comunidades surdas é usualmente chamado de batismo, ou seja, os surdos nomeiam através de sinais pessoas, lugares, animais, objetos etc. Esse ato é neste estudo objeto de pesquisa pois pretendo registrar e fazer uma análise superficial sobre a relação cultural dos surdos com a Onomástica.

Segundo Polguère (2018) as línguas são constituídas de léxico e gramática, sendo assim se formam, “de signos e de regras que permitem combinar esses signos”. Ser linguista também compreende o aprender e estudar uma língua mesmo que seja a sua própria língua e em se tratando de ser o primeiro estudo apresenta registros da língua de sinais na fronteira de Guajará-Mirim

\* Professora Voluntária, Extensionista, Tradutora e Intérprete de Libras. Graduada em História, Letras-Libras, Mestre em Letras UNIR membra do grupo de pesquisa GEIFA.

\*\* Pedagoga bilíngue, Tradutora e intérprete de Libras pesquisadora associada ao GEIFA.

\*\*\* Professora de Libras, graduada em Letras Português pela Universidade Federal de Rondônia.

\*\*\*\* Pedagoga surda bilíngue, graduada pela Universidade Federal de Rondônia.

en la Universidad Federal de Rondônia, campus Guajará-Mirim, presentaron préstamos lingüísticos de la lengua portuguesa, haciendo referencia a los aspectos físicos, conductuales y sociales de las personas nombradas.

**Palabras clave:** Cultura sorda en la frontera, Denominación en Lenguas de Signos, Antroponimia.

sobre a Libras. Entender como visualmente a língua e léxico significam em suas unidades para fazer fluir a compreensão sobre os signos e as regras”, assimilando esses dois conjuntos de conhecimentos de modo a relacionar e adquirir competência e desempenho na comunicação e expressão espontaneamente” (Polguère, 2018). Desta forma pretendemos apresentar não apenas o léxico, mas também como este está conectado com a cultura do falante da língua de sinais na fronteira. Sobre léxico, estamos estudando amparados na visão de Trask (2004), que afirma:

O vocabulário de uma língua. Todo falante de uma língua possui um determinado vocabulário, que compreende seu vocabulário ativo, ou seja, as palavras que ele faz uso, e seu vocabulário passivo, ou seja, as palavras que ele comprehende, mas normalmente não usa. Em linguística, porém, geralmente não se fala de vocabulário de uma determinada língua, e sim de seu léxico, o inventário total de palavras disponíveis aos falantes. É muito comum que o léxico não seja entendido apenas como uma longa lista de palavras (Trask, 2004, p. 155).

O linguista afirma que existem também os recursos lexicais e os processos que possibilitam a criação de palavras na língua. Portanto percebemos a relação do léxico criado com a morfologia – que é a área da linguística que estuda formação de sinais/palavras.

Segundo Biderman (2001) o léxico, ou seja, o conjunto total de palavras que

compõem uma língua, podemos verificar elementos que apresentam as marcas da cultura e identidade dos seus falantes. Como a própria linguista afirma, “o universo lexical de um grupo sintetiza a sua maneira de ver a realidade e a forma como seus membros estruturam o mundo que os rodeia” Biderman (2001). Assim, se o léxico reflete as realidades do mundo, podemos concluir que ele incorpora a cultura de um povo.

Sousa (2022) afirma que, em línguas de sinais, o léxico é constituído pelos sinais que funcionam como as palavras das línguas orais. Por se tratar de uma língua de modalidade visual-espacial, os sinais são formados por parâmetros: *Configuração de Mão*, que é a forma que a mão assume em cada sinal; *Movimento*, que é o deslocamento das mãos no espaço ou no corpo do sinalizante; *Orientação*, que é a direção para onde a palma da mão é apontada na produção do sinal; *Ponto de Articulação*, que é o lugar onde o sinal é produzido (pode ser o espaço neutro – à frente do corpo – ou algum ponto do corpo: braço, mão, testa, rosto, tórax etc); *Expressão Não-Manual*, que são as expressões do rosto ou do tronco do corpo do sinalizante que participa da formação do sinal e tem função linguística: superlativar, entonar etc. (Quadros; Karnopp, 2004; Quadros, 2019).

## Onomástica e Antropônima em Libras

A Onomástica está localizada entre os estudos do léxico, sendo uma disciplina voltada para pesquisas linguísticas acerca dos nomes próprios em geral Dick (1990). De acordo com Sousa (2021) essa disciplina tem a tradição de atribuir o estudo onomástico apenas aos estudos dos nomes próprios de pessoas e lugares, porém o autor afirma que essa área abrange os nomes próprios de estabelecimentos comerciais, de animais, de fenômenos atmosféricos etc. Nas palavras do autor:

[...] além dos nomes próprios de pessoas (Antropônima) e dos nomes próprios de lugares (Toponímia), há o estudo dos nomes próprios de astros celestes – como Halley, que dá nome a um cometa – (Astronímia), de fenômenos atmosféricos – como Katrina, que dá nome a um furacão (Metereonímia); de animais – como Dolly, que dá nome à ovelha clonada (Zoonímia); de cursos d’água, como Véu da Noiva, que dá nome a uma cachoeira localizada em Mato Grosso (Hidronímia); de produtos e estabelecimentos comerciais, como Coca-Cola, que dá nome a um refrigerante (Onionímia), entre outros (Sousa, 2021, p. 15).

Utilizando uma ilustração desenvolvida pelo autor apresentamos a imagem abaixo que visualmente nos dá dimensão dos campos de estudo da Onomástica. De modo que sabemos que a linguagem está presente em todas as esferas da atividade humana, de modo que o ato de nomeação também é amplo e diversificado.

## Caracterização geral da pesquisa

Esta é uma pesquisa qualitativa aplicada e qualitativa à medida que busca refletir sobre a importância desses registros tendo em vista que outros surdos ingressarão na universidade e a nomeação dos professores tende a ficar perdida enquanto léxico e um sinal-nome construído por uma pessoa surda na relação com a comunidade acadêmica. A dimensão desse registro alcança futuras propostas de pesquisa sobre as análises fonéticas e fonológicas das unidades que constituem os sinais-nome.

Como afirma Serrano (2011) “O método põe ordem e confere sentido”. E tudo deve partir do problema que se pretende responder. No nosso caso, a questão de pesquisa é: Registrar os sinais nome de professores e técnicos da Unir, propondo que os registros sirvam para reflexão e identificação sobre quais as características estruturais e semânticas dos sinais-nome dessas pessoas. Nesse sentido, faremos inferências resumidas sobre este aspecto dado ao volume de dados a serem analisados. De modo que nossa atenção está concentrada prioritariamente na criação e nos registros dos sinais-nome.

Nosso estudo está inserido na Linguística, no encontro de duas subáreas: a Lexicologia e a Semântica. O fenômeno linguístico escolhido é a criação dos sinais-nome, também o registro e se possível adentrar em um nível de análise desses sinais. A investigação utiliza a Língua Brasileira de Sinais – língua oficial da comunidade surda do Brasil (Brasil, 2002).

A presente pesquisa, quanto à natureza, se classifica como aplicada. Segundo Paiva (2019), a investigação aplicada tem por objetivos, “gerar novos conhecimentos” e “resolver problemas, inovar ou desenvolver novos processos e tecnologias” Paiva (2019). Aqui, fazemos uso de teorias e métodos já consagrados no âmbito dos estudos lexicais em Libras – como Taub (2001), Barros (2018), Sousa (2021; 2022) – e aplicamos na análise dos dados selecionados. Estes, por sua vez, constituem uma fonte primária, pois são “dados produzidos e coletados pelo próprio pesquisador” Paiva (2019) os sinais-nome dos professores e técnicos da Unir.

Quanto à abordagem, nosso estudo se caracteriza como qualitativo pois, de acordo com Triviños (1987), a pesquisa qualitativa trabalha os dados analisando seu significado, buscando perceber o fenômeno dentro de um determinado contexto. Assim, tendo em vista que a pesquisa se destina ao registro dos sinais nome.

Quanto aos objetivos, com base em Gil (1991), nosso estudo pode ser classificado como documental que utiliza “materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, na criação de material para análise ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” Gil (199) sendo descritivo.

[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

### **Sobre as imagens, quais foram nossos procedimentos de análise?**

Conforme as imagens dos sinais-nomes apresentados na seção acima, agora explicamos como se deu a análise dos dados: As análises se deram quanto aos aspectos formais (descrição fonomorfológica dos sinais) e descrevemos quanto aos aspectos semântico-motivacionais dos sinais.

Quanto aos aspectos formais, cada sinal-nome foi descrito em seus parâmetros de formação, com base em Quadros (2019);

- a) Configuração de Mão (CM) – a forma que a mão apresenta na produção do sinal;
- b) Orientação da Palma da Mão (O) – a direção que a palma da mão apresenta em relação ao sinalizante no ato da produção do sinal;
- c) Movimento (M) – o deslocamento dos articuladores (especialmente as mãos) na produção dos sinais;
- d) Ponto de Articulação (PA) – o local onde o sinal é produzido, que pode ser um local do corpo ou o espaço neutro;
- e) Expressões Não-Manuais (ENM) – as expressões faciais ou corporais que são incorporadas na produção dos sinais e que possuem um valor gramatical.

Com relação aos aspectos motivacionais, levamos em conta, principalmente, a proposta de Barros (2018) – que sugeriu a classificação do sinal-nome com base nos aspectos físicos, nos aspectos comportamentais, nos aspectos sociais e na influência da língua oral (utilização de configuração de mão que faça relação às letras do nome da pessoa em língua portuguesa).

### **Produção e amostra de dados**

Os dados foram produzidos em colaboração com os professores e técnicos, posto que se trata dos seus sinais-nome; após a criação dos sinais-nomes cada professor repetiu seu sinal como forma de que eles saiba tratar-se de uma identidade no mundo dos surdos.

**Figura 1** - Sinal/nome Oziel Marques

Fonte: Arquivo pessoal da coautora Suziane Viriato.

Descrição:

**CONFIGURAÇÃO DA MÃO: C**

**LOCALIZAÇÃO DA MÃO: CABEÇA**

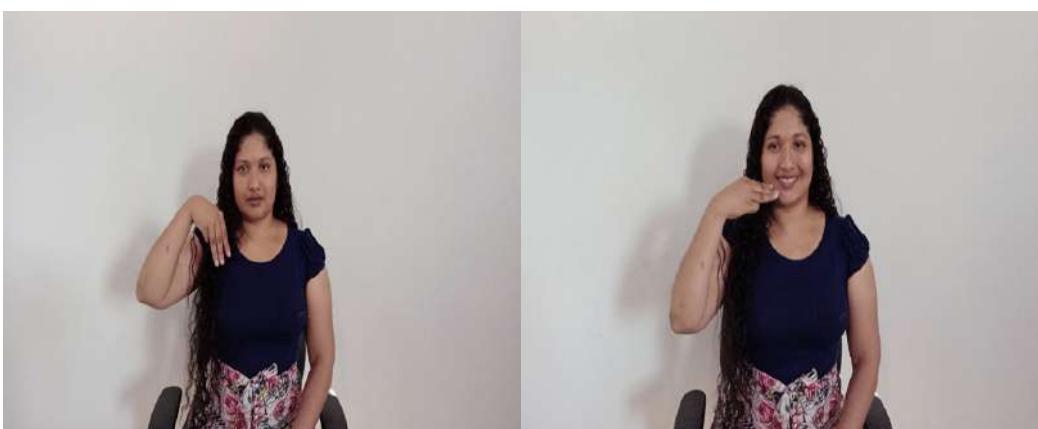
**LOCALIZAÇÃO DA MÃO: BOCA**

**MOVIMENTO: OUTRO LADO DA BOCA**

**ORIENTAÇÃO DA PALMA DA MÃO: PARA BAIXO**

**EXPRESSÃO FACIAL: NÃO TEM**

Esta formação é simples híbrido apenas um sinal em letra tomado de empréstimo da língua oral, sinalização semântico motivacional em características físicas (AF).

**Figura 2** - Sinal/nome Michela Araújo

Fonte: Arquivo pessoal da coautora Suziane Viriato.

Descrição:

**CONFIGURAÇÃO DA MÃO: M**

**LOCALIZAÇÃO DA MÃO: BOCA**

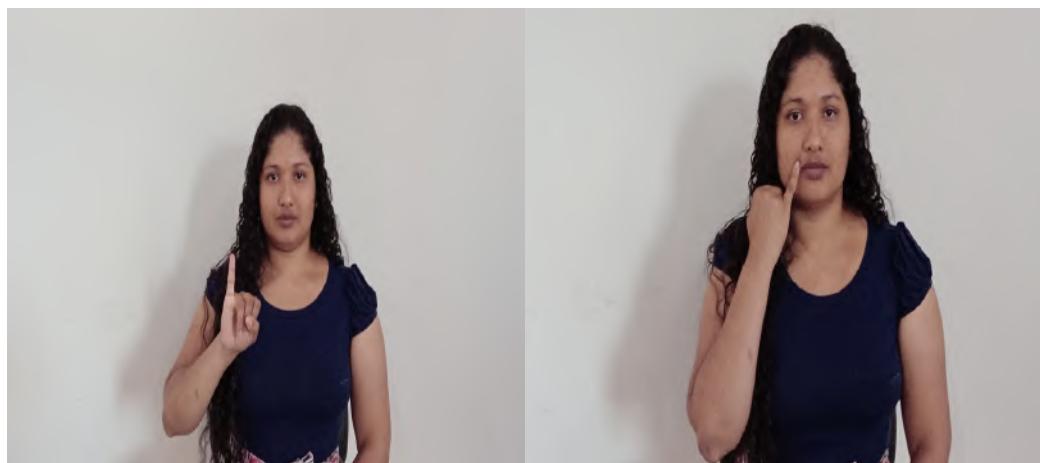
**MOVIMENTO: OUTRO LADO DA BOCA**

**ORIENTAÇÃO DA PALMA DA MÃO: PARA BAIXO**

**EXPRESSÃO FACIAL: SORRIR**

Formante simples híbrido um sinal tomado de empréstimo da língua oral, com motivação no aspecto comportamental (AC); sempre sorridente.

**Figura 3 - Sinal/nome Janine Félix**



Fonte: Arquivo pessoal da coautora Suziane Viriato.

Descrição:

**CONFIGURAÇÃO DA MÃO: J**

**LOCALIZAÇÃO DA MÃO: BOCA**

**MOVIMENTO: OUTRO LADO DA BOCA**

**ORIENTAÇÃO DA PALMA DA MÃO: PARA BAIXO**

**EXPRESSÃO FACIAL: NÃO TEM**

Formante simples híbrido um sinal tomado de empréstimo da língua oral, com motivação no aspecto físico (AF).

**Figura 4 - Sinal/nome Auxiliadora Pinto**

Fonte: Arquivo pessoal da coautora Suziane Viriato.

Descrição:

**CONFIGURAÇÃO DA MÃO: A**

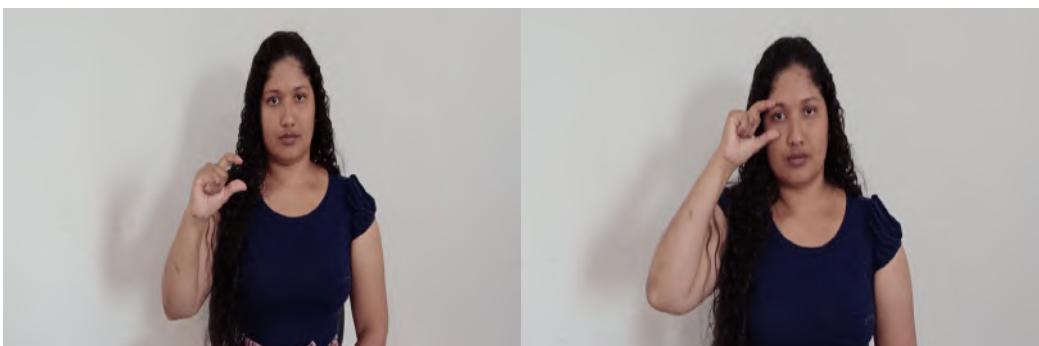
**LOCALIZAÇÃO DA MÃO: CANTO OLHO**

**MOVIMENTO: OUTRO LADO DA BOCA**

**ORIENTAÇÃO DA PALMA DA MÃO: PARA BAIXO**

**EXPRESSÃO FACIAL: NÃO TEM**

Formante simples híbrido um sinal tomado de empréstimo da língua oral, com motivação no aspecto físico (AF).

**Figura 5 - Sinal/nome Márcia Dias**

Fonte: Arquivo pessoal da coautora Suziane Viriato.

Descrição:

**CONFIGURAÇÃO DA MÃO: 19**

**LOCALIZAÇÃO DA MÃO: OLHO**

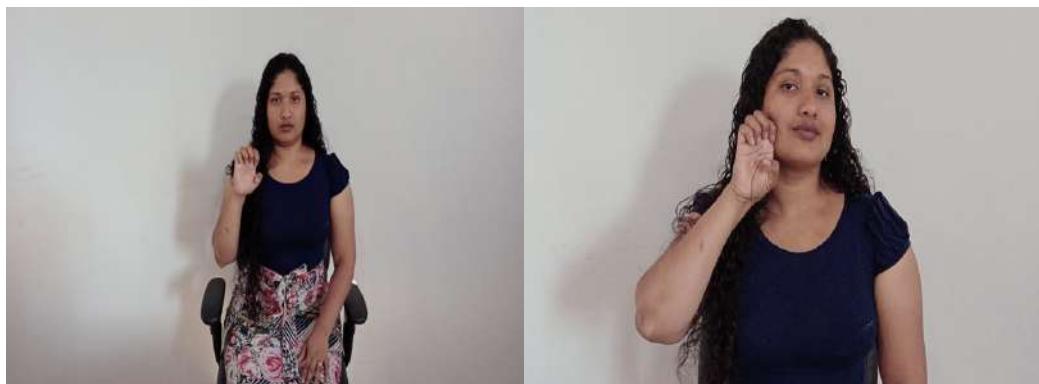
**MOVIMENTO: DUAS VEZES**

**ORIENTAÇÃO DA PALMA DA MÃO: PARA BAIXO**

**EXPRESSÃO FACIAL: NÃO TEM**

Formante simples um sinal nativo, com motivação no aspecto físico e social: (AFS) visualmente os óculos se destacam realçando a vida intelectual que está vinculada a profissão da professora Márcia Dias.

**Figura 6** - Sinal/nome Edinaldo Flausino



Fonte: Arquivo pessoal da coautora Suziane Viriato.

Descrição:

**CONFIGURAÇÃO DA MÃO: E**

**LOCALIZAÇÃO DA MÃO: CANTO**

**MOVIMENTO: PERTO DA ORELHA NA DIREÇÃO DO QUEIXO**

**ORIENTAÇÃO DA PALMA DA MÃO: PARA FRENTE**

**EXPRESSÃO FACIAL: NÃO TEM**

Formante simples híbrido um sinal tomado de empréstimo da língua oral, com motivação no aspecto físico (AF).

**Figura 7** - Sinal/nome Gabriel Cestari Vilardi



Fonte: Arquivo pessoal da coautora Suziane Viriato.

Descrição:

CONFIGURAÇÃO DA MÃO: **G**

LOCALIZAÇÃO DA MÃO: **CÍRCULO NO ROSTO**

MOVIMENTO: **NO ROSTO**

ORIENTAÇÃO DA PALMA DA MÃO: **PARA TRÁS**

EXPRESSÃO FACIAL: **NÃO TEM**

Formante simples híbrido um sinal tomado de empréstimo da língua oral, com motivação no aspecto físico (AF).

**Figura 8** - Sinal/nome Jacinto Pedro



Fonte: Arquivo pessoal da coautora Suziane Viriato.

Descrição:

CONFIGURAÇÃO DA MÃO: **J**

LOCALIZAÇÃO DA MÃO: **CANTO OLHO**

MOVIMENTO: **OUTRO LADO DA BOCA**

ORIENTAÇÃO DA PALMA DA MÃO: **PARA BAIXO**

EXPRESSÃO FACIAL: **NÃO TEM**

Formante simples híbrido, um sinal tomado de empréstimo da língua oral, utilizando a primeira letra do nome, apresentando a motivação com base no aspecto físico, olhos puxados (AF).

**Figura 9** - Sinal/nome Luanna Freitas



Fonte: Arquivo pessoal da coautora Suziane Viriato.

Descrição:

**CONFIGURAÇÃO DA MÃO: L**

**LOCALIZAÇÃO DA MÃO: BOCA**

**MOVIMENTO: OUTRO LADO DA BOCA**

**ORIENTAÇÃO DA PALMA DA MÃO: PARA BAIXO**

**EXPRESSÃO FACIAL: SORRIR**

Formante composto híbrido em que os dois formantes são tomados de empréstimo da língua oral, com motivação no aspecto comportamental (AC); sempre sorridente.

**Figura 10** - Sinal/nome Ednéia Bento de Souza Fernandes



Fonte: Arquivo pessoal da coautora Suziane Viriato.

Descrição:

**CONFIGURAÇÃO DA MÃO: E**

**LOCALIZAÇÃO DA MÃO: QUEIXO**

**MOVIMENTO: NÃO TEM**

**ORIENTAÇÃO DA PALMA DA MÃO: LADO ESQUERDO**

**EXPRESSÃO FACIAL: NÃO TEM**

Formante simples híbrido um sinal tomado de empréstimo da língua oral, com motivação no aspecto físico (AF).

## Análise dos dados e resultados

Foram registrados 17 sinais-nome e apresentados nesta pesquisa 15 destes com formantes em (AF), 1 em (AC) e um em (AFS) demonstrando assim que os surdos na fronteira Guajará-Mirim criam a maioria dos sinais nomeadores motivados em pelos aspectos físicos com grande influência da língua portuguesa tendo em vista que tomam de empréstimo a primeira letra do nome da pessoa para constituir o sinal nomeador.

Quanto às análises, destacamos os aspectos formais: estrutura fonomorfológica dos sinais-nome selecionados e sua classificação morfológica. Cada descrição foi realizada com base em Quadros (2019), para os parâmetros de formação fonético-fonológica; e Sousa (2019) para os tipos de formação morfológica. Por fim, destacamos a classificação semântico-motivacional, desses registros e com base em Barros (2018): demonstra que os surdos dentro da universidade criam sinais predominantemente com base em sua potencialidade visual, predominando neste sentido seu vínculo linguístico à cultura visual em contato com a língua portuguesa posto que a maioria das nomeações segue se constituir pela primeira letra do nome ou a letra mais destacada, como é o caso da letra I que sendo acentuada forma o sinal da professora Zuíla, pontuando desta forma o Empréstimo da Língua Oral para composição de sinais-nome na Libras utilizada pelas acadêmicas surdas do Campus de Guajará Mirim.

## Considerações finais

Percebi que os sinais nome criados pelas acadêmicas surdas apresentam em sua estrutura as unidades mínimas já identificadas na Libras e que os sinais criados também correspondem aos elementos visuais como marcas das culturas e identidades surdas.

Os elementos visuais constam nos sinais-nome que atentam para aspectos físicos, comportamentais e sociais visíveis nos nomeados, sendo possível fazer inferências sobre como a cultura surda se relaciona com o mundo ouvinte considerando a nomeação através da observação dos elementos marcantes eleitos pelos surdos nomeadores. A pesquisa também proporcionou um acervo linguístico que poderá ser utilizado em outras pesquisas sob outras abordagens linguísticas.

## Referências

- ANDRADE, Maria Margarida de. Lexicologia, Terminologia: definições, finalidades, conceitos operacionais. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia.** 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001. p. 13-22.
- BARBOSA, Maria Aparecida. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, Terminografia: objeto, métodos, campos de atuação e cooperação. In: SEMINÁRIO DO GEL, 39., 1991. **Anais** [...]. Franca: UNIFRAN, 1991, p. 182-189.
- BARROS, Mariângela Estelita. Taxonomia Antroponímica nas Línguas de Sinais – A Motivação dos Sinais-Nomes. **Revista RE-UNIR**, v. 5, n. 2, p. 40-62, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RE-UNIR/article/view/3092> Acesso em: 02 abr. 2021.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia.** 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001. p. 191-200.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do A. **A motivação topográfica e a realidade brasileira.** São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1990.
- FERRAREZI JR., Celso. **Semântica para a educação básica.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FERRAREZI JR., Celso. **Semântica.** São Paulo: Parábola Editorial, 2019.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MARTINS, Francisco. **O nome próprio.** Brasília: Editora UNB, 1991.
- MENEZES, Ketlen Cristina dos Santos Oliveira. **Antroponímia em Libras:** análise dos sinais-nome atribuídos a ouvintes do curso de Letras Libras, da Universidade Federal do Acre. 47f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Libras) – Licenciatura em Letras Libras, Centro de Educação, Letras e Artes, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2021.
- PERNISS, Pamela. **Space and iconicity in German Sign Language** (DGS), 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2066/30937> Acesso em: 5 maio 2020.
- POLGUÈRE, Alain. **Lexicologia e semântica lexical:** noções fundamentais. São Paulo: Contexto, 2018.
- QUADROS, Ronice Müller de. **Libras.** São Paulo: Parábola Editorial, 2019.
- QUADROS, Ronice Muller de; KARNOOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.
- SOUZA, Alexandre Melo de. Onomástica em Libras. In: SOUSA, Alexandre melo de; GARCIA, Rosane; SANTOS, Tatiane Castro dos (orgs.). **Perspectivas para o ensino de línguas.** v. 6. Rio Branco: EDUFAC, 2021. p. 8-22.

SOUSA, Alexandre Melo de. **Toponímia em Libras**. Relatório de pesquisa de pós-doutoramento em Linguística Aplicada/Libras. Florianópolis: UFSC, 2019.

SOUSA, Alexandre Melo de. **Toponímia em Libras**: pesquisa, ensino, interdisciplinaridade. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

SOUSA, Alexandre Melo de; OLIVEIRA, Gláucia Caroline Silva de; GONÇALVES-FILHO, José Sinésio Torres; QUADROS, Ronice Müller de. Antropônimia em língua de sinais: os sinais-nome em Florianópolis-SC, Brasil. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 7, n. 26, p. 112-124, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2598>. Acesso em: 6 abr. 2022.

TAUB, Sarah. **Language from the body**: iconicity and metaphor in American Sign Language. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. São Paulo: Contexto, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

XAVIER, André Nogueira. Panorama da variação sociolinguística em línguas sinalizadas. **Revista Claraboia**, Jacarezinho/PR, v. 12, p. 48-67, jul./dez. 2022. Disponível em: <http://seer.uenp.edu.br/index.php/claraboia/article/view/1538/pdf>. Acesso em: 30 abr. 2022.

# FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA FRONTEIRA: AS NOVAS PRÁTICAS CONSTRUÍDAS POR PARTICIPANTES DO PROJETO RUEDAS DE CONVERSACIONES

## Formación Docente en la Frontera: las nuevas prácticas construidas por los participantes del proyecto Ruedas de Conversaciones

DOI 10.55028/geop.v18i35

Maricarla Brito Moreno\*  
Zuila Guimarães Cova dos Santos\*\*

**Resumo:** O objetivo deste estudo foi identificar as possíveis práticas escolares interculturais desenvolvida por professores participantes do projeto. Os sujeitos da pesquisa foram professores de escolas públicas localizadas em faixas de fronteira internacional e que possuem alunos imigrantes. Os resultados nos revelam o trabalho singular do projeto Ruedas de Conversaciones, pois as professoras participantes conseguem através dos ensinamentos no curso desenvolver novas práticas pedagógicas voltadas aos alunos imigrantes.

**Palavras-chave:** Formação de Professores 1; Imigrantes 2; Práticas Interculturais

**Resumén:** El objetivo de este estudio fue identificar posibles prácticas escolares interculturales desarrolladas por los docentes participantes en el proyecto. Los sujetos de la investigación fueron profesores de escuelas públicas ubicadas a lo largo de las fronteras internacionales y que tienen estudiantes inmigrantes. Los resultados revelan la singular labor del proyecto Ruedas de Conversaciones, ya que los docentes participantes consiguen desarrollar nuevas prácticas pedagógicas dirigidas al alumnado inmigrante a través de las enseñanzas del curso.

## Introdução

Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa descritiva de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia sobre a formação de professores que atuam em regiões de fronteira, tem como objeto de estudo às possíveis práticas pedagógicas realizadas pelos participantes do projeto Ruedas de Conversaciones.

A formação docente não acontece somente nas salas das instituições de ensino superior, ela se dá também nos espaços de formação permanente, nos espaços escolares, em congressos e eventos educacionais, sejam eles presenciais ou *on-line*. É a partir da nossa curiosidade das novas leituras ou releituras, das observações, das interações, das trocas de experiência e saberes que

\* Graduada em Letras e Pedagogia, pela Universidade Federal de Rondônia-UNIR, Campus de Guajará-Mirim/RO, e-mail: maricarla07@live.com.

\*\* Doutora em Geografia pela UFPR, professora do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia -UNIR, e-mail: zuilagc@unir.br.

**Palabras clave:** Formación Docente 1; Inmigrantes 2; Prácticas Interculturales 3.

vamos nos construindo como indivíduos, sociais e profissionais.

A curiosidade é uma característica presente na vivência humana, sendo construída e reconstruída social e historicamente. É importante salientar que a promoção da ingenuidade para a criticidade não ocorre de forma automática, sendo uma das tarefas precípuas da prática educativa progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil. Sendo assim, a curiosidade é que move os nossos sonhos, o nosso fazer e, assim, buscamos aprender, criando possibilidades em um caminho muitas vezes cheio de percalços. Vamos criando estratégias para ultrapassarmos o que nos limita, na busca por uma autonomia formativa dentro e fora das universidades.

Muitos sistemas educacionais incluem em suas diretrizes e em seus discursos oficiais que a formação permanente e capacitação são fundamentais para o sucesso das reformulações educativas e melhoria na qualidade da educação. Mas, conforme Imbernón (2009, p. 34) “muitos países lançam, literalmente, os poucos recursos destinados à capacitação do professorado ao grande lixo da inutilidade”. Ou seja, há muita formação e poucas mudanças nas práticas docentes. Apesar de muitos docentes apontarem os problemas e a necessidade de mudança, a realidade em muitas salas de aula espalhadas pelo nosso país ainda continua baseada no sistema expositivo tradicional, com um

currículo engessado, disciplinas fragmentadas, prevalecendo a burocracia de um sistema de controle de diários, planos, notas, e horários cumpridos. Os sistemas precisam avaliar qual o impacto das formações e se elas vão atender às demandas coletivas e específicas dos docentes e das escolas.

Contudo, não podemos desconsiderar que há políticas de gestões que realizam processos formativos mais democráticos, inclusivos e abertos às vozes docentes e às necessidades das escolas. Práticas que surgem a partir de estudos diagnósticos das comunidades atendidas, uma parceria construída entre gestores de sistemas de ensino e, universidades, institutos, fundações entre outras organizações nacionais e internacionais que desenvolvem pesquisa na área da educação básica. Sabemos que essas iniciativas são bem-vindas e contribuem de forma positiva na formação do professor, potencializando as formações a partir das necessidades da comunidade escolar.

Nesse sentido, o objeto geral da pesquisa foi identificar as possíveis práticas escolares interculturais desenvolvida por professores participantes do projeto de Iniciação Científica PIBIC 2021/2022- Ruedas de Conversaciones: Práticas Escolares de Acolhimento e Ensino para Imigrantes, que será mais bem detalhado adiante.

### **Formação de professores: currículo e práticas interculturais**

Ao apresentamos a temática sobre a formação continuada destacamos que o conhecimento passa por uma época de céleres mudanças, com muitas informações descartáveis e processos de estudos cada vez mais rasos. Paralelamente, o ritmo acelerado dos processos de produção, da globalização, das exclusões geradas pelo Poder Capital surge novas demandas sociais expondo as vulnerabilidades em vários segmentos da nossa sociedade, como o espaço escolar. O que nos obriga a repensarmos nossas práticas de formação, ou seja, uma reflexão de zonas intermediárias da prática como são a singularidade, a incerteza e o conflito de valores, uma indagação incessante sobre a formação do professor, inicial ou continuada. E é desta forma que surgem os novos problemas já que é mais fácil fixar-se no que tem funcionado do que ousar numa perspectiva nova, mesmo sendo necessário.

É preciso uma nova forma de ver a educação, a formação do professorado e do papel do alunato. Abre-se uma imensa pausa, na qual estamos instalados, alguns incomodamente. Esse desconforto leva a busca de novas coisas, a começar a ver se é possível vislumbrar alternativas antigas e novas vozes começam a superar sua afonia para narrar o que sabem sobre o ensino e a formação (Imberón, 2009, p. 16.)

As novas formas de enxergarmos à educação deve considerar o caminho das mudanças sociais, sendo preciso analisar e refletir sobre o que tem real funcional-

lidade, o que devemos abandonar, desaprender, construir e reconstruir sobre o conhecimento já aprendido.

Nos últimos anos, ocorreram inúmeras transformações no Brasil e no mundo, consequência do dinâmico movimento da globalização com relação à economia política e cultural, das ciências e das tecnologias de comunicação e informação, das novas facetas do capitalismo que impactam, diretamente, o modo de vida da população global e suas interações sociais. Para Imbernon (2009), alguns pontos contribuíram para tais mudanças significativas nas políticas de formação continuada de professores, dentre elas podemos citar: avaliação dos modelos de formação; locais de formação próxima as instituições educativas; a prática reflexiva; a autonomia dos professores e entre outros.

Atualmente, a sociedade assiste as novas configurações de novas perspectivas sociais, com relação às variedades culturais, riqueza potencial das realidades humanas, na qual cada vez mais há uma centralização na discussão política sobre as formas de estar no mundo e, sobretudo, colocam à educação escolar e as práticas pedagógicas demandas e desafios envolvendo o necessário entrecruzamento entre políticas de igualdade e políticas de diferença (Candau, 2011).

Este entrecruzamento é envolvido por tensões e conflitos, pois passa por constantes desafios sociais, ideológicos e de poder. Principalmente no meio cultural, onde cada vez mais manifestam-se afirmações de cunho religioso, étnico, de classes ou de gênero das minorias, historicamente, subalternizadas e excluídas só pelo fato de buscarem em suas lutas os seus direitos reconhecidos.

Faz-se urgente uma reflexão em currículos educacionais onde às diversidades socioculturais sejam reconhecidas como polifonia da representatividade, isto é, que temas como conhecimento, saberes, corporeidade, linguagem, narrativas, relações, tempo e espaços consistem-se na legitimação dos componentes que criam e recriam essas temáticas. Conforme Imbernon (2009), alguns pontos contribuíram para tais mudanças significativas nas políticas de formação continuada de professores, dentre elas podemos citar: avaliação dos modelos de formação; locais de formação próxima as instituições educativas; a prática reflexiva; a autonomia dos professores e entre outros.

É necessária uma reflexão sobre a função da escola nesse novo contexto global, atenta a uma leitura de mundo crítica, diversa e plural. É importante observar o dinamismo dialético e controverso que se dá nas interações dialógicas entre os seus mais diversos sujeitos, que participam dentro de um espaço-tempo histórico no qual reivindicam uma educação atenta aos instrumentos de homogeneização e uniformização com objetivo de ocultar as diferenças culturais. Vários estudiosos

como, Fleuri (2009), Candau (2011), Moreira e Candau (2003) argumentam em prol da necessidade de estimularmos à solidificação de um currículo intercultural, criticamente direcionado a uma formação que seja diversa, dialógica, solidária e acolhedora, pois não se refere apenas a aceitar que existe uma diversidade sociocultural, mas sim de valorizar as identidades e as subjetividades de cada um, dentro do processo que se constroem e ressignificam nossas relações e interações.

## A docência em escolas de fronteira

Pensar nas escolas localizadas em cidades de fronteira transcende a ideia de que esses espaços são um mundo à parte ou paralelo a isso, pois essas escolas estabelecem limites nacionais ao medir relacionamentos e definir as responsabilidades entre os atores sociais diferentemente posicionados em contexto fronteiriço, nesse sentido, podemos compreender a articulação entre escola-nação e os modos de existência desse movimento de ir vir que é a fronteira. Segundo Milstein, as escolas “(...) são espaços sociais diferenciados e ao mesmo tempo interrelacionados de múltiplas maneiras com os grupos, práticas e conflitos da sociedade local e global” (Milstein, 2009, p. 36). O contexto escolar passa tanto pelas políticas públicas brasileira para a educação quanto pelas tensões sociais e políticas vividas por todos os agentes que participam desse meio.

Para esse diálogo nada mais pertinente falarmos sobre o que é a fronteira? Mas falar de uma fronteira fora da contextualização do aspecto geográfico ou dos limites, e sim uma fronteira que discuta características culturais, sociais que viajam dentro do tempo e do espaço de uma comunidade de agentes que são, pela sua condição fronteiriça, díspares e semelhantes, ao mesmo tempo. Pesavento (2006), coloca a fronteira como

[...] margem em permanente contato, como passagem a proporcionar mescla, interpenetração, troca e diálogo, que se traduzem em produtos culturais. Assim as fronteiras remetem à vivência, às socialidades, às formas de pensar intercambiáveis, aos ethos, valores, significados contidos nas coisas, palavras, gestos, ritos, comportamentos e ideias (Pesavento, 2006, p. 11).

Portanto, as fronteiras, dentro do local e do global, carregam a condição histórica e geográfica dos seus processos de formação. Contudo são marcadas, também, por suas relações identitárias que produzem novos pertencimentos e, consequentemente, novos recortes e separações, pois ao mesmo tempo em que suportamos em nós múltiplas identidades, somos sempre estrangeiros com relação a alguém ou alguma coisa.

## Alunos imigrantes e os desafios para a inclusão na educação brasileira

Na atualidade, os deslocamentos humanos estão cada vez mais intensos. Durante a última década (2011-2020), conforme o relatório OBmigra<sup>1</sup>, as migrações internacionais no Brasil passaram por diversas mudanças: o perfil dos imigrantes que chegaram ao país alterou-se em relação aos fluxos anteriores, houve um aumento da entrada pela fronteira Norte do país, e uma importante inserção laboral dos imigrantes nas regiões Sul e Sudeste, assim como teve a necessidade de alterações nas políticas e processos de regulamentações dos imigrantes, como, por exemplo, a criação das Resoluções Normativas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) (RNs 27/2018, 97/2012, 126/2017) no âmbito da normatização dos imigrantes haitianos e venezuelanos, posteriormente, a nova Lei de Migração de 2017 (Lei 13.445) e a criação de políticas específicas de acolhimento (Operação acolhida, em Boa Vista- -RR) e o processo de interiorização dos imigrantes.

Destacamos que alunos imigrantes enfrentam vários desafios ao adentram as escolas brasileiras, o primeiro ponto é o currículo brasileiro, considerados território limitado que traz em sua ideologia os valores de uma classe. Nesse contexto, o aluno imigrante fica, na maioria das vezes, invisibilizado envolvido por um processo de ensino que não consegue promover sua inclusão por não identificar suas reais necessidades, sendo a principal necessidade, o conhecimento do novo idioma. Como consequência, muitos reprovam e desistem do processo de formação, deixam a escola para trabalhar em subempregos para ajudar na sobrevivência da família.

Apesar de termos a Resolução Nº 1, de 13 de novembro 2020, do Conselho Nacional de Educação -CNE, que dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro, ainda há um desconhecimento desse instrumento normativo por parte de gestores de sistemas e gestores escolares.

A interação dialógica em sala precisa ser uma ferramenta emancipatória das práticas educativas, através da fala, da escuta e da reflexão, os alunos passam a conhecer a história do outro, os problemas e formas de resolvê-los e superá-los, percebem que não estão sozinhos, mas que suas histórias se entrelaçam com as histórias dos outros. Nesse sentido, ao refletirmos na condição do imigrante e/ ou refugiado na sala de aula, entendemos a importância de criarmos o espaço da enunciação, abrir espaço no currículo para às vozes silenciadas.

<sup>1</sup> Observatórios das migrações internacionais <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/observatorio>, consultado em: 20 abr. 2023.

É importante, portanto, ultrapassar os limites impostos pelo território do curricular escolar e garantir ampliações e projeções dos conhecimentos específicos da região onde a escola de fronteira se encontra. Ao conhecer a história do outro começamos a respeitá-lo a entendê-lo e isso é importante para vencermos comportamentos preconceituosos e representações ultrapassadas sobre as migrações (Santos, 2021, p. 284).

O próprio processo de formação das *Ruedas de Conversaciones*, que teve como base as interações dialógicas do grupo, foi uma prática intercultural que valorizou as diferentes vozes: brasileiras, bolivianas, venezuelanas e haitianas, todos podiam se manifestar, falar das suas experiências e incertezas, concordar e discordar das opiniões, possibilitando um diálogo pedagógico produtivo e reflexivo.

## 0 projeto *ruedas de conversaciones*: práticas escolares de acolhimento e ensino para imigrantes

O projeto realizado seguiu a metodologia da formação em roda de conversa, teve como vinculação o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC 2021-2022. A dinâmica dos encontros para formação de professores aconteceu, de forma remota, via Google Meet, no período de setembro a dezembro de 2021, em encontros semanais de duas horas, totalizando uma carga horária de 24 horas. Se inscreveram para participar do projeto 47 pessoas de diferentes regiões do Brasil: Rondônia, Acre, Amazonas, Paraná, Roraima, Pará, e de outros países, Colômbia, Venezuela e Bolívia.

A proposta da formação priorizou os conhecimentos e informações para atender às diferentes situações pedagógicas que envolviam imigrantes e refugiados em nosso país, em especial no estado de Rondônia e Roraima, devido ao fluxo de venezuelanos que estes Estados receberam. Em plena, pandemia, o projeto aconteceu, envolvendo professores, doutores, pesquisadores e acadêmicos em momentos de aprendizagem e muito diálogo acolhedor, pois todos nós vivíamos o distanciamento social, isolados dentro das nossas residências, com rotinas de trabalho remoto e muita incerteza do que estaria por vir. Foi nesse contexto de resistência que a formação aconteceu, apresentando os novos desafios globais e algumas propostas de como podemos construir práticas escolares mais exitosas. Os temas trabalhados envolveram três eixos: Fronteiras Geopolíticas e Geográficas do Norte do Brasil; Direitos humanos e legislação Educacional Brasileira para Imigrantes e Práticas Escolares de Acolhimento para Estudantes Imigrantes no Brasil

Diante do exposto, foi possível proporcionar aos participantes alternativas de práticas interculturais que foram baseadas na formação individual e coletiva dos professores, foi possível criar redes de formação, permitiu-se aos participantes

dentro daquela realidade formativa, um processo de comunicação e intercâmbios de experiencias e, assim, dar a possibilidade de atualizar -se em todos os espaços educativos aumentando a comunicação entre os professores de outras fronteiras para uma reflexão sobre a prática educativa diante de uma análise das problemáticas reais desses espaços fronteiriços.

Para o levantamento dos dados e informações da pesquisa que foi feita à distância, foram realizadas: entrevista semiestruturada, conversas informais e revisão das gravações dos encontros do projeto *Ruedas de Conversaciones: Práticas escolares de acolhimento e ensino para imigrantes*.

- **Entrevista semiestruturada**, como afirma Gil (2002, p. 117), esse tipo de entrevista “pode ser parcialmente estruturada, quando é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo do seu curso”. Nesse sentido, elaboramos algumas questões norteadoras para as entrevistadas. As entrevistas ocorreram em horários específicos, na qual as professoras participantes agendaram seus próprios horários para a entrevista dentro de suas disponibilidades. Assim, de forma individualizada, em uma conversa informal e dialógica, no formato remoto via *Whatsapp*, íamos seguindo nosso roteiro da entrevista e solicitando às entrevistadas uma devolutiva de imediato, tendo em vista que a qualidade da entrevista se dá pelo retorno do assunto ali proposto. O objetivo era de coletar informações sobre as práticas interculturais que as entrevistadas desenvolvem ou já desenvolveram no seu cotidiano escolar a partir de sua participação no projeto *Ruedas de Conversaciones*.

- **As conversas informais**, foram realizadas durante todo o período de estudo, no formato remoto via *Whatsapp*, pois, após a finalização do projeto *Ruedas de Conversaciones*, o contato e a troca de conhecimento com as professoras cursistas sempre se manteve.

- **Revisão dos vídeos dos encontros Ruedas de Conversaciones**, para verificação dos conteúdos e assim poder analisar as possíveis práticas interculturais realizadas pelas professoras entrevistadas em suas salas de aula a partir dos conhecimentos adquiridos no projeto *Ruedas de Conversaciones*. Para esse estudo, foram revistos 13 vídeos dos encontros do projeto *Ruedas de Conversaciones: Práticas Escolares de Acolhimento e Ensino para Imigrantes*, projeto como já foi citado, anteriormente, aconteceu de forma remota via *Google Meet*. Os encontros aconteciam, semanalmente, e eram organizados em 3 eixos de discussão: Primeiro eixo Fronteiras Geopolíticas e Geográficas do Norte do Brasil - coordenado pela Prof.<sup>ª</sup> Dra. Luciana Borges (GEIFA/UNIR); Segundo Eixo Direitos humanos e legislação Educacional brasileira para imigrantes - coordenado pela Prof.<sup>ª</sup> Dra. Rosa Martins (GEIFA/UNIR e GET/IFRO) e o Terceiro Eixo Práticas Escolares de Acolhimento

para Estudantes Imigrantes no Brasil - Prof.<sup>a</sup> Dra. Zuíla Santos (GEIFA/UNIR e GET/IFRO).

A seguir, descreveremos o processo de realização da pesquisa para este artigo.

## Resultados e Discussão

Para a realização desta pesquisa foram convidadas cinco professoras, duas professoras da cidade de Guajará-Mirim/RO, uma de Porto Velho/RO, uma de Pacaraima/RR e uma de Guayaramerin-Béni/BO, todas trabalham na educação escolar do ensino público de suas respectivas cidades. Elas participaram do projeto *Ruedas de Conversaciones: Práticas Escolares de acolhimento e Ensino para Imigrantes*, logo abaixo elas serão apresentadas por letras das iniciais de seus nomes: Professora C, Professora D, Professora M, Professora R e Professora T.

### *Identificação das professoras*

- **A professora C**, é moradora da cidade de Guajará-Mirim/RO que faz fronteira com a cidade de Guayaramerin/Béni-BO, tendo uma fronteira que é demarcada geograficamente pela divisa do rio Mamoré. A professora trabalha na escola EEEFM. Irmã Maria Celeste onde atende aos níveis educacionais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, a professora entrevistada atua a 1 ano na educação escolar atualmente ministra aulas para as turmas do 6º ano do ensino fundamental e para o 1º ano do ensino Médio, tem em sua formação a graduação em Letras/Português.

- **A professora D**, é moradora do município de Pacaraima/RR onde faz fronteira com a cidade de Santa Helena de Uairen/VE, uma fronteira viva ligada através de uma rodovia onde estabelece um intenso movimento de circulação entre as cidades citadas acima. A professora entrevistada atua a 3 anos na educação escolar e profissionalmente trabalha na EM- Casimiro de Abreu onde ministra aulas para as turmas do 6º ano do Ensino Fundamental, tem como formação a graduação em Matemática.

- **A professora M** é moradora da cidade de Guayaramerin/BO, no departamento do Beni. A cidade boliviana que faz fronteira com o município de Guajará-mirim/BR tem como demarcação em sua divisa o rio Mamoré que marca o fluxo fluvial desta fronteira. A professora entrevistada trabalha há 15 anos na educação escolar e, atualmente, ministra suas aulas na escola San Jose Fe y Alegria lado boliviano e tem como especialidade Lic. En Educación Inicial en Familia Comunitaria.

- **A professora R** é moradora do município de Guajará-Mirim/BR que faz fronteira com a cidade de Guayaramerin/BO demarcada, geograficamente, pela

divisa do rio Mamoré. A professora trabalha na educação escola há 6 meses e, atualmente trabalha na EMEPEF José Carlos Nery. A entrevistada tem como formação a graduação em Pedagogia.

- A professora T é moradora do município de Porto Velho/RO, a professora entrevistada trabalha na educação escolar há 13 anos. Atualmente, trabalha na escola IME Engenheiro Francisco Erse, tendo como formação a graduação em Pedagogia.

As informações do referente estudo foram coletadas no período de 8 a 31 de março de 2023, a partir das entrevistas semiestruturadas que realizamos. Posteriormente, transcrevemos as entrevistas para podermos organizar as narrativas das professoras de acordo com as temáticas do roteiro que elaboramos para dinamizar a conversa com nossas entrevistadas.

Para o processo de análise, optamos em apresentar o recorte das narrativas das práticas pedagógicas que as professoras consideravam interculturais e sobre a aprendizagem dos alunos (Quadro 1).

**Quadro 1 - Práticas Interculturais apontadas pelas professoras**

Participantes	Respostas
Professora C	Desenvolvemos trabalhos expositivos sobre a <b>Diversidade Cultural</b> presente na escola em destaque <b>"Indígena e Quilombolas"</b> . Os alunos fizeram exposição de <b>alimentação, cultura, religião, linguagem e vestimenta</b> .
Professora D	Sim, a <b>cultura</b> do nosso país, pois ele tem que se adaptar a nossa realidade
Professora M	Si, lo mas basico como ser saludos, agradecimento, parte de <b>las costumbres</b> .
Professora R	Eu aplico <b>práticas interculturais</b> em forma de brincadeiras, <b>roda de conversa</b> , história de outros <b>povos</b> , dialogando com os alunos sobre <b>respeitar</b> a coleguinha da sala que fala em outra língua e que assim como ela existe muitas outras pessoas.... também trabalho com músicas em <b>línguas diferentes</b> . Na casa da minha aluna <b>imigrante</b> , não faço atividades impressa específicas para ela, pois ela entendem muito bem o português, inclusive está avançada na <b>aprendizagem</b> em relação a sua idade (4 anos), ela só não pronuncia o português, mas comprehende bem. E também faço momentos durante as aulas em que essa aluna pronuncia algumas palavras e os demais alunos tentam falar como ela (no caso em <b>espanhol</b> ) e para ela também tentar falar as mesmas palavras em <b>português</b> .
Professora T	Sim, nas <b>atividade</b> de geografia, história e português abordando as <b>diversas culturas</b> .

Fonte: acervo pessoal, M. B. M. (2023)

Foi possível verificar, nesta questão, que as entrevistadas, apesar de não incluírem a temática em todas as aulas, conseguem perceber a importância de se trabalhar estes conteúdos na sala de aula mesmo que sejam em momentos pontuais, e outras aproveitam da própria realidade.

Os educadores têm de reconhecer que qualquer esforço para transformar as instituições de ensino de maneira a refletir um ponto de vista multicultural deve levar em consideração o medo dos professores quando se lhes pede que mudem de paradigma (Hokkes, 2013, p. 51).

Dentre as práticas citadas, destacamos a professora C, a entrevistada apresenta na imagem 1 uma exposição da arte indígena, trabalhado em um projeto que buscou revelar a diversidade indígena e quilombola presente na escola. Entendemos que esse processo expositivo de apresentação de produtos, comidas e vestimentas tem como base a multiculturalidade, na qual, reconhecem as diferenças culturais, porém, precisamos ampliar e aprofundar nossa prática deslumbrando uma real proposta intercultural, pois apesar de reconhecermos essas diferenças, nos acostumamos a ficar somente nesse reconhecimento. Vale ressaltar que, para construirmos práticas escolares interculturais se faz necessário voltarmos na história e compreender as fissuras socioculturais “Temos que descer aos detalhes [...].” Conforme cita Geertz (1989, p. 38), para que possamos de forma correta compreender “o caráter essencial não apenas das várias culturas, mas também dos vários tipos de indivíduos dentro de cada cultura, [...]” (Geertz, 1989, p. 38) e, ao tentar encontrar essa face da humanidade, procurar compreender como construíram conceitos que através da colonialidade subpuseram culturas, rotulando-as como mais ou menos importantes.

### **Imagen 1 - Atividade desenvolvida pela professora C com alunos brasileiros**

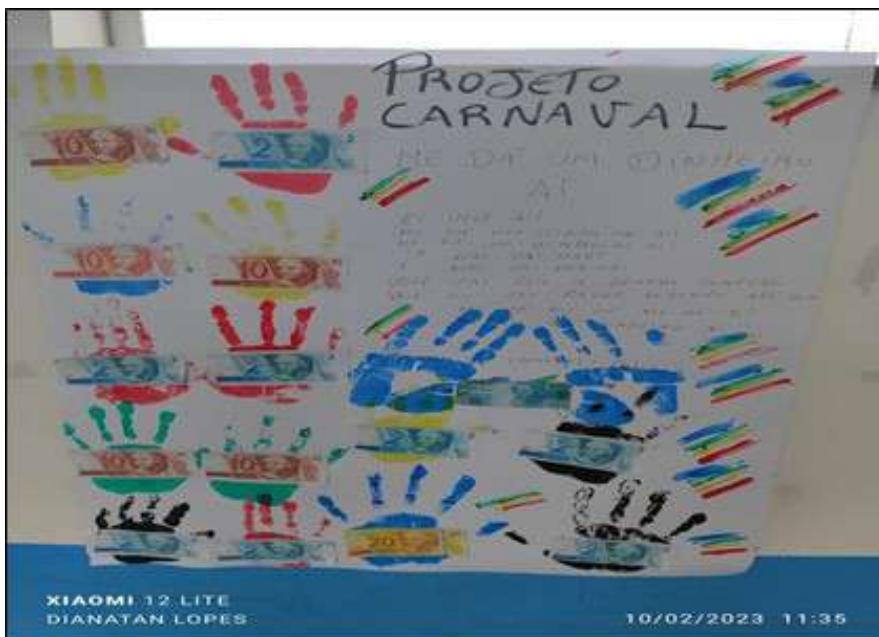


Fonte: acervo pessoal, C. L. D. S (2022).

Na prática desenvolvida na imagem 2 pela professora D, observamos que ela apresenta aos seus alunos do 6<sup>º</sup> ano o conhecimento da moeda brasileira e o

novo idioma através de uma música carnavalesca. Destacamos que a professora D é da cidade de Pacaraima/RR e que tem em sua sala de aula 19 alunos imigrantes. Sendo assim, é possível verificar que a professora tem como objetivo, em sua prática pedagógica, apresentar aos seus alunos imigrantes a moeda brasileira e também o conhecimento da nova língua para que os mesmos possam utilizá-las em seu cotidiano, tendo em vista que o Brasil agora é sua nova morada.

**Imagem 2** - Prática desenvolvida pela professora D com alunos venezuelanos e brasileiros



Fonte: acervo pessoal, D. N. L (2023).

Dentre às práticas citadas, destacamos o caso da professora M o exercício prático do comprimento entre os alunos em dois idiomas (português e espanhol), do diálogo sobre os diferentes costumes, brincadeiras e músicas, como podemos verificar na imagem 3. Vale destacar que essa professora trabalha na educação infantil, uma fase escolar na qual a ludicidade ganha muita importância no processo de formação. Consideramos que a professora está no caminho certo, incluindo em sua prática a ludicidade e o conhecimento do novo idioma, conforme foi muito orientado nos encontros das *Ruedas de Conversaciones*.

**Imagen 3** - Prática intercultural realizada pela professora M com alunos bolivianos



Fonte: acervo pessoal M.M.O (2021).

A professora R também trabalha momentos interculturais usando rodas de conversas e momentos lúdicos. A metodologia em Rodas de Conversas era trabalhada no projeto Ruedas de Conversaciones e, mesmo de forma virtual os momentos se davam dentro desta temática, tendo em vista que, esta interação dialógica, além de estimular a oralidade também é uma forma de acolhimento aos alunos imigrantes. Conforme Warschauer (2017), a Roda é uma construção própria de cada grupo, possibilitando na enunciação a abertura para novos pontos de vista, reflexões, pontos de discussões (Quadro 2).

**Quadro 2** - Resultados das Práticas Interculturais

Participantes	Respostas
Professora C	Os alunos perceberam a <b>importância da cultura</b> para <b>identidade</b> de cada um. Porém, em sala de aula nos conectamos com <b>diferentes culturas</b> em um mesmo local. Portanto, ao trabalharmos a <b>importância da Diversidade Cultural na escola</b> , promovemos aos alunos a <b>possibilidade de conhecimento</b> e contato com nossas próprias culturas e a cultura do outro. Como forma de <b>atividade</b> os alunos realizaram <b>pesquisas</b> , leituras, montaram painel e fizeram exposição dos trabalhos para outras turmas da escola. Os materiais expostos foram referentes a <b>Cultura Africana e Indígenas</b> , exposição de degustação de alimentação, religião, objetos, cultura a linguagem e a vestimenta. Comprovando positivamente o <b>aprendizado</b> e o <b>respeito</b> dos alunos sobre os conteúdos trabalhados em sala de aula.
Professora D	Passamos mais <b>conhecimento</b> da nossa <b>cultura</b> e também aprendemos muito com a dos <b>imigrantes</b> .
Professora M	El dominio de pronunciacion y de <b>conocimiento</b> en el <b>idioma portugués</b> sobre lo mas necesario como ser , palabras mágicas de las rutinas diárias

Participantes	Respostas
Professora R	Apesar do pouco tempo, pois as aulas começaram a menos de 1 mês, já percebi que a aluna <b>imigrante interage</b> com os colegas e participa das <b>brincadeiras e atividade</b> , no início do ano letivo ela tinha vergonha de conversar, por meio de atividades <b>interdisciplinares</b> realizadas em sala de aulas ela foi aos poucos, mostrando interesse e começou a conversar nas aulas, tirando as dúvidas sobre como desenvolver tais atividades e <b>dialogar</b> com os demais <b>alunos</b> , os mesmos entenderam (por meio das atividades e da fala dela), que ela fala em outra <b>língua</b> , mas que <b>aprende</b> como eles.
Professora R	Apesar do pouco tempo, pois as aulas começaram a menos de 1 mês, já percebi que a aluna <b>imigrante interage</b> com os colegas e participa das <b>brincadeiras e atividade</b> , no início do ano letivo ela tinha vergonha de conversar, por meio de atividades <b>interdisciplinares</b> realizadas em sala de aulas ela foi aos poucos, mostrando interesse e começou a conversar nas aulas, tirando as dúvidas sobre como desenvolver tais atividades e <b>dialogar</b> com os demais <b>alunos</b> , os mesmos entenderam (por meio das atividades e da fala dela), que ela fala em outra <b>língua</b> , mas que <b>aprende</b> como eles.
Professora T	As <b>crianças</b> tiveram noção que existem outros <b>povos</b> , outras <b>línguas</b> , outras <b>danças e músicas</b> , outras <b>comidas</b> , abrangeram a <b>consciência</b> que não estão sozinhos no <b>mundo</b> .

Fonte: acervo pessoal, M. B. M. (2023).

As questões referentes ao quadro 4, sobre quais os resultados alcançados pelas professoras, as entrevistadas relataram que os alunos, a partir de suas novas práticas adquiridas no projeto Ruedas de Conversaciones, tiveram conhecimento sobre a importância da diversidade cultural, identidade, língua, povos, imigrantes enfim, infinitas possibilidades de ensino sugiram nesses momentos de reflexão e de aprendizagem.

A reflexão sobre o próprio fazer pedagógico é a primeira grande mudança para a condição de pensar sobre a relação entre escola, currículo e cultura a partir de uma articulação inevitável e conflituosa, merecedora de construção de diálogo, portanto, dialógica, em que as relações passam ser estabelecidas a partir da diversidade cultural, dos diferentes interesses, diferentes grupos étnicos e culturais que coexistem no espaço social de dimensões cada vez mais globais.

[...] a prática docente crítica implica o pensar certo, envolvendo um movimento dialético dinâmico entre o fazer e o querer fazer. O conhecimento produzido por práticas pedagógicas espontâneas ou quase espontâneas, «desarmadas», é sem dúvida um conhecimento ingênuo, um conhecimento empírico que carece do rigor metodológico que caracteriza a curiosidade epistemológica do sujeito (Freire, 2021, p. 30).

Dessa forma a prática pedagógica interfere diretamente e indiretamente nesse dinamismo entre professor, aluno e aprendizagem, gerando conhecimentos que perpassam o saber empírico do sujeito.

## Considerações finais

Este estudo objetivou verificar se, a partir dos encontros que ocorreram ao longo do *Projeto de Ruedas Conversaciones: Práticas Escolares de Acolhimento e Ensino para Imigrantes*, as professoras entrevistadas conseguiram desenvolver novas práticas pedagógicas interculturais em seu cotidiano escolar. O intercâmbio de experiências, as leituras e reflexões do grupo, as observações individuais e as vivências profissionais ampliaram os conhecimentos dos participantes, sobre as práticas de acolhimento a imigrantes, direitos humanos, diretrizes legais, interculturalidade, bilinguismo e fronteira.

Identificamos que as professoras entrevistadas desenvolveram práticas multiculturais em seu cotidiano escolar mesmo que em momentos específicos de suas ações pedagógicas. Porém, a interculturalidade parece não estar presente na prática pedagógica dessas professoras, porque processos interculturais são processos de luta contra as ideias colonizadoras representadas nos currículos, normas, livros didáticos entre outros.

Sabemos que há muitos desafios para serem sanados na educação brasileira e a solução não é tão fácil, pois há questões urgentes que devem ser reformuladas para atender as novas demandas sociais. Entendemos que é necessário rever os processos de formação de professores, tanto em nível técnico e superior, quanto permanente. É necessário também, maior seriedade nas políticas de Estado para que não haja fragmentação e descontinuidade de projetos e ações importantes para educação. E ainda, é preciso diagnosticar as reais necessidades na formação de professores.

Nesse contexto de descontentamentos e necessidades, surgem as ações individualizadas ou em redes de universidades, institutos, organizações civis para atender às demandas formativas mais urgentes, geralmente das comunidades onde estas instituições estão instaladas. O Projeto *Ruedas de Conversas* surgiu com base nas demandas locais, da necessidade de ajudar professores fronteiriços a compreenderem o contexto histórico, político, cultural e educacional onde vivem e trabalham. Ao analisarmos as repostas das professoras entrevistadas verificamos que alguns conceitos trabalhados no processo de formação estão presentes em seus discursos, o que elas tentam recriar suas práticas a partir de processos mais inclusivos e voltados para a diversidade cultural presente na escola.

Portanto, consideramos a importância de projetos como esse, com uma metodologia que estimule a participação de professores que vivem realidades sociais, culturais e econômicas distintas, principalmente, nas regiões de fronteiras, na Amazônia, onde a diversidade pulsa e as vulnerabilidades sociais ficam mais evidentes.

E a escola é um dos espaços da sociedade que precisa assumir sua função social, ou seja, de garantir que os alunos aprendam e consigam mudar suas histórias de sofrimento e exclusão, que se sintam fortalecidos para sonharem e construírem caminho exitosos, talvez esse seja o projeto intercultural mais importante que uma escola pública pode desenvolver hoje.

## Referências

- ARROYO, Miguel G. **Curriculum, Território em Disputa**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.
- BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**, versão aprovada pelo CNE, novembro de 2017. Disponível no site: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 15 dez. 2022.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96**. Brasília: Casa Civil, 1996.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Casa Civil, 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4024/61**. Brasília: Casa Civil, 1961.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças Culturais, Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas. **Curriculum sem Fronteiras**, v.11, n.2, p.240-255, jul./dez. 2011.
- CHAVES, N. N. **Normas para elaboração de trabalhos de conclusão de curso**. Rolim de Moura, UNIR: Biblioteca Fernando Pessoa (BS-05), 2018.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- DORFMAM, A.; FÉLIX, J. M.; FILOZOLA, R. **Ensinando fronteiras**: projetos estatais, representações sociais e interculturalidade. Porto Alegre: Editora Letra1; Editora Diadorim, 2021.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 67. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- FLEURI, R. M. O que significa Educação Intercultural. In: FLEURI, R. M. **Educação para a diversidade e cidadania**. Módulo 2: Introdução Conceitual – Educação para a Diversidade e Cidadania. Florianópolis: MOVER/NUP/CED/EAD/UFSC, 2009.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2013.
- IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado**: novas tendências. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: forma-se para mudança e a incerteza. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Educação escolar e culturas: construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 156-168, maio/ago. 2003.
- PESAVENTO, S. J. Fronteiras culturais em um mundo planetário - paradoxos da(s) identidade(s) sul-latino-americana(s). **Revista Del Cesla**, n. 8, p. 9-19, 2006.
- SACRISTÁN, J. G. (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Z. G. C. **Interações e representações sociais:** um estudo do espaço escolar em Guajará-mirim (RO), na fronteira do Brasil com a Bolívia. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais.** São Paulo: Herder, 1965.

WALSH, C. **La educación intercultural en la educación.** Peru: Ministerio de Educación, 2005.

WARSCHAUER, C. **A roda e o registro:** Uma parceria entre professores, alunos e conhecimento. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

# CURRÍCULO ESCOLAR: OS DESAFIOS DO ENSINO REGULAR E A PRESERVAÇÃO CULTURAL DE POVOS TRADICIONAIS

Schoolar Curriculum: the challenges of regular education and the cultural preservation of traditional people

Currículo Escolar: los desafíos de la educación regular y la preservación cultural de los pueblos tradicionales

DOI 10.55028/geop.v18i35

Cleidiane Laborda da Silva\*  
Joana Nascimento da Silva Melo\*\*  
Joana de Souza Costa Aricapu\*\*\*

**Resumo:** Este estudo reflete o currículo aplicado na educação escolar indígena no município de Guajará-Mirim/Brasil e Guayaramerín/Bolívia, ambas cidades gêmeas situadas na fronteira do estado de Rondônia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada análise documental associada a entrevistas realizadas com professores indígenas das duas localidades, além da realização de pesquisa bibliográfica. Estabelece compreensão a respeito do conceito de Educação Indígena, sendo que uma parte na vivência cotidiana das comunidades e outra no fruto de lutas por uma escola intercultural que incorpore os conhecimentos ancestrais. Este trabalho tem a necessidade de fortalecer a Educação Escolar Indígena, constituindo um fortalecimento de territorialidade.

**Palavras-chave:** Currículo, Educação Indígena, Educação Escolar Indígena.

**Abstract:** This study reflects the curriculum applied in indigenous school education in the

## Introdução

Este estudo analisa as dificuldades encontradas pelos professores indígenas para conciliar o acesso ao ensino regular dentro das escolas indígenas, e, ao mesmo tempo, preservar e valorizar suas características tradicionais como: identidade, língua materna, cultura, religião, território e conhecimentos ancestrais, transmitidos de geração para geração.

Compreendemos que o ensino escolar é visto como uma prática essencial para o desenvolvimento do ser humano, a educação tem como objetivo ampliar e potencializar as capacidades

\* Licenciada em Letras Português pela UNIR/GM; Pós-graduada em Educação de Jovens e Adultos pelo Instituto Federal de Rondônia; Pós-graduada em Currículo e Prática Docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pela UFPI; Mestranda em Geografia pela UNIR/PVH. E-mail: cleidianelaborda01@gmail.com.

\*\* Licenciada em Pedagogia pela UNIR/GM. E-mail: joana\_nascimento.silva@hotmail.com.

\*\*\* Bacharela em Gestão Ambiental pela UNIR/GM; Graduanda em Geografia. E-mail: joanasouzacosta761@gmail.com.

municipalities of Guajará-Mirim/Brazil and Guayaramerín/Bolivia, both twin cities located on the border of the state of Rondônia. This is a qualitative research carried out document analysis associated with interviews carried out with indigenous teachers from both locations, in addition to carrying out bibliographical research. It establishes understanding regarding the concept of Indigenous Education, one part of which is based on the daily experience of communities and the other is the result of struggles for an intercultural school that incorporates ancestral knowledge. This work needs to strengthen Indigenous School Education, constituting a strengthening of territoriality.

**Keywords:** Curriculum, Indigenous Education, Indigenous School Education.

**Resumen:** Este estudio refleja el currículo aplicado en la educación escolar indígena en los municipios de Guajará-Mirim/Brasil y Guayaramerín/Bolivia, ambas ciudades gemelas ubicadas en el límite del estado de Rondônia. Se trata de una investigación cualitativa que se realizó mediante análisis documental asociado a entrevistas realizadas a docentes indígenas de ambas localidades, además de realizar una investigación bibliográfica. Establece un entendimiento sobre el concepto de Educación Indígena, una parte de la cual se basa en la experiencia cotidiana de las comunidades y la otra es resultado de las luchas por una escuela intercultural que incorpore los saberes ancestrales. Este trabajo requiere fortalecer la Educación Escolar Indígena, constituyendo un fortalecimiento de la territorialidad.

**Palabras claves:** Currículo, Educación Indígena, Educación Escolar Indígena.

intelectuais, culturais e sociais de cada indivíduo. No entanto, a educação não se limita “[...] à instrução ou à transmissão de conhecimento; [...] compreende o desenvolvimento da autonomia e do senso crítico, aprimorando habilidades e competências” (Brasil Escola, 2023).

Diante das dificuldades em encontrar um currículo escolar específico para educação dos povos tradicionais indígenas do município de Guajará-mirim/RO e Guayaramerín/Departamento del Beni/Bolívia, nosso trabalho busca através da pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental realizada por meio de entrevistas, documentos educacionais, Projeto Político Pedagógico (PPP) e metodologia aplicadas por professores indígenas, conhecer de perto a realidade educacional vivenciada por esses povos em seus territórios.

Nosso estudo busca evidenciar as dificuldades vivenciadas pelos professores indígenas em adquirir um currículo escolar independente e que de fato enalteça sua interculturalidade e valorize seus conhecimentos tradicionais.

O currículo escolar pode ser entendido como a identidade da escola, em que consta uma série estruturada e ordenada de conteúdos e metodologias a serem seguidos, articulados e operacionalizados. Tem a finalidade de produzir aprendizagens que se traduzam em formas de pensar, sentir e atuar frente às necessidades da vida social do aluno, considerando suas construções históricas, culturais e ancestrais. Considera-

mos também que esse currículo deve ser direcionado aos contextos particulares de sua região e localização, dando total suporte aos professores e gestores para que possam alcançar os objetivos explícitos no documento.

A Lei 9.394/96 que rege as Diretrizes e Bases da Educação Nacional orienta que o acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária entre outras, acionar o poder público e exigir-lo. Apesar disso, a educação escolar indígena não está contemplada em todos esses atendimentos na realidade material nas localidades estudadas (Brasil, 1996).

Realizar um ensino formal juntamente aos saberes tradicionais em uma escola indígena requer muito mais que o fazer pedagógico. Estamos nos referindo a um processo de ensino-aprendizagem que atenda às realidades dessas comunidades, sem que se prejudiquem as raízes e a essência de suas identidades. Com a Constituição Federal de 1988:

Assegurou-se aos índios no Brasil o direito de permanecerem índios, isto é, de permanecerem eles mesmos, com suas línguas, culturas e tradições. Ao reconhecer que os índios poderiam utilizar suas línguas maternas e seus processos de aprendizagem na educação escolar, instituiu-se a possibilidade de a escola indígena contribuir para o processo de afirmação étnica e cultural desses povos, deixando de ser um dos principais veículos de assimilação e integração (Grupioni, 2001, p. 9).

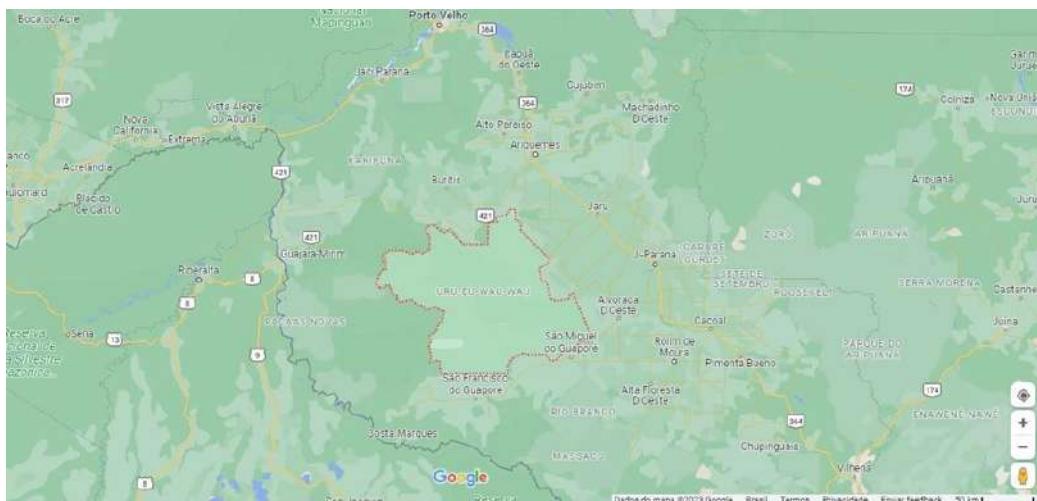
Pensar o currículo é também pensar a escola. O currículo escolar busca integrar esforços no sentido de partir da criança que temos que chegar no adulto e que queremos. Por isso, num momento em que as escolas indígenas se reorganizam, é fundamental repensar o currículo, como uma releitura do vivido.

## Metodologia

Nosso estudo reúne considerações importantes sobre o Currículo Escolar Indígena, seus saberes, suas práticas e vivências, e, para tanto, recorremos à pesquisa qualitativa realizada por meio de análise documental associada a entrevistas realizadas com professores indígenas de duas localidades diferentes. A primeira consistiu na Escola E.I.E.E.F (Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental) Waldemar Cabixi, localizada na comunidade indígena Pedreira no rio Pacaás Novos, situada dentro da Terra Indígena Uru Eu Wau Wau, município de Guaporé-Mirim/RO (Figura 01). Atualmente a escola presta atendimento a aproximadamente 22 alunos que estão matriculados na modalidade de ensino fundamental I (1º ao 5º ano) e ensino fundamental II (6º ao 9º ano) nos períodos matutino e vespertino, em que os professores indígenas se dividem para manter a escolarização vinculada

à valorização da interculturalidade da língua materna e da cultura de seu povo, aonde lecionam disciplinas específicas como: Língua Materna, Cultura do Povo, História e Geografia.

**Figura 01 - Localização da área de estudos Terra Indígena Uru Eu Wau Wau**



Fonte: Elaborado a partir da base cartográfica do Google Maps. Organizado pelas autoras, 2023.

A segunda escola situa-se na Bolívia, zona rural da cidade de Guayaramerín, departamento do Beni, fronteira com o Brasil no estado de Rondônia, na comunidade indígena São Francisco, também conhecida como San Francisco. Sua cultura é voltada para a produção de produtos alimentícios como: banana-da-terra, mandioca, arroz guinéu, pimentão doce, picante e pesca, que, por sua vez, resulta em economias de subsistência e de agricultura familiar.

A demanda escolar dessa instituição de ensino infantil escolhida para nosso estudo abrange três níveis: inicial, primário e secundário. No momento da pesquisa, continha 34 (trinta e quatro) alunos matriculados, sendo 8 (oito) em nível inicial, 10 (dez) no primário e 16 (dezesseis) no médio. Já o quadro docente estava composto por 2 (dois) professores indígenas e 1 (um) não indígena.

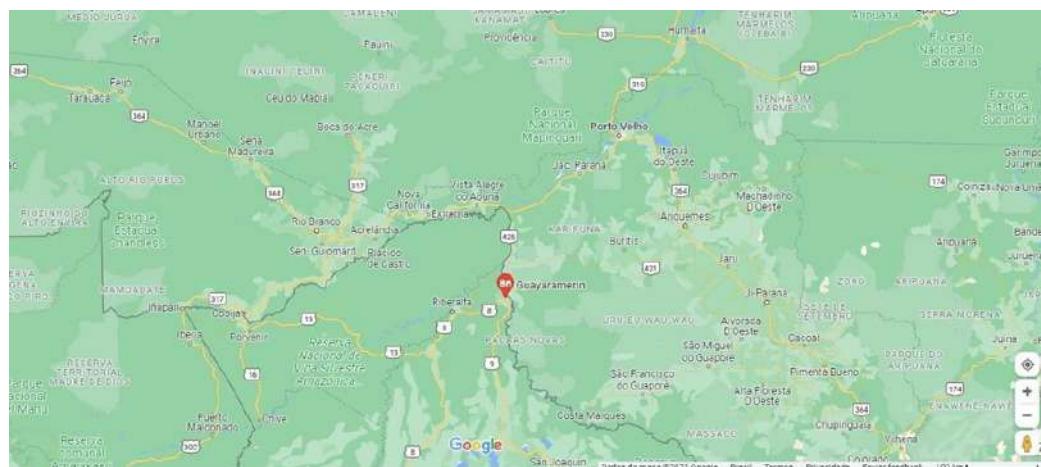
Os professores desempenham as mediações de acordo com o PAT - (Plano Anual Trimestral) em conjunto com o PSP (Plano Semestral Pedagógico) e o PDC (Plano de Desenvolvimento Curricular) para executar as diferentes atividades programadas nesta gestão com base em um único trabalho, por serem a multinacional do sistema educacional estadual, ou seja, um planejamento que trabalha a questão das dimensões socioculturais. No entanto, desenvolverem tais práticas, de modo interligado à cultura indígena, tem sido um desafio grande para os discentes, pois os indígenas dessa comunidade são pouco falantes da língua materna.

As disciplinas maternas são administradas da seguinte forma: o nível inicial consiste no campo de áreas e saberes, comunidade e sociedade (linguagem e comunicação, artes plásticas e visuais, música, desporto e lazer), cosmo e pensamento (ciências sociais, valores e religiões), vida, terra e território (desenvolvimento biopsicomotor das ciências naturais), tecnologia e produção científica (matemática).

A comunidade vocacional produtiva primária possui: matemática, ciências naturais, ciências sociais, tecnologia técnica, música, valores, espiritualidade e religiões. Já no nível secundário da comunidade produtiva: artes plásticas, matemática, física, química, educação física, história, geografia, valores ingleses, porém, neste nível nem todas as áreas são trabalhadas pelo motivo das condições de espaço, em muitas vezes, inadequadas devido à existência de animais tais como morcegos, que interferem na convivência nas salas de aula. Além disso, as disciplinas mais específicas são: matemática e linguagem. Em diversos relatos dos pais dos alunos, essas matérias “[...] são suficientes para seus filhos se defenderem no futuro” (diálogo livre).

Desse modo, os alunos têm poucas perspectivas de se aprimorarem, com poucos incentivos para construírem caminhos que os direcionem a objetivos futuros profissionais mais amplos. Isto nos leva à hipótese de que, numa própria perspectiva parental, seus pais os mantêm em uma estrutura colonial, submetidos aos seus costumes, em que finalizam o ensino médio e se dedicam à agricultura, pesca e trabalhos comunitários.

**Figura 02** - Localização da área de estudo Ciudad de Guayaramerín – Bolívia



Fonte: Elaborado a partir da base cartográfica do Google Maps. Organizado pelas autoras. 2023.

As análises desses materiais nos possibilitaram, assim, constatar e compreender melhor a importância do currículo escolar para as escolas indígenas. Com

o currículo definido, é possível trazer reconhecimento cultural, valorização e pertencimento para esses alunos, fortalecendo o ambiente educacional nessas comunidades. Além disso, buscamos aproximar nossos interlocutores de uma concepção mais aprofundada do teor documental. Em seguida, realizamos uma pesquisa bibliográfica a respeito dos conceitos e marcos legais sobre essa temática. Segundo Lüdke e André (1986, p. 38):

São considerados documentos quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano. [...] Estes incluem desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão, até livros, estatísticas e arquivos escolares.

Tais procedimentos nos auxiliaram na contextualização de informações históricas, culturais, sociais e econômicas de um lugar e grupo de pessoas, em um determinado momento da história. Organizadas em pré-análise, organização do material e análise dos dados coletados conseguimos registrar as constatações sobre todos os materiais que nos foram disponibilizados.

### A formação da escola indígena

Em um contexto de formação escolar indígena, sabemos que, em grande parte, sobretudo, as crianças adquirem a cultura de sua comunidade, aprendendo o que é necessário à sua integração no grupo e à sua sobrevivência. Nessas sociedades, a educação se dá por reprodução: as crianças aprendem por imitação e por rituais de iniciação, fazendo junto com os mais velhos, escutando, observando, imitando e ajudando os adultos em suas tarefas (Domite, 2010).

Inicialmente, é necessário diferenciar ‘Educação Indígena’ de ‘Educação Escolar Indígena’. Enquanto a primeira está relacionada diretamente com a territorialidade do próprio povo, suas raízes e a relação cultural-identitária, a segunda demanda uma política pública específica e diferenciada que respeite os conhecimentos desses povos, porém com a perspectiva de permitir que possuam acesso aos saberes gerais da humanidade.

Sobre Educação Indígena, Santos (2006, p. 129) conceitua que “[...] a educação indígena se refere aos processos próprios de transmissão dos conhecimentos dos povos indígenas”. Nesse contexto, a transmissão destes saberes parte do próprio povo, baseando-se em saberes e conhecimentos tradicionais que garantem a sobrevivência da cultura e do modo de viver das comunidades originárias.

A Escola Indígena pode não ter paredes ou espaço físico definido, ela se constrói mais sobre os saberes do que sobre uma estrutura, ela é a própria vida,

e seu currículo se faz das necessidades diárias de sobrevivência e ação coletiva. O espaço, o território, o lugar e a relação dos povos indígenas com seu território, realçam as bases do conhecimento e a concretizam sua territorialidade (identidade e ancestralidade).

## 0 currículo

A palavra currículo vem do latim – *curriculum* – e significa percurso, carreira, ato de correr. Na Pedagogia, o termo currículo tem significado abrangente e impreciso, já que é influenciado pela época, pelas concepções epistemológicas e pedagógicas e pelas necessidades sociais num determinado momento. Como definição inicial, podemos entender currículo como um conjunto das decisões pedagógicas para a escola, dado que um planejamento curricular pressupõe respostas para as perguntas: o que ensinar, por que ensinar, como ensinar e como avaliar (Cesar, 2015).

A Educação Escolar Indígena por sua vez, é vivenciada na escola, mas uma escola, para estes povos. Sousa e Bertiol (2012, p. 182) colocam também que a escola (enquanto instituição, inclusive político-estatal, e não – somente – espaço físico) é o lugar aonde se ensina e se aprende determinados saberes sistematizados.

A educação recebida desse espaço é denominada ‘educação escolar’, se diferenciando com o adjetivo ‘escolar’ da educação recebida no ambiente e contexto familiar. A escola é, então, esse espaço de vivências em que diferentes sujeitos se encontram, entrecruzam-se e realizam-se ao mesmo tempo que constroem práticas educativas voltadas à formação dos sujeitos que nela convivem. Assim, teremos diferentes escolas organizadas sob a ótica das diferentes culturas, como a educação escolar indígena.

A implementação da Educação Escolar Indígena só se efetiva com a existência de uma escola realmente contextualizada com uma cultura indígena, o que ultrapassa a existência de apenas um prédio (estrutura física), que por muitas vezes possui pinturas com grafismos indígenas representando os padrões de desenhos de cultura local. A educação com foco na cultura, nos modos de vida, no olhar do aluno diante dos elementos da natureza, requer um currículo diferenciado, além de práticas pedagógicas que possam afirmar essa cultura.

## Projeto político pedagógico da escola indígena

Um exercício de autonomia, reflexão e planejamento coletivo. Documento explicitador de intenções, filosofias, necessidades, fortalecimento e qualificação

da Educação escolar indígena, com vistas à educação específica e diferenciada que possibilite a afirmação étnica e cultural, como estabelecem os ditames legais.

Segundo Domite (2010), antes da invasão europeia ocorrida no Brasil, prevalecia por aqui a educação informal: as crianças indígenas aprendiam “artesanalmente”, observando, escutando e imitando os mais anciões em suas tarefas. A “deseducação” indígena começou com a invasão do Brasil pelos portugueses (1500 d. C.) e se consolidou com os jesuítas, já no século XVI. A história da educação escolar indígena revela que, de um modo geral, a escola sempre teve por objetivo integrar as populações indígenas à sociedade não-índia.

Nesse processo, as línguas indígenas eram vistas como o grande obstáculo para que isso pudesse acontecer. Por isso, os indígenas foram proibidos de falar sua língua e a função social da escola era ensinar os alunos indígenas a falar, a ler e escrever em português, impondo a cultura e o modo de vida europeu. Dos antigos aldeamentos missionários aos postos indígenas do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), a alfabetização de crianças e adultos indígenas visava consolidar a submissão dos mesmos, alterando significativamente seu modo de vida (Domite, 2010).

## Relações entre as escolas indígenas

A educação multicultural às vezes não é levada em conta em nossas escolas, por ela não perceber a necessidade de respeitar integralmente o direito do cidadão e de sua diversidade, dessa forma, não contribui para a preservação da cultura regional e ainda orienta aos alunos, via currículo oculto, a se perceberem em status de culturas alheias.

Entre os alunos da rede pública de Guará-Mirim, podemos observar três idiomas permanentes, que são: português, espanhol e a língua indígena. Isto ocorre desse modo porque as escolas da fronteira atendem alunos bolivianos que moram na Bolívia, filhos de bolivianos que moram no Brasil, alunos indígenas falantes do idioma indígena e os brasileiros propriamente ditos.

Neste contexto, existe um relacionamento intercultural nas salas de aulas, um processo de hibridação dessas três culturas dentro do limite do município que se efetiva por processos de herança, tradição, comércio, por amizade, por educação informal dentro da sala de aula, sem que a escola perceba e se aproveite deste processo. É comum os alunos conversarem entre eles a respeito de seus costumes, seus hábitos, enfim, suas culturas (Silva, 2013).

## Resultados e discussão

A educação escolar indígena teve início durante a colonização, e tinha como propósito a integração, cujo objetivo era induzir que os indígenas participassem da sociedade da época. Esse feito ocultava o real motivo dos colonizadores estarem presentes nesta região. A ocupação das terras indígenas pelo homem branco ocasionou mudanças na cultura destes povos, e a escolarização indígena foi motivada pelos interesses tanto da corte portuguesa quanto dos mercantilistas. Somente alguns séculos mais tarde, a partir de 1910 com o Serviço de Proteção aos Índios, criou-se uma política indigenista de “integração” à sociedade nacional voltada para a Educação Escolar e a diversidade linguística dos povos indígenas.

Em 1967, houve a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com o intuito de obter grandes mudanças na educação dos povos indígenas, como a obrigatoriedade do ensino bilíngue e em 1973 com a criação do Estatuto do Índio, Lei 6001/73, tornou-se obrigatório o ensino das línguas nativas nessas escolas, fortalecendo assim a autodeterminação desses povos.

Somente na década de 1980 os povos indígenas passaram a ser reconhecidos constitucionalmente, assegurados pela constituição de 1988. Os Artigos 210 e 231 finalmente garantiram os direitos de seus costumes, crenças e tradições, assim como o prestígio de suas línguas e a educação escolar com a utilização de seus processos próprios de aprendizagem.

Ao longo dos anos, o processo de implementação das políticas educacionais para os povos indígenas vem se fortalecendo e se modificando, permanecendo no cotidiano de seus territórios, principalmente devido às suas lutas estabelecendo, assim, a garantia e o acesso aos seus direitos constitucionais.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB de 1996, o Parecer 14 estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o Decreto Presidencial nº 6861/2009 que dispõe sobre os Territórios Etnoeducacionais e o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, os direitos educacionais indígenas deixam de ser apenas integracionais e passa a se preocupar em proporcionar uma educação diferenciada, com seus valores, seus costumes, crenças, tradições e suas culturas. Essas políticas foram criadas para assegurar as comunidades indígenas o direito a uma educação diferenciada que atenda de modo efetivo as necessidades de suas comunidades.

## Considerações finais

Nosso estudo buscou apresentar uma reflexão a respeito do processo histórico vivenciado pelos povos indígenas situados nos limites entre Guajará-Mirim (Brasil) e Guayaramerin (Bolívia), nos possibilitando verificar a interface entre as sociedades indígenas e suas relações históricas com os Estados nacionais a que pertencem, e que se manifestam, principalmente, nos ambientes escolares nesses espaços.

Os indígenas que vivem na fronteira, historicamente, constituíram relações de sociabilidade e de dinamicidade compartilhadas entre as populações locais, em relação ao comércio, as trocas que estabelecem ou as situações linguísticas e religiosas vivenciadas em seu cotidiano, e que se manifestam através dos ambientes escolares, como pudemos observar através de nossa pesquisa.

Assim, compreender como os indígenas transfronteiriços estabeleceram e estabelecem redes de contatos ao longo da história, nos permite referenciá-los e circunscrevê-los nos espaços onde vivem e constroem seus significados, articulados em espaços nem sempre coincidentes com os limites nacionais.

O modo de vida atual dos povos indígenas da fronteira é um produto histórico dos processos socioculturais e políticos que dependeu das redes estabelecidas constituídas e em construção a partir das relações sociais e dos vínculos ao território transnacional, que se delineiam conforme as relações sociais e as políticas traçadas para os indígenas tanto de Guayaramerín quanto de Guajará-Mirim.

Os indígenas transitam por territorialidades diferenciadas e vivem em meio às políticas públicas e estão sujeitos a um sistema globalizatório de integração continental concretizadas na fronteira boliviana e brasileira, determinadas pelos países onde residem. Isto nos faz compreender que é necessário refletir com atenção a respeito das práticas curriculares estabelecidas para os processos de ensino nas localidades indígenas fronteiriças, e o quanto se adota uma política integradora frente a uma dinâmica global excludente.

Desta forma, consideramos que as questões apresentadas pela pesquisa quanto à história de contato e as redes estabelecidas entre os indígenas de Guajará-Mirim e de Guayaramerín, poderão ajudar na compreensão de como esses povos podem ou não consolidar iniciativas de integração transfronteiriça.

## Referências

CESAR, Edilaine. **A produção Acadêmica em Currículo no Brasil (2004 – 2013).** 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

DOMITE, Maria do Carmo Santos. **Um caminho para a Educação Escolar Indígena:** Da teoria à prática. Livro 1. 2010.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **As leis e a educação escolar indígena:** Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena. (org.) II. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

SANTOS, Gersen Luciano dos. **O Índio Brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade LACED/Museu Nacional, 2006.

SANTOS, Jonatha Daniel; ALVES, Rozane Alonso. Uma análise histórica sobre a educação escolar indígena no estado de Rondônia. **EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 7, n. 17, p. 212-231, jan./dez., 2020.

SILVA, Deny Ardaia da. **Os atributos pedagógicos da cultura popular da fronteira Guajará-Mirim (Brasil)–Guayaramerín (Bolívia)**. 2013.

SOUSA, Adria; BERTIOL, Celia. Educação escolar e educação escolar indígena. In: CARDOSO, Fábio Coelho. **Pedagogia Intercultural Indígena**. Manaus: UEA Edições, 2012.

SOUSA, Rafaela. **“Educação”**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/educacao>. Acesso em: 19 jul. 2023.

## POHÃ ÑANA E YUYOS: A FRONTEIRA PARA ALÉM DOS ANTOLHOS DO CAPITAL

*Pohã Ñana e Yuyos: The border beyond the blindness of capital*

*Pohã Ñana e Yuyos: La frontera más allá de los ciegos del capital*

*Pohã Ñana e Yuyos: Tekoha apyrupive jehesamondo mombyryve ambue kuerare\**

DOI 10.55028/geop.v18i35

Kamila Madureira da Silva\*\*  
Alexandre Bergamin Vieira\*\*\*  
Valdelice Pereira da Silva\*\*\*\*

**Resumo:** As Fronteiras são espaços vividos pelas suas gentes, onde se entrelaçam as influências dos territórios e dos sujeitos em constante troca/ contato/disputa, constituindo uma identidade fronteiriça. Neste artigo refletiremos acerca da construção do território e da identidade fronteiriços a partir do estudo de caso das cidades gêmeas Pedro Juan Caballero/Paraguai e Ponta Porã/Brasil e que nos permita revelar uma fronteira para além daquela representação capitalista homogeneizada relacionada ao comércio, destacando o conhecimento tradicional a partir do uso das *pohã ñana* e do *yuyos*. Além da revisão bibliográfica, recorremos ao trabalho de campo como fonte primaz para a construção do pensamento geográfico.

### Introdução

Este artigo intenta refletir acerca da construção do território e da identidade fronteiriços a partir do estudo de caso das cidades gêmeas Pedro Juan Caballero (Paraguai) e Ponta Porã (Brasil) e que nos permita revelar uma fronteira para além daquela representação capitalista hegemônica e homogeneizada relacionada quase que exclusivamente ao comércio e consumo

\* *Pohã ñana e yuyos: Tekoha apyrupive jehesamondo mombyryve ambue kuerare* é a tradução para a língua guarani do sentido do trabalho, visto que a tradução literal da frase traria diversas possibilidades de interpretação. Ou seja, na tradução para o guarani importa muito mais o sentido do que a literalidade da frase. Para esta tradução um grupo de professores se reuniram e fizeram a partir da nossa explicação do que se trata o presente texto.

\*\* Doutoranda do PPG Geografia. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). kamila\_agro@hotmail.com.

\*\*\* Prof. Doutor do PPG Geografia. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). alexandrevieira@ufgd.edu.br.

\*\*\*\* Mestranda do PPG Geografia. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). wallsilva1@hotmail.com.

**Palavras-chave:** *pohā ñana, yuyos, fronteira, identidade, tradicional.*

**Abstract:** Borders are spaces lived by their people, where the influences of territories and subjects intertwine in constant exchange/contact/dispute, constituting a border identity. In this article we will reflect on the construction of border territory and identity based on the case study of the twin cities Pedro Juan Caballero/Paraguay and Ponta Porã/Brazil and which allows us to reveal a border beyond that homogenized capitalist representation related to trade, highlighting the traditional knowledge based on the use of *pohā ñana* and *yuyos*. In addition to the bibliographical review, we used fieldwork as a primary source for the construction of geographic thinking.

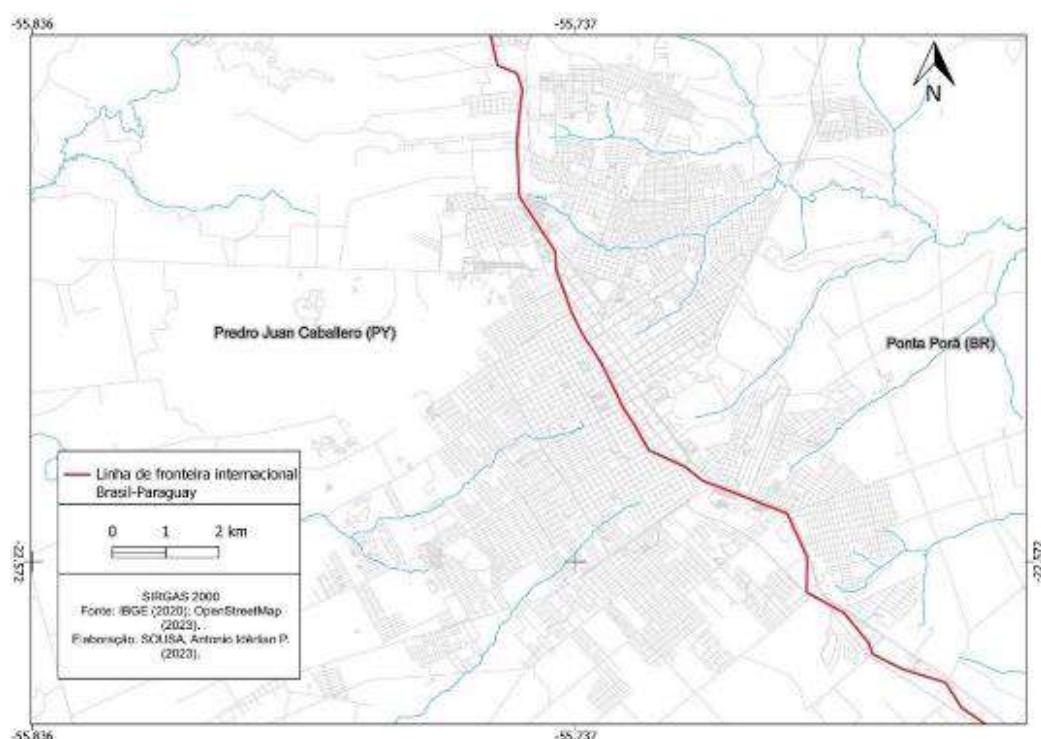
**Keywords:** *pohā ñana, yuyos, border, identity, traditional.*

**Resumen:** Las fronteras son espacios vividos por sus gentes, donde las influencias de territorios y sujetos se entrelazan en constante intercambio/contacto/disputa, constituyendo una identidad fronteriza. En este artículo reflexionaremos sobre la construcción de territorio e identidad fronteriza a partir del estudio de caso de las ciudades gemelas Pedro Juan Caballero/Paraguay y Ponta Porã/Brasil y que nos permite revelar una frontera más allá de esa representación capitalista homogeneizada relacionada con el comercio, destacando los conocimientos tradicionales basados en el uso de *pohā ñana* y *yuyos*. Además de la revisión bibliográfica, utilizamos el trabajo de campo como fuente primaria para la construcción del pensamiento geográfico.

**Palabras clave:** *pohā ñana, yuyos, frontera, identidad, tradicional.*

de produtos importados (de marca nas lojas de importados e/ou piratas made in CH do comércio de rua), destacando o conhecimento tradicional a partir do uso das plantas medicinais (*pohā ñana*) e do *yuyos* (preparado de *pohā ñana* para ser ingerido junto ao tereré).

Ponta Porã, localizada no Estado de Mato Grosso do Sul, é a quinta maior cidade do estado e que possui aproximadamente 92.017 habitantes (IBGE, 2022) e faz fronteira seca (mapa 1) com Pedro Juan Caballero, cidade paraguaia, capital do Departamento de Amambay, possui aproximadamente 123.784 habitantes (INE, 2022).

**Mapa 1 – Linha Internacional Ponta Porã (BR)-Pedro Juan Caballero (PY)**

Fonte: IBGE e OpenStreetMap. Elaboração: Souza, A.I.P. (2023).

Buscando analisar a atividade do turismo comercial na fronteira Ponta Porã e Pedro Juan, porém, contemplando uma análise que extrapola o capital, e ressalta o humano, trazendo a luz relações sociais talvez antes invisibilizadas e territorialidades fronteiriças ignoradas.

Buscamos ainda, através da abordagem do saber tradicional, retirar os entolhos do capital de nossos olhos para possibilitar uma análise das territorialidades fronteiriças proporcionadas pelo trabalho de campo realizado em Pedro Juan e de escritos sobre as plantas medicinais no Paraguai utilizados como fonte para análise de algumas variedades e seus usos, para endossar o que nos foi dito de maneira informal pelos vendedores de *pohã ñana* e *yuyos* nas ruas, e que fortalece a manutenção da territorialidade e da identidade paraguaia e de fronteira e que representa uma resistência ao capital e a lógica neoliberal de homogeneização imposta pela globalização.

## Turismo de compras na fronteira: Quando o capital sobrepuja o humano

A paisagem de fronteira em Ponta Porã – Pedro Juan Caballero quando vista a priori, ou seja, simplesmente vista, não pensada, tão pouco analisada, é composta basicamente pelo turismo de compras, o fluxo de pessoas que fazem deste local, apenas um lugar de trânsito, onde se compra e vai embora, ignorando que este mesmo local, é lugar de permanência, em que pessoas tecem seu tecido da vida. Neste, o cotidiano simbólico é preenchido pelo vai e vem de pessoas, pela luta pelo alimento e pela sobrevivência, em meio ao emaranhado de produtos com etiquetas Made in China.

O turismo de compras em Pedro Juan Caballero se caracteriza e funciona da seguinte forma:

A cidade recebe anualmente um fluxo significativo de visitantes que, motivados pelas vantagens cambiais competitivas, para ali se dirigem interessados em adquirir produtos estrangeiros para consumo próprio e não com fins comerciais. Este fluxo de visitantes, que além de incrementar o comércio na cidade paraguaia utiliza-se de alguns serviços e infra-estrutura tanto em Pedro Juan Caballero como em Ponta Porã constitui o que aqui se denomina turismo de compras (Martins, 2007, p. 03).

Estas compras podem ser para fins de comércio, vendas, ou mesmo para consumo próprio. Conforme Fellner e Burgos (2021) as fronteiras não só atuam como mecanismos de divisão, mas também atuam como uma “sutura”, que conecta as pessoas, e são responsáveis por privilegiar e/ou marginalizar pessoas, vê-se então a importância de compreender as fronteiras como tecidos densamente entrelaçados por diversas práticas subjetivas ou materiais.

Quando nos dispomos a enxergar os indivíduos, fora das lentes do capital, levando em consideração que estes dois espaços tão próximos, que constituem um território fronteiriço, que se interrelacionam e constroem cotidianamente suas territorialidades, no contexto social em que estão inseridas, que a análise através dos trabalhos de campo, nos proporcionaram vislumbrar a vida acontecendo para além dos arredores da linha de fronteira internacional, onde há uma concentração exclusiva do fluxo de turismo de compras.

## A Territorialidade Fronteiriça

Conforme Souza (2018) o fato dos dois países estarem separados por um limite, não significa que haja um muro que blinde as relações entre brasileiros e paraguaios, isto desde o processo em que começaram a se estabelecer na região para a exploração da *Ilex Paraguariesis* (erva mate), até os dias atuais, a formação deste território inicia-se a partir da necessidade de conviver e compartilhar este es-

paço entre dois países, a apropriação e construção do território geram identidades e heterogeneidades e que, estas, concomitantemente, geram os territórios (Saquet, 2009), o que nos remete a outro conceito de importância ímpar, a territorialidade:

A territorialidade-adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais (Raffestin, 1993, p. 158).

Nas territorialidades, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar, conforme Saquet, (2009), o que nos remete a necessidade de pensar identidade, conforme salienta Souza (2018), que é construída, desconstruída e reconstruída constantemente, não sendo estática e imutável, sendo uma construção social e simbólica, em que cada grupo social cria seus próprios significados vinculados à sua cultura, religião, etnia, território, dentre outros, tendo a globalização um papel importante para a diluição das identidades no nível local e individual, as transformações nos padrões de produção e consumo, fortalecendo o caráter homogeneizante da globalização, transformando as identidades “locais” em atos de resistência à globalização.

Reconhecendo que o processo de globalização não foi capaz de destruir certas características socioespaciais, principalmente, aquelas relacionadas aos aspectos culturais (materiais ou imateriais), evidenciamos, então, a permanência de elementos identificadores de identidades coletivas, principalmente em sociedades tradicionais (como a camponesa) que não se inseriram completamente na onda modernizante (Chelotti, 2017, p. 10).

Diante do exposto, os elementos culturais mantidos, no caso paraguaio, por exemplo, do uso das plantas medicinais, como alternativas aos fármacos sintetizados, reforçando a resistência de símbolos da identidade nacional, visto que, conforme Haesbaert (1999, p. 172), não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes.

O território fronteiriço possui um caráter multifacetado da identidade, coexistem nele múltiplas temporalidades, e a linha internacional com seu fluxo rápido, o vai e vem de turistas, as casas de câmbio, o comércio movimentado, quando comparado as ruas localizadas mais para dentro do município, quando saímos da linha e da área de comércio, vivenciamos outra temporalidade e nos deparamos com outras identidades, o que reforça este caráter.

## A fronteira como território vivido

Defendemos a ideia de que é de fundamental importância pensarmos a fronteira e o território fronteiriço em seus diversos aspectos de abordagem, de significados e, principalmente, de representações, muitas das vezes enviesadas e equivocadas – principalmente aquelas que remetem à(s) fronteira(as) ao território do crime e da violência, conforme discutem Faisting (2018) e Secatto (2015); a fronteira limitada às ações de vigilância e de controle (Jardim, 2017) ou defesa e segurança (Sherma, 2016); a fronteira enquanto local de comércio (Lamberti, 2006) ou do turismo de compras (Martins, 2007), etc..

Portanto, concebemos a fronteira como territórios que estão em constante movimento, seja de pessoas, através do entrelace cultural que inevitavelmente ocorre, do fluxo de mercadorias, de estratégias de geopolítica, políticas públicas principalmente no que tange a educação, saúde e cidadania, o que determina a característica de uma fronteira viva e pulsante, conforme nos aponta Albuquerque (2010, p. 42):

As fronteiras são fenômenos sociais, plurais e dinâmicos. A imigração brasileira no Paraguai, produz uma pluralidade de fronteiras (políticas, jurídicas, econômicas, culturais e simbólicas) em relação a sociedade paraguaia. Essas fronteiras não são estáticas, mas estão sempre em movimento de redefinição e negociação.

Quem vive próximo aos territórios de fronteira internacional, como é o caso dos municípios de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, tem sempre um contato direto e constante, principalmente em relação ao turismo de compras, muitas vezes fixado na linha internacional, e acaba por se constituir uma representação limitada e restrita desse território fronteiriço à este olhar de “consumidor/comprador”.

A partir do trabalho de campo observamos que este “contato direto” é composto também por um processo de invizibilização social, que ignora a existência do humano, das relações, da cultura, o que nos leva a reforçar o entendimento de que o capital e a ideologia do consumo soprepõe a tudo e a todos, e nos revela a importância da análise e da reflexão, que nos diz um pouco do outro, e nos traz muito de nós mesmos, nos mostrando as amarras e antolhos que o capitalismo se utiliza para nos impedir de pensar, visto que, conforme Considère e Leloup (2021, p. 194):

O ato de pensamento que leva a construir tais sistemas explicativos alimenta-se daquilo que vemos, ouvimos e sentimos diretamente, mas também do que nos foi ensinado, dos saberes da experiência, dos valores que nos foram transmitidos, das influências familiares e sociais que circulam nos grupos a que pertencemos. Essas construções fabricam nossas opiniões e guiam nossas maneiras de refletir sobre aquilo que nos rodeia.

As representações são, portanto, individuais, porque construídas pelos indivíduos, mas também sociais, porque construídas sob a influência de outros indivíduos.

### *Pohā ñana, Yuyos e a fronteira*

Deste modo, este trabalho de campo realizado na fronteira Ponta Porã – Brasil e Pedro Juan – Paraguai, ocorreu de forma involuntária, a análise e evidências do conhecimento tradicional, através da venda de ervas in natura *pohā ñana*, para serem utilizadas no tereré<sup>1</sup>, foram um incrível achado em tempos obscuros do neoliberalismo. O objeto da pesquisa, nos chamou atenção após as visitas ao mercado municipal de Pedro Juan Caballero (distante aproximadamente 1km da linha internacional – perto em distância geométrica e infinitamente distante na perspectiva geográfica), quando nos deparamos com uma vasta variedade de plantas medicinais tanto secas (“quentes” – utilizadas em chás quentes e infusões) como in natura (“frescas” – utilizadas diariamente no tereré), que após moradores de Ponta Porã, amigos, perceberem nosso interesse nos informarem que isso era muito comum, que haviam vendedores que, diariamente, todos os dias da semana, montavam “barracas” e comercializavam estas ervas em várias ruas de Pedro Juan Caballero, a partir de então começamos a vivenciar, contemplar e também ser adeptos a esta prática tão maravilhosa e inclusiva.

Conforme Santos (1999), observamos tempos diferentes quando nos deparamos com o fluxo comercial na linha da fronteira, e quando chegamos nas barracas que os paraguaios comercializam *yuyos*, sempre com a presença das garrafas de gelo e do tereré, parece que são temporalidades diferentes, o uso do território e o estabelecimento do lugar se dão de formas diferentes, as territorialidades se entrelaçam e traduzem a fronteira como puramente é, um emaranhado de relações, de processos, de culturas e vivencias.

O território usado, de relações, conteúdos e processos que permitiria que a política fosse elaborada de baixo para cima – é um campo de forças, lugar da dialética entre Estado e Mercado, entre uso econômico e usos sociais dos recursos, lugar do conflito entre locali-

<sup>1</sup> O tereré é a bebida nacional do Paraguai, que sua origem remonta a origem do tereré remonta a Guerra do Chaco (entre Paraguai e Bolívia, 1932-1935) quando as tropas começaram a beber mate frio para não acender fogos que denunciariam sua posição. Sendo reconhecido pela UNESCO como patrimônio cultural do país, sendo uma bebida refrescante que consiste em uma mistura de água fria com erva-mate (*Ilex paraguayensis*), ervas naturais (ervas medicinais, popularmente chamados de “yuyos”) e gelo, uma bebida que é tão típica quanto a língua guarani. No Brasil, o tereré foi trazido pelos paraguaios, que entraram pelo país através do estado do Mato Grosso do Sul e depois se espalhou para outras partes do mesmo. Todo ciclo brasileiro da erva-mate do tereré teve início na cidade de Ponta Porã, que faz fronteira com Pedro Juan Caballero, cidade paraguaia, depois expandiu-se para outras cidades e estados. Disponível em: <https://paraguaitete.wordpress.com/2012/11/02/tradicoes-paraguaias-o-terere-e-paraguao/>.

dades, velocidades e classes. A “universalidade empírica” faz a ponte entre a produção teórica da Geografia e os lugares de realização do mundo, construindo a coerência e a solidariedade entre os eventos. Para tanto, o saber da região tem de ser devidamente considerado produtor dos discursos do cotidiano e da política (Santos, 1999, p. 06).

Saímos, então, em busca dessas pessoas e suas barracas de *pohã nña*, para compreender como funcionava este comércio, de onde vinham as ervas, e tivemos uma bela surpresa, estes vendedores estão em praticamente todas as ruas, todos com seus pilões, e o fluxo de clientes é bem grande, chegam e saem pessoas a todo momento, o preço é muito acessível (Gs2.000,00 – em conversão direta R\$2,00) e você sai com uma variedade de ervas medicinais, ainda havendo o interesse em explicar o que são estas ervas, e quais males de saúde elas tratam.

O que nos causou espanto é que na atualidade com o número de indústrias farmaceuticas e a quantidade de franquias para a comercialização destes produtos, a valorização do saber tradicional, fato este que raramente observamos no Brasil, e nas sociedades capitalistas como um todo, que os saberes tradicionais são aniquilados, e a medicina tem se tornado uma garra do capital, para tratar inclusive um leque de doenças da atualidade, que são ocasionadas pelo modo de vida imposto pela lógica neoliberal.

O conhecimento tradicional pode ser definido como o saber e o saber-fazer, a respeito do mundo natural, que são transmitidos oralmente de geração em geração, conforme nos aponta Diegues (2000), trazendo o homem como parte da natureza, e não dissociado, desta, como o capitalismo nos leva a compreender, traçando uma linha divisória rígida entre o “natural” e o “social”. Através dos saberes tradicionais nos lembramos que há uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social, o que difere muito da ciência moderna, inclusive no conceito de “recursos naturais”, biodiversidade e manejo.

Diegues (2000) aponta, ainda, que o capitalismo nos impõe um conhecimento em que a biodiversidade usualmente definida pelos cientistas, de um conhecimento de domínio exclusivo da ciência, e de laboratórios de empresas multinacionais, conhecimento este obtido de forma solitária em um não-lugar, um parque nacional ou uma outra área de proteção que não permite a presença humana, incluindo a presença das populações tradicionais. Neste contexto a valorização do saber tradicional, e de outras formas, igualmente racionais de se perceber a biodiversidade, além daqueles oferecidas pela ciência moderna, é sem dúvida uma resistência a este modelo imposto, e uma prova de que podemos sim fazer parte da natureza, e utilizarmos dela, não como recurso e sim como parte de nós.

Nas ruas de Pedro Juan, em cada barraca de preparo e venda de *yuyos* (ver a iconografia após o quadro), nos deparamos em como podemos ser parte da natu-

reza, através do contato direto e acessível que temos com uma vasta variedade de plantas medicinais e a indicação dos mais diversos usos, através das explicações dos vendedores, sem dúvidas uma relação íntima e democrática, sendo inclusive recomendada pelo governo paraguaio, estando presentes nos sites governamentais, sendo uma das fontes para a elaboração do quadro abaixo, com algumas espécies de plantas, suas indicações e usos, visto que este é apenas uma demonstração, pois a biodiversidade da flora no que tange as plantas medicinais utilizadas (*pohāñana*) é riquíssima.

**Quadro – Receituário de medicina natural - *Kuachi'a* para 'i po'ā**

Nome Científico	Nome comum Guarani	Nome comum Português	Usos e indicações	Modo de Preparo
<i>Jacaranda puberula Cham</i>	Karoba pytā	Carobinha	Fluxo vaginal, infecção urinária feminina	Pode ser feito o chá, tomar no mate ou tereré;
<i>Campomanesia adamantinum (Cambess.) O. Berg</i>	Guavira	Guavira	Cólicas, dores gastrointestinais e espasmos	Pode ser feito o chá, tomar no mate ou tereré;
<i>Maytenus ilicifolia</i>	Kangorosa Ka'aguy	Cancorosa	Menstruação anormal	Chás; Tomar no mate antes das refeições; Tereré
<i>Cabralea Canjerana</i>	Kancharana	Canjerana	Varizes e má circulação do sangue	Chá, tomar durante 30 dias, descansar sete dias, e voltar a tomar.
<i>Psidium australis var suffruticosa A. Tuler</i>	Kurupa'y araguei	Catuaba	Cólicas; Quando a comida fez mal;	Chá, mate ou tereré tomar por uma semana;
<i>Genipa americana L</i>	Nandypa Moroti	Genipapo	Colesterol; Gota;	Tomar o chá, junto com meio limão, 3 vezes ao dia; por quatro meses; Mate ou tereré;
<i>Baccharis brachylaenoides</i>	Teju Ka'a	Erva do lagarto	Depressão; Tristeza	Fazer a infusão, deixar repousar por 12 horas, e lavar o rosto por quatro dias. Mate ou tereré;
<i>Wenatia calycina</i>	Burrito	Burrito	Digestivo Calmante Protetor hepático	Pode ser feito o chá, tomar no mate ou tereré;
<i>Mentha piperita</i>	Menta	Hortelã-pimenta	Antigases Digestivo Descongestionante	Pode ser feito o chá, tomar no mate ou tereré;
<i>Mentha spicata</i>	Hierba buena	Mentha crispatá	Antiséptico; Analgésico; Antiinflamatório;	Pode ser feito o chá, tomar no mate ou tereré;

Nome Científico	Nome comum Guarani	Nome comum Português	Usos e indicações	Modo de Preparo
<i>Rosmarinus officinalis</i>	Romero	Alecrim	Atua sobre o aparelho respiratório;	Pode ser feito o chá, tomar no mate ou tereré;
<i>Artemisia absinthium</i>	Ajenjo	Absinto	Vermífugo; Antiseptico;	Pode ser feito o chá, tomar no mate ou tereré;
<i>Lippia citriodora</i>	Cedrón Paraguay	Lúcia-lima	Combate a dores no estomago e intestino, principalmente de origem nervosa;	Pode ser feito o chá, tomar no mate ou tereré;
<i>Cymbopogon citratus</i>	Cedrón Kapi'i	Capim-limão	Utilizado no tratamento digestivo e gases;	Chás e infusões; Esfregando as folhas nos dentes previnem as cáries;
<i>Ruta graveolens</i>	Ruda	Arruda	Parasitas, problemas intestinais, e problemas circulatórios.	Utilizada em chás, deve ser usada em pouca quantidade devido a sua toxidez;
<i>Salvia officinalis</i>	Salvia	Sálvia-comum	Estimulante; Antiséptica e antiespasmódica;	Pode ser feito o chá, tomar no mate ou tereré;
<i>Anthemis arvensis</i>	Manzanilla	Camomila-do-campo	Diurético; Atua na cicatrização e nos processos digestivos.	Pode ser feito o chá, tomar no mate ou tereré;

Fonte: Cabral (2021); Pedrozo (2012); Basta *et al.* (2020).

No trabalho de campo (iconografia a seguir) a presença de jovens e crianças nas barracas que comercializam os yuyos nos mostram que a cultura vem sendo repassada através das gerações, e que isto possui um valor que excede o “preço”, muitas famílias sobrevivem destas atividades, mas sem sombra de dúvida este comércio faz parte da construção e da manutenção da territorialidade local.

**Figura 01 – Menina paraguaia preparando a mistura de ervas**



Fonte: Trabalho de campo, 2023. Org.: Autores

**Figura 02 – Variedade de ervas frescas e o preparo no pilão**



Fonte: Trabalho de campo, 2023. Org.: Autores

**Figura 03 – A simplicidade do saber tradicional**



Fonte: Trabalho de campo, 2023. Org.: Autores

**Figura 04 – Variedade de ervas**



Fonte: Trabalho de campo, 2023. Org.: Autores

**Figura 05 – Raízes do bem**

Fonte: Trabalho de campo, 2023. Org.: Autores

**Figura 06 – Medicina preventiva e curativa**

Fonte: Trabalho de campo, 2023. Org.: Autores

**Figura 07 – Menina paraguaia preparando a mistura de ervas**

Fonte: Trabalho de campo, 2023. Org.: Autores

**Figura 08 – Comércio de ervas frescas**

Fonte: Trabalho de campo, 2023. Org.: Autores

**Figura 09 – Macela**



Fonte: Trabalho de campo, 2023. Org.: Autores

**Figura 10 – Mercado Municipal de Pedro Juan**



Fonte: Trabalho de campo, 2023. Org.: Autores

**Figura 11 – Farmácia Natural**



Fonte: Trabalho de campo, 2023. Org.: Autores

**Figura 12 – Guaco e ervas secas**



Fonte: Trabalho de campo, 2023. Org.: Autores

**Figura 13 – Preparo de ervas no pilão**

Fonte: Trabalho de campo, 2023. Org.: Autores

**Figura 14 – Kaiós**

Fonte: Trabalho de campo, 2023. Org.: Autores

**Figura 15 – Ervas secas para infusões e mate**

Fonte: Trabalho de campo, 2023. Org.: Autores

**Figura 16 – La naturaleza**

Fonte: Trabalho de campo, 2023. Org.: Autores

Quando conversamos com as pessoas acerca das plantas que estão ali para serem preparadas, percebemos como nos distanciamos da natureza, pois conhecemos poucas delas, ou quase nenhuma, mas se entrarmos nas farmácias de rede, conhecemos inúmeros fármacos químicos, suas finalidades e nos automedicamos sem medo, e quando pensamos em tomar um chá, ou por uma erva no mate ou tereré temos um preconceito automático, sem analisar qual ofereceria maior risco de toxidez ou efeito colateral.

É inegável o encantamento que este comércio simples e natural nos proporcionou, e hoje consideramos uma lamentável perda de tempo, ir até a fronteira, sem abastecer a nossa geladeira com os *yuyos* para o tereré, que são doses homeopáticas de saúde.

### Considerações finais

Buscamos neste texto apresentar uma discussão a partir da *pohã ñana* e do *yuyo* como forma de valorização das territorialidades locais e do saber tradicional e popular, como valorização cultural, oriundos das interrelações dos quais o viver, o usar, o praticar e o pensar no território transfronteiriço podem nos revelar, que vão muito além da representação paisagística imagética da fronteira enquanto local apenas do turismo de compras, de um local da violência e do crime ou um local problema, cuja pauta a seja apenas controle, vigilância e segurança.

Assim, a partir da metodologia dos trabalhos de campo realizados no lado paraguaio da fronteira entre Pedro Juan Caballero e Ponta Porã, entre os meses de maio e junho de 2023, nos permitimos e nos dispomos a enxergar os sujeitos fronteiriços, para além das lentes do capital e do circuito de compras da linha internacional. Isso nos permitiu conjecturar a vida acontecendo para além dos arredores/limites da linha de fronteira internacional e compreender a territorialidade fronteiriça na sua essência a partir do contexto social e geográfico no qual estão inseridos.

Por fim, a pesquisa nos deu a oportunidade deste contato direto com as plantas medicinais (*pohã ñana*), seus usos e preparos, sendo um exercício a ser posto em prática, visto que, estamos condicionados a buscar os fármacos sintéticos para tratar qualquer instabilidade de saúde, mesmo que simples, enfatizamos a importância da ciência, mas não em detrimento do saber tradicional, que é acessível e democrático, ambos caminham perfeitamente juntos, somos meio, somos parte, somos natureza.

## Referências

- ALBUQUERQUE, J. L. A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Annablume, 2010.
- BASTA, P.; Sousa, I.; Bevacqua, A.; Benites, A. (org.). Pohã Ñana; nãnombarete, tekoha, guarani ha kaiowá arandu reheguá/ Plantas medicinais: fortalecimento, território e memória guarani e kaiowá. Recife: Fiocruz-PE, 2020.
- BRASIL. IBGE. **Censo demográfico 2022**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 mai. 2023.
- CABRAL, L. **PO'Ã KA'AGUY – Mbyá**: Relatório de Medicina Natural del Pueblo Mby'a Guaraní. Assunção: Editorial Arandurã, 2021.
- CHELOTTI, M. C.; PESSÔA, V. L. S. Reterritorialização e Identidade Territorial: os camponeses construindo novas territorialidades na fronteira Brasil/Uruguai. **Revista Observatório Geográfico América Latina**. Disponível em <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/107.pdf>. Acesso em: jul. 2023.
- BURGOS, H.; FELLNER, A. Desbordes / Undoing Borders: hacia nuevas epistemologías fronterizas. **Revista Post(s)**, v. 7, p. 12-24, 2021.
- CONSIDÈRE, S. E.; LELOUP, F. Como pesquisar a fronteira pelas representações sociais. In: DORFMAN, A.; FÉLIX, J.A.; FILIZOLA, R. **Ensinando fronteiras**: projetos estatais, representações sociais e interculturalidade. Porto Alegre: Editora Letra1; Editora Diadorim, 2021.
- DIEGUES, A. C. S. **Conhecimento e manejo tradicionais, ciência e biodiversidade**. Disponível em <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/cienciabio.pdf>. Acesso em: jul. 2023.
- FAISTING, A. L. Representações da Violência na Fronteira: um estudo a partir das regiões da Grande Dourados (MS) e do Oeste Paranaense (PR). **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 49, n. 3, p. 131-174, nov./fev. 2018.
- HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.
- JARDIM, D. F. Imigrantes ou Refugiados? Tecnologias de Controle e as Fronteiras. Jundiaí: Paco Editorial. 2017. 256p.
- LAMBERTI, E. **Dinâmica comercial no território de fronteira**: reexportação e territorialidade na conurbação Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. 2006. 93f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2006.
- MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARTINS, P. C. S. **A formação do território turístico de Pedro Juan Caballero (Paraguai)**. 2007. 102f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2007.
- PARAGUAY. Censo 2022. **Instituto Nacional de Estadística – INE**. Disponível em: <https://www.ine.gov.py/>. Acesso em: 13 mai. 2023.
- PEDROZO, J. S. **Pohã Ñana renda – Plantas Medicinales**. Asunción: Ministerio de Educación y Cultura, 2012.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, p.15-26, 1999.

SAQUET, M.A. Por uma abordagem territorial. In.: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

SCHERMA, M. A. Políticas de defesa e segurança para as fronteiras nos governos Lula e Dilma. Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI), n. 22, p. 65-77, jan./abr. 2016.

SECCATTO, A. G. **Olhares sobre a fronteira Brasil-Paraguai a partir de fotografias presentes nas mídias eletrônicas**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

SOUZA, J. A. C. **No soy de aqui, ni de ali. Yo soy!**: Identidade territorial na fronteira entre Pedro Juan Caballero – Paraguai e Ponta Porã – Brasil. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

# PRESSUPOSTOS MARXISTAS PARA UM OLHAR NA FRONTEIRA BRASIL- BOLÍVIA: AS RELAÇÕES DE TRABALHO DA MULHER BOLIVIANA

Supuestos Marxistas para una Mirada a la Frontera Brasil-Bolivia:  
Relaciones laborales de las mujeres bolivianas

DOI 10.55028/geop.v18i35

Tarissa Marques Rodrigues dos Santos\*  
Josiane Peres Gonçalves\*\*

**Resumo:** Várias são as formas para discutir a relação que se estabelece entre a figura da mulher e o trabalho no seu contato com a complexa da emancipação humana. O propósito deste artigo é discutir a participação da mulher boliviana nas feiras livres na cidade de Corumbá-MS, considerando a perspectiva dialética da teoria e prática para compreender a realidade das relações de trabalho e condições das mulheres que se inseriram neste espaço fronteiriço e, entender como são construídas as condições de trabalho e como são garantidas o acesso à educação aos filhos dessas mulheres.

**Palavras-chave:** trabalho, feiras livres, educação, mulher boliviana.

**Resumen:** Hay varias formas de discutir la relación que se establece entre la figura de la mujer y el trabajo en su contacto con el complejo de la emancipación humana. El propósito de este artículo es discutir la participación de las mujeres bolivianas en ferias en la ciudad de Corumbá-MS, considerando la perspectiva dialéctica de la teoría y la práctica para comprender la realidad de las relaciones y condiciones de trabajo de las mujeres que se insertaron en este espacio fronterizo y, para entender cómo se construyen las condiciones

## Introdução

A mulher desde os primórdios da formação da vida em sociedade, se encarregava tanto das produções dos elementos necessários à vida quanto da gestão doméstica. E, quando a revolução industrial mudou o modo de produção da economia familiar para a produção comercial, as mulheres afastaram-se de grande parte das suas ocupações domésticas, e com o surgimento da fábrica ficou explícito a determinação da situação social das mulheres das classes burguesas e médias.

Nas fábricas ficaram as mulheres pobres reserva de mão-de-obra que foi explorado pela forma capitalista, e do outro lado, a burguesia, muitas vezes livre dos trabalhos domésticos, buscava a sua profissionalização, ainda de ma-

\* Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação PPGEDU/FAED na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestra em Estudos Fronteiriços pela mesma instituição. E-mail: tarissamarques@gmail.com.

\*\* Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com Pós-Doutorado pela mesma instituição. Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação (FAED/UFMS). E-mail: josiane.peres@ufms.br.

de trabajo y cómo se garantiza el acceso a la educación de los hijos de estas mujeres.

**Palabras clave:** trabajo, ferias, educación, mujer boliviana.

neira não remunerada porque era des- prezível para a mulher. E a condição social das mulheres bolivianas também perpassam a nítida divisão de classes estabelecida pelo avanço desigual da economia, para as mulheres trabalhadoras, por outro lado, a opressão econômica eliminou todas as possibilidades individuais, embora a desigualdade dos sexos não fosse tão marcante como nas classes altas. Para as mulheres trabalhadoras, a opressão econômica sempre esteve presente, eliminando todas as possibilidades individuais, embora a desigualdade dos sexos não fosse tão marcante como nas classes altas.

Ao abordar essa problemática, este artigo parte das seguintes indagações: Como é a participação da mulher boliviana nas feiras livres na cidade de Corumbá-MS? Qual a realidade das relações de trabalho dessa mulher boliviana feirante? Como são construídas as condições de trabalho? E, como são garantidos o acesso à educação aos filhos dessas mulheres da classe trabalhadora?

O estudo foi desenvolvido a partir da abordagem crítica para explicar a realidade, pensando a feira livre como mediação estabelecida na configuração da relação da mulher boliviana e o trabalho e no município de Corumbá-MS, refletindo sobre a produção do espaço do município e valorizando as particularidades que são determinadas pela totalidade e das relações dentro da lógica do modo de produção capitalista

e, como isso interfere no acesso à escolarização da classe trabalhadora. As feiras livres na atualidade constituem espaços onde se desenvolvem relações comerciais que compreendem a negociação de produtos oriundos da agricultura, da pecuária, do artesanato e da indústria, e mais precisamente neste espaço fronteiriço que conta com sete assentamentos que, com a agricultura familiar juntamente com os bolivianos de *Arroyo Concepción*, fazem o abastecimento das feiras livres que funcionam semanalmente na cidade. As feirantes bolivianas são a maioria nas feiras e a produção agrícola brasileira é insuficiente para abastecer o mercado local, o que justifica a entrada de alimentos a partir da Bolívia.

Para a escrita deste texto, foi realizado um trabalho de campo durante o mês de junho de 2022 que se utilizou das observações, leituras, revisão e análise crítica para compreender e revelar a essência do objeto, *alcançar o todo essencial do objeto, conhecê-lo no seu núcleo mais íntimo é compreendido como uma possibilidade real do sujeito* (Chasin, s/d.). O objeto aqui discutido é o existente, construído pelo próprio sujeito, que é histórico e social, o qual possibilita o conhecimento da relação entre sujeito e objeto dentro do método científico de Marx.

Sustentada no método do materialismo histórico-dialético, que permitiu analisar a temática na perspectiva da relação entre fazer e pensar como forma organizativa de explicar a realidade, este estudo teve as seguintes etapas como base para a realização das análises: visitas em todas as feiras realizadas na cidade para observar a movimentação e rotina das mulheres bolivianas feirantes e suas condições de trabalho, bem como em alguns momentos diálogos com elas.

Nesse sentido, este artigo está dividido em três partes: na primeira, fizemos uma apresentação da dinâmica do espaço fronteiriço o qual esta pesquisa está inserida, elucidando a multiplicidade de movimentos e significados que caracterizam a identidade local das feiras livres de Corumbá. Na segunda parte, por sua vez, focamos em compreender a realidade das relações sociais das mulheres bolivianas a partir do trabalho como categoria fundante do ser social, compreendendo as relações sociais e históricas que geraram as desigualdades sociais existentes entre homens e mulheres, conhecidas no debate teórico e político como relações de gênero, fenômeno fundamental para o entendimento do processo de produção e reprodução das relações sociais e na inserção da mulher no mercado de trabalho, dentro de um contexto fronteiriço, mais precisamente nas feiras livres de Corumbá, considerando que as relações sociais de produção é a transformação da natureza de modo intencional pelos próprios seres humanos (Rossi, 2021).

E, para concluir o entendimento, na terceira parte discute-se as análises das observações e diálogos com as mulheres bolivianas feirantes presentes nas feiras de Corumbá, na possibilidade de compreender os caminhos trilhados em seus atos

de trabalho, bem como os desafios que impedem ou dificulta o acesso à educação escolar de suas proles.

### Espaço fronteiriço Brasil/Bolívia

Corumbá é um município com aproximadamente 70 mil km<sup>2</sup>, e com 96.268 habitantes, de acordo com o Censo de 2022. É o maior município em extensão territorial de Mato Grosso do Sul e o terceiro mais importante do estado em termos econômicos e populacionais. Localizada a 410 km de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, e cerca de 5 km de Corumbá, no território boliviano que pertence ao Departamento de Santa Cruz, estão situados *Puerto Quijarro*, pequeno município da *Província de Germán Bush*, formado por dois distritos – *Puerto Quijarro* e *Arroyo Concepción*.

Esse espaço fronteiriço se configura como ponto estratégico do principal contato entre bolivianos e brasileiros e, nessa dinâmica fronteiriça marcada por intensas relações de trocas e fluidez das mobilidades humanas que as feiras livres estão inseridas. As feiras livres podem ser caracterizadas como fenômenos econômicos e sociais muito antigos e que, apesar das feiras livres existirem desde os primórdios das civilizações e no Brasil com a implantação do mercantilismo na colonização, ela sempre foi um espaço de trocas/vendas de mercadorias e serviços, nelas estão contidas um ambiente potencial de possibilidades dentro de um mundo capitalista.

Elas representam mais uma alternativa profissional e um meio de prover as necessidades tanto dos que ali trabalham quanto dos que a procuram em busca de melhores preços, sendo ela uma alternativa de consumo que de certa forma concorre com os supermercados e seus funcionários tão imparciais.

As feiras em Corumbá vendem-se muito mais que produtos da agricultura familiar, apresentam uma grande variedade de produtos que vão desde as hortaliças, hortifrútis, roupas novas e roupas usadas, artigos importados, brinquedos, ervas e temperos nacionais e internacionais, plantas ornamentais, produtos de limpeza, utensílios domésticos e as barracas de gênero alimentício que servem pastéis, sucos e lanches para consumo no local.

A feira neste espaço é como uma fonte de sobrevivência para os comerciantes fronteiriços que ali habitam e que, para muitos é a única fonte de renda. Pensando nessa estrutura e visto que o trabalho enquanto categoria que funda o ser social e que sempre está ligado a relações sociais, que analisamos os papéis desempenhados por mulheres bolivianas nas feiras livres de Corumbá.

## A mulher boliviana e o trabalho

Inicialmente, vamos pensar o trabalho na perspectiva marxista onde é caracterizado como a interação entre o homem e a natureza, com o objetivo de transformar a natureza nos bens necessários à sobrevivência do homem. Desta forma, só consideraria trabalho a atividade que propicia esta interação e por consequência somente seria trabalho produtivo o que resultasse em um produto.

Compreender o trabalho na perspectiva marxista implica, então, reconhecer que ele cumpre um papel fundamental, onde o homem, com seu trabalho, transforma o mundo e se transforma, ele mesmo. Mas, quando este trabalho é apresentado em uma sociedade capitalista como ocorre com as mulheres bolivianas feirantes em Corumbá, o trabalho se torna produtor de objetos e serviços, que têm valor de troca; ou seja, o que é criado a partir do trabalho e o próprio trabalho, que inicialmente tinha um valor de uso, torna-se uma mercadoria, que visa gerar uma utilidade para quem paga por ela.

No livro *o capital*, Marx (1984, p. 201) reforça esse pensamento quando coloca que em uma sociedade capitalista: “*A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho*”. Marx defende a necessidade da atividade humana consciente e livre e que no modo capitalista ela se torna imprescindível ao ser humano, que passa a ser interpretado por nós apenas como subsistência.

Nesse sentido, Tonet (2022), coloca que na concepção marxista “*o trabalho é categoria fundante do ser social*”, ou seja, o trabalho é uma ação precursora e mantenedora da sociedade: nós nos fazemos humanos através da relação ser humano e natureza, fundada na intervenção da mesma e ao modificar a natureza o ser humano modifica a si nesse processo reflexivo.

Adotando as contribuições de Marx, que pelo trabalho, o homem se autoproduz, mudando sua visão de mundo e de si mesmo, pelo trabalho, o homem se afirma e se nega, pode se alienar e se liberta. Duarte (2014, p. 43), coloca que:

[...] Se queremos superar a sociedade capitalista na qual o trabalho é uma atividade alienada, faz-se necessário anteciparmos mentalmente o resultado desse processo, isto é, faz-se necessário projetarmos como será o trabalho não alienado. Tal projeção não é um ato de sonhar acordado, mas uma síntese das máximas possibilidades já existentes.

Marx, sempre enfatizou que o homem em seu ato fundamental do trabalho, potencializa o caminho da humanização e projeta seu futuro numa nova forma de sociabilidade, o que significa num primeiro momento afirmar que o trabalho distingue o homem do animal, pois é uma atividade consciente, finalizada, é uma relação com o outro, objetivada por meio da produção e reprodução da sua

existência e alcançada pelo trabalho, a humanização da natureza, uma ação do homem objetivando a humanidade do homem. [...] “Assim, o trabalho, em sua acepção ontológica, forma o ser humano, por meio das mediações instituídas a cada novo ser da espécie por aqueles que já constituem o conjunto da humanidade” [...] (Marsiglia; Martins, 2018, p. 1698).

O trabalho é propriamente aquilo que humaniza o homem que o diferencia da natureza, mas, nem por isso que o homem deixa de ser parte da natureza, ela existe independente do mesmo, “[...] o homem – é natureza [...]” (Marx, 1974, p. 15). Nessa perspectiva do trabalho como fator humanizante temos a contrapartida do capitalismo, a dominação do homem sobre o homem, a desumanização, o capital que para continuar se reproduzindo, gera e reforça as desigualdades ao passo que aliena o trabalhador de sua condição humana, “ele não é livre; ele é escravo” (Saviani, 2021, p. 138).

Nessa linha de pensamento de discrepância, as desigualdades de gênero que escoam a sociedade encontram-se ainda iminentes em pleno século XXI, mesmo após as conquistas históricas de movimentos feministas. Essas desigualdades refletem sobre a totalidade da vida feminina, sendo a inserção do mercado de trabalho um dos aspectos prioritários de manifestação das discriminações sofridas pelas mulheres. De um lado, elas se encontram sob o julgo da dominação masculina e de outro, o sistema capitalista, impregnado pela ideologia patriarcal de gênero, explora o sexo feminino.

A autora Heleith Saffiotti, estudiosa das temáticas feministas, vinculada teoricamente ao marxismo levanta discussões sobre o papel da mulher na sociedade, abordando-o na perspectiva histórica e utilizando conceitos que a própria autora formulou durante seu processo de pesquisa, a questão da opressão e violência às mulheres que esteia-se em um problema social e está intimamente ligado aos estudos de gênero e patriarcado e assim ela busca conceitos para a análise dessa opressão, reconhecendo a relevância do patriarcado como categoria que expressa uma forma de dominação própria das sociedades fragmentada em classes, em seus múltiplos momentos históricos.

Saffiotti (2013) explicita que o conceito de gênero é associado com ideologias, e que esta ideologia é exatamente a patriarcal, forjada para dar fuga a estrutura de poder dos homens acima das mulheres e que considera que o patriarcado é um caso específico das relações de gênero, onde estas são desiguais e hierárquicas. A ordem patriarcal de gênero admitiria então a dominação e exploração das mulheres pelos homens, configurando a opressão feminina. Essa autora defende que, dentro do binômio dominação-exploração da mulher, os dois polos da relação possuem poder, mas de maneira desigual. A pequena parcela de poder que

cabe ao sexo feminino, dentro de uma relação de subordinação, permite que as mulheres questionem a supremacia masculina e encontrem meios diferenciados de resistência.

A autora ressalta também que a base econômica do patriarcado, resulta em discriminação salarial das trabalhadoras mulheres, a segregação ocupacional, o controle da sua sexualidade e da sua capacidade reprodutiva. Assim o trabalho da mulher sempre esteve presente nas sociedades e em todos os lugares desde o início das civilizações, apesar de ser muitas vezes configurado apenas como um papel de “dona do lar”, impedindo as mulheres de exercer qualquer outro tipo de atividade, seja profissional ou não.

O comércio é uma atividade culturalmente desprezada pelos bolivianos, menos valorizada e, portanto, exercida pelas mulheres sobretudo nas culturas andinas. A inserção neste mercado tão específico de Corumbá se dá de uma forma mais rápida para as mulheres bolivianas, elas atravessam diariamente a fronteira na condição de migrante pendular.

As mulheres bolivianas feirantes possuem intensas jornadas de trabalho. Elas atuam em todas as áreas no processo produtivo, desde a transformação da matéria-prima à comercialização dos produtos, nas feiras matutinas de Corumbá, normalmente as atividades são iniciadas por volta das 4 horas da manhã, preparando o veículo com os equipamentos e produtos a serem comercializados. A montagem das bancas é iniciada em torno das 6 horas da manhã e as vendas em seguida, indo até às 12 horas, durante as conversas informais elas relataram que trabalham todos os dias, sem descanso aos finais de semana, após essa afirmação, quando foram questionadas se trabalham nos feriados, expuseram que, os únicos dias que realmente não labutam é o período das festividades da Virgem de *Urkupiña* durante a celebração nos três dias do mês de agosto, e sobre as férias relataram que elas tiram uma semana de férias ao ano para visitar os parentes que moram em Cochabamba e La Paz.

Para melhor compreensão sobre a Bolívia, e guiar o nosso olhar em direção às mulheres bolivianas utilizaremos o livro *A história da Bolívia*, onde o historiador em estudos latino-americanos Herbert Klein traça um percurso histórico da sociedade boliviana em um viés marxista.

Klein (2016), inicia dizendo que a história dos povos da Bolívia, da qual a evolução se nos apresentou como uma das mais hermética e sedutora, indica que havia uma sociedade criada por conquistas imperiais e adaptações indígenas, uma nação dominada pelos povos campesinos de origem pré-colombiana, mas com plena participação na economia mundial, na legislação trabalhista da Bolívia,

verifica-se certa similaridade entre os direitos adquiridos pelos trabalhadores bolivianos e brasileiros. Na Bolívia também há Aviso-prévio, Férias, Salário-mínimo, 13º Salário, Proteção ao trabalho da Mulher e Infantil, estabilidade em caso de acidente de trabalho, Licença-maternidade, e nas lutas nacionalistas e revolucionárias na Bolívia, na década de 70, percebe-se uma forte formação sindical, tendo como constituintes os trabalhadores mineiros, num ambiente em que as demais classes sociais pareciam dispersas e escassamente coesas.

Na Bolívia, assim como outros maioria países em desenvolvimento da América Latina, vem experienciando no decorrer de sua história transformações socioeconômicas importantes com significativos impactos no seu meio rural e na sua agricultura, e em todo seu percurso histórico, a Bolívia permaneceu sendo uma nação predominantemente rural, até boa parte do século XX, constituída em sua maior parte de campesinos índios, apesar do desenvolvimento de um setor moderno de exportação, e da grande expansão da agricultura comercial mesmo com o crescimento de modernos centros urbanos. Mesmo assim, a falta de ensino público na zona rural antes da década de 1930, ocasionou o analfabetismo em grande parte da população rural, com a maioria ignorando, o espanhol, a língua nacional. O idioma predominante continuou sendo a quíchua, com o aimará ocupando o segundo lugar.

Klein (2016), acrescenta ainda que a Bolívia estabelecia um exemplo clássico do sistema latifundiário latino-americano, a intensa desigualdade na divisão de terras manifestava ser fundamental para controlar a mão-de-obra camponesa e, que a favor do seu domínio pela força, os latifundiários controlavam com êxito o acesso à totalidade das melhores terras de todas as regiões do país. Assim, conseguiam a mão-de-obra barata, ofertando terra em troca da realização do trabalho, em troca do trabalho livre no interior das fazendas, e os trabalhadores indígenas sem-terra obtinham o usufruto de parcelas dos latifundiários, podiam levar sementes e até animais para o cultivo dos campos, que ao final deixavam para o proprietário com escasso aporte de capital. Cabia aos indígenas, inclusive, o transporte da colheita fina (Klein, 2016, p. 103).

A questão de gênero e os direitos trabalhistas na Bolívia, teve início com os primeiros movimentos sociais organizados por mulheres mineiras, o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) e, que logo em seguida, criou-se a Federação Nacional de Mulheres Camponesas “Bartolina Sisa”, uma organização sindical que tinha como objetivo a participação política e sindical da mulher camponesa nas decisões do país:

[...] O MNR foi o primeiro partido político a incorporar organicamente a mulher boliviana em suas fileiras: as mulheres ingressavam na política e faziam política por meio

do MNR. As tarefas das mulheres no partido eram, de alguma maneira, “tarefas tipicamente femininas”: apelações judiciais, ofícios religiosos, correios clandestinos, marchas populares, transporte de armamento, cuidados com os enfermos, atenção aos presos, greves de fome, etc., que somente implicavam o plano traçado pelo partido para elas [...] (Klein, 2016, p. 322).

A busca pela emancipação das mulheres bolivianas revela efeitos mais favoráveis para aquelas com maior nível educacional e menor ênfase em características étnicas. No entanto, é importante destacar que a maioria das mulheres na Bolívia enfrenta desafios de baixa escolaridade e qualificação, portanto, atendem a mercados com maior intensidade de precarização e informalidade, mantendo a hierarquização patriarcal de poder e de dominação. Klein (2016), coloca que na Bolívia, de acordo com dados fornecidos pelo Programa Nacional (INRA), durante o período após a Reforma Agrária de 1953 que concedeu terras aos agricultores e comunidades, até 1960 apenas 1,2% dos títulos foram registrados para as mulheres, assim considerando que a lei deste país (e de todos os outros) é definida em termos de poder, este se concentra no chefe de família, e quando a chefia da família cabe a uma mulher, há discriminação na aplicação da lei em si.

Quando falamos na questão da emancipação da mulher, na perspectiva marxista, encontra-se intimamente ligada à questão da emancipação humana, a mulher tem que ser vista na sua totalidade, no seu contexto social, já que ela se constitui de acordo com determinados parâmetros econômicos e sociais que envolvem os fatores tanto objetivos como subjetivos. Saffioti, quando fala sobre a emancipação, expõe que “a preocupação com o problema da mulher apresenta-se como uma constante do pensamento socialista” (Saffioti, 2013, p. 71). Nesse pensamento, consideramos que o capitalismo e a emancipação das mulheres marcham em caminhos opostos, já que para a continuidade do sistema exploratório e desumanizador são necessários a força de trabalho feminina e os meios que garantam a sua submissão.

A mulher boliviana distante dessa emancipação e frente a situação de desemprego é obrigada a participar de modelos de trabalho mais precários, e muitas vezes não remunerados, o que propicia menor chance de mobilidade social ascendente, com esse acesso limitado à terra devido à condição de patriarcado existente nessa sociedade essencialmente capitalista: *“a base que funda o capitalismo é o trabalho assalariado, e no trabalho assalariado há uma desigualdade estrutural, de raiz, de essência que emana da sua própria natureza”* (Rossi, 2021, p. 42).

Rossi (2021, p. 44), complementa quando diz:

Na prática objetiva, os trabalhadores são obrigados a trabalhar, isto é, a venderem a sua força de trabalho em troca de um salário, pois, caso contrário, não terão condições de garantirem a sua sobrevivência e a de suas famílias.

Dessa forma, discutir o trabalho da mulher boliviana feirante é identificar as formas encontradas para a ruptura com a conduta desigual nas relações de gênero e as mudanças nessa construção social que ela enfrenta pelo pertencimento a classe trabalhadora marcada pela desigualdade social:

[...] o objetivo mais essencial da classe trabalhadora é exatamente o de eliminar toda forma de exploração e de opressão de um ser humano pelo outro, toda forma de desigualdade social. [...] a classe trabalhadora necessitaria demonstrar-teoricamente- a sua possibilidade. Isso significaria a demonstração, racional, de que o ser humano não é naturalmente egoísta e de que a totalidade da realidade social, inclusive a natureza humana mais essencial, é integralmente histórica e social, isto é, resultado exclusivo da ação humana ao longo do tempo (Tonet, 2022, p. 36).

Enfim, a sociedade é composta por indivíduos singulares pertencentes a uma classe social que por sua natureza é histórica e socialmente produzida, e a divisão sexual do trabalho é apenas simbolicamente assentada em uma suposta divisão entre gêneros.

As mulheres da classe trabalhadora sofrem, antes de tudo, uma discriminação entre classes - relação desigual entre elas e as mulheres burguesas, ou entre elas e toda a burguesia do que uma discriminação entre gêneros (que ocorreria no âmbito de sua própria classe). Inclusive, a discriminação de gênero que a mulher trabalhadora sofre no âmbito de sua própria classe é imposta a partir da classe dominante.

### As fronteiras da sobrevivência: a escolarização da classe trabalhadora

Para melhor compreender as especificidades das relações de trabalho e condições das mulheres bolivianas neste espaço fronteiriço Brasil-Bolívia foi realizado um trabalho de campo durante o mês de junho de 2022. A aproximação para as observações ocorreu de forma aleatória e com a concordância delas para conversar. As visitas foram realizadas nas sete feiras espalhadas nos bairros mais populosos de Corumbá e, em todas elas, notoriamente a presença feminina de mulheres bolivianas exercendo a função principal na comercialização.

As mulheres bolivianas feirantes se destacam na paisagem cultural das feiras livres por suas saias rodadas, chapéu e trança no cabelo. Algo que chama muito a atenção nas suas vestes são os aventais com bolsos na frente que servem para guardar o dinheiro.

Foi observada a presença de grande quantidade de feirantes bolivianas. Em todas as bancas as mulheres estavam no comando das atividades de venda. A presença de homens foi notada em algumas delas, mas somente realizavam atendimento quando aparecia uma quantidade de clientes que excedia a capacidade de atendimento da mulher. As crianças são frequentes acompanhando as mães, motivo pelo qual levou-se a discussão de compreender as dificuldades encontradas por essas mulheres, as garantias de direito à educação ofertadas aos seus filhos, pois o direito de acesso às escolas, onde as mães são trabalhadoras auxiliam o desenvolvimento profissional da genitora.

**Figura 1** - Presença de mulheres bolivianas com sua prole nas feiras livres de Corumbá



**Fonte:** Autoras, junho de 2022.

As observações permitiram distinguir algumas características das mulheres feirantes bolivianas nas feiras livres de Corumbá, quanto ao seu papel social no giro do capital como: as que produzem somente para a subsistência da sua unidade familiar e o excedente é destinado para a venda. Esta feirante tem uma capacidade menor de influir no preço que se determina no mercado, processo que está influenciado por diversas condições e, estas produtoras usam a força exclusivamente familiar e não acumulam capitais.

E o segundo tipo de feirante é um produtor homem que usa mão-de-obra familiar e, às vezes, assalariada, e está em condições de acumular um pequeno

capital pela maior eficiência produtiva e possui algum tipo de transporte motorizado, e que muitas vezes cobra da mulher boliviana feirante para transportar suas mercadorias, e, ainda dentro deste segundo segmento pode-se destacar um grupo que emprega, ao mesmo tempo, uma forma combinada mão-de-obra familiar e assalariada, com variada forma de acumulação de capital.

Eles têm um maior e mais diversificado volume de produção. São produtores que participam do processo produtivo e, às vezes, são especializados, o que lhes permite diferenciar seu produto e, às vezes, ser uma referência para fixação do preço. Lembrando que a reforma agrária foi uma das medidas mais visíveis e expressivas pelas muitas mobilizações dos indígenas campesinos<sup>1</sup> na Bolívia.

A grande maioria dos feirantes, é constituída de pessoas que não conseguiram se inserir no mercado formal de trabalho e transformou-se em atravessador comerciante (comprador de produtos da agricultura e do artesanato para vender na feira), ou são pequenos produtores agrícolas que buscam a feira para comercializar diretamente com o consumidor os produtos do seu trabalho, uma classe que não teve acesso a possibilidade de humanização por meio da educação, que Saviani (2007) explicita: “Ora, humanizar o humano é, pois um processo educativo” (Saviani, 2007).

Na fala de uma das mulheres bolivianas feirantes, percebemos a dificuldade vivenciada em sua rotina [...] *meu marido me deixa aqui na feira com meus filhos e vai para a obra, e quando dá o horário ele volta para nos buscar, mas quando o patrão não dá a hora do almoço, fica difícil pra nós, eu tenho que desmontar a barraca, guardar as verduras, e levar as crianças para a escola[...]*.

A autora boliviana Julieta Paredes (2010) considera que é necessário reconhecer que as relações injustas entre homens e mulheres são mais do que uma herança colonial, e que descolonizar o gênero seria, também, recuperar a memória ancestral de lutas contra uma opressão anterior à dominação cultural (Paredes, 2010, p. 35).

As mulheres bolivianas feirantes também relataram como funcionam a organização social do trabalho quando chegam em casa: [...] *eu chego em casa lá pelas duas da tarde, vou fazer o almoço, lavar roupa, cortar a lenha para o outro dia e, quando as crianças chegam, me ajudam a separar os produtos para levar a feira no outro dia[...]*.

<sup>1</sup> O campesinato é uma classe social dos trabalhadores que vivem e trabalham no campo sem explorarem outra classe social [...] O campesinato não utiliza grandes extensões de terra para o monocultivo com uso exacerbado de agrotóxicos para enriquecimento individual. Trata-se de famílias que residem em pequenas propriedades, cultivando produções diversificadas e com base em suas tradições e culturas tendo com a terra e o território uma relação de vida e de trabalho e não de exploração ou de caráter mercadológico prioritariamente. (ROSSI, R. *Educação do Campo e Método*. 1. ed. Campo Grande, MS: Grupo de Estudos Fundamentos da Educação – GEFE/produção independente, 2022. p. 08).

Quando questionada sobre o seu companheiro, ela respondeu: *[...] meu esposo chega cansado, ele tem que ir em Puerto buscar as frutas, depois pega as crianças no Brasil e quando chega quer tomar sua cervejinha, ver seus amigos[...]*.

Percebe-se na fala dela que os sustentáculos das relações desiguais de gênero encontram-se vigentes e, por vezes, fortalecidos. Principalmente devido ao reforço do sistema econômico. O capitalismo, impregnado pela ideologia patriarcal, reforça o sistema de opressão que subjuga as mulheres.

Para Saffioti (2004) não há separação entre dominação patriarcal e exploração capitalista. A autora realça que, apesar dos avanços das mulheres na busca pela emancipação, as bases materiais do patriarcado permanecem intactas. Isso nos leva a compreender que a participação feminina no mercado de trabalho, principalmente aquele influenciado por ideologias patriarcais - como é o caso das feiras livres em Corumbá -, enfrenta considerável margem de exploração. As condições de trabalho precárias tornam o processo de sobrevivência e sobrevivência ainda mais desafiador, uma vez que a força de trabalho feminina se encontra apenas à exploração.

O cruzamento da fronteira para a mulher boliviana feirante é uma estratégia de sobrevivência, pois ela acompanhada de seus filhos atravessam diariamente a pequena ponte verde e vermelha, em busca de oportunidades. E, muitas não conseguem acesso para as crianças pequenas nos Centros de Educação Infantil, pelo fato da dificuldade de vagas nas escolas públicas, e acabam levando-os para seu local de trabalho.

Em relação ao déficit de vagas, podemos afirmar que a demanda vai muito além das longas listas de espera que se formam nas unidades públicas, pois, frequentemente, os pais ou responsáveis, ao terem conhecimento das grandes listas de espera e da inexistência de vagas, desistem de inserir o nome da criança na lista e passam a buscar novas alternativas.

Cabe esclarecer que o aluno boliviano só pode estudar no Brasil com a permissão da Polícia Federal, que expedirá um documento para tal, de acordo com a Constituição Federal Brasileira, lei n. 6.815, 19 de agosto de 1980 (Brasil, 1998). Porém, muitos dos filhos das feirantes bolivianas são chamados bolivianos, que, verdade, pelo documento, são brasileiros residentes na Bolívia, chamados também como imigrantes na condição de pendulares como aqueles que habitam em região de fronteira, morando na Bolívia e estudando no Brasil, e retornando aos seus lares, dando a esse movimento, conotação de cotidiano.

Em uma das falas das feirantes bolivianas percebemos a preocupação em conseguir buscar os filhos no horário, em participar das reuniões e atividades nas

escolas, dificuldades essas que Marsiglia e Martins (2018, p. 1704), diz: “a educação escolar não foi, até hoje, uma arma para a classe trabalhadora, que pudesse ser utilizada para sua emancipação”, Saviani (2021), complementa quando coloca:

Mas a sociedade capitalista se funda exatamente na apropriação privada dos meios de produção. Assim, o saber, como força produtiva independente do trabalhador, se define como propriedade privada do capitalista. O trabalhador, não sendo proprietário de meios de produção, mas apenas de sua força de trabalho não pode, portanto, se apropriar do saber. Portanto, a escola pública, concebida como instituição de instrução popular destinada a garantir a todos o acesso ao saber, entra em contradição com a sociedade capitalista (Saviani, 2021, p. 138).

Pensar nas relações de trabalho enfrentadas por essas mulheres que têm uma rotina iniciada nas primeiras horas do dia semanalmente sem pausas, é entender que para o capital, o trabalhador não é um ser, e que seu papel nesse modo de produção, é gerar lucro para um grupo muito pequeno da sociedade. No caso dos filhos das mulheres bolivianas feirantes em partes existe o acesso à escola, não são excluídas pela ausência da escola e sim por ela não garantir transmissão do saber científico acumulado historicamente pela humanidade, Saviani (2021), ressalta que é preciso construir a hegemonia dos subalternos no interior da escola, instrumentalizando e adequando este espaço aos interesses da classe trabalhadora.

A universalização do direito à educação transita por diversas tensões. É realidade que a educação está à disposição de todos, no sentido de que há escolas e há legislação que lhe permitem essa afirmação, porém a distância entre oferecimento e garantia é um desafio enfrentado diariamente pelas mulheres bolivianas dentro de uma sociedade desigual, discriminatória e capitalista. Quando se fala sobre a importância da escola pública, Saviani afirma que a escola é fundamental para a transmissão do conhecimento para as crianças da classe trabalhadora, pois é nesse espaço que ela terá o acesso ao saber sistematizado

Então, nessa perspectiva que a educação é própria dos seres humanos e que para humanizarem necessitam da educação e que “*tais condições exigem um posicionamento político, a orientar uma escolarização que opere a favor de um polo – humanização, e contra outro – alienação*” (Marsiglia; Martins, 2018, p. 1708), que pensamos nas condições da escolarização da classe trabalhadora, que no caso das mulheres feirantes bolivianas que têm crianças pequenas, o acesso à educação infantil significa concretamente acréscimo de bem-estar e garantia de uma humanização enquanto pessoa.

## Considerações finais

Toda conclusão é sempre provisória e, nessa tentativa de compreender o universo do trabalho feminino das feirantes bolivianas de Corumbá na fronteira Brasil- Bolívia este texto deixa em aberto uma série de questões, que não pretendeu resolvê-las ou esgotá-las, mas sim reconhecê-las e colocá-las em debate.

A importância deste texto foi potencializar a voz das mulheres bolivianas sobre suas vivências diárias de trabalho alienante nas feiras livre de Corumbá e as dificuldades enfrentadas enquanto mulher, enquanto mãe pelos obstáculos no acesso e permanência ao processo de escolarização de sua prole.

A condição feminina das feirantes entrevistadas traz entre muitas diferenças na sua rotina de trabalho, essas mulheres, além de experimentarem o preconceito de gênero, decorrentes da colonialidade, do racismo, da classe, dentre outros elementos que aprofundam a invisibilização, o silenciamento e a subalternidade, vivenciam o que Marx aponta como desumanização e alienação nas sociedades capitalistas

A dignidade humana das mulheres é violada semanalmente, pois trata-se de uma violação do direito de ir e vir, e da exposição de mulheres ao trabalho degradante, identificamos questões relativas à precarização do trabalho feminino e violação de direitos, sua formação humana fica comprometida, pois enquanto pessoa são invisíveis, pois a mulher pertencente às classes mais baixas da sociedade é ainda menos valorizada como mulher, mais discriminada se for boliviana, e igualmente excluída pelo seu baixo poder aquisitivo.

Por fim, o trabalho da mulher boliviana feirante é essencial à organização das feiras em Corumbá, no entanto, a precariedade e desumanização das relações de trabalho, pela informalidade provém das desigualdades, e coloco a educação como um passo à formação da consciência, pois ela contribui na elevação do grau de consciência político social do sujeito.

## Referências

- CHASIN, J. **Método dialético**. Impresso. s/d. 23p.
- DUARTE, N. **A pedagogia histórico-crítica no âmbito da história da educação brasileira**. p. 29 - 50, 2014. Disponível em: [https://www.academia.edu/43756444/a\\_pedagogia\\_hist%c3%93rico\\_cr%c3%8dtica\\_no\\_%c3%82mbito\\_da\\_hist%c3%93ria\\_da\\_educa%c3%87%c3%83o\\_brasileira](https://www.academia.edu/43756444/a_pedagogia_hist%c3%93rico_cr%c3%8dtica_no_%c3%82mbito_da_hist%c3%93ria_da_educa%c3%87%c3%83o_brasileira). Acesso em: 08 jul. 2022.
- KLEIN, H. S. **Histórias da Bolívia**. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.
- MARSIGLIA, A. C. G.; MARTINS, L. M. A natureza contraditória da educação escolar: tensão histórica entre humanização e alienação. **Revista IberoAmericana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 4, p. 1697-1710, out./dez. 2018.

MARX, K. **O processo de trabalho o processo de produção de Mais Valia.** O Capital, ética da economia política. Livro 1, v. 1. São Paulo: Difel, 1984.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.** São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).

PAREDES, J. **Hilando fino desde el feminismo comunitario.** La Paz: Cooperativa el Rebozo, 2010.

ROSSI, R. Ontologia e método na pesquisa em Educação. In: ROSSI, R. (org.). **Pedagogia Histórico-Crítica e a educação escolar:** Reflexões de ensino e pesquisa. 1. ed. Campo Grande: Editora Telos Educativa, 2021. p. 24-58.

ROSSI, R. **Educação do campo e método.** 1. ed. Campo Grande, MS: Grupo de Estudos Fundamentos da Educação – GEFE/produção independente, 2022.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de Classes:** mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr., p. 152-180, 2007.

SAVIANI, D. Educação Escolar, Conhecimento e Pesquisa. **Revista Gesto-Debate**, Campo Grande, v. 21, n. 08, p. 134-152, jan./dez. 2021.

TONET, I. A importância do método científico de Marx. **Revista Gesto-Debate**, Campo Grande-MS, vol.22, n.02, p.33-42, jan/dez 2022.

# PARQUES URBANOS NA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA: A PERCEPÇÃO DOS FREQUENTADORES DO PARQUE DOS NAMORADOS EM FRANCISCO SÁ, MINAS GERAIS, BRASIL

**Urban Parks in the Promotion of Quality of Life: The perception of people at Parque dos Namorados in Francisco Sá, Minas Gerais, Brazil**

DOI 10.55028/geop.v18i35

Vanessa Tamiris Rodrigues Rocha\*

Maria Inês Fernandes dos Santos\*\*

Carlos Alexandre de Bortolo\*\*\*

Rahyan de Carvalho Alves\*\*\*\*

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é analisar a configuração espacial do Parque dos Namorados enquanto espaço público da cidade de Francisco Sá. Para tanto, utilizou-se como metodologia: revisão bibliográfica e análise de dados coletados em trabalho/exercício de campo realizado no mês de junho de 2023, com a aplicação de questionários aos seus frequentadores. Considera-se que, o parque é um espaço de referência, de lazer e cultura para a população de Francisco Sá, porque contempla atividades culturais e artísticas, com shows de artistas conterrâneos ao vivo nos finais de semana. E, em datas comemorativas, como o aniversário da cidade, torna-se palco para diversos artistas conhecidos nacionalmente. O mesmo também é frequentado em diferentes dias da semana por pessoas de diferentes faixas etárias, para diversas finalidades, como: caminhada, corrida, ciclismo, futebol, futebol de areia, peteca e lazer.

## Introdução

As áreas verdes destacam-se como locais singulares onde as práticas sociais cotidianas são desenvolvidas, conservam espaços que apresentam uma significativa concentração de vegetação arbórea no interior das cidades. Para Llardent (1982, p. 151), as áreas verdes são “qualquer tipo de espaço livre no qual predominam as áreas plantadas de vegetação, correspondendo, em geral, o que se conhece como parques, jardins ou praças.”

\* Graduada em Geografia e Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). E-mail: vanessatamiris@gmail.com.

\*\* Graduada em Geografia e Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). E-mail: mariaines.mi60@gmail.com.

\*\*\* Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor efetivo no Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros, Coordenador didático do curso de Geografia ofertado pela Universidade Aberta do Brasil - UAB - no CEAD - Centro de Educação a distância locado no campus sede da Unimontes e demais polos. E-mail: carlosbortolo@unimontes.br.

\*\*\*\* Mestre e Doutor em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor efetivo da UNIMONTES (Geociências) e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado - PPGEO) em Geografia. E-mail: rahyancarvalho@yahoo.com.br.

**Palavras-chave:** Áreas verdes, Parques urbanos, Qualidade de vida.

**Abstract:** The objective of this work is to analyze the spatial configuration of Parque dos Namorados as a public space in the city of Francisco Sá. For that, the following methodology was used: bibliographic review and analysis of data collected in field work/exercise carried out in June 2023, with the application of questionnaires to its visitors. It is considered that the park is a space of reference, leisure and culture for the population of Francisco Sá, because it includes cultural and artistic activities, with live concerts by countrymen artists on weekends. And, on commemorative dates, such as the city's anniversary, it becomes the stage for several nationally known artists. It is frequented on different days of the week by people of different age groups, for different purposes, such as: walking, running, cycling, soccer, beach soccer, shuttlecock and leisure.

**Keywords:** Green areas, Urban parks, Quality of life.

A inclusão de espaços públicos dentro do perímetro urbano de uma cidade visa atender a necessidade de se preservar a natureza e promover a qualidade ambiental no seu diâmetro de alcance; bem como, oferecer aos indivíduos condições favoráveis para a realização de atividades físicas e de lazer (Bortolo, 2015).

Nesse sentido, são espaços de uso coletivo, ou seja, podem ser utilizados por todas as pessoas. Isto implica a existência de diversas identidades e territorialidades por parte de quem os gerenciam e os utilizam. Dessa forma, caracterizam-se como locais permeados por relações sociais e relações do ser humano com o meio ambiente (Bortolo, 2015).

Dentre os espaços de convivência, temos os parques urbanos - áreas verdes de relevância ambiental urbana, pois contribuem com a qualidade de vida ao proporcionar condições de bem-estar, saúde e práticas de lazer, além do conforto climático, satisfação estética da paisagem no interior das cidades e, suporte para a fauna e a flora local.

Segundo Souza (2013), essas áreas podem ser marcadas por representações sociais, percepções e usos distintos, devido possuírem significados que variam de pessoa para pessoa. A criação desses espaços em locais públicos pode representar ao indivíduo o vínculo com o lugar (apropria-se e sente-se parte dele), cria uma identidade.

O lugar é uma categoria de análise geográfica que para Yi-Fu Tuan (1983),

é marcado por três palavras-chave, a saber: percepção, experiência e valores. Segundo Souza (2013, p. 117) “o lugar é entendido como um espaço percebido e vivido, dotado de significado e com base no qual se desenvolve e extraem-se os ‘sentidos de lugar’ e as imagens de lugar”.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar a configuração espacial do Parque dos Namorados enquanto espaço público da cidade de Francisco Sá. Para tanto, utilizou-se como metodologia revisão bibliográfica, pautada em autores, como: Tuan (1974-1983); Kliass (1993); Lima (1994); Carneiro e Mesquita (2000); Macedo e Sakata (2003); Silva (2009); Bargos e Matias (2011); Serpa (2011); Bortolo (2015); Gomes (2018), dentre outros, através da leitura de livros e artigos científicos disponíveis em bibliotecas virtuais; a partir dos descritores: áreas verdes, espaços públicos, parques urbanos, etc.

E, análise de dados coletados em trabalho/exercício de campo realizado no mês de junho de 2023, com a aplicação de questionários para frequentadores do parque, aplicado de forma presencial, em diferentes dias e horários, para quarenta frequentadores dele.

Neste indagamos sobre quantas vezes frequentam o parque por semana e em qual período; quais atividades praticam no parque; quais elementos presentes no parque atraem sua atenção; o estado de conservação deste, tanto nas infraestruturas, equipamentos, jardinagens e arborização; a segurança nas dependências do parque; participação nos eventos que são oferecidos em suas dependências; os sentimentos e os significados que o parque traz, e quais melhorias a Prefeitura Municipal de Francisco Sá enquanto gestora poderia proporcionar neste.

Logo, o presente estudo está fundamentado na perspectiva dos usuários do Parque dos Namorados acerca de sua configuração espacial e do seu significado perante as experiências individuais e coletivas dos mesmos. Trata-se de um estudo quantitativo, onde os resultados obtidos a partir do questionário serão tabulados e sistematizados na forma de quadros criados no *Microsoft Word*, posteriormente, analisados e expressos na forma de interpretação textual. Em seguida, busca coletar/organizar/analisar dados empíricos, por meio da observação das falas dos sujeitos entrevistados (suas opiniões, relatos e experiências), sobre o assunto supracitado.

O trabalho foi desenvolvido em quatro etapas: a primeira concentrou-se numa revisão bibliográfica sobre parques urbanos (conceitos e funções). A segunda etapa consistiu na apresentação dos aspectos socioeconômicos do município de Francisco Sá e na contextualização do espaço-tempo em que o Parque dos Namorados foi constituído na cidade. A terceira etapa visa apresentar os dados obtidos em campo. E, por fim, naturalmente, temos as considerações finais.

Dessa forma, apresentamos a seguir breve revisão bibliográfica sobre os parques urbanos.

## O parque urbano: conceitos e funções

Para Kliass (1993, p. 19), “[...] os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação”. Estes espaços surgiram no final do século XVIII na Inglaterra, período marcado pelo acelerado crescimento da urbanização e da artificialidade do meio urbano, o que refletia na insalubridade e na necessidade de promover ações visando melhorar o processo de higienização e na qualificação ambiental com ações voltadas à qualidade ambiental das cidades industriais.

Isto posto, os parques ingleses foram criados buscando amenizar tais problemas, almeja corresponder as demandas por equipamentos, atividades de recreação e lazer nos parques. Esses espaços são conhecidos como “refúgios verdes”, que são os parques, praças e jardins presentes no meio urbano.

Segundo Macedo e Sakata (2003, p. 14), parque urbano pode ser conceituado como todo:

[...] espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por uma estrutura construída em seu entorno [...].

De acordo com Carneiro e Mesquita (2000, p. 20), os parques urbanos são espaços públicos com a função de recreação - ocupa na malha urbana uma área em grau de equivalência superior a uma quadra típica urbana, constituídos de paisagem natural, vegetação, topografia, elemento aquático, assim como edificações destinadas a atividades recreativas, culturais e/ou administrativas.

Serpa (2011, p. 45), denota que os parques são “[...] lugares naturais modificados pela ação do homem para fins estéticos”. O mesmo pontua que nestes lugares ocorrem “o convívio social marcado por encontros, descanso, lazer, meditação, prática de exercícios físicos” e outras atividades que são capazes de proporcionar prazer e satisfação pessoal.

Lima (1994, p. 27), afirma que o parque “[...] é uma área verde, com função ecológica, estética e de lazer, entretanto com uma extensão maior que as praças e jardins públicos”. Os parques urbanos enquanto áreas verdes são de suma importância para uma cidade, porque além das inúmeras possibilidades que oferecem

para a população, também oferecem para as cidades funções estéticas, sociais, ecológicas, dentre outras, conforme a figura 1 destaca.

**Figura 1 – Funções dos parques enquanto áreas verdes urbanas**



**Fonte:** Bargos; Matias, 2011, p. 9. **Org.:** Autores, 2023.

Para Bargos e Matias (2011, p. 9), as áreas verdes urbanas possuem as seguintes funções com suas respectivas características:

Função Social: possibilidade de lazer que essas áreas oferecem à população. Com relação a este aspecto, deve se considerar a necessidade de hierarquização. Função Estética: diversificação da paisagem construída e embelezamento da cidade. Relacionada a este aspecto deve ser ressaltada a importância da vegetação. Função ecológica: provimento de melhorias no clima da cidade e na qualidade do ar, água e solo, resultando no bem-estar dos habitantes, devido à presença da vegetação, do solo não impermeabilizado e de uma fauna mais diversificada nessas áreas. Função Educativa: possibilidade oferecida por tais espaços como ambiente para o desenvolvimento de atividades educativas, extraclasse e de programas de educação ambiental. Função Psicológica: possibilidade de realização de exercícios, de lazer e de recreação que funcionam como atividades “antiestresse” e relaxamento, uma vez que as pessoas entram em contato com os elementos naturais dessas áreas.

Convém ressaltar que, no século XXI, os parques urbanos multiplicaram-se pelas cidades brasileiras, amparados por diferentes discursos no cenário das transformações urbanas e na criação de legislações ambientais. Buscando disponibilizar espaços de lazer e esporte para a população, valorizar bairros com empreendimen-

tos imobiliários, ou realizar demarcações ambientais com função de preservação e conservação de recursos naturais (Bargas; Matias, 2011).

As empresas imobiliárias, e também as de lazer, turismo e entretenimento, tem utilizado os parques urbanos como elementos de valorização do espaço. Não conferem a estes o status de bem comum e de domínio público, mas, sim, como mercadoria, mesmo fazendo um uso indireto dos recursos.

Assim, os parques são “[...] mercadorias fundamentais, uma vez que, tais empresas vendem a paisagem a seus clientes” (Bottomore, 1997, p. 242). Isto posto, a criação de um parque urbano possibilita a formação de novas vias e construções urbanas em seu entorno.

Nesse sentido, a seguir iremos apresentar o município de Francisco Sá e o espaço-tempo em que o Parque dos Namorados foi constituído.

### Caracterização da área de estudo

Na caracterização do município de Francisco Sá, o seu processo de surgimento ocorreu por meio da instalação de fazendas de criação de bovinos na bacia hidrográfica do Rio Verde Grande pelo Capitão Antônio Gonçalves Figueiras, em 1704. A partir desta data, iniciou e expandiu o processo de ocupação territorial. Em 1867, foi criado o distrito de São Gonçalo do Brejo das Almas, vinculado ao município de Montes Claros. Em 1923, no processo de emancipação político-administrativa foi criado o município de Brejo das Almas, pela Lei Estadual nº 843/1923, com a sua base territorial formada do desmembramento de Montes Claros e Grão Mogol. Em 1938, o Decreto-Lei Estadual nº 148 regulamentou a mudança de nome do município de Brejo das Almas para Francisco Sá, em homenagem ao ex-Ministro de Estado, do Ministério da Viação e Obras Públicas. Em 1948 e 1962, dois distritos de Francisco Sá foram emancipados, resultando na criação dos municípios de Janaúba e Capitão Enéas, respectivamente (IBGE, 2020).

Francisco Sá localiza-se na Região Geográfica Imediata de Montes Claros, ocupa uma área da unidade territorial de 2.747,295 km<sup>2</sup>, com uma população de 24.912 habitantes. Destes habitantes, 60% residem em área urbana e 40% residem em área rural, cuja densidade demográfica é de 9,07 hab./km<sup>2</sup>, conforme o censo de 2010. Em 2021, a população total foi estimada em 26.459 habitantes.

Francisco Sá possui como municípios limítrofes: Grão Mogol, Riacho dos Machados, Juramento, Montes Claros, Capitão Enéas e Janaúba (Figura 2).

**Figura 2 – Localização do município de Francisco Sá (MG)**

Fonte: IBGE, 2020. Org.: Autores, 2022.

Relacionado a estrutura etária, a população entre 15 a 69 anos abrange uma representatividade de 69%, enquanto os habitantes menores de 15 anos compreendem 26%; e apenas 5% representa aqueles com 70 anos ou mais (Tabela 01).

**Tabela 01 – Estrutura etária da população do município de Francisco Sá (MG) – 2010**

Estrutura Etária	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	6.463	26%
15 a 69 anos	17.215	69%
70 anos ou mais	1234	5%

Fonte: IBGE, 2010.

O Produto Interno Bruto (PIB) do município é de R\$ 276.204,32 x 1.000 a preços correntes, sendo representado na proporção de 87% serviços, 8% agropecuária e 5% indústria (IBGE, 2020). Ademais, a cidade de Francisco Sá localiza-se a 453,168 km da capital estadual, Belo Horizonte e, 48,912 km do centro regional, Montes Claros.

Relacionado aos aspectos físicos, este é formado pelas seguintes unidades de relevo, depressão do Alto-Médio São Francisco e Serras do Espinhaço Meridional. Possui clima Tropical Brasil Central semiúmido, com quatro a cinco meses secos subsequentes, tendo por média 15°C e 18°C em ao menos um mês. E, relacionado ao aspecto ambiental, abrange os biomas Cerrado e Caatinga (IBGE, 2020). Ressaltando ainda que, faz parte da região hidrográfica do São Francisco (Agência Nacional de Águas – ANA, 2015).

Conforme a Lei número 812 de 24 de dezembro de 1992, sobre o uso e ocupação do solo urbano no município, a zona urbana é subdividida nas seguintes zonas, a saber: Zonas de Urbanização Prioritária (ZUP1, ZUP2, ZUP3, ZUP4); Zonas de Expansão Urbana (ZEU1, ZEU2, ZEU3); Zonas de Controle Especial (ZCE1, ZCE2, ZCE3); Zona Urbanizada (ZU1); Zona do Distrito Industrial (ZDI) e Zona do Aeroporto (ZA). As zonas são delimitadas por vias, logradouros públicos, acidentes geográficos, divisas de lotes e limites de loteamentos.

As Zonas de Controle Especial são porções do território urbano que devem ter usos e regras de ocupação específicos, devido às características de uso e do sítio físico que exigem controle ambiental. A Zona de Controle Especial 1 é uma porção do território urbano de interesse público e social que necessita de forma particular de controle de uso e dependia de projeto urbanístico especial para sua ocupação. Esta não poderia ser parcelada e deveria ser destinada à implantação de um parque municipal, conforme projeto urbanístico especial de uso e ocupação do solo, a ser elaborado. Só seriam permitidos na ZCE1 os equipamentos educacionais, de recreação, lazer, cultura e esportes especializados.

E, de acordo com a lei supracitada, pelo menos 60% da área da ZCE1 deveria ser destinada ao plantio de árvores, para a formação de um bosque urbano. A mesma tinha que ser objeto de um projeto urbanístico especial, que definiria os equipamentos necessários ao desenvolvimento do lazer e do turismo, compatível com a preservação ambiental (Figura 3).

**Figura 3 – Lei de uso e ocupação do solo urbano no município de Francisco Sá**



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Francisco Sá, 1992.

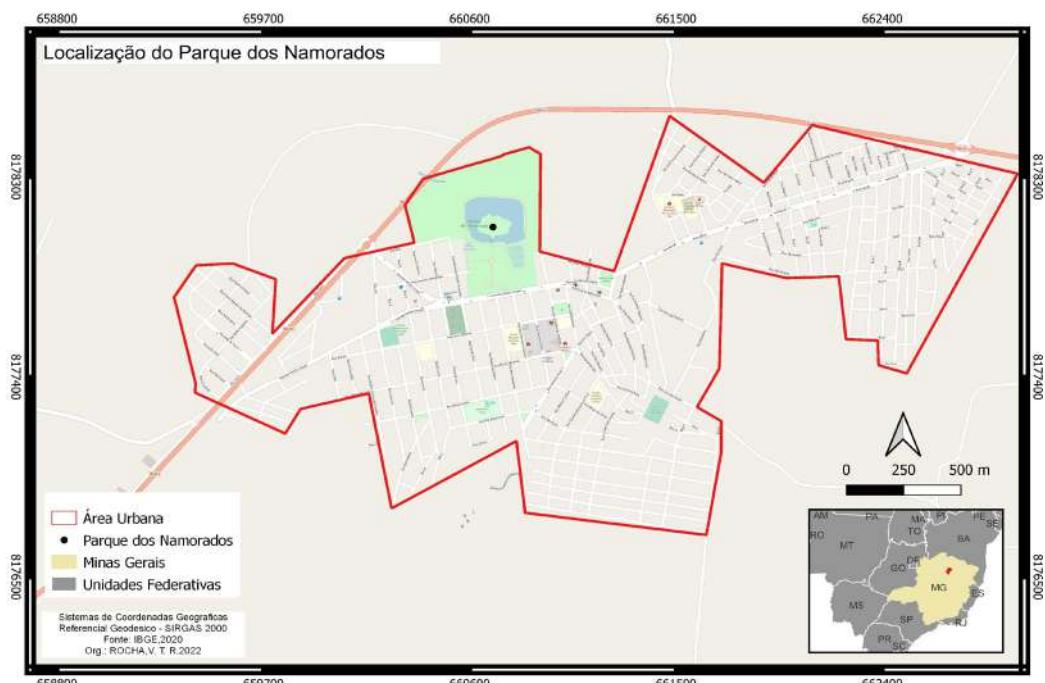
A área correspondente ao ZCE3, conforme representada na figura acima, corresponde à área da orla fluvial urbana, e abrange todos os lotes confrontantes com os logradouros públicos que margeiam o Rio São Domingos, ou aqueles inundáveis. Dependem de projeto próprio para drenagem e/ou aterro próprio para serem usados para construção predial. Nas margens do Rio São Domingos deverá ser respeitado o projeto da Avenida Sanitária.

Já as Zonas de Urbanização Prioritária são porções do território urbano consideradas prioritárias para receber investimentos públicos e onde serão incentivadas a ocupação e o adensamento. E as Zonas de Expansão Urbana são porções do território urbano reservadas ao crescimento futuro da cidade, devem ser ocupadas e adequadas à medida que sejam realizados investimentos públicos e privados em infraestrutura.

Em 1998, segundo o Decreto Municipal número 189, de 18 de novembro de 1998, ficou declarado de utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio, uma gleba de terras da fazenda Brejo das Almas, com área de 16,58 há., situada no perímetro urbano de Francisco Sá.

De acordo com o Art. 2º do decreto supracitado, este imóvel tem como pontos de referência de sua localização o alinhamento da Avenida Getúlio Vargas e o Córrego São Domingos e, será destinado à melhoria da infraestrutura urbanística e a criação das condições necessárias à preservação do meio ambiente e o saneamento do Rio São Domingos. Convém ressaltar que, a sentença datada de 21 de março de 2003 julgou procedente o pedido inicial para decretar a desapropriação do imóvel em favor do município e, que o proprietário faz jus a indenização pela área de 11.600 m<sup>2</sup> relativa à cobertura da mata ciliar, ao lucro cessante e pela extensão da área tornada inútil, a ser apurado em liquidação de sentença. Neste contexto, surge o Parque dos Namorados – cartão postal da cidade (Figura 4).

**Figura 4 – Localização do Parque dos Namorados em Francisco Sá (MG)**



**Fonte:** IBGE, 2020. **Org.:** Autores, 2022.

Contudo, desde sua criação, sofreu com o descaso e a falta de investimentos no seu ambiente, havia a ausência de estrutura em diversos pontos básicos de um parque como, os caminhos, quadras em geral, iluminação e bebedouros. A obra de revitalização do parque manteve-se paralisada (por quase vinte anos) e com os recursos retidos por falta de atendimento às exigências do convênio. A prefeitura municipal corria o risco de devolver toda a verba do mesmo, inclusive o que já havia sido aplicado (Figura 5).

**Figura 5** – Parque dos Namorados em Francisco Sá (MG), em 2016



**Fonte:** Pesquisa direta, 2023.

A manutenção e o investimento contínuo nos parques municipais são essenciais para garantir que os mesmos cumpram a função de proporcionar lazer, recreação, contato com a natureza e benefícios para a saúde e o bem-estar da população; estes espaços públicos verdes se estabelecem como componentes fundamentais para cidades sustentáveis e resilientes (Macedo; Sakata, 2003).

Isto posto, desde 2017, no mandato do prefeito Mário Osvaldo Rodrigues Casa Santa, o parque vem passando por uma reforma e revitalização; com uma série de intervenções para melhorar a qualidade do espaço e promover maior integração com a natureza, deixando o local mais inclusivo, confortável e seguro para a população.

Atualmente, consiste-se em uma aconchegante área de lazer ao ar livre e de incentivo à prática esportiva, pois dispõe de um campo de futebol sintético e duas quadras de areia, que são disponibilizadas para as práticas esportivas de futebol, vôlei e peteca (Figura 6).

**Figura 6** – Campo de futebol sintético do Parque dos Namorados



**Fonte:** Pesquisa direta, 2023.

O parque dispõe também de uma lagoa central para apreciação de todos os que frequentam o local. E, o que a torna mais atraente é a pista de caminhada/corrida ao longo de seu entorno, sendo margeada por gramados e árvores, as quais contribuem para os aspectos ambientais e estéticos desse espaço público (Figura 7).

**Figura 7** – Lagoa e pista de caminhada/corrida do Parque dos Namorados



**Fonte:** Pesquisa direta, 2023.

A lagoa passou por diversas intervenções, como limpeza e desassoreamento. Em seguida, a prefeitura municipal buscou através de parceria com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), o repovoamento da lagoa por meio de um novo peixamento, com 5.000 peixes da espécie Curimatã-Pacu.

Há pouco tempo, foi construído um píer para ancoragem de pedacinhos e barcos para uso dos frequentadores do parque. Ele faz parte do complexo aquático que será construído nos anos seguintes (segundo promessa do prefeito da cidade); no projeto também está prevista a construção de outros atrativos, tais como, piscina de ondas e tobogã (Figura 8).

**Figura 8** - Lagoa e píer de pedalinhos do Parque dos Namorados



**Fonte:** Pesquisa direta, 2023.

O parque contempla atividades culturais e artísticas, com shows de artistas conterrâneos ao vivo nos finais de semana. E, em datas comemorativas, como o aniversário da cidade, torna-se palco para diversos artistas conhecidos nacionalmente (Figura 9).

**Figura 9** – Atividades culturais e artísticas realizadas no Parque dos Namorados



**Fonte:** Pesquisa direta, 2023.

O Parque dos Namorados possui uma praça de convivência com cinco quiosques, uma área coberta e banheiro com capacidade para 320 usuários/hora, com arquitetura contemporânea, distribuídos em sanitários masculinos e femininos, fraldaria e depósito de material de limpeza da edificação.

O parque possui também um centro de eventos à disposição da população (isto com agendamento prévio), consiste-se em uma forma de abranger as pessoas de baixa renda, pois seu acesso é gratuito. Recentemente, foram construídos neste, uma cascata e duchas de banho para atender eventos esportivos (Figura 10).

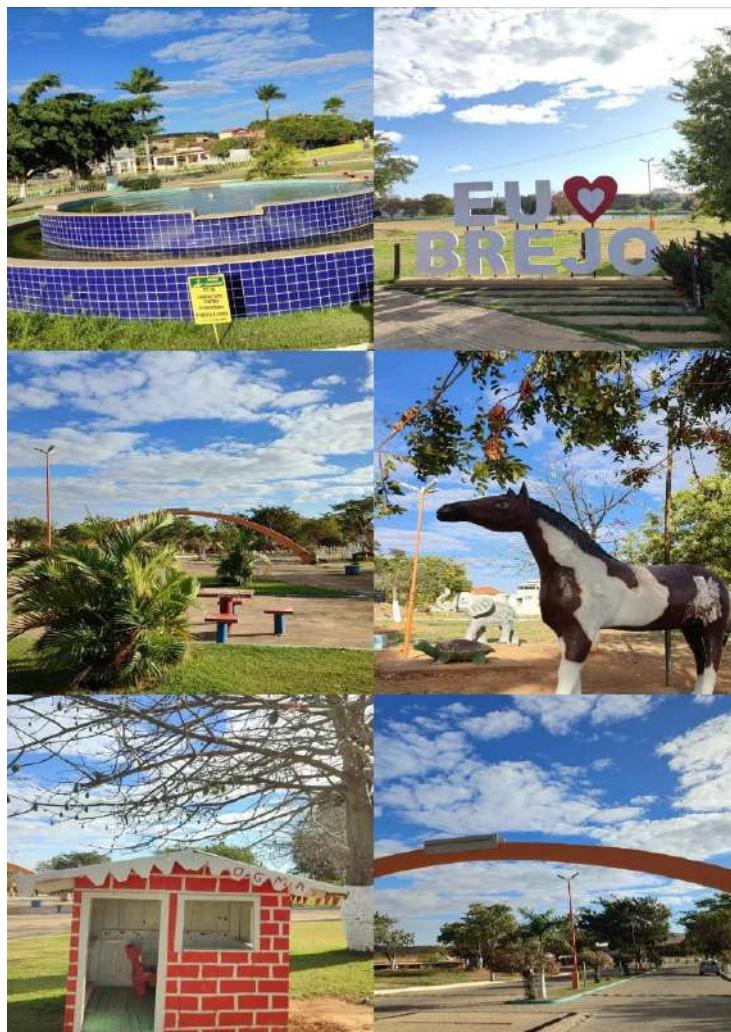
**Figura 10** – Praça de convivência com quiosques, banheiros, cascata, duchas e centro de eventos do Parque dos Namorados



**Fonte:** Pesquisa direta, 2023.

Outro ponto que merece destaque é a entrada do parque – que dispõe de uma praça pública, com bancos e mesas, uma fonte (iluminada durante à noite), animais decorativos, uma pequena casa que é enfeitada conforme a época do ano, vegetação e, uma placa que simboliza a afetividade pela cidade (Figura 11).

**Figura 11** – Praça localizada na entrada do Parque dos Namorados



**Fonte:** Pesquisa direta, 2023.

Diante do exposto, a seguir, iremos apresentar os dados coletados na pesquisa de campo realizada.

## Resultados e Discussões

Em junho de 2023 fomos a campo para investigar a percepção dos entrevistados sobre o Parque dos Namorados. Para tanto, nos valemos da aplicação de um questionário aplicado a quarenta frequentadores deste.

O questionário consiste-se em um instrumento fundamental para a investigação social, cujo sistema de coleta de dados visa obter informações diretas do

indivíduo a ser entrevistado. Para Nogueira (1968, p.129), o formulário pode ser definido como “[...] uma lista formal, catálogo ou inventário destinado à coleta de dados resultantes quer da observação, quer de interrogatório, cujo preenchimento é feito pelo próprio investigador, à medida que faz as observações ou recebe as respostas, ou pelo pesquisado, sob sua orientação”.

Segundo Silva *et al.* (2013), o uso de questionários nas pesquisas acadêmicas torna-se viável em razão da praticidade, pois, permite coletar informações em um período curto e obter resultados representativos da população-alvo; possui grande relevância para as investigações geográficas.

Convém ressaltar que, a palavra percepção origina do latim *Perceptio-onis*, e denota “[...] ação ou efeito de perceber, de compreender o sentido de algo por meio das sensações ou da inteligência” (Dicio, 2019, p. 14). A percepção pode ser caracterizada como as respostas dadas a partir do resultado da interação entre os sentidos e a mente, como os seres humanos entendem e interagem com o espaço que os cercam; sendo possível “[...] afirmar que é através da percepção que se constrói o conhecimento do espaço adjacente e organiza outro, individualizado” (Malanski, 2014, p. 20).

Com base nos dados obtidos com a aplicação do questionário aos quarenta frequentadores, traçamos o perfil destes baseando-se no gênero e na idade. Dentre os entrevistados, os indivíduos do gênero feminino totalizaram 22, equivalente a 55% e, os estudantes do gênero masculino somam 18, que corresponde a 45%. A maioria dos entrevistados (10 pessoas) possuem entre 15 e 20 anos (25%); seguido dos que possuem entre 21 e 30 anos, sendo 8 frequentadores, equivalente a 20%; 6 pessoas (15%) apresentam idade entre 31 e 40 anos; 6 indivíduos (15%) com 41 a 50 anos, 6 (15%) com 51 a 60 anos e, por fim, 4 frequentadores (10%) possuem acima de 61 anos.

O quadro 1 apresenta a resposta para a pergunta: “quantas vezes você frequenta o parque por semana e em qual período?”, sendo que dos entrevistados que frequentam o parque de 1 a 3 dias por semana, 3 (7,5%) fazem isto no período da manhã, 4 (10%) no período da tarde e 2 (5%) à noite; dos que frequentam de 3 a 5 dias por semana, 3 (7,5%) englobam o período da manhã, 3 (7,5%) o da tarde e 2 (5%) o da noite. E, daqueles que frequentam o mesmo nos finais de semana (sábado e domingo), 5 (12,5%) fazem isto de manhã, 7 (17,5%) à tarde e 11 (27,5%) à noite.

**Quadro 1 – Distribuição dos entrevistados por frequência e período das visitas ao parque**

Frequência	Período	Quantidade	(%)
1 a 3 dias por semana	Manhã	3	7,5%
1 a 3 dias por semana	Tarde	4	10%
1 a 3 dias por semana	Noite	2	5%
3 a 5 dias por semana	Manhã	3	7,5%
3 a 5 dias por semana	Tarde	3	7,5%
3 a 5 dias por semana	Noite	2	5%
Sábado e domingo	Manhã	5	12,5%
Sábado e domingo	Tarde	7	17,5%
Sábado e domingo	Noite	11	27,5%

**Fonte:** Pesquisa direta, 2023.

Os entrevistados foram questionados sobre as atividades que realizam no parque, sendo estas indicadas no quadro 2.

**Quadro 2 – Distribuição dos entrevistados por atividades realizadas no parque**

Atividade	Quantidade	(%)
Caminhada	6	15%
Corrida	4	10%
Ciclismo	4	10%
Futebol	6	15%
Futebol de areia	5	12,5%
Peteca	5	12,5%
Lazer	10	25%

**Fonte:** Pesquisa direta, 2023.

Conforme o quadro acima, 6 pessoas (15%) realizam caminhadas no parque; 4 (10%) correm; 4 (10%) andam de bicicleta; 6 (15%) vão para jogar futebol na quadra sintética; 5 (12,5%) para jogar futebol de areia; 5 (12,5%) para jogar peteca e 10 (25%) vão pelo lazer – correspondente ao principal motivo dos deslocamentos até o mesmo.

Os parques urbanos possuem características físicas, sociais e ambientais que são apropriadas para as atividades de recreação e atividades físicas. Por isso contribuem com a socialização e a interação da população com o meio ambiente, fato este viabilizado por atividades culturais, artísticas, esportivas e contemplativas (Melo; Dias, 2014).

Diante disso, o Parque dos Namorados tem funcionado como um elemento essencial para os moradores de Francisco Sá e turistas, pois contribui para o bem-estar, à saúde física, mental e social dos indivíduos, proporcionando a qualidade de vida por meio das atividades praticadas nesse espaço.

É válido destacar que a qualidade de vida vem sendo bastante priorizada nas primeiras décadas do século XXI e diante disso, as áreas verdes têm contribuído para a melhoria da qualidade do ambiente e da vida da população urbana.

Quando questionados sobre os elementos presentes no parque que mais atraem a atenção, obtivemos respostas variadas onde predominam os aspectos ambientais e estéticos. Mas, o elemento mais mencionado pelos entrevistados foi a lagoa, a qual como pontuada pelo entrevistado 5, “*ela transmite paz, tranquilidade, bem-estar*”, o entrevistado 10 complementa, ao dizer que “*os pedalinhos da lagoa permitem meio que uma ligação da gente com a natureza e, ao mesmo tempo uma satisfação, uma felicidade por ver uma paisagem tão bonita*”. Ademais, nas conversas informais com os entrevistados foi possível identificar que muitos possuem uma forte ligação com o parque, tendo um sentimento de carinho, de pertencimento.

Quanto a pergunta “Você acha que a infraestrutura do parque é suficiente?”, dos entrevistados, 30 (75%) pessoas afirmaram que não e 10 (25%) disseram que sim. Para o entrevistado 19 o parque “*está sempre limpo e em boas condições de uso*”, o entrevistado 20 complementa quando diz que “*o campo sintético ficou ótimo aqui, nos divertimos muito, sem falar, da construção dos banheiros, que era algo que os frequentadores do parque precisavam demais*”. Já o entrevistado 2 afirma que “*poderia ser investido um pouco mais na arborização*” e, o entrevistado 28 afirma que “*o parque precisa ser mais iluminado, à noite tem locais que ficam totalmente escuros, não dá para enxergar nada*”. Isto posto, é nítido que a conservação e a manutenção das áreas verdes nos espaços urbanos passam a ter significados de conforto, segurança e harmonia para os visitantes.

Quanto a resposta dos frequentadores quando questionados sobre a segurança nas dependências do parque, dos entrevistados, 22 (55%) consideram que o parque não apresenta uma boa segurança e, 18 (45%) acreditam que o parque possui, sim, uma boa segurança para seus frequentadores.

A segurança consiste-se em um elemento primordial em qualquer espaço público, sendo prevista na Lei nº 10.257 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade). Este estatuto reúne normas relativas à ação do poder público na regulamentação da propriedade urbana, visa o interesse público voltado à segurança e ao bem-estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental.

Nesse sentido, ao justificarem suas respostas, algumas pessoas citaram o fato de o parque não ter sempre um guarda para fiscalização. E, também a ausência de segurança ao redor da lagoa, por exemplo, um cercado, o que torna imprescindível o acompanhamento das crianças por seus respectivos responsáveis.

Considerando a representatividade do parque enquanto espaço para socialização e lazer, questionamos os entrevistados sobre suas participações nos eventos que são oferecidos nas dependências do parque. Dos 40 frequentadores entrevistados, 36 (90%) responderam que participam dos eventos, a saber: shows musicais, torneio de futebol, torneio de peteca, encontro de motociclistas, cavalgada, dentre outros; e 4 (10%) disseram que não participam de tais eventos.

Na sequência da pesquisa, buscamos compreender os sentimentos e os significados que o parque proporciona. Para tanto, nos valemos da Técnica Associações Livres de Palavras (três palavras mencionadas por cada entrevistado) para materializar a percepção dos usuários do Parque dos Namorados.

A partir das respostas obtidas pelos entrevistados, utilizamos o aplicativo *Word Clouds*, disponível em: <https://www.wordclouds.com/>, para verificar quais as palavras de maior densidade na percepção dos mesmos. Com isto obtivemos a figura 12, apresentada a seguir.

**Figura 12** – Nuvem de palavras do parque estudado



**Fonte:** Autores, 2023.

Dentre tantas palavras chaves citadas, natureza, lugar, agradável e paz - foram as mais utilizadas para descrever os primeiros sentimentos relacionados ao parque. Percebe-se que no imaginário do usuário está presente uma natureza idealizada, que se associa no geral à representação do paraíso, paz, tranquilidade, liberdade, proteção (Serpa, 2011) e, resgata ainda a ideia de a natureza aproximar as pessoas de Deus. Conforme relatado pelo entrevistado 29 “hoje, com meus cinquenta e dois anos, esse parque é meu refúgio, venho aqui para esclarecer as ideias, para ter tranquilidade, estar perto da natureza”.

O lugar diz respeito a significação que o indivíduo agrega aquele espaço, a partir de suas experiências. Segundo Yi-Fu Tuan (1974), essas experiências podem ser subdivididas em duas categorias: Topofilia e Topofobia. A topofilia corresponde ao elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico e, a topofobia compreende a aversão entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Há também a topo-reabilitação que consiste-se em uma iniciativa de restaurar ou recuperar lugares, paisagens e conjuntos ambientais, com vistas:

[...] à melhoria da qualidade de vida dos homens, manutenção da sua memória coletiva ou individual e preservação de sua identidade cultural e seus valores. A única forma de minimizar os vários tipos de topocídio é maximizar, entre todos os grupos da sociedade e de todas as maneiras, a topofilia (...) para tanto é necessário que as forças da topo-reabilitação superem as forças topocídicas (Amorim Filho, 1996, p.142).

Outras constantes palavras evocadas pelos frequentadores estão relacionadas às práticas e atividades realizadas em seus cotidianos no parque, como o uso para o lazer e para as diversas práticas de exercícios físicos.

Para Yi-Fu Tuan (1974), na percepção do espaço há uma predominância do sentido visual. E, Silva (2009), corrobora com esta afirmativa, ressalta que os espaços públicos apresentam duas dimensões para quem observa-os, a saber: a dimensão formal que diz respeito a sua estrutura física e sua aparência visual, e a dimensão simbólica que se encontra relacionada ao lugar e as suas respectivas associações históricas.

Mesmo que a percepção dos espaços públicos sofra variação individual, devido aspectos fisiológicos e psicológicos, é possível elencar alguns fatores relevantes para obter a sensação de conforto nestes espaços, sendo estes: equipamentos e mobiliários em quantidades mínimas e adequados para o uso das atividades propostas e a quantidade adequada de vegetação que auxilie no conforto térmico (Silva, 2009).

De acordo com Gomes (2018, p. 367), “a valorização de um espaço está relacionada a uma complexa composição de significados psicossociais”, o público

atribui ao espaço variáveis positivas ou negativas, as quais podem ser topofílicas ou topofóbicas.

A partir dos sentimentos apreendidos e considerados pelos autores Tuan (1974; 1983) e Gomes (2018), topofilia e topofobia, pôde-se inferir que o Parque dos Namorados apresenta pelo grau de satisfação dos seus frequentadores, essencialmente, um sentimento topofílico de lugar.

Por fim, buscamos visualizar as opiniões dos entrevistados sobre melhorias que podem ser realizadas no parque. Para tanto, fizemos o seguinte questionamento, “Quais melhorias que a Prefeitura Municipal de Francisco Sá enquanto gestora poderia proporcionar no parque?”. A maioria das respostas estiveram voltadas a melhoria da arborização; instalação de bebedouros; construção de um espaço próprio para crianças e de uma Academia de Terceira Idade (ATI). Além de dispor de uma constante manutenção (o que por muitos anos foi um problema) e maiores investimentos na segurança de seus usuários.

Neste sentido, apresentamos, a seguir, as considerações finais do trabalho.

## Considerações finais

Esta pesquisa elucidou que enquanto espaço público da cidade de Francisco Sá, o Parque dos Namorados configura-se como um local de referência, de lazer e cultura para a população. Ele é frequentado em diferentes dias da semana por pessoas de diferentes faixas etárias, para diversas finalidades, como: caminhada, corrida, ciclismo, futebol, futebol de areia, peteca e lazer; proporciona a socialização das pessoas.

Na atualidade, os Parques Urbanos são grandes responsáveis pela melhoria da qualidade vida dos indivíduos. A saber, o Parque dos Namorados tem sido moldado ao longo do tempo pela ação do homem, criando e recriando espaços com múltiplas funções e usos. As áreas verdes materializadas em parques urbanos assumem papéis distintos para cada indivíduo, pois cada cidadão possui sua própria percepção do verde urbano e cria novas perspectivas no sentido de preservar a natureza.

Isto posto, percebemos que os frequentadores do parque estudado possuem grande afeto pelo mesmo e almejam sempre melhorias, considerando os ganhos para a própria população de Francisco Sá. E, por ser um espaço de acesso gratuito torna-se um atrativo para os visitantes que estão na cidade - beneficia o turismo.

Assim, com as discussões e reflexões desenvolvidas neste estudo, espera-se que os resultados possam inspirar os futuros gestores para manter o Parque dos

Namorados sempre em boas condições de uso pela população, ao considerar seu significado topofílico. Acreditamos também que, para que este espaço seja deviamente valorizado, é necessário preservar sua memória, pois assim poderemos reconstruir os espaços e compreender sua importância para o uso da sociedade.

## Referências

- AMORIM FILHO, O. B. Topofilia, Topofobia e Topocídio em Minas Gerais. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. **Percepção Ambiental: a Experiência Brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1996. p. 139-152.
- ANA. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. **Qualidade ambiental**, 2015. Disponível em: [www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br). Acesso em: 09 mar. 2021.
- BARGOS, Danúbia Caporusso; MATIAS, Lindon Fonseca. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 6, n. 3, p. 172-188, 2011.
- BORTOLO, Carlos Alexandre de. **A Dinâmica dos Espaços Públicos de Lazer em Cidades da Aglomeração Urbana de Londrina – PR**. 2015. 232 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2015.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília, 2001.
- CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana. **Espaços Livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade de Recife/Universidade Federal de Pernambuco, 2000.
- DICIO, **Dicionário Online de Português**. 2022. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 02 abr. 2023.
- GOMES, Paulo César da Costa. Considerações acerca dos espaços públicos e suas variações no tempo e no espaço. In: SERPA, Ângelo; CARLOS, Ana Fani Alessandri (Orgs.). **Geografia urbana: desafios teóricos contemporâneos**. Salvador: EDUFBA, 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 jun. 2023.
- KLASS, Rosa Grena. **Os Parques Urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.
- LIMA, A. M. L. P. Problemas na utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 1994. **Anais** [...]. São Luís: EMATER/MA, 1994.
- LLARDENT, L. R. A. **Zonas verdes y espacios libres en la ciudad**. Madrid: Closas Orcoyen, 1982.
- MACEDO, Silvio Soares; SAKATA Fancine Mariliz Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003.
- MALANSKI, Lawrence Mayer. Geografia Humanista: percepção e representação espacial. **Revista Geográfica de América Central**, n. 52, p. 29-50, jan./jun. 2014.
- MELO, Mariana Inocêncio Oliveira; DIAS, Karina, Silva. Parque Farroupilha, a natureza na cidade: práticas de lazer e turismo cidadão. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 2, n. 1, p. 1-26, 2014.
- NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa social**: introdução às suas técnicas. São Paulo: EDUSP, 1968.
- SAKATA, Francine. **Parques Urbanos no Brasil – 2000 a 2017**. 2018. 348 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, Aline Martins da. **Atratividade e dinâmica de apropriação de espaços públicos para o lazer**. 2009. 250 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SILVA, João Alberto; MARINHO, Julio Cesar Bresolim; FRANÇA, Giovanny Araújo. Consórcio entre pesquisas: possibilidades para o aprofundamento dos estudos qualitativos em educação. **Educação temática digital**, Campinas, v. 15, n.3, p. 443-454, set./dez. 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1974.

# APROXIMAÇÃO AO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## Aproximación al Índice Desarrollo Sostenible en los Municipios del Estado de Mato Grosso del Sur

DOI 10.55028/geop.v18i35

Orlando Jose Bastidas Betancourt\*  
Etenaldo Felipe Santiago\*\*  
Luciana Ferreira da Silva\*\*\*

**Resumo:** O objetivo deste artigo foi apresentar uma metodologia utilizada nos planos e programas de Desenvolvimento do Índice Sustentável Municipal. Para tanto, efetuou-se a classificação de maior a menor grau considerando indicadores de sustentabilidade dos atuais municípios do estado do Mato Grosso do Sul, de modo a servir como referência na tomada de decisão dos diferentes projetos públicos e privados que envolvem o desenvolvimento regional e local. Os resultados revelaram dificuldades de sustentabilidade em certos municípios, principalmente nas estruturas institucionais. Ainda são necessários esforços para melhorar a qualidade de vida e a aquisição de bens primários para a população.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento territorial, categorização, indicadores globais.

**Resumen:** El objetivo de este artículo fue presentar una metodología comúnmente utilizada

## Introdução

A degradação do ambiente urbano é o principal fator limitador da capacidade de desenvolvimento social, econômico e físico das cidades em todo o mundo, especialmente nos assentamentos de países em desenvolvimento (Gaspar *et al.*, 2020). Após a segunda guerra mundial junto a outros acontecimentos, aprofundaram a questão da capacidade das cidades para melhorar e/ou manter condições adequadas para a habitabilidade de seus cidadãos atuais e futuros. Em outras palavras, introduziu uma consciência da insustentabilidade provocada

\* Licenciado em Educação Geografia e Ciencias da Terra, Universidade dos Andes (Venezuela). MSc em Desenvolvimento Regional, Universidade dos Andes (Venezuela). MSc em Educação Ambiental, Universidade Yacambú (Venezuela). Programa de Pós-graduação, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Doutorando em Recursos Naturais. E-mail: orlandoprofula@gmail.com.

\*\* Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP Campus de Rio Claro-SP (1993), mestrado em Ciências Biológicas (Biologia Vegetal) - Departamento de Botânica (1997) e doutorado em Ciências Biológicas (Biologia Vegetal) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP Campus de Rio Claro-SP (2002). Atualmente é professor titular da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS - Dourados-MS. E-mail: felipe@uems.br.

\*\*\* Possui graduação em Matemática pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1997), mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (2001) e doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (2007). Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: luciana@uems.br.

en los planes y programas para el Desarrollo del Índice sustentable Municipal. Por lo tanto, su propósito fue clasificar de mayor a menor el grado de sustentabilidad de los municipios presentes del estado de Mato Grosso del Sur que sirvan de referencia en la toma de decisiones de los distintos proyectos públicos y privados que envuelvan el desarrollo regional y local. Los resultados revelaron dificultades de sustentabilidad en ciertos municipios principalmente en las estructuras institucionales aún son necesarios esfuerzos para mejorar la calidad de vida y la adquisición de bienes primarios para la población.

**Palabras clave:** Desarrollo territorial, categorización, indicadores globales.

pela exacerbação de problemas em todos os setores sociais, econômicos, políticos e institucionais (De Oliveira; Ramos 2021).

Na América Latina, durante a década de 1990, foram realizados progressos significativos na implementação de modelos de cidades sustentáveis. A experiência do Programa “Gestão Urbana em cidades de médio porte na América Latina”, coordenado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em 1998, permitiu avanços importantes na construção de instrumentos de planejamento e gestão para o desenvolvimento sustentável em quatro cidades: Cali e Medellín na Colômbia, Porto Alegre e Curitiba no Brasil. A partir desse momento, o debate conceitual sustentável concentrou-se na avaliação das teorias urbanas e a aplicação de metodologias desenvolvidas em área internacional, especialmente na Europa, relacionada à Agenda 21 (CEPAL, 2015).

Consequentemente, foram propostos os indicadores como uma iniciativa da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, incluída na agenda de trabalho e aprovada por esse órgão em 2001 (ONU, 2001), cujos países membros deveriam inserir um conjunto de temas-chave e subtemas de desenvolvimento sustentável em suas políticas a nível nacional, que permitissem a comparação do desenvolvimento médio de até 170 países da acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2018).

Estes indicadores devem reavaliar, a situação e a evolução da realidade do Estado e enriquecer a capacidade de diagnóstico para a formulação de políticas, programas e projetos para sua correspondente implementação, mas sua utilidade é limitada quando se trata de analisar espaços territoriais locais (ONU, 2010).

Apesar de haver muitas metodologias para obter o Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), ainda se apresentam lacunas na sua literatura e aplicação para seus dados universais. De acordo com Martinez, (2008) e Oliveira (2018), é pertinente identificar com mais significação e proximidade aspectos que se relacionam com o objetivo do desenvolvimento local sustentável (DSL) como estratégia para obter respostas, e também para inter-relacionar com os problemas atuais e suas potencialidades locais, elementos essenciais em qualquer processo de tomada de decisão.

O relatório dos IDS (2001), destaca a importância de calcular indicadores em escala local e regional para mostrar as desigualdades existentes dentro dos países (CEPAL Brasil, 2019). Porém, a descrição dos IDS, na escala local se limita à desagregação espacial dos IDS nacional, sem propor a construção de um indicador sustentável específico.

O trabalho aqui apresentado é um exercício acadêmico que demonstra o cálculo e representação cartográfica de Indicadores Municipais de Desenvolvimento Sustentável (IDSM) no estado do Mato Grosso do Sul-MS, Brasil, construindo um indicador sintético, baseado na seleção de indicadores tradicionais e alternativos, de acordo com a disponibilidade nos diferentes portais, e nas linhas municipais de dados e desagregação que avaliam a qualidade de vida da população.

Calcular o indicador sintético territorial, faz diferença porque desagrega a epistemologia da realidade além da ponderação, permitindo reconhecer e compreender a desigualdade de acesso e distribuição no território, assim como as consequências diretas e indiretas das ações da sociedade (Quiroga, 2001). Estabelecendo e ajustando soluções para o mesmo problema em diferentes áreas geográficas, além de servir como desenho e avaliação das necessidades das políticas locais.

O objetivo será, mostrar categorias de acordo com o grau de desenvolvimento rural sustentável dos municípios de MS, com breve descrição das suas forças e limitações, sem pretender propor um procedimento metodológico diferente daquele postulado pelo PNUD. Ao contrário disso, e com base nos indicadores propostos para a América Latina em especial no Brasil em estudos para áreas municipais, permite uma avaliação e inter-relações cada vez mais progressivas da comunidade como um todo, com base em prioridades e critérios de sustentabilidade acordados localmente.

## Indicadores de desenvolvimento Sustentável como um conceito global factível de ser operacionalizado a nível local

O conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se popular após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente nos anos 80 sendo mais desenvolvido na reunião da Rio-92 (Corrêa, 2013). Mas como deveria ser medido? Foi a partir dos encontros de movimentos internacionais (ONU, 2001) que propuseram a construção de instrumentos para quantificá-lo, pois estes também seriam ferramentas essenciais para orientar a ação e apoiar o monitoramento e avaliação do progresso rumo ao desenvolvimento sustentável.

O conjunto de Indicadores foi criado entre 1994 e 2001. Estes foram amplamente testados, aplicados e utilizados por muitos países como base para a elaboração de indicadores nacionais de desenvolvimento sustentável (Malheiros *et al.*, 2008). Dentro os países Latino Americanos, o Brasil foi voluntário no teste piloto dos IDS, da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o órgão federal responsável pelos dados estatísticos nacionais (IBGE, 2019), sendo este o principal responsável pelos levantamentos socioeconômicos do país até o dia de hoje.

No processo de construção dos IDS Quiroga, (2001) expressou como ao longo do tempo muitos países desenharam novos indicadores de sustentabilidade, sendo eles na maioria aplicados. Wackernagel e Rees (1997) e Wackernagel *et al.*, (1999), por exemplo, propõem “Pegada Ecológica”, que representa o capital natural exigido por uma economia, sendo determinado pelo cálculo do consumo de recursos e das necessidades de assimilação de resíduos de uma população humana.

Existem outros modelos conhecidos para medir o grau de sustentabilidade como por exemplo o “índice Planeta Vivo” criado pelo *World Wildlife Fund* (WWF 2004). O Indicador de Progresso Genuíno, (IPG), como uma contribuição para a medição da atividade econômica e seus efeitos na vida das pessoas, Guimarães e Feichas (2009), concebido por Herman Daly e John Cobb em 1989. O Índice de “Bem-estar Humano” (Prescott-Allen, 2001; Dias *et al.*, 2018) combina 36 indicadores de saúde da população, e 51 indicadores de saúde da terra, esta análise foi aplicada a 180 países, com o objetivo de promover melhores níveis de bem-estar humano e ecossistêmico. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), composto, de três dimensões básicas do DH, educação e renda, sendo mensuráveis por meio de certos indicadores como: Expectativa de vida ao nascer (saúde) e Renda Nacional Bruta (RNB) (Saúde) e Renda Nacional Bruta per capita (renda) (PNUD, 1990).

Os IDS, se concentram na interação de quatro dimensões (ambientais, econômicos e sociais e institucional), essas quatro categorias se apresentam nas (tabelas 1

e 2), exige que seus princípios sejam especificados por meio de variáveis obtidas na forma de dados para tratamentos estadísticos e posterior a definição dos IDS, que permitam avaliar os pontos fortes ou os recursos de cada localidade a fim de ser sustentável. O principal objetivo do programa de trabalho era tornar os indicadores de desenvolvimento sustentável acessíveis aos formuladores de políticas nacionais para uso na tomada de decisões em nível nacional (Da Luz Censi *et al.*, 2019).

**Tabela 1** - Dimensões dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

Dimensão Ambiental	Dimensão econômico
Emissões de gases de efeito estufa	PIB per capita
Uso do solo	Geração de resíduos sólidos urbanos e industriais
Agricultura	Reciclagem e reutilização de resíduos
Uso de agrotóxicos	Intensidade de uso de energia
Terra afetada pela desertificação	Participação no consumo de recursos de energia renovável
Área de assentamentos urbanos formais e informais	Distância percorrida per capita por tipo de transporte
Pesca anual	Mineração
Poluição do ar	Balança comercial de bens e serviços
Poluição das águas	
Área protegida como % da área total	
Concentração de algas em áreas costeiras	

**Fonte:** United Nations (2001).

O número de indicadores no conjunto principal foi consideravelmente reduzido da lista preliminar na fase de teste 57 incluídos, com 134 na fase inicial, representando um melhor equilíbrio das questões de desenvolvimento sustentável comuns ao desenvolvimento, implementação e necessidades de avaliação das políticas nacionais. (ONU, 2001) nesse sentido no Brasil foram criados 60 indicadores repartidos nas quatro categorias (tabela, 1 e 2) permitindo informações comparáveis entre as regiões brasileiras com outros países, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015).

**Tabela 2** - Dimensões dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

Dimensão Social	Dimensão Institucional
Saúde	Acesso às informações
Patrimônio	Infraestrutura da informação
Educação	Ciência e tecnologia
Habitação	Preparação e resposta a desastres
Exclusão social	Implementação estratégica de DS
Acesso à terra e recursos	Cooperação internacional
Segurança	
População	
Relação entre o salário médio das mulheres e dos homens	

**Fonte:** United Nations (2001)

Portanto, diferentes pesquisas apontam que nos processos de planejamento municipal e estadual, estão aplicando indicadores locais, mesmo que sejam restritos por ser na maioria feitos de forma esporádica, segundo Montanari *et al.*, (2019), a recopilação de dados e os resultados são mais eficazes, porem o papel maior está sendo dado à dimensão territorial, no qual o agente local é aquele que projeta e implementa instrumentos práticos para medir, sendo capazes de estabelecer comparações e evolução ao longo do tempo.

Alguns países da América Latina, como o Peru, publicam aproximações dos IDS, em escala provincial e departamental, com suas respectivas ilustrações espaciais por meio de fotografias, mapas, gráficos, divisão político-administrativa e sua idiossincrasia (PNUD Peru, 2019). Situação semelhante ocorre no Brasil, pois os indicadores são elaborados pelo PNUD, apoiado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2001) em cooperação com agências federais e estaduais, como o Programa Nacional de Monitoramento Ambiental Integral (MONITORE), como resultado, cada localidade pode adaptar ou sugerir um conjunto de indicadores específicos para suas condições e necessidades, assim como revisá-los e atualizá-los ao longo do tempo.

Nesse sentido, os indicadores selecionados serão os temas descritos nas tabelas (2 e 3), que incluem a metodologia dos indicadores propostos pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável utilizando dados emitidos pelo IBGE e outras instituições locais, resultando na construção metodológica do Indicadores Municipais de Desenvolvimento Sustentável (IDSM), para todos os municípios do Estado do Mato Grosso do Sul-MS, Brasil, com a intenção de uma análise mais completa e objetiva do grau de sustentabilidade nesta escala de grandeza.

## Materiais e Métodos

Para calcular o Índice de Desenvolvimento Rural Sustentável (IDRS), essa pesquisa se baseou em metodologia de alcance exploratório com lógica descritiva: são investigações que tentam dar-nos uma visão geral de tipo aproximado em relação a uma determinada realidade. São realizadas especialmente quando o tema escolhido foi pouco explorado e reconhecido (Arias, 2012).

Com base na metodologia exploratória, e pela vasta gama de dados para a elaboração dos IDRSM, foi proposto utilizar um indicador sintético que representa uma forma simplificada para conceitos multidimensionais na procura das ideias essenciais (Hernandez, 2014). Além de ser um método para resumir a pesquisa bibliográfica, decompor as partes e, a partir desta análise, realizar uma síntese geradora de novos conhecimentos (Solano; González 2019).

Ao contrário dos índices nacionais, cujas informações são obtidas sistematicamente, no presente estudo, foi realizada uma primeira aproximação para o cálculo dos Indicadores de Desenvolvimento Rural Sustentável Municipal (IDRSM). Assim, as informações estatísticas a nível municipal foram apresentadas em forma de tabelas e mapas de cores, a partir de informações obtidas, em sua maioria, em sites oficiais. No entanto, dados também foram coletados *in loco*, resguardando-se as restrições de distanciamento físico devido a pandemia da Covid-19.

Para efeitos desta pesquisa, a seleção dos indicadores para a agregação do índice sintético foi realizada em três fases: 1) Elaboração de um conjunto de dados municipais com informações relacionadas ao desenvolvimento sustentável, selecionando as categorias em cada uma das dimensões, 2) transformação dos diversos indicadores em valores que vão de zero (0) a um (1), padronizando as variáveis para torná-las compatíveis dentro de cada dimensão, 3) A partir dos resultados obtidos, foi gerado um mapa de cores que analisa, separa e agrupa objetos em grupos semelhantes, de acordo com as suas características, observando, assim, seu comportamento em termos de desenvolvimento sustentável referido.

Nesse sentido, foram utilizados dados com as mesmas fontes e anos que continham informação dos indicadores municipais. Com esta informação, foi feita uma inter-relação das suas realidades. Estes dados podem ser obtidos nos endereços apresentados na Tabela 3.

**Tabela 3** - Indicadores aplicados aos municípios de Mato Grosso do Sul para construção do Indicadores Municipais de Desenvolvimento Sustentável (IDSM)

Dimensão	Indicadores	Fontes	Ano	Abordagem MS, significado das siglas
Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Natalidade</li> <li>• Mortalidade</li> <li>• Taxa crescimento populacional</li> <li>• IDHM</li> <li>• Taxa de pobreza</li> <li>• Taxa de escolaridade das crianças</li> <li>• Índice de Gini</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>IBGE</li> <li>IBGE</li> <li>IBGE</li> <li>IBGE</li> <li>IBGE</li> <li>MEC</li> <li>IBGE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>2010</li> <li>2010</li> <li>2010</li> <li>2010</li> <li>2010</li> <li>2010</li> <li>2010</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (<b>IBGE</b>) é um órgão do Governo Federal que segue as recomendações da Comissão de DS das Nações Unidas</li> <li><b>MEC</b>, Ministério da Educação.</li> </ul>
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acesso a esgotamento sanitário</li> <li>• Resíduos sólidos</li> <li>• Acesso água potável</li> <li>• Ocupação e uso das terras agrícola</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>SANESUL</li> <li>PERSMS</li> <li>SANESUL</li> <li>INCRA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>2010</li> <li>2014</li> <li>2010</li> <li>2014</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>SANESUL</b>, Empresa de Saneamento de MGS, gera serviços de qualidade em abastecimento de água e esgotamento sanitário;</li> <li><b>PERSMS</b>, Plano Estadual de Resíduos Sólidos de MS</li> <li><b>INCRA</b>, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, procura a recuperação, ordenamento e fundiário da infraestrutura e o DS dos assentamentos existentes no País.</li> </ul>

Dimensão	Indicadores	Fontes	Ano	Abordagem MS, significado das siglas
Econômico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PIB</li> <li>• Transporte público</li> <li>• Nº de indústrias</li> <li>• Produção agrícola por t/ha/</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>IBGE</li> <li>DETTRAN</li> <li>SEBRAE</li> <li>IBGE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>2010</li> <li>2013</li> <li>2012</li> <li>2010</li> </ul>	<p><b>Detran-MS</b>, Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul.</p> <p><b>SEBRAE</b>, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.</p>
Institucional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Internet</li> <li>• Rádio, Tv</li> <li>• Telefone fixo</li> <li>• Cooperativas</li> <li>• Financiamento a créditos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>IBGE</li> <li>IBGE</li> <li>IBGE</li> <li>OCB/MS</li> <li>OCB/MS</li> <li>IBGE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>2010</li> <li>2010</li> <li>2010</li> <li>2012</li> <li>2012</li> <li>2010</li> </ul>	<p><b>OCB/MS</b>, Sistema Organização das Cooperativas brasileiras, MS. Promove um ambiente favorável para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras</p>

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021) obtidos a partir dos dados pesquisados

### *Seleção dos dados*

Os indicadores municipais compreendem instrumento simples, transparente e comparável para classificar os municípios de acordo com seus respectivos níveis de desenvolvimento. Nesta pesquisa, iniciamos pela definição e seleção da unidade de análise (UA) ou seja os 79 municípios do estado de Mato Grosso do Sul-MS, e depois pela definição das dimensões e das variáveis que as integram (sociais, econômicas, ambientais e institucionais).

### *Padronização de dados*

Considerando que as variáveis possuem unidades de medida diferentes, procedeu-se a padronização destas variáveis em índices, sendo assim definido o tipo de relação que cada uma delas tem com o ambiente geral a fim de adaptar os indicadores a uma escala comum, foi utilizada uma função de relativização como se apresenta na seguinte fórmula:

Quando a relação for positiva, a sua operacionalização foi dada por:

$$F(x) = \frac{x - m}{M - m} \quad \text{Equação 1}$$

Em que:

X = valor observado;

M= valor máximo;

m= valor mínimo;

Para o caso em que os indicadores apresentam uma relação inversa, a fórmula seria:

$$F(x) = \frac{x - M}{m - M} \quad \text{Equação 2}$$

Em que:

m: é o valor mínimo da variável num determinado período.

M: é o nível máximo num determinado período.

As fórmulas anteriores permitem relativizar os indicadores estudados e, portanto, gerar um novo conjunto adequado para a análise descritiva ou para a caracterização dos campos de estudo. Neste sentido, o método foi utilizado para tornar os indicadores comparáveis, e estabelecer um valor máximo e um valor mínimo para cada categoria dos dados analisados, para cada indicador, que flutuam entre (0 e 1), para ambos os casos quando os índices apresentam uma variação positiva na qual (1) representa uma situação melhor, ao contrário de um valor (0), ou seja, negativo para este caso, representando o pior momento, tal como se apresenta na (tabela 4).

**Tabela 4** - Diagramas das cores representando o estado de sustentabilidade

Padrão	Cor	Estado de sustentabilidade	Intervalo
Se a área sombreada for colorida	V	Alta possibilidade de colapso	$S^3 < 0,2$
Se a área sombreada for colorida	L	Nível crítico	$0,2 < S^3 < 0,4$
Se a área sombreada for colorida	A	Sistema instável	$0,4 < S^3 < 0,6$
Se a área sombreada for colorida	Az	Sistema Estável	$0,6 < S^3 < 0,8$
Se a área sombreada for colorida	Vd	Nível Ótimo	$S^3 > 0,8$

**Fonte:** Adaptação própria a partir da informação de Sepúlveda (2021)

A definição de cada variável segundo os dados do Índice de Desenvolvimento Sustentável, (2007) com sua respectiva dimensão, procura valorizar a hegemonia dos sistemas multidimensionais, que deve ser condicionada pela disponibilidade de informação confiável e atualizada, de tal forma que para medir cada variável é possível identificar se seu impacto positivo favorece ou não o processo de desenvolvimento.

### *Cálculo de indicadores de desenvolvimento sustentável municipal*

Uma vez padronizadas as variáveis, e transformados os indicadores em índices permitindo sua comparabilidade para todos os municípios de MS, foram

incorporadas agregações dos índices, produzindo a média aritmética simples dos índices (ver fórmula 1).

$$D_j = \frac{\sum_{i=1}^n T_i}{n}; \quad j = 1 \ 2 \ 3 \dots \ m \quad \text{Equação 3}$$

Na qual:  $ID_j$  = índice da dimensão ( $j = 1, 2, \dots, m$ ) encontrada pela média aritmética

$T_i$  = índice  $i$ ;

$m$  = número de dimensões;

$n$  = número de índices;

Logo, afim de obter os índices de cada indicador, formado pela média aritmética simples de seus índices calcula-se o IDRSM por meio da seguinte fórmula:

$$IDRSM = \frac{IDS + IDA + IDE + IDI}{4} \quad \text{Equação 4}$$

Na qual:

$IDRSM$  = Indicadores de Desenvolvimento Rural Sustentável Municipal

$IDS$  = Índice de Desenvolvimento Social

$IDA$  = Índice de Desenvolvimento Ambiental

$IDE$  = Índice de Desenvolvimento Econômico

$IDI$  = Índice de Desenvolvimento Institucional

O  $IDRSM$ , implica na soma do índice da dimensão social, ambiental, econômica e institucional, classificados em quatro (4) níveis de sustentabilidade gerando e agrupando para esta pesquisa grupos similares que permitem elaborar discussões, análises e conclusões dos diferentes indicadores dos municípios. Estes também podem ser estudados separadamente ou integrados com critérios sustentáveis para os municípios, utilizando para eles as bases universais da Agenda 21 locais, no qual se propõe melhorar substancialmente os processos da administração pública municipal desde o local, a partir da abordagem do Desenvolvimento Sustentável.

## Resultados e Discussão

A partir da agregação das informações disponíveis, atribuindo-se graus para cada uma das dimensões ambiental, econômica, social e institucional, junto com as abreviaturas, determinando categorias em situação estável, instável e crítica

para os municípios do MS, é apresentado na tabela 5, o nível de Desenvolvimento Rural Sustentável Municipal, permitindo analisar, comparar, agrupar e integrar as diferentes realidades numa mesma dimensão estadual.

**Tabela 5** – Resultados categorias em situação Estável para o Índice de Desenvolvimento Sustentável Municipal (IDSM) de MS

Município	IDS	IDA	IDE	IDI	IDRS
Campo Grande	0,7894	0,7449	0,4777	0,8234	<b>0,7088</b>
Chapadão do Sul	0,7811	0,5462	0,5976	0,6554	<b>0,6450</b>
Três Lagoas	0,6388	0,6455	0,5384	0,6784	<b>0,6252</b>
Dourados	0,6251	0,6882	0,5584	0,6237	<b>0,6238</b>
Corumbá	0,6962	0,6052	0,6516	0,5287	<b>0,6204</b>
Figueirão	0,5768	0,8774	0,6903	0,3329	<b>0,6193</b>
Rio Brilhante	0,6191	0,6450	0,6972	0,4942	<b>0,6138</b>
Aquidauana	0,6793	0,6252	0,471	0,6568	<b>0,6080</b>

**Fonte:** Resultados obtidos a partir dos dados Institucionais (IDS = Índice desenvolvimento social; IDA= Índice desenvolvimento ambiental; IDE= Índice desenvolvimento econômico; IDI= Índice desenvolvimento institucional; IDRS = Índice de Desenvolvimento Rural Sustentável)

Neste corredor de indicadores aceitáveis para todas as dimensões e para os IDRS, os Municípios com estas características são muito representativos devido ao seu tamanho territorial, embora mais determinantes e influentes no Índice de Desenvolvimento Social (IDS) do Estado de MS, porque fazem parte das maiores áreas urbanas tendo as maiores populações, e serviços como educação, saúde e diversas instituições públicas, privadas assim como comercial, por exemplo: Campo Grande, Chapadão do Sul, Três Lagos e Dourados, assim ao verificar a página do IBGE (2010), posicionando esses municípios entre os primeiros em crescimento social com um índice de Desenvolvimento Humano de 0,729 ver mapa de cores (fig. 2).

Além de ter municípios que estão no mesmo nível aceitável de sustentabilidade, alguns deles apresentam situações críticas em vários indicadores individuais como: Figueirão, Rio Brilhante e Aquidauana, tem características de alerta nos índices econômicos, e institucionais. Um estudo feito por Pinheiro *et al.* (2021) em relação a esses municípios com baixos desenvolvimento concluem em que a maioria das famílias possuem renda familiar per capital igual ou inferior a 1 salário mínimo, mesmo sendo considerado o MS, um estado cujo potencial é o agronegócio, e a balança comercial referente às exportações somada à inflação após a COVID-19, amplificou os problemas em termos de geração e distribuição de renda.

Portanto, como não têm conjunções sociais e econômicas, os demais indicadores também são afetados limitando e retrasando as condições político-institucionais, para que as propostas funcionem na realidade de forma progressiva e/ou sequenciadas, a região necessita destes instrumentos e da vontade de desenvolvê-los no menor tempo possível (Quiroga, 2001).

Na Tabela 6 verifica-se algumas dimensões menos significativos para a sustentabilidade.

**Tabela 6** – Índice de Desenvolvimento Rural Sustentável apresentado por categorias e por municípios de Mato Grosso do Sul

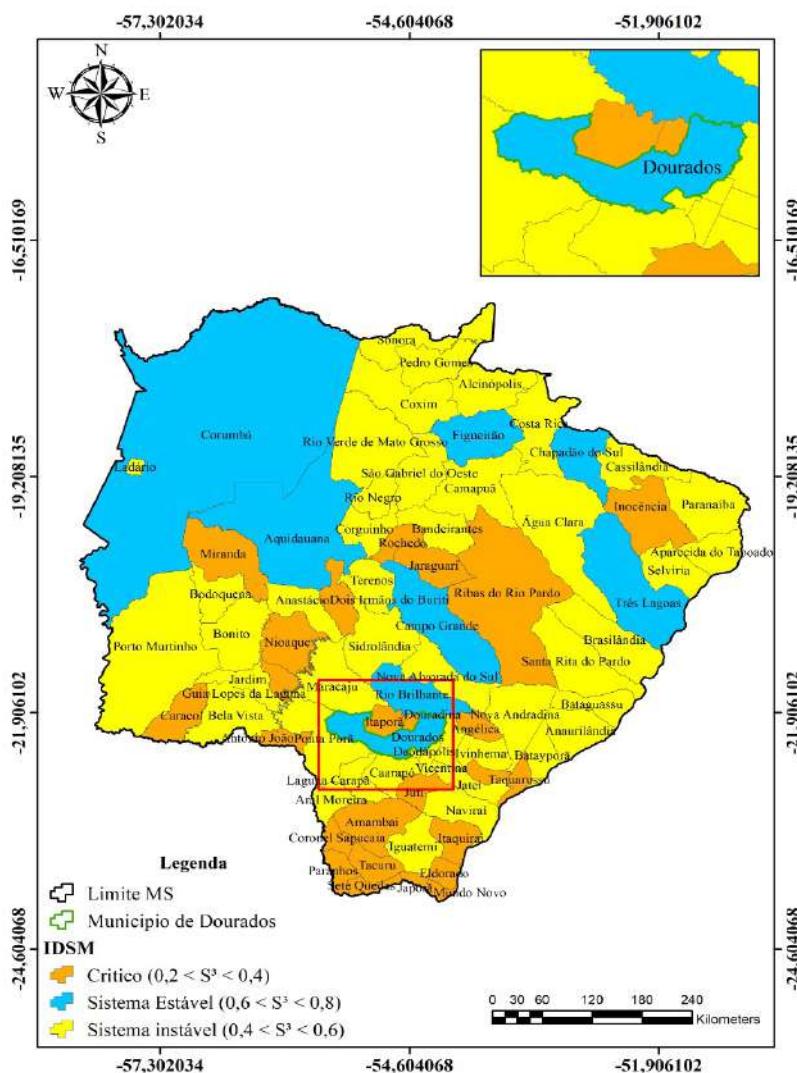
Município	IDS	IDA	IDE	IDI	IDRS
<b>Bataguassu</b>	0,5749	0,7121	0,6499	0,4626	<b>0,5998</b>
<b>Glória de Dourados</b>	0,6355	0,5699	0,5256	0,6638	<b>0,5987</b>
<b>São Gabriel do Oeste</b>	0,6299	0,6339	0,6349	0,4961	<b>0,5987</b>
<b>Bela Vista</b>	0,6743	0,7255	0,5226	0,4617	<b>0,5962</b>
<b>Nova Alvorada do Sul</b>	0,6373	0,7115	0,5171	0,4973	<b>0,5908</b>
<b>Sidrolândia</b>	0,6806	0,685	0,5048	0,4916	<b>0,5905</b>
<b>Bonito</b>	0,6737	0,6765	0,5447	0,4585	<b>0,5883</b>
<b>Costa Rica</b>	0,5839	0,6084	0,6991	0,4606	<b>0,5881</b>
<b>Sonora</b>	0,5975	0,579	0,676	0,4977	<b>0,5875</b>
<b>Cassilândia</b>	0,6539	0,5568	0,4624	0,6626	<b>0,5839</b>
<b>Jardim</b>	0,6854	0,6052	0,5419	0,4956	<b>0,5820</b>
<b>Caarapó</b>	0,5667	0,6536	0,6069	0,4527	<b>0,5699</b>
<b>Selvíria</b>	0,4865	0,6477	0,5413	0,5996	<b>0,5687</b>
<b>Aral Moreira</b>	0,5189	0,7947	0,5956	0,3608	<b>0,5675</b>
<b>Aparecida do Taboado</b>	0,6181	0,604	0,6806	0,3617	<b>0,5661</b>
<b>Naviraí</b>	0,5844	0,659	0,4919	0,4907	<b>0,5565</b>
<b>Alcinópolis</b>	0,617	0,7332	0,5049	0,3651	<b>0,5551</b>
<b>Água Clara</b>	0,7271	0,626	0,5046	0,3626	<b>0,5550</b>
<b>Nova Andradina</b>	0,6071	0,4734	0,5433	0,5909	<b>0,5536</b>
<b>Vicentina</b>	0,5751	0,6618	0,4699	0,4997	<b>0,5516</b>
<b>Maracaju</b>	0,6451	0,5305	0,4373	0,5927	<b>0,5514</b>
<b>Brasilândia</b>	0,5337	0,5698	0,6301	0,462	<b>0,5489</b>
<b>Fátima do Sul</b>	0,6813	0,5566	0,4903	0,4593	<b>0,5468</b>
<b>Deodápolis</b>	0,5163	0,6521	0,3592	0,6591	<b>0,5466</b>
<b>Ladário</b>	0,607	0,6362	0,4391	0,4966	<b>0,5447</b>
<b>Batayporã</b>	0,5237	0,4732	0,5193	0,6617	<b>0,5444</b>
<b>Camapuã</b>	0,5499	0,7128	0,4397	0,4622	<b>0,5411</b>
<b>Rio Negro</b>	0,6932	0,6612	0,4047	0,3999	<b>0,5397</b>

Município	IDS	IDA	IDE	IDI	IDRS
<b>Bandeirantes</b>	0,6023	0,576	0,5892	0,3659	<b>0,5333</b>
<b>Rio Verde de Mato G</b>	0,6246	0,5745	0,4373	0,4968	<b>0,5333</b>
<b>Ponta Porã</b>	0,6127	0,5925	0,4392	0,4837	<b>0,5320</b>
<b>Paranaíba</b>	0,5605	0,5799	0,4816	0,4921	<b>0,5285</b>
<b>Laguna Carapã</b>	0,5175	0,6571	0,5303	0,3995	<b>0,5261</b>
<b>Terrenos</b>	0,616	0,5613	0,4013	0,4972	<b>0,5189</b>
<b>Santa Rita do Pardo</b>	0,4921	0,7416	0,3375	0,4994	<b>0,5176</b>
<b>Anaurilândia</b>	0,5006	0,6681	0,4371	0,4619	<b>0,5169</b>
<b>Coxim</b>	0,6563	0,5242	0,4237	0,4567	<b>0,5152</b>
<b>Jateí</b>	0,6799	0,5072	0,4676	0,4001	<b>0,5137</b>
<b>Bodoquena</b>	0,5121	0,7478	0,4312	0,3585	<b>0,5124</b>
<b>Pedro Gomes</b>	0,4313	0,7253	0,4799	0,3992	<b>0,5089</b>
<b>Iguatemi</b>	0,5245	0,6777	0,4676	0,3618	<b>0,5079</b>
<b>Corguinho</b>	0,5336	0,6896	0,4365	0,3646	<b>0,5060</b>
<b>Ivinhema</b>	0,753	0,5677	0,3507	0,3417	<b>0,5032</b>
<b>Anastácio</b>	0,5474	0,5758	0,4203	0,4613	<b>0,5012</b>
<b>Porto Murtinho</b>	0,5575	0,6299	0,5193	0,2976	<b>0,5010</b>
<b>Antônio João</b>	0,5849	0,6083	0,5332	0,2617	<b>0,4970</b>
<b>Ribas do Rio Pardo</b>	0,565	0,4896	0,5315	0,3963	<b>0,4956</b>
<b>Rochedo</b>	0,517	0,6859	0,4792	0,2999	<b>0,4955</b>
<b>Dois Irmãos do Buriti</b>	0,5223	0,7605	0,4248	0,2649	<b>0,4931</b>
<b>Inocência</b>	0,5923	0,5385	0,4638	0,3644	<b>0,4897</b>
<b>Eldorado</b>	0,5025	0,5968	0,495	0,3641	<b>0,4896</b>
<b>Mundo Novo</b>	0,5399	0,5058	0,4154	0,4972	<b>0,4895</b>
<b>Taquarussu</b>	0,4045	0,7434	0,5895	0,2002	<b>0,4844</b>
<b>Amambai</b>	0,5546	0,5236	0,4003	0,4574	<b>0,4839</b>
<b>Coronel Sapucaia</b>	0,4673	0,722	0,3813	0,3635	<b>0,4835</b>
<b>Angélica</b>	0,5287	0,4775	0,5652	0,3623	<b>0,4834</b>
<b>Guia Lopes da Laguna</b>	0,5205	0,6638	0,3722	0,357	<b>0,4783</b>
<b>Itaporã</b>	0,5588	0,4924	0,4796	0,3629	<b>0,4734</b>
<b>Tacuru</b>	0,4659	0,6835	0,5146	0,1987	<b>0,4656</b>
<b>Nioaque</b>	0,3934	0,6446	0,416	0,3978	<b>0,4629</b>
<b>Juti</b>	0,4502	0,509	0,4708	0,3997	<b>0,4574</b>
<b>Novo Horizonte do Sul</b>	0,4546	0,5461	0,4233	0,3999	<b>0,4559</b>
<b>Douradina</b>	0,5287	0,5012	0,4156	0,3631	<b>0,4521</b>
<b>Jaraguari</b>	0,5251	0,4256	0,4342	0,2996	<b>0,4211</b>

**Fonte:** Dados Institucionais (IDS = Índice desenvolvimento social; IDA= Índice desenvolvimento ambiental; IDE= Índice desenvolvimento econômico; IDI= Índice desenvolvimento institucional;)

Conforme a Tabela 6, a maioria dos IDRSM estão em situação instável, especialmente a dimensão econômica, social e institucional, sendo os indicadores como instabilidade nos mercados financeiros, aumento do desemprego, diminuição da renda disponível, corrupção institucional e falta de acesso a recursos básicos. Estes indicadores contribuem para o aumento da pobreza, desemprego, diminuição da renda familiar, aumento da dependência de programas sociais, entre outros (Da Silva, 2020). No mapa de cores da figura 1, podemos observar todos os municípios classificados de acordo seu nível de desenvolvimento sustentável.

**Figura 1** - Representação cartográfica dos Índices de Desenvolvimento Rural Sustentável Municipal IDRSM, do Estado de MS



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2022)

Estes municípios podem ser apreciados segundo o mapa de cores (figura 1) localizados no interior do estado de MS como: Deodápolis, Rio Negro, Santa Rita do Pardo, Coxim, Ivinhema, Amambai e Guia Lopes da Laguna com índices menores que 0,5, e mais de 50% das famílias em situação de pobreza. Segundo estudos de Gonçalves *et al.* (2019) a população hoje já não sobrevive com um salário mínimo mensal, somado ao aumento de 21,3% da inflação em 2020, impactou as compras de produtos para o consumo básico da população, como alimentos, bebidas, aluguel, roupas e medicamentos, comprometendo ainda mais a renda das famílias, aumentando com isso a delinquência em alguns casos, e induzindo a maioria a buscar outras fontes para complementar, isto segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) (2021), mostrando uma dimensão, para estes municípios em alerta entre (0,4211 e 0,5010).

Analizando a tabela 5 e 6 é possível observar que, há maior instabilidade em seus indicadores, ou seja, predominam os municípios em condição instável, esta situação requer esforços coordenados que abordem questões econômicas, sociais e institucionais simultaneamente, no entanto, não se exclui a abordagem focada em determinadas dimensões, a depender das condições e possibilidades de cada município.

Na Dimensão Ambiental, são considerados os recursos naturais, sua degradação, proteção, cuidado, gestão ambiental necessária para a vida da população (De Vasconcelos; Fagundes, 2019). Nesse sentido para os municípios, Bataguassu, Bela Vista, Nova Alvorada, do Sul, Aral Moreira, Alcinópolis, Camapuã, Santa Rita do Pardo, Bodoquena, Pedro Gomes e Dois Irmãos do Buriti, percebe-se que existe um nível estável na dimensão ambiental em relação aos outros municípios, com análise do consumo e da qualidade da água per capita, do acesso ao saneamento, o serviço de eletricidade e do novo imposto da coleta de lixo inserido em 2021, foi considerado fundamental para o benefício do homem e do meio ambiente. Esta dimensão obteve um IDSM entre (0,7947 e 0,7128) caracterizando o maior valor entre todas as dimensões analisadas até agora, e evidenciando uma situação ótima neste aspecto justificada pelos diversos indicadores que foram apresentados em níveis estáveis e ótimos. Cabe o alerta de que a abordagem focada em determinada dimensão não deve significar a total desconsideração das demais dada suas relações sistêmicas.

Considerando as quatro dimensões (ambiental, econômica, social e institucional) pode-se dizer que o Desenvolvimento Sustentável Municipal, em média está instável, isto significa que os resultados sugerem a necessidade de promover o desenvolvimento municipal local, especialmente em municípios com estes baixos indicadores, ao mesmo tempo em que está em crescimento urbano se deve incorporar medidas corretivas que melhorem a qualidade de vida dos habitantes.

Na Tabela 7, verifica-se que a maioria dos índices foram menos significativos para a sustentabilidade que outros.

**Tabela 7** – Resultados categorias em situação crítica para o Índice de Desenvolvimento Sustentável Municipal

Município	IDS	IDA	IDE	IDI	IDRS
<b>Paranhos</b>	0,486	0,5154	0,3353	0,2982	<b>0,4087</b>
<b>Miranda</b>	0,3968	0,5145	0,3191	0,3953	<b>0,4064</b>
<b>Sete Quedas</b>	0,4574	0,5903	0,3625	0,1986	<b>0,4022</b>
<b>Itaquiraí</b>	0,4037	0,5491	0,4725	0,1605	<b>0,3964</b>
<b>Japorã</b>	0,4731	0,6564	0,2214	0,1653	<b>0,3791</b>

**Fonte:** Resultados obtidos a partir dos dados Institucionais (IDS = Índice desenvolvimento social; IDA= Índice desenvolvimento ambiental; IDE= Índice desenvolvimento econômico; IDI= Índice desenvolvimento institucional).

Por último, os municípios que tiveram os IDRSM mais baixos em todas a dimensões, localizados na fase crítica foram: Paranhos, Miranda, Sete Quedas, Itaquiraí e Japorã. Esses resultados coincidiram na maioria das pesquisas similares a esta proposta, porém são discutidos alguns aspectos confirmados pelos dados coletados, indicando as limitações para poder desenvolver-se. Trabalhos de Buson *et al.*, (2020) justificam por um lado um número significativo de que esses municípios estão localizados em faixa fronteira como Paranhos e Japorã, em nelas apresentam elevadas taxas de desigualdades, pobreza, grandes latifúndios, concentração de renda voltadas a atividades primárias relacionadas ao setor agropecuário (Belarmino, 2021).

Outro fator a ser considerado é o pouco tempo de fundação de alguns dos municípios como é o caso de Paraíso das Águas, pelo que os serviços públicos como água potável, energia, internet ruas asfaltadas, urbanização, esgotos, coleta de lixo, escolas, creches, universidades, hospitais, empresas ministérios, secretaria entre outros são deficientes ou ausentes, não cobrindo as necessidades e demanda populacional, induzindo as famílias a procurarem tais serviços em cidades vizinhas.

As diferenças regionais foram notadas na figura 2 quanto ao desenvolvimento sustentável municipal de MS, é uma realidade da maioria dos estados do Brasil e dos países de América Latina, mesmo existindo as instituições que os respalda, sua principal resposta sempre foi a desigualdade na distribuição do desenvolvimento socioeconômico, assim foi percebido nesta pesquisa e determinado com outras bibliografias como Hoeckel e Vezzu (2021), indicaram a necessidade de políticas públicas específicas para melhorar esse desequilíbrio regional e evitar êxodo local que crescem dia a dia.

Embora Mato Grosso do Sul se destaque nacionalmente no agronegócio sobretudo pela produção de alimentos como soja, milho, cana de açúcar, algodão, carne bovina, fruticultura, piscicultura, entre outros, algumas destas atividades são concentradoras de riqueza. Em muitos países, incluindo o Brasil, observa-se a concentração significativa de terras nas mãos de pequeno número de grandes proprietários, o que pode contribuir para a centralização da riqueza (Constantino *et al.*, 2019), a atividade em alguns setores está se tornando cada vez mais mecanizada, exigindo cada vez menos o emprego de mão-de-obra. A desigualdade é reduzida quando são mais diversificadas as atividades produtivas e mais bem distribuídos os meios de produção, resultando em maiores ofertas e alternativas no mercado de trabalho.

Devido às melhores ofertas de preços no exterior a agroindústria vem priorizando o mercado externo com as exportações de seus produtos, gerando um nível de pobreza interna com o aumento de custos dos alimentos e outros itens básicos, sendo observadas distorções socioeconômicas em municípios predominantemente agrícolas (De Campos; De Oliveira, 2019).

Para se elevar as condições de sustentabilidade dos municípios é recomendável a abordagem sistêmica e redução da visão dogmática em alguns setores produtivos. Em relação ao agronegócio mudanças são necessárias no sentido de promover reduções nas desigualdades sócio territoriais relacionadas a esse setor. A busca por alternativas mais sustentáveis, responsáveis e inclusivas é fundamental para promover o desenvolvimento que beneficie amplamente as comunidades locais e reduza as disparidades regionais. Estas estão relacionadas ao emprego de tecnologias ambientalmente mais sustentáveis que visem a redução no emprego de agroquímicos, proteção dos sistemas solos e recursos hídricos, aplicação de sistemas integrados e economia circular nos sistemas agrícolas (Edwards *et al.*, 2020; Fortunati *et al.*, 2020), bem como fortalecimento dos modelos produtivos da agricultura familiar. A implementação de políticas que promovam os itens acima pode ser crucial para garantir que os benefícios do agronegócio sejam distribuídos de maneira mais ampla.

## Considerações finais

Existe uma pequena variação com alguns municípios especialmente com a dimensão econômica, pois estes não apresentaram dados do indicador da “Produção agrícola por t/ha”, porque, segundo o IBGE (2010), nesse ano não tiveram produção, e determinados municípios não foram pesquisados, ou não existia para o ano da pesquisa, como é o caso do município “Paraíso das Águas”. Outro mo-

tivo foi não obter o total da produção agrícola em determinadas áreas enquanto os produtos agrícolas são contabilizados com unidades de medida distintas. Isto responde porque a economia em alguns municípios é mais desenvolvida que nos outros, ou pelo menos foi o que indicaram os dados.

A dimensão institucional foi a variável com menor grau de desenvolvimento na maioria dos municípios, não porque faltam as instituições, mas por problemas de gestão (compromisso e responsabilidade dos gestores). Neste contexto, para que os governos municipais possam cumprir suas tarefas, como primeira fase dos processos de gestão, são necessários cuidados especiais na elaboração dos planos diretores, adequação dos processos de planejamento, considerando a construção de sistemas de indicadores que estabeleçam linhas de base para o desenvolvimento da gestão ambiental econômico social e institucional responsáveis.

Especial atenção também deve ser dada para itens fundamentais como educação, serviços de saúde, serviços públicos e planejamento do uso do solo. O uso dos indicadores para a avaliação destes pode propiciar aos governos municipais a adequada aferição das condições destes itens possibilitando a prevenção de crises futuras.

A definição de ações concretas requer uma análise mais aprofundada das causas associadas ao valor numérico do índice. A função do Índice Básico de Desenvolvimento Municipal é avaliar o momento presente e implicar em ferramenta inicial para a tomada de decisões que melhorem a qualidade de vida dos municípios.

Os resultados evidenciam a existência de alguns municípios com dimensões aparentemente estáveis, o que em si não deve ser motivo para satisfação, de modo contrário, sugerem a necessidade de trabalhar na melhoria de seus indicadores, e a intensificação das ações naqueles cujos indicadores de desenvolvimento estão na condição instável a crítico. Há que se considerar que, além das instâncias municipais, os demais níveis de governança devem assumir responsabilidades para respaldar o desenvolvimento, considerando que, dadas às relações sistêmicas, o sucesso de cada município enquanto elemento implicará no crescimento do organismo estado, e assim, nos níveis hierárquicos superiores.

Nesse sentido, mesmo considerando o limitado número de variáveis disponíveis em âmbito municipal para o cálculo do IDSM, as ferramentas discutidas no presente estudo constituem elementos capazes de contribuir na tomada de decisão para os governos municipais, por facilitar a identificação de fortalezas e/ou fragilidades, favorecer o planejamento e a gestão, possibilitar o direcionamento de esforços e/ou recursos, bem como um maior envolvimento dos diferentes atores

sociais proporcionando conhecimento e compreensão acerca das questões a nível local. Novos estudos são necessários para maior aprofundamento dos indicadores, de modo isolado ou agrupado, na perspectiva de maior aprimoramento das ferramentas de gestão.

## Referências

- ARIAS, F. **O Projeto de Pesquisa Introdução à metodologia científica**. 6. ed. Caracas, República Bolivariana da Venezuela: Editorial Episteme, 2012. 33p.
- BELARMINO, O. M; VIEIRA, R. M. Desenvolvimento fronteiriço: Uma análise dos indicadores socioeconômicos da região de planejamento Sul Fronteira/MS. *Anais do III Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras, Toledo - PR*, p. 517-537, 2020
- BUSON, C.; ZAMBERLAN, C.; SONAGLIO, C.; MISSIO, F. A proposta do caminho para os ervais: desenvolvendo territórios através da criação de itinerários culturais na fronteira Brasil-Paraguai. *Espacio Tiempo y Forma - Serie VI, Geografía*, [S. l.], n. 13, p. 35-54, 2020.
- CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA CEPEA, 2021 **A Inflação nos preços dos alimentos em 2020 e 2021 e perspectivas**. Disponível em: <https://cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Infla%C3%A7%C3%A3o2020-21-set21.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.
- COMISSÃO ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Desenvolvimento sustentável na América Latina e no caribe**: Seguimento da agenda das nações unidas para o desenvolvimento pós-2015 e rio+20. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/3187/1/S2013539\\_pt.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/3187/1/S2013539_pt.pdf). Acesso em: 10 out. 2021.
- COMISSÃO ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Panorama Social da América Latina 2019** Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45090/1/S1900909\\_pt.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45090/1/S1900909_pt.pdf). Acesso em: 10 out. 2021.
- CONSTANTINO, M.; CANTERO, A.; SILVA, D.; FONSECA, D. Caracterização econômica dos municípios sul-mato-grossenses do Corredor Bioceânico. *Revista Interações*, Campo Grande, v. 20, n. especial, p. 179-192, 2019.
- CORRÊA, A. **Conferências de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Conselho editorial da Fundação Alexandre de GusMão, 2013.
- DA LUZ CENSI, D.; ALBERTON, A.; DE AVILA, A. A sustentabilidade territorial e corporativa por meio de sistemas de avaliação de desempenho por indicadores. *Revista Alcance*, v. 26, n. 3, p. 300-319, set. 2019.
- DA SILVA, S. Pandemia e desemprego no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 969-978, jul./ago. 2020.
- DE CAMPOS, J.; DE OLIVEIRA, A. A Intermodalidade no Transporte de Etanol Brasileiro: aplicação de um modelo de equilíbrio parcial. *Revista RESR*, Piracicaba, v. 57, n. 01, p. 127-144, jan./mar. 2019.
- DE OLIVEIRA, V.; RAMOS, A. Crise Educacional e Ambiental em Paulo Freire e Enrique Leff: por uma pedagogia ambiental crítica. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 46, n. 2, e105854, 2021.
- DE VASCONCELOS, R.; FAGUNDES, A. Uso de indicadores de sustentabilidade para avaliação da gestão de resíduos sólidos urbanos na Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Revista Eng Sanit Ambient*, v. 24 n. 2, p. 411-423, mar./abr. 2019.
- EDWARDS, C. A. The importance of integration in sustainable agricultural systems. In: EDWARDS, C. A. (Org.). **Sustainable agricultural systems**. Boca Raton: CRC Press, 2020. p. 249-264.

FORTUNATI, S.; MOREA, D.; MOSCONI, E. M. Circular economy and corporate social responsibility in the agricultural system: Cases study of the Italian agri-food industry. **Revista Zemedelska Ekonomika**, v. 66, n. 11, p. 489-498, 2020.

GASPAR, E.; GASPAR, E.; ARBAGE, M. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise Quantitativa utilizando o modelo de Regressão Linear Múltipla. **Revista Braz. J. of Develop**, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 15179-15185, mar. 2020.

GONÇALVES, F.; BALDUINO, G.; REGINA, S. A pobreza multidimensional nos municípios de Mato Grosso do Sul. **Revista desenvolvimento, fronteiras e cidadania**, v. 3, n. 2, p. 173- 189, out. 2019.

GUERRERO, A. "National natural capital accounting with the ecological footprint concept". **Revista Ecological Economics**, n. 29, p. 375-390, 1999.

GUIMARÃES, R. P.; FEICHAS, S. A. Q. Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. Campinas. **Revista Ambiente & Sociedade**, v. 7, n.2, p. 307-323, 2009.

HERNANDEZ, R. **Metodología da Investigación**. 6. ed. México, D.F.: Editorial McGRAW-HILL, 2014.

HOECKEL, P.; VEZZU, M. Diferenças socioeconômicas regionais nos municípios de Mato Grosso do Sul. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 36, n. 79, p. 36-61, mai./ago. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística da cidade Dourados. **Censo Populacional**, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/dourados/panorama>. Acesso em: 28 maio 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável no Brasil 2015**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/estatisticas-e-indicadores-ambientais/15838-indicadores-de-desenvolvimento-sustentavel.html>. Acesso em: 30 maio 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de Gini da Renda Domiciliar Per-capita**. Mato Grosso do Sul, 2010. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginims.def>. Acesso em: 30 maio 2021.

MALHEIROS, T.; PHLIPPI, A.; VIGGIANI, S. Agenda 21 Nacional e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: contexto brasileiro. **Revista Saúde Soc.**, São Paulo, v.17, n.1, p.7-20, 2008.

MARTINS, M.; CÂNDIDO, G. **Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios (IDSM)**: metodologia para análise e cálculo do IDSM e classificação dos níveis de sustentabilidade uma aplicação no Estado da Paraíba. João Pessoa: Sebrae, 2008.

MONTANARI, M.; PIGNATI, W.; PIGNATTI, M. Alimento ou mercadoria? Indicadores de autossuficiência alimentar em territórios do agronegócio, Mato Grosso, Brasil. **Revista Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 123, p. 1070-1083, out./dez. 2019.

OLIVEIRA, B. A sustentabilidade e suas dimensões. **Revista da ESMESC**, v. 25, n. 31, p. 157-178, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Nova York: ONU, 2010.

PINHEIRO, A.; CALDASA, R.; BARBOSA, C.; CARVALHO, A. Desempenho Econômico Ambiental dos Municípios de Mato Grosso do Sul: um Estudo dos Indicadores da Contabilidade Verde e Social na Política de Sustentabilidade. **Revista Ciências Gerenciais**, v. 25, n. 1, 2021.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Índices e indicadores de desenvolvimento humano**, 2018. Disponível em: [http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018-human\\_development\\_statistical\\_update\\_es.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018-human_development_statistical_update_es.pdf). Acesso em: 16 mar. 2021.

PRESCOTT, A. R. **The Wellbeing of Nations**. A Country-by-Country Index of Quality of Life and the Environment. Washington, DC: Island Pres, 2001.

QUIROGA, R. **Indicadores de sustentabilidade ambiental e desenvolvimento sustentável**: estado da arte e perspectivas. Santiago de Chile: Naciones Unidas, set. 2001. Disponível em: [http://materiales.untrefvirtual.edu.ar/documentos\\_extras/01118/doc/biblioteca/Quiroga\\_2001.pdf](http://materiales.untrefvirtual.edu.ar/documentos_extras/01118/doc/biblioteca/Quiroga_2001.pdf). Acesso em: 16 mar. 2021.

SEPÚVEDA, S. **Metodología para Estimar o Nível de Desenvolvimento Sustentável de Territórios**. San José: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2008.

SOLANO, R.; GONZÁLEZ, J. Metodología para o cálculo de acelerogramas sintéticos usando funções de transferência empírica e o método estocástico de Boore na cidade de Tapachula, Chiapas. **Revista Geofís.** Intl, Ciudad de México, v. 58, n. 3, jul./sep. 2019.

UNITED NATIONS. **Indicators of Sustainable Development**: Framework And Methodologies. Department of Economics and Social Affairs, Commission on Sustainable Development, 2001. Disponível em: [http://www.un.org/esa/sustdev/csd/csd9\\_indi\\_bp3.pdf](http://www.un.org/esa/sustdev/csd/csd9_indi_bp3.pdf). Acesso em: 28 maio 2021.

WORLD WILDLIFE FUND. “**Living Planet Report 2004**”. Disponível: <https://wwf.eu.awsassets.panda.org/downloads/lpr2004.pdf>. Acesso em: 28 maio 2021.

# A EVOLUÇÃO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE PRODUÇÃO NO BRASIL E OS DESAFIOS DA GESTÃO PARA A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

Integrated Production Systems in Brazil: evolution and economic aspects

La Evolución de los Sistemas Integrados de Producción en Brasil y los Retos de la Gestión para la Sostenibilidad Económica

DOI 10.55028/geop.v18i35

Lara de Carvalho Teixeira\*

Francine Neves Calil\*\*

Mallu de Mendonça Barros\*\*\*

**Resumo:** As práticas inadequadas do monocultivo na agricultura e do manejo dos animais na pecuária resultaram em problemas ambientais, mas superados pelo sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF). São objetivos deste artigo apresentar o histórico da evolução da agricultura, pecuária e os sistemas integrados de produção no Brasil, com ênfase na ILPF e; descrever os principais pontos a serem observados considerando os aspectos econômicos antes da implantação do sistema ILPF. Como procedimento metodológico, trata-se de um artigo de revisão da literatura, com abordagem descritivo-exploratória. Por fim, a pesquisa permite a compreensão de tecnologias no campo com viés conservacionista, e que agrega valor à economia.

## Introdução

O Brasil possui competência na oferta de alimentos, diante do desafio e da responsabilidade e da eficiência em aumentar a capacidade produtiva sem, todavia, criar condições de se expandir quanto ao uso de novas das terras cultivadas e, nesse sentido, não causar grandes impactos ao meio ambiente; o desafio é aumentar a produtividade das lavouras e recuperar as áreas degra-

\* Engenheira Florestal, Mestre em Agronegócio; Doutoranda em Agronegócio Universidade Federal de Goiás – Programa de Pós-graduação em Agronegócio – PPGAGRO/UFG, Goiânia-GO. E-mail: larateixeira.florestal@gmail.com.

\*\* Possui graduação em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Santa Maria (2000), graduação em Licenciatura Plena Em Letras Português Inglês pelo Centro Universitário Franciscano (2000), mestrado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Santa Maria (2003) e doutorado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Santa Maria (2008). Docente universitária do Curso de Engenharia Florestal, do Programa de Pós-Graduação em Agronomia e do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: francine@ufg.br.

\*\*\* Doutoranda em Agronegócios, na linha de pesquisa de Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional – PPGAGRO- UFG; Administradora; Mestre em Conservação e Preservação do Cerrado. E-mail: mallumendonca.adm@gmail.com.

**Palavras-chave:** Sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta. ILPF. Viabilidade econômica.

**Abstract:** The inadequate practices of monoculture in agriculture and animal management in livestock resulted in environmental problems but overcome by the Crop-Livestock-Forest Integration (CLFI) system. The objectives of this article are to present the history of the evolution of agriculture, livestock and integrated production systems in Brazil, with emphasis on CLFI; describe the main points to be observed considering the economic aspects before the implementation of the CLFI system. As a methodological procedure, this is a literature review article, with a descriptive-exploratory approach. Finally, the research allows the understanding of technologies in the field with a conservationist bias, and that adds value to the economy. bias and value to the economy in the face of previously unproductive areas.

**Keywords:** Crop-Livestock-Forest Integration Systems. ICLF. Economic viability.

**Resumen:** Las prácticas inadecuadas de monocultivo en la agricultura y de manejo animal en la ganadería han provocado problemas ambientales, pero éstos han sido superados por el sistema de Integración Cultivo-Ganadería-Bosque (CLFI). Los objetivos de este artículo son presentar la historia de la evolución de la agricultura, la ganadería y los sistemas integrados de producción en Brasil, con énfasis en el CLFI; y describir los principales puntos a observar considerando los aspectos económicos antes de implementar el sistema CLFI. Como procedimiento metodológico, se trata de un artículo de revisión bibliográfica con un enfoque descriptivo-exploratorio. En definitiva, la investigación permite conocer las tecnologías existentes en el campo con un sesgo conservacionista y que aportan valor añadido a la economía.

**Palabras clave:** Sistemas de integración cultivos-ganadería-bosques. ILPF. Viabilidad económica.

dadas pela pecuária, visto que, possui cerca de 50 milhões de hectares em algum estágio de degradação e com baixa produtividade (Cardoso, 2019).

Com esse cenário, nas últimas décadas, as atividades agropecuárias têm sido desenvolvidas em larga escala comercial, baseado no monocultivo da agricultura, no qual utilizam apenas sistemas voltados para uma atividade específica, possuindo uma maior facilidade de padronização e gerenciamento dos negócios (Tomaz *et al.*, 2017).

Sendo que, do acordo com o IPEA (2017), o crescimento da população e a maior pressão social em relação à sustentabilidade demandarão maior produção agropecuária com menor impacto ambiental, razão pela qual o processo de inovação tecnológica tem colaborado para a divulgação e o aumento da implantação dos sistemas integrados de produção sustentável. Isto é, do uso de sistemas de produção que melhorem a longevidade e qualidade dos recursos naturais, e ao mesmo tempo, aumente a produtividade animal e vegetal, sem elevar o impacto ambiental do passado e, ainda, gere maiores rendas nas áreas produtivas (Balbino *et al.*, 2011).

Dessa forma, observaram a necessidade de pensar e criar novas alternativas para que o sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), seja uma das estratégias de sistemas produtivos, visto que uma das suas principais características é a recuperação de áreas degradadas por meio da intensificação



do uso da terra, que potencializa os efeitos complementares e/ou sinérgicos existentes entre as diversas culturas, proporcionando, de forma sustentável, uma maior produção por área (Reis *et al.*, 2016). Dentre outras características, o sistema ILPF possui uma solução estratégica para o produtor rural, pela economia do escopo, diversificação de renda, redução de riscos, além de amortizar os custos de implantação com antecipação de renda (Cavalcanti *et al.*, 2019).

Ademais, o estado de Goiás, referência no agronegócio, detém poucos estudos relacionados aos aspectos econômicos envolvendo o sistema ILPF e, diante disso, o que justifica este estudo e dele um maior conhecimento da rentabilidade dos diferentes sistemas existentes, a medição das possibilidades de ganho de renda para o produtor e os riscos que essa atividade pode atribuir (Mendes, 2016).

Portanto, são objetivos deste artigo: apresentar o histórico da evolução da agricultura, pecuária e os sistemas integrados de produção no Brasil, com ênfase na ILPF; descrever os principais pontos a serem observados considerando os aspectos econômicos antes da implantação do sistema ILPF, com a expectativa de se entender os melhores mecanismos a serem aplicados na atual conjuntura, visando a melhoria no modo de vida por meio de um desenvolvimento mais seguro que consiga trazer maior sustentabilidade consigo.

## Material e métodos

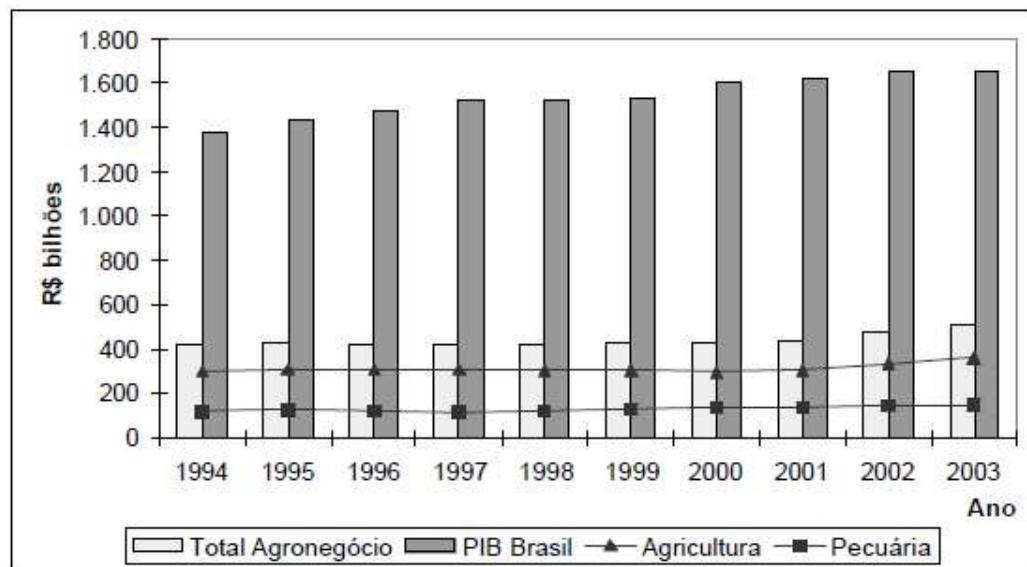
Esse artigo adota uma metodologia baseada em revisão bibliográfica, com uma abordagem descritivo-exploratória. A estratégia de pesquisa empregada inclui a definição e ampliação dos seguintes critérios: a) para a revisão da literatura, a utilização de obras atuais de autores de renome em ILPF e dos artigos de relevância, dissertações acerca da temática dispostos nas bases de do Portal de Periódicos Capes, Google Scholar, Scielo e Scopus; b) como critérios de inclusão dos artigos relevantes, sendo as palavras-chave: “sistemas integrados”; “integração lavoura-pecuária-floresta”; “evolução da agropecuária no Brasil”, “viabilidade econômica nos Sistemas Integrados”; “aspectos econômicos”; c) como critério temporal: artigos relevantes até o ano de 2021.

## A Evolução dos componentes do Sistema ILPF no Brasil: da modernização da agricultura e do manejo adequado ao destaque como grande player de produção de carnes

A partir dos anos 2000, 24% de toda população brasileira estava vinculada sobretudo às atividades que envolviam, direta ou indiretamente, a agricultura e a pecuária, que correspondiam, à época, a cerca de 7,6% do Produto Interno Bruto

(PIB), e, portanto, a R\$86 bilhões. Em 2002, a performance do PIB foi impulsionada basicamente pelo PIB primário da agricultura, acarretando o recorde de crescimento com taxa de 17,4%. O PIB brasileiro foi aumentando, em comparação aos anos anteriores, chegando a 21%, em 2003, com cerca de R\$508 bilhões (Figura 1) (Assad; Almeida, 2004).

**Figura 1** - PIB brasileiro: Análise da participação do Agronegócio, Agricultura e Pecuária [Período: 1994 a 2003]



**Fonte:** Assad; Almeida (2004).

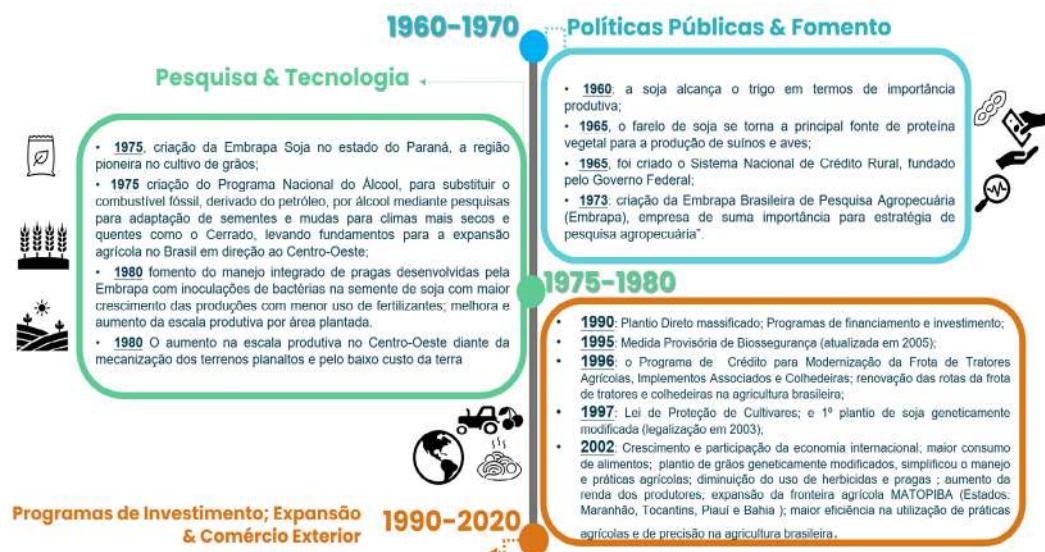
Desde então, a agricultura brasileira vem crescendo de forma extraordinária, em diferentes cadeias produtivas, com competitividade e olhos no mercado interno e externo, tanto que o país se destaca como um grande player global na produção de alimentos há 40 anos, exportando mais de US\$ 100 bilhões de dólares anuais em alimentos e produtos agrícolas, consistindo em um dos quatro maiores exportadores de açúcar, soja, milho, suco de laranja, café, algodão, suínos, aves e bovinos e, mais de 500 mil produtores brasileiros são atores deste sistema produtivo, que cresce de forma acelerada, apesar de barreiras explícitas no que concerne a deficiência na armazenagem, transporte e processo portuário (Buainain *et al.*, 2014).

Em outras palavras, pode-se compreender que os aumentos constantes da produtividade, auxiliaram na competitividade dos produtores, com vistas a se tornarem os maiores produtores mundiais; a competitividade aumentou a eficiência do agronegócio brasileiro em função da revolução tecnológica, e as exportações do setor de agricultura alcançaram cerca de US\$ 23,9 bilhões e as importações US\$

4,9 bilhões, referidos em soja (US\$ 5,3 bilhões), carnes (US\$ 2,5 bilhões), açúcar e álcool (US\$ 2,4 bilhões) e calçados (US\$ 1,4 bilhão) (Barros; Silva, 2004).

Entretanto, esse cenário nem sempre foi assim. O Brasil só é detentor de uma das maiores áreas agricultáveis do mundo e, portanto, com papel de suma importância na economia, devido a constantes evoluções a partir do movimento conhecido como “modernização da agricultura” (Seidler; Fritz Filho, 2016); em 1970, o marco foi estabelecido pela expansão da área cultivada, mediante a mecanização do trabalho, de programas de desenvolvimento regional, dos investimentos agrícolas e as linhas especiais de crédito rural fomentadas pelas políticas de Estado ligadas à pesquisa e à extensão (Souza, 2012) e que se verifica na figura 2.

**Figura 2 - Timeline da Trajetória dos avanços da agricultura brasileira**  
[Período: 2020]



**Fonte:** Elaborado pelas autoras. Adaptado de Vieira Filho (2014).

Além dos avanços históricos da agricultura, a pecuária também teve sua contribuição pelos pressupostos e avanços e que também se somaram aos resultados do agronegócio, como se verifica no século 21, e neste contexto, a pecuária brasileira se tornou um grande player de produção de carnes, como o segundo maior produtor de carne bovina e quarto maior produtor de carne suína do mundo. Em 2017, o setor de carnes gerou R\$ 433 bilhões de Reais para o país e, em conjunto com a oferta e demanda, o complexo de carnes alavancou o aumento no consumo dos produtos e essa tendência tende a se expandir entre 2019 e 2021, propiciando um crescimento da economia (Serigatti; Pinto, 2019).

Historicamente, animais como o boi/vaca, são procedentes da Europa, e, desde a colonização, no Brasil, estavam ligados à atividade canavieira e da expansão econômica à época, que impactou no aumento pela demanda desses animais no país, e contribuiu para o povoamento do interior da colônia e, portanto, de outras as regiões brasileiras. Ou seja, a expansão do gado pelo “sertão” nordestino foi fundamental para a acumulação de capital da atividade criatória, para a expansão territorial, mediante terras doadas pelo Governo e como formas de exploração da atividade de currais (Linhares, 2002).

Desse processo de expansão da pecuária muitas foram as contribuições econômicas. No Sudeste, auxiliou na produção de açúcar e da mineração; no Sul, na atividade da produção de couro; no Centro Oeste, mais tarde, à medida que as áreas conhecidas foram ficando escassas para o processo de expansão da atividade pecuarista - que foi responsável na intensificação dos comércios, devido a utilização do gado para permutes e para alimentação humana (Paula, 2013). Dessa prática desenfreada, na década de 60, distúrbios sistemáticos se verificaram no meio ambiente, nos ecossistemas, nas muitas paisagens degradadas devido ao manejo inadequado do rebanho, degradação, baixa fertilidade e impedimentos físicos do solo (Wust; Tagliani; Concato, 2015).

Nos anos 70, uma crescente inquietação em relação às questões ambientais despertou a atenção internacional, impulsionando uma intensificação nos discursos e esforços para encontrar novas práticas produtivas e resilientes no campo. Foi somente no século XX que os sistemas produtivos passaram a ser estudados como um conjunto que permitia o manejo do processo de sucessão, revelando-se capazes de apresentar sustentabilidade a médio prazo (Bulhões, 2011).

Nesse contexto, o século XX inaugurou uma busca por novas tecnologias sustentáveis inclusive quanto a produtividade, de modo que a prática de sistemas integrados segue observando essa premissa e, no século XXI, trata-se de uma realidade que abrange e se constitui pela inclusão da lavoura, da pecuária e da floresta, restando disso que este sistema se ampliou por todo Brasil, e que ele teve influência por mineiros, indígenas, vaqueiros e imigrantes (poloneses, italianos e alemães), devido a influência do conhecimento de sistemas semelhantes encontrados em Portugal e Espanha, e que, por exemplo, suínos eram criados semiextensivamente em áreas de florestas (Leite; Cherumbim; Pereira, 2009).

Diante disso, se, em 2006, a pecuária já era uma atividade consagrada sendo competitiva, tanto nacionalmente quanto internacionalmente pelo nível de fornecimento de fontes de proteínas, despontando-se como recorde histórico nas exportações de carne bovina naquele ano (Corrêa *et al.*, 2006); em 2015, novamente a pecuária de corte se tornou destaque, pois o país tornou-se o maior detentor de

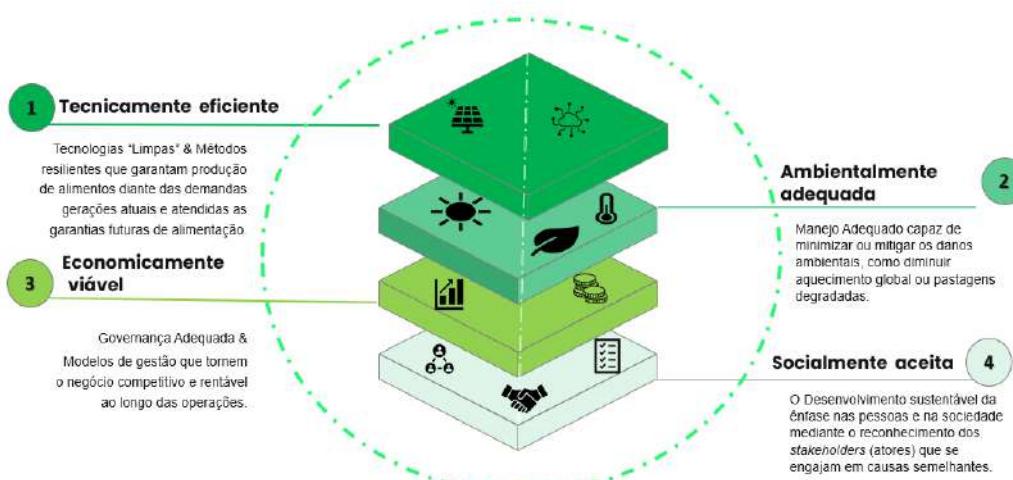
rebanho comercial do mundo, ocupando o segundo lugar como um dos maiores produtores e exportadores mundiais de carne bovina (CEPEA, 2016) e, portanto, deter 215,2 milhões de cabeças de gado e um PIB equivalente a 18,7% representando esta cadeia produtiva (IBGE, 2016).

Muitos desses alcances, a reviravolta na produção e as inovações nos modelos produtivos, deram-se pela implantação de novas tecnologias mais eficientes promovidas como os sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), e resultados de modelos de integração testados, desde os anos 1970 em culturas de soja, milho, pastagens para pecuária de corte e posteriormente pecuária de leite (Vilela *et al.*, 2019).

Em suma, o sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) é uma estratégia de produção diversificada mais sustentável, que procura interagir os sistemas produtivos de lavoura, pecuária e floresta de forma equilibrada, partilhando de um princípio unitário que os sistemas beneficiados sejam numa mesma área, seja em cultivo consorciado, sucessão ou rotação, contemplando a adequação ambiental, valorização do homem e a viabilidade econômica (Machado; Balbino; Ceccon, 2011); assim, preconiza-se a utilização de alguns princípios fundamentais que vão desde o manejo da conservação do solo e água, ao manejo integrado de insetos/pragas, doenças e plantas daninhas; redução da pressão para abertura de novas áreas, diminuição da emissão de dióxido de carbono, sequestro de carbono e principalmente quanto ao cumprimento da legislação ambiental (Barcellos *et al.*, 2011).

Assim o termo produção sustentável verifica-se quando o sistema for: i) tecnicamente eficiente; ii) ambientalmente adequado; iii) economicamente viável; e iv) socialmente aceito, conforme se verifica na figura 3.

**Figura 3 - Infográfico de reconhecimento das estratégias de Produção Sustentável**



**Fonte:** Elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa (2023).

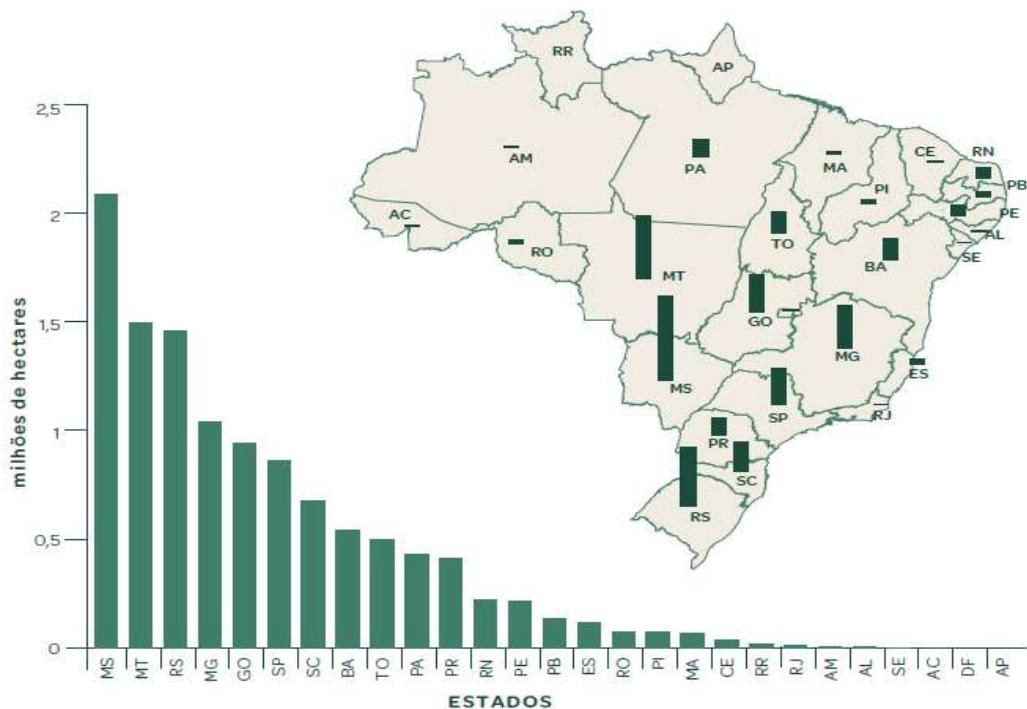
Assim, a figura 3 demonstra os pilares da sustentabilidade à luz do sistema de produção ILPF, em outras palavras como as etapas norteiam quanto à implantação desta tecnologia em áreas de agricultura e cria condições edafoclimáticas favoráveis como solo corrigido, pluviometria adequada, temperatura e luz não limitantes, água disponível em quantidade e qualidade pertinente. Isto é, o sistema ILPF contribui para sustentabilidade na perspectiva econômica, produtiva, ambiental e social do sistema.

Em outras palavras, a ILPF permite que a lavoura promova retorno financeiro rápido, geração de capital inicial para a integração e permite a produção de forragens com alto potencial produtivo; a pecuária volta-se para o aumento da eficácia na produção animal e contribui na recuperação das propriedades físico-químicas e biológicas do solo; o componente florestal, busca a produção madeireira e não-madeireira, ao aumento da biodiversidade pela recomposição de reservas, proteção de mananciais hídricos e do solo, além de auxiliar no conforto térmico dos animais e aumentar sua produção (Azevedo *et al.*, 2010) e a distribuição espacial adequada das árvores representa uma "poupança" para o produtor, uma vez que os custos podem ser menores em razão da amortização oriunda das outras atividades associadas, sejam elas lavouras ou pastagens (Behling *et al.*, 2014).

De acordo com Skorupa e Manzatto (2019), o Brasil possui uma área total de sistemas de ILPF de 11,5 milhões de hectares. E assim, a adoção do ILPF no Brasil tem experimentado fortes incrementos nos últimos anos, levando Goiás ao 5º lugar no ranking entre os estados, com 944 mil hectares de sistemas integrados

de ILPF, ficando atrás apenas do Mato Grosso do Sul (2 milhões de hectares), Mato Grosso (1,5 milhão de hectares), Rio Grande do Sul (1,5 milhão de hectares) e Minas Gerais (1 milhão de hectares), como se verifica na figura 4.

**Figura 4** - Números de adoção de sistemas ILPF nos estados em ordem decrescente, em hectares e sua distribuição no Brasil



Fonte: Skorupa; Manzatto (2019).

Em dez anos, a área ocupada pelo ILPF no Brasil aumentou quase 10 milhões de hectares. Entre os adotantes, 29% adotaram o ILPF entre 2011 e 2015, neste mesmo período, a área média com ILPF subiu de 4,3% para 9,4%, da área agricultável das fazendas. Entre os pecuaristas que usam os sistemas de integrações, a previsão é que o espaço médio destinado ao ILPF chegue a 20,6% da área agricultável das propriedades em 2030 (REDE ILPF, 2021); as motivações são, dentre outras, as políticas públicas fomentadas pelo Governo em prol das agendas internacionais e de interesse do Brasil.

Nesse contexto, verifica-se que a busca por solucionar os impactos causados pela agricultura e pecuária, dá-se como resultado de uma Política Pública, formada por um conjunto de ações que tem por finalidade aderir tecnologias agropecuárias mais sustentáveis, com objetivo de mitigar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) no setor agropecuário, denominado de Plano Setorial de Mitigação

e Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC).

Ademais, o Plano ABC foi criado após o Brasil se tornar signatário na 15<sup>a</sup> Conferência das Partes, realizada em Copenhague em 2009 e, fruto das propostas de atingir as metas da Contribuição Nacionalmente Determinada brasileira estabelecida na 21<sup>a</sup> Conferência das Partes, em 2015 (Barros; Nunes, 2016), visto que das práticas de manejo, reduzem-se as emissões de GEE e consequentemente aumentem a fixação de CO<sub>2</sub> na vegetação e no solo, capaz de aliar de forma sinérgica e construtiva os deveres de conservação ambiental e de crescimento socioeconômico, como se verifica na Tabela 1.

**Tabela 1** - Processo tecnológico, Compromisso Nacional Relativo (aumento da área de adoção ou uso) e Potencial de Mitigação por redução de emissão de GEE (milhões de Mg CO<sub>2</sub> eq)

Processo Tecnológico	Compromisso (aumento de área/uso)	Potencial de Mitigação (milhões Mg CO <sub>2</sub> eq)
Recuperação de Pastagens Degradadas	15,0 milhões ha	83 a 104
Integração Lavoura-Pecuária-Floresta	4,0 milhões ha	18 a 22
Sistema Plantio Direto	8,0 milhões de ha	16 a 20
Fixação Biológica de Nitrogênio	5,5 milhões de ha	10
Florestas Plantadas	3,0 milhões de ha	-
Tratamento de Dejetos Animais	4,4 milhões de m <sup>3</sup>	6,9
<b>Total</b>	-	<b>133,9 a 162,9</b>

Fonte: MAPA (2012).

Assim sendo, o Plano ABC é composto por seis programas tecnológicos de mitigação e uma ação de adaptação de mudanças climáticas, que são elas: i) Recuperação de Pastagens Degradadas; ii) Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e Sistemas Agroflorestais (SAFs); iii) Sistema Plantio Direto (SPD); iv) Fixação Biológica de Nitrogênio; v) Florestas Plantadas; vi) Tratamento de Dejetos Animais; vii); Adaptação às Mudanças Climáticas (Paixão; Bacha, 2015) são ações do Plano ABC são adeptas ao conceito amplo de ser mais sustentável, tendo em conta suas vertentes econômica, social e ambiental (Gurgel, 2019).

Além disso, o Brasil, em 2018, atingiu suas metas de mitigações de emissões estabelecidas para 2020, cerca de 165,85 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> foram mitigados entre 2010 e 2015, sendo que a ILPF contribui com mitigação de GEE em 21 milhões de CO<sub>2</sub> (MAPA, 2012), ampliando-se a nova meta do Plano ABC para 2020 até 2030, denominada de Plano ABC+.

Assim sendo, o ABC+ visa continuar a agir como uma ferramenta promotora de uma agropecuária sustentável, reduzir a emissão de carbono equivalente em 1,1 bilhão de toneladas no setor agropecuário até 2030, tendo como meta, expandir as áreas com tecnologias ABC para 72 milhões de hectares e do estímulo a adotar sistemas, práticas, produtos e processos de produção sustentáveis em áreas produtivas (MAPA, 2021), uma vez que, para se tornar competitivo e reconhecido pela comunidade internacional sobre os aspectos ambientais e produtivos, o Brasil precisa adotar planos para o atingimento das metas com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil (ODS) (ONU, 2021) – razão pela qual as métricas e tecnologias precisam ser sistematizadas para cômputo de todos os valores observados para o atingimento da meta proposta.

## A importância da Análise de Viabilidade Econômica de um empreendimento no agronegócio

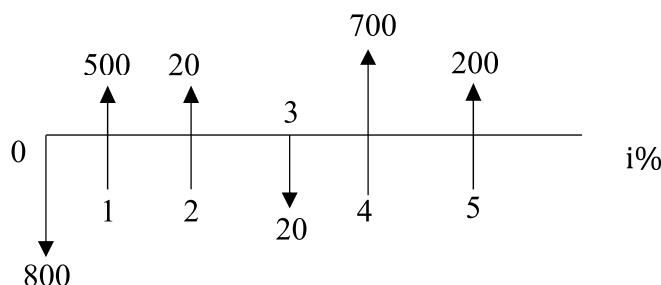
Com o cenário de incertezas do Brasil, os produtores necessitam de muita cautela na hora de realizarem um plano de negócios e, por sua vez, o estudo de Análise de Viabilidade Econômica (AVE) na hora de planejar um dado empreendimento, no qual reforça a utilidade de prever o aporte e dispêndios de capital ao longo do projeto financeiro bem como, alcançar o público-alvo e qual tipo de empreendimento se encaixará melhor nas condições do local (Rocha; Souza; Dalfior, 2016). Disso resulta, para o afastamento das incertezas e criação da cultura da viabilidade econômica, torna-se mister o exercício de elaboração de informações e da criação da cultura da transparência das informações, para que os empreendedores detenham projetos capazes de compreender sobre os sucessos e, sobretudo sobre os riscos e as possibilidades associadas à abertura de um novo empreendimento e, por conseguinte, da identificação de uma oportunidade estudo de viabilidade, como forma assertiva de tomada de decisão e avanços para as empresas (Silva; Parizzi, 2016).

Dessa maneira, a decisão de fazer um investimento traçado apenas na análise comparativa da quantidade de recursos das entradas e de saídas, e, portanto, referente ao custeio do empreendimento, na busca por um retorno lucrativo e, se o investimento não proporciona fluxo de caixa negativo, trata-se de um projeto viável no âmbito financeiro. Para que tenha uma viabilidade econômica, é necessário que o fluxo de caixa seja positivo e que o retorno do capital investido, proporcione ao investidor uma quantia maior incluído despesas e lucro no tempo presente (Silva, 1995); os parâmetros AVE apresentam consolidação no meio científico, nomeados de indicadores de viabilidade, dessa forma, eles são analisados de forma conjunta para a tomada de decisão quanto ao investimento no que diz respeito a rentabilidade (Strachoski, 2011).

Em outras palavras, o Fluxo de Caixa é um conjunto de receitas e despesas ou, entradas e saídas de dinheiro ao longo de um determinado período. Esta ferramenta é útil para visualização das movimentações, o que proporciona observar eventos em determinado período e suas possíveis consequências, facilitando análises e tomada de decisões, ou seja, esta ferramenta é fundamental para o controle financeiro de empresas (Puccini, 2004).

Nesse sentido, a lógica para a representação de um fluxo de caixa, conforme se verifica na figura 5, apresenta-se no eixo horizontal representa o tempo (períodos em questão) e o eixo vertical o montante de capital às entradas são representadas por setas voltadas para cima, cuja dimensão é proporcional ao valor que entrou naquele período e, as saídas são representadas por setas voltadas para baixo, e de tamanho proporcional ao montante que saiu (Prette; Cardoso, 2014).

**Figura 5** - Representação Gráfica de um Fluxo de Caixa: movimentação das entradas e das saídas de valores



**Fonte:** Prette; Cardoso (2014).

O dimensionamento dos Fluxos de Caixa, devem ser feitos mensurando todas as movimentações operacionais efetivas de caixa, sendo importante ressaltar que, todos os valores que não compõem o fluxo de caixa (basicamente receitas não recebíveis e despesas não desembolsáveis) são importantes somente para análise de investimentos, à medida que venham faltar o lucro contábil da operação projetada. Ou seja, mede-se, estrategicamente, o potencial efetivo da empresa em implementar quanto às decisões financeiras fundamentais (investimento, financiamento e distribuição de dividendos), e não por meio dos lucros, e, portanto, obtém-se a informação mais relevante para o processo de análise de investimentos (Assaf Neto, 2014).

Somado a tudo isso, um investimento precisa da análise do Valor Presente Líquido (VPL), o qual está correlacionado na diferença entre o valor presente dos benefícios líquidos de caixa, previstos para cada período do horizonte de duração do projeto e o valor presente do investimento (saída de caixa) e que corresponde

no cálculo quanto os futuros pagamentos somados a um custo inicial estariam valendo (Gonzáles; Formoso, 2001). O cálculo do VPL se verifica pela equação:

$$VPL = \sum_{t=0}^n \frac{FC^t}{(1+i)^t}$$

Onde:

$FC^t$  = Fluxo de caixa no período  $t$ ;

$i$  = Taxa de desconto do projeto (taxa mínima de atratividade);

$n$  = número de períodos.

Segundo Kassai *et al.*, (2000), ao investir em uma quantia, deve-se comparar as prováveis dívidas que serão realizadas por este investimento, com os de outros investimentos disponíveis. A taxa de juros que o dinheiro irá proporcionar, deverá ser superior a uma taxa prefixada, a qual deve-se realizar a comparação, denominada por Taxa Mínima de Atratividade (TMA).

A TMA é o retorno que o investidor espera pelo capital que está empregado em determinado investimento, traduzido a uma taxa percentual sobre o próprio investimento, por um determinado espaço de tempo (Marquezan, 2006). Diante disso, o resultado do VPL varia de acordo com a TMA utilizada no seu cálculo, sendo considerado atraente todo investimento que apresente um valor presente líquido maior ou igual a zero, significando que o projeto remunerou o investimento a uma taxa de juros maior do que utilizada na avaliação, ou seja, resultou lucro. Projetos com VPL negativo indicam retorno inferior à taxa mínima requerida para o investimento, revelando ser economicamente desinteressante sua aceitação, por resultar prejuízo financeiro em relação a taxa de juros utilizada na avaliação (Araújo, 2010).

Em adição, o método da Taxa Interna de Retorno (TIR) avalia a rentabilidade de um projeto de investimento por unidade de tempo. A TIR é a taxa exigida de retorno que, garante a reposição exata de um investimento realizado e, quando utilizada como taxa de desconto, resulta em um VPL igual a zero (Brom; Balian, 2007). A equação utilizada para a Taxa Interna de Retorno (TIR) é:

$$TIR = (VPL = 0) = \sum_{t=0}^n \frac{FC_t}{(1 + TIR)^t}$$

Onde:

$FC_t$  = Fluxo de caixa no período  $t$ ;

$VPL = 0$ ;

$t$  = período.

A TIR estima a rentabilidade do investimento no tempo, considerando as receitas, custos e investimentos executados durante o projeto, neste caso, se ela for superior a TMA o projeto é considerado viável (Santos; Vasan, 2014); sendo que a TIR é a única taxa de desconto que, quando aplicada nas entradas e saídas dos caixas da vida econômica, fornece um valor presente líquido de zero, ou seja, o valor presente das entradas é precisamente igual ao valor presente das saídas, sendo utilizado com a comparação entre a Taxa Interna de Retorno com a Taxa Mínima de Atratividade para fazer a avaliação de aceitação ou rejeição de um determinado projeto.

É de grande importância o entendimento do método convencional da TIR, para a avaliação de projetos de investimento, visto que, a rentabilidade do projeto pode modificar, ou seja, diminuir ou apresentar lucratividade ao longo da aplicação ou sua vigência. Neste caso, deve-se estar atento ao cenário econômico e ao reinvestimento dos fluxos intermediários. Projetos de longa duração, a empresa deve integrar expectativas de reinvestimento dos fluxos intermediários de caixa, de forma a determinar uma taxa de retorno mais confiável nas decisões de investimento. A TIR somente é verdadeira se as oportunidades futuras do investimento renderem, pelo menos, o percentual originalmente calculado de retorno (Assaf Neto, 2014).

Outra ferramenta de gestão financeira aplicada aos aspectos econômicos refere-se ao Valor Anual Uniforme (VAUE), que consiste em um método de avaliação de investimentos, que determina a série anual uniforme, o qual será equivalente as quantias a serem gastas durante a realização de um determinado projeto (Machado, 1997); também conhecido como Valor Presente Líquido Anualizado (VPLA), sendo uma variação do método do VPL; difere-se o método VAUE do VPL porque o VPL concentra todos os valores do fluxo de caixa na data inicial (zero), enquanto que no VAUE, do fluxo de caixa, corresponde ao projeto de investimento e, é transformado em uma série uniforme (Gallon *et al.*, 2006).

O método em questão compreende achar a série uniforme anual equivalente, ao fluxo de caixa dos investimentos, para cada projeto utilizando-se a Taxa Mínima de Atratividade. O melhor projeto é aquele que tiver o maior saldo positivo (Machado, 1997); a questão fundamental é a transformação dos valores únicos e atuais em valores futuros e anuais, dada a Taxa Mínima de Atratividade ou a taxa de custo de capital. O que já estiver no futuro e de periodicidade anual, permanecerá no futuro e se somará aos novos valores. Assim sendo, o VAUE, em relação a outros métodos (VPL, TIR, etc), projeta o valor atual do investimento para valores futuros periódicos e uniformes (Cavagnari, 2018). A fórmula correspondente do VAUE é:

$$VAUE = VPL \times \frac{TMA \times (1 + TMA)^n}{(1 + TMA)^n - 1}$$

Onde:

VPL = Valor Presente Líquido;

TMA = Taxa Mínima de Atratividade (taxa de juros do projeto);

n = Tempo de Vida do Projeto.

## Considerações finais

Sabe-se que o sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) é uma tecnologia alternativa mais sustentável para melhorar o uso do solo e, sua implantação independe do tamanho da propriedade. Foi possível constatar neste estudo, à luz da literatura, que o sistema visa a utilização dos recursos de forma mais racional e sustentável, diminuindo perdas, gerando economia, além de focar em uma maior diversificação de culturas dentro da propriedade, no qual, o ILPF se torna uma excelente alternativa para atender demandas antes não utilizadas no meio.

Em outras palavras, foi evidenciado que a educação ambiental, bem como a consciência de gestão para fins de sustentabilidade ambiental são processos educacionais frutos da cultura, e, no século XXI de demandas internacionais, razão pela qual os processos produtivos precisam se adaptar para continuarem competitivos no mercado, isso tem sido unânime dentre os autores pesquisados.

Assim sendo, o estudo cumpriu os objetivos propostos, ao se constatar que os autores divergem quanto a implantação de ferramentas administrativas mais resilientes no campo, sem se afastar da gestão financeira – ainda incipiente para muitos investidores. Assim, no que se refere aos aspectos econômicos, antes da implantação do sistema ILPF faz-se necessário o proprietário realizar um levantamento dos dados, sobre quais atividades podem ser viáveis ou não, tendo em vista um planejamento adequado de como serão utilizados os recursos disponíveis na propriedade, podendo implantar atividades que se adequem a realidade de cada produtor e possam diminuir impactos negativos futuros ao ambiente explorado e que seu fluxo de caixa seja positivo.

## Referências

- ARAÚJO, H. B. **Avaliação econômica de eucalipto irrigado em diferentes cenários**. 2010. Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010.
- ASSAD, M. L. L.; ALMEIDA, J. Agricultura e Sustentabilidade: Contexto, Desafios, Cenários. *Ciência e Ambiente*, n. 29, 2004.

- ASSAF NETO, A. **Finanças Corporativas e Valor**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- AZEVEDO, C. M. B. C. et al. Desempenho dos Componentes Agrícolas e da Teca (*Tectonia grandis L. F.*) em Sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta no Município de Terra Alta – PA. In: **I Workshop Integração Lavoura-Pecuária-Floresta em Rondônia**. Porto Velho: Embrapa, 2010.
- ALBINO, L. C. et al. **Marco referencial**: integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF). Brasília: Embrapa, 2011. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/103901/1/balbino-01.pdf>
- BARROS, A. P.; NUNES, J. L. S. **Agricultura de Baixo Carbono (ABC)**. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, 2016.
- BARROS, G. S. C.; SILVA, S. F. O saldo comercial do agronegócio e o crescimento da economia brasileira. **Centro de Estudos Avançados em Economia (CEPEA)**, 2004. Disponível em: <https://www.cepea.org.br/br/documentos/texto/o-saldo-comercial-do-agronegocio-e-o-crescimento-da-economia-brasileira.aspx>.
- BARCELLOS, A. O. et al. Base conceitual, sistemas e benefícios da iLPF. In: BALBINO, L. C.; BARCELLOS, A. de O.; STONE, L. F. **Marco referencial**: integração lavoura-pecuária-floresta. Brasília: Embrapa Cerrados, 2011.
- BEHLING, M. et al. Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF). In: GALHARDI JUNIOR, A.; SIQUERI, F.; CAJU, J.; CAMACHO, S. (Ed.). **Boletim de Pesquisa de Soja 2013/2014**. Rondonópolis: Fundação MT, 2014.
- BROM, L. G.; BALLIAN, J. E. A. **Análise de investimentos e capital de giro**: conceitos e aplicações. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BUAINAIN, A. M. et al. **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/994073/o-mundo-rural-no-brasil-do-seculo-21-a-formacao-de-um-novo-padrão-agrário-e-agrícola>.
- BULHÕES, F. M. **Conhecimento e Inovação do Manejo de Sistemas Agroflorestais por Citricultores Ecológicos no Vale do Caí, RS, Porto Alegre, Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- CARDOSO, D. S. **Sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta**: um olhar sustentável. 2019. (Iniciação Científica) – Faculdade La Salle, Lucas do Rio Verde, 2019. Disponível em: <https://www.unilasalle.edu.br/uploads/files/a8557645ff74978c95b401953ce40ced.pdf>.
- CAVAGNARI, D. W. **Administração Financeira e o Gerenciamento de Capital**. Santa Catarina, 2018. Disponível em: [https://www.academia.edu/36560168/ADMINISTRA%C3%87%C3%83O\\_FINANCEIRA\\_E\\_O\\_GERENCIAMENTO\\_DE\\_CAPITAL](https://www.academia.edu/36560168/ADMINISTRA%C3%87%C3%83O_FINANCEIRA_E_O_GERENCIAMENTO_DE_CAPITAL).
- CAVALCANTI, A. C. et al. **Cartilha**: O Eucalipto em Goiás. Goiânia: SEBRAE, 2019. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/GO/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/O%20Eucalipto%20em%20Goi%C3%A1s.pdf>.
- CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada). **Indicadores de Preços de Boi**, 2016. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/indicador/boi-gordo.aspx>.
- CORRÊA, S. et al. **Anuário Brasileiro da Pecuária 2006**. Santa Cruz: Gazeta Editora Santa, 2006.
- EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). **Programa incentiva adoção da Integração Lavoura-Pecuária-Floresta**. set, 2011.
- GALLON, A. V. et al. Utilização da Análise de Investimento nas Empresas de Tecnologia do Vale do Itajaí/SC. In: **SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA**, 24., 2006, Gramado. **Anais** [...]. Gramado: UFRGS, 2006.

GONZÁLES, M. A. S.; FORMOSO, C. T. Análise de Viabilidade Econômica Financeira de Construções Residenciais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. v. 3. p. 1548-1553.

GURGEL, A. C. Agricultura de baixa emissão de carbono e sustentabilidade. *Cadernos FGV Projetos*, Rio de Janeiro, n.36, 2019.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Produção da Pecuária Municipal*, 2016. Disponível em: [www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm).

IPEA - Sistemas integrados de Produção. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2296.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_2296.pdf). Acesso: 30 nov. 2023.

KASSAI, J. R. et al. **Retorno de Investimento** – abordagem matemática e contábil do lucro empresarial. *Atlas*: São Paulo, 2.ed., 2000.

LEITE, D. M. G.; CHERUMBIM, A. A.; PEREIRA, J. M. A. Caracterização da Criação Animal em Sistema Faxinal. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, 2009. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/9346>.

LINHARES, M. Y. L. A pecuária e a produção de alimentos na colônia. In: SZMRECSÁNYI, T. (org.). *História econômica do período colonial*. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec Fapesp, 2002.

MACHADO, L. A. Z.; BALBINO, L. C.; CECCON, G. **Integração Lavoura-Pecuária-Floresta**. 1. Estruturação dos Sistemas de Integração Lavoura-Pecuária, 2011. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/923615/integracao-lavoura-pecuaria-floresta-1-estruturacao-dos-sistemas-de-integracao-lavoura-pecuaria>. Acesso em: nov. 2021.

MACHADO, M. A. **Ensino de Matemática Financeira por CBT** – Uma Abordagem Metodológica. 1997. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). **Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC)**. Porto Alegre: MAPA, 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/944513/o-programa-agricultura-de-baixo-carbono-abc>. Acesso em: nov. 2021.

MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). **Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura**: Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono). Brasília: MAPA, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/plano-abc/arquivo-publicacoes-plano-abc/download.pdf>. Acesso em: nov. 2021.

MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). **Plano setorial para adaptação à mudança do clima e baixa emissão de carbono na agropecuária com vistas ao desenvolvimento sustentável (2020-2030)**: visão estratégica para um novo ciclo/Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação. Brasília: MAPA, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/plano-abc/arquivo-publicacoes-plano-abc/final-isbn-plano-setorial-para-adaptacao-a-mudanca-do-clima-e-baixa-emissao-de-carbono-na-agropecuaria-compactado.pdf>. Acesso em: nov. 2021.

MARQUEZAN, L. H. F. Análise de Investimentos. *Revista Eletrônica de Contabilidade*, Santa Maria, v. 3, n. 1, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/contabilidade/article/view/21/3644>. Acesso em: 11 nov. 2021.

MENDES, R. T. **Avaliação Econômica e de Risco de Investimento em Três Sistemas Agroflorestais no Norte de Minas e no Alto Jequitinhonha**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2016.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Como as Nações Unidas apoiam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: dez. 2021.

PAIXÃO, M. A. S.; BACHA, C. J. C. A agropecuária Brasileira e a sua inserção na Economia Verde: uma análise do Plano e do Programa ABC. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 26, n. 1(47), p. 75-98, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/19684/16278>. Acesso em: dez. 2021.

PAULA, R. H. C. **Breves considerações sobre a agropecuária e o mercado interno de víveres na América Portuguesa** (Séculos XVII e XVIII), 2013. Disponível em: [https://redib.org/Record/oai\\_articulo1887946-breves-considera%C3%A7%C3%83es-sobre-a-agropecu%C3%A1ria-e-o-mercado-interno-de-v%C3%ADveres-na-am%C3%A9rica-portuguesa-s%C3%A9culos-xvii-e-xviii](https://redib.org/Record/oai_articulo1887946-breves-considera%C3%A7%C3%83es-sobre-a-agropecu%C3%A1ria-e-o-mercado-interno-de-v%C3%ADveres-na-am%C3%A9rica-portuguesa-s%C3%A9culos-xvii-e-xviii). Acesso em: nov. 2021.

PRETTE, B. G.; CARDOSO, L. S. **Análise de viabilidade econômica de implantação de um novo estabelecimento de comércio de produtos naturais**. 2014. 92 f. Projeto de Graduação em Engenharia de Produção – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://repositorio.poli.ufrj.br/monografias/monopolio10012135.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

PUCCINI, A. L. **Matemática Financeira**: Objetiva e Aplicada. São Paulo: Elsevier, 2004.

REIS, J. C. *et al.* Integração Lavoura-Pecuária-Floresta no Brasil: uma estratégia de agricultura sustentável baseada nos conceitos da Green Economy Initiative. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 58-73, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/17245/3/artigo.pdf>.

ROCHA, E. G.; SOUZA, C. A.; FALFIOR, V. A. O. Estudo de Viabilidade Econômica Financeira Caso Modelo – Edificação em São João Del Rei. In: **SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA**, 13., 2016. **Anais** [...]. Minas Gerais, 2016.

SANTOS, E. D.; VASAN, A. H. **A importância dos Investimentos**: uma análise por meio do PayBack, VPL e TIR. 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/23682117-A-importancia-dos-investimentos-uma-analise-por-meio-do-payback-vpl-e-tir-resumo.html>.

SEIDLER, E. P.; FRITZ FILHO, L. F. Evolução da Agricultura e o Impacto Gerado Pelos Processos de Inovação: Um Estudo de Caso no Município de Coxilha – RS. **Economia e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 28, n. 1, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5902/1414650921316>.

SERIGATTI, F.; PINTO, T. P. Setor de carne brasileiro: boas perspectivas para o futuro. **Cadernos FGV Projetos**, Rio de Janeiro, ano 14, n. 36, p. 200-211, mar. 2019. Disponível em: [https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/caderno\\_agronegocio\\_low.pdf](https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/caderno_agronegocio_low.pdf).

SILVA, D. F.; PARIZZI, C. Análise da viabilidade econômico-financeira do projeto de abertura de uma empresa de alimentação coletiva. **Ling. Acadêmica**, Batatais, v. 6, n. 1, p. 9-26, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://intranet.redeclaretiano.edu.br/download?caminho=/upload/cms/revista/sumarios/410.pdf&arquivo=sumario1.pdf>.

SILVA, M. B. **Planejamento Financeiro para o Setor da Construção Civil**. Texto Técnico 11. São Paulo: EPUSP, 1995. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/20360/MOZART.pdf?sequence=1>.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. *Ebook*. Disponível em: [https://www.academia.edu/32055515/Desenvolvimento\\_Econômico\\_Nali\\_de\\_Jesus\\_de\\_Souza](https://www.academia.edu/32055515/Desenvolvimento_Econômico_Nali_de_Jesus_de_Souza). Acesso em: 12 ago. 2021.

SKORUPA, L. A.; MANZATTO, C. V. **Avaliação da Adoção de Sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) no Brasil**. Brasília: EMBRAPA, 2019.

STRACHOSKI, P. **Análise de Viabilidade Econômica de um Projeto de Investimento em uma Indústria de Artefatos de Cimentos**, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/545/1/Patr%C3%ADcia%20Strachoski%20.pdf>.

TOMAZ, G. A. *et al.* Como Viabilizar a Adoção do Sistema ILPF. **Revista SODEBRAS**, v. 12, n. 144, p. 55-60, dez. 2017. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/1080977>.

VIEIRA FILHA, J. E. R. Transformação histórica e padrões tecnológicos da agricultura brasileira. *In: BUAINAIN, A. M. et al. O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola.* Brasília: Embrapa, 2014.

VILELA, L. et al. Sistemas de Integração lavoura-pecuária na região do Cerrado. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, Brasília, v. 46, n. 10, p. 1127-1138, out. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pab/a/Bc4Wp3CY9494yN9zdHzNGBP/?lang=pt>.

VILELA, L. et al. Sistemas de Integração Lavoura-Pecuária: Histórico e Evolução no Cerrado. *In: SKORUPA, L. A.; MANZATTO, C. V. (eds.). Sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta no Brasil: estratégias regionais de transferência de tecnologia, avaliação da adoção e de impactos.* Brasília: Embrapa Meio Ambiente, 2019. p. 28-44.

WUST, C.; TAGLIANI, N.; CONCATO, A. C. A Pecuária e sua Influência Impactante ao Meio Ambiente. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 6., 2015, Porto Alegre. Anais [...].* Porto Alegre: IBEAS, 2015. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2015/V-025.pdf>.

Editorial

Dossiê: VIII Seminário Internacional de Estudos  
Fronteiriços

**Fronteras de Carne y Hueso: buscando el lugar donde  
crecer**

*Héctor Acebo Bello  
Jorge Carlos Ruiz De la Quintana*

**Conexões América do Sul-Oriente Médio: a  
comunidade árabe e sua influência na tríplice fronteira**

*Guilherme Ribeiro Guerra  
Camilo Pereira Carneiro Filho*

**Turismo Indígena de Fronteira – um olhar sobre o  
Chaco Paraguai**

*Dionatan Miranda da Silva  
Edvaldo Cesar Moretti*

**O Retorno de Brasileiros do Paraguai: redes na  
dinâmica da fronteira**

*Vanucia Gnoatto*

**Cooperação Jurídica Internacional Cível Via Contato  
Direto entre Autoridades Judicárias Estrangeiras em  
Região de Fronteira**

*Jessé Cruciol Junior*

**Terras Indígenas e Unidades de Conservação:  
interfaces e sinergias na faixa de fronteira de Mato  
Grosso do Sul/ Brasil e Paraguai**

*Patricia Silva Ferreira  
Charlei Aparecido da Silva*

**Dentre Fronteiras, Mobilidade e Estado: onde estão os  
 povos indígenas?**

*Marco Antônio Rodrigues  
Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues  
Ana Lúcia Franco  
Antonio Hilário Aguilera Urquiza*

**Práticas Interculturais em uma Escola de Fronteira: um  
estudo de caso**

*Mariana Vaca Conde  
Tarissa Marques Rodrigues dos Santos*

**Representações Linguísticas e Culturais nos Anúncios  
Publicitários na Área Urbana em Arroyo Concepción –  
Fronteira Bolívia Brasil**

*Sander Kaio Brandão de Souza  
Suzana Vinicia Mancilla Barreda*

**O Refúgio de Crianças Separadas e Desacompanhadas  
para o Brasil e os Instrumentos de Proteção aos  
Direitos Humanos**

*Theodora Cação Zanchett  
Josuel Belo dos Santos  
César Augusto Silva da Silva*

**Diretrizes do Licenciamento Ambiental no Arranjo  
Fronteiriço Corumbá e Ladário (Brasil); Puerto  
Quijarro (Bolívia)**

*Cristina de Arruda Ferreira Fleming  
Luciana Escalante Pereira*

**Perfil dos Participantes do Circuito de Corrida de Rua  
em Corumbá-MS, na Fronteira Brasil-Bolívia**

*Gustavo Oliveira de Souza  
Carlo Henrique Golin  
Silvia Beatriz Serra Baruki*

**Cultura Surda na Fronteira: diálogo com a Onomástica**

*Ednéia Bento de Souza Fernandes  
Caroline Reis dos Santos  
Suziane Viriato de Araújo  
Daiany Furtado de Lima*

**Formação de Professores na Fronteira: as novas  
práticas construídas por participantes do Projeto  
Ruedas de Conversaciones**

*Maricarla Brito Moreno  
Zuila Guimarães Cova dos Santos*

**Curriculum Escolar: os desafios do ensino regular e a  
preservação cultural de povos tradicionais**

*Cleidiane Laborda da Silva  
Joana Nascimento da Silva Melo  
Joana de Souza Costa Aricapu*

**Pohā Ñana e Yuyos: a fronteira para além dos antolhos  
do capital**

*Kamila Madureira da Silva  
Alexandre Bergamin Vieira  
Valdelice Pereira da Silva*

**Pressupostos Marxistas para um Olhar na Fronteira  
Brasil- Bolívia: as relações de trabalho da mulher  
boliviana**

*Tarissa Marques Rodrigues dos Santos  
Josiane Peres Gonçalves*

**Artigos de Fluxo Contínuo**

**Parques Urbanos na Promoção da Qualidade de Vida:  
a percepção dos frequentadores do Parque dos  
Namorados em Francisco Sá, Minas Gerais, Brasil**

*Vanessa Tamiris Rodrigues Rocha  
Maria Inês Fernandes dos Santos  
Carlos Alexandre de Bortolo  
Rahyan de Carvalho Alves*

**Aproximação ao Índice de Desenvolvimento  
Sustentável nos Municípios do Estado de Mato Grosso  
do Sul**

*Orlando Jose Bastidas Betancourt  
Etenaldo Felipe Santiago  
Luciana Ferreira da Silva*

**A Evolução de Sistemas Integrados de Produção no  
Brasil e os Desafios da Gestão para a Sustentabilidade  
Econômica**

*Lara de Carvalho Teixeira  
Francine Neves Calil  
Mallu de Mendonça Barros*

